

SÉRIE V . VOLUME 4/5

O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS



MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
IMPRESA NACIONAL-CASA DA MOEDA

LISBOA, 2014-2015

O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS



Revista fundada em 1895 por José Leite de Vasconcelos

SÉRIE V . VOLUME 4/5

O ARQUEÓLOGO PORTUGUÊS



MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
IMPRESA NACIONAL

LISBOA, 2014-2015

DIRETOR

António Carvalho

COORDENAÇÃO

Ana Ávila de Melo
Lúvia Cristina Coito

CONSELHO EDITORIAL

Prof. Doutor Armando Coelho F. da Silva – Universidade do Porto
Prof. Doutor João Luís Cardoso – Universidade Aberta
Prof. Doutor José d'Encarnação – Universidade de Coimbra
Dr. Luís Raposo – Museu Nacional de Arqueologia
Prof. Doutor Nuno Bicho – Universidade do Algarve
Prof.ª Doutora Rosa Varela Gomes – Universidade Nova de Lisboa
Prof. Doutor Víctor S. Gonçalves – Universidade de Lisboa

DESIGN GRÁFICO

Artlandia

PAGINAÇÃO

Undo

PRÉ-IMPRESSÃO E IMPRESSÃO

Imprensa Nacional-Casa da Moeda

TIRAGEM

1000 exemplares

Impresso em abril de 2017
Periodicidade anual

ISSN 0870-094X
Depósito legal n.º 3161/83

Solicita-se permuta – On prie l'échange – Exchange wanted – Tauschverkehr erwünscht – Sollicitiamo scambio

As opiniões expressas em texto e imagens são da exclusiva responsabilidade dos seus respetivos autores, salvo quando devidamente assinalado.

© Toda e qualquer reprodução de texto e imagem é interdita, sem a expressa autorização dos autores ou dos detentores dos direitos legais, nos termos da lei vigente, nomeadamente o DL 63/85, de 14 de março, com as alterações subsequentes.



REPÚBLICA
PORTUGUESA
CULTURA

PATRIMÓNIO
CULTURAL
Direção-Geral do Património Cultural



MUSEU
NACIONAL DE
ARQUEOLOGIA
I M P R E N S A
N A C I O N A L

Museu Nacional de Arqueologia
Praça do Império
1400-206 Lisboa
Portugal
Tel.: 213 620 000 Fax: 213 620 016
E-mail: director@mnaarqueologia.dgpc.pt
www.museuarqueologia.pt

Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A.
Av. António José de Almeida
1000-042 Lisboa
Portugal
Tel.: 217 810 700
E-mail: editorial.apoiocliente@incm.pt
www.incm.pt

Sumário

- 9 Editorial
- 13 In Memoriam
António Cavaleiro Paixão
ANTÓNIO CARLOS SILVA
- 21 A correspondência de Abel Viana para José Leite de Vasconcelos:
Do mérito ao reconhecimento
Correspondence from Abel Viana to José Leite de Vasconcelos:
from own achievement to professional recognition
JOÃO LUÍS CARDOSO, LÍVIA CRISTINA COITO
- 85 José Leite de Vasconcelos e Vila Viçosa – o santuário a Endovélico
(S. Miguel da Mota, Alandroal) e a Casa de Bragança
José Leite de Vasconcelos and Vila Viçosa (Évora, Portugal) – the sanctuary
of Endovellicus at São Miguel da Mota (Alandroal, Évora, Portugal)
and the House of Bragança
MÓNICA ROLO
- 113 Una adquisición de monedas griegas en el Museo Etnológico
Portugués (1904)
An acquisition of greek, roman and hispanic coins by The Ethnological
Portuguese Museum (1904)
NOÉ CONEJO DELGADO
- 133 Porque é que a arte do Coa se concentra na margem esquerda?
Condicionantes geológicas e ambientais para a formação e conservação
dos suportes artísticos do Vale do Coa
Why is the Coa River Valley rock art mainly located on the left bank?
Geological and environmental constraints for the rock art panels'
formation and preservation
THIERRY AUBRY, LUÍS LUÍS, LUCA DIMUCCIO
- 175 *Estremoz 7* ou a Anta de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais
(Estremoz, Évora)
Estremoz 7, the portal dolmen of Nossa Senhora da Conceição dos Olivais
(Estremoz, Évora district, Portugal)
RUI BOAVENTURA, RUI MATALOTO, MARCO ANTÓNIO ANDRADE, DIANA NUKUSHINA

- 237 Muitos mortos no Deserto... Monumentos-satélite do núcleo megalítico do Deserto e Barrocal das Freiras. 1: A anta do Espragal (Foros de Vale Figueira, Montemor-o-Novo)
So many deads in the desert... «Satellite-monuments» of the megalithic cluster of Deserto and Barrocal das Freiras. 1: the dolmen of Espragal (Foros de Vale de Figueira, Montemor-o-Novo)
VICTOR S. GONÇALVES, MARCO ANTÓNIO ANDRADE
- 275 The BELL-beaker complex in Portugal: an overview
O fenómeno campaniforme em Portugal: Uma síntese
JOÃO LUÍS CARDOSO
- 309 Ladeira, 100 anos depois de José Leite de Vasconcelos
Ladeira, 100 years after José Leite Vasconcelos
ANA CRISTINA RIBEIRO
- 341 Medicine, surgery, pharmacy, toilet and other health care tools from the Roman city of Balsa (Tavira, Portugal), from the 1st to the 3rd century AD
Instrumentos de medicina, cirurgia, farmácia, higiene e outros cuidados de saúde, provenientes da cidade romana de Balsa (Tavira, Portugal) entre os séculos I e III d. C.
MARIA DO SAMEIRO BARROSO
- 375 LRC (PRSW) e LRD (CRSW) provenientes da escavação de emergência efetuada na *villa* romana do Alto do Cidreira (Cascais)
LRC (PRSW) and LRD (CRSW) from the archaeological emergency survey at the Roman villa at Alto do Cidreira (Cascais municipality)
EURICO DE SEPÚLVEDA, CATARINA BOLILA, RAQUEL SANTOS
- 413 Fragmento de inscrição islâmica de Silves
Fragment of a Silves Islamic inscription
CARMEN BARCELÓ TORRES, MÁRIO V. GOMES
- 427 A cerâmica preta do Mosteiro de São João de Tarouca
The black pottery of São João de Tarouca Monastery, Portugal
BRUNO COSTA
- 455 Adenda
- 457 Normas de redação

Editorial

Em 2015 comemoraram-se os 120 anos da criação da revista *O Arqueólogo Português* pelo fundador do atual Museu Nacional de Arqueologia, o Doutor José Leite de Vasconcelos. Então, como agora, uma edição da Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Foi um ano de comemoração e de novo rumo para uma publicação centenária que sempre se afirmou e projetou como um repositório científico da Arqueologia portuguesa e não só. Foram integralmente disponibilizadas *on-line* as diferentes séries da revista na página institucional e digital da Direção-Geral do Património Cultural e cujo *link* de acesso também se encontra publicitado na página *web* do Museu.

Reatada em 2011 a parceria com a INCM, que esteve na origem da série 5, teve já lugar este ano o lançamento do volume 3 relativo a 2013 e apresenta-se a publicação de um volume duplo 4/5 (2014/2015) já com o sistema de arbitragem por pares (*peer review*) implementado.

A adoção deste sistema, é sabido, cria uma dinâmica editorial que compreensivelmente em muitos casos atrasa a publicação dos artigos submetidos pelos autores. Foi esse o caso de *O Arqueólogo Português*, mas foi um risco assumido pela direção da revista e que contou com o apoio e ativa colaboração de todos os membros do Conselho Editorial, na definição dos procedimentos a seguir e na elaboração de uma base de dados de avaliadores (*referees*) a contactar. O modelo por nós seguido de «dupla avaliação cega» (*double blind peer review*) é o que se encontra em vigor em várias conceituadas revistas peninsulares de arqueologia. Esta experiência iniciada com este volume, que agora se edita, foi um verdadeiro sucesso, e nunca é demais sublinhar o empenhamento de todos, Conselho Editorial e avaliadores que sempre prontamente nos apoiaram e incentivaram nesta nova tarefa que, cremos, irá garantir na contemporaneidade a manutenção da

projeção da revista *O Arqueólogo Português* no meio científico nacional e internacional. A edição deste volume duplo reforça, também, a parceria do Museu com a INCM o que, no quotidiano do MNA, se tem espelhado em múltiplas e frutuosas colaborações que certamente continuarão em bom ritmo.

Certos de que tudo o que se inicia pode ser melhorado, continuamos a contar com o empenhamento e apoio de toda a comunidade arqueológica e científica, nacional e estrangeira, nas próximas edições desta revista centenária, ela própria um testemunho vivo da evolução da Arqueologia portuguesa, peninsular e europeia.

Lisboa, 3 de dezembro de 2016

António Carvalho
Diretor do Museu Nacional de Arqueologia

In Memoriam

António Cavaleiro Paixão
(1939-2014)



António Cavaleiro Paixão

ANTÓNIO CARLOS SILVA *

António Manuel Cavaleiro Paixão, arqueólogo falecido em maio de 2014 após prolongada doença, foi uma figura determinante no contexto do desenvolvimento da arqueologia pública em Portugal no último quartel do século XX. Com efeito, quando em 1980, após a criação do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), foi finalmente possível começar a erguer estruturas técnico-administrativas capazes de responder aos desafios da salvaguarda e valorização do património arqueológico no território português, a geração que se abalçou nessa tarefa – e da qual me orgulho de fazer parte – não partia do zero. Já então, no seio da Administração Pública, quer em gabinete quer no terreno, um par de arqueólogos, ainda que enfrentando imensas dificuldades, procurava há algum tempo fazer a ponte entre o passado anquilosado e inoperante das estruturas consultivas da extinta Junta Nacional da Educação e as crescentes ameaças que a urgência da recuperação de meio século de subdesenvolvimento colocava à defesa dos vestígios arqueológicos. Entre eles destacava-se já António Cavaleiro Paixão. Pertencia a uma geração etária um pouco mais velha, mas foi contemporâneo na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa de alguns dos arqueólogos que então se destacaram no processo de transformação da arqueologia portuguesa e que, como ele, tinham encontrado acolhimento e apoio no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia ao tempo do Diretor Fernando de Almeida. Esta circunstância, associada a uma atualizada formação e a um invulgar currículo de campo, habilitou-o no momento certo a ser um precioso interlocutor entre a administração e as novas gerações de arqueólogos. Para tal contribuíram as suas reconhecidas qualidades humanas de afabilidade, modéstia e bom humor que faziam de si, pese embora a diferença de idade ou de estatuto profissional, um colega sempre pronto a partilhar experiências ou a responder a novos desafios, sem suspeições estéreis ou segundas intenções. Reforçavam aquelas características um elevado sentido de serviço público, que se traduziria ao longo da sua carreira quer na atividade como docente de arqueologia quer nas funções que assumiu nas organizações científicas a que pertenceu, com destaque para a Associação de Arqueólogos Portugueses, de que foi vice-presidente entre 1979 e 1987, ou para

* Direção Regional de Cultura do Alentejo. *E-mail*: acsilva@cultura-alentejo.pt.

a Sociedade de Geografia de Lisboa, onde dirigiu até 1990 a respetiva secção de arqueologia. Tive o prazer de ser seu colega no IPPC durante quase uma década e a honra de ter sido seu superior hierárquico durante algum tempo, enquanto diretor do respetivo Departamento de Arqueologia, pelo que foi com sentido de dever e quase como obrigação moral que aceitei o convite do Diretor do MNA para redigir este mais que justificado *in memoriam* esperando que o mesmo contribua para consolidar a ligação do seu nome a esta prestigiada revista e ao museu onde, como colaborador, iniciou há meio século a sua carreira de arqueólogo.

António Cavaleiro Paixão nasceu em Lisboa em 23 de abril de 1939, filho de um funcionário público oriundo de Torres Novas, Manuel Alexandre Paixão e de mãe lisboeta, Dália da Luz Cavaleiro. O seu interesse pela arqueologia, conforme o próprio refere em nota curricular constante do seu processo de funcionário público, remonta a 1959, altura a partir da qual participa com regularidade nas atividades do departamento de paleoetnologia da Sociedade Portuguesa de Espeleologia (SPE), dirigido por Carl Harpsøe. Sob a direção deste arqueólogo e espeleólogo amador, de origem dinamarquesa mas há muito radicado em Portugal, António Cavaleiro Paixão irá ter as primeiras experiências práticas de escavação, nomeadamente na Lorga de Dine (Vinhais, Bragança), em 1964, e na Gruta de Ibn-Ammar (Mexilhoeira, Lagoa), em 1965. Como colaborador da SPE participou também nos trabalhos de reconhecimento subsequentes à descoberta da Gruta do Escoural (1963), nos quais Carl Harpsøe teve um papel importante no apoio logístico e técnico a Farinha dos Santos na sua deslocação ao Escoural em nome do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia e a pedido do Prof. Manuel Heleno. Para além de ter participado no primeiro levantamento topográfico da gruta, realizado em 1964, Cavaleiro Paixão teve oportunidade de, em janeiro de 1965, colaborar nos trabalhos de levantamento da arte rupestre realizados no Escoural pelo conhecido arqueólogo francês André Glory, aquando da sua visita a Portugal no contexto da controvérsia sobre a cronologia dos vestígios rupestres entretanto ali identificados por Farinha dos Santos. Pessoalmente, estou em crer que a oportunidade de colaborar diretamente com um especialista de renome internacional como Glory, então a estudar a famosa Gruta de Lascaux, poderá ter sido determinante na vocação arqueológica de António Cavaleiro Paixão. De facto, após uma curta passagem pela vizinha Faculdade de Direito, António Cavaleiro Paixão inscrevera-se em 1963 na licenciatura em História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, na época e ainda por muitos anos a única via possível de se obter em Portugal uma formação superior abrangendo disciplinas arqueológicas. Dadas as naturais limitações teóricas e práticas do curso, face à sua amplitude temática, Paixão procurava no trabalho voluntário de campo o indispensável complemento formativo. Assim, em 1966, talvez pela mão de Fernando de Almeida que patrocinava o projeto na Junta Nacional de Educação, teve oport-

tunidade de integrar o grupo de estudantes portugueses que participou nas grandes escavações do Castro do Zambujal (Torres Vedras) promovidas pela delegação madrilena do Instituto Arqueológico Alemão, sob a direção científica de Hermanfrid Schubart e Edward Sangmeister, da Universidade de Friburgo. Quer pelo elevado nível metodológico da escola alemã, quer pelo número e interesse dos participantes, a escavação do Castro do Zambujal ficou conhecida como a escola prática da moderna arqueologia pré-histórica portuguesa. Ainda na sequência desta experiência e a convite dos arqueólogos alemães, Cavaleiro Paixão teve também oportunidade de estagiar algum tempo nas escavações da necrópole fenícia de Toscanos (Málaga), o que lhe permitiu um primeiro contacto com uma realidade arqueológica a que pouco tempo depois, por sugestão do próprio Fernando de Almeida, se dedicaria a fundo em Alcácer do Sal. Com efeito, o interesse, gosto e disponibilidade da parte do aluno Cavaleiro Paixão por esta disciplina, então profissionalmente muito pouco atrativa, terá chamado a atenção daquele professor que acabara de substituir Manuel Heleno na Cátedra de Letras e na direção do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia (1966). De personalidade bem distinta do antecessor, o novo diretor irá ver nos mais jovens, nomeadamente nos seus alunos, a possibilidade de romper com a imagem de imobilismo e secretismo que o Museu de Belém granjeara com as célebres «reservas», inacessíveis durante décadas. É esta nova atitude de abertura e confiança da parte do mestre, conjugada com as qualidades e a experiência efetiva de campo já demonstradas pelo aluno, que explicam a extraordinária proposta de tema de dissertação sugerida a Cavaleiro Paixão: o estudo arqueológico da Necrópole Proto-histórica do Senhor dos Mártires em Alcácer, escavada meio século antes por Virgílio Correia por conta do Museu, mas cujos materiais, apesar da sua enorme importância científica, se mantinham inéditos. Para qualquer pessoa minimamente informada sobre a realidade arqueológica portuguesa da época, aquela proposta só pode ser entendida como demonstração de uma grande confiança neste aluno e nas suas potencialidades, e como aviso público de que, daí em diante e sob a sua orientação, não haveria temas ou materiais tabus no Museu. Respondendo corajosamente ao repto do Professor e garantido o seu indispensável apoio na Junta Nacional de Educação, Cavaleiro Paixão não apenas retoma o estudo dos materiais de Virgílio Correia como entre 1967 e 1968 procede a novas escavações em Alcácer do Sal próximo do Santuário do Senhor dos Mártires, as primeiras que dirigirá durante a sua longa carreira. Face à ausência de dados concretos das escavações de Virgílio Correia (1925-27), nomeadamente de dados topográficos e estratigráficos, o plano que pôs em prática visava antes de mais a realocação da necrópole e a descoberta de novas sepulturas em contexto estratigráfico. Numa primeira sequência de sondagens os seus esforços foram infrutíferos, mas posteriormente, conjugando dados de observação do terreno com informação oral

recolhida localmente, viria a descobrir e escavar oito sepulturas de incineração que lhe proporcionaram dados essenciais para a sua dissertação. Com efeito, as sepulturas escavadas apresentavam um significativo conjunto de materiais da II Idade do Ferro, na sua maioria metálicos, incluindo ainda três pequenos escaravinhos de tradição egípcia, o que não sendo uma novidade no caso de Alcácer do Sal, vinha confirmar a importância do seu porto nas ligações com o mundo mediterrânico, ao longo do último Milénio antes de Cristo. Significativamente, ainda no contexto destes trabalhos de campo em Alcácer do Sal, Cavaleiro Paixão, seria pela primeira vez confrontado com a necessidade de dar resposta a uma «emergência arqueológica», uma situação com que viria a deparar-se amiúde ao longo da sua futura carreira profissional. De facto, no âmbito de obras municipais de alargamento da Azinhaga do Senhor dos Mártires, viu-se compelido a escavar diversas sepulturas da vizinha necrópole romana, descoberta no decurso da obra. Anos mais tarde, durante as décadas de 70 e 80, perante os avanços das novas urbanizações associadas a esta azinhaga, Cavaleiro Paixão viria ciclicamente a intervir neste local de antiga tradição funerária, já como arqueólogo ao serviço da Administração Pública. Foi também nesta intensa fase de trabalho de campo, coincidindo com o período final da frequência do curso de História e a preparação da sua dissertação, que Cavaleiro Paixão tomou pela primeira vez contacto com as ruínas romanas de Troia. Com efeito, em 1968 coadjuvou Fernando de Almeida na escavação de diversas sepulturas paleocristãs desta importante estação arqueológica do estuário do Sado, iniciando um ciclo de investigação que acompanharia praticamente toda a sua carreira. Naturalmente, em 1969 e 1970 concentra-se nos preparativos da dissertação. Analisa e descreve os materiais depositados no Museu Nacional, no Instituto de Arqueologia de Coimbra e no Museu Municipal de Alcácer do Sal, bem como o das suas próprias escavações, em especial o importante conjunto metálico, que incluía cubos e arreios de carros, armas, joias e objetos de adorno, promovendo a sua análise metalográfica e usando os dados obtidos nas suas conclusões. Por fim, tirando partido dos contactos estabelecidos no Zambujal e em Toscanos com a delegação madrilena do Instituto Arqueológico Alemão, obtém do seu diretor Helmut Schlunk autorização para aí estagiar durante um mês, com livre acesso à valiosa biblioteca, cuja consulta se revela preciosa para o tema que investiga. Naturalmente, aproveita a proximidade do Museu Arqueológico Nacional de Madrid e a solicitude do seu diretor Martin Almagro para usar também a respetiva biblioteca e aceder ao departamento de restauro para observação e estudo de espólios de Ávila e de Granada que lhe interessam.

Em 29 de julho de 1970, conclui a licenciatura em Ciências Históricas com a defesa da sua dissertação de licenciatura, dedicada «com muita consideração e estima» ao Professor Fernando de Almeida, mas não esquecendo no prefácio

outros professores que o terão marcado particularmente, como Virgínia Rau, Borges de Macedo e ainda Jorge de Alarcão, da Universidade de Coimbra, neste caso pelas facilidades de acesso aos materiais de Virgílio Correia, depositados no Instituto de Arqueologia. Tinha então 31 anos, revelando-se esse ano determinante para toda a sua futura vida pessoal e profissional. De facto, ainda em 1970 apresenta-se com duas comunicações sobre a necrópole de Alcácer do Sal, ao 2.º Congresso Nacional de Arqueologia realizado em Coimbra, uma das quais em conjunto com Judite Cavaleiro Paixão, a colega de curso com quem casou também nesse ano, a mãe dos seus dois filhos, Gonçalo e Susana e companheira de toda a vida. Também nesse ano seria admitido como técnico estagiário, na Junta de Investigações do Ultramar, entidade que através do Centro de Estudos de Etnologia do Ultramar integrava algumas componentes de investigação antropológica e arqueológica ultramarina cuja tradição remontava a Mendes Correia que chegara a ser seu presidente e que conhecera nos seus quadros nomes como o de José Camarate França ou Santos Júnior. A sua permanência na J. I. U. seria, no entanto, de curta duração, de maio de 1970 a dezembro de 1971, prelúdio para outros voos. No final de 1971, António Cavaleiro Paixão foi contratado como assistente da recentemente criada Universidade de Lourenço Marques (Moçambique), para onde parte acompanhado pela esposa, no início de 1972. Aí permanecerá até setembro de 1974, tendo lecionado durante três anos letivos Pré-história, História da Antiguidade Oriental, História da Expansão Portuguesa e História do Brasil, cadeiras comuns aos *curricula* dos cursos de História da «metrópole». Apesar da sua curta estadia em Moçambique, Cavaleiro Paixão não deixou de se interessar pela arqueologia local. Começa por se debruçar sobre uma série de concheiros dos arredores de Lourenço Marques referenciados por Santos Júnior no âmbito das missões antropológicas de Moçambique (1936-56). Posteriormente, chegou a propor um programa de pesquisas arqueológicas para a região de Masingir, no Rio dos Elefantes. Em abril de 1974 participou num estágio sobre Pré-história Africana na Universidade de Witwatersrand (Joanesburgo) a convite do Prof. Revil Mason. Em setembro de 1974, em pleno processo de descolonização de Moçambique, regressa definitivamente a Portugal, com cuja arqueologia não chegara a perder o contacto. Em outubro de 1973 participara no XI Congresso Nacional de Arqueologia de Espanha, realizado em Huelva, e em dezembro de 1974, pouco depois do regresso de África, está já presente em Badajoz no Congresso de Estudos Estremenhos com uma comunicação sobre o mausoléu lusitano-romano de Troia, retomando a colaboração com Fernando de Almeida, que entretanto se aposentara (1973). É certamente no âmbito deste reencontro com o antigo professor e numa fase de alguma indefinição profissional que se seguiu ao regresso de Moçambique, que é temporariamente contratado pela empresa Torralta (1975) para se ocupar da direção de trabalhos arqueológicos em

Troia. Mas a colaboração com o professor era mais ampla, enquadrando outros estudos como o que, conjuntamente com a esposa Judite Paixão, produz nesse mesmo ano sobre os materiais visigóticos da Igreja de São João dos Azinhais ou Capela de Arranas, próximo do Torrão, mas apenas publicado em 1978 na «Setúbal Arqueológica». Terá sido ainda nesse contexto de indefinição profissional que António Cavaleiro Paixão se viu compelido a uma curta incursão pelo ensino secundário, tendo estado colocado na Escola Preparatória Nuno Gonçalves no ano letivo de 1975-76. Mas seria aí que o Dr. Nunes de Oliveira, alto quadro do Ministério da Educação e Cultura, o iria requisitar para reforçar os escassos meios humanos, na área da arqueologia, da Direção Geral do Património Cultural, um organismo recente que viera substituir a velha Direção Geral do Ensino Superior e Belas Artes, do Ministério da Educação Nacional que durante décadas superintendia, com o apoio das respetivas secções e subsecções consultivas da Junta da Educação Nacional, em tudo o que dizia respeito aos museus, arquivos e bibliotecas, monumentos e arqueologia. A entrada de António Cavaleiro Paixão, em julho de 1976, para a Direção Geral do Património Cultural, bem como a da sua esposa Judite Cavaleiro Paixão, reforçando uma equipa que contava apenas com João Bairrão Oleiro, normalmente em cargos dirigentes e com Bandeira Ferreira, já então afastado dos trabalhos de campo, dá-se no contexto de um ambicioso projeto para a elaboração da Carta Arqueológica de Portugal. Embora nascido no seio da Direção Geral, o projeto contava com o apoio financeiro da Gulbenkian, pela mão do Prof. Artur Nobre de Gusmão, diretor do Serviço de Belas Artes da Fundação. Ainda que se reconhecesse a necessidade da colaboração das Universidades, a viabilidade do projeto «Carta Arqueológica de Portugal» exigia um mínimo de enquadramento técnico da própria Direção Geral, para o que seriam necessários arqueólogos experientes. Por proposta de Nunes de Oliveira, António e Judite Cavaleiro Paixão seriam finalmente requisitados expressamente para esse efeito. António coordenaria uma equipa de campo e Judite Cavaleiro Paixão, dada a sua formação específica em BAD, assumiria a componente documental e arquivística. O projeto, apesar do apoio da Gulbenkian, após a realização de um curso de prospeções em 1977 para colaboradores eventuais e no qual António Cavaleiro Paixão foi formador, acabou por sucumbir após uma curta experiência de terreno na zona da barragem do Alvito. A sua preparação, no entanto, acabou por contribuir para a criação, poucos anos depois, no seio do IPPC (1980), de uma divisão de inventário arqueológico com atribuições específicas de cartografia e que seria organizada e dirigida durante algum tempo pela própria Judite Paixão. Quanto a António Cavaleiro Paixão, enquanto único arqueólogo de campo ao serviço da DGPC, desdobrou-se desde então na resposta às situações de emergência, nomeadamente em Alcácer do Sal, onde as necessidades de infraestruturas chocavam permanentemente com os vestígios do passado.

Em 1980, por ocasião do concorrido IV Congresso Nacional de Arqueologia, realizado em Faro e que prenunciou um intenso movimento de reestruturação da arqueologia portuguesa, Cavaleiro Paixão, por despacho do Secretário de Estado da Cultura, em representação da Administração, integrou com Carlos Tavares da Silva, Manuela Delgado e Rui Parreira, uma Comissão encarregada de rever um muito criticado «Plano de Trabalhos de Campo para 1980-84». Tal comissão, porém, não se limitaria a corrigir o referido plano, acabando por produzir um importante documento que serviria de base à estruturação do Departamento de Arqueologia e dos Serviços Regionais de Arqueologia, no âmbito do IPPC criado nesse mesmo ano. Muito naturalmente e sem quaisquer complexos, António Cavaleiro Paixão viria a integrar, conjuntamente com outros colegas mais jovens entretanto requisitados ao ensino secundário, o novo Departamento de Arqueologia dirigido por Francisco Alves e provisoriamente instalado no Museu Nacional de Arqueologia. Para Paixão, era o regresso a uma casa onde década e meia antes entrara pela mão de Fernando de Almeida. E podemos dizer que, dada a especificidade dos principais assuntos de que se ocupou até final da carreira, nomeadamente a Arqueologia de Alcácer do Sal e de Troia, duas estações especialmente ligadas ao Museu Nacional, esta passaria a ser a sua casa de trabalho por excelência, pesem embora algumas interrupções ou desvios pontuais. Destacou-se neste aspeto o seu envolvimento, como coordenador para a arqueologia, no projeto de recuperação e valorização das monumentais Ruínas da Igreja de São Paulo, em Macau, promovido pelo Instituto Cultural de Macau, sob a coordenação geral do arquiteto João Carrilho da Graça, e que o levará durante alguns períodos entre 1990 e 1991 ao distante Oriente. Paralelamente à sua atividade principal como arqueólogo e técnico superior do IPPC, posteriormente IPPAR, António Paixão, por razões de carácter, nunca se desvincularia da sua inicial vocação pedagógica, quer no âmbito específico dos trabalhos de campo que dirigia, apoiando os colaboradores mais jovens, quer retomando a carreira académica que iniciara em Moçambique. No final dos anos 70, já funcionário da SEC, chegou a dar aulas de formação de professores no Instituto Universitário dos Açores. Em 1982, lecionou uma cadeira de Pré-história no Instituto Politécnico de Santarém e a partir de 1989 assumiu a regência de diversas cadeiras de arqueologia na Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), atividade que manteve até à sua aposentação em 2004.

Ainda que nunca perdendo o contacto com os projetos relacionados com a investigação e valorização das Ruínas de Troia, de que foi durante anos o responsável por parte do IPPC/IPPAR, seria a Alcácer do Sal, onde afinal a sua carreira de arqueólogo começara em 1967, que dedicaria maior energia e atenção nos seus últimos anos como técnico do património e investigador. Prioritariamente focalizado na problemática das necrópoles da Idade do Ferro e da época Romana, quase

sempre no quadro de situações de emergência e salvamento, Cavaleiro Paixão teria finalmente oportunidade no início dos anos 90 de coordenar uma grande intervenção no coração da «acrópole» de Alcácer, em parceria com o malogrado arqueólogo João Carlos Faria, um jovem local que se iniciara nas lides arqueológicas pela sua própria mão e com o qual, já como arqueólogo municipal, mantinha estreita colaboração e amizade. No âmbito do projeto de adaptação do Convento de N.^a Sr.^a de *Aracaeli* a pousada, construída sobre o que restava da alcáçova islâmico-cristã do Castelo, aqueles arqueólogos levaram a cabo uma vasta e complexa operação de arqueologia preventiva entre 1993 e 1998, num espaço privilegiado da antiga cidade, e de que resultou todo um manancial de informação sobre a continuada ocupação do local, desde a Proto-história, passando pela época romana e alcançando a presença islâmica e reconquista cristã. Num desfecho tão ou mais importante do que a escavação arqueológica e divulgação de resultados científicos, não tão completa como se desejaria devido ao precoce desaparecimento de João Faria e à doença de Cavaleiro Paixão, o projeto culminaria na proteção, salvaguarda e musealização de parte das estruturas e do espólio então descobertos, incluindo as ruínas de um importante santuário da Idade do Ferro ainda ativo em época romana, integradas em impressionante cripta arqueológica construída sob a própria Pousada aberta ao público desde 2008. Ainda que nem António Cavaleiro Paixão, já aposentado desde 2004 por razões de saúde, nem João Carlos Faria, falecido em 2006, tenham podido estar presentes à sua inauguração, a Cripta Arqueológica de Alcácer é conceção de ambos, mestre e discípulo, ficando para o futuro como um dos maiores legados materiais da arqueologia pública portuguesa da transição do século.

Correspondência de Abel Viana a José Leite de Vasconcelos: Do mérito ao reconhecimento¹

Correspondence from Abel Viana to José Leite de Vasconcelos: from own achievement to professional recognition

JOÃO LUÍS CARDOSO*, LÍVIA CRISTINA COITO**

RESUMO

A correspondência remetida por Abel Viana a J. Leite de Vasconcelos, existente no Epistolário deste último, conservado no Museu Nacional de Arqueologia (Lisboa), abarca um período entre 1923 e 1940. As 35 missivas que a integram possuem interesse desigual, centrando-se no tempo entre os finais da década de 1920 e os primórdios da seguinte. Procurou-se averiguar os benefícios que para Abel Viana resultaram do estabelecimento de colaboração regular, por via epistolar, no domínio da Arqueologia e da Etnologia, com J. Leite de Vasconcelos, personalidade proeminente e influente no meio científico e académico. Em sentido inverso, comprovou-se a utilização, por este último, de informações transmitidas pelo seu correspondente, como aliás se verificava com muitos outros dos seus colaboradores espalhados pelo País.

Com efeito, a correspondência espelha os primórdios da investigação arqueológica desenvolvida por Abel Viana, no Alto Minho, sua região natal, prosseguida depois fugazmente no Algarve, entre 1933 e 1938 e, por fim, centrada no Baixo Alentejo, quando passou a residir definitivamente em Beja, a partir de inícios de 1939, onde atingiu a sua fase de plenitude, acompanhando assim as etapas da

¹ Este trabalho baseou-se na correspondência remetida por Abel Viana a J. Leite de Vasconcelos, transcrita pelo segundo signatário; o primeiro signatário encarregou-se da elaboração da parte restante do mesmo.

* Universidade Aberta, Lisboa e Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras, Câmara Municipal de Oeiras. *E-mail*: cardoso18@netvisao.pt.

** Museu Nacional de Arqueologia. *E-mail*: cristinacoito@mnaarqueologia.dgpc.pt.

sua vida profissional e pessoal, determinada pela sua condição de Professor do Ensino Primário Oficial.

Palavras-chave: Abel Viana – José Leite de Vasconcelos – Correspondência – História da Arqueologia

ABSTRACT

The correspondence from Abel Viana to J. Leite de Vasconcelos, in his epistolary, kept in the National Archaeological Museum (Lisbon), covers a period between 1923 and 1940. The 35 letters gathered have unequal interest, focusing in time between the late 1920s and the following dawn. We tried to verify what benefits resulted to Abel Viana from the regular collaboration, through epistolography in the field of Archaeology and Ethnology, with J. Leite de Vasconcelos, a prominent and influential figure in scientific and academic circles. In reverse, we proved the use by Vasconcelos of the provided information passed by its correspondent, as indeed it was verified with many others informants around the country.

Indeed, the correspondence reflects the beginnings of archaeological research developed by Abel Viana following the steps of his personal and professional life, determined by being a teacher of Public Elementary School. He started in Alto Minho, his native region, then after passing in Algarve, between 1933 and 1938, finally centred in Baixo Alentejo, when he definitely inhabit in Beja, from early 1939, where it reached its maturity phase.

Keywords: Abel Viana – José Leite de Vasconcelos – Correspondence – History of Archaeology

1. INTRODUÇÃO E OBJETIVOS

A evocação de Abel Viana (1896-1964), no cinquentenário do seu passamento, foi já por diversas vezes evocada por um de nós (J. L. C.), destacando-se o texto publicado em 2014, o qual teve como origem a sessão de homenagem promovida em Vila Viçosa pela Fundação da Casa de Bragança, em parceria com o Museu Nacional de Arqueologia (Cardoso, 2014). Foi neste âmbito que se julgou também oportuna a preparação deste contributo, em que se publica e comenta a correspondência remetida por Abel Viana a J. Leite de Vasconcelos, onde se documentam os primeiros e decisivos passos por aquele dados no domínio da arqueologia e a contribuição que, nesse sentido, lhe foi prestada pelo destinatário da mesma.

Assim, o objetivo primordial deste estudo consistiu na verificação da importância assumida por José Leite de Vasconcelos na formação de Abel Viana, como arqueólogo e etnólogo, especialmente ao nível dos apoios concedidos para que a mesma pudesse consolidar-se, a qual, pelas limitações da sua preparação de base, como Professor do Ensino Primário Oficial, tinha evidentes lacunas, agravadas pela dificuldade de aceder a informação científica para as colmatar. Tal limitação e os esforços para a suplantar, encontram-se claramente evidenciadas ao longo da correspondência, o que não o impediu de reunir, em curto período de tempo, importantes observações, especialmente no campo da arqueologia, prontamente comunicadas a Leite de Vasconcelos. Em sentido inverso, importava, pois, avaliar a importância concedida por este às informações que lhe eram apresentadas em primeira mão por Abel Viana.

Tentou-se localizar, em Beja e em Viana do Castelo, as missivas de resposta de Leite de Vasconcelos a Abel Viana, para se poder fazer o cruzamento da correspondência, o que permitiria que o presente contributo fosse mais detalhado. Foram, no entanto, infrutíferas as iniciativas desenvolvidas naquele sentido.

* * *

Figura ímpar da arqueologia portuguesa, bem como da etnografia, o labor de Abel Viana só foi interrompido pelo seu passamento que o surpreendeu em plena atividade, depois de ter marcado a marcha da investigação arqueológica portuguesa realizada no decurso de trinta e cinco anos de atividade ininterrupta. Dotado de personalidade enérgica (fig. 1), que assumia as suas posições sempre de forma frontal, a sua obra, pela extensão e variedade temática, mostra uma dedicação e uma vitalidade difíceis de acompanhar pelo seus contemporâneos, servida por ideal em que sacrificou a saúde e a família, em nome de um desígnio que ele próprio não saberia bem definir. Desígnio que, no entanto, assumia com evidente



Fig. 1 – Abel Viana (1896-1964). Arquivo O. da Veiga Ferreira/J. L. Cardoso.

prazer e em plenitude, onde a intuição, de saber de experiência feito, colmatava as lacunas decorrentes da falta de informação bibliográfica com que deparou, e que por todos os meios procurava combater, como se verá na correspondência ora publicada. Este especial modo de ser e de estar, em que o autodidata, pela valia das suas obras, se tornou investigador bem conhecido além-fronteiras, só tardiamente recompensado no seu País através de equiparação a bolseiro do Instituto de Alta Cultura, encontra-se evidenciado na volumosa correspondência que remeteu ao seu discípulo dileto, O. da Veiga Ferreira (1917-1997), já publicada na íntegra (Cardoso, 2001/2002; Cardoso, 2008).

2. A CORRESPONDÊNCIA

A correspondência remetida por Abel Viana a Leite de Vasconcelos abarca um período de cerca de quinze anos, os últimos da longa vida deste último, evidenciando-se, ao longo do tempo, o estreitamento dos laços pessoais entre ambos, embora as missivas se tornem mais esparsas, em virtude do crescente envolvimento de Abel Viana na arqueologia e de Leite de Vasconcelos na etnografia e na linguística.

Na maior parte destas missivas serão apresentadas e devidamente assinaladas as notas suscitadas pelas passagens que, pelo seu interesse, justificaram enquadramento à luz dos factos ou acontecimentos que à data ou em época ulterior se verificaram, protagonizados por vezes por diversos intervenientes diretamente relacionados com aquelas passagens. Neste aspeto, foram essenciais as publicações produzidas por Abel Viana ou por outros arqueólogos seus contemporâneos nas quais ficaram registadas de forma mais consequente muitas das situações relatadas nas missivas, permitindo assim conhecer os desenvolvimentos das mesmas. Tal como em publicações anteriores (tome-se, a título de exemplo, a relativa à correspondência trocada entre Joaquim Fontes e J. Leite de Vasconcelos (cf. Cardoso, 2012), as notas reduziram-se ao essencial, citando-se, sempre que necessário, a bibliografia mais relevante diretamente relacionada com as diversas questões abordadas.

Seguiram-se as seguintes regras na transcrição da correspondência: 1 – transcreveram-se as cartas em linha contínua; 2 – respeitou-se a grafia da época; 3 – desenvolveram-se as abreviaturas, colocando-se a palavra completa entre parêntesis retos; 4 – as anotações marginais foram igualmente transcritas, seguidas da identificação do autor da anotação entre parêntesis retos; 5 – nas saudações finais, quase sempre em abreviaturas de difícil leitura, recorreu-se às formas mais próximas das que foi possível reconstituir; 6 – o tipo de missiva, carta, postal ou cartão, é precedido da sua identificação, número de autor e número de espécie, no conjunto do epistolário de Leite de Vasconcelos.

Documento n.º 1

CoR JLV 3551/23196 – cartão de visita de agradecimento, com tarja a negro, sem data

Documento n.º 2

CoR JLV 3551/23197 – carta autógrafa

R [Respondido]

Anotação autógrafa de Leite de Vasconcelos

Ex.^{mo} Snr.

Tendo conhecimento de que no N.º 1 de «Boletim Etnográfico»², editado por êsse Museu, contém algumas gravuras oferecidas por mim ao Ex.^{mo} Director da «Lusa», Snr. Dr. Cláudio Basto, rogo a V. Ex.^a a subida fineza de me informar onde posso adquirir o referido Boletim, e qual o seu preço, caso seja vendido aí no Museu Etnológico.

Seu de V. Ex.^a criado muito grato

Abel Viana

Areosa, 8 de Maio de 1923

[NO VERSO]

Abel Viana

Povoença – Areosa

Viana-do-Castelo

² Na verdade, a referida publicação designava-se por «Boletim de Etnografia», tendo o primeiro número, aludido na missiva, sido publicado em 1920, pela Imprensa Nacional.

Documento n.º 3

CoR JLV 3551/23198 – carta autógrafa

R [Respondido]

Seixas, 6 de Maio de 1925

Ex.^{mo} Snr.

Tenho vários desenhos de interêsse etnográfico, devidamente anotados e relativos aqui ao Minho. Trata-se de: aldravas, rocas, portais, chaminés, etc. Além destes, tenho outros de interesse arqueológico – desenhos de pias, machados, etc.

Alguns destes desenhos destino-os ao meu Ex.^{mo} amigo, snr. Dr. Cláudio Basto, para êle os inserir na Lusa.

Rogo a V.^a Ex.^a a fineza de me mandar dizer se lhe apraz o envio dos restantes.

Há tempos, teve V.^a Ex.^a a bondade de me enviar o n.º 1.º do «Boletim do museu Etnológico», no qual vinham uns desenhos de aldravas, feitos por mim³ (fig. 2). Não sei se foram publicados mais alguns números. Em caso afirmativo, muito me obsequearia V.^a Ex.^a facultando-me a aquisição dos que porventura hajam sido publicados, exceptuando o primeiro que já possuo⁴.

Sem mais, queira V. Ex.^a ordenar a quem se subscreve,
com a máxima consideração

E é de V.^a Ex.^a adm.º e mt.º grato

Abel Viana

Seixas, Minho

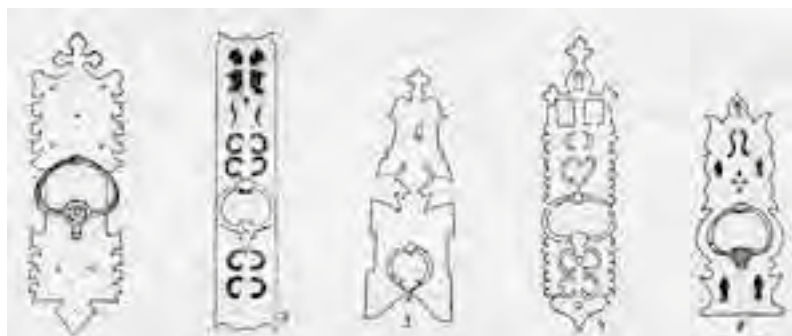


Fig. 2 – Desenhos de aldravas de ferro (Vasconcelos, 1920a, p. 26).

³ Vid. nota 2. Os referidos desenhos ilustram o artigo «Aldravas de ferro» assinado por J. Leite de Vasconcelos e publicado na p. 25 do referido número (Vasconcelos, 1920a).

⁴ À data desta missiva, já teriam sido publicados três números, correspondendo o último destes ao ano de 1924. O volume seguinte só viria a ser publicado em 1929.

Documento n.º 4

CoR JLV 3551/23199 – postal autógrafo, carimbo com data ilegível

Seixas, 12/4/926

Ex.^{mo} Snr.

Rogo a fineza de me enviar os números do «Arqueólogo Português» já publicados êste ano bem como os que forem saíndo desde esta data.

Peço também o favor de me dizer as condições de assinatura se estas não vierem publicadas no «Arqueólogo».

Não me esqueci do desenho do carro de bois e respectiva «caniçada».

Breve será remetido a V. Ex.^a

Sou com a máxima consideração, muito
pnd.º e às ordens de V. Ex.^a

Abel Viana

Seixas, Minho

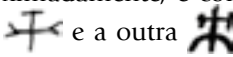
Documento n.º 5

CoR JLV 3551/23200 – postal autógrafo, carimbo com data 14 ABR 26

Seixas, 13/4/926

Ex.^{mo} Snr.

Enviei ontem a V. Ex.^a um bilhete pedindo a assinatura do «Arqueólogo».

Esqueceu-me, porém, pedir a V. Ex.^a um esclarecimento: Encontrei a uma centena de metros do «Craсто» de Seixas, duas lajes, ambas de um metro de altura por uns 60 centímetros de largura, aproximadamente, e com esta forma –  (fig. 3). Farão elas ambas parte dessa família de insculturas que se encontram nos dolmens bretões e de outras partes, bem como nas lajes de muitos dos nossos crastos?



Em caso afirmativo peço a V. Ex.^a o favor de m'ó ensinar, porque então tratarei de as remover para o Museu de Viana.

Sou de V. Ex.^a com a máxima consideração, adm.or e m.to pnd.^o

Abel Viana

Seixas, Minho

Anotação autógrafa de Leite de Vasconcelos, no canto inferior direito:

Cabeceiras de sepultura como são, as de [?] Lavra

Fig. 3 – Documento n.º 5, postal autógrafa datado de Seixas, de 13 de abril de 1926, onde Abel Viana reproduz insculpturas existentes em duas lajes cujo contorno também é indicado, atribuídas, em nota autógrafa aposta à missiva, por J. Leite de Vasconcelos, a cabeceiras de sepulturas. Museu Nacional de Arqueologia. Arquivo Pessoal José Leite de Vasconcelos.

Documento n.º 6

CoR JLV 3551/23201 – carta autógrafa em papel timbrado «Notícias de Cerveira» – Quinzenário regionalista – V. N. de Cerveira

R [respondido]

Seixas, 18/3/928

Ex.^{mo} Senhor

Pedi há tempos, para a Imprensa Nacional, para me remeterem o «Archeólogo Português».

Não obtive resposta.

Lembrou-me, por isso, rogar a V. Ex.^a o valioso favor de intervir, da maneira que lhe for possível, de modo que me remetam para aqui, à cobrança, o último número do «Archeólogo» (Vol. XXVI, 1923-24), assim como o da «Revista Lusitana», Vol. XXX (1923-25).

Caso não o remetam nessas condições, desejava então, saber o custo dessas publicações, para enviar a sumária importância.

Antecipadamente agradece, pedindo desculpa pelo tempo que lhe fez perder, de V. Ex.^a Adm.^o At.^o e m.to grato

Abel Viana

Professor oficial
em Seixas – Minho

Documento n.º 7

CoR JLV 3551/23202 – carta autógrafa, com anotação autógrafa de Leite de Vasconcelos no canto superior direito: Na resposta, prometi enviar-lhe apenas volumes de AP, anterior e posterior ao vol. XXVI

Abel Viana [Anotação autógrafa de Leite de Vasconcelos]

Seixas, 18/11/928

(A. Minho) [Anotação autógrafa de Leite de Vasconcelos]

Ex.^{mo} Snr. Dr. Leite de Vasconcelos:

Recebi o postal de V. Ex.^a, ao qual dou imediatamente resposta, não sem me permitir incomodar a V. Ex.^a para me escrever novamente, sempre que eu não acuse as suas ordens. É que a correspondência pode-se extraviar e eu de maneira alguma desejo, nem mesmo involuntariamente, deixar de prestar aos mandados de V. Ex.^a a atenção a que tem direito.

De facto encontrei várias estações do tipo asturiense, ou como é de minha opinião, encontrei num longo trecho de costa, cêrca de quatro e picos quilómetros por onde se estende uma estação de tipo asturiense (fig. 4).

Recolhi 1200 peças, na grande maioria picos (fig. 5).

As mais interessantes tenho-as aqui em Seixas, onde as estou desenhando e fotografando para um pequeno trabalho que pretendo publicar em breve⁵. As res-

⁵ O primeiro estudo que A. Viana dedicou às indústrias então designadas por asturienses do litoral minhoto foi publicado no jornal «Notícias de Viana», de Viana do Castelo, de 22 de setembro de 1928, portanto anterior à data da presente missiva. Deste modo, pode concluir-se que o autor não o considerava um verdadeiro estudo, mas simplesmente uma primeira nota sobre a descoberta de tais indústrias na região litoral norte de Viana do Castelo e até ao farol de Montedor. A. Viana, nesta missiva remetida a Leite de Vasconcelos em novembro de 1928, referia-se ao estudo «A estação asturiense de Areosa», publicado na revista «Portvcale» em 1929 (Viana, 1929).



Fig. 4 – Esboço do trecho litoral a norte de Viana do Castelo, com a toponímia dos locais de colheita de indústrias líticas (Viana, 1929, fig. 2).

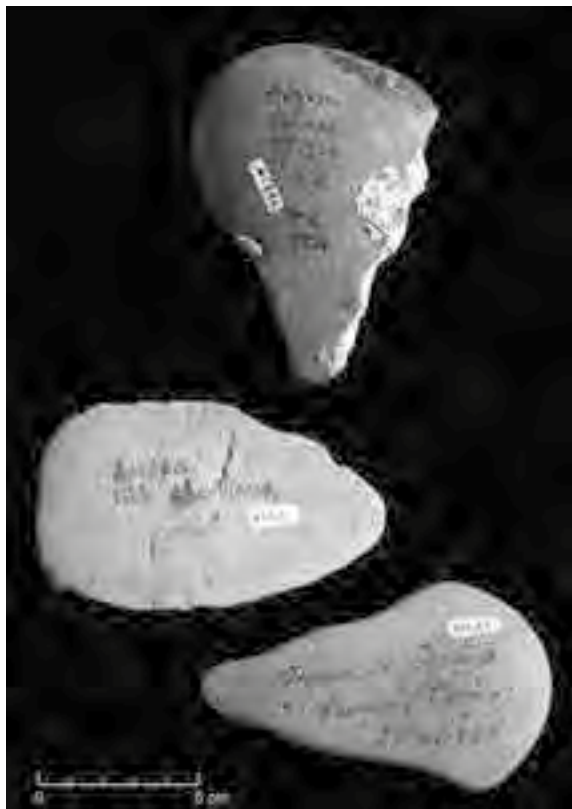


Fig. 5 – Inscrições autógrafas de Abel Viana apostas no verso de picos sobre seixos rolados de quartzite recolhidos na estação de Areosa, em 1928 (um deles recolhido no dia de Natal de 1928) e em 1929, na altura do seu primeiro estudo sobre esta estação arqueológica (Viana, 1929). Museu do LNEG, Lisboa. Fotos de J. L. C.

tantes estão encaixotadas, em casa da minha família, aguardando a conclusão dos mostruários que a Câmara de Viana ficou de aprontar para o Museu Municipal, até fins do próximo mês de Dezembro. Já fiz a proposta do depósito e a Câmara resolveu aceitá-la. Espero agora a chegada das férias do Natal. Aproveitarei êsses quinze dias na instalação das peças, dispondo-as por séries, segundo os tipos que apresentarem.

V. Ex.^a deixa transparecer nas suas palavras o conhecimento de que eu faço questão de conservar em Viana o núcleo principal dos meus achados do «Asturiense». Assim é, com efeito, mas pode crêr V. Ex.^a que não me esquecia do «Museu Etnológico Português», não só por ser o estabelecimento mais importante da especialidade, como pêlo facto de V. Ex.^a ser o seu Director e eu desejava dêste modo render-lhe a minha sincera homenagem.

Tenciono enviar alguma coisa, também ao Museu Martins Sarmiento, pelo muito que admiro aquela simpática instituição de iniciativa particular.

Pôsto isto, V. Ex.^a terá sòmente que deixar-me concluir o tal trabalho que trago entre mãos. No momento oportuno avisarei V. Ex.^a para tratarem da maneira de se efectuarem a remessa.

Das peças que enviar para aí ficarão fotografadas no Museu de Viana⁶. Tenho, porém, muito que fazer, mas conto ter tudo arranjado até meados do mês de Janeiro.

Diz-me o Sr. Dr. Serpa Pinto⁷ que lhe tem chegado comunicação de outros achados de estações do «Asturiense» em pontos do interior, e de um padre aqui de perto, bastante interessado em assuntos arqueológicos, sei eu que pretende ter encontrado picos que supõe do tipo asturiense. Também eu os tenho encontrado, em vários lugares dos concelhos de Viana e de Caminha, mas tenho por certo que se trata de indústria muito diversa da asturiense⁸. Há cinco anos que estou recolhendo abundantes materiais e cheguei a uma conclusão que me parece original e perfeitamente plausível, [estas últimas linhas assinaladas a lápis vermelho por Leite de Vasconcelos] mas tenho lutado horrivelmente com a carência de obras para consulta, não vá eu cair na falta de expôr doutrina já expandida por outrem, sem mencionar essa circunstância.

A muito custo obtive o último volume do «Archeólogo», depois da indicação que V. Ex.^a fez o favor de me dar.

A colecção do «Archeólogo» faz-me imensa falta, a fim de rematar as investigações a que tenho procedido, e não posso eu, que vivo exclusivamente dos

⁶ Abel Viana ofereceu a maior parte da sua coleção de peças então consideradas asturienses ao Museu de Viana do Castelo, como se verá adiante. Mas boa parte dos materiais por ele recolhidos foram oferecidos aos Serviços Geológicos de Portugal, decisão que, como se verifica, foi tomada ulteriormente à escrita desta missiva, onde tal instituição não é mencionada. Em carta datada de 13 de dezembro de 1949 dirigida ao Prof. A. A. Mendes Corrêa, apelando para a sua preciosa ajuda para enfrentar a atuação do Prof. Manuel Heleno em seu detrimento, refere que em 1948 lhe tinha enviado para o Museu Etnológico «dois caixotes com paleolítico do Minho», que não lhe agradeceu; o mal-estar entre ambos foi agravado pela remessa das coleções de peças ditas asturienses e paleolíticas para o Museu dos Serviços Geológicos, referidas na missiva, pelo que se pode concluir que tal oferta se efetivou nesse mesmo ano de 1949 (Cardoso, 1999, p. 152).

⁷ Rui de Serpa Pinto foi insigne arqueólogo, Assistente da Faculdade de Ciências do Porto, prematuramente falecido a 23 de março de 1933, quando contava apenas 33 anos. Foi autor de importante trabalho sobre as indústrias então consideradas asturienses do litoral minhoto, publicado em 1928 (Pinto, 1928), antecedendo deste modo Abel Viana, embora já depois de Eugénio Jalhay ter noticiado em 1925 o achado de peças então consideradas asturienses no litoral galego (Jalhay, 1925). No entanto, data de 1925 a recolha por Serpa Pinto do primeiro pico em Vila Praia de Âncora, como é referido por Mendes Corrêa, a quem aquele mostrou o achado (Cardoso, 1999, p. 151). De referir, também, que já naquele mesmo ano de 1925, Joaquim Fontes tinha publicado a estação dita asturiense de Camposancos (Fontes, 1925), perto de Pontevedra, pelo que a prioridade da identificação daquela indústria no litoral galego pertenceu, no mesmo ano, a dois portugueses. Era, pois, apenas uma questão de tempo, a confirmação do seu prolongamento pelo litoral minhoto, o que veio a verificar-se em 1928, conjuntamente por Rui de Serpa Pinto e Abel Viana.

⁸ Devia estar a referir-se a peças paleolíticas talhadas em seixos de quartzito, de cunho inconfundível, destacando-se entre estas, belos bifaces acheulenses, os primeiros que na região minhota se recolheram. Estas importantes descobertas deram origem a importante trabalho de síntese, publicado em 1930 (Viana, 1930). Não por acaso, este seu trabalho é dedicado a José Leite de Vasconcelos, Félix Alves Pereira, antigo conservador do Museu Etnológico e que de terras minhotas regularmente publicava notícias arqueológicas, e Joaquim Fontes, que, sendo o descobridor da estação de Camposancos, que fazia descer até ao litoral de Pontevedra a presença de indústrias então integradas no Asturiense (Fontes, 1925), publicou ainda importantes contributos sobre a arqueologia do Minho, com destaque para o santuário do Gião, Arcos de Valdevez. Ver nota 7.

600 escudos por mês que servem de paga aos meus serviços de professor primário e que faço neste magro vencimento um rombo mensal de 60 a 70 escudos só para publicações de arqueologia, entomologia e pedagogia, não posso, dizia eu, obter por compra a referida colecção. Por isso me ocorre perguntar a V. Ex.^a, e apelando, é claro, para os bons ofícios de V. Ex.^a, se o Museu Etnológico não poderia em ceder-me, não digo a colecção completa mas os volumes que me pudesse dispensar, a trôco de 200 ou 300 picos [sublinhado a lápis vermelho por Leite de Vasconcelos] por que eu me comprometo a remeter-lhe⁹.

Esta, porém, não é uma condição; é, apenas, uma solicitação que eu reputo justificada de sobra pelo objectivo a que visa – o de se facultar elementos a quem trabalha e deseja trabalhar mais e melhor, por quanto, convenha ou não convenha, seja ou não seja possível ao Museu Etnológico em ceder-me êste favor, aliás muito valioso, comprometida fica a minha palavra, perante V. Ex.^a, quanto à remessa do que ao Museu me proponho ceder [estas três últimas linhas assinaladas a lápis vermelho por Leite de Vasconcelos].

Tento, em suma, a cumplicidade de V. Ex.^a, furtar a um Estado negligente, avêso mesmo a quaisquer obras de assistência intelectual, alguns livros desse valor que fica muito àquem do que êle podia e devia pagar-me, não só por aturar rapazes como por queimar as minhas horas vagas, não em políticas de campanário mas em servi-lo por vários modos, fraca mas continuamente.

Deixo a V. Ex.^a por juiz desta causa.

Conto poder instalar numa sala do Museu de Viana, especialmente destinada aos materiais por mim recolhidos, tudo quanto até à data tenho encontrado, referido a diferentes períodos arqueológicos¹⁰. Talvez alguma coisa mais toque ao Museu de Belém [última frase sublinhada a lápis vermelho por Leite de Vasconcelos]. De resto, porei todo o meu empenho em dar a máxima publicidade às minhas investigações, para que aproveitem a quem possa ver muito mais longe do que eu. Foi com êsse intuito que remeti para o Sr. Serpa Pinto, para os R.os Padres do Colégio da Passagem – em vista ao R.º Eugénio Jalhay e à «Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia» o número do jornal «Notícias de Viana» no qual, [estas duas últimas linhas assinaladas a lápis por Leite de Vasconcelos] em despretenioso artigo, tratei sumariamente das estações do «Asturiense» por mim encontradas [estas duas últimas linhas assinaladas a lápis azul por Leite de Vasconcelos]¹¹.

⁹ É extraordinária a pertinácia de Abel Viana: não podendo, por razões económicas, adquirir as obras científicas que se afiguravam indispensáveis à sua atividade, propôs uma solução que hoje se afiguraria deslocada, mas que na época fazia absoluto sentido.

¹⁰ Ver nota 6.

¹¹ O «despretenioso artigo» a que se refere esta missiva corresponde ao mencionado na nota 5, datado de 22 de setembro de 1928, sincrónico do artigo de Rui de Serpa Pinto publicado naquele mesmo ano de 1928 na revista da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (Pinto, 1928), embora com anterioridade, pois A. Viana refere que

Mais tinha ainda para comunicar a V. Ex.^a mas, repêso já do tempo que tirei a V. Ex.^a e que para V. Ex.^a é mais precioso do que para mim, deixo para outra vez.
Sou, de V. Ex.^a admirador, at. O.º e muito grato

Abel Viana

Documento n.º 8

CoR JLV 3551/23203 – carta autógrafa

Ex.^{mo} Snr. Doutor Leite de Vasconcelos

A resposta de V. Ex.^a à minha carta de 18 do corrente veio encher-me de satisfação e, ao mesmo tempo, tirar-me de apreensões.

Cheguei a arrepender-me de ter falado no «Archeólogo», não fosse V. Ex.^a, por deficiência da minha maneira de exprimir, ajuizar mal das minhas intenções. Mas vejo que V. Ex.^a me julgou benévolamente.¹²

Êsses livros representam para mim uma verdadeira fortuna. Isolado na aldeia, tendo na minha frente um rico filão a explorar, mas indeciso no trabalho de mina, por falta de obras de consulta, que não possuo, e de biblioteca pública ou particular de que me sirva, fico as mais das vezes impossibilitado de revelar materiais que porventura podiam bem servir os cientistas do nosso País, pelo temor de de [sic] extemporâneamente em assunto já conhecido e suficientemente esclarecido.

o mesmo foi distribuído em maio de 1928 (Viana, 1929, p. 6 da separata). O envio por parte de Abel Viana do seu artigo ao Padre Eugénio Jalhay explica-se pelo facto de aquele jesuíta, depois da sua primeira publicação de 1925, dedicada à presença de produções atribuídas ao Asturiense no litoral galego, ter continuado a publicar sobre esse tema: naquele mesmo ano de 1928 viria a lume outro estudo sobre o dito Asturiense de La Guardia, na foz galega do rio Minho (Jalhay, 1928), igualmente aparecido antes do artigo de Abel Viana no «Notícias de Viana», pois é ele próprio que informa que o mesmo veio a lume em fevereiro de 1928 (Viana, 1929, p. 6 da separata).

¹² Referia-se Abel Viana à sua proposta de trocar volumes de «O Arqueólogo Português» por 300 picos, exposta na missiva anterior (ver nota 9). Por certo, Leite de Vasconcelos compreendeu bem a determinação do seu correspondente, ele que sempre valorizou o conhecimento e que bem conhecia as dificuldades de quem pretendia seriamente valorizar-se, a partir da leitura, como aconteceu com ele próprio. Contudo, importa não esquecer que, à data da redação desta missiva, estava Leite de Vasconcelos de saída como diretor do então Museu Etnológico, atingido pelo limite de idade que o impediu de permanecer à frente da Instituição que fundara, já que perfizera os 70 anos a 7 de julho de 1928. Nestes termos, compreende-se que a sua capacidade de intervir a favor da pretensão de Abel Viana, no sentido de lhe remeter os volumes de «O Arqueólogo Português» pretendidos, era diminuta, até porque o seu sucessor à frente do Museu era muito pouco sensível a este tipo de pedidos. Foi o que se verificou, na mesma época, com um colaborador de «O Arqueólogo», A. I. Marques da Costa, com base na correspondência por este remetida a Leite de Vasconcelos (Cardoso, 2014a), e que, até com mais propriedade, visto ser autor de artigos publicados naquela revista, solicitou naquele sentido os bons officios do seu correspondente.

Mais se torna a minha tortura em a certeza de que há tanta coisa ainda por revelar e que era bom pôr em evidência.

Não imagina V. Ex.^a o trabalho que me deu durante a minha curta permanência no Pôrto, há oito anos, extrair dos livros de V. Ex.^a, sobretudo das «Religiões da Lusitânia», os apontamentos de que precisava, tendo de frequentar a biblioteca de S. Lázaro à custa de faltas ao Curso de Aperfeiçoamento de Professores do Primário, as quais redundaram em deduções nos meus vencimentos e na contagem do tempo de serviço para efeitos de diuturnidades e de reforma.

Passando ao «Asturiense».

As minhas explorações deram em resultado 1.200 peças e as notas respeitantes à maneira como procedi a essas explorações.

A estação vista por mim é sem dúvida, ainda mais importante que a de Âncora, estudada pelo Sr. Dr. Serpa Pinto¹³. E só os azares da minha condição de professor primário impediram que eu fosse o primeiro a verificar a existência do «Asturiense» em Portugal, circunstância, para mim de pouca ou nenhuma importância.

O que é certo é que tenho em meu poder a mais vasta colecção de instrumentos do «Asturiense», contando entre eles tipos inéditos, ao que me parece, e que decerto virão dizer algo de novo à arqueologia.

Neste momento estou desenhando algumas dessas peças, para o trabalho que pretendo publicar, não sei se na «Brotéria» se na «Portucale».

O meu ideal era fazer um álbum de desenhos de tôdas as peças, decrevendo-as minuciosamente – dimensões, pêso, côr e outras particularidades. Não poderei certamente levar por diante esta intenção mas, pelo menos, falo-hei quanto à maior parte delas.

Dos 1.200 picos, lâminas, raspadores, pêsos, «coup-de-poing» e outros instrumentos ainda inominados dos quais espero que seja V. Ex.^a o padrinho¹⁴, cerca de 50% estão bastante rolados, mas conservam as necessárias características para uma pronta identificação.

Nas próximas férias do Natal voltarei a pesquisar na estação, esperando obter mais cópia de materiais.

Só falo por agora no «Asturiense».

Breve direi a V. Ex.^a do que tenho observado a respeito de outros períodos arqueológicos.

¹³ Referia-se à estação por ele atribuída ao Asturiense da praia da Areosa, a Norte de Viana do Castelo, dada a conhecer no jornal «Notícias de Viana», a 22 de setembro de 1928 e publicada logo no ano seguinte (Viana, 1929) (ver nota 5). Ali, a riqueza e abundância de indústrias então integradas no Asturiense é tal que, ainda hoje, se recolhem sem dificuldade belos picos nas cascalheiras acumuladas na maré baixa, entre os afloramentos rochosos que pontuam o litoral.

¹⁴ Referência de consideração amigável por parte de Abel Viana a Leite de Vasconcelos, consagrado linguista, sempre atento à correção de erros produzidos por terceiros, por vezes reputados colegas, como foi o caso da célebre polémica com Cândido de Figueiredo.

Por êste correio seguem os três números do «Notícias de Viana» em que trazei do «Asturiense». São artigos de mera vulgarização, para entretenimento do leitor e incitá-lo ao estudo, de acôrdo com os intuitos da secção que mantenho nesse jornal, subordinado ao título «Sabenças e Lérias». Só o primeiro terá interesse para V. Ex.^a.

Por estes dias enviarei a V. Ex.^a fotografias e desenhos de alguns instrumentos, a fim de V. Ex.^a me elucidar a respeito dêles, visto que se trata de tipos inéditos e eu desejo dar a público, no meu trabalho, a opinião de V. Ex.^a¹⁵

Desculpe V. Ex.^a pelo tempo que lhe faço consumir na leitura desta e queira ordenar ao que é de V. Ex.^a admirador

Ad. Am. muito grato

23/11/928

Abel Viana

Seixas, Minho

Documento n.º 9 (fig. 6)

CoR JLV 3551/23204 – postal autógrafo, carimbo com data 31 Dez 28

Viana, 30/12/1928

Ex.mo Sr. Dr.

Tenho já pronto o caixote com as pedras. Deve seguir na próxima quinta-feira pelo caminho de ferro, em pequena velocidade.

Só pude meter no caixote 176 pedras, por recear que rebentasse no caminho pelo excessivo pêso. Por ocasião do Carnaval remeterei outras tantas, em caixote igual¹⁶. Não o faço agora porque além de andar adoentado, tenho tido uma traba-

¹⁵ No primeiro artigo publicado por A. Viana em revista científica, dedicado à Arqueologia, no caso sobre a importante estação de Areosa, a Norte de Viana do Castelo (ver nota 13), não é feita qualquer menção a Leite de Vasconcelos, sendo aquele estudo dedicado a Cláudio Basto, um dos editores/diretores da revista, conjuntamente com Augusto Martins e Pedro Vitorino (Viana, 1929).

¹⁶ Este trecho da missiva não deixa dúvidas de que, logo em 1928, foi efetuada por Abel Viana, para o Museu Etnológico, ainda dirigido por Leite de Vasconcelos, importante remessa de indústrias então atribuídas ao Asturiense (ver notas 9 e 12).



Fig. 6 – Documento n.º 9, postal autógrafo de Abel Viana datado de 30 de dezembro de 1928, anunciando remessa de indústrias líticas do litoral minhoto a norte de Viana do Castelo para o Museu Etnológico e a publicação dos primeiros resultados, o que se verificou logo no ano seguinte (Viana, 1929). Museu Nacional de Arqueologia. Arquivo Pessoal José Leite de Vasconcelos.

lheira imensa com a disposição das pedras que estou a colocar no Museu daqui¹⁷. Além disso continuo recolhendo mais coisas, quer do Asturiense quer do Paleolítico. No próximo número da Portucale começo a publicar os meus desenhos e as minhas observações a respeito do Asturiense¹⁸, referindo-se lhes os relativos a outros tipos de indústria. Breve escrevo novamente e lhe enviarei a guia do caminho de ferro.

No dia 7 regresso a Seixas.

Anverso do postal

Cheguei aqui em 23 e não voltei a Seixas. Se porventura V. Ex.^a me escreveu para Seixas, desde essa data, ficará sem resposta até ao dia 6 ou 7 do p. Janeiro.

Lem. de V. Ex.^a

Ag. At. O.º

Mt.º grato

Abel Viana

¹⁷ Confirma-se, deste modo, a organização de um sector expositivo no Museu de Viana do Castelo dedicado às indústrias macrolíticas do litoral minhoto.

¹⁸ Ver notas 5, 13 e 15.

Documento n.º 10

CoR JLV 3551/23205 – carta autógrafa

Papel timbrado «Alvorada», revista instrutiva e educativa (Para crianças) Vila Nova de Cerveira

Areosa, 3/1/929

Ex.mº Snr. Doutor

Despachei ontem o caixote. Segue a respectiva guia¹⁹.

Conforme comuniquei no meu postal de 30/12, só pude meter no caixote 176 peças porque tive receio de o carregar de mais.

Vão numeradas de 1500 a 1676. Explicarei a V. Ex.^a a minha orientação.

Tôdas as peças encontradas por mim estão marcadas e numeradas deste modo:

De 1 a 1449 – as que se encontram no Museu Regional de Viana;

“1450 a 1459 – “ “ “ “ “ Liceu de Aveiro;

“1469 a 1499 – “ “ “ “ “ Museu Martins Sarmiento;

“1500 a 1676 – “ “ vão para o Museu Etnológico Português.

Os restantes, em número de 400 peças tôdas escolhidas, muito perfeitas ou caracterizadas por certas particularidades, ficam na minha colecção particular – até ao dia que eu veja oportunidade de as colocar no Museu de Viana – e para segunda remessa a V. Ex. [estas duas últimas linhas assinaladas lateralmente a lápis por Leite de Vasconcelos]. Logo que tenha concluído o trabalho que trago em preparação, tratarei de os enviar. Penso que podê-lo hei fazer nos três dias de férias do Carnaval.

Entretanto logo que chegue a Seixas, enviarei a V. Ex.^a alguns desenhos, para me fazer o favor de elucidar a respeito de vários daqueles instrumentos, e de os baptisar, salvo se V. Ex.^a não me permitir a honra de incluir no meu trabalho em questão a opinião de V. Ex.^a²⁰

Com a outra quantidade de pedras, mandarei uma porção de terra negra (fundo de cabana) que aparece de onde em onde na praia e em lugares aonde vou! Mais aglomeração de picos, terra que me parece perfeitamente idêntica à da estação de Âncora. Vou mandar uma porção certa de terra ao Snr. Dr. Serpa Pinto, a fim de adquirir maior certeza de se tratar da mesma formação sedimentar que êle mandou analisar em Espanha assim o diz no «Asturiense em Portugal».

Em outra carta dizia V. Ex.^a as razões porque numerei as pedras – numeração que eu peço a todos que as conservem – e o que julgo como conveniente que se

¹⁹ Ver nota 16.

²⁰ Ver nota 14.

faça para o estudo perfeito desta estação, – depois da publicação do meu trabalho.

É claro que eu lucro, sem fazer mal a ninguém, em eu ser o primeiro a falar, muito embora diga pouco.

No dia 6 farei mais uma excursão ao resto da costa ainda não explorada – cerca de 4 quilómetros mais a juntar aos 5 já vistos por mim.

Suponho que a praia pode dar ainda mais de dois mil picos. Na verdade, eu só, nos raros dias que por aqui posso vir, não posso carregar com tanta pedra, com o trabalho ainda de tomar os apontamentos convenientes²¹.

Pelo transporte das pedras daqui para Viana nada se gastou porque levei-as com as do Museu de Viana, numa carroça da Câmara.

As restantes despesas são insignificantes. Julgo que os instrumentos foram bem acondicionados.

Sem mais maçada para V. Ex.^a, e num até breve, subscrevo-me de V. Ex.^a Adm.or At.e Ob.º e muito grato

Abel Viana

P.S. Pode V. Ex.^a escrever-me para Seixas, Minho [escrito lateralmente ao longo do texto]

A. V.

Documento n.º 11

CoR JLV 3551/23206 – postal autógrafo, carimbo com data 19 Jan 29

Seixas, 19-1-929

R [Respondido]

Ex.mo Senhor Dr.

Remeti, em 4 ou 5 do corrente, o caixote com as pedras, assim como uma carta registada e a guia do Caminho de Ferro.

Teria chegado tudo isso aí sem novidade?

Sei pelos jornais que V. Ex.^a em 6 do corrente se encontrava em Elvas. Já regressaria a Lisboa?

²¹ Ver nota 13.

Como não obtive resposta envio êste, não vá o caixote estar aí no Caminho de Ferro a render armazenagem.

Quanto aos livros, preferiria os que dizem respeito ao paleolítico. No entanto, tudo serve²².

Caso as despesas de correio sejam grandes, posso pagá-las eu, remetendo V. Ex.^a a cobrança na importância aproximada dessa despesa.

Sou com a máxima consideração de V. Ex.^a Ad.or At. O.
do e muito grato

Abel Viana

P.S. No próximo número da Portucale começo a publicar os meus desenhos e relativas notas, sôbre a est.ão de Areosa²³.

Documento n.º 12

CoR JLV 3551/23207 – postal autógrafo, carimbo ilegível

Seixas, 23-1-929

Ex.^{mo} Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos:

Respondo ao primeiro postal de V. Ex.^a.

Não percebo bem o que V. Ex.^a deseja, àcerca do meu título oficial.

Se é o que penso, não tenho outros títulos oficiais, além de – professor oficial de Seixas, Minho e ainda êste:

- Juiz de Paz de Seixas, Minho. Costumo, por brevidade, omitir dois dos meus apelidos. Rigorosamente, a minha direcção será esta.

Abel Gonçalves Martins Viana

Professor oficial de

Seixas, Minho

Sou com a máxima consideração, Ad.or At. O.do e muito grato

Abel Viana

²² Confirma-se que, em troca desta importante amostragem arqueológica, Leite de Vasconcelos remeteu a Abel Viana os volumes de «O Arqueólogo Português» que conseguiu reunir para o efeito (ver notas 9, 12 e 16). É interessante notar que, para este último, todos os livros lhe serviam, tal era a curiosidade do próprio em obter informações sobre quaisquer questões do foro científico.

²³ Ver nota 18.

P.S. Vi hoje no «Século» (súmula da última sessão da Ass. dos Arqueólogos) uma afirmação que não me soube muito bem. A estação de Areosa não poderá ser nunca desbaratada. Julgo ter procedido com o máximo escrúpulo. Prová-lo-hei no estudo que aparecerá brevemente. O que eu não tiver podido enxergar, poderá enxergá-lo outrem, desde que eu lhe faculte os apontamentos meticolosos das explorações que fiz. E porque o meu desejo é que tôda a luz se faça, em vez de me calar estúpidamente me apressei em dirigir aos arqueólogos dos mais competentes do país, solicitando-lhes a atenção. Aqui me tem para esclarecer o que for preciso, quanto às condições da jazida. Quanto ao material recolhido, o melhor estava com recato, perfeitamente a salvo dos ataques dos curiosos²⁴.

A. V.

Documento n.º 13

CoR JLV 3551/23208 – carta autógrafa enviada a Francisco Valença. Anotação manuscrita de Leite de Vasconcelos, no canto superior direito «a F. Valença»

Seixas, 25/2/929

Ex.^{mo} Senhor:

Respondo ao postal que V. Ex.^a fez o obséquo de enviar-me.

Tinha ideia de já ter escrito ao Sr. Dr. José Leite, ou ao R.^o P.e Jalhay, a acusar a recepção dos livros e a agradecer-lhes. É possível, no entanto, que eu não passasse da intenção pelo que, rogo a V. Ex.^a o favor de lhes transmitir o meu pedido de desculpas.

Recebi os seguintes n.^{os} do Archeologo: XV-XVII-XIX- XXI-XXII- XXIV e XXV.

²⁴ Consultando as súmulas das atas da secção de Arqueologia Pré-Histórica da Associação dos Arqueólogos Portugueses, relativas ao ano de 1929/1930 (Costa, 1930, p. 141-145), verifica-se que houve diversas intervenções de arqueólogos dedicadas à exploração do litoral minhoto (Joaquim Fontes, Eugénio Jalhay, e Afonso do Paço). Este último arqueólogo tinha feito, ao mesmo tempo que se publicava o estudo de Abel Viana sobre a estação de Areosa, uma comunicação à referida Associação, sobre a estação vizinha de Carreço, como é referido por Abel Viana (Viana, 1929, nota 1, p. 47 da separata). É possível que, no decurso das apresentações ou dos debates destas comunicações, tenham sido discutidos os resultados entretanto obtidos por Abel Viana. É interessante verificar a disponibilidade de Abel Viana para debater e colaborar com os arqueólogos que, como ele, estavam interessados no estudo das indústrias sobre seixos do litoral minhoto, ao declarar: «...instei junto do R.mo P.e Jalhay, tendo-me êste distinto cientista e meu ex.mo amigo comunicado os seus bons officios para que um grupo de arqueólogos nacionais faça, em breve, um estudo da estação *in situ*» (Viana, 1929, p. 46 de separata). Como se vê, maior e genuína transparência nestas sempre difíceis relações interpares não seria possível.

Possuo também o xxvi que eu comprei há tempos e julgo ser o último publicado.

Desejava, agora, comprar mais alguns, entre os quais o iii. Como não sei quais os esgotados nem o preço dos que existem, muito grato ficaria a V. Ex.^a se me dissesse quantos são os Vol.s de que ainda há exemplares à venda e quanto custa o exemplar de cada volume²⁵.

Pará V. Ex.^a o favor de não enunciar ao Sr. Dr. José Leite, nem ao Sr. P.e Jalhay o pedido que a V. Ex.^o dirijo, quanto a estas informações. Tendo-me o Sr. Dr. José Leite oferecido aqueles vol.s, pode agora imaginar que se trata duma insistência, e bem descabida, da minha parte.

Dir-me há também V. Ex.^a se os volumes que eu adquirir podem vir oficialmente, em remessa do Museu, para evitar despesas de envio.

Agradecendo desde já, subscreve-se o de V. Ex.^a
At.e pnd. e O.^o

Abel Viana

Prof. oficial em
Seixas – Minho

Documento n.º 14

CoR JLV 3551/23209 – carta autógrafa

R [Respondido]

Seixas, 16/3/929

Ex.^{mo} Sr. Dr. José Leite de Vasconcelos

Leio nos jornais que V. Ex.^a, por motivo da lei do limite de idade, deixa a direcção do Museu Etnológico Português²⁶.

²⁵ Em troca da remessa de, pelo menos, 176 peças, Leite de Vasconcelos remeteu para Abel Viana 7 volumes de «O Arqueólogo Português» (ver nota 22). Pretendia este, todavia, obter mais exemplares desta importante revista científica, e por isso solicitou os bons ofícios de Francisco Valença, então desempenhando as funções de desenhador no Museu Etnológico.

²⁶ Com efeito, Leite de Vasconcelos perfez os 70 anos a 7 de julho do ano anterior (1928), sendo por isso atingido pelo limite de idade para funções públicas, o que aconteceu logo que a legislação sobre a matéria se publicou. A 18 de março de 1929, o Decreto 16624 determinou a nomeação de Leite de Vasconcelos como diretor honorário do Museu, o qual passou a chamar-se «Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcelos». Depois de curto período de interregno, foi substituído por Manuel Heleno, que iniciou funções a 13 de agosto de 1930, o qual passou a deter todas as responsabilidades e prerrogativas inerentes ao cargo (ver Coito, Cardoso e Martins, 2008, p. 219). Manuscrito autógrafa das

Quero crer que não é sem desgosto que se vê empellido a deixar êsse valioso estabelecimento, onde tudo testemunha a inexcedível competência de V. Ex.^a e bem assim o considerável número de anos inteiramente devotados ao trabalho.

Suponho que o afastamento será mais aparente do que real – nem V. Ex.^a abandonaria com prazer uma obra cujas parcelas são outras tantas etapas da sua vida laboriosa, nem haverá ninguém capaz de lhe negar o direito de continuar a olhar por ela –; compreendo que o novo Director, como discípulo, e hum criado por V. Ex.^a no amor e interesse do Museu, deve ser alguém que saiba e que possa arcar com as responsabilidades de tam pesada sucessão; penso, ainda, que, livre do encargo do Museu, deva V. Ex.^a ter muito tempo para nos dar vastas e preciosas lições que só a fugacidade do tempo lhe tem impedido de juntar às inumeráveis que de V. Ex.^a tem recebido, no entanto, e presumindo que o facto da sua separação do serviço oficial não lhe é absolutamente agradável, venho cumprimentar V. Ex.^a, como admirador constante e de humilde préstimo²⁷.

Subscreve-se, com a máxima consideração quem é de V. Ex.^a

At. Pnd. e O.º

Abel Viana

P. S. Saiu o n.º 7 da Portucale, o qual insere uma parte do valioso trabalho que pude fazer a respeito da estação asturiense de Areosa²⁸ (fig. 7). Até aí as novidades são poucas. No resto do estudo aparecem coisas de mais interêsse. Em nota, na última parte da notícia, declaro que todos os instrumentos descritos, assim como todos aqueles de que dou fotogravura (fig. 8) ficarão no Museu Regional de Viana, sob condição de passarem a propriedade do Museu Etnológico Português, logo que o Museu de Viana se desorganize, se feche ao público por período superior a um ano, não os exponha convenientemente ou deixe extraviar alguns deles²⁹.

prorrogativas que Leite de Vasconcelos pretendia conservar, apesar de aposentado, as quais seriam fixadas através de Portaria, reproduzido na p. 219 daquela obra, não chegou a publicar-se, por evidente impossibilidade legal.

²⁷ Com efeito, apesar de Manuel Heleno ter sido, no campo da arqueologia, o discípulo direto de Leite de Vasconcelos, o poder deste, no seio do Museu que fundara, tornou-se, como seria natural, apenas de caráter moral logo que o novo diretor tomou posse, apesar de continuar a pugnar até à morte pelo engrandecimento da Instituição. Prova disso é carta que endereçou a Manuel Heleno poucos dias antes de falecer, onde lhe declara, não sem uma ponta de humor, que, até na cama conseguia obter espólios para o Museu...no caso, uma inscrição romana! (Coito, Cardoso e Martins, 2008, p. 279).

²⁸ Trata-se do valioso e aprofundado estudo dedicado à estação dita asturiense de Areosa, recorrentemente referido nas notas anteriores (Viana, 1929). Ver notas 5, 15, 18, 23.

²⁹ Efetivamente, em nota de pé de página da publicação (Viana, 1929), Abel Viana confirmou o que nesta missiva já anunciava a Leite de Vasconcelos, com uma pequena alteração: enquanto na missiva referia o fecho ao público do Museu de Viana por um período superior a um ano seria suficiente para que a coleção constituída pelos 1021 exemplares líticos da Areosa fosse remetida para o Museu Etnológico, na publicação menciona que esse período seria de dois anos.



Fig. 7 – Rosto da separata do primeiro trabalho de Abel Viana dedicado à estação de Areosa (Viana, 1929).

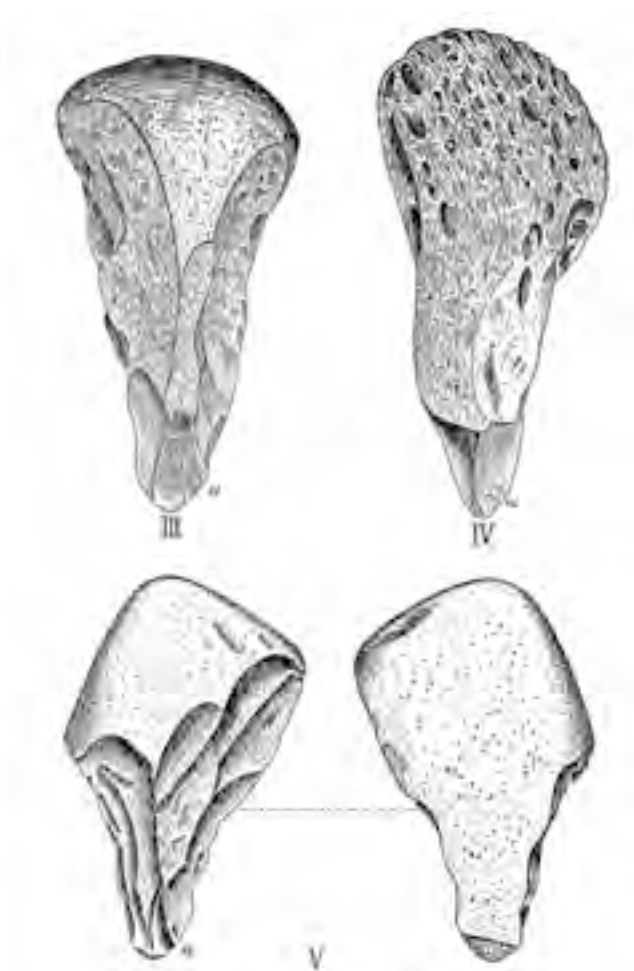


Fig. 8 – Picos desenhados por Abel Viana da estação de Areosa, segundo apurada técnica inspirada na obra sobre o Asturiense, do Conde de la Vega del Sella, de 1923 e por ele publicados em 1929 (Viana, 1929).

Logo que tenha o documento de contrato com a Câmara, remete-lo-hei para Lisboa, a fim de ser apreciado na Secretaria do Museu Etnológico.

É claro que estes instrumentos (os melhores da estação) não são aqueles de que eu já dei conta antes ao R.^o Jalhay e que remeterei para Lisboa logo que tenha ocasião.

Aproveito o ensejo de agradecer muito a V. Ex.^a os números do «Archeólogo» que teve a bondade de me enviar. Prestou-me V. Ex.^a uma valiosíssima ajuda. Certo eu nunca os poderia comprar.

V.

Documento n.º 15

CoR JLV 3551/23210 – carta autógrafa mais 1 anexo

Areosa, 17/Set.º 1929

Ex.mo Snr. Dr. Leite de Vasconcelos:

Remeto a V. Ex.^a a cópia do requerimento que apresentei á Junta de Educação Nacional.

Por êle verá V. Ex.^a o que pretendo.

Rogo a V. Ex.^a não só a declaração de acquiescência como o apoio que, por outros meios, queira dar ao meu pedido.

Se obtiver êsse subsídio, ficarei apto a percorrer todo o Alto Minho e possivelmente a salvar tantas coisas que dia a dia se vão perdendo.

Caso me seja conferida a bôlsa, apresentarei a V. Ex.^a, e aos Srs. Drs. Joaquim Fontes, Félix Alves Pereira e Cláudio Basto o plano de trabalhos que estabeleci, a fim de colher de cada um as instruções relativas a cada parte em que o plano está dividido.

O subsídio permitir-me há também ir de vez em quando a Lisboa submeter ao exame de V. Ex.^a o produto das minhas pesquisas, bem como servir-me mais largamente do correio³⁰.

Uma das minhas ambições é dotar o Museu de Belém e o de Viana-do-Castelo com boas colecções do Alto Minho.

Subscreve-se o de V. Ex.^a Ad.º At.º Ob.º

e mt.º grato

Abel Viana

P.S. Os desenhos de «espantalhos» são difíceis de obter nestas aldeias à beira do caminho de ferro. Com a rápida mudança de costumes, desapareceram quase por completo. No interior ainda aparecem. Veremos o que posso obter³¹.

³⁰ Este pedido de apoio financeiro solicitado à Junta Nacional de Educação, com recomendação de Leite de Vasconcelos e de outros importantes arqueólogos e etnólogos do seu tempo, foi deferido, o que se conclui do conteúdo de missivas ulteriores. No estudo dedicado às estações paleolíticas do Alto-Minho publicado na revista «Portucale» em 1930 (Viana, 1930), associou já o seu nome à situação de «Subvencionado pela Junta de Educação Nacional». Abel Viana, por seu turno, não esqueceu os seus apoiantes e protetores, dedicando a José Leite de Vasconcelos, Félix Alves Pereira e Joaquim Fontes este seu importante estudo. Omite o nome de Cláudio Basto, possivelmente por lhe ter dedicado o estudo publicado na mesma revista, no ano anterior (Viana, 1929).

³¹ É interessante verificar que os pedidos de informação de Leite de Vasconcelos se centravam, nesta altura da sua atividade, no domínio da etnografia, o que se compreende pelo facto de, então, toda o seu esforço intelectual se encontrar dirigido para a redação da sua obra monumental «Etnografia Portuguesa», a qual foi iniciada já tardiamente na sua vida, no ano em que perfazia 70 anos de idade (ver nota 63).

Peço a V. EX.^a para remeter a declaração aqui para Areosa, Viana-do-Castelo, até 30 do corrente, e para Seixas, Minho, dessa data por diante.

Viana

[P.S. escrito lateralmente ao longo do texto]

Anexo 23210A

Cópia

Il.º Sr. Presid.te da Junta de Educação Nacional

Abel Gonçalves Martins Viana, professor de Ensino Primário Elementar, de trinta e três anos de idade, casado, natural da freguesia de Santa maria maior de Viana-do-Castelo, residente na freguesia de Seixas, concelho de Caminha e distrito de Viana-do-Castelo, julgando-se nas condições da alínea b e c do concurso para concessão de bolsas de estudo aberto pela Junta de Educação Nacional e desejando o auxílio de uma bôlsa a fim de prosseguir e completar as suas investigações arqueológicas e etnográficas no Alto-Minho (distrito de Viana-do-Castelo), trabalhos que efectuará sob a superintendência do Sr. Dr. Joaquim Fontes, Félix Alves Pereira, José Leite de Vasconcelos e Cláudio Basto, sendo a finalidade dos nossos trabalhos a descoberta, estudo e recolha de materiais arqueológicos e etnográficos nas revistas nacionais da especialidade e no Museu José Leite de Vasconcelos, antigo Etnológico Português e Museu Regional de Viana-do-Castelo, como prova com os documentos e declarações de acquiescência que junto, deseja lhe seja concedida a bôlsa mensal de quatrocentos escudos, durante o período de três anos, que é quanto supõe bastante para dar cumprimento ao seu plano de trabalhos, pelo que,

Pede deferimento

(a) *Abel Gonçalves Martins Viana*

Documentos a juntar:

- = Publica forma do bilhete de identidade
- = Curriculum vitae
- = Declaração de acquiescência do Sr. Dr. José Leite
- = Idem do Sr. Dr. Joaquim Fontes
- = Idem do Sr. Dr. Félix Alves Pereira
- = Idem do Sr. Dr. Cláudio Basto

= Idem do Sr. Director do Museu Etnológico de José Leite de Vasconcelos
= Idem do Vereador do pelouro da Instrução, Museu e Biblioteca da C. Municipal de Viana

Documento n.º 16

CoR JLV 3551/23211 – carta autógrafa

Abel Viana

Areosa

Viana-do-Castelo

Areosa, 20 /9/929

Ex.^{mo} Snr. Dr. José Leite de Vasconcelos

Por esquecimento não mandei a V. Ex.^a, com o pedido que fiz de me passar uma declaração de acquiescência em superintender nos meus trabalhos, a meia folha de papel selado em que a declaração deve ser passada.

A do Snr. Dr. Cláudio Basto já seguiu para a Junta de Educação Nacional. Soube, agora, que o presidente da Junta é o Snr. Dr. Agostinho de Campos.

Desculpe-me V. Ex.^a tanto pedir, mas se V. Ex.^a se der com o Snr. Dr. Agostinho de Campos, como presumo, muito me ajudaria com dar-lhe de mim as referências que entendesse convenientes.

Por êste correio, envio a V. Ex.^a um número do «Notícias de Viana». Há nele um artigalhaço a propósito da citânia de St.^a Luzia. Trata-se de uma polémica combinada entre mim e a Confraria de St.^a Luzia. Eu digo de cá, ela diz de lá, tudo com o fim de dar à Confraria pretexto para levar para tribunal uma questão contra indivíduos que abusivamente tomaram posse dos terrenos da «citânia».

Logo que a Confraria tome posse dos terrenos, cuidará da reconstituição da citânia, trabalho que ela pensa confiar-me e que eu, por minha vez, ponho sob a direcção da Associação dos Arqueólogos, em especial sob a do Snr. Dr. Félix Alves Pereira.

A ver se ainda é tempo de salvar aquilo.

Ainda ontem tratei de transportar para o Museu de Viana algumas mós manuais, bastante perfeitas, que alguém lá no monte havia escondido num barraco.

O penedo com insculturas que lá estava, destruíram-no completamente³².
Não largarei o caso.

Rogando desculpa da impertinência, subscreve-se o de V. Ex.^a o
Ad.or At.e O.º e muito grato

Abel Viana

P.S. Vai por êste correio um exemplar do Número único do «Notícias de Viana», com um artigo meu sobre danças populares.

A. Viana

Documento n.º 17

CoR JLV 3551/23212 – carta autógrafa

Seixas, 22/12/1929.

Ex.^{mo} Snr. Doutor:

A carta de V. Ex.^a datada de 17 do corrente e recebida ontem, deu-me uma dupla surpresa.

Fiquei sabendo que a Junta tomou em consideração o meu caso, mostrando-se disposta a atender ao meu pedido, e tomei também conhecimento de que V. Ex.^a me passou a declaração que em tempos lhe solicitei, embora ela nunca me houvesse chegado às mãos. Aí tem V. Ex.^a o motivo porque no processo ela nunca apareceu.

Das pessoas que mencionei no meu requerimento, faltava, apenas, a declaração de acquiescência, passada por V. Ex.^a. Como não a tivesse recebido, pensei que V. Ex.^a, aborrecido pelos seus aturados trabalhos, se tivesse esquecido da minha solicitação, ou que, por motivos da ponderação de V. Ex.^a, não obstante a benevolência que o anima em meu favor, julgasse inoportuna a passagem do documento. Fôsse como fosse, entendi de meu dever não o maçar com nova peti-

³² Para além da investigação arqueológica, Abel Viana não dedicou menos esforços à preservação dos sítios arqueológicos, desde o início da sua atividade, como é bem ilustrado pelo que conta a Leite de Vasconcelos sobre a citânia de Santa Luzia, que não impediram a destruição das insculturas rupestres patentes em afloramento rochoso ali existente, como refere. Muitos anos depois, aquele sítio arqueológico foi alvo de projeto de valorização patrimonial, conduzido por O. da Veiga Ferreira, então arqueólogo consultor da DGEMN, que teve a oportunidade de identificar e publicar outras insculturas rupestres, existentes no espaço habitado (Ferreira et al., 1981).

ção, certo de que V. Ex.^a teria de ser chamado a intervir no caso e, então, a sua valiosa ajuda entraria em jôgo, como entrou.

Resta-me, porque não o fiz no momento em que não me foi permitido fazê-lo, agradecer a V. Ex.^a a decidida protecção que se dignou dispensar-me.

Na carta assinada por V. Ex.^a, reconheço a letra do R.^o P.e Jalhay³³. A êle e a V. Ex.^a dou parte de que no lugar da Igreja-Nova – Vilar de Mouros (onde o Sr. P.e Jalhay esteve comigo e com o Paço, quando me deu a honra da sua visita, em Setembro dêste ano), encontrei mais dois coup-de-poing, um deles em fins de Outubro e outro na última 5^a feira. Noto, pela comparação dos exemplares encontrados com o desenho do que tem sido publicado, provenientes doutras estações do centro e sul do País, que são do que há de melhor, do mais característico chelense e acheulense, e digo do mais característico por lembrar-me de muitas pedras lascadas, de que se tem falado, principalmente atribuídas ao chelense, que não se apresentam tam bem caracterizadas como estas.

Estou preparando a publicação da notícia acerca das estações paleolíticas que tenho encontrado aqui no Alto-Minho. Antes de a mandar para o prelo, porém, enviarei os respectivos desenhos a V. Ex.^a, ao Sr. Dr. Joaquim Fontes, Dr. Felix Alves Pereira e R.^o Jalhay, porque não quero de forma alguma deixar de submeter á apreciação as minhas impressões quaisquer que elas sejam³⁴.

Logo que me seja concedido o subsídio, começarei a enviar a V. Ex.^a uma nota periódica dos trabalhos que puder ir efectuando. Lá para as férias da Páscoa, tenciono passar uns dias em Lisboa, para estudar no Museu de Belém as secções que me interessam.

Perdoe-me o tempo tirado e creia-me de V. Ex.^a

Ad.or At.^o Pen.^o e muito grato

Abel Viana

P.S. O Sr. Serafim Neves, de Viana-do-Castelo que V. Ex.^a muito bem conhece tem picos asturienses muito interessantes de que pode dispor. Se

³³ O facto de Leite de Vasconcelos ter confiança com Eugénio Jalhay, a ponto de lhe ter ditado a carta endereçada a Abel Viana, é motivo de interesse, atendendo à má relação existente entre aquele, enquanto sócio proeminente da Associação dos Arqueólogos Portugueses e o diretor do Museu Etnológico, especialmente depois da polémica questão das joias auríferas do tesouro do Álamo (Moura); a acrimónia é evidente no artigo de Manuel Heleno, a respeito da Associação e dos intervenientes no processo (Heleno, 1935, p. 245, nota 85), entre os quais E. Jalhay assumiu papel de relevo (Costa, 1930, p. 143-145; Cardoso, 1999). A proximidade entre o seu antigo Mestre, a quem devia o lugar de Diretor do Museu Etnológico, e aquela Associação, que amiúde visitava, participando nos seus trabalhos, da qual era Presidente de Honra, não poderia deixar de constituir uma contrariedade para Manuel Heleno.

³⁴ O estudo a que Abel Viana se refere foi publicado logo no ano seguinte, em 1930, e corresponde a extenso e detalhado contributo, inventariando e caracterizando os achados paleolíticos do Alto Minho (Viana, 1930) (ver notas 8 e 30). Encontra-se ilustrado, tal como o seu artigo de 1929, por desenhos de elevada qualidade feitos a ponta seca, sem dúvida inspirados nos desenhos reproduzidos na obra do Conde de la Vega del Sella, dedicada ao Asturiense das Astúrias, que aliás é citada (Vega del Sella, 1923).

V. Ex.^a precisar de mais alguns para o Museu, pode escrever a pedir-lhos, ou encarregar-me de os pedir em nome de V. Ex.^a. O Sr. Neves encontra-se bastante alquebrado, fisicamente, pela doença, pelo que lhe será custoso cuidar da escolha e acondicionamento das pedras, sua marcação, etc. Ora eu sigo hoje p.^a Viana, onde me demorarei até 6 de Janeiro, podendo, portanto, encarregar-me dêsse trabalho.

O melhor no caso de V. Ex.^a pretender as pedras, é escrever ao Sr. Neves, a pedir-lhas, e avisando-me também, por um simples postal, a fim a de eu ir a casa do Sr. Neves e tratar das coisas. Também é bom dizer quantas pedras mais ou menos deseja. O Sr. Neves pode dispôr de mais de quinze centenas³⁵.

No Museu de Viana pôs ele umas quinhentas. Irei marcá-las com o nome dele, proveniência e respectivo número de ordem, agora nestes dias que passarei em Viana.

Viana

Até 6-1-930

Abel Viana

Areosa, Viana-do-Castelo

Documento n.º 18

CoR JLV 3551/23213 – postal autógrafo, carimbo com data 23 Jan 30

Seixas, 22-1-930

Ex.^{mo} Senhor Dr.

Estava persuadido de que tinha mandado para V. Ex.^a os dois primeiros números do jornal, em que sahiu o comêço dos «Subsídios».

Para não demorar, envio mesmo os da minha colecção e, à cautela, registados. Depois, pedi-los-hei à «Redacção».

³⁵ O número de peças recolhidas, referido por Abel Viana (15 000 exemplares) é expressivo da quantidade verdadeiramente extraordinária destas indústrias de base macrolítica ao longo do litoral, e que Serafim de Sousa Neves afanosamente colecionou, como muitas outras relíquias da sua terra. Conforme refere Abel Viana, Leite de Vasconcelos conhecia bem este colecionador de antiguidades, tendo-lhe adquirido, numa das suas passagens por Viana do Castelo, duas arrecadas de ouro, que integram atualmente a coleção do Museu Nacional de Arqueologia. As peripécias que antecederam aquela compra foram relatadas, muitos anos depois, no jornal «Notícias de Viana», de 18 de agosto de 1931 (Coito, Cardoso e Martins, 2008, p. 189).

Da Junta ainda não veio nada³⁶, apesar das boas informações particulares que me chegaram. A demora traz-me bastante inquieto e arreliado. Estou a perder um tempo precioso. Só deploro o tempo e as oportunidades que dia a dia se perdem, e para sempre.

De V. Ex.^a

Ad.or At. Pen. e muitíssimo grato

Abel Viana

Documento n.º 19

CoR JLV 3551/23214 – carta autógrafa. Anotação manuscrita de Leite de Vasconcelos «P^a a hist. da Arq.»

Abel Viana

Seixas – Minho

Seixas, 21/2/1930.

Ex.mo Snr. Doutor:

Acabo de saber que me foi concedida a bolsa de estudo³⁷.

Apresso-me a agradecer a intervenção de V. Ex.^a, intervenção decisiva, pela sua máxima autoridade, de que resultou o lisonjeiro conceito em que me tem a Junta de Educação Nacional.

Vou lançar-me decididamente aos trabalhos concluindo uns e iniciando outros que de há muito não passavam de acalentados projectos. De tudo irei dando parte a V. Ex.^a, minuciosa e metodicamente para que a direcção de V. Ex.^a, com o mínimo dispêndio em tempo, seja a mais eficiente possível³⁸.

Na próxima semana remeto os dois números do «Notícias de Viana» onde saiu o resto dos Subsídios para o Vocabulário Minhoto.

Sou de V. Ex.^a

Ad.or At.º Pnd.º e muito grato

Abel Viana

³⁶ Ver nota 30.

³⁷ Ver notas 30 e 36.

³⁸ Esta disposição de Abel Viana, que não via Leite de Vasconcelos apenas como pessoa de prestígio de quem se podia valer, mas sobretudo como um amigo disposto a acompanhá-lo e a esclarecê-lo benevolmente, justifica que o tenha considerado como um verdadeiro mestre. Era assim Leite de Vasconcelos: disponível e atento para quem dele se abeirava e via com merecimento, e ao mesmo tempo discreto nos apoios que o seu prestígio podia mobilizar.

Documento n.º 20

CoR JLV 3551/23215 – carta autógrafa. Anotação manuscrita de Leite de Vasconcelos

«Hist. da Arq.»

R [Respondido]

Abel Viana

Seixas – Minho

Seixas, 7/4/1930.

Ex.^{mo} Snr. Doutor José Leite de Vasconcelos:

Recebi ontem um cheque da Junta de Educação Nacional, relativo ao subsídio de Jan. – Fev. – Março do ano corrente³⁹. Em consequência disto, devo seguir a Lisboa no dia 21 dêste mês. Aí passarei os dias necessários para visitar o Museu Etnológico e outras colecções de arqueologia, e para falar com V. Ex.^a, com o Sr. Dr. Joaquim Fontes e o Sr. Dr. Félix Alves Pereira. É este o fim da minha ida a Lisboa.

Escrevo hoje mesmo ao Sr. Dr. Joaquim Fontes, dando-lhe parte do meu projecto. Pedi-lhe – e a V. Ex.^a peço também – para propôr à Associação dos Arqueólogos Portugueses a iniciativa de uma excursão a Viana, por ocasião do próximo Congresso de Coimbra, excursão que fará parte do programa do Congresso⁴⁰.

O alvitre parece-me justificável pela existência das estações asturienses no litoral dêste distrito e pelas colecções do Museu de Viana.

A Câmara Municipal, em resposta aos artigos que publiquei no «Notícias de Viana», sobre a necessidade de se modificar a direcção do Museu, encarregou-me de organizar o «Grupo de Amigos do Museu e Biblioteca de Viana».

³⁹ Apesar da grave crise financeira instalada no país, é de destacar a celeridade do processo de concessão da subvenção plurianual por parte da Junta de Educação Nacional a Abel Viana, pois, tendo o processo de candidatura sido submetido apenas em setembro de 1929 (ver nota 30), já a partir de janeiro de 1930 lhe foi possível usufruir do financiamento de 400\$00 mensalmente concedidos para prossecução das suas atividades arqueológicas e etnográficas. Importa referir que aquela subvenção constituía importante ajuda para as despesas de Abel Viana, atendendo a que o ordenado mensal de um professor primário ascendia naquela época a pouco mais de 600\$00.

⁴⁰ Referia-se à realização, em Portugal, em setembro de 1930, da XV Sessão do Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica. Esta reunião, realizada em Portugal 50 anos depois da célebre Sessão de 1880, teve lugar em Coimbra e no Porto, sendo o respetivo volume de atas publicado logo no ano seguinte em Paris. Na sessão de abertura, realizada na Sala dos Capelos da Universidade de Coimbra a 21 de setembro, Leite de Vasconcelos teve oportunidade de sublinhar a recém-descoberta das indústrias então consideradas como asturienses ao longo do litoral minhoto, desde Moledo a São João da Foz, expressando publicamente a importância que pessoalmente conferia a estes achados e, por extensão à atividade de Abel Viana, um dos seus principais atores (Vasconcelos, 1931, p. 27). No entanto, a excursão ao terreno, conforme proposta de Abel Viana, não há registo de se ter realizado.

A Câmara, a meu pedido já mandou fazer mais mostradores, a fim de eu colocar neles as peças escolhidas do «Asturiense» e todo o material paleolítico que possuo. Até à ocasião do Congresso, tratarei de arranjar o Museu, de modo a satisfazer plenamente o interesse dos arqueólogos que o visitarem⁴¹.

Desejaria que V. Ex.^a advogasse na Ass. dos Arqueólogos, a ideia da excursão a Viana. As estações asturienses são de muito fácil acesso.

Tenho mandado para V. Ex.^a o «Notícias de Viana». Por êste correio, remeto o n.º 120, no qual continua a publicação do «Conversas por verso».

V. Ex.^a dar-me há a honra de me receber por alguns momentos, quando eu aí for.

Sou de V. Ex.^a

Ad.or At.º Pnd.º e muito grato

Abel Viana

Documento n.º 21

CoR JLV 3551/23216 – carta autógrafa em papel timbrado Abel Viana – Seixas – Minho

R [Respondido]

3/5/1930.

Ex.^{mo} Snr. Dr. José Leite de Vasconcelos:

Estive aí em Lisboa, desde 21 até 27 do mês findo. Não pude visitar V. Ex.^a como era do meu programa, porque morando V. Ex.^a bastante longe do meu «centro de operações», desconhecendo eu Lisboa (foi a 1.^a vez que lá estive) e tendo de me retirar cinco dias mais cedo do que contava, por motivos imprevistos que me reclamaram a presença em minha casa vi-me forçado a regressar sem ir a

⁴¹ Os espólios oferecidos por Abel Viana ao referido Museu não se encontram expostos na atualidade, o que é para lastimar, não só por corresponderem a manifestações importantes do Homem pré-histórico, mas também porque poderiam constituir evocação ao Vianense que tão denodadamente pugnou pela investigação e preservação do património cultural da sua região natal. Informação prestada a um de nós (J. L. C.) a 31 de março de 2016 pelo Dr. Alberto Antunes de Abreu, de Viana do Castelo é esclarecedora a tal respeito. Assim, muito depois destas ofertas terem sido efetuadas, um antigo diretor do Museu de Viana do Castelo depositou tais espólios no interior de um sarcófago megalítico, misturando todas as peças, que anteriormente estavam devidamente referenciadas a diversos locais de colheita. Mais tarde, outro diretor da Instituição recolheu-as de novo no interior do museu, mas a informação essencial, que era a localização das colheitas, estava perdida para sempre. Atualmente, encontram-se no Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Viana do Castelo.

casa de V. Ex.^a, «número» que eu reservara precisamente para um dos últimos dias que eu deliberara estar em Lisboa.

O fim da minha viagem era visitar alguns museus e falar com V. Ex.^a, com o Dr. Joaquim Fontes e ou com o Sr. Dr. Felix Alves Pereira. Vi minuciosamente as colecções de instrumentos paleolíticos do Museu Etnológico (que é, em todo o sentido da designação, de V. Ex.^a), do Museu do Carmo, do Museu dos Serviços Geológicos e a do Casal do Monte, que o Sr. Dr. Joaquim Fontes conserva na Faculdade de Medicina⁴².

No Museu Etnológico acompanhou-me o Sr. Dr. Manuel Heleno.

Aos Srs. Drs. Fontes, Heleno e Felix Alves Pereira, fiquei devedor das mais cativantes atenções.

O que mais me interessava era ver os utensílios de quartzito, sobretudo pontas e raspadores, sobretudo ainda os provenientes de Arronches⁴³.

De um modo geral, os museus de Lisboa tem poucos instrumentos paleolíticos de quartzito. No dos Serviços Geológicos fixei a minha atenção nalgumas lascas que me serviram de termo de comparação, para a classificação de algumas que tenho encontrado aqui no Minho. Na colecção do Sr. Dr. Joaquim Fontes que me forneceram proveitosa lição. Devo ao Sr. Dr. Fontes informações e ensinamentos preciosíssimos.

Havia levado daqui algumas das minhas peças, daquelas sobre as quais eu não tinha dúvidas. São elas do melhor paleolítico até hoje encontrado em Portugal, no dizer dos Srs. Drs. Fontes e Alves Pereira, os quais se deram ao cúmulo

⁴² A coleção de artefactos paleolíticos que Joaquim Fontes então conservava na Faculdade de Medicina, onde era professor, oriundos da estação de Casal do Monte (Loures), por si descoberta em 1909, foi ulteriormente oferecida aos Serviços Geológicos de Portugal, onde Henri Breuil e Georges Zbyszewski tiveram a oportunidade de a estudar e publicar (Breuil & Zbyszewski, 1942). Joaquim Fontes desempenhou importante papel no estudo do paleolítico português, na segunda década do século xx, depois da publicação da célebre estação do Casal do Monte (Loures), em 1910, por si descoberta no ano anterior, ainda aluno do Liceu de Camões (Fontes, 1910). Tal descoberta tornou-o rapidamente conhecido a nível internacional, por via da sua comparação com diversos congressos então realizados (Cardoso, 2010/2011). O interesse pelo Paleolítico não mais o abandonou, tendo publicado em 1923 o livro de bolso de carácter divulgativo «O Homem fóssil em Portugal» (Fontes, 1923). Não se estranha, pois, que fosse o interlocutor mais adequado para transmitir informações necessárias a Abel Viana para o prosseguimento das suas investigações, a que acresce as suas pioneiras investigações sobre as indústrias então consideradas asturienses, por ele identificadas em Camposancos, Pontevedra (Fontes, 1925), como anteriormente foi referido (ver notas 7 e 8). Por outro lado, Joaquim Fontes era muito próximo de Leite de Vasconcelos, podendo mesmo afirmar-se que foi seu discípulo dileto, especialmente antes de assumir a sua carreira médica, em detrimento da arqueologia, como bem se evidencia pela correspondência trocada entre ambos (Cardoso, 2012).

⁴³ A coleção de materiais paleolíticos de Arronches a que Abel Viana se refere é a depositada no Museu Nacional de Arqueologia, resultando das colheitas efetuadas por Henri Breuil em 1916, quando esteve detido em Arronches sob suspeita de atividades de espionagem (Cardoso, 2016). Os melhores exemplares foram estudados pelo próprio em Paris, para onde os levou (Breuil, 1920), tendo os restantes, em número de mais de três dezenas, sido por ele remetidos ao referido museu, tendo sido noticiados por J. Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1920b). Uma outra coleção, mais importante, encontra-se depositada no Museu dos Serviços Geológicos, resultante das colheitas de Lerenó Antunes Barradas na Caia inferior, tendo sobre a mesma publicado interessante trabalho (Barradas, 1939).



Fig. 9 – Biface acheulense de Lanhelas e seixo afeiçoado de Vilar de Mouros, com inscrições autógrafas de Abel Viana, ambos recolhidos em 1930, no mesmo ano do estudo publicado sobre tais indústrias (Viana, 1930). Museu do LNEG, Lisboa. Fotos de J. L. C.

de trepar ao 4.º andar onde me hospedei, poupando-me desta maneira o trabalho de andar com as pedras às costas⁴⁴.

V. Ex.^a estará lembrado de, nas minhas cartas, eu dizer que estava encontrando peças soberbas⁴⁵ (fig. 9).

Das inúmeras lascas que para mim, são de facto uma indústria lítica mas a que não me atrevo a estabelecer-lhes período, mantiveram os Srs. Drs. Fontes e Felix Alves Pereira as maiores reservas, mas concordando comigo em que se trata de um problema curioso e digno de ser estudado pelos arqueólogos portugueses⁴⁶.

Vamos a ver se consigo, no próximo verão, que venha a Viana a missão arqueológica que há muito estou reclamando.

Para Lisboa, levei comigo o número do «Notícias de Viana» que remeto a V. Ex.^a por este correio. No mesmo número verá V. Ex.^a que consegui iniciar a formação do «Grupo dos Amigos do Museu Regional de Viana-do-Castelo».

Para Lisboa levei também três peças da estação paleolítica que descobri em 14 do mês passado, em Pêso, Melgaço⁴⁷. Hoje de manhã, descobri nova estação, ou melhor, o prolongamento da Igreja Nova (Vilar de Mouros), tendo recolhido 12 peças, duas das quais simplesmente admiráveis⁴⁸.

⁴⁴ Esta forma familiar e pitoresca de Abel Viana se exprimir deveria agradecer sobremaneira a Leite de Vasconcelos. Note-se, a propósito, que o velho professor, já então jubilado, se sentia bem entre pessoas perante as quais não tinha de manter comportamento formal e reservado, próprio da sua posição, que por via de regra se via obrigado a assumir entre colegas. É por isso que gostava de estar entre gente do povo, sempre inquiridor dos seus usos e costumes, e entre alguns dos seus seguidores incondicionais, como Abel Viana, com quem se sentia à vontade.

⁴⁵ Com efeito, na publicação correspondente, encontram-se reproduzidos, em belos desenhos a ponta seca por si realizados, excelentes bifaces acheulenses, recolhidos em diversas localidades minhotas (Viana, 1930).

⁴⁶ Tinha toda a razão Abel Viana em dar importância às indústrias de lascas que identificou. Algumas dessas lascas correspondem a machados («hachereaux») acheulenses, como é o caso do exemplar de Igreja-Nova (Viana, 1930, fig. 23); outras são utensílios que se enquadram bem no conjunto das indústrias do Paleolítico Médio, sob a designação de raspadores de diversos tipos; outras, ainda, podem ser mais modernas.

⁴⁷ Trata-se de um conjunto de bifaces acheulenses, completos e fragmentados, todos eles reproduzidos no referido trabalho (Viana, 1930).

⁴⁸ Devem corresponder aos exemplares reproduzidos nas figuras 12 e 16 do referido trabalho (Viana, 1930).

Nesta data possuo já uns oito «coup-de-poing», de quartzito, duma perfeição como não a tem nenhum dos outros, do mesmo material, dos até agora encontrados noutros pontos do País.

São belíssimas peças de museu.

Breve mandarei a V. Ex.^a as provas das gravuras que mandei fazer (fig. 10).

Em Agosto, ou 2.^a quinzena de Julho, tornarei a Lisboa. Terei o cuidado de ir primeiro a casa de V. Ex.^a desta vez, teria eu ido, logo no 2.^o ou 3.^o dia, se não fôra a condição de só me poder receber depois das 19 horas – horas a que me davam o jantar na hospedaria. Se alguém perdeu com isso, fui eu⁴⁹.

Na Junta de Educação Nacional, disseram-me dos esforços que V. Ex.^a empreendera para que me concedessem a bolsa. Foi V. Ex.^a quem pesou decisivamente no caso.

Com tal patrono, nada mais tenho a fazer, para o honrar, do que trabalhar sem desânimos nem descuidos⁵⁰.

Em Lisboa durante as minhas visitas aos Museus, de tanta pedra que vi, tantos desenhos que fiz e apontamentos escritos que tomei, por duas vezes quasi perdi os sentidos! Não me lembra de ter outra ocasião em que desse igual esticada aos miolos⁵¹.

Desculpe-me V. Ex.^a o atabalhoado desta. Os meus achados de hoje, apesar de eu já estar habituado à descoberta de boas pedras, puseram-me os nervos em alvoroço.

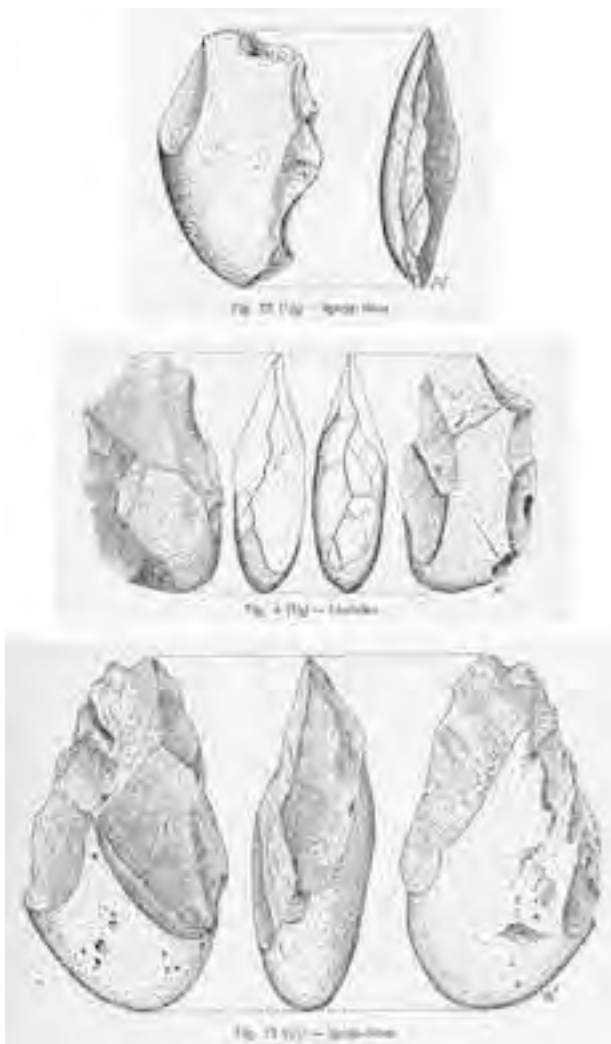


Fig. 10 – Bifaces e «hachereau» acheulenses de Lanhelas e Igreja Nova, desenhados e publicados por Abel Viana (Viana, 1930).

⁴⁹ A imposição de Leite de Vasconcelos só poder receber Abel Viana em sua casa depois das 19 horas reflete a organização rigorosa do seu quotidiano, o qual era pontuado, dia após dia, por rotina cuidadosamente balizada. José Pedro Machado, o último sobrevivente da plêiade de colaboradores de que Leite de Vasconcelos se socorreu nos últimos anos de vida, descreveu essa rotina, com base nas suas lembranças pessoais (Machado, 1999/2000), a par de outros discípulos, que assiduamente frequentavam a sua casa (Coito, Cardoso e Martins, 2008, p. 258).

⁵⁰ Ver nota 38.

⁵¹ Ver nota 44.

Também não pude avistar-me com o R.º P.e Jalhay. De uma boa maçada foi do que êle se livrou.

Sou com a máxima consideração, de V. Ex.ª Ad.or At. V.ºr e
muitíssimo grato

Abel Viana

Documento n.º 22

CoR JLV 3551/23217 – postal autógrafo, carimbo com data de 24/1/31

Seixas, 23/1/931

Ex.mº Senhor Doutor:

Recebi há dias um postal de V. Ex.ª Fala-me de umas fotografias que eu mandara. Não me lembra de ter remetido fotografias a V. Ex.ª. Suponho que se tenha equivocado. Também fala do desenho de espantalho. Disso já V. Ex.ª me falou há bastante tempo. Recordo-me constantemente dêsse desejo de V. Ex.ª mas, por mais diligência que tenha pôsto na caça de um modelo, nada consegui ainda. Os antigos bonecos cederam o lugar a outros meios, menos interessantes sobre o ponto de vista etnográfico porém mais eficazes. Estas localidades de à beira da via-férrea estão-se modificando e descaracterizando a olhos vistos⁵².

Dei ordem na redacção do «Notícias de Viana» para mandarem o jornal a V. Ex.ª, por oferta. Algumas vezes tenho publicado nele notas de arqueologia e etnografia, sem me ser possível mandar a tempo, a V. Ex.ª, os respectivos números. Assim fico mais certo de não faltar. Terá V. Ex.ª a maçada de passar uma vista de olhos por todos os números, mas o jornal é pequeno e depressa se verifica o que contém.

Sou de V. Ex.ª

Ad.or At.º V.ºr e muito grato

Abel Viana

⁵² Ver nota 31.

Documento n.º 23

CoR JLV 3551/23218 – carta autógrafa em papel timbrado: Abel Viana, Montedor-
-Carreço, Minho

30/7/931

Ex.mº Snr. Doutor:

Por este correio remeto a V. Ex.^a os dois exemplares do «Notícias de Viana» que V. Ex.^a deseja. Nada me tem que agradecer, nem teria, fosse qual fosse o serviço que porventura lhe prestasse. Eu é que serei eternamente devedor das atenções e da protecção de V. Ex.^a⁵³

No caso do artigo em questão, seja dado o seu a seu dono. Não fui eu o autor, nem sei ao certo quem fosse. Desde Janeiro do ano corrente que deixei a orientação daquele jornal. Actualmente quem lá está teima em considerar-me como pessoa da casa, embora eu fuja dela, como fujo sistematicamente de tudo quanto representa política de corrilho, política à portuguesa. Desde que saí do jornal, êste tomou um sentido muito diverso, com o que não concordo. Julgo que o artigo é de Manuel Couto Viana, pois me lembro do Neves me ter contado essa história na presença dele. Já a sabia há muito, porque o Neves ma referira por diversas vezes. Não a contaria eu em público, pelo menos enquanto o Neves fosse vivo. Acho que tal episódio deixa o Neves muito mal colocado. Actualmente êste meu amigo perdeu imenso do egoísmo furioso que caracteriza o geral dos colecionadores de velharias. Tenho estes senhores pelos mais prejudiciais delapidadores dos nossos haveres históricos, arqueológicos e artísticos. Para os que estudam, são um grave estorvo. V. Ex.^a repetidas vezes lhes deveria sentir o efeito nefasto. Eis a razão (e eu sou amigo do Neves) eu não me atreveria a contar aquela história. O Neves agora resolveu-se a abrir perante os estudiosos o saco dos seus tesouros, onde há muitas coisas que êle nunca entendeu e não deixou estudar. E tornou-se generoso, mandando para o Museu de Viana algumas peças que, como as demais que possui, primitivamente se destinavam a comércio. Creio que o espírito do Neves se transformou em virtude do excepcional valor que as suas colecções atingiram, valor que impediu que os objectos se dispersassem e quiçá mudassem não só de dono como até de país⁵⁴.

⁵³ Conhecendo-se o espírito rebelde e independente de Abel Viana, reafirmado ao longo da sua profícuca vida [basta para o efeito ler a correspondência remetida a O. da Veiga Ferreira (Cardoso, 2001/2002; Cardoso, 2008)], ganha importância, pela sua genuinidade, esta declaração de incondicional apoio a qualquer solicitação vinda de Leite de Vasconcelos.

⁵⁴ Ver nota 35.

2/8/931

Concluo esta após uma saída forçada para Valença, onde segui para Vigo, regressando agora. Vim encontrar um ofício da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a comunicar-me a minha eleição para sócio correspondente dessa colectividade. Para que eu tivesse esta grata surpresa decerto não deixou de pesar o valioso voto de V. Ex.^a, pelo que me apresso a dirigir-lhe, mais uma vez, os protestos do meu profundo reconhecimento⁵⁵.

Queira V. Ex.^a ordenar a quem é
Ad.or At.^o V.^o e muito grato

Abel Viana

Documento n.º 24

CoR JLV 3551/23219 – carta autógrafa em papel timbrado: Abel Viana, Montedor-Carreço, Minho

4/11/931

Senhor Doutor:

Recebi o postal que fez o favor de me mandar. V. Ex.^a tem todo o direito, e até o dever – o que nem sempre terá é tempo – de me fazer as observações que entender. Com elas só me dá prazer e auxílio, porque, pode crer, tem aqui aluno para lhe aproveitar as lições quanto possa. Os reparos de V. Ex.^a, como os de todas as pessoas de tam elevada categoria científica, deixam-me justamente envaidecido e cada vez mais obrigado a prestigiar, a poder de trabalho, os homens e as coisas relativas à Arqueologia⁵⁶.

No escrito definitivo que me proponho publicar acêrca da «Cova da Moura»⁵⁷, suprimirei todo o capítulo publicado naquele número do «Notícias de Viana»,

⁵⁵ Apesar de precocemente eleito como sócio da Associação dos Arqueólogos Portugueses, a participação de Abel Viana na vida daquela Associação foi sempre diminuta, o que se explica em parte pelo facto de ter residido sempre longe de Lisboa. Por outro lado, as quezílias fúteis que existiam no seu seio pouco o motivariam à frequência da mesma, pois sempre lhe repugnou o tempo perdido, que sabia ser pouco para outras finalidades, por ele consideradas bem mais importantes, e por ele assumidas sempre com o maior empenho. Ver nota 87.

⁵⁶ Ver notas 38 e 50.

⁵⁷ A «Cova da Moura» é uma enorme mamoa situada na freguesia de Carreço, concelho de Viana do Castelo. A sua exploração foi dirigida por Abel Viana, tendo decorrido nos meses de agosto a outubro de 1931. Porém, para além das notícias referidas na missiva, vindas a lume no jornal «Notícias de Viana», nada mais então se publicou. Só em 1953 foi dada notícia desenvolvida das explorações então efetuadas, através de comunicação apresentada ao «III Congresso Arqueológico Nacional», publicada em 1955 (Viana, 1955).

bem como outros que saíram a seguir. A notícia definitiva é para os Arqueólogos; os artigos do «Notícias» são para toda a gente, e em especial para os que não são arqueólogos mas poderão – e oxalá que o sejam – vir a lê-lo. Por isso num artigo do «Notícias» perco tempo em «introduções» descabidas em publicações destinadas a outro meio.

É muito provável, é quase certo, aparecerem em artigos subsequentes algumas inexatidões. Rogo desde já a V. Ex.^a o máximo que me atrevo a rogar-lhe – sacrificar alguns momentos do seu preciosíssimo saber ao esclarecimento de quem dispõe de mais boa vontade que da força necessária para quaisquer empreendimentos.

Não imaginará V. Ex.^a as condições em que trabalho. Sobrecarregam-me preocupações normais, falta de recursos materiais e diversidade de funções obrigatórias ou semi-obrigatórias, não falando já da multiplicidade de assuntos que simultaneamente me dispersam e fatigam a atenção.

Estou agora a escrever-lhe, após seis horas de aula, com 70 alunos, outras seis de trabalho no quintal e quatro de leitura e escrita, duas das quais consagradas à Arqueologia. É pois com a cabeça a escaldar, e as mãos ásperas da sementeira das favas e ervilhas, que neste instante estou cumprindo o dever de responder ao postal de V. Ex.^a Não admirará pois que, em vez de sentença acertada, me saia fava em grosso inchar germinativo⁵⁸.

Tornando ao meu artigo do «Notícias».- O que eu queria dizer é que o Curso de Arqueologia da Faculdade de Letras não garante colocação certa e situação desafogada a quem o faz e deseja consagrar-se inteiramente à Arqueologia. Não garante a todos os que o fazem. A nossa Arqueologia tem sido feita a poder de muita dedicação – e V. Ex.^a mais do que ninguém o sabe e o sentiu, em maçadas e contrariedades de toda a ordem. Não será isto verdade? Era isto o que eu pretendia dizer⁵⁹.

Abstenho-me agora de lhe roubar mais tempo. Breve escreverei a V. Ex.^a, para lhe dar uma sucinta relação das coisas que tenho para o Museu de Viana. É carga para duas ou três camionetas. Tenho objectos de elevado interesse. Dentro de um

⁵⁸ Este estilo mordaz e cheio de humor acutilante conservou-o Abel Viana pela vida fora, como bem evidenciam alguns trechos das missivas remetidas a O. da Veiga Ferreira (Cardoso, 2001/2002; Cardoso, 2008). Como atrás se referiu (ver nota 44), Leite de Vasconcelos, não obstante a sua pose formal e muito contida, mais forçada do que genuína, deveria apreciar a escrita irreverente e informal de Abel Viana, espelho do seu caráter generoso e empenhado.

⁵⁹ É interessante registar a posição crítica de Abel Viana face ao ensino de Arqueologia ministrado na Faculdade de Letras (subentende-se que era a de Lisboa), na altura apenas assegurado por um único professor, Manuel Heleno, tendo presente que Leite de Vasconcelos tinha sido ali catedrático de arqueologia até há bem pouco tempo. Tal posição manteve-a até ao fim da vida. Com efeito, o livro *Algumas noções elementares de Arqueologia Prática*, edição do autor de 1962 (Viana), publicado apenas a dois anos de falecer, ilustra bem a preocupação de facultar a todos os interessados pela arqueologia os princípios básicos, colmatando lacunas do ensino universitário.

ano deverei colocar a secção arqueológica do Museu de Viana à altura das que se encontram em muitos museus do País que pesam já de feita categoria.

Ordene V. Ex.^a a quem é Admirador e imensamente grato

Abel Viana

P.S. Não [?] ainda, propositadamente, à Associação dos Arqueólogos, a minha eleição. Quero acompanhá-la de um novo trabalho meu, e êsse trabalho será sôbre a «Cova da Moura»⁶⁰.

A. Viana

Documento n.º 25

CoR JLV 3551/23220 – cartão datilografado, timbrado «Inspeção do Distrito Escolar de Faro, Gabinete do Inspector», rasurado Director e envelope timbrado com carimbo dos correios de 22.2.37

No verso do envelope anotação manuscrita de Leite de Vasconcelos: # Dois vocabulários, um editado pelo Sr. José da Silva Vieira, e outro de Viana do Castelo, («Linguagem Popular do Alto-Minho») «Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Alto-Minho»⁶¹

Faro, 22 de Fevereiro de 1937⁶²

R [Respondido]

Excm.º Sr. Doutor José Leite de Vasconcelos:

Vou roubar-lhe uns momentos, crime que me perdoará.

Se me fosse permitido, enviaria parabéns ao Secretário da Propaganda Nacional, pelo prémio que atribuiu ao 2.º volume da monumental obra de V. Exc.^a – Etnografia Portuguesa. E mandava parabéns ao Secretariado, porque a V. Exc.^a não há parabéns a mandar, mas sim muita admiração. É V. Exc.^a, sem dúvida, um dos maiores nacionalistas portugueses de todos os tempos, ensinando os portugueses a conhecerem-se, a conhecer a sua terra e o seu passado. Já adquirir, li e reli os dois primeiros volumes da Etnografia.guardo ansiosamente

⁶⁰ Tal trabalho, no entanto, só viria a ser publicado em 1955 (ver nota 57).

⁶¹ Esta última obra é da autoria de Abel Viana, impressa a expensas do autor em 1930.

⁶² Esta missiva interrompe um período de mais de seis anos em que não se conhece o envio de correspondência para Leite de Vasconcelos. À data, já Abel Viana se encontrava em Faro, e é de lá que esta lhe é remetida.

os restantes⁶³. Escusado seria dizer que sinto irreprimível alegria sempre que vejo o meu nome honrado com citações aos meus trabalhos. Que saudade tenho dêsse tempo, e que pênna me aflige, quando vejo que os serviços do cargo que estou desempenhando não me consentem tempo para continuar esses humildes contributos⁶⁴.

Julgo ter remetido a V. Ex.^a todos os meus escritos impressos. Há dois pequenos vocabulários meus, um editado pelo Sr. José da Silva Vieira, e outro de Viana do Castelo, em 1932, o qual denominei de «Linguagem Popular do Alto-Minho» [assinado lateralmente a caneta preta por Leite de Vasconcelos]. Tenho, também, outra brochura, à qual pus o nome de «Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Alto-Minho». Era a primeira de uma série que não pude continuar pelas dificuldades financeiras da publicação⁶⁵. Estive há pouco em Lisboa, mas não pude ir visitar V. Ex.^a. Fui levar umas pedras ao Museu Etnológico, as quatro melhores peças do Paleolítico, talhadas em quartzite, até hoje encontradas em Portugal⁶⁶. Como disse em um relatório que as acompanharam, fi-lo em homenagem ao Ilustre patrono do Museu [assinado lateralmente a caneta preta por Leite de Vasconcelos]. Já não moro no Largo do Carmo, mas sim na Rua de Brito Cabreira, n.º 52 [sublinhado a caneta preta por Leite de Vasconcelos], para onde mudei a residência ante-ontem, e para onde V. Exc.^a dará as suas ordens ao que é de V.^a Exc.^a admirador e muito grato, e desejoso de que V. Ex.^a venha mais uma vez por cá, na interminável faina de estudo de que nos dá exemplo. A honra de acompanhar V. Exc.^a é sempre motivo de regozijo para quantos o admiram e estimam.

Abel Viana

⁶³ Esta monumental obra, começou-a Leite de Vasconcelos a escrevê-la no dia 1 de janeiro de 1928, em Coimbra, antes de perfazer 70 anos de idade (Coito, Cardoso e Martins, 2008, p. 263) (ver nota 31). A ela dedicou o melhor dos seus esforços nos anos restantes da sua longa vida, mas, infelizmente, só presenciou a publicação dos dois primeiros volumes, dos dez que integram a obra. O prémio a que alude a missiva de Abel Viana correspondeu ao prémio de História de 1936 do Secretariado de Propaganda Nacional, atribuído ao segundo volume da mesma, publicado nesse mesmo ano.

⁶⁴ Com efeito, a estada algarvia de Abel Viana, que decorreu entre 1933 e 1938, foi erçada de dificuldades no exercício das suas funções de inspetor do Distrito Escolar de Faro (ver notas 67, 68, 71 e 72), para além do profundo desgosto provocado pelo falecimento de sua mulher; tal situação levou, a breve trecho, à sua transferência para Setúbal, em data posterior a maio de 1938 (ver nota 73), com idênticas funções, de onde transitou, em 1939, para Beja, onde se fixou definitivamente até ao falecimento, em 1964; ali desenvolveu a parte mais significativa da sua atividade como arqueólogo (Cardoso, 2014b).

⁶⁵ Ver nota 61.

⁶⁶ Trata-se por certo de quatro dos bifaces acheulenses publicados na sua obra de 1930 (Viana, 1930). Com efeito, o Museu Nacional de Arqueologia conserva estes quatro exemplares nas suas coleções, doados em 1929, sendo um de São João, Seixas, outro de Lanhelas, São Gregório, e dois de Areosa.

Documento n.º 26

CoR JLV 3551/23221 – carta autógrafa com tarja a negro

Faro, 15 de Março de 1937

R [Respondido]

Ex.^{mo} Snr. Doutor José Leite de Vasconcelos, e meu Ilustre e bondoso Amigo:

Escrevo infinitamente amargurado pelo falecimento imprevisto de minha esposa, desgraça que ante-ontem me atingiu. Fiquei com três filhos, o mais velho dos quais com nove anos. É-me impossível permanecer em Faro. Tenho de procurar o conforto moral na companhia de meus pais, irmãos e cunhados. Durante os 14 anos de casado trabalhei e estudei imenso, amparado pela boa companhia de minha pobre mulher. Agora sinto-me só e incapaz de coisa nenhuma. Não resistirei à permanência em Faro, sem pessoa de família que me acompanhe, e sem meus filhos. Eles seguem imediatamente para Viana, aos cuidados dos avós e tios. Como o lugar de director do distrito Escolar de Viana está vago, venho rogar ao meu bondoso Amigo que recomende ao meu Ex.^{mo} Ministro me transfira imediatamente para Viana. Aqui não posso ficar.

Como existe a vaga em Viana, a transferência é possível. Se fosse impossível, então teria de pedir a exoneração do cargo, e voltar ao meu lugar de professor primário, na primeira vaga que se desse em Viana, e em que eu fique em primeiro lugar na classificação. O meu Ex.^{mo} Amigo, por tantas vezes me tem dispensado inesquecíveis favores, me valerá nesta aflitiva circunstância.

Suponho que o meu Ex.^{mo} Ministro o atenderá.

Que me transfira imediatamente para Viana-do-Castelo. Não tenho já forças físicas nem morais para continuar em Faro⁶⁷.

Poucos dias antes do falecimento da minha mulher, pedi ao professor e regente as quadras populares que me encomendou. Estou certo de que eles darão alguma coisa.

De V. Ex.^a, Admirador e muito grato,

Abel Viana

⁶⁷ Na verdade, a pretensão de Abel Viana não foi satisfeita, pois em vez de ser colocado em Viana, como seria natural, pois para ali foram os seus três filhos, depois da desgraça que atingiu a família, seguiu, com idênticas funções, em Setúbal, muito mais de um ano depois do falecimento de sua mulher, em data posterior a maio de 1938. Teve, assim, de enfrentar a vida, sozinho e sem família, em Faro, ao contrário do que era seu mais do que justificado desejo (ver nota 64).

Documento n.º 27

CoR JLV 3551/23222 – carta autógrafa com tarja a negro

Faro, [?] de Abril de 1938

Ex.^{mo} Snr. Doutor José Leite de Vasconcelos

Meu insigne Mestre e bom Amigo:

Os meus respeitosos cumprimentos, e meus fervorosos votos pela conservação da preciosa saúde de V. Ex.^a Pelo correio de hoje, remeto a V. Ex.^a a separata de um artigo que publiquei no «Arquivo de Viana-do-Castelo». Embora eu fosse um dos directores dessa revista, certo é que nunca intervim, nem de longe nem de perto, na sua coordenação, distribuição e administração. Ignoro, por consequência, se de Viana lha mandaram.

Eu estava longe, como estou, aqui em Faro, e as minhas obrigações oficiais não me permitiram averiguá-lo. Pelo sim pelo não, remeto a V. Ex.^a êste exemplar.

Nesta ocasião tenho no prelo outro estudo acerca da música popular do Alto-Minho. Lá irá parar às mãos de V. Ex.^a

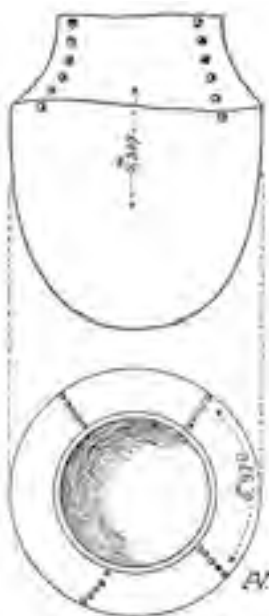
Fui afastado do serviço em Junho do ano passado, por motivos que não provoquei e em consequência de atritos e más-vontades que surgem ao mais pintado⁶⁸. Êste facto, porém, e porque eu não sei estar quieto e improdutivo, permitiu-me retomar os apontamentos que trouxe do Alto-Minho e, assim, dar condições de publicidade a muitos estudos que fiz, antes de vir para o Algarve no exercício do meu cargo.

Também pude, em virtude de tam desagradável circunstância, reatar relações com o «mundo arqueológico», muito honrosas e consoladoras, mas de que os serviços oficiais inexoravelmente me haviam afastado.

Do que for publicando, irei dando conhecimento a V. Ex.^a

Sinto-me profundamente honrado pelas referências que V. Ex.^a me faz na «Etnografia Portuguesa». Do coração agradeço, porque me servem de alta compensação de tantas dedicações e fadigas, desinteressadamente prestadas e suportadas. Quando torna a passar pelo Algarve? Imensamente me alegraria poder acompanhar V. Ex.^a nos dias em que voltasse a estar aqui. Não se poderá arranjar meio de conseguir para o Museu Etnológico algumas coisas daquele rapaz de Olhão,

⁶⁸ As dificuldades aludidas na nota 64 no decurso da sua missão no Algarve como diretor do Distrito Escolar de Faro não decorreram somente do falecimento de sua mulher, verificado em 12 de março de 1937. Com efeito, logo em junho do mesmo ano, foi afastado daquelas funções por razões decorrentes do mau relacionamento pessoal existente com subordinada (ver nota 71), o que foi positivo, pois, como o próprio declara, permitiu-lhe dedicar mais tempo aos estudos etnográficos e arqueológicos.



em especial o grande vaso com ornatos mamilares, procedente de Monchique?⁶⁹ (fig. 11) Era aí de Lisboa tentar convencê-lo à cedência. Da minha parte – de mim, que tudo quanto encontro deponho nos museus oficiais – prestar-me-ia às andanças de que me incumbissem, indo a Olhão tratar do caso, nos termos em que aí de Lisboa me determinassem. Julgo que valeria a pênha tentar-se.

Não me alongo mais. Ordene V. Ex.^a ao que é, At.o V.^{or} e admirador respeitoso e gratíssimo

Abel Viana

Fig. 11 – Vaso pré-histórico da necrópole de cistas do Mirante da Mata, Monchique (Viana e Formosinho, 1942, fig. 8).

Documento n.º 28

CoR JLV 3551/23223 – carta autógrafa com tarja a negro

Faro, 4 de Maio de 1938

Ex.^{mo} Snr. Doutor José Leite de Vasconcelos, meu Ilustre Mestre e bom Amigo:

V. Ex.^a tem razão no que me diz em seu postal de 30 do mês findo. No dia em que escrevi a V. Ex.^a, fi-lo a muitas outras pessoas, com remessa de vários papéis, de modo que fiquei persuadido de completar a carta dirigida a V. Ex.^a com o envio do meu folheto. Agora vejo que não procedi assim. Vai pelo correio de hoje. Antes de me adiantar, faço votos fervorosos para que essa falta de saúde a que V. Ex.^a se refere desapareça. Tentarei falar ao homem de Olhão. Vamos a ver se tenho sorte e suficiente poder persuasivo, para me sair bem da tarefa, que é difícil, como V. Ex.^a acentua. Mas, enfim, nada perderei em tentar, senão algum tempo e trabalho⁷⁰.

⁶⁹ Deve tratar-se do vaso pré-histórico proveniente de uma das quatro cistas da necrópole do Mirante da Mata, Monchique, explorada cerca de 1927, o qual, à data desta missiva, se encontrava na posse de Abílio José Gouveia, de Olhão, mencionado na mesma. O vaso, desenhado por Abel Viana, foi publicado em coautoria por Abel Viana e José Formosinho em estudo dedicado às necrópoles da serra de Monchique, antes da realização das extensas campanhas de escavações com a participação de O. da Veiga Ferreira (Viana e Formosinho, 1942).

⁷⁰ Abel Viana não teve sucesso nestes seus intentos, pois em 1942, data da publicação do referido vaso, este ainda se encontrava na posse de Abílio José Gouveia, de Olhão, conforme se declara no referido trabalho (Viana e Formosinho, 1942).

No que respeita à minha situação oficial, contarei sumariamente a V. Ex.^a: Há mais de um ano que estou sendo vítima de uma injusta e implacável perseguição, cuja causa próxima foi eu ter-me queixado superiormente contra uma «sereia», que para aqui me mandaram, com função de chefe de secretaria⁷¹. Como desde o primeiro dia em que tomei contacto com ela, pela sua história anterior, pelas suas atitudes e pelos seus enormíssimos disparates, me vi compelido a fazer o que deve quem tem responsabilidades legais e morais, queixei-me superiormente, na cândida suposição de que atalhariam o mal e me dariam razão. Tal não sucedeu. A questão arrastou-se. A mulherzinha, que é dotada de extraordinária actividade, e possui um carácter que é um verdadeiro abismo de maldade, tem-me feito guerra sem descanso, tem desenvolvido um maquiavélico trabalho de sapa, intrigando-me com tôda a gente, disseminando torpes suspeições, minando tenazmente junto de todas as pessoas que comigo têm convivido, ou me estimam e me consideram, em suma, tem feito tudo o que uma pessoa especialmente dotada para tais procélias [?] ou para tam diabólicas empresas pode fazer. Em tal campo, a luta, para uma pessoa como eu é difícil, porque absorve todos os instantes da vida e até repugna – porque o contra-ataque só seria eficaz usando-se das mesmas armas e tendo-se o mesmo misérrimo carácter. Como guia esta senhora, com alguns aliados da mesma espécie e afinidades de espírito, colocar-me diante do meu Director Geral e do meu Ministro como sendo um inimigo pessoal dos meus mais altos chefes hierárquicos, como um indivíduo sem moral, de vida irregular, um bêbado, um nulo, um incompetente e desonesto! Nada menos que tudo isto !!! Conquanto não haja provas disso porque, graças a Deus, nada tenho na minha vida que me cause remorso ou vergonha, o certo é que de tanto martelar de calúnia, algumas graves mossas me têm feito, quanto à minha situação oficial, porque a respeito da minha vida moral, da minha consciência e do conceito que de mim fazem numerosos e valiosos amigos, por aqui nenhum mal me virá⁷².

Assim é, meu Ex.^{mo} Mestre e Amigo, que no presente momento vivo oficialmente como um condenado às feras. No entanto, deposito fé no espírito de justiça do meu Ministro, e nunca a perdi quanto ao triunfo da verdade. Mas isto custa imenso! Vejo que a injustiça é flagrante, é completa. Até me parece que isto é castigo por eu ter trabalhado tanto e ter sido sempre tam dedicado e desinteressado. Não calculará V. Ex.^a o que tenho resistido. Isto é para abalar os espíritos mais animosos, é para arrasar literalmente as mais longas paciências! Parece

⁷¹ Vê-se que os problemas de Abel Viana que ditaram a sua suspensão de funções de diretor do Distrito Escolar de Faro são aproximadamente coincidentes com a data de falecimento de sua mulher, sem, naturalmente, terem nenhuma relação entre si.

⁷² Esta descrição impressiva justifica largamente o pedido de Abel Viana de ser transferido para Viana do Castelo, logo que faleceu sua mulher, o que, sendo razão mais do que justificada, teria ainda maior cabimento face à situação que em Faro lhe fora criada. Ver notas 67, 68 e 71.

impossível que ainda não tenham conseguido endoidecer-me! O que me vale, é alhear-me o mais possível de tudo isto, é refugiar-me no [sic] meus livros e papéis, e ter a certeza de que sou inocente vítima de uma mulher de monstruoso carácter, e de infinita maldade, que a pouca sorte minha, e sem culpa minha, me fêz surgir no caminho. Nem tento sondar quais os primeiros nem os actuais intentos de tal criatura. Aí tem V. Ex.^a apenas breves acêrca de um caso que, se eu fosse a descrevê-lo como convinha, daria volume enorme e de espantosa trama. Muito agradeceria a V. Ex.^a o que puder fazer por mim. Rogo-o a V. Ex.^a porque tenho filhos. Se não fôra isso, trataria talvez de emigrar, de fugir para tam longe quanto me fosse possível, e aonde não me pudessem chegar sequer lembranças de tam injusta, desapiedada e de todo imerecida perseguição. Só desejaria que o meu Ministro me conhecesse tam perfeitamente como V. Ex.^a pois, se tal acontecesse, bem sossegado eu ficaria⁷³.

De V. Ex.^a, At., V.º humilde admirador e muito grato,

Abel Viana

Documento n.º 29

CoR JLV 3551/23224 – postal autógrafo, carimbo com data de 5.1.39

Faro, 5/1/1939⁷⁴.

R [Respondido]

Senhor Doutor e meu Il. Mestre e Ex.^{mo} Amigo:

Venho com este apresentar a V. Ex.^a as minhas respeitosas saudações e exprimir meus votos para que o novo ano conserve a V. Ex.^a a saúde e boa disposição para continuar eminentíssima obra, além das mais prosperidades e felicidades que V. Ex.^a possa ambicionar. Só hoje mando a V. Ex.^a estas linhas – e mesmo

⁷³ Leite de Vasconcelos deverá ter feito tudo o que estava ao seu alcance para ajudar o amigo, porquanto pouco depois da data desta lancinante missiva (4 de maio de 1938), ainda no decurso daquele ano de 1938, Abel Viana foi transferido para Setúbal, conforme indicou no seu *curriculum vitae* (Viana, 1951b), com o mesmo estatuto que detinha em Faro antes de ser suspenso, o de diretor do Distrito Escolar. Ver nota 64.

⁷⁴ Apesar de ter sido oficialmente colocado em Setúbal ainda em 1938 (Viana, 1951b), verifica-se que nos inícios de 1939 ainda estava em Faro. Já a missiva seguinte é datada de Beja, de 4 de fevereiro de 1939.

assim em bastante dificuldade – porque desde o dia 30 do p.p. me encontro de cama, com um fortíssimo ataque de bronquite. Arranji este incómodo na exploração de uma sepultura luso-romana, achada aqui em Faro, por mim meticulosamente explorada e reconstituída – com ossada, espólio e tudo mais – no Museu do Infante D. Henrique. A sepultura é idêntica a uma de Balsa, que V. Ex.^a registou no vol. III, das «Religiões», pg. 372.^a, pg. 159.^a É parecida em tudo, excepto na cobertura, em que as tégulas não fazem telhado de duas águas, mas estão simplesmente colocadas horizontalmente, formando duas camadas sobrepostas, a de baixo com 4 tégulas na posição normal e a de cima com 5, invertidas⁷⁵ (fig. 12). Renovando a V. Ex.^a os votos acima expressos, subscrevo-me de V. Ex.^a, At.e infinitamente grato

Abel Viana

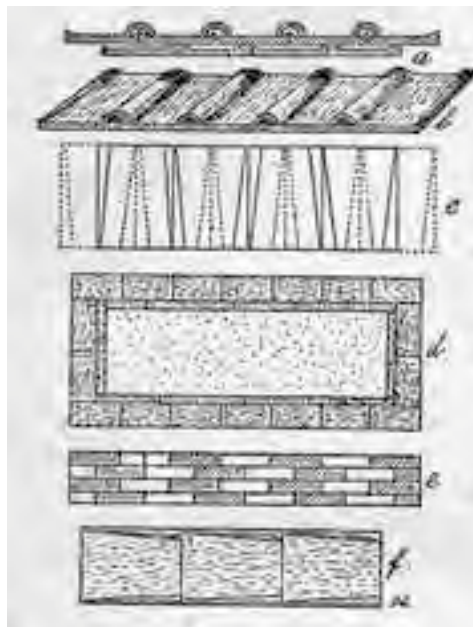


Fig. 12 – Sepultura da necrópole romana do Bairro Letes, em Faro, constituída por *tegulae*, explorada por Abel Viana, depois reconstituída no Museu Arqueológico Infante D. Henrique, em Faro (Viana, 1951a, fig. 7).

Documento n.º 30

CoR JLV 3551/23225 – postal autógrafo, carimbo com data de 5.2.40

Beja 4/2/1939. [sic]

Senhor Doutor e meu Ex.^{mo} Amigo:

Não me foi possível responder de pronto à última carta que V. Ex.^a me enviou, pelo simples motivo de me ver obrigado a trabalhar de manhã até à noite em funções atinentes à sustentação do lar. Dispensaram-me de adjunto escolar. Mandaram-me de novo para a escola primária com 650\$00 por mês! Todavia, à custa de imenso trabalho, consegui estabilizar a minha vida. Fui encarregado de organizar o catálogo do Museu de Beja, trabalho que, além de me facultar algum

⁷⁵ Trata-se de sepultura pertencente à necrópole romana do Bairro Letes (Faro), explorada na última quinzena do ano de 1938 e publicada por Abel Viana só em 1951 (Viana, 1951a). A sepultura em causa, com uma cobertura simples de tégulas, cujo bom estado de conservação justificou a sua remontagem no Museu Lapidar Infante Dom Henrique, em Faro, foi representada no referido trabalho, sendo de novo aqui reproduzida.

proveito, dá-me imensa satisfação⁷⁶. A respeito de cantigas populares que falem do Algarve só conheço aquelas que neste momento estou publicando no Diário do Alentejo. Começaram a sair na semana finda, e vão desde o n.º 1008 até o 1193. Quanto ao Paleolítico, tal como disse no artigo que estou publicando em «O Algarve», a respeito de Ossónoba, nunca o encontrei naquela província. E o caso é que se êle existisse à superfície estou certo de que não me havia escapado⁷⁷. Quanto às duas outras perguntas, não tenho conhecimento de coisa nenhuma. Lembro-me de V. Ex.^a Ob.^o At. V.^o muitíssimo grato,

Abel Viana

Documento n.º 31

CoR JLV 3551/23226 – postal autógrafo, carimbo com data de 17.SET.39

Beja, 16/9/939.

Meu Ilustre e Respeitável Amigo:

R [Respondido]

Recebi o postal de V. Ex.^a e muito folguei em sabê-lo de boa saúde e entregue a boa colheita. Venho rogar a V. Ex.^a o favor de se não esquecer de me prevenir da passagem por Beja. Terei muita alegria em vê-lo, já que só de longe em longe posso ter êsse gôsto. O Snr. Dr. Banha da Silva, Presidente da Câmara de Beja, também deseja avistar-se com V. Ex.^a. Anda êle agora a reconstruir o arco romano que existiu nas portas de Aviz, cuja demolição estúpida V. Ex.^a observou há boas décadas.⁷⁸ O Dr. Banha da Silva conseguiu recuperar tôdas as pedras, e a obra de reposição já começou. Quanto a mim, não chego para as encomendas! Mesmo aqui em frente à casa que habito, na construção de uma casa, tenho colhido uma infinidade de coisas curiosíssimas. Que numeroso espólio, Santo Deus! Entre elas

⁷⁶ Iniciou funções de catalogador do Museu Regional de Beja oficialmente apenas quase um ano volvido, a 1 de janeiro de 1940, conforme consta do seu *curriculum vitae* (Viana, 1951b). Mas as relações com esta instituição foram sempre difíceis, tendo sido suspensas em 1950 (Viana, 1956; Cardoso, 2014b, p. 491), não obstante o respetivo catálogo, editado ulteriormente pela Junta Distrital de Beja, ter dado merecido destaque à sua colaboração, como seria curial.

⁷⁷ Esta afirmação foi rapidamente contrariada pelos importantes trabalhos que Abel Viana desenvolveu no Algarve, sozinho ou em companhia de Georges Zbyszewski, de que resultaram a identificação de muitas estações arqueológicas, quase todas de superfície.

⁷⁸ De facto, o arco romano foi reconstruído naquela época por iniciativa do presidente da Câmara Municipal de Beja, Leonel Pedro Banha da Silva, tendo Abel Viana participado na tarefa também na qualidade de delegado local da Junta Nacional da Educação.



Fig. 14 – Foto do embasamento do edifício romano identificado por Abel Viana na Praça da República, em Beja, e por ele atribuído ao embasamento do fórum da cidade e, mais tarde, ao do templo romano (Viana, 1947, fig. 2).

Fig. 13 – Documento n.º 31, postal autógrafo datado de Beja, de 16 de setembro de 1939, onde Abel Viana dá conta das descobertas arqueológicas feitas no subsolo da cidade. Museu Nacional de Arqueologia. Arquivo Pessoal José Leite de Vasconcelos.

um miliário, dêste feitio: (fig. 13) – com duas letras, apenas, grandes e muito bem gravadas, de autênticos caracteres romanos; suponho dizer: cem milhas, para Ossónoba⁷⁹. Achei um enterramento da idade do ferro⁸⁰, e uma fivela de bronze. Na praça da República deparei com o soco, ou alicerce, gigantesco, do forum de Pax Julia.⁸¹ (fig. 14)

Cumprimenta-o o muito gr.º,

Abel Viana

⁷⁹ É possível essa interpretação, pois a distância de Beja a Ossónoba entra no intervalo correspondente às cem milhas indicadas no miliário; Mas a interpretação é duvidosa. Esta epigrafe não foi inventariada na obra IRCP (Encarnação, 1984), impossibilitando o conhecimento do seu significado.

⁸⁰ É importante esta informação sobre a ocupação do solo urbano de Beja já na Idade do Ferro, dado que, por muito tempo, mesmo depois desta descoberta, se julgou ter a cidade fundação romana *ex-novo*. A ocupação na Idade do Ferro só recentemente foi confirmada (Lopes, 2003, p. 89 e seg.).

⁸¹ A interpretação desta estrutura que, nesta missiva a Leite de Vasconcelos, foi atribuída aos restos do fórum da cidade e, mais tarde, a 28 de outubro de 1939, no jornal «Diário do Alentejo», a «edifício romano», foi alterada depois, ao ser considerada como embasamento de templo. No artigo mais completo sobre a mesma, publicado em 1947, é essa a opinião que se apresenta (Viana, 1947). Recentemente, tal possibilidade foi exaustivamente discutida, considerando-se não existirem razões nem para a aceitar, nem para a rejeitar, mantendo-se assim a indeterminação da estrutura como indeterminada (Lopes, 2003).

Documento n.º 32

CoR JLV 3551/23227 – carta autógrafa

Beja, 14 de Outubro de 1939.

Senhor Doutor e meu Ex.^{mo} Amigo

Recebi ontem à noite o postal de V. Ex.^a e fiquei sabendo a razão porque não tive o prazer de o ver. Transmiti-la-ei ao Snr. Dr. Banha da Silva. Fêz V. Ex.^a imensamente bem em retirar-se para Lisboa, visto que, nas paragens de Barrancos não seria muito tranquilizador aguardar a avançada do inverno alentejano, estando uma pessoa a contas com um acesso de bronquite⁸². De todo o coração desejo a V. Ex.^a prontas melhoras – aquelas melhoras relativas que podem ter uma bronquite, maçadora doença que eu conheço em mim próprio desde os vinte anos de idade. Ouso pedir a V. Ex.^a que, nessas forçadas «férias», me faça um grande favor, ou melhor, uma série de grandes favores. Eis o 1.º caso: – Fui há dias a Peroguarda ver uma estella que se encontra, desde muitíssimos anos, metida na ombreira de uma humilde casa. Fui lá a pedido de um amigo que está preparando uma «Monografia de Peroguarda». Êsse amigo trouxera-me a fotografia que junto remeto a V. Ex.^a; pretendia que eu lhe traduzisse a lápide. Vi imediatamente que a fotografia estava viciada pelos vincos a carvão feitos na pedra. Querem, lá no sítio, que no alto da pedra haja um P de Peroguarda. Trata-se de um golpe feito na pedra, o qual, combinando-se com o ornato primitivo, dá ... o P que os de Peroguarda pretendem! (fig. 15)

A cavidade que fizeram ao meio, e que cortou, pelo menos, uma linha da inscrição, foi para efeitos de apoio de tranca. O que a pedra tem é o que está no desenho junto. Visto o desenho, não é difícil descobrir na fotografia o verdadeiro conteúdo da pedra (fig. 16). Pedia a V. Ex.^a o grande favor de me mandar a tradução do letreiro⁸³. Mas não fica por aqui o meu empenho: – 2.º caso – comecei

⁸² Leite de Vasconcelos, ainda no outono de 1939, já passados os 81 anos, permaneceu em Barrancos, para recolha de elementos filológicos, que depois vieram a ser publicados, logo em 1939 (Vasconcelos, 1939). Por este facto se pode aquilatar a fibra do ancião, desejoso de, antes do final da vida, poder estudar aquele dialeto, sujeitando-se às péssimas condições que poderia encontrar naquele pobre lugar raiano, no final dos anos 30. Mas é o próprio que, indiferente a tais contratempos, declara: «Que aprazíveis e úteis dias logrei em Barrancos! Como constantemente, e com saudade, os evoco! E deveras lamento de haver deixado a minha visita para idade tam provecta! Em verdes anos maior proveito eu colheria, por se estender ainda diante de mim dilatado campo de trabalho.» (Vasconcelos, 1939, p. 16, nota 1). As duas vezes que permaneceu em Barrancos, em 1938 e 1939, permitiram-lhe a recolha de importante acervo de informação, que, para além do estudo acima referido, deu origem a publicação póstuma, intitulada «Filologia Barranquenha» que, encontrando-se no prelo em 1941, só veio a ser impressa em 1955 (Vasconcelos, 1955).

⁸³ Como se depreende da missiva, Abel Viana viu esta inscrição numa casa da povoação de Peroguarda, desconhecendo-se de onde proviera. Segundo José d'Encarnação (informação a um de nós, J. L. C., a 19 de março de 2016), trata-se de uma das mais curiosas estelas, pois faz a 'ponte', entre a Idade do Ferro (pela decoração) e a época



Fig. 15 – Pormenor do «P», existente no topo da estela romana funerária do século II d. C. de Peroguarda, conforme desenho do Documento n.º 32, carta autógrafa, datada de Beja de 14 de outubro de 1939. Museu Nacional de Arqueologia. Arquivo Pessoal José Leite de Vasconcelos.

a enviar a V. Ex.^a os números do «Diário do Alentejo» em que estou publicando algumas notas acerca da arqueologia desta província. Hoje remeto a V. Ex.^a mais três números. Uma das notas refere-se a duas inscrições que o Dr. Banha da Silva trouxe da Tôrre da Cardeira (Baleizão), para o Museu de Beja. Faz-me V. Ex.^a o favor de, segundo a minha nota, explicar-me o que elas dizem?⁸⁴ Aqui tem V. Ex.^a o que com que venho maçá-lo. A minha situação oficial em Beja é a de Adjunto do Director do Distrito Escolar de Beja. Assim me pagaram o abnegado esforço que despendi no Algarve: após um longo processo de falsificações e calúnias, tam monstruosamente falso que eu não quis defender-me, baixaram-me de categoria⁸⁵. Como não sei lutar com patifes, não pude destruir as más informações que alguns, ainda que poucos, miseráveis enraizaram no espírito do meu Ministro. Consola-me a tranquilidade da consciência, e não menos me conforta saber que nenhum dos caluniadores é algarvio. O Algarve, graças a Deus, aprecia-me, e estima-me. Enfim, o destino traça estas coisas, e não que fugir-lhe! Ao menos, o caso trouxe esta curiosa consequência – como me obrigaram a deixar de pensar em escolas e em ensino, voltei-me de novo para a arqueologia e para a etnografia, de onde, por sinal, eu nunca me devia ter afastado.

Subscrevo-me, com os meus respeitosos cumprimentos,

Abel Viana

romana. Foi inventariada e estudada pelo próprio (IRCP 335) (Encarnação, 1984, p. 411), tendo aquele aspeto particular da inscrição sido anteriormente valorizado (Encarnação, 1978, p. 52, nota 21). No topo da estela, observa-se o que parece ser um grande P, feito ulteriormente, particularidade já comentada por Abel Viana na presente missiva. A inscrição, de carácter funerário, situável em meados do século II d. C., refere-se a jovem que faleceu com 15 anos e a quem sua mãe mandou edificar o monumento. A epígrafe, conservada na Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo, foi pela primeira vez publicada por Abel Viana, em 1945, reproduzindo-a em fotografia (Viana, 1945, p. 127), que agora se apresenta de novo.

⁸⁴ As duas inscrições romanas em causa, ambas funerárias, encontram-se de facto no Museu Regional de Beja, estando inventariadas no IRPC com os números 305 e 320 (Encarnação, 1984).

⁸⁵ Ver notas 67, 68, 71, 72 e 73.



Fig. 16 – Foto da estela de Peroguarda, publicada por Abel Viana (Viana, 1945, p. 127).

Documento n.º 33

CoR JLV 3551/23228 – postal autógrafo, carimbo com data de 7.11.39

Beja, 7/11/939.

Ex.^{mo} Sr. Doutor e Ex.^{mo} Amigo:

Responderei à carta de V. Ex.^a, a qual desde já muito agradeço. Êste é, apenas, para avisar de que deverei mandar-lhe directa e gratuitamente o «Diário do Alentejo». Previno, para que V. Ex.^a não o devolva. Em vez de mandar eu próprio os vários números, a Redacção se encarregará disso, doravante.

De V. Ex.^a At.e V. e muitíssimo grato,

Abel Viana

Documento n.º 34

CoR JLV 3551/23229 – postal autógrafo, carimbo com data de 2.6.40

Beja, 1/6/940.

Meu Ex.^{mo} Amigo:

Imensamente desejo que goze boa saúde e o mais que é preciso ao intenso e precioso trabalho de V. Ex.^a Este serve para prevenir V. Ex.^a de que vai receber gratuitamente, as «Notícias de Viana», durante o período em que nele estive publicando umas coisas do falecido Dr. Félix Alves Pereira e do R.d^o P.e Loução⁸⁶. Dê V. Ex.^a ordem para que o não devolvam. É para, também, mandar-me dizer se tem recebido com regularidade o «Diário do Alentejo» e «O Algarve».

De V. Ex.^a ad.or e imensamente grato,

Abel Viana

⁸⁶ Félix Alves Pereira, falecido em 1936, foi conservador do Museu Etnológico até 1911, quando passou a exercer funções no Congresso da República, que não podia acumular, como era sua vontade, com as desempenhadas até então no museu. A sua relação com o Minho encontra-se registada em diversos artigos de carácter histórico-arqueológico de sua autoria.

Documento n.º 35 (fig. 17)

CoR JLV 3551/23230+A-B – carta autógrafa em papel timbrado: Abel Viana, Beja, e 2 apêndices: envelope com remetente Abel Viana, Seixas, Minho e carimbo com data de 6.5.30 e proposta para sócio da Associação dos Arqueólogos Portugueses, no nome de Abel Viana, datada do Porto, 20 de maio de 1930 e assinada pelo proponente Carlos de Passos⁸⁷

Beja, 17-10-1940.

Meu Ex.^{mo} e Ilustre Amigo:

R [Respondido]

Só há poucos dias pude pôr em ordem os últimos artigos meus publicados no Diário do Alentejo. Não há saltos, nem falhas. Os revisores, de vez em quando, lembra-se de não mudar o número de ordem, daí a confusão que tal facto pode ocasionar. No entanto, se a V. Ex.^a faltou qualquer número do jornal, terá a bondade de mo mandar dizer, que eu lho remeterei imediatamente.

O snr. Dr. Soares Victor, de Almodôvar, quis lançar comigo uma revista intitulada – «Estudos do Baixo Alentejo». Deverá sair em 1 de Dezembro próximo. Tratará de arqueologia, etnografia e história do Baixo Alentejo.⁸⁸

Atrevo-me a pedir a V. Ex.^a algumas palavras para o primeiro número. Eu sei que V. Ex.^a não gosta de tais pedidos, mas certamente não me recusará êste grande favor. V. Ex.^a bem



Fig. 17 – Documento n.º 35, carta autógrafa de Abel Viana, a última missiva que remeteu a J. Leite de Vasconcelos, a 17 de outubro de 1940. Museu Nacional de Arqueologia. Arquivo Pessoal José Leite de Vasconcelos.

⁸⁷ Este apêndice está associado a esta missiva por lapso. Deve corresponder à proposta que seria assinada também por Leite de Vasconcelos, para o ingresso na Associação dos Arqueólogos Portugueses, que se verificou em 1931. Carlos dos Passos era investigador local, tendo publicado diversos estudos sobre epígrafes. Ver nota 55.

⁸⁸ O seu *curriculum vitae* não menciona a sua participação nesta revista, a qual provavelmente não terá sido concretizada.

sabe da sincera admiração, de verdadeira devoção que lhe devotamos. Qualquer notazinha acerca do Baixo Alentejo nos consolaria. Precisava aqui do original até 15 de Novembro⁸⁹. Se V. Ex.^a quiser levar magnimidade até o ponto de nos enviar um estudo grande, desde já ficam à disposição do meu Ex.^{mo} Amigo 12 ou 15 páginas, as que V. Ex.^a quiser. Subscrevo-me com respeitosa admiração e estima, e muitíssimo grato,

Abel Viana

3. DISCUSSÃO

Ao longo das 35 missivas remetidas por Abel Viana a J. Leite de Vasconcelos entre 8 de maio de 1923 e 17 de outubro de 1940, todas conservadas no Epistolário deste último, no Museu Nacional de Arqueologia, estão representadas as três fases que caracterizaram a trajetória científica de Abel Viana, subordinadas às vicissitudes da sua vida profissional, embora a última missiva, datada de 17 de outubro de 1940, corresponda apenas ao início da terceira daquelas fases; com efeito, o falecimento de Leite de Vasconcelos ocorreu a 17 de maio de 1941. A primeira fase, que corresponde ao início da atividade arqueológica de Abel Viana, é a que se encontra melhor representada na correspondência. É possível acompanhar a par e passo as suas prospeções arqueológicas na sua região natal de Viana do Castelo, primeiro e de forma esporádica na arte rupestre galaico-portuguesa, depois de forma consistente no quadro do estudo da estação da Areosa, ao norte de Viana do Castelo, por si identificada. É de destacar que o autor não se limitou à recolha intensiva de materiais no terreno, produzindo uma carta arqueológica que permite a integração da estação em apreço no contexto arqueológico regional, com a localização, em pequena figura esquemática, como era seu hábito, dos castros, mamoaas, cistas, dólmenes e insculpturas rupestres, parte das quais já desaparecidas (Viana, 1929, fig. 1) (fig. 18).

O artigo resultante das sucessivas colheitas por si efetuadas, de materiais lascados sobre seixos rolados quartzíticos, no litoral da praia da Areosa, permitiram a apresentação de trabalho de assinalável qualidade, ilustrado por belos desenhos cuja inspiração nas ilustrações de picos asturienses da obra que definiu essa indústria (Vega del Sella, 1923) é evidente. É interessante notar que este artigo é complementado por contributos de grande originalidade sobre a tecnologia utilizada no talhe de picos, num ensaio até então inédito de talhe experimental,

⁸⁹ Nesta altura, quase cego e muito debilitado, e por ter tomado como prioritários outros trabalhos, no curto espaço de tempo de que sabia ainda poder dispor para o efeito – entre os quais a «Etnografia Portuguesa», que o assoberbava – não teve oportunidade de dar seguimento a este convite, sem, contudo, deixar de responder a Abel Viana, conforme se verifica pela letra R, recorrendo a colaboradores, a quem ditava as respetivas missivas.

bem como a utilização destes, recorrendo à etnoarqueologia para a obtenção de informações, junto das comunidades piscatórias da região, que lhe permitiram compreender a utilização de tais peças. Bastariam estes dois aspetos de natureza metodológica para colocar este estudo entre um dos mais inovadores até então realizados no nosso país.

A correspondência permite acompanhar a elaboração deste artigo, antecedido pela sua publicação preliminar no jornal «Notícias de Viana», de que Abel Viana era colaborador assíduo. Quando este trabalho veio a lume, tais indústrias eram então tidas como asturienses, depois das descobertas feitas no litoral ocidental da Galiza por dois portugueses, Joaquim Fontes em Camposancos, perto de Pontevedra, e Eugénio Jalhay, também na mesma região, perto de La Guardia. Mais tarde, foram consideradas como mais antigas do que o verdadeiro Asturiense, o qual era sem dúvida de época epipaleolítica, de acordo com as observações estratigráficas efetuadas pelo responsável pela criação do termo (Vega del Sella, 1923), as quais foram devidamente valorizadas por Eugénio Jalhay (Jalhay, 1933). Com efeito, assentavam nos depósitos do Aziliense, encontrando-se, por seu turno, cobertos por outros, já neolíticos. O mesmo não acontecia nas estações do litoral minhoto. De acordo com as observações estratigráficas efetuadas desde os primórdios da sua identificação, tais indústrias «sembleraient être plus anciennes que leurs congénères des Asturies, tant par leur position stratigraphique que par leur association avec des industries paléolithiques typiques.

La culture 'asturienne' du Minho serait antérieure à l'optimum post-glaciaire. Elle dériverait de la technique du Paléolithique inférieur.» (Breuil et al., 1962).

Estas conclusões, baseadas num significativo conjunto de observações estratigráficas, apresentadas a propósito da publicação da estação de Carreço, a norte da estação de Areosa, vieram, no essencial, a ser confirmadas por José Meireles, na sua importante contribuição para o conhecimento destas indústrias (Meireles, 1992, 1994). Com efeito, o autor situa as indústrias em causa no paleolítico superior final, ou nos primórdios do pós-glaciário, mais antigas portanto que as indústrias asturienses, defendendo que as mesmas seriam as sucedâneas, na

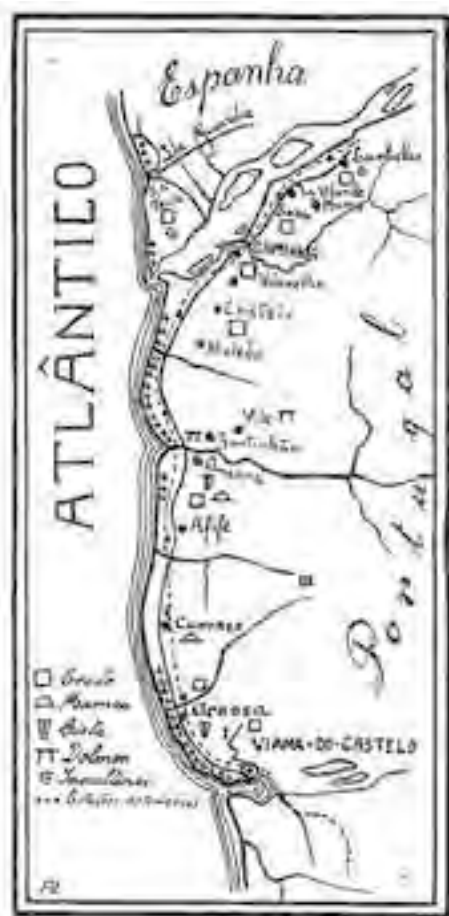


Fig. 18 – Cartografia das estações arqueológicas do litoral do Alto-Minho e da Galiza, segundo Abel Viana (Viana, 1929, fig. 1).

mesma região, do desenvolvimento das indústrias do paleolítico inferior clássicas, contendo bifaces, remontando ao acheulense, exactamente como Breuil e colaboradores haviam admitido. Aliás, o teste estatístico de coerência (teste de Kolgomorov-Smirnov), efetuado entre dois conjuntos, representativo do litoral português (jazidas de Vila Praia de Âncora Norte e Santo Izidoro), e o conjunto da jazida asturiense de Liencres, mostrou que os dois conjuntos são diferentes (Meireles, 1992, p. 473). Nestes termos, ganha coerência a designação de Ancorense, proposta por Rui de Serpa Pinto em 1928, para as indústrias da Praia da Areosa, primeiramente estudadas por Abel Viana. Os picos, que tão bem caracterizam estas indústrias, ocorrem em um conjunto de depósitos designados por Coluviões Recentes 2, coevos de degradação climática do final do último período glaciário (Meireles, 1994, p. 25), situando-se assim no *terminus* de uma longa linha filogenética, caracterizada pela crescente simplificação tecnológica e formal que, ao contrário de revelar qualquer sinal de degenerescência, ilustrará uma adequada adaptação às exigências do quotidiano das respetivas populações. As passagens de algumas destas primeiras missivas evidenciam as cordiais relações existentes entre Abel Viana e os outros arqueólogos portugueses que então já tinham produzido contributos sobre tais indústrias, por eles encontradas com anterioridade em trechos vizinhos do litoral galaico-minhoto, como Eugénio Jalhay e Joaquim Fontes, logo seguidos por Rui de Serpa Pinto.

Interessante é, também, a preocupação de Abel Viana em dotar o Museu de Viana do Castelo com boa representação de tais indústrias, chegando ao ponto de se preocupar com o mobiliário adequado à sua exposição. Conforme acima se referiu, os esforços de Abel Viana revelaram-se a prazo inglórios, pois os conjuntos por ele organizados, cuidadosamente etiquetados com a respetiva proveniência, foram misturados por diretor menos avisado, perdendo-se assim o seu interesse científico. Nessas ofertas, o Museu Etnológico também não ficou esquecido, tendo para ali remetido uma copiosa coleção de tais instrumentos, em troca da remessa de alguns dos volumes disponíveis de «O Arqueólogo Português». Este é um dos aspetos mais expressivos da correspondência, pois evidencia a sede de informação de Abel Viana, proporcional à falta de recursos para a satisfazer. Leite de Vasconcelos, compreendendo bem a natureza desta proposta, que era também um apelo, deu-lhe seguimento, apesar das prováveis dificuldades que teve de vencer, facilmente imagináveis, pois, estando de saída como diretor do Museu Etnológico, por ter já perfeitos os 70 anos de idade, a sua capacidade de intervenção seria reduzida, até porque se sabia da pouca sensibilidade de Manuel Heleno à satisfação de tais pedidos: veja-se a desagradável situação criada a Leite de Vasconcelos, por via do pedido similar não satisfeito, apresentado pelo arqueólogo de Setúbal A. I. Marques da Costa (Cardoso, 2014). Seja como for, este episódio evidencia as relações de confiança já então

estabelecidas entre Abel Viana e Leite de Vasconcelos, que reconhecia naquele qualidades inegáveis de trabalho e de produtividade científica, a par da sua franqueza, evidenciada por escrita expressiva e pitoresca que muito lhe agradaria. Abel Viana passou a ter, deste modo, em Leite de Vasconcelos um apoio muito relevante para a satisfação das suas legítimas necessidades de reconhecimento científico. É assim que, pouco depois, conseguiu obter bolsa da Junta de Educação Nacional, tendo sido determinante a atuação de Leite de Vasconcelos, submetido o pedido de bolsa em setembro de 1929, foi a mesma concedida logo em março do ano seguinte, por quatro anos, com retroativos a janeiro de 1930, no montante mensal de 400\$00, muito apreciável para a época, se recordarmos que o vencimento mensal de Abel Viana, como professor do Ensino Primário, pouco ultrapassava os 600\$00. Desconhece-se, todavia, se a bolsa teve continuidade pelo período inicialmente previsto. Deste modo, ficou Abel Viana dotado dos meios para se poder deslocar, não só a diversas localidades da sua região natal, mas também a Lisboa, para conhecer os espólios conservados nos Museus da Capital, especialmente o Museu Etnológico, e contactar com os arqueólogos que o poderiam ajudar para o efeito, como Joaquim Fontes, Félix Alves Pereira e mesmo Manuel Heleno, citados na correspondência, entre outros.

Esta maior agilidade de movimentos explica a capacidade de, logo naquele ano de 1930, ter produzido trabalho sobre o paleolítico minhoto, estudo pioneiro onde deu a conhecer a presença de indústrias acheulenses, até então ali quase totalmente desconhecidas. As colheitas efetuadas por si em numerosas localidades vieram alterar completamente o quadro até então conhecido. Destacam-se belos bifaces e machados (*hachereaux*), a par de núcleos *levallois*, acompanhadas de lascas, que vieram confirmar a presença generalizada de indústrias do paleolítico inferior e médio na sua província natal, distribuídas especialmente ao longo dos terraços dos rios Lima, em Arcos de Valdevez, e Minho, perto de Melgaço e na área de Caminha (Viana, 1930, fig. 1) (fig. 19).

A recolha de algumas destas peças, pela sua excecional qualidade, era prontamente comunicada a Leite de Vasconcelos, tendo a correspondência registado o envio de quatro desses exemplares, os quais, tendo sido incluídos no trabalho referido, deram entrada no Museu Etnológico, conforme consta dos respetivos registos. Leite de Vasconcelos dispensava de facto, desde há muito, um genuíno interesse pelos progressos no estudo do Paleolítico, então o período mais antigo e menos conhecido da presença do Homem em Portugal. Relembre-se que foi a descoberta, feita por Joaquim Fontes, da estação de Casal do Monte, perto de Loures, em 1909, e a sua pronta publicação, em «O Arqueólogo Português», em 1910, que deu o passo decisivo para o arranque de tais estudos em Portugal, estando na origem da sólida amizade desde logo estabelecida entre Fontes e Leite de Vasconcelos, tão bem evidenciada na correspondência entre ambos trocada (Cardoso,



Fig. 19 – Cartografia das estações paleolíticas do Alto-Minho, segundo Abel Viana (Viana, 1930, fig. 1).

1912). Por outro lado, a publicação, em 1916 da célebre obra «El Hombre Fósil» (Obermaier, 1916), cuja segunda edição, aumentada, publicada nove anos depois (Obermaier, 1925), evidencia bem o interesse prestado ao Homem paleolítico peninsular pela comunidade internacional. Este facto não deixou indiferentes os escassos investigadores portugueses que então se dedicavam ao tema, o que explica a publicação, em 1923, do livro de divulgação «O Homem fóssil em Portugal» da autoria de Joaquim Fontes, onde reproduz um exemplar de Viana do Castelo, por ele atribuído ao «Chelense» (Fontes, 1923, p. 13). Percebe-se, pois, o interesse de Leite de Vasconcelos em ver desenvolvidos os estudos sobre o Paleolítico naquela região do País, a que Abel Viana deu, em tão pouco tempo, tão importante impulso.

Deste modo, a primeira fase da correspondência, coincidente com a atividade de Abel Viana na região de Viana do Castelo é, sem dúvida, a mais interessante, em termos de novidades ao nível da informação arqueológica produzida. Para além das suas prospeções no âmbito do Paleolítico, a correspondência revela a identificação de insculpturas rupestres, infelizmente destruídas posteriormente, e ainda a escavação da Cova da Moura, mamoa gigantesca que escavada em 1931, só foi publicada em 1955 (Viana, 1955).

A segunda fase da correspondência refere-se à curta mas conturbada estada de Abel Viana em Faro. No decurso desta etapa da sua vida profissional, é de destacar as intervenções realizadas no subsolo da própria cidade, como a do Largo da Sé, não mencionada na correspondência, realizada em novembro de 1933, pouco depois da sua chegada à cidade (Cardoso, 2014, p. 483), e a que efetuou em dezembro de 1938, no cemitério romano do Bairro Letes, a que alude pouco depois, em missiva datada de Faro, de 5 de janeiro de 1939, embora os resultados dessas escavações só tenham sido publicados em 1951 (Viana, 1951a). Também é o caso das explorações arqueológicas da região de Monchique.

* * *

Enfim, a terceira fase da correspondência, relativa à última etapa da vida de Abel Viana, correspondente à sua fixação em Beja, no decurso de janeiro de 1939, de onde remete diversas missivas, das quais a última, de 17 de outubro de 1940, antecedeu de escassos seis meses o falecimento de Leite de Vasconcelos, já então fortemente limitado na sua atividade por ter perdido a visão. Ainda assim, tal missiva contém convite ao Mestre para que se dispusesse a participar em iniciativa editorial, a qual, contudo, não se terá concretizado. As missivas desta última e curta fase, umas são a título meramente informativo, como a relativa à reconstrução do arco romano das Portas de Aviz, por iniciativa do então presidente da Câmara Municipal, Leonel Pedro Banha da Silva, mas outras detêm maior substância. É o caso da identificação de embasamento da estrutura romana, no Largo da Misericórdia, que supunha corresponder ao fórum da cidade, como refere na missiva, opinião depois alterada para embasamento de templo (Viana, 1947). Tal é também o caso das notícias contidas na correspondência relativas a epígrafes romanas, para cuja leitura pediu a ajuda de Leite de Vasconcelos. Duas delas, de carácter funerário, foram recolhidas perto de Baleizão encontrando-se atualmente guardadas no Museu de Beja, tendo sido por ele primeiramente lidas e publicadas. Uma outra, igualmente funerária, foi por ele identificada na povoação de Peroguarda, a qual possui mais interesse que as anteriores, pois, de acordo com J. d'Encarnação, corresponde a exemplar que se afigura inspirado em modelos mais antigos, apesar de ser datada do século II d. C. (Encarnação, 1978, 1984). Abel Viana, que primeiramente a publicou (Viana, 1945), refere na missiva a Leite de Vasconcelos a particularidade da existência de um «P» gravado ulteriormente no topo da estela, alusivo a Peroguarda.

No domínio da etnologia, Abel Viana remetia-lhe regularmente as suas publicações, a par de diversos periódicos regionais, dos quais era assíduo colaborador e que continham igualmente importantes informações. Isso permitia a Leite de Vasconcelos manter-se informado do muito que localmente se ia publicando no domínio das tradições populares portuguesas. Deste modo, não espanta que tenha citado o nome de Abel Viana num dos dois volumes daquela obra maior publicados em vida do autor, o que muito sensibilizou Abel Viana, como declara em missiva de abril de 1938. Para além das informações do domínio etnográfico sistematicamente remetidas a Leite de Vasconcelos, Abel Viana respondia-lhe também a diversas perguntas por este endereçadas, não deixando de ser curioso que nenhuma delas, ao longo da correspondência, se reportava ao foro arqueológico, o que confirma a crescente concentração de toda a sua atividade no campo etnográfico, no âmbito da redação da sua obra, inacabada, «Etnografia Portuguesa».

4. SÍNTESE CONCLUSIVA

A correspondência agora publicada é expressiva, primeiro, do despontar da vocação arqueológica de Abel Viana, incentivada sempre por Leite de Vasconcelos que via nele o fulgor e o empenho criativo, por ele próprio tão valorizado, o qual, depois, foi plenamente confirmado na fase de maturidade da sua atividade arqueológica, atingida no decurso da sua fixação em Beja. E se Leite de Vasconcelos ia satisfazendo as necessidades de informação do foro etnográfico, recorrendo a uma plêiade de amigos e colaboradores dispersos pelo país, dos quais Abel Viana era apenas mais um, mas não o menos empenhado e disponível no envio de informação ao mestre, pode considerar-se essencial o papel deste na formação científica de Abel Viana. Não só pelo interesse genuíno com que acompanhou as suas primeiras investigações, mas também na intervenção decisiva que teve na obtenção de subvenção mensal, concedida por vários anos, pela Junta de Educação Nacional, que permitiu a Abel Viana desenvolver de forma menos constrangida a sua atividade, a partir de janeiro de 1930. Deste modo, pode bem dizer-se que, enquanto o mestre atingia o limite de idade para o exercício de funções públicas, incluindo a sua saída, a contragosto, da direção do museu por si fundado, o discípulo adquiria, por esta via, capacidades de atuação oficial, na qualidade de bolseiro do Estado, que àquele iam minguando, sem prejuízo de continuar a trabalhar afincadamente, o que se verificou até ao seu passamento.

AGRADECIMENTOS

A António Carvalho, diretor do Museu Nacional de Arqueologia, por ter permitido o estudo, requerido por um de nós (J. L. C.) do acervo epistolar agora publicado.

A Miguel Magalhães Ramalho e a José António Anacleto, do Museu Geológico do LNEG, por terem, respetivamente, facultado e apoiado a um de nós (J. L. C.), o acesso e estudo dos espólios líticos remetidos por Abel Viana aos então designados Serviços Geológicos de Portugal, referidos na correspondência.

BIBLIOGRAFIA

BARRADAS, L. A. (1939) – Estações paleolíticas do Caia inferior. *Brotéria*. Lisboa. 28: 2, p. 215-223.

BREUIL, H. (1920) – La station paléolithique ancienne d'Arroches (Portalegre). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 24, p. 47-55.

BREUIL, H.; ZBYSEWSKI, G. (1942) – *Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire. 1 – Les principaux gisements des deux rives de l'ancien estuaire du Tage*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. (Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal; 23).

- BREUIL, H.; RIBEIRO, O.; ROCHE, J.; VAULTIER, H.; FERREIRA, O. da Veiga; ZBYSZEWSKI, G. (1962) – Les industries paléolithiques des plages quaternaires du Minho (La station de Carreço). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 46, p. 53-131.
- CARDOSO, J. L. (1999) – O Professor Mendes Corrêa e a Arqueologia portuguesa. *Al-Madan*. Almada. Série II, 8, p. 138-156.
- CARDOSO, J. L. (2001/2002) – Correspondência anotada de Abel Viana e O. da Veiga Ferreira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 415-608.
- CARDOSO, J. L. (2008) – Correspondência selecionada enviada a O. da Veiga Ferreira: cinquenta anos de actividade arqueológica (1946-1995). Homenagem a Octávio da Veiga Ferreira. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 16, p. 383-751.
- CARDOSO, J. L. (2010/2011) – Joaquim Fontes, primórdios de um arqueólogo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 623-630.
- CARDOSO, J. L. (2012) – José Leite de Vasconcelos (1858-1941) e Joaquim Fontes (1892-1960) vistos através da correspondência conservada nos Arquivos do Museu Nacional de Arqueologia e do Laboratório Nacional de Energia e Geologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 5, 2, p. 105-185.
- CARDOSO, J. L. (2014a) – António Inácio Marques da Costa (1857-1933), Setúbal, Tróia e a Arrábida: percursos de um pioneiro dos estudos arqueológicos regionais em Portugal vistos pela correspondência enviada a José Leite de Vasconcelos. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 15, p. 11-44.
- CARDOSO, J. L. (2014b) – Abel Viana (1896-1964): uma vida de arqueólogo. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 475-510.
- COITO, L. C.; CARDOSO, J. L.; MARTINS, A. C. (2008) – José Leite de Vasconcelos. *Fotobiografia*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia; Editorial Verbo.
- COSTA, M. Alves (1930) – Relatório da secção de Arqueologia Pré-Histórica. 1929-1930. *Arqueologia e História*. Lisboa. 9, p. 141-145.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1978) – Estelas romanas inéditas do sudoeste alentejano. *Conímbriga*. Coimbra. 17, p. 41-53.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1984) – *Inscrições romanas do Conventus Pacensis (IRPC)*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras. 2 vols.
- FERREIRA, O. da Veiga; FERREIRA, S. da Veiga; FERREIRA, F. D.; SIMÕES, S. (1981) – Novas insculturas pré-históricas descobertas na Citânia de Santa Luzia (Viana do Castelo). *Gallaecia*. Santiago de Compostela. 6, p. 217-227.
- FONTES, J. (1910) – Estação paleolítica do Casal do Monte. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 15, p. 93-96.
- FONTES, J. (1923) – *O Homem fóssil em Portugal*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais.
- FONTES, J. (1925) – Estação paleolítica de Camposancos (Pontevedra, Espanha). *Brotéria*. Caminha. Série II, 1:1, p. 7-16.
- HELENO, M. (1935) – Jóias pré-romanas. *Ethnos*. Lisboa. 1, p. 229-257.
- JALHAY, E. (1925) – El Asturiense en Galicia. *Boletín de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*. Orense. 7:165, p. 341-362.
- JALHAY, E. (1928) – A estação asturiense de La Guardia (Galiza). *Brotéria*. Caminha. 6:2, p. 75-90.
- JALHAY, E. (1933) – Serão pré-asturienses as estações pré-históricas do litoral galaico-minhoto? *Brotéria*. Lisboa. 16:2, p. 102-108.
- LOPES, M. C. (2003) – *A cidade romana de Beja*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras. 2 vols.
- MACHADO, J. P. (1999/2000) – Recordando José Leite de Vasconcelos: um testemunho pessoal. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 8, p. 25-31.
- MEIRELES, J. (1992) – *As indústrias líticas pré-históricas do litoral minhoto. Contexto cronoestratigráfico e paleoambiental*. Braga: Universidade do Minho (Cadernos de Arqueologia; Monografias 7).
- MEIRELES, J. (1994) – As indústrias líticas pré-históricas do litoral do Minho (Portugal) e o seu quadro litoestratigráfico. In *Congresso de Arqueologia Peninsular, 1*, Porto, 1992. Actas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 34: 3/4. p. 17-42.
- MUSEU REGIONAL DE BEJA. Catálogo de algumas das principais peças. Beja: Junta Distrital. 1959.

- OBERMAIER, H. (1916) – *El Hombre fósil*. Madrid: Museo Nacional de Ciencias Naturales (Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas; mem. 9).
- OBERMAIER, H. (1925) – *El Hombre fósil*. Segunda edición refundida y ampliada. Madrid: Museo Nacional de Ciencias Naturales. (Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistóricas; mem. 9).
- PINTO, R. de Serpa (1928) – O Asturiense em Portugal. *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*. Porto. 4:1, p. 5-44.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1920a) – Aldravas de ferro. *Boletim de Etnografia*. Lisboa. 1, p. 26.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1920b) – Objectos paleolíticos de Arronches remetidos ao Museu Etnológico pelo Sr. P.e H. Breuil. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 24, p. 56-58.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1930) – Discurso na sessão inaugural. In *Congresso Internacional de Antropologia e de Arqueologia Pré-Histórica*, 15, Porto, 1930. Actas. Paris: Librairie E. Nourry. Vol. 1 – Portugal. p. 24-30.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1939) – Da fala e Barrancos. *Boletim de Filologia*. Lisboa. 6, p. 159-178.
- VASCONCELOS, J. Leite de (1955) – *Filologia Barraqwenha*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VEGA DEL SELLA, Conde de la (1923) – *El asturiense nueva industria preneolítica*. Madrid: Museo Nacional de Ciencias Naturales. (Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistoricas; memória 32).
- VIANA, A. (1929) – A estação asturiense de Areosa – Viana do Castelo. *Portucale*. Porto. 2. Separata de 48 págs.
- VIANA, A. (1930) – Estações paleolíticas do Alto-Minho. *Portucale*. Porto. 3:15, p. 189-235.
- VIANA, A. (1945) – Museu Regional de Beja. Secção lapidária. *Arquivo de Beja*. Beja. 2:1, p. 97-128.
- VIANA, A. (1947) – Restos de um templo romano, em Beja. *Arquivo de Beja*. Beja. 4:1/2, p. 77-88.
- VIANA, A. (1951a) – O cemitério luso-romano do bairro Letes (Faro). *Brotéria*. Lisboa. 53:2/3, p. 145-165.
- VIANA, A. (1951b) – *Títulos e trabalhos de Abel Viana*. Edição do Autor.
- VIANA, A. (1955) – A «Cova da Moura». In *Congreso Arqueológico Nacional*, 3, Galicia, 1953. Actas. Zaragoza: Sección de Arqueología de la Institución Fernando el Católico y la Secretaría General de los Congresos Nacionales. p. 481-497.
- VIANA, A. (1956) – Notas históricas, arqueológicas e etnográficas do Baixo Alentejo. *Arquivo de Beja*. Beja. 13: 1-4, p. 110-167.
- VIANA, A.; FORMOSINHO, J. (1942) – Arqueologia pré-histórica do concelho de Monchique. *Ethnos*. Lisboa. 2, p. 369-389.

José Leite de Vasconcelos e Vila Viçosa – o santuário a Endovélico (São Miguel da Mota, Alandroal) e a Casa de Bragança¹

José Leite de Vasconcelos and Vila Viçosa (Évora, Portugal) – the sanctuary of Endovellicus at São Miguel da Mota (Alandroal, Évora, Portugal) and the House of Bragança

MÓNICA ROLO*

RESUMO

Abordar a ligação de José Leite de Vasconcelos, fundador do Museu Etnográfico Português, com Vila Viçosa (Évora, Portugal) passa necessariamente por considerar a história e importância do santuário dedicado a Endovélico em São Miguel da Mota (Alandroal, Évora, Portugal) e respetivo espólio; o interesse manifestado pela Casa Real Portuguesa, e em particular a Casa de Bragança, pela arqueologia, proteção do património e colecionismo; e, paralelamente, a rede de contactos mantida por José Leite de Vasconcelos na região, com diversos correspondentes locais. Destacam-se as atuações fundamentais de D. Teodósio I, V Duque de Bragança, no processo de recolha e salvaguarda de lápides votivas trasladadas de São Miguel da Mota para o Convento dos Agostinhos em Vila Viçosa, e do rei D. Carlos I, responsável pela cedência das mesmas à instituição predecessora do atual Museu Nacional de Arqueologia.

Palavras-chave: José Leite de Vasconcelos – Museu Etnográfico Português – Vila Viçosa – Casa de Bragança – Endovélico

¹ O presente texto resulta da pesquisa efetuada no âmbito da colaboração da autora na conceção da exposição temporária José Leite de Vasconcelos. Vida e Obra, inaugurada em abril de 2015 no Castelo de Vila Viçosa, por iniciativa do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança (MBCB) e Museu Nacional de Arqueologia (MNA).

* UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. Bolseira de Doutoramento FCT SFRH/BD/77562/2011. E-mail: monicasrolo@gmail.com.

ABSTRACT

The present paper intends to illustrate how José Leite de Vasconcelos's work relates to Vila Viçosa (Évora, Portugal). Our analysis is based on three main aspects: the importance of the roman sanctuary of São Miguel da Mota (Alandroal, Évora, Portugal), where indigenous deity Endovellicus was worshiped; the interest of House of Bragança (Portuguese Royal House) on Archaeology and antiques collections; and the correspondence exchanged between José Leite de Vasconcelos, founder of Portuguese Ethnographic Museum (today's National Museum of Archaeology), and local individualities from Vila Viçosa and the territory nearby.

Key-words: José Leite de Vasconcelos – Portuguese Ethnographic Museum – Vila Viçosa – House of Bragança – Endovélico

«José Leite de Vasconcellos foi, no seu tempo,
o primeiro dos nossos homens de Ciência
e talvez o mais popular de todos eles.»
Ribeiro, 1960, p. 65

Falar da relação de José Leite de Vasconcelos com Vila Viçosa implica abordar, no quadro da vasta rede de contactos e correspondentes locais do fundador do Museu Etnográfico Português, dois aspetos fundamentais interligados entre si: a história do santuário a Endovélico em São Miguel da Mota (freguesia de Terena, concelho do Alandroal, distrito de Évora, CNS 1771) e o interesse da Casa Real Portuguesa, e, neste caso particular, da Casa de Bragança, pela arqueologia (fig. 1).

1. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS E O SANTUÁRIO A ENDOVÉLICO (SÃO MIGUEL DA MOTA, ALANDROAL)

A primeira visita de José Leite de Vasconcelos ao santuário de São Miguel da Mota ocorreu em fevereiro de 1890, à data no exercício das funções de conservador da Biblioteca Nacional de Lisboa. Esta viagem terá sido especialmente motivada pela intenção de «estudar os vestígios que no Alentejo pudesse haver do deus Endovelico da Lusitania» (MNA. Arquivo Pessoal JLV, Apontamentos de Epigrafia, Endovélico, Caixa 2, envelope 1), tendo em vista a organização de uma coleção de antiguidades que ilustrasse as manifestações religiosas pré-romanas e que complementasse os conteúdos da cadeira de Numismática lecionada por José Leite de Vasconcelos, no âmbito do Curso Superior de Bibliotecário-Arquivista, na supracitada instituição (Fabião, 2002, p. 341). De acordo com autorização oficial do Ministério do Reino, datada de 29 de março de 1890, José Leite de Vasconcelos ficava responsável pela exploração das ruínas de São Miguel da Mota e pela aquisição dos respetivos monumentos, então para o acervo da Biblioteca Nacional (e posteriormente, para o Museu Etnográfico Português), mediante o pagamento de uma indemnização não superior a 200 mil réis ao proprietário do terreno

do outeiro (MNA. Epistolário JLV – Correspondência Institucional, Caixa 2, Inspeção Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos). Foi no contexto da visita realizada em 1890 que travou conhecimento com a família Belo do Alandroal (e, neste caso particular, com Manuel Inácio Belo), à época proprietária da herdade onde se encontrava o antigo santuário de São Miguel da Mota, e que assim se terá mantido até aos inícios do século XXI (Schattner, Fabião e Guerra, 2013, p. 66, nota 2).

Importa referir que o enquadramento legal em que é concedida, em março de 1890, a autorização a José Leite de Vasconcelos para a exploração de São Miguel da Mota e aquisição do respetivo espólio resultara de legislação promulgada por D. João V e D. João VI, representantes da Casa de Bragança. O primeiro promulgara, em agosto de 1741, um alvará de salvaguarda do património histórico-arqueológico nacional; e o segundo, em fevereiro de 1802, após a extinção das atividades da Academia Real da História Portuguesa, aprovava a transição das responsabilidades relativas à proteção do património (incluindo a criação de uma coleção de antiguidades) para o cargo de Bibliotecário Mor da Real Biblioteca de Lisboa, situação que se estenderá até 1894, com a criação da Comissão dos Monumentos Nacionais (Paço, 1964, p. 70-73)² (fig. 2).

No último quartel do século XIX o local do santuário de São Miguel da Mota foi visitado por Gabriel Pereira. O então diretor da Biblioteca Nacional de Lisboa descreveu o estado de abandono e destruição em que se encontrava a antiga ermida dedicada a São Miguel e publicou, pela primeira vez, uma planta do referido edifício de culto (Pereira, 1889, Est. XI). De acordo com este autor, era evi-



Fig. 1 – Localização geográfica dos concelhos de Alandroal e Vila Viçosa (Distrito Évora, Portugal).

² O alvará de 4 de fevereiro de 1802, promulgado por D. João VI, procurou dar resposta à lacuna provocada pela extinção da Academia Real da História Portuguesa, reconhecendo a «importância de que seria não só para o conhecimento das Antiguidades Sagradas e Políticas, e para ilustração das Artes e Ciências, mas para ornamento da mesma biblioteca, formar-se nella huma grande Collecção de Peças de Antiguidade e raridade, que possa servir aos indicados fins», conforme exposto ao Príncipe Regente pelo Bibliotecário Mor da Real Biblioteca de Lisboa.



Fig. 2 – Anotações de José Leite de Vasconcelos relativas à primeira visita a São Miguel da Mota (Alandroal) em 1890 (MNA. Arquivo Pessoal JLV, Apontamentos de Epigrafia, Endovélico, Cx. 2, env. 1).

dente o reaproveitamento de lápides e esculturas do anterior culto a Endovélico empregues na construção do templo medieval, fazendo do local um «ninho de preciosidades archeologicas» que urgia salvar (*ibidem*, p. 147). Logo na sua primeira deslocação ao local, José Leite de Vasconcelos procedeu à recolha de material arqueológico, ainda que tenha regressado nesse mesmo ano para a realização de trabalhos de escavação e desmantelamento da ermida, trabalhos a que terá dado continuidade nos anos de 1904, 1905 e 1907 (Guerra, Schattner, Fabião e Almeida, 2003, p. 418)³. A extraordinária importância que se adivinhava do local e a premência de preservar o espólio ainda ali remanescente, de acordo com o apelo feito por Gabriel Pereira em 1889 (Pereira, 1889, p. 149), levaram José Leite de Vasconcelos a assumir os trabalhos de exploração do sítio, naquela que foi a sua «estreia archeologica» e também a primeira intervenção sistemática no local (Schattner, Fabião e Guerra, 2013, p. 69; Vasconcelos, 1905, p. 112). Apesar de não ter chegado a elaborar uma monografia sobre o santuário de São Miguel da Mota e o culto a Endovélico, conforme inicialmente se propusera (Vasconcelos, 1905, p. 112), José Leite de Vasconcelos teceu um importante conjunto de considerações sobre a realidade arqueológica do sítio e a natureza da divindade e respetivo culto (Schattner, Fabião e Guerra, 2013, p. 70).

Dos trabalhos de campo realizados sob a orientação do fundador do atual Museu Nacional de Arqueologia resultou a recolha, entre outro espólio, de um numeroso

³ Na consulta da correspondência trocada com José Veladas da Silveira Belo, confirma-se a realização de trabalhos em São Miguel da Mota em 1905, altura em que se terá também procedido à exploração das antas de Galvões (MNA. Epistolário de JLV, 3627, espécies 23788 e 23789). Em carta datada de 25 de outubro de 1905, José Belo informava assim José Leite de Vasconcelos: *Continua o tempo de verdadeiro inverno. O Xavier tem tudo prompto, excepto as pesquisas em S. Miguel, pois os campos estão encharcados, tornando-se impossível a menor (?) escavação* (MNA. Epistolário de JLV, 347, espécie 2284, p. 1). Em bilhete-postal datado de 26 de outubro do mesmo ano, dava conta: *Fomos hoje para S. Miguel, onde fizemos escavações, não (?) encontrando vestígios de qualquer cousa. N'estas condições o Xavier pode partir com todos os objetos logo que V. Exa. mande ordem.* (MNA. Epistolário de JLV, 347, espécie 2285).

e representativo conjunto de elementos epigráficos e escultóricos (mais de 80 inscrições e dezenas de elementos iconográficos) relacionados com o culto a Endovélico. As mais recentes intervenções no sítio de São Miguel da Mota, empreendidas desde 2002 no âmbito de um projeto internacional de investigação (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa/Deutsche Archeologische Institut), trouxeram à luz cerca de uma dezena de novas epígrafes e mais de uma centena de elementos escultóricos, aumentando assim a amostra epigráfica conhecida para perto de uma centena de monumentos e favorecendo a clarificação de algumas questões fundamentais relacionadas com a interpretação do local e respetiva diacronia de ocupação, designadamente a ausência de evidência de um santuário pré-romano, a confirmação de uma provável sobreposição da estrutura da ermida medieval de



Fig. 3 – «Junho 1904 S. Miguel da Mota» – Anotações de campo de José Leite de Vasconcelos (MNA. Arquivo Pessoal JLV, Apontamentos de Epigrafia, Endovélico, Cx. 2, env. 1).



Fig. 4 – «S. Miguel da Mota (meus trabalhos)» – Trabalhos realizados por José Leite de Vasconcelos em São Miguel da Mota (Alandroal), entre 1890 e 1907 (MNA. Arquivo Pessoal JLV, Apontamentos de Epigrafia, Endovélico, Cx. 2, env. 1).

São Miguel em relação ao templo dedicado a Endovélico e uma cronologia para o santuário romano compreendida entre o século I e o século V/VI d. C. (Schattner, Fabião e Guerra, 2013). Atendendo aos dados atuais, o culto a Endovélico parece revelar uma feição plenamente romana, inteiramente imbuída dos cânones da cultura clássica, e o outeiro de São Miguel da Mota apresenta-se pois como verdadeiro *locus sacer*, paisagem natural privilegiada para se fazer ouvir a «voz» da divindade, e onde, a partir do século I d. C. e sensivelmente até época altimedieval, afluíram devotos de origens e condições muito diversas para cultuarem a entidade ctónica e benemerente, a «divindade 'indígena' mais afamada, mais conhecida da Península Ibérica» (Ribeiro, 2002, p. 79; Schattner, Fabião e Guerra, 2013, p. 68-98) (fig. 3 e 4).

2. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS E VILA VIÇOSA – AS EPÍGRAFES VOTIVAS DO SANTUÁRIO A ENDOVÉLICO, O PADRE JOAQUIM JOSÉ DA ROCHA ESPANCA E D. TEODÓSIO I

Relativamente ao paradeiro das lápides dedicadas a Endovélico conhecidas até 1913, José Leite de Vasconcelos esclareceu: «(...) os monumentos que se conheciam do santuário de Endovellico estavam ao tempo distribuídos pela seguinte forma: cinco encravados na igreja dos Agostinhos, em Vila Viçosa; dois encravados na igreja da Boa-Nova; tres em poder de um particular; os restantes no Museu Ethnológico. Aqui acrescentarei que os cinco monumentos de Villa Viçosa foram mandados para o Museu Ethnológico por S. M. El-Rei D. Carlos, como consta já d-O Archeologo Português; um dos da Boa-Nova cedeu-o também generosamente ao mesmo Museu a Junta de Parochia da freguesia de Terena; os tres que estavam em posse particular adquiri-os por compra. De modo que, a não ser uma lapide que ficou ainda na igreja da Boa-Nova, e que não penso em obter, não só porque é difícil de extrahir, mas porque está a salvo de qualquer damnificação, todas as mais existem hoje no Museu Ethnológico, de que constituem especial e importante riqueza» (Vasconcelos, 1913, p. 195-196). Do conjunto de monumentos enumerados importa especialmente considerar os «cinco encravados na Igreja dos Agostinhos (Vila Viçosa)», que viriam a ser oferta do rei D. Carlos para o então Museu Etnológico, constando do acervo do atual Museu Nacional de Arqueologia (peças E 7710, E 7736, E 7770, E 7843, E 7909).

Por ocasião da primeira viagem até São Miguel da Mota, José Leite de Vasconcelos visitou também Vila Viçosa, onde conheceu o Pe. Joaquim José da Rocha Espanca (1839-1896), autor das *Memórias de Vila Viçosa* e à data pároco da freguesia de São Bartolomeu. Acerca da sua primeira visita a Vila Viçosa, José Leite de Vasconcelos escreveu: «Apenas cheguei a Villa-Viçosa, (...), tratei de procurar o prior, que era, pelos seus estudos e predilecções archeologicas, a única

pessoa que me podia informar sobre o que eu queria. (...) No seu entusiasmo pela archeologia, o Rev.do Espanca levou-me mesmo áquella hora, dez e tanto da noite, a alguns dos locais de Villa Viçosa que eu desejava visitar, – taes como o da igreja dos Agostinhos, onde estão diversas inscrições latinas do nosso deus lusitano Endovellico, o do Paço Ducal, o do castello» (Vasconcelos, 1897b, p. 129). Terá sido pois o erudito pároco calipolense quem mostrou ao fundador do Museu Etnográfico Português as epígrafes dedicadas a Endovélico visíveis na parede lateral da igreja dos Agostinhos, onde se encontravam desde meados de Quinhentos, por determinação de D. Teodósio I, V Duque de Bragança (1505-1563). A este propósito importa realçar o contributo do Padre Joaquim José da Rocha Espanca para a divulgação da relevância arqueológica do santuário a Endovélico em São Miguel da Mota. Sendo Vila Viçosa «o deposito principal das aras votivas d’este deus, a sua noticia ligou-se á historia d’esta villa», levando o citado clérigo a interessar-se pelo tema e a empreender, em junho de 1880, uma incursão «aos campos de Terena» (Espanca, 1882, p. 274-275, 285). A visita ao sítio da ermida de São Miguel da Mota, à data «destelhada já e profanada,» servindo de curral (*ibidem*, p. 285-286), saldou-se na identificação de nove epígrafes inéditas dedicadas a Endovélico, a par de alguns elementos escultóricos e arquitetónicos (*ibidem*, p. 284-290), dados a conhecer pelo pároco no seu estudo dedicado ao «deus Endovellico dos Celtas (*sic*) do Alentejo», publicado no *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa* (Espanca, 1882). À parte do conteúdo fantástico, senão mesmo «inteiramente phantastico» (Vasconcelos, 1897b, p. 132), que o supracitado estudo encerra, há a salientar quer a divulgação dos elementos epigráficos inéditos, quer a memória histórica e historiográfica sobre as ruínas do santuário, incluindo a transcrição das 16 epígrafes dedicadas a Endovélico conhecidas até à data. Deste conjunto de 16 epígrafes votivas, já só se conservariam oito, cinco das quais integradas (e visíveis) na construção da Igreja dos Agostinhos em Vila Viçosa (Espanca, 1882, p. 275-280). Em nova visita ao local, José Leite de Vasconcelos terá anotado: «(Junho de 1904) Numa das paredes laterais da Igreja dos Agostinhos 5 lapides (2 aras e 3 estelas: ao que me parece, pois estão encaixadas)» (MNA. Arquivo Pessoal JLV, Apontamentos de Epigrafia, Endovélico, Cx. 2, env. 1).

Classificado como Imóvel de Interesse Público desde 1997 (Decreto n.º 67/97, de 31 de dezembro, *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 301), o santuário dedicado à divindade «indígena», implantado no outeiro de São Miguel da Mota (Alandroal), é conhecido desde, pelo menos, meados do século XVI, devendo-se as primeiras referências ao V Duque de Bragança. Para além de responsável pela transladação para Vila Viçosa de várias epígrafes (presumivelmente sete, e não apenas as cinco que, em finais do século XIX, seriam ainda visíveis e identificadas por José Leite de Vasconcelos) recolhidas em São Miguel da Mota para serem colocadas na

frontaria do convento da ordem de Santo Agostinho⁴, é a D. Teodósio I que se devem as mais antigas referências conhecidas ao santuário em *Os livros de muitas cousas*⁵, mandados compilar pelo próprio, e as primeiras transcrições das epígrafes (integradas numa coleção manuscrita de cópias de inscrições de toda a Europa) (Nascimento, 2006, p. 735; Paço, 1964, p. 69; Schattner, Fabião e Guerra, 2013, p. 67). A erudição e gosto por antigualhas revelado por este representante da Casa de Bragança viriam a ser enaltecidos por D. Caetano de Sousa na sua *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa* (1739): «Da util curiosidade deste Principe se fizeraõ vários volumes de Relações, a que se chamavaõ depois: Os Livros das muitas cousas; (...). Foy grande estimador dos monumentos da veneravel antiguidade, fazendo trazer de Terena varias Inscriptões marmoreas, que permanecem colocadas na porta do Mosteiro de Santo Agostinho de Villa-Viçosa» (Livro VI, cap. XIII, p. 77). Antes disso, já André de Resende, no volume IV da sua obra *De antiquitatibus Lusitaniae* (1593), procedera à cópia de oito epígrafes dedicadas a Endovélico, sete das quais correspondendo a lápides integradas na construção do Convento dos Agostinhos e Igreja de Nossa Senhora da Graça em Vila Viçosa.

Desde essa época, e ao longo das centúrias seguintes, o local do antigo santuário e o culto a Endovélico assumir-se-iam como tema emblemático para diversos curiosos e eruditos (nacionais e estrangeiros) que lhe viriam a dedicar numerosos estudos, embora nem sempre escapando à efabulação, conforme o comprova, por exemplo, o mito da fundação do templo dedicado a Cupido/Endovélico pelo capitão cartaginês Maharbal, veiculado e repetido por vários autores, como A. Gonçalves de Novais (*Relação do Bispado de Elvas*, 1635), Frei Bernardo de Brito (*Monarchia Lusytana*, 1690), António Carvalho da Costa (*Corografia Portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*, 1708) ou Joaquim José da Rocha Espanca (*Memórias de Vila Viçosa*, 1880). Ainda assim, é de realçar acima de tudo a importância incontornável do papel desempenhado por algumas

⁴ Note-se que a parede da igreja dos Agostinhos onde estariam as lápides deveria corresponder à parede que atualmente se considerará lateral, uma vez que a atual entrada monumental que dá para o terreiro do Paço Ducal data da campanha de remodelação promovida por D. João IV, em meados do século XVII, aquando da instalação do Panteão dos Duques (informação gentilmente facultada pela diretora do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, Dr.ª Maria de Jesus Monge).

⁵ Da cópia, datada de 1665, do inventário original dos bens de D. Teodósio elaborado após a sua morte (em 1567), consta a seguinte referência: *Livro de muitas cousas escrito de mão encadernado em couro de folha foi avaliado em quinhentos reis* (Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, BDM2 – Res18 Ms, folha 460, n.º 4889). Na *Monarchia Lusitana* da autoria de Frei Rafael de Jesus (1613-1693), o autor não só dá conta da importância da biblioteca da Casa de Bragança, como também afirma ter chegado a ver alguns dos volumes que comporiam o *Livro de Muitas Cousas*: «grandiosa biblioteca da Serenissima caza de Bargança, aonde se acumulavão todos os livros impressos, que sahião em Espanha, Italia, Alemanha, e França, a hua grande múltidão de manuescritos, preciosos Thesouro pello Unico, e pello inveterado, e exquezito das materias de que tratam, (...) e particularmente dous grandes volumes que os Duques tinham na sua recamara, intitulados os livros das muitas noticias; Compondose das que se seguirão, outros seis, que Eu vi, encadernados em pasta, depósitos de todas as cousas notaveis, que succederão nas Cortes dos Princepes de toda a Christandade; por relação de agentes que em todas ellas sustentavão os Duques» (Jesus, 1958, I, p. 56).

das personalidades mencionadas na preservação da memória do santuário de São Miguel da Mota e do culto a Endovélico, conforme resume José Leite de Vasconcelos numa anotação manuscrita (parte integrante de um conjunto de anotações agrupadas sob a designação *Bibliografia* e certamente destinadas à elaboração da monografia sobre o tema), na qual indicou: «Temos 3 phases neste estudo: 1. Se (?) contar com as inscr. [ições] de Alandroal e Boa Nova, desde D. Theodosio e Resende até o Espanca. 2. Espanca e o que se lhe seguiu (?). 3. A excavação que eu fiz. E cada uma d'estas 3 phases adiantaram o conhecimento do deus e do culto» (MNA. Arquivo Pessoal JLV, Apontamentos de Epigrafia, Endovélico, Cx. 2, env. 1) (fig. 5).



Fig. 5 – Vista atual da Igreja dos Agostinhos (Vila Viçosa). (Foto J. Real Andrade. MBCB. Arquivo Fotográfico)

3. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS E VILA VIÇOSA – A REDE DE CONTACTOS E CORRESPONDENTES

Dois dos correspondentes de José Leite de Vasconcelos no Alto Alentejo foram o referido Padre Joaquim José da Rocha Espanca e seu irmão, o Padre António Joaquim da Rocha Espanca, pároco de Bencatel (Vila Viçosa). A correspondência mantida com o Padre Joaquim da Rocha Espanca é bem reveladora do profundo interesse e gosto pela arqueologia que tinham em comum, e do amplo conhecimento que o pároco possuía da região de Vila Viçosa, permitindo-lhe fornecer a José Leite de Vasconcelos indicações preciosas sobre as antiguidades aí existentes. Vejam-se, por exemplo, as referências, constantes de carta escrita pelo pároco a 12 de abril de 1890, ao local onde, à data, se encontraria reutilizada a epígrafe funerária romana de *Iulia Avita*, atualmente integrada no acervo do MNA (E 6302), e ao sítio de Vilares da Galharda: «1.º Vá à quinta de S. João Baptista. Ahi verá no pátio um bello capitel coríntio; e núm quarto de dormir verá o monumento da Julia Avita, encrustado na parede./2.º Ao sul da mesma quinta estão as Vilares da Galharda, logo contiguas, onde teem apparecido as melhores antiguidades romanas» (MNA, Arquivo Pessoal de JLV, CoR. 1122, espécie n.º 7131, p. 2); ou



Fig. 6 – Tábula funerária de *Julia Avita* (Bencatel, Vila Viçosa). (MNA, E 6302. Foto José Pessoa, DGPC/ADF)

a informação (em epístola datada de 3 de setembro de 1895) sobre uma inscrição inédita (à data) que viria a ser incluída n' *O Archeologo Português* (Espanca, 1895, p. 216-217) e a integrar o acervo do atual Museu Nacional de Arqueologia (MNA E 6304) (MNA, Arquivo Pessoal de JLV, CoR. 1122, espécie n.º 7134) (fig. 6).

A correspondência mantida com o Padre António Joaquim da Rocha Espanca parece resumir-se ao ano de 1897, após o falecimento do irmão deste. Em carta datada de 9 de novembro de 1897, este clérigo dava conta a José Leite de Vasconcelos da

impossibilidade de lhe facultar um solicitado conjunto de «pedras de raio» que haviam pertencido à coleção do falecido irmão, uma vez que as mesmas já teriam sido oferecidas ao rei D. Carlos na sequência de uma das visitas do monarca a Vila Viçosa e face ao interesse real demonstrado pelas peças (MNA, Arquivo Pessoal de JLV, CoR. 1121, espécie n.º 7129). José Leite de Vasconcelos terá tomado conhecimento da coleção de machados de pedra polida (a par de outras «curiosidades archeologicas») na posse do Padre Joaquim José da Rocha Espanca aquando da sua primeira deslocação a Vila Viçosa e visita a casa do pároco (Vasconcelos, 1897b, p. 130). Em carta endereçada ao fundador do então Museu Etnológico pelo padre António Joaquim da Rocha Espanca, a 9 de novembro de 1897, pode ler-se: «Emquanto às pedras de raio/como lhe chama o povo/não pôsso servir a V. Ex.^a como muito desejáva, porque vindo a Villa Viçoza El Rei, poucos dias depois do falecimento de meu irmão, foram pedidas por S. M. por intermédio do seu creado particular, e eu julgando em dar bem (?), sofri um grande desgosto, sendo muito desconsiderado pelo testamenteiro do meu irmão – Ignácio da Rosa Rebello – o qual me disse – que por consideração à memoria de meu irmão, e por não querer cousas com o Paço – me (?) não instaurava um processo e me obrigava a apresentar as pedras no escripto (?) de meu irmão para passar á pessoa a quem o mesmo escriptorio houvésse de pertencer!!!!...» (MNA, Arquivo Pessoal de JLV, CoR. 1121, espécie n.º 7129, p. 2-3). As dificuldades verificadas na leitura do documento em questão, e consequentemente na respetiva interpretação, impõem que se considerem duas hipóteses para explicar a impossibilidade por parte de António Joaquim da Rocha Espanca em satisfazer a solicitação de José Leite de Vasconcelos: a impossibilidade motivada pela oferta realizada ao rei D. Carlos,

à margem das disposições legais do testamento do autor das *Memórias de Vila Viçosa*; ou a impossibilidade motivada pela oferta ao monarca e, num momento posterior e por imposição do testamentário de Joaquim da Rocha Espanca, pela devolução e reintegração das peças no espólio deste último a favor dos seus herdeiros. Não podemos contudo deixar de assinalar a inverosimilhança que nos suscita a hipótese de uma eventual anulação da oferta ao Rei (fig. 7).

Para além dos párocos Joaquim José e António Joaquim da Rocha Espanca, José Leite de Vasconcelos terá tido outros correspondentes em Vila Viçosa, que (à semelhança do que se verificava com os correspondentes espalhados por todo o resto do país) lhe forneciam informações variadas, sobre achados arqueológicos e/ou sobre aspetos de natureza etnográfica, e que funcionavam, frequentemente, como verdadeiros agentes no terreno ao serviço do Museu Etnológico, assumindo a tarefa de aquisição de espólio que posteriormente remetiam para Lisboa. António Elias Garcia constitui um bom exemplo destes agentes locais, tratando da obtenção de informações e peças (quer de arqueologia quer de etnografia) na região

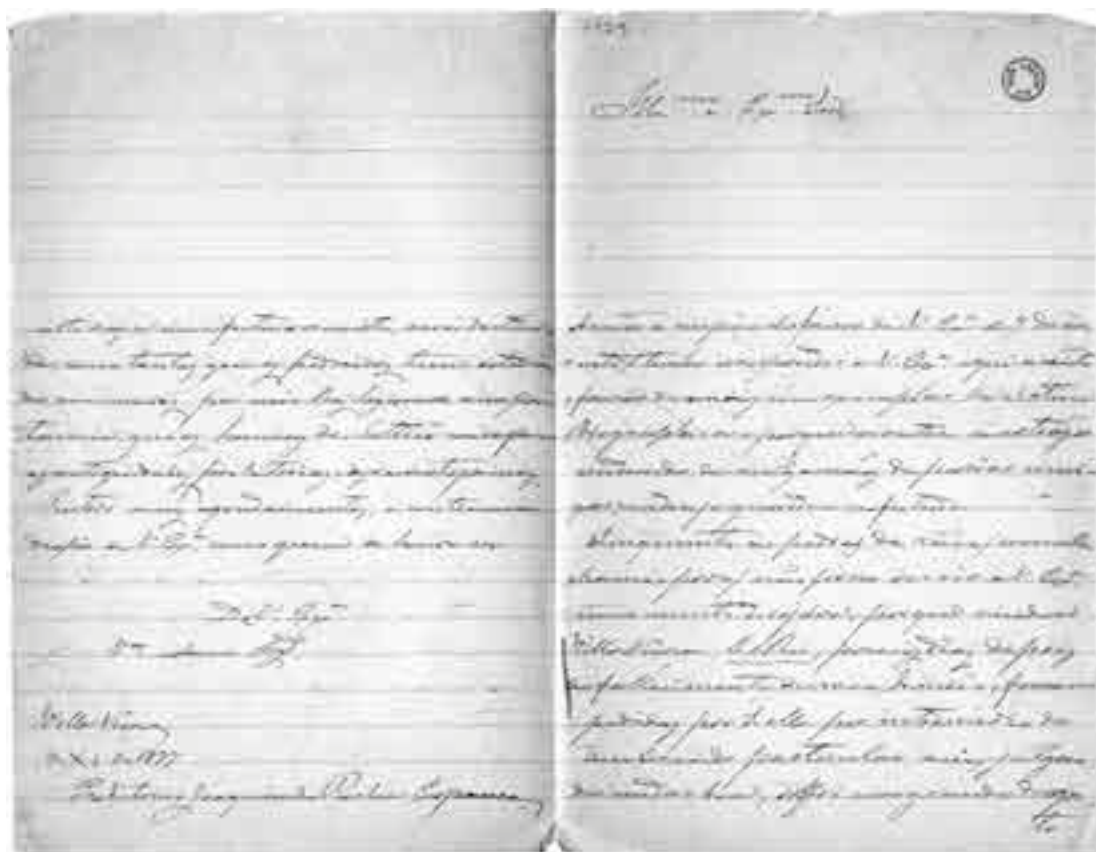


Fig. 7 – Carta (Vila Viçosa, 09.11.1897) endereçada por Pe. António Joaquim da Rocha Espanca a José Leite de Vasconcelos na qual se refere uma vinda do rei a Vila Viçosa e a coleção de ‘pedras de raio’ do Pe. Joaquim José da Rocha Espanca (MNA. Epistolário de JLV, 1121 – ESPANCA, António Joaquim da Rocha: espécie 7129, p. 1 e 4).

centro e alto alentejana (Évora, Vila Viçosa, Arronches, Arraiolos). Em carta redigida a partir de Arronches a 27 de abril de 1915, António Elias Garcia informava assim o fundador do atual Museu Nacional de Arqueologia: «Amanhã ou depois espero ir para Vila Viçosa e então tratarei das taes lapides em que falámos. Por aqui em cousas prehistoricas e romanas, tem sido um perfeito vandalismo. Têm partido tudo quanto têm achado. Vasilhas, pratos, tigelas, amphoras, lacrimatórios, etc.» (MNA, Arquivo Pessoal de JLV, CoR. 1399, espécie n.º 9003, p. 3). Noutra ocasião, escrevendo a José Leite de Vasconcelos em 26 de maio de 1916, a partir de Vila Viçosa, A. Elias Garcia declarava: «Eu não me esqueço do Museu; é preciso tambem que o Museu não se esqueça de mim. Não seria mau que aparecesse por cá de vez em quando, já não quero sempre, um numerozinho do ‘Archeologo’ para me distrair o espirito.» (MNA, Arquivo Pessoal de JLV, CoR. 1399, espécie n.º 9005, p. 2). De facto, José Leite de Vasconcelos não haveria de ‘esquecer-se’ deste seu correspondente, tendo assegurado a oferta solicitada (MNA, Arquivo Pessoal de JLV, CoR. 1399, espécie n.º 9006). Veja-se também, por exemplo, a correspondência (ainda que parca) trocada com Augusto da Fonseca, o qual, em epístola datada de 3 de junho de 1895, dá conta da impossibilidade de obter uma ‘pedra’ para a coleção do museu (MNA, Arquivo Pessoal de JLV, CoR. 1303, espécie n.º 8447); ou com António Augusto Garcia (pai do já referido António Elias Garcia), que remete a José Leite de Vasconcelos uma sinopse detalhada da sua coleção numismática (MNA, Arquivo Pessoal de JLV, CoR. 1398, espécie n.º 9002+A); ambos correspondendo-se com o diretor do Museu Etnológico a partir de Vila Viçosa. Lerenó Antunes é outro nome que importa referir. Apesar de natural e residente em Elvas, este correspondente de José Leite de Vasconcelos, durante a década de 20 do século passado, forneceu-lhe informações sobre o sítio arqueológico romano de Torre de Cabedal, sito na freguesia de Ciladas, concelho de Vila Viçosa (MNA, Arquivo Pessoal de JLV, CoR. 152, espécie n.º 738; Carneiro, 2011, II, p. 341-342). Não obstante o repto lançado por este agricultor elvense – «Eu desejava que o local fosse visto por pessoa entendida, porque me parece que devem dar resultado, umas explorações metódicas e bem dirigidas», não nos parece que José Leite de Vasconcelos tenha chegado a visitar o local. Por sua vez, através da consulta da correspondência mantida com João José Mexia de Matos (Alandroal), fica-se a saber que este terá sido responsável pela compra, de acordo com indicação de José Leite de Vasconcelos, de uma coluna e de um capitel romanos provenientes de Pardais (Vila Viçosa), em outubro de 1905: «Hoje fui com o Xavier a Pardais para fazer o pagamento da Columna e do Capitel – (...), ficando o Xavier admirado de tantos fragmentos que viu e que demonstram importantes edificações remotas e que merecem ser exploradas» (MNA, Arquivo Pessoal de JLV, CoR. 2047, espécie n.º 13264) (fig. 8).

De entre os vários correspondentes de José Leite de Vasconcelos nesta região, destaca-se José Veladas da Silveira Belo, filho de Manuel Inácio Belo, que por

mais de uma vez terá assumido o cargo de presidente da Câmara do Alandroal, e com quem o fundador do Museu Ethnografico Português manterá uma regular troca de correspondência, não só sobre os trabalhos arqueológicos realizados em São Miguel da Mota, propriedade da família, mas também sobre a aquisição de espólio arqueológico e etnográfico diverso recolhido no território dos concelhos do Alandroal e Vila Viçosa.⁶ Da correspondência consultada constam inúmeras referências às «pedras de Bencatel» (Vila Viçosa), conjunto de epígrafes funerárias romanas que José Belo terá sido responsável por adquirir e remeter para o então Museu Etnológico, à semelhança do que também se verificaria para a placa funerária romana encontrada em Juromenha (Alandroal) (acervo do atual Museu Nacional de Arqueologia: peças E 6288, E 6302, E 6349, e E 6304).

Do mesmo modo se revelam evidentes os esforços desenvolvidos para a aquisição, de acordo com as indicações de José Leite de Vasconcelos, de outras 'pedras', provenientes do Alandroal e Vila Viçosa (as epígrafes de Vilares de Galharda, ou as 'pedras' identificadas na casa do Pe. Joaquim Espanca, ou de Mariano Presado, em território calipolense) (MNA, Arquivo Pessoal de JLV, CoR. 347, espécies n.ºs 2275, 2279, 2280, 2281, 2286). José Veladas Belo terá assumido assim um importante papel enquanto agente local que garantiu a José Leite de Vasconcelos o apoio necessário aos trabalhos arqueológicos e recolhas de espólio realizados naquela região,



Fig. 8 – Carta (Elvas, 10.02.1926) endereçada por Lerenio Antunes a José Leite de Vasconcelos, com referência e descrição do sítio de Torre de Cabedal (Ciladas, Vila Viçosa) (MNA. Epistolário de JLV, 152 – ANTUNES, Lerenio: espécie 738, p. 1).

⁶ Em carta datada de 6 de abril de 1916, José Veladas da Silveira Belo informava José Leite de Vasconcelos: «Hontem indo ao Mte. de S. Miguel vêr a lavoura, notei que no terreno lavrado estava uma pedra (pequena lousa). Chamei os criados (?) e perguntei-lhes (?), se algum d'elles tinha arrancado com a charrua aquella pedra. O que me respondeu afirmativamente, indicou-me o logar e mostrou-me duas pequenas tigelinhas que guardo, (...). Deve alli haver mais. Está na encosta do monte onde estava a igreja. (...) Depois de aqui estar e permitindo o tempo, visitaremos os pontos que indico na carta.» (MNA, Arquivo Pessoal de JLV, CoR. 347, espécie n.º 2314, p. 2-3).

conforme documenta a correspondência enviada ao diretor do então Museu Etnológico por Manuel Joaquim Xavier, funcionário da referida instituição e que, em meados de 1905, terá ficado encarregue da escavação de sítios como o santuário de São Miguel da Mota, as antas de Galvões ou a necrópole romana da Rouca, em território alandroalense (MNA, Arquivo Pessoal de JLV, CoR. 3627, espécies n.ºs 23788, 23789, 23790, 23791). Registe-se que as referências a Pardais (Vila Viçosa) na correspondência enviada por Manuel Joaquim Xavier a José Leite de Vasconcelos não permitem inferir sobre uma eventual exploração do arqueossítio pelo funcionário do Museu Etnológico; pelo contrário, parecem reportar-se fundamentalmente às diligências necessárias para a aquisição de uma coluna e capitel, conforme se lê em carta datada de 24 de outubro de 1905: «(...) o homem não quer vender a cummna [sic], e o capitel por menos de 4000 reis.//Eu e o Snr. D. João [João José Mexia de Matos] em vista do homem querer essa quantia, pedimos então se mais tarde se consentia que se fize-se [sic] excavação na propriedade ahonde foi encontrada a cummna [sic], disse que sim, que no fim de colher esta ultima sementeira.» (MNA, Arquivo Pessoal de JLV, CoR. 3627, espécie n.º 23790, p. 2-3). Apesar desta sugestiva referência, não dispomos de dados que confirmem a efetiva realização de trabalhos de escavação no sítio de Pardais por José Leite de Vasconcelos ou funcionários da instituição museológica fundada e dirigida por este.

4. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS E A CASA REAL PORTUGUESA – O INTERESSE EM COMUM PELO PATRIMÓNIO HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICO

Os testemunhos da ligação estabelecida entre José Leite de Vasconcelos e a Casa Real Portuguesa parecem estar integralmente relacionados com a salvaguarda do património nacional, conforme facilmente se depreende da consulta de correspondência trocada com personalidades do círculo mais próximo do rei D. Carlos e de D. Manuel II. Terá sido aconselhado por Alberto Girard, companheiro de D. Carlos nas diversas campanhas de investigação oceanográfica empreendidas pelo monarca e responsável pelo Museu Real (Palácio das Necessidades), que José Leite de Vasconcelos, logo em 1899, solicitou ao rei (por intermédio do secretário particular do monarca – Bernardo Pinheiro Correia de Melo, 1.º Conde de Arnos) as «pedras do Endovélico» visíveis na Igreja dos Agostinhos (Vila Viçosa) (MNA, Arquivo Pessoal de JLV, CoR. 1436, espécie n.º 15853; MNA, Arquivo Pessoal de JLV, CoR. 174, espécie n.º 881; Coito, 1999, p. 24-25) (fig. 9). Este pedido viria a ser satisfeito em 1906, altura em que se concretizou o envio das cinco lápides para o então Museu Etnológico⁷, levando José Leite de Vasconcelos

⁷ Em ofício datado de 24 de janeiro de 1906 (Arquivo Histórico da Casa de Bragança, Correspondência e Requerimentos, N. N. G.1839, ofício n.º 737) pode ler-se: «Junto à ultima bagagem da Casa Real, 3 caixote [sic] com as 5

a fazer um agradecimento público ao monarca no volume d'O *Arqueólogo Português* desse mesmo ano – «O Senhor D. Carlos, ao mesmo tempo que nesse acto de generosidade, com que enriqueceu a secção epigráfica do Museu Ethnologico, mostrou o desvelo que a todo o chefe de estado devem merecer os assuntos de instrucção publica, e que a Sua Majestade merecem em particular, como homem de sciencia e delicado artista que é, quis tambem, por assim dizer, continuar uma tradição de família, pois no sec. XVI um seu antepassado, o esclarecido duque de Bragança D. Theodosio I, salvou sete lápides epigraphicas de Endovellico (...)» (Vasconcelos, 1906, p. 1) (fig. 10 e 11).

Para além das epígrafes dedicadas a Endovélico da Igreja dos Agostinhos, o acervo da instituição museológica fundada por José Leite de Vasconcelos contou ainda, em 1910, com a doação, por parte da Rainha D. Amélia e de D. Manuel II, da denominada *Colecção Ethnographica* do rei D. Carlos. De acordo com listagem elaborada por Alberto Girard, à data Conservador do Museu Real, a aludida coleção compunha-se de um conjunto de material lítico diverso, incluindo 79 machados de pedra polida e 8 machados em bronze, genericamente referidos como correspondendo a recolhidas realizadas em Portugal, e em particular em Vila Viçosa; um conjunto de material lítico proveniente de França, e ainda uma cabeça mumificada de um chefe índio da América do Sul (peça atualmente em exposição no Museu Nacional de Etnologia, cedida em empréstimo pelo Museu Nacional de Arqueologia) (MNA, Arquivo Histórico, Saídas, livro 2, officio n.º 812). Apesar de não se ter revelado possível a identificação individualizada das peças da referida coleção doada pela Família Real ao então Museu Etnológico, não podemos deixar de realçar dois aspetos: por um lado, a expressiva quantidade de machados de pedra polida atribuídos a Vila Viçosa constantes do acervo do atual Museu Nacional de Arqueologia, ultrapassando em largo número as restantes peças aí em depósito provenientes do território daquele



Fig. 9 – Carta do Conde de Arnoso (16.04.1906) na qual dá conta da oferta das lápides da Igreja dos Agostinhos pelo rei D. Carlos a José Leite de Vasconcelos (MNA, Epistolário de JLV, 174 – ARNOSO, Conde de: espécie 881).

lapidas que estavam na parede exterior (?) da egreja dos Agostinhos e pedidas pelo Snr. Dr. Vasconcellos, pedi ao almoxarife do Real Paço que participasse [sic] a Sua Magestade esta remessa.»

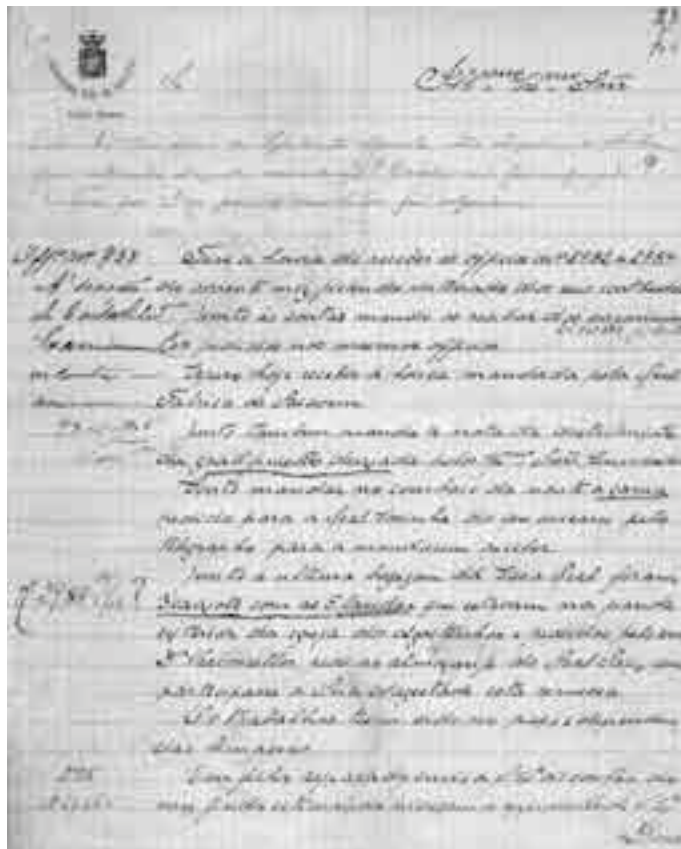


Fig. 10 – Ofício da remessa de caixotes com lápides retiradas da Igreja dos Agostinhos, em janeiro de 1906 (Arquivo Histórico da Casa de Bragança, Correspondência e Requerimentos, N.N.G. 1839, Ofício n.º 737).



Fig. 11 – As cinco lápides dedicadas a Endovélico que, por oferta do rei D. Carlos, foram retiradas da Igreja dos Agostinhos (Vila Viçosa) para integrarem o acervo do então Museu Etnológico (MNA. Arquivo Fotográfico).

concelho; e, por outro lado, a hipótese de alguns, senão mesmo a totalidade, dos 79 machados constantes da coleção real e atribuídos a recolhidas em território nacional, poderem corresponder à coleção de «pedras de raio» do Padre Joaquim José da Rocha Espanca, oferecida ao rei D. Carlos em finais do século XIX, conforme mencionámos anteriormente (MNA, Arquivo Pessoal de JLV, CoR. 1121, espécie n.º 7129) (fig. 12 e 13).

Na correspondência trocada, sensivelmente entre os anos de 1906 e 1922, com o 5.º Conde de Sabugosa (António Maria José de Melo Silva César e Meneses), mordomo-mor da Casa Real, revela-se particularmente evidente, uma vez mais, a importância de que se revestiam as questões arqueológicas e a constante preocupação de José Leite de Vasconcelos com a aquisição de espólio que permitisse, não só aumentar a coleção da instituição que dirigia, mas também salvaguardar património que, de outra forma, poderia estar destinado a ficar irremediavelmente perdido. Exemplo disso mesmo é a referência, em epístola da autoria do Conde de Sabugosa, datada de 8 de julho de 1910, ao interesse de José Leite de Vasconcelos em adquirir o espólio encontrado numa sepultura romana identificada em Galveias (Ponte de Sor) (MNA, Arquivo Pessoal de JLV, CoR. 3012, espécie



Fig. 12 – Carta (Lisboa, 4.05.1910), com timbre do Paço das Necessidades, endereçada por Albert Girard a José Leite de Vasconcelos relativa à oferta da Collecção ethnographica do Rei D. Carlos ao Museu Ethnologico Portugues (MNA. Arquivo Histórico. Saídas. Livro 2, ofício n.º 812, p. 1.)



Fig. 13 – Cabeça-troféu da Collecção ethnographica do Rei D. Carlos (atualmente cedida ao Museu Nacional de Etnologia pelo Museu Nacional de Arqueologia). (MNA. Foto J. Pessoa, DGPC/ADF)

n.º 2317A + B). À data, o mordomo-mor da Casa Real terá assumido o papel de intermediário junto do Conde das Galveias para obter informações sobre o referido achado, uma vez que os materiais encontrados estariam na posse de João Joaquim da Costa Braga, rendeiro do Conde das Galveias, e (por oferta de João Joaquim da Costa Braga) de Manuel Rodrigues de Matos Silva, juiz na comarca de Ponte de Sor e entusiasta da atividade arqueológica (MNA, Arquivo Pessoal de JLV, CoR. 3012, espécie n.º 2317A + B; Serras e Carneiro, 2011, p. 272-273). A este respeito refira-se que a coleção de espólio arqueológico na posse de Manuel Rodrigues de Matos Silva (incluindo os materiais recolhidos na sepultura romana) viria a ser oferecida pelo próprio a José Leite de Vasconcelos que, tendo feito questão de dar conta «ao Governo de Sua Magestade» da generosa colaboração do juiz com o Museu Etnológico, foi mentor do louvor público atribuído a Matos Silva em portaria datada de 25 de junho de 1910 (Serras e Carneiro, 2011, p. 272 e 275; Vasconcelos, 1910, p. 250 e 252). Uma outra referência, desta feita ao santuário de Panóias (Vila Real) e à necessidade de zelar pela respetiva preservação, constitui exemplo do empenho e preocupação com a salvaguarda do património nacional transmitidos por José Leite

de Vasconcelos aos mais altos dignitários da Nação, preocupação que, nas palavras do mordomo-mor da Casa Real terá merecido a atenção do rei D. Manuel II, não apenas pela relevância do próprio monumento, mas também por se tratar de uma indicação feita «pelo Leite de Vasconcellos cujo talento, merecimento e largos serviços já prestados à sciencia El Rei tem na mais subida conta» (MNA, Arquivo Pessoal de JLV, CoR. 3012, espécie n.º 2318 – carta do Conde de Sabugosa, datada de 2 de outubro de 1910). Em função da documentação consultada, presume-se que José Leite de Vasconcelos tenha sido recebido pelo rei em duas ocasiões – a primeira, por D. Carlos, a 15 de janeiro (?) de 1900; e a segunda, por D. Manuel II, a 23 de junho de 1910 (MNA, Arquivo Pessoal de JLV, CoR. 174, espécie n.º 877; MNA. Epistolário de JLV, CoR. 3012, espécies n.ºs 20315 e 20316) (fig. 14).

Importa ressaltar porém que nem todas as solicitações feitas por José Leite

de Vasconcelos ao soberano português terão sido atendidas. Em 1906, o diretor do Museu Etnológico vê um seu pedido, referente à aquisição para aquela instituição de duas estátuas que ornamentavam o Jardim Botânico do Palácio Nacional da Ajuda, declinado por D. Carlos que, por intermédio do 2.º Duque de Loulé (Pedro José Agostinho de Mendonça Rolim de Moura Barreto), informava assim que era vontade régia que tais peças permanecessem no local onde se encontravam – «Em resposta à sua carta [?] tenho a dizer a V. S.^a que tanto Sua Magestade como eu entendemos perfeitamente o que V. S.^a desejava (?): [?] Sua Magestade não quer é que essas estátuas, ornamento do Jardim Botânico, saiam do sitio aonde (?) estão» (MNA, Arquivo Pessoal de JLV, CoR. 1855, espécie n.º 12100). Provenientes de Boticas (Vila Real), as referidas estátuas, representações de guerreiros galaico-lusitanos, típicas da cultura castreja do Noroeste Peninsular, acabariam por vir a integrar o acervo do Museu fundado por José Leite de Vasconcelos, após a implantação da República, por decreto ministerial de 1911 (acervo do atual Museu Nacional de Arqueologia – peças E 3397 e E 3398).



Fig. 14 – Carta (Lisboa, 22.06.1910) com timbre da Secretaria da Mordomia Mór da Casa Real, endereçada pelo Conde de Sabugosa a José Leite de Vasconcelos, informando-o de que o rei D. Manuel II recebê-lo-ia às duas da tarde do dia seguinte. (MNA. Epistolário de JLV, 3012 – SABUGOSA, Conde de: espécie 20316)

Não se estranhará o interesse pelo património histórico-arqueológico revelado pelos representantes da Casa Real Portuguesa contemporâneos de José Leite de Vasconcelos, se tivermos em atenção a larga tradição no gosto por antiguidades e colecionismo que os precede e que foi apanágio dos descendentes de D. Teodósio I e representantes da Sereníssima Casa de Bragança. Para além da já mencionada ‘ação salvadora’ levada a cabo pelo V Duque de Bragança, refiram-se as variadíssimas coleções reais (pintura, ourivesaria, cerâmica, numismática, espólio arqueológico diverso) originalmente reunidas no Palácio das Necessidades, e entre as quais destacamos a coleção de faianças e a coleção de vasos gregos de D. Fernando II (Pereira, 1959; 1962); a coleção de Numismática de D. Luís, bem como a galeria de Pintura e a *Coleção archeologica da Ajuda*, patentes ao público por determinação deste monarca (Sáez Salgado e Miranda, 2014; Xavier, 2011; Xavier, 2013)

e a criação, em 1884, do Museu Nacional de Bellas Artes e Archeologia, antecessor do Museu Nacional de Arte Antiga (Teixeira, 1986, p. 275). Para além do mecenato e apoio às Artes e Património, o manifesto interesse pela arqueologia refletiu-se, por exemplo, na proteção concedida por D. Fernando II à *Sociedade Archeologica Lusitana*, fundada na segunda metade do século XIX com o objetivo de assegurar a exploração arqueológica das ruínas de Troia; nas diversas visitas realizadas àquelas ruínas romanas por membros da Casa Real, desde a infanta D. Maria (futura rainha D. Maria II), a D. Fernando II, D. Pedro V, D. Luís, e D. Carlos (cujo interesse em possuir artefactos daquele local levou à realização de escavações a 16 e 17 de novembro de 1897); na proteção e apoio (logístico e financeiro) concedidos pelos monarcas D. Fernando, D. Luís e D. Carlos à *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portugueses* (1864)⁸, sediada nas ruínas da antiga igreja do Carmo, e da



Fig. 15 – Fragmento de sarcófago da coleção egípcia do rei D. Luís, constante do acervo do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança (Vila Viçosa) (Foto J. Real Andrade. MBCB. Arquivo Fotográfico).

⁸ A criação e aprovação dos estatutos da Associação dos Architectos Civis e Archeologos data de 1864, em pleno reinado de D. Luís. Em 1872, por alvará assinado por este mesmo monarca, passou a constar da denominação da dita associação o título Real (Paço, 1964, p. 82).

qual D. Fernando e D. Carlos foram presidentes-honorários; na criação, em 1885, pelo então ainda Príncipe Real D. Carlos, de um Curso Elementar de Arqueologia (Paço, 1964, p. 84-86, fig. 1); e no apoio e patrocínio concedido pela Rainha D. Amélia à atividade da Secção de Arqueologia do Instituto de Coimbra (Gomes, 2012, p. 220). Na década de 50 do século xx, aquando da proposta de criação da Secção de Arqueologia da Fundação da Casa de Bragança, o interesse e ligação à arqueologia de membros da Casa de Bragança foram evocados por Abel Viana para justificar a pertinência da criação de um museu arqueológico pela dita Fundação em Vila Viçosa. Para além de D. Teodósio I e da incorporação na frontaria da igreja dos Agostinhos de sete lápides provenientes de São Miguel da Mota, da legislação promulgada por D. João V, ou do gosto pelo colecionismo e artes revelado por D. Fernando II e D. Luís, Abel Viana ressaltou a figura do rei D. Carlos, acerca do qual afirmou: «Em Outubro de 1897 visita o Museu Arqueológico de Faro e oferece-lhe um dos espetos de bronze da sua colecção. É com estima que aceita presentes de objectos arqueológicos, (...). Escreve a um antiquário de Viana do Castelo, para que este se decida a vender a José Leite de Vasconcelos, com des-



Fig. 16 – Alguns exemplares da coleção de líticos dinamarqueses do rei D. Luís, constante do acervo do Museu-Biblioteca da Casa de Bragança (Vila Viçosa). (Foto J. U. S. Nolen. MBCB. Arquivo Fotográfico)

tino ao Etnológico, certa joia de oiro, rara e valiosa. Ao mesmo museu manda entregar as lápides de Terena por D. Teodósio recolhidas em Vila Viçosa» (Acervo Doc. Museu Regional de Beja, Pasta 39, p. 4-5). Assinalem-se ainda os inúmeros contactos e as viagens ao estrangeiro que proporcionaram aos membros da Família Real a aquisição (por oferta e/ou compra) de antiguidades diversas, e de que constituem exemplo a coleção de antiguidades egípcias reunida durante a viagem realizada pela Rainha D. Amélia e os infantes D. Luís Filipe e D. Manuel ao Egito em 1903, e atualmente constante do acervo do Museu Nacional de Arqueologia (Araújo, 2000, p. 59); ou as coleções de arte pré-colombiana, de artefactos egípcios e de machados neolíticos dinamarqueses reunidas pelo rei D. Luís, espólio integrante do atual Museu-Biblioteca da Casa de Bragança (Vila Viçosa). Note-se que esta última coleção, composta por 55 instrumentos líticos e seis moldes de gesso, foi inicialmente depositada nos Serviços Geológicos, tendo sido posteriormente entregue ao Museu Etnológico do Dr. José Leite de Vasconcelos, instituição que, em 1952, a cedeu a título provisório ao Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, onde se encontra desde então (Pestana, 1981, p. 2) (fig. 15 e 16).

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, F. (1964) – Uma inscrição inédita, dedicada à Deus Salus. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Nova Série, vol. V, p. 453-358.
- ALMEIDA, J. F.; ARAÚJO, L. M. (2009) – Escaravelhos egípcios em Portugal. *CADMO*. Lisboa. 19, p. 97-130.
- ARAÚJO, L. M. (1987) – A coleção de antiguidades egípcias do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 5, p. 241-257.
- ARAÚJO, L. M. (1991) – Coleções egípcias em Portugal. *CADMO*. Lisboa. 1, p. 237-239.
- ARAÚJO, L. M. (1996) – Coleções egípcias em Lisboa. *Cadernos de Sociomuseologia*. Lisboa. 8, p. 117-157.
- ARAÚJO, L. M. (2000) – Egiptologia em Portugal. *CADMO*. Lisboa. 10, p. 57-94.
- ARAÚJO, L. M. (2006) – Vasos de vísceras em coleções egípcias de Portugal. *CADMO*. Lisboa. 16, p. 125-138.
- BARTHOLO, M. L. (1963) – *A obra artística de El-Rei D. Carlos*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.
- CADORNEGA, A. de Oliveira (1982) – *Descrição de Vila Viçosa*. Introdução, proposta de leitura e notas de Heitor Gomes Teixeira. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Original datado de 1683.
- CALADO, M. (1993) – *Carta Arqueológica do Alandroal*. Alandroal: Câmara Municipal do Alandroal.
- CALADO, M. (1996) – Endovélico e Rocha da Mina – o contexto arqueológico. *Ophiussa*. Lisboa. 1, p. 97-108.
- CARNEIRO, A. (2011) – *Povoamento rural no Alto Alentejo em época romana. Vectores estruturantes durante o Império e a Antiguidade Tardia*. Évora: Universidade de Évora. 2 volumes. Tese de Doutoramento em Arqueologia, policopiado.
- COITO, L. C., coord. (1999) – *Epistolário de José Leite de Vasconcelos*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. (Suplemento a *O Arqueólogo Português*; 1).

- COITO, L. C.; CARDOSO, J. L.; MARTINS, A. C. (2008) – *José Leite de Vasconcelos – fotobiografia*. Lisboa: Editorial Verbo; Museu Nacional de Arqueologia.
- DIAS, G. S. (1953) – Notas sobre uma visita a Vila Viçosa. *Revista Ocidente*. Lisboa. Vol. XLV. Separata.
- DIAS, M. M. ALVES (2010) – D. Theodósio I de Bragança, André de Resende e Frei Henrique de Santo António, na história de um percurso epigráfico. *Sylloge Epigraphica Barcinonensis* (SEBarc). Barcelona. III, p. 67-72. Acessível em <http://www.raco.cat/index.php/SEBarc/article/view/254599/341545>.
- DIONÍSIO, S. (1947) – *Museu-Biblioteca de Vila Viçosa*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1984) – *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2008) – Dédicants et cultores: quelques aspects... dans la Lusitanie romaine. Le cas d'Endovellicus. *Quaderno di Acme*. Milano, 104, p. 61-71.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (2011) – Endovélico – 400 anos depois. *DIIS DEABVSQVE*. Colóquio Internacional de Epigrafia 'Culto e Sociedade', 2, Sintra, 1995: Actas. *Sintria*. Sintra. III-IV (1995-2007), p. 149-163.
- ENCARNAÇÃO, José d'; GUERRA, A. (2010) – The current state of research on local deities in Portugal. In ARENAS-ESTENBAN, J. A., ed. lit. (2010) – *Celtic Religion across Space and Time, IX Workshop F.E.R.C.A.N.*: Actas. Molina de Aragón; Toledo: CEMAT; Junta de Comunidades de Castilla-la-Mancha. p. 95-112.
- ESPANCA, J. J. da Rocha, P.e (1882a) – O Deus Endovélico dos Celtas (*sic*) do Alentejo: Memória Histórica. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa. 3.ª Série, 1, p. 253-256.
- ESPANCA, J. J. da Rocha, P.e (1882b) – O Deus Endovélico (*sic*) dos Celtas do Alentejo: Memória Histórica. *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Lisboa. 3.ª Série, 5, p. 274-296.
- ESPANCA, J. J. da Rocha, P.e (1892) – *Compendio de notícias de Villa Viçosa*. Redondo: Typ. de Francisco de Paula Oliveira de Carvalho.
- ESPANCA, J. J. da Rocha, P.e (1894) – *Estudo sobre as antas e seus congêneres. Opúsculos I*. Vila Viçosa: Typ. Particular do autor e editor.
- ESPANCA, J. J. da Rocha, P.e (1895) – Monumento sepulcral de Juromenha. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I, vol. 1, p. 216-217.
- ESPANCA, J. J. da Rocha, P.e (1983) – *Memórias de Vila Viçosa*. Vila Viçosa. (Cadernos Culturais da Câmara Municipal de Vila Viçosa). Vols. I e II. Reimpressão.
- FABIÃO, C. (1999) – Um século de Arqueologia em Portugal – I. *Al-Madan*. Almada. II.ª série, n.º 8, p. 104-125.
- FABIÃO, C. (2002) – Leite de Vasconcelos e a gênese de *Religiões da Lusitânia*. In RIBEIRO, J. C., coord. (2002) – *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*. Lisboa: Ministério da Cultura; Instituto Português de Museus; Museu Nacional de Arqueologia. p. 341-345.
- FABIÃO, C. (2008) – José Leite de Vasconcelos (1858 – 1941): um archeólogo português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 26, p. 97-126.
- FABIÃO, C. (2011) – *Uma história da Arqueologia Portuguesa*. [S.l.]: CIT Correios de Portugal.
- GASPAR, D. (2005) – *Ouvivesaria e porcelana do Palácio de Belém*. Lisboa: Museu da Presidência da República.
- GOMES, L. I. E. (2012) – A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Conímbriga (1911-1962): um contributo para a memória dos trabalhos de exploração e escavação arqueológicos. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. Coimbra. XXV, p. 215-232.
- GONÇALVES, A. A.; AMARO, J. J., coord. (1908) – *Almanach Historico e Illustrado de Villa Viçosa para o anno 1909*. Évora: Minerva Comercial.
- GUERRA, A.; SCHAITNER, T.; FABIÃO, C.; ALMEIDA, R. (2003) – Novas investigações no santuário de Endovélico (S. Miguel da Mota, Alandroal): a campanha de 2002. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 2, p. 415-479.
- HALLETT, J., coord., [s. d.] – *O inventário do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I – Projecto de investigação e publicação*. Lisboa: Centro de

- História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa; Fundação da Casa de Bragança.
- JESUS, Rafael de, fr. (1958) – *Primeiro Volume da 18.^a Parte da «MONARCHIA LUSITANA»* (Tômo I). In ALMEIDA, M. L.; PERES, D.; PEGADO, C., ed. lit. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra. Vol. I. Manuscrito original.
- JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS. *Livro do Centenário*. 1960. Lisboa: Imprensa Nacional.
- LAMBRINO, S. (1951a) – Inscriptions latines du Musée Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II, 1, p. 37-61.
- LAMBRINO, S. (1951b) – Le dieu lusitanien Endovellicus. *Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes*. Lisboa. 15, p. 93-146.
- LAMBRINO, S. (1951c) – *L. Fulcinius Trio*, gouverneur de Lusitanie, sur une *tabula patronatus* de Juromenha. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série II, 1, p. 151-169.
- LAMBRINO, S. (1967) – Catalogue des inscriptions latines du Musée Leite de Vasconcelos (continuation). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 1, p. 123-217.
- LAPA, A. (1957) – *Vila Viçosa (Calipole Patria Mea)*. Lisboa: [s.n.].
- LEAL, A. S. A. B. de Pinho (1886) – *Portugal antigo e moderno*. Lisboa: Editora de Tavares Cardoso & Irmão. XI volume, p. 1123-1168.
- LOPES, M. H. T.; ARAÚJO, L. M. (1992) – A coleção egípcia do rei D. Luís. *HATHOR – estudos de egiptologia*. Lisboa. Vol. 4, p. 18-28.
- LÓPEZ QUIROGA, J.; MARTÍNEZ TEJERA, A. M. (2006) – El destino de los templos paganos en Hispania durante la Antigüedad Tardía. *Archivo Español de Arqueología*. Madrid. 79, p. 125-153.
- MARINHO, M. J., introd., inv. (2005) – *Espólio do Conde de Armoso [BN Esp. 32]*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- MARTINS, A. C. (2010) – A ‘Secção de Arqueologia Histórica’ da Associação dos Arqueólogos Portugueses no trilho da salvaguarda patrimonial (I parte: do ocaso monárquico ao totalitarismo político). *Fluxos & Riscos – Revista de Estudos Sociais*. Lisboa. 1, p. 23-54.
- NASCIMENTO, A. A. (1994) – A livraria de D. Teodósio I, Duque de Bragança. In *Congresso de História no IV Centenário do Seminário de Évora: Actas*. Évora: Instituto Superior de Teologia, Seminário Maior de Évora. Vol. I, p. 209-220.
- NASCIMENTO, A. A. (2006) – Erudição e livros em Portugal, ao tempo de Arias Montano: a biblioteca do Duque de Bragança. In *Benito Arias Montano y los humanistas de su tiempo*. Mérida: Instituto de Estudios Humanísticos; Editorial Regional de Extremadura; Junta de Extremadura. p. 723-749. Separata.
- NOLEN, J. U. S. (2004) – *Roteiro – Museu de Arqueologia do Castelo de Vila Viçosa*. Vila Viçosa: Fundação Casa de Bragança.
- NOLEN, J. U. S. (2008-2009) – O museu de arqueologia de Vila Viçosa. *Ciências e Técnicas do Património*. Porto. I série, VII-VIII, p. 297-302.
- PAÇO, A. (1964) – A Casa de Bragança e a Arqueologia Portuguesa. *Arqueologia e História*. Lisboa. Série 8.^a, volume XI, p. 67-92. Separata.
- PEREIRA, G. (1889) – O santuario de Endovelico. *Revista Archeologica*. Lisboa. Vol. III, p. 145-149.
- PEREIRA, M. H. da Rocha (1959) – Notícia sobre vasos gregos existentes em Portugal. *Conimbriga*. Coimbra. Vol. I, p. 97-108.
- PEREIRA, M. H. da Rocha (1962) – *Greek vases in Portugal*. Coimbra: Imprensa de Coimbra.
- PESTANA, M. I. (1981) – *A propósito da coleção neolítica de D. Luís I existente em Vila Viçosa (Museu Arqueológico da Casa de Bragança)*. Vila Viçosa: Museu Arqueológico da Casa de Bragança. Texto policopiado.
- PESTANA, M. I. (1988) – A Casa de Bragança: Um Sereníssimo Estado dentro do Estado. *Revista de História*. Porto. p. 259-272. Separata.
- RESENDE, A. (2009) – As Antiguidades da Lusitânia. In *Portugaliae Monumenta Neolatina*. Introdução, tradução e comentário de R. M. Rosado Fernandes; estabelecimento do texto latino de S. Tavares de Pinho. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Universidade de Coimbra, vol. III.
- RIBEIRO, J. C. (2002a) – *ENDOVELLICVS*. In RIBEIRO, J. C., coord. – *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*. Lisboa: Ministério da Cultura,

- Instituto Português de Museus, Museu Nacional de Arqueologia. p. 79-90.
- RIBEIRO, J. C., coord. (2002b) – *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa*. Lisboa: Ministério da Cultura; Instituto Português de Museus; Museu Nacional de Arqueologia.
- RIBEIRO, O. (1960) – Vida e obra de José Leite de Vasconcelos. In *José Leite de Vasconcelos. Livro do Centenário (1858-1958)*. Lisboa: Imprensa Nacional. p. 65-100.
- ROQUETTE, A.; XAVIER; BRANCO, P. A. (2009) – *Vanitas. Theatrum Mundi*. Porto: Peres Gráfica.
- RUIAS, J. (2006) – *Manuscritos da Biblioteca de D. Manuel II. Paço Ducal de Vila Viçosa. Casa e Massarelos*. 1.ª ed. Caxias: Casa de Massarelos, Caxias: Fundação da Casa de Bragança.
- RUIVO, M. (1958) – *D. Carlos de Bragança, naturalista e oceanógrafo*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.
- SÁEZ SALGADO, J.; MIRANDA, J. A. G. (2014) – *Coleção numismática D. Luís*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- SCHATTNER, T. G.; FABIÃO; GUERRA, A. (2008) – El mármol en el Santuario de Endovellicus. In NOGALES BASARRATE, T.; BELTRÁN FORTES, J. ed. lit. – *Marmora Hispana: explotación y uso de los materiales pétreos en la Hispania Romana*. Roma: L'Erma di Bretschneider. p. 391-405. (*Hispania Antiqua* Série Arqueológica; 2).
- SCHATTNER, T. G.; FABIÃO, C.; GUERRA, A. (2013) – A investigação em torno do Santuário de São Miguel da Mota: o ponto da situação. *Cadernos do Endovéllico*. Lisboa: Edições Colibri; Centro de Estudos do Endovéllico. 1, p. 65-98.
- SERRAS, M.; CARNEIRO, A. (2011) – Entre o centro e a periferia: a relação epistolar de J. Leite de Vasconcelos e Manuel Mattos Silva. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V, 1, p. 267-300.
- SILVA, N. V. (2003) – *As coleções de D. João IV no Paço da Ribeira*. Lisboa: Livros Horizonte.
- TEIXEIRA, J. (1983) – *O Paço Ducal de Vila Viçosa, sua arquitectura e suas coleções*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.
- TEIXEIRA, J. (1986) – *D. Fernando II. Rei-artista. Artista-rei*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança.
- VASCONCELOS, J. L. (1895) – Monumento do deus Endovellico. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I, vol. I, p. 43-46.
- VASCONCELOS, J. L. (1897a) – Museu Ethnológico Português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I, vol. III, p. 1-3.
- VASCONCELOS, J. L. (1897b) – Pe. Joaquim José da Rocha Espanca. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I, vol. III, p. 129-137.
- VASCONCELOS, J. L. (1905) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Vol. II.
- VASCONCELOS, J. L. (1906) – Cinco lapides do deus Endovellico. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I, vol. XI, p. 1-2.
- VASCONCELOS, J. L. (1910a) – *Analecta archeologica*. 5. Callipolis. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I, vol. XV, p. 7-8.
- VASCONCELOS, J. L. (1910b) – *Chronica: excursão archeológica – excavações – aquisições*. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I, vol. XV, p. 247-252.
- VASCONCELOS, J. L. (1912) – Pelo Alentejo. Arqueologia e etnografia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I, vol. XVII, p. 284-289.
- VASCONCELOS, J. L. (1913) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. Vol. III.
- VASCONCELOS, J. L. (1915) – *História do Museu Etnológico Português (1893-1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. L. (1919) – *Sinopse do Museu Etnológico Português*. Famacião: Tipografia Minerva.
- XAVIER, H. (2011) – O «Museu de Antiguidades» da Ajuda: numismática e ourivesaria das coleções reais ao tempo de D. Luís. *Revista de História de Arte*. Lisboa. 8, p. 71-87.
- XAVIER, H. (2013) – *Galeria de pintura no Real Paço da Ajuda*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ZUQUETE, A. E. M. (1960) – *Nobreza de Portugal*. Lisboa: Editorial Enciclopédia. Vols. II e III.

FONTES

- ACERVO DOCUMENTAL da Fundação da Casa de Bragança: Arquivo Histórico da Casa de Bragança, Correspondência e Requerimentos, N. N. G. 1839, ofício n.º 737 de 24 de janeiro de 1906; Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, BDM2 – Res18 Ms, folha 460, n.º 4889.
- ACERVO DOCUMENTAL do Museu Nacional de Arqueologia. Arquivo Pessoal JLV, Apontamentos de Epigrafia, Endovélico, Caixa 2, envelope 1; Arquivo Histórico, Saídas, Livro 2, Ofício n.º 812.
- ACERVO DOCUMENTAL do Museu Regional de Beja, pasta 39, «A Secção Arqueológica do Paço Ducal de Vila Viçosa», p. 4-5.
- ANTUNES, L. – [Cartas a] José Leite de Vasconcelos [Manuscritos]. 1924-1929. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de JLV, Lisboa. Correspondente JLV, n.º 152.
- ARNOSO, Conde de – [Cartas a] José Leite de Vasconcelos [Manuscritos]. 1899-1906. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de JLV, Lisboa. Correspondente JLV, n.º 174.
- BELO, J. V. da S. – [Cartas a] José Leite de Vasconcelos. [Manuscritos]. 1895-1940. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de JLV, Lisboa. Correspondente JLV, n.º 347.
- BELO, M. I. – [Cartas a] José Leite de Vasconcelos [Manuscritos]. 1894-1911[?]. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de JLV, Lisboa. Correspondente JLV, n.º 349.
- BRITO, Frei Bernardo de (1690) – *Monarchia Lusytana*. Lisboa: Impressão Craebeckiana. Tomo 1, livro segundo, cap. XII, p. 180-184.
- COSTA, A. C., Pe (1708) – *Corografia Portuguesa e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal*. Lisboa: Off. Valentim da Costa Deslandes. Tomo Segundo, Tratado IV.
- CAEIRO, J. R. – [Cartas a] José Leite de Vasconcelos [Manuscritos]. 1907-1917. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de JLV, Lisboa. Correspondente JLV, n.º 526.
- DUQUE, I. H. E., Pe. – [Cartas a] José Leite de Vasconcelos [Manuscritos]. 1907-1909. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de JLV, Lisboa. Correspondente JLV, n.º 1100.
- ENNES, A. – [Carta] 1890.03.29, Lisboa [?] [a] José Leite de Vasconcelos [Manuscrito]. 1890. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de JLV, Correspondência Institucional, Caixa 2, Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, Lisboa.
- ESPANCA, A. J. R. – [Cartas a] José Leite de Vasconcelos [Manuscritos]. 1897. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de JLV, Lisboa. Correspondente JLV, n.º 1121.
- ESPANCA, J. J. R. – [Cartas a] José Leite de Vasconcelos [Manuscritos]. 1890-1896. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de JLV, Lisboa. Correspondente JLV, n.º 1122.
- FLOREZ, H., Fr. (1786) – *España Sagrada, teatro geográfico-histórico de la Iglesia de España*. Madrid: Oficina de Pedro Marin. Tomo XIV, Trat. XLVI, Cap. II, p. 114-115.
- FONSECA [?], A. – [Carta] 1895.06.03 [Vila Viçosa], [a] José Leite de Vasconcelos [Manuscrito]. 1895. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de JLV, Lisboa. Correspondente JLV, n.º 1303.
- GARCIA, A. A. – [Carta] 1914.03.11, Vila Viçosa, [a] José Leite de Vasconcelos [Manuscrito]. 1914. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de JLV, Lisboa. Correspondente JLV, n.º 1398.
- GARCIA, A. E. – [Cartas a] José Leite de Vasconcelos [Manuscritos]. 1915-1926. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de JLV, Lisboa. Correspondente JLV, n.º 1399.
- GIRARD, A. A. – [Cartas a] José Leite de Vasconcelos [Manuscritos]. 1899-1912. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de JLV, Lisboa. Correspondente JLV, n.º 1436.
- HÜBNER, E. – [Cartas a] José Leite de Vasconcelos [Manuscrito]. 1888-1900. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de JLV, Lisboa. Correspondente JLV, n.º 1619.
- LOULÉ, Duque de – [Carta] 1906.04.05, Lisboa, [a] José Leite de Vasconcelos [Manuscrito]. 1906.

Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de JLV, Lisboa. Correspondente JLV, n.º 1855.

MARQUES, J. M. S. – [Cartas a] *José Leite de Vasconcelos* [Manuscritos]. 1889-1935. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de JLV, Lisboa. Correspondente JLV, n.º 1976.

MATOS, J. J. M. – [Cartas a] *José Leite de Vasconcelos* [Manuscritos]. 1905-1906. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de JLV, Lisboa. Correspondente JLV, n.º 2047.

NOVAIS, A. G. (1635) – *Relação do Bispado de Elvas*. Lisboa: Lourenço Craesbeeck Impressor del Rey.

PEREIRA, G. – [Cartas a] *José Leite de Vasconcelos* [Manuscritos]. 1889-1905. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de JLV, Lisboa. Correspondente JLV, n.º 2626.

RESENDE, A. (1593) – *De Antiquitatibus Lvsitaniae. Libri Quatuor*. Eborae: excudebat Martinus Brugensis academia typographus.

SABUGOSA, Conde de – [Cartas a] *José Leite de Vasconcelos* [Manuscritos]. 1906-1922 [?]. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de JLV, Lisboa. Correspondente JLV, n.º 3012.

SOUSA, D. António Caetano de (1739) – *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Regina Officina SYLVIANA; Academia Real. Livro VI, Cap. XIII.

XAVIER, M. J. – [Cartas a] *José Leite de Vasconcelos* [Manuscritos]. 1904-1916. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de JLV, Lisboa. Correspondente JLV n.º 3627.

Una adquisición de monedas griegas, romanas e hispanas en el Museo Etnológico Portugués (1904)

An acquisition of greek, roman and hispanic coins by The Ethnological Portuguese Museum (1904)

NOÉ CONEJO DELGADO*

RESUMEN

En 1904 el Museo Etnológico Portugués decide comprar con la ayuda de su conservador Manoel Joaquim de Campos un lote de monedas griegas de diversas procedencias. En este artículo no solo se pretende dar a conocer la figura de este conservador con algunas consideraciones, sino también la catalogación de las piezas.

Palabras clave: Monedas Griegas – Coleccionismo – Adquisición – Numismática – Museo Etnológico Portugués

ABSTRACT

In 1904 a group of Greek coins, which had different provenance, were bought by The Ethnological Portuguese Museum with Manoel Joaquim de Campos' help. This paper pretends to catalogue those coins and it also pretends to explain briefly the acquisition process. Moreover, there is a short biography of M. J. de Campos, curator of this Museum.

Key-Words: Greeks coins – Collecting – Acquisition – Numismatic – Portuguese Museum of Ethnology

* Alumno de doctorado en co-tutela internacional entre Departamento de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Sevilla y Centro de Arqueología (Uniarq) de la Universidade de Lisboa. Miembro del grupo de investigación «De la Turdetania a la Bética» (HUM 152) adscrito al departamento de Prehistoria y Arqueología de la Universidad de Sevilla.
E-mail: ccvdenoe@hotmail.com

RESUMO

Em 1904, o Museu Etnológico Português decidiu comprar, com a ajuda do seu conservador, Manoel Joaquim Campos, um lote de moedas gregas de diversas proveniências. Pretende-se com este artigo dar a conhecer não só a figura do aquisidor como elaborar a catalogação dessas peças com algumas considerações.

Palavras-chaves: Moedas gregas – Coleccionismo – Aquisição – Numismática – Museu Etnológico Português

1. INTRODUCCIÓN

En el transcurso de una investigación paralela en los fondos numismáticos del Museo Nacional de Arqueología de Lisboa, tuvimos la ocasión de documentar un conjunto de moneda griega que se encontraba incluido dentro de un lote mucho más mayor de moneda de época romana y medieval. Conociéndose la procedencia de las monedas de adscripción no griega, y observándose que el grupo de piezas presenta diversas cronologías y un gran número de ascendencias, consideramos que tal conjunto representa una antigua donación, adquisición o compra por parte del propio Museo, pues responde a un material seleccionado donde prima la variedad buscada por el propio coleccionista.

Teniendo en cuenta la anterior premisa, se llevó a cabo un rastreo minucioso sobre todas las noticias de adquisiciones, donaciones y compras de piezas arqueológicas publicadas en la revista *O Arqueólogo Português*, encontrando una referencia que nos permite afirmar que tales piezas pasaron a formar parte del Museo a través de una compra:

«Uma chave antiga, um grande almofariz antigo de bronze com figuras, vinte e seis moedas romanas e gregas e uma moeda árábica de cobre, comprados para o Museu por intermedio do Sr. Manoel Joaquim de Campos, preparador do Museu» (Vasconcelos, 1905, p. 47).

La catalogación de las piezas simplemente es un pretexto para reflexionar de manera breve sobre cómo era el proceso de adquisiciones numismáticas por parte del Museo Etnográfico Português a finales del siglo XIX y comienzos del siglo XX. Y sobre todo, para dar a conocer la figura de Manoel Joaquim de Campos, personal del Museo Etnológico Português en la primera década del siglo XX y un gran conocedor de la numismática indo-portuguesa.

2. EL MUSEO ETHNOLOGICO PORTUGUÉS Y LA ADQUISICIÓN DE MONEDAS

Desde los orígenes del Museo Etnológico Portugués la moneda en sí empezó a formar parte de sus respectivos fondos. La figura de José Leite de Vasconcelos cobra gran importancia en este momento, no solo por ser el fundador del propio Museo, sino también por ser un gran conocedor de la numismática en general, como así queda testado en sus innumerables intervenciones en congresos internacionales de numismática y sus numerosas reseñas sobre esta misma temática en la revista *O Arqueólogo Português*, recogidas en su totalidad a modos de compendio bibliográfico por Martins (1958). Así, teniendo en cuenta su propia bio-bibliografía y la fama que habían adquirido sus clases tanto en la Biblioteca Nacional como en la Universidad de Lisboa (Martins, 1958; Centeno 1991-93; Fabião, 2008), no es de extrañar que la numismática tuviera gran transcendencia a la hora de completar el discurso expositivo de un Museo de carácter nacional, que albergaría en piezas la historia de un país.

Su pensamiento numismático bien queda expresado en las páginas de su *Historia do Museu Ethnologico Português* cuando describe la situación de esta Institución en 1914, haciendo hincapié en las propias monedas, pues son consideradas como verdaderas antigüedades nacionales:

«(...) Apesar de haver em Lisboa colecções privativas de moedas, medallas, etc. (Biblioteca Nacional, Paço da Ajuda, Casa da Moeda, Academia das Sciencias), algumas d'ellas muito importantes, entendí que podia formar no meu Museu mais uma colecção, que servisse de complemento natural dos outros documentos de civilização aí reunidos. No entanto, a quantia que destino á adquisição é muito deminuta, e obtenho de graça bom número de peças» (Vasconcelos, 1915, p. 197).

Esta particular visión sobre el objeto monetario en sí se vio influenciada por varios aspectos a tener en cuenta: Por una parte las modas coleccionistas del momento, donde la numismática había adquirido cierta fama, logrando generar desde hacía bastantes siglos cierto interés sobre los círculos intelectuales del momento, sobre todo en las propias cortes ilustradas, siendo los monarcas europeos los principales coleccionistas, precursores de la gran parte de los museos nacionales de estos países (Acosta, 2007). Por otra parte no se pueden olvidar el auge de los nacionalismos europeos y el surgimiento de las historias nacionales. Los gabinetes de antigüedades, y en particular los numismáticos, conservados en las grandes instituciones serán fundamentales para este último cometido, siendo la moneda un apoyo fundamental para demostrar la antigüedad de un país o una ciudad (Mora y Tortosa, 1997; Mora, 1999, 2000, 2004).

No obstante, el propio Vasconcelos es conocedor de la situación de abandono en la que se encontraban los estudios de numismática antigua, y general, en Portugal, ya que esta ciencia no había despertado en los círculos intelectuales portugueses gran admiración, y salvando alguna excepción, seguían sin existir en el país numerosos eruditos especialistas en este tema, como sí habían surgido en otros países cercanos como España o Francia (Vasconcelos, 1923, p. 255-256).

Por otra parte, no podemos olvidar establecer una relación entre la intención de adquirir monedas y el valor económico de éstas, siendo a veces un inconveniente de cara a formar una nueva colección. Y es que, a pesar del gran valor histórico de las monedas, desde un punto de vista ideológico principalmente, muchas de estas Instituciones, incluida la portuguesa, carecían de grandes sumas de dinero para poder llevar a cabo grandes adquisiciones, valiéndose del fenómeno de la donación como medio más que rentable para el engrosamiento de sus fondos.

Al hilo de lo anterior se encuentra la carta que propio Vasconcelos (Vasconcelos, 1915, p. 136-137) hizo llegar a todas las personas relacionadas con el mundo de anticuaria a finales del año 1906, donde expone la necesidad de aumentar los fondos del Museo Etnológico Portugués para que sea equiparable a los museos nacionales de otros países europeos, siendo el camino más viable para ello el proceso de donación, enumerando un gran listado donde aparecían los nombres de todo tipo de objetos arqueológicos a modo de sugerencia para los futuros donantes, donde las «moedas antiguas (gregas, romanas, bizantinas, portuguesas)» (Vasconcelos, 1915, p.136-137) eran una posibilidad de donación muy factible.

La generosidad de los eruditos locales y regionales, el interés por parte de los propios trabajadores del Museo y los lazos de Leite de Vasconcelos permitieron que comenzaran a llegar desde todas las partes del país, al igual que de los territorios ultramarinos, numerosas piezas de diversa cronología, siendo las monedas un objeto frecuente. Hubiese sido de gran interés para nosotros que las referencias a tales artículos estuvieran relacionadas con datos relativos a la circunstancia de los hallazgos y/o una descripción concisa de su propia aparición, siendo estas noticias muy interesantes de cara a generar una historia de la arqueología portuguesa. No obstante, este fenómeno permitió la recopilación de un gran número de objetos de gran valor arqueológico y artístico, siendo así también el origen del gran y desconocido Gabinete Numismático del Museo Nacional de Arqueología, sobre el cual se debe realizar una revisión y ordenación de las piezas, principalmente para un conocimiento pleno de su contenido, y como es lógico para su puesta en valor debido principalmente a su carácter nacional (Pereira, 2003).

3. MANOEL JOAQUIM DE CAMPOS. ERUDITO NUMISMÁTICO

No es raro que José Leite de Vasconcelos se ayudara de Manoel Joaquim de Campos a la hora de gestionar la colección numismática del Museo Ethnográfico Portuguêz, sobre todo en sus iniciales momentos y en las primeras donaciones/compras. Es también por Vasconcelos (1909, p. 250-255) por quien conocemos al propio Campos, gracias a una extensa necrológica publicada en *O Arqueólogo Português*, de donde no solo se extraen datos biográficos, sino también la evidencia de la férrea amistad que mantenían hasta los últimos momentos de nuestro protagonista.

Sabemos que Manoel Joaquim de Campos nace en Lisboa, donde pasará gran parte de su niñez y juventud, formándose en letras en el Collegio de Marquês de Tancos de Santarém. No finalizando sus estudios decide embarcarse en la aventura ultramarina y viaja a Brasil con la esperanza de encontrar un futuro prospero en el mundo comercial, donde residirá entre cuatro y cinco años de su vida. Si saber aún el porqué, Campos decide volver al continente europeo donde trabajará en diversos oficios y vivirá en diferentes ciudades, hasta que finalmente se traslada a Lisboa y se convierte en collector-preparador del Museo Etnográfico Portuguêz (Vasconcelos, 1909, p. 250).

Relata Vasconcelos que Campos ya coleccionaba monedas en 1892 lo que le permitió adquirir y conformar un gabinete privado bastante amplio donde primó la variedad y la originalidad de las piezas, siendo las monedas portuguesas, indo-portuguesas y elementos de carácter monetar sus principales objetivos.

Su labor coleccionista estuvo ligada a una actividad puramente autodidacta, bien definida por Vasconcelos (1909, p. 251) en su necrológica a través de la siguiente frase: «Campos, ao mesmo tempo que colligia, estudava», descripción más que ilustrativa para un erudito numismático volcado hacia el conocimiento como elemento imprescindible para conformar una colección cada vez más completa.

Así, un gabinete cada vez más variado y numeroso no pasó desapercibido por las élites culturales portuguesas, quienes permitieron que parte de su colección fuera expuesta en la Sociedade de Geografia de Lisboa donde él era también socio. Campos será autor del catalogo de dicha exposición, el cual vio la luz en 1901 bajo el título de *Numismática Indo-portuguesa*. Un catalogo novedoso, según Vasconcelos, por incluir notas históricas de los diferentes monarcas que acuñaron las monedas que contiene, pero siempre desde un lenguaje ameno y llano que permite el acercamiento a un público mayor (fig. 1).



Fig. 1 – Portada de la obra *Numismática Indo-Portuguesa*, publicada por Manoel Joaquim de Campos en 1901.

Sus contribuciones en la revista *O Arqueólogo Português* desde 1899-1900 a 1908 demuestran también un amplio dominio de la moneda portuguesa en general y de la colonial en particular, con pequeños artículos de gran erudición que van desde reflexiones relativas a piezas inéditas, acerca de falsificaciones o incluso sobre cecas orientales como Goa y Damão. Al igual en las descripciones de las adquisiciones del Museo Etnográfico Português, publicadas igualmente en esta misma revista. Es autor también de pequeños trabajos y/u opúsculos que vieron la luz bien en imprentas particulares, bien en las páginas del *Correio Nacional*.

Su saber, patente en las publicaciones anteriores, fueron la base para que le fuera encomendada, por parte de Leite de Vasconcelos, una especial supervisión hacia las nuevas compras y donaciones, siendo la opinión y mediación de Campos imprescindible para saber si eran propias o no las nuevas piezas adquiridas, como así también se observa en todas las noticias contenidas en *O Arqueólogo Português*. En cierta medida, su formación coleccionista le permitía un punto de vista muy amplio que favorecía la adquisición de piezas raras, con tal de aumentar la variedad del Gabinete, siendo esta la explicación de la compra de las monedas griegas que nos compete.

Su muerte, en 1909 no pasa desapercibida en los círculos numismáticos del momento, quienes al igual que *O Arqueólogo Português* dedican unas líneas a honrar su memoria. De entre todas estas noticias, destaca la necrológica publicada en la *Revue Belge de Numismatique* (1909, p. 200), donde se resalta su colección de monedas indo-portuguesas, por lo que era conocido en gran parte del continente europeo.

4. EL CONJUNTO NUMISMÁTICO

El lote, compuesto por 26 piezas, presenta una gran variedad de tipos y formas, por ello, se ha decidido realizar un breve comentario numismático de todo el conjunto para después describir las piezas de manera individualizada.

4.1. Comentario Numismático

Llevar a cabo un comentario numismático de las piezas a describir resulta bastante incompleto si no se conoce las circunstancias exactas de su respectivo hallazgo, aunque creemos conveniente realizar unas breves notas sobre el conjunto en sí más desde un punto de visto cualitativo que cuantitativo.

Como ya habíamos expuesto en líneas anteriores, el grupo de las 26 monedas adquiridas por parte del Museo Etnológico Português es una simple selección de piezas, de diversas procedencias, que permite generar en un monetario un aumento de su variedad. En un análisis de las cecas, como así se puede observar en el mapa siguiente, se observa que las monedas han sido acuñadas en diversas partes de la



Fig. 2 – Mapa con las cecas identificadas en el conjunto.

cuenca mediterránea, no obstante, no estamos ante monedas que procedan de las cecas más significativas del mundo griego, ni tampoco ante piezas espectaculares, como si se observa en los gabinetes de otras instituciones coetáneas (fig. 2).

La compra realizada a través de Campos nos muestra una moneda menuda, donde no aparecen en su mayoría grandes metales como el oro y la plata, sino el bronce como material más representado. Piezas de escaso valor al ojo coleccionista por escapar de los artísticos relieves que caracterizan en general a la moneda griega. Se plantea por tanto la siguiente cuestión: ¿Era beneficioso para el Museo Etnográfico Portugués la compra de semejante moneda corriente? No sabemos la cantidad de dinero que se pagó por tal conjunto, pero si es cierto que conociendo la realidad económica del propio Museo, no debió ser una suma muy elevada. El papel de Campos en este hecho debe tenerse en cuenta por dos razones que quizás nunca lleguemos a conocer: en primer lugar la negociación del precio del lote, pues como coleccionista seguramente establecería la norma de calidad/precio a la hora de fijar una cantidad justa por el lote. En segundo lugar, por recomendar la compra de este conjunto, ya que al conocer seguramente las cecas representadas, sabía de primera mano que dicho lote cumplía los objetivos expuestos por Leite de Vasconcelos, en cuanto a la creación y ampliación de la colección numismática del Museo.

Así, destacamos tipos representativos de Sicilia, como son el pegaso para la ciudad de Siracusa (n.º 6), las uvas de Naxos (n.º 5), el trípode de Leontini (n.º 7) y el genio para Gaulos (n.º 9). Ejemplos más o menos ilustrativos de la iconografía existente en los reversos acuñados en la isla. Como así también sucede para las regiones de la Grecia continental: Beocia, Eubea y Sicionia, donde el escudo, el tridente y la clava de Heracles están presentes en las monedas de Tebas para el caso primero (n.º 11 y 12), el águila comiendo la serpiente de la ceca de Calcis para el segundo (n.º 13), y la paloma como tipo representativo de la ceca de Sición para el tercero (n.º 14); sin olvidar la pieza acuñada por la Liga Etolia (n.º 15) donde se muestran los tipos parlantes de las ciudades que componían dicho grupo (De Laix, 1973). La moneda documentada de la ceca de Egina (n.º 10) muestra el anverso y reverso más famosos, la tortuga y el cuadrado incuso. Pieza no desprovista de recelos, ya que por peso y material creemos que es una copia moderna. Tenemos que destacar también la pieza acuñada en Ecbatana bajo mandato del rey de Partia Artabanos II (n.º 16), que es la pieza más reciente del conjunto. Más al sur, creemos haber identificado una pieza procedente de Sidón (n.º 17), aunque presenta una difícil lectura.

Por lo que respecta a las monedas más numerosas en cuanto a realidad cronocultural, debemos citar las acuñadas por la dinastía ptolemaica (n.º 18-22), donde se observan diversos divisores, e incluso un hemidracma al cual se le ha añadido un soporte para llevar la pieza sustentada.

En cuanto a las piezas de época romana, se ha catalogado un semis del magistrado Q. *Marcus Libus* acuñado en el 148 a. C. (n.º 23) y un as (n.º 24) romano-republicano que por peso y estilo puede considerarse imitación hispana, pues recuerda bastante a las piezas aparecidas en los contextos peninsulares (Amela, 2000).

Por último, no podemos olvidar cuatro piezas de procedencia hispana y céltica. Nos referimos a dos unidades hispano-cartaginesas que portan en anverso la cabeza de Tanit a izquierda, en reverso prótomos de caballo a derecha (n.º 1-2); un semis de Nova Carthago (n.º 3), una unidad de la ceca de Cástulo con una escena del rapto de Europa en el reverso (n.º 4) y una emisión céltica que procede de las Islas Anglonormandas (n.º 5) con un caballo en el reverso. Es lógico que la moneda hispano-cartaginesa fuera incluida en el mismo lote, ya que desde un punto de vista iconográfico y métrico existen grandes similitudes entre ésta y la moneda griega, de ahí que en la actualidad suelen incluirse en un mismo catálogo (Vico, 2006, p. 18). Por su parte, una misma situación corrieron la moneda de Nova Carthago, Cástulo y la céltica, que al presentar en sus anversos y reverso motivos muy afines al mundo griego, fueron consideradas de tal origen.

Vemos por tanto cómo el conjunto de piezas no representa un lote rico en cuanto a monedas de gran nivel artístico ni metálico, como si se observa en otros

grandes gabinetes, más bien nos encontramos ante un grupo de monedas que intenta, como así se ha comentado más arriba, otorgar diversidad a una colección en pleno proceso de formación.

4.2. Catalogo

Las monedas han sido ordenadas cronológicamente y por cuestiones geográficas desde las más antiguas a las más modernas, como así se ha establecido en el comentario anterior. Cada pieza será descrita por los criterios convencionales usados en numismática. Será enunciada por su metal (Ae = bronce, Ar = plata), de su ceca, de la fecha de emisión, y el numero con el que es identificada la moneda en monetario del Museo Nacional de Arqueología. Después esto, se efectuará la descripción de su anverso (Anv.) y reverso (Rev.), seguida del peso (P) en gramos (gr), su módulo (M) en milímetros (mm) y el eje de cuños (h). Finaliza la descripción con una referencia bibliográfica de los catálogos que se han creído más oportunos para cada pieza. Las abreviaturas utilizadas en esta última parte serán referidas en el punto destinado a la Bibliografía.

4.2.1. Península Ibérica, Galia y Europa Céltica



1. – Ae, Hispano-cartaginesa, Sur de Hispania, ca. 221-218 a. C., n.º inventario: 2016. 9. 19-106/20.

Anv: Cabeza de Tanit a izquierda con pendiente en colgante y collar. Factura tosca.

Rev: Prótomo de caballo a derecha.

P: 8,04; M: 24; Eje de cuños: 7.

Ref. Bibliográfica: CNH, p. 69, n.º 44-45.



2. – Ae, Hispano-cartaginesa, Sur de Hispania, ca. 221-218 a. C., n.º inventario: 2016. 9. 21-106/21.

Anv: Cabeza de Tanit a izquierda con pendiente en colgante y collar. Factura tosca.

Rev: Prótomo de caballo a derecha.

P: 6,75; M: 22; Eje de cuños: 3.

Ref. Bibliográfica: CNH, p. 69, n.º 44-45.



3. – Ae, Anónima, Urbs Iulia Nova Carthago, 149-151 a. C. N.º Inventario: 2016. 9. 17-105/75.

Anv: Cabeza de Minerva con gran cimera a derecha.

Rev: C V – I N. Estatua sobre un pedestal, a izquierda. Reverso no muy visible.

P: 6,60; M: 22; Eje de cuños: 8.

Ref. Bibliográfica: APRH n.º 151.



4. – Ae, Cástulo, 72 – 45 a. C., n.º inventario: 2016. 9. 10-106/2.

Anv: Cabeza masculina a izquierda, alrededor L QVL F Q ISC F.

Rev: Parto de Europa, debajo M C F.

P: 10,58; M: 29; Eje de cuños: 4.

Ref. Bibliográfica: CNH, n.º 70.



5. – Ar, Islas Anglo-normandas, Tribus Galas, finales siglo II a. C. y ½ siglo I d. C., n.º inventario: 2016. 9. 16-106/18.

Anv: Cabeza femenina con pelo rizado muy pronunciado.

Rev: Caballo estilizado galopando a derecha, justo debajo un jabalí a derecha.

P: 5,45; M: 22; Eje de cuños: 4.

Ref. Bibliográfica: Sear n.º 110.

4.2.2. Sicilia



6. – Ae, Naxos, Sicilia, 420-410 a. C., n.º inventario: 2016. 9. 14-106/12.

Anv: Cabeza asculina con diadema a izquierda.

Rev: Kantharos con racimo de vid, entre ella N – A.

P: 1,75; M: 10; Eje de cuños: 2.

Ref. Bibliográfica: Sear n.º 3127.



7. – Ae, Leontini, Sicilia, 405-402 a. C., n.º inventario: 2016. 9. 13-106/10.

Anv: Cabeza de Apolo laureada a derecha, delante ΛION y detrás rama de laurel.

Rev: Trípode, lira, granos de cebada a ambos lados, y en la parte inferior tres pellas.

P: 1,84; M: 15; Eje de cuños: 3.

Ref. Bibliográfica: Calciati n.º 1.



8. – Ae, Siracusa, 344-317 a. C., n.º inventario: 2016. 9. 15-106/26.

Anv: Cabeza de Apolo diademada a izquierda.

Rev: Pegasos a izquierda, encima estrella.

P: 3,94; M: 16; Eje de cuños: 12.

Ref. Bibliográfica: Calciati n.º 8F.



9. – Ae, Gaulos, Melita, I siglo a. C., n.º inventario: 2016. 9. 18-106/4.
 Anv: Cabeza masculina diademada a derecha. Debajo creciente.
 Rev: Genio andando a derecha, apuntando con lanza y sosteniendo un escudo.
 Estrella en la parte inferior derecha. Detrás ΓΑΙΛΙ.
 P: 2,33; M: 16; Eje de cuños: 4.

4.2.3. Grecia continental



10. – Ar, Aegina, 404-360 a. C., n.º inventario: 2016. 9. 1-105/79.
 Anv: Tortuga terrestre.
 Rev: cuadrado incuso dividido por bandas anchas.
 P: 0,69, M: 12, Eje de cuños: 12.
 Ref. Bibliográfica: Sear n.º 2603.
 Nota: posible falsificación moderna.



11. – Ae, Tebas, Beocia, 395-338 a. C. N.º Inventario: 2016. 9. 6-106/6.
 Anv: Cabeza de Heracles con leonté a derecha.
 Rev: Clava a izquierda. Sobre ella la leyenda OLYM y debajo un caduceo a izquierda.
 P: 2,64, M: 16, Eje de cuños: 7.
 Ref. Bibliográfica: Sear n.º 2407 (Catalogación aproximada).



12. – Ae, Tebas, Beocia, 379-371 a. C., n.º inventario: 2016. 9. 23-106/13.
 Anv: Escudo Beocio.
 Rev: Cabeza de tridente decorado, delfin y cabeza de hiedra. Alrededor:
 ΒΟΙΩΤΩΝ.

P: 1,22; M: 13; Eje de cuños: 5.

Ref. Bibliográfica: Sear 2406.



13. – Ar, Calcis, Eubea, 338-308 a. C., n.º inventario: 2016. 9. 24-106/9.

Anv: Cabeza femenina a derecha.

Rev: Águila comiéndose una serpiente que tiene atrapada en el talón. Creciente y leyenda X-A.

P: 1,69; M: 14; eje de cuños: 10.

Ref. Bibliográfica: Picard Emission 7 d.2a.



14. – Ae, Sición, Sicionia, s. 323-251 a. C., n.º inventario: 2016. 9. 5-106/16.

Anv: Paloma volando a derecha.

Rev: ΣΙ, dentro de corona de olivo.

P: 1,81, M: 11, Eje de cuños: 4.

Ref. Bibliográfica: Sear n.º 2781.



15. – Ar, Liga Etolia, 211-196 a. C., n.º inventario: 2016. 9. 7-106/8.

Anv: Cabeza laureada de hombre a derecha.

Rev: ΑΙΤΩ lanza, monograma en forma de estrella, mandíbula de jabalí, ΛΩΝ, a izquierda un racimo de uva.

P: 5,95, M: 18, Eje de cuños: 9.

Ref. Bibliográfica: Sear n.º 2322.

4.2.4. Reino Pártida



16. – Ar, Artabanos II, Ecbatana, 10-38 d. C., n.º inventario: 2016. 9. 8-105/77.

Anv: Busto tocado con collar a izquierda. El tocado presenta diadema a derecha.

La barba es cuadrada, larga y recta, el pelo cubre la oreja en casi línea recta pero aparece un pendiente.

Rev: En siete líneas: ΒΑΣΙΛΕΩΣ/ΒΑΣΙΛΕΩΣ a derecha; ΑΡ-ΣΑΚΟΥY en dos líneas a bajo; ΔΙΕΑΙΟΥY ΕΥΕΡΓΕΤΟΥY en dos líneas de abajo en la parte izquierda; ΕΠΙΦΑΝΟΥΣ - ΦΙΛΕΛΛΗΝΟΣ en dos líneas en el centro. En el centro arquero sobre tronco y debajo arco con un monograma formado por las letras ΠΑ.

P: 3,48, M: 19, Eje de cuños: 11.

Ref. Bibliográfica: Sellwood n.º 63.3.

4.2.5. Fenicia



17. – Ae, Sidón, Fenicia s. I a. C., n.º inventario: 2016. 9. 4-106/7.

Anv: Cabeza torneada de Týde a der.

Rev: Galera a izquierda, encima leyenda ilegible y debajo ΣΙΔΩΝΙΩΝ.

P: 3,14, M: 16, Eje de cuños: 12.

Ref. Bibliográfica: Sear 5963 (Catalogación aproximada)

4.2.6. Dinastía Ptolemaica



18. – Ae, Alejandría, Ptolomeo IV Philopator, 221-204 a. C., n.º inventario: 2016. 9. 12-106/22.

Anv: Cabeza de Isis con taenia a derecha.

Rev: Águila explayada sobre fulmen a izquierda. Alrededor la leyenda: ΠΤΟΛΕΜΑΙΟΥ-ΒΑΣΙΛΕΩΣ.

P: 5,17; M: 20; Eje de cuños: 1.

Ref. Bibliográfica: Svoronos 1154-1155.



19. – Ae, Alejandría, Ptolomeo IV Philopator, 221-204 a. C., n.º inventario: 2016. 9. 9-106/1.

Anv: Cabeza laureada de Zeus –Amón a derecha.

Rev: Águila sobre fulmen a izquierda con cornucopia al hombro, y cornucopia delante, Λ entre las patas y leyenda ΠΤΟΛΕΑΙΟΥ-ΒΑΣΙΛΕΩΣ.

P: 25,91, M: 32, Eje de cuños: 12.

Ref. Bibliográfica: Svoronos n.º 1168.



20. – Ae, Alejandría, Ptolomeo VIII Filomenor, 180-176 a. C., n.º inventario: 2016. 9. 11-106/3.

Anv: Cabeza diademada de Zeus-Amón a derecha.

Rev: Dos águilas a izquierda sobre fulmen. A la izquierda cornucopia. Alrededor leyenda: ΠΤΟΛΕΜΑΙΟΥ-ΒΑΣΙΛΕΩΣ.

P: 8,62; M: 22; Eje de cuños: 12.

Ref. Bibliográfica: Svoronos 1426.



21. – Ar, Alejandría, Ptolomeo IX Soler, 116-106 a. C., n.º inventario: 2016. 9. 2-105/80.

Anv: Cabeza diademada de Ptolomeo IX

Rev: ΒΑΣΙΛΕΩΣ ΠΤΟΛΕΜΑΙΟΥ, águila sobre fúlmen. A un lado ΠΓ y otro [A].

P: 14,17, M: 24, Eje de cuños: 12.

Ref. Bibliográfica: Svoronos n.º 2603.



22. – Ae, Paphos, Chipre, Ptolomeo XII, finales del s. II – principios s. I a. C., n.º inventario: 2016. 9. 3-106/11.

Anv: Cabeza Zeus-Amon con diadema y tocado a derecha.

Rev: ΠΤΟΛΕΜΑΙΟΥ ΒΑΣΙΛ, tocado de Isis.

P: 1,86, M: 13, Eje de cuños: 6.

Ref. Bibliográfica: Svoronos n.º 1845.

4.2.7. Roma Republicana



23. – Ae, Romano-republicana, Q. MARC. LIBO, Roma, 148 a. C. Finales del siglo I a. C., n.º inventario: 2016. 9. 22-106/5.

Anv: Cabeza laureada de Saturno a derecha, encima S.

Rev: Proa de nave a derecha, Encima Q. MA R C, después y hacia abajo LIBO y debajo ROMA.

P: 4,40; M: 18; Eje de cuños: 2.

Ref. Bibliográfica: RRC 215/3.



24. – Ae, Romano-Republicana, Imitación bárbara, ss. II-I a. C., n.º inventario: 2016. 9. 21-106/17.

Anv: Cabeza de Jano bifronte. Rev: Proa de nave a derecha, debajo ROMA.

P: 19,89; M: 25; Eje de cuños: 11.

Nota: Existen dos piezas más que se encuentran totalmente frustas, por lo que se ha decidido no incorporarlas.

5. CONSIDERACIONES FINALES

El estudio de las monedas conservadas en los Gabinetes de las grandes Instituciones, al igual que las pequeñas colecciones conservadas en los museos pequeños, regionales y locales no deben pasar desapercibidas al público investigador, ya que siguen formando parte de la historia de la propia Institución.

La catalogación que nosotros presentamos simplemente es un pretexto, como ya se comentó en la Introducción, para no solo dar a conocer la figura del conservador Manuel Joaquim de Campos, sino también para abrir el camino hacia nuevas investigaciones y revisiones sobre el Gabinete Numismático del Museo Nacional de Arqueología portugués. En cierta medida, la revisión de sus fondos, ricos en numerario variado desde un punto de vista crono-cultural, puede verse enriquecida con el cotejo del archivo de esta Institución y sobre todo, con las múltiples noticias publicadas en la renombrada revista *O Arqueólogo Português*, interesante fuente de información de la que carecen muchos museos actuales. No sería raro que se acabara reconociendo entre las monedas de un mismo gabinete, piezas procedentes de un tesoro de época romana o posterior, circunstancia solo posible gracias al cotejo documental. Por tanto, estas revisiones no solo pueden aportarnos nuevos datos acerca de los numismáticos que nos precedieron, sino también noticias, referencias y circunstancias inéditas, sobre hallazgos casuales, puntuales o intencionados, que nos pueden permitir construir una visión mucho más íntegra de una realidad lejana que es percibida como un puzzle que necesita constantemente de nuevas piezas; aparte claro está de completar no solo la intrahistoria de la Institución, sino también ser adición a la historia de la arqueología en Portugal.

BIBLIOGRAFÍA

- ABASCAL, J. M.; RIPOLLÈS, P.P. (2000) – *Monedas Hispánicas. Gabinete Numismático de la Real Academia de la Historia*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- ACOSTA NIETO, G. I. (2007) – Coleccionismo numismático en España en el siglo XIX. In *Jornadas Científicas sobre documentación borbónica en España y América (1700-1868)*, 6, Madrid, 2007. Madrid. Universidad Complutense. p. 9-42.
- AMELA VALVERDE, L. (2000) – *Las acuñaciones romanas de Sexto Pompeyo en Hispania*. Madrid: CSIC. p. 87-104, 181, 182. (Anejos de Archivo Español de Arqueología; 73).
- APRH: Ripollès, P. P. (2010) – *Las acuñaciones provinciales romanas de Hispania*. Madrid: Real Academia de la Historia.
- CALCIATI, R. (1983) – *Corpus Nummorum Siculorum. La Monetazione di Bronzo*. Mortara. Edizioni M. G. 3 vols.
- CAMPOS, M. J. (1901) – *Numismatica Indo-Portuguesa*. Lisboa. Imprenta Nacional.
- CHAVES TRISTAN, F. (2011) – Imágenes de animales en la moneda griega o el triunfo anima. In JUFRESA MUÑOZ, M.; REIG, M., coord. – *Ta Zôia: L'espai a Grècia*. II. Els animals i l'espai.

- Barcelona. Institut Català d'Arqueologia Clàssica. p. 85-104.
- CENTENO, R. M. S. (1991) – A Numismática Antiga: um balanço da investigação em Portugal. *Acta Numismática*. Barcelona. 21, p. 63-75.
- CNH: VILLARONGA, L. (1994) – *Corpus Nummorum Hispaniae ante Augusti Aetatem*. Madrid: José Herrero.
- DE LAIX, R. A. (1973) – The silver coinage of the Aetolian League. *California Studies in Classical Antiquity*. California. Vol. 6, p. 47-75.
- FABIÃO, C. (2008) – José Leite de Vasconcelos (1858-1941): um archeólogo português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, S. 4, 26, p. 97-126.
- GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J., ed. lit. – Moneda *qua Scripta*. La moneda como soporte de escritura. *Anejos de Archivo Español de Arqueología*. Madrid. XXXIII, p. 303- 211.
- MARTINS, A. PEREIRA (1958) – José Leite de Vasconcelos e a Numismática. *Nummus*. Porto. S. 5-1, 17, p. 3-9.
- MORA RODRÍGUEZ, G.; TORTOSA, T. (1997) – La Real academia de la Historia: In *Patriam, Populumque fluit*. In *Congreso de Historiografía de la Arqueología en España (siglos XVIII a XX)*. *La cristalización del pasado: génesis y desarrollo del marco institucional de la arqueología en España, 2, Madrid, 1995*. Málaga: Universidad. p. 187-196.
- MORA RODRÍGUEZ, G. (1999) – La imagen de Hispania: vías y ciudades en la historiografía numismática española (siglos XVI a XIX). In MORA RODRÍGUEZ, G. e outros, coords – *Rutas, ciudades y moneda en Hispania: Actas del II Encuentro peninsular de Numismática Antigua, Porto, 1997*. Madrid: CSIC. p. 27-38. (Anejos del Archivo Español de Arqueología; 20).
- MORA RODRÍGUEZ, G. (2000) – La moneda púnica en la historiografía española del siglo XVI a XIX. In GARCIA BELLIDO, M. P^a; CALLEGARIN, L., ed. lit. – *Los Cartagineses y la monetización del mediterráneo occidental*. Madrid. p. 169-178. (Anejos del Archivo Español de Arqueología; 22).
- MORA RODRÍGUEZ, G. (2004b) – Toponimia y numismática. La identificación de las antiguas ciudades de España a través de las monedas. In CHAVES TRISTÁN, F. y GARCÍA FERNÁNDEZ, F. J. ed. lit. – *Moneta qua scripta: La moneda como soporte de escritura*. Madrid: CSIC. p. 303-313. (Ajenos del Archivo Español de Arqueología; 33).
- PICARD, O. (1979) – *Chalcis et le Confédération Eubéene. Etude de Numismatique et d'Histoire (Ive – Ier siècle)*. Paris; Athènes: École Française d'Athènes.
- PEREIRA, I. (2003) – O desenvolvimento de ciência numismática na contemporaneidade: técnicas de apresentação e projectos de investigação. In *Reunião del Comité Internacional de Museos Monetarios y Bancarios (ICOMON)*, 8, Barcelona, 2001. Barcelona: Museu Nacional d'Art de Catalunya. p. 12-22.
- RRC: CRAWFORD, M. H. (1974) – *Roman Republican Coinage I*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SEAR, D. R. (1978-1979) – *Greek coins and their values*. London: Batsford. 2 vol.
- SELLWOOD, D. (1980) – *An Introduction to the coinage of Parthia*. London: Spink & Son Ltd.
- SVORONOS, H. N. (1975) – *Corpus of the Ancient Coins of Athens*. Chicago: Ares pub.
- VICO BELMONTE, A. (2005) – El vino en la moneda griega: Buscando interpretación y significado a su monografía. *Documenta et Instrumenta*. Madrid. Vol. 3, p. 217-245.
- VASCONCELOS, J. L. (1905) – Acquisições do Museu Ethnológico Português. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Serie I, X, p. 44-48.
- VASCONCELOS, J. L. (1909) – Manoel Joaquim de Campos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Serie I, XIV. p. 250-255.
- VASCONCELOS, J. L. (1915) – *Historia do Museu Ethnológico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Porque é que a arte do Coa se concentra na margem esquerda? Condicionantes geológicas e ambientais para a formação e conservação dos suportes artísticos do Vale do Coa

Why is the Coa River Valley rock art mainly located on the left bank? Geological and environmental constraints for the rock art panels' formation and preservation

THIERRY AUBRY*, LUÍS LUÍS** LUCA DIMUCCIO***

RESUMO

A atual distribuição espacial da arte rupestre ao ar livre do Vale do Coa (nordeste de Portugal) mostra uma clara concentração na margem esquerda do rio. De forma a explicar esta especificidade foram analisadas as condicionantes geológicas e ambientais para a formação e preservação das superfícies rochosas (painéis) que serviram de suporte à arte rupestre. A estrutura geológica regional foi analisada e interpretada através de uma abordagem multiescalar (desde uma escala regional até à escala dos afloramentos), tendo sido observados e descritos mais de 900 painéis rochosos (geralmente diáclases), gravados e não gravados. O objetivo consistiu em reconstituir os processos naturais que permitiram a formação dos suportes rochosos típicos desta arte e identificar os fatores que concorreram para a sua conservação. Tendo em conta estas condicionantes, observadas e analisadas no terreno, foi desenvolvido um modelo preditivo para a formação e preservação dos painéis gravados do Vale do Coa com recurso a um sistema de informação geográfica. Este modelo permitiu uma melhor compreensão da distribuição atual da arte rupestre do Coa, projetando esse conhecimento para áreas contíguas e

* Fundação Côa Parque, Rua do Museu, 5150-610 Vila Nova de Foz Coa, Portugal. *E-mail*: taubry@sapo.pt.

** Fundação Côa Parque, Rua do Museu, 5150-610 Vila Nova de Foz Coa, Portugal. *E-mail*: lsimoess@hotmail.com.

*** Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), Colégio de S. Jerónimo, Universidade de Coimbra, 3004-530 Coimbra, Portugal. *E-mail*: luca@ci.uc.pt.

ainda não prospectadas intensivamente. A verificação deste modelo no campo e a descoberta de novos painéis gravados a partir dele definem-no como uma valiosa ferramenta, não apenas para a investigação arqueológica, ao nível do registo e da interpretação, mas também para a gestão do património artístico rupestre da Zona Especial de Proteção do Vale do Coa, inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO.

Palavras-chave: Arte rupestre – Paleolítico Superior – Conservação – Modelos preditivos – Sistemas de Informação Geográfica

ABSTRACT

The spatial distribution of the open air rock art known today along the Coa Valley (Northeast Portugal) denotes a clear concentration along the left riverbank. In order to explain this specific occurrence, the geological and environmental constraints for the preservation of the rock art supports have been analysed. Regional geological structure was studied and interpreted through a multi-scalar approach (from regional setting to individual outcrops), where more than 900 natural rock panels (mainly joint-fractures), with and without rock art, were observed and described. The goal was to reconstruct the natural processes contributing for the formation and preservation of the rock art supports. Having the identified constraints in mind, a predictive model for the formation and preservation of Coa Valley panels was developed with the aid of a Geographic Information System. This model allowed a better understanding of the Coa Valley rock art present-day distribution, projecting this knowledge to contiguous areas not yet systematically surveyed. Field verification defines the model as a valuable tool, not only to guide archaeological research in terms of record and interpretation, but also for the management of the Coa Valley heritage, inscribed in the UNESCO's World Heritage List.

Keywords: Rock art – Upper Palaeolithic – Conservation – Predictive models – Geographic Information Systems

1. PROBLEMA

«Thus, it can be expected that situations with satisfactory preservation of evidence might constitute a very biased ‘sample’ of the totality which they are to represent. For the Upper Pleistocene subperiod, cave sites probably constitute an analogously biased sample. It is difficult at present to assess the importance of such environmental bias in the evidence, but it has to be kept in mind.»

Isaac, 1968, p. 255

Uma questão recorrente no estudo da arte do Vale do Coa (por ex.: Fernandes, 2012, e debate *in* Sanches, 2012) reside no facto de, com raras exceções, as suas gravuras se concentrarem sobretudo na margem esquerda do rio, estando maioritariamente ausentes da margem direita. Para esta pergunta tem-se geralmente apresentado respostas relacionadas com uma presumida «intenção» dos autores da arte paleolítica em escolher exatamente os sítios onde encontramos hoje a sua arte (Baptista e García Díez, 2002; Fernandes, 2012 e 2014). Sugeriu-se mesmo uma eventual semelhança com os monumentos megalíticos, cujos construtores orientaram para Nascente (Caninas *in* Sanches, 2012, p. 129). Estas explicações defendem que a sua distribuição decorre simplesmente de uma escolha cultural, rejeitando *a priori* fatores naturais para explicar parte desta realidade arqueológica. Tal interpretação radica na consideração de que a «taxa de conservação das gravuras da arte do Coa é globalmente excelente» (Reis, 2012b, p. 55).

Questiona-se até porque é que, de um total de vários milhares de afloramentos rochosos que existiriam durante o Paleolítico Superior na região, apenas cerca de mil tenham sido selecionados para gravação. A resposta reside numa «deliberate culture-oriented choice of outcrops perhaps because of ‘idiosyncratic’ quali-

ties of the selected outcrops seen at the time», sugerindo-se uma lista hipotética de qualidades dos afloramentos, como tom, textura, proeminência, existência de fraturas e mesmo a orientação da vertente (Fernandes, 2014, p. 7-8). Consideramos que esta conceção reflete uma perspetiva «fixista», que defende que todos os painéis hoje conhecidos (gravados e não gravados) estariam já disponíveis durante o Plistocénico Superior com o mesmo estado da superfície. Assim, o que vemos na atualidade corresponderia ao que sempre existiu.

Foi este debate que motivou uma investigação orientada para a resposta das seguintes questões, que subjazem à interpretação da atual distribuição da arte do Coa: 1) Quais os processos naturais que permitiram a formação dos suportes rochosos típicos desta arte?; 2) Que fatores concorreram para a sua conservação?

Só depois de definidos os vários fatores suscetíveis de estar envolvidos neste processo, bem como o seu faseamento, poderemos partir para interpretações relativas à distribuição da arte rupestre do Vale do Coa, tal como a conhecemos hoje, e para a sua gestão futura, sem o risco de estarmos a tomar por totalidade pré-histórica original o que podemos observar hoje.

Por outro lado, questiona-se também sobre se, sendo identificadas condicionantes naturais ou ambientais para a atual distribuição da arte do Coa, será possível validar essas conclusões através da definição de um modelo, que, sendo válido, permitirá prever a localização de novos painéis gravados e orientar a contínua prospeção que vem sendo levada a cabo (por ex.: Reis, 2012a, b).

Da investigação que tem vindo a ser realizada resultou já uma primeira publicação, onde foram apresentados os seus primeiros resultados (Aubry, Luís e Dimuccio, 2012). Partindo de uma análise estrutural de toda a região do Baixo Coa, esta primeira abordagem do problema incidiu sobre a zona compreendida entre a confluência do rio Coa com o rio Douro e o núcleo da Ribeira de Piscos, e, cronologicamente, na arte rupestre tardiglacial. Em termos de núcleos de arte principais, ficaram então de fora os núcleos ribeirinhos da Quinta da Barca, Penascosa e Faia. Todos estes núcleos se distinguem dos restantes ao nível dos respetivos contextos geológicos e geomorfológicos. Os núcleos da Quinta da Barca e Penascosa ocupam a área mais aberta do curso final do rio Coa, numa formação metassedimentar distinta (Formação de Pinhão) das restantes (Formação de Desejosa). Já o núcleo da Faia sai do âmbito dos xistos e integra-se nos granitos, numa área de vale profundamente encaixada. Importará agora aplicar a metodologia então definida a uma das áreas principais de distribuição conhecida da arte do Coa, incluindo dois dos mais importantes núcleos de arte rupestre da fase pré-magdalenense do Coa (Santos, 2012), principalmente, e para a questão em apreço, a Penascosa, o mais importante núcleo rupestre da margem direita.

2. BIOGRAFIA DAS ROCHAS DO COA

A arte rupestre é o resultado da ação humana perpetuada sobre a rocha, através da adição ou remoção de materiais (Lorblanchet, 1995). É inegável que na base de quaisquer grafismos rupestres está uma vontade e uma escolha (não necessariamente individuais), mas será necessário muito mais do que isso para que essa vontade se materialize (disponibilidade e qualidade do suporte) e perdure (condições de preservação).

Assim, para melhor compreendermos como a arte rupestre do Vale do Coa chegou até nós, será necessário, em primeiro lugar, definir o seu suporte e a sua evolução, iniciada há mais de 500 milhões de anos, no quadro da qual a ação humana intervém numa das suas últimas fases (quadro 1).

Tempo	Eventos	Arte do Coa
1 540-500 Ma	Composição Formação da rocha precursora Litologia pelítica, quartzo-feldspática ou calco-silicatada em função do respetivo ambiente	Início do processo de formação dos suportes gráficos
2 320-280 Ma	Zonação metamórfica Tectónica hercínica Intrusão dos granitos Metamorfização	Definição das características petrográficas e dos planos de xistosidade
3 280 Ma	Fraturação Tectónica tardi-hercínica Definição da tectónica regional com desligamento esquerdo de direção NNE-SSW	Definição da orientação das superfícies
4	Preenchimento hidrotermal Preenchimento das fraturas hercínicas por filões e massas	Revestimento de algumas diáclases que impossibilita a sua gravação
5 65-2 Ma	Erosão Peneplanação (formação da Meseta ibérica) Cobertura detrítica (preenchimento do graben de Longroiva)	
6 2-0,025 Ma	Encaixe da rede fluvial Exposição das diáclases Depósitos de vertente e fluviais Início da alteração biogeoquímica	Exposição dos painéis
7 0,025 Ma	Fase antrópica Gravação das diáclases expostas Continuação da alteração biogeoquímica	Gravação e evolução dos suportes
8 Hoje...		

Quadro 1 – Cronograma da formação e evolução das superfícies rochosas do Vale do Coa.

2.1. Formação

Aquilo que geralmente se define como arte do Coa distribui-se ao longo de ambas as margens dos cerca de 20 quilómetros finais do rio Coa e em volta da

sua confluência com o Douro. Na sua esmagadora maioria, os grafismos surgem inscritos em superfícies verticais dos xistos do Supergrupo Dúrico-Beirão (anteriormente conhecido por Complexo Xisto-Grauváquico), inseridos nas formações de Desejosa e de Pinhão (Penascosa e Quinta da Barca) (Sousa, 1982). O núcleo mais a montante do conjunto considerado aparta-se desta caracterização, ao localizar-se em contexto granítico (Granito da Ribeira de Massueime) (Silva e Ribeiro, 1991) e num abrigo.

Os xistos do Supergrupo Dúrico-Beirão formaram-se durante o Pré-Câmbrico e o Paleozoico, em ambientes sedimentares distintos (fluviais, costeiros e submarinos) e a diferentes profundidades (Ribeiro, 2001), já descritos em pormenor (Ribeiro, 2001; Silva e Ribeiro, 1991).

Estes sedimentos precursores irão sofrer um processo de deformação dúctil e de metamorfização, cujas associações mineralógicas e graus de metamorfismo se encontram estabelecidos (Silva e Ribeiro, 1991). É durante o processo de metamorfização que se formam as clivagens xistentas, ou xistosidade, um dos planos de descontinuidade estrutural dos afloramentos rochosos da região que importa aqui discutir (fig. 1b). A outra estrutura fundamental para a realização e conservação da arte rupestre do Coa são os planos de diáclase, referidos vulgarmente na literatura arqueológica como «painéis» e localmente como «testas» (García Díez e Luís, 2003).

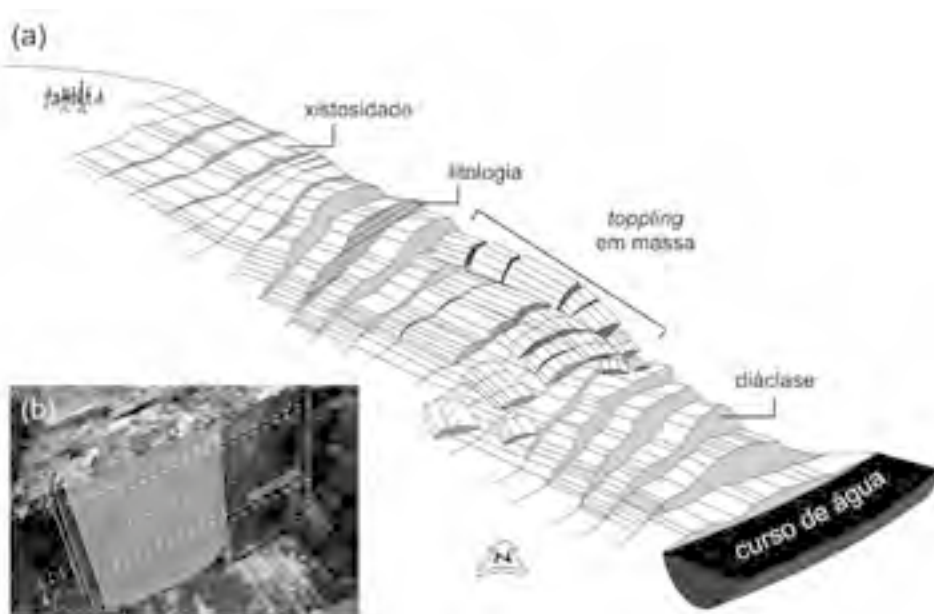


Fig. 1 – Descontinuidades e evolução nos maciços do Vale do Coa. a) Esquema teórico da relação entre vertente e exposição dos painéis (com exemplo de *toppling em massa*), como o resultado da conjugação da atitude das superfícies das diáclases, da xistosidade, da orientação da vertente e dos cursos de água. b) Planos de descontinuidade nos maciços rochosos do Vale do Coa (modificado a partir de Aubry, Luís e Dimuccio, 2012).

Estes planos tiveram origem nos últimos movimentos associados ao campo de tensões hercínico (Silva e Ribeiro, 1991). A estrutura mais notável que atravessa a área em estudo é o segmento da Vilaríça (VFZ), parte da maior estrutura tectónica do NE de Portugal, a falha Manteigas-Vilaríça-Bragança, com orientação NNE-SSW (fig. 2). A VFZ exhibe um deslize esquerdo e tem sido considerada de cronologia tardivarisca (Arthaud e Matte, 1975; Jabaloy, Galindo-Zaldívar e González-Lodeiro, 2002; Ribeiro, 1974, 1981; Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1991, Ribeiro et al., 1996; Silva e Ribeiro, 1991), sucessivamente reativada durante a Orogenia Alpina, o que é comprovado pelos deslocamentos que afetam a cobertura sedimentar cenozoica e os desvios da rede hidrográfica quaternária (Cabral, 1985, 1995; Marques, Mateus e Tassinari, 2002; Rockwell et al., 2009; Vicente et al., 2011).

De forma a definir em pormenor a influência estrutural e cinemática na formação de painéis de arte rupestre na área em apreço desenvolvemos uma metodologia de tipo multiescalar. Em primeiro lugar, recorreu-se à análise visual e automática de alinhamentos a partir de imagens de satélite (fig. 2), com vista

à deteção da estrutura geológica, cuja metodologia foi já por nós exposta em pormenor em Aubry, Luís e Dimuccio (2012). A análise da estrutura geológica regional foi posteriormente integrada com uma escala mais pormenorizada, através da observação no campo de 11 setores de vale fluvial (vertentes), com a caracterização (azimute, pendor e direção do pendor) e georreferenciação de



Fig. 2 – Mapa de alinhamentos na área de estudo detetados a partir da análise de imagens de satélite e complementados por trabalho de campo. VFZ = Zona de falha da Vilaríça (a); diagrama de roseta com classes de intervalos de 10 graus e uma população de 705 mostrando a distribuição estatística da frequência da orientação dos alinhamentos da área de estudo (b); diagrama de roseta com classes de intervalos de 10 graus e uma população de 200 mostrando a distribuição estatística da frequência da orientação dos alinhamentos da área da Quinta da Barca/Penascosa (c); organização das estruturas associadas a um corredor de deslize esquerdo com direção NNE-SSW (a VFZ) para a área de estudo. R = fraturas riedel sintéticas; R1 = fraturas riedel antitéticas; N = falhas normais; F = eixo de dobra; RF = falhas inversas; P = fraturas riedel sintéticas secundárias; T = fraturas de tensão; setas negras curtas = sigma 1 (eixo de compressão máxima); setas cinzentas curtas = sigma 3 (eixo de distensão máxima) (d) (modificado a partir de Aubry, Luís e Dimuccio, 2012).

um total de 713 diáclases, 155 delas apresentando gravuras. Em virtude da área do primeiro estudo se ter circunscrito à Formação de Desejosa, este conjunto de dados foi entretanto completado com a realização de 233 novas medições em 7 novos setores do vale inseridos nas formações de Pinhão e de Rio Pinhão (fig. 2).

As fraturas identificadas formam conjuntos regulares, planares e subparalelos, tendencialmente subverticais, de estruturas abertas de tipo Modo I (diáclases) (Hancock, 1985). As orientações dos alinhamentos observados à escala regional estão igualmente presentes a uma escala mais pormenorizada, com direção NE-SW e N-S. A análise da distribuição estatística da frequência dos alinhamentos demonstra que a orientação mais frequente é de direção NNE-SSW, com quatro orientações secundárias: ESE-WNW, NE-SW, N-S e ENE-WSW (fig. 2). A distribuição espacial dos alinhamentos indica que a direção geral dos conjuntos de diáclase é NNE-SSW na zona oeste da área de estudo e NE-SW na área central e este (Aubry, Luís e Dimuccio, 2012). Estas orientações são geralmente subparalelas às falhas principais que identificam, à escala regional, a zona de falha da Vila-riça (VFZ), com desligamento esquerdo de sentido NNE-SSW. Os novos dados de campo agora obtidos vêm confirmar a integração da área da Quinta da Barca e Penascosa, na Formação de Pinhão, no quadro da estrutura cinética já definida para a área da Foz do Coa (fig. 2d).

2.2. Exposição

O relevo da área de estudo apresenta uma topografia irregular, ligada essencialmente à tectónica frágil e à erosão diferencial relacionada com o encaixamento do rio Douro e dos seus afluentes da margem esquerda. Geomorfologicamente, a área localiza-se na zona norte da chamada Meseta Ibérica, limitada a oeste pelo alinhamento tectónico de Manteigas-Vilariça-Bragança, que é composta pela justaposição de extensas superfícies de peneplanação, datadas do Cenozoico (Cunha e Pereira, 2000; Ferreira, 1978; Pereira, 1997; Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1991; Santos, 2005).

Contrariamente ao já afirmado (Bednarik, 1995), o processo de encaixamento do Vale do Coa não é geologicamente recente, tendo revelado painéis no fundo do vale atual com uma exposição datada de entre 16 000 e 136 000 anos (Phillips et al., 1997). O encaixe fluvial foi condicionado pela estrutura tectónica descrita, provocando a progressiva exposição das superfícies de diáclase nas margens opostas dos cursos de água, expostas tanto para SE como para NW. Esta exposição, condicionada pela tectónica frágil, explica a ausência de quaisquer superfícies de diáclase voltadas para N, S, NE, SW, E e W em toda a área do Baixo Coa, o que constituiu uma limitação no leque de escolhas culturais para gravação.

A confrontação das direções medidas no terreno com a inclinação das vertentes indica que as áreas de maior densidade de superfícies rochosas tendem a

corresponder às vertentes com a mesma orientação das diáclases (fig. 1a), mas não exclusivamente. A justificação para esta correlação tem uma simples explicação física no facto de que as forças gravitacionais, impostas à compartimentação externa durante o encaixamento (*toppling*), correspondem a esta situação particular. Pelo contrário, vertentes voltadas a NE e SW não expõem as diáclases, mas a xistosidade, que se desenvolve no plano NW-SE, isto é, orientadas subperpendicularmente ao sistema de fraturas. A descontinuidade da xistosidade é preferencialmente afetada por crioclastia, alimentando os depósitos de vertente, que cobrem o substrato rochoso, evidenciados nas sequências sedimentares conservadas nos sítios que contêm os vestígios do Paleolítico Superior do Vale do Coa (Aubry et al., 2010). Esta situação não é pois favorável à exposição de painéis, sendo raros e profundamente erodidos os grafismos atualmente conhecidos nos planos de xistosidade (todos posteriores ao século XVIII, como, por exemplo, Canada do Inferno 7, 9 e 44). Assim, a exposição de painéis verticais de xisto neste sistema é controlada por duas variáveis distintas: a direção das vertentes e a orientação das diáclases.

Em algumas áreas restritas de vertente (por ex.: Vale de José Esteves e Foz do Coa), as forças da gravidade afetam largos compartimentos de cerca de 10 000 a 20 000 m², gerando o que apelidámos de *toppling* em massa (Aubry, Luís e Dimuccio, 2012). Nestas áreas, as superfícies de diáclase não são observáveis e o substrato rochoso encontra-se coberto por depósitos de vertente resultantes de deslizamentos em massa, que foram frequentemente explorados para a construção de muros de pedra que sustentam terraços cultivados (fig. 1). Não foi ainda possível encontrar argumentos para determinar a(s) cronologia(s) deste fenómeno.

Foi entretanto afirmado que existem painéis gravados com orientações distintas às que medimos, classificando o nosso estudo de parcial (Fernandes, 2014, p. 101). Importa pois esclarecer que, como acima referido, foi por nós realizado um estudo geológico estrutural sobre todo o Baixo Coa (Aubry, Luís e Dimuccio, 2012, e fig. 2). À escala do terreno, registámos, numa primeira fase, a atitude de 713 superfícies de diáclase (azimute, pendor e direção do pendor, em graus)¹ em 11 áreas distintas de vertente. Com a continuação dos trabalhos, que agora apresentamos, esse número atinge já as 946 superfícies, desde a Foz do Coa até à Penascosa/Quinta da Barca. Durante todo este trabalho de campo não nos foi possível identificar uma única diáclase de Modo I que não esteja de acordo com a estrutura definida pelo desligamento esquerdo de sentido NNE-SSW da VFZ, com a exceção de superfícies de falha e de blocos fora da sua posição original. As orientações das superfícies de diáclase e das vertentes não são necessariamente coinci-

¹ Esta é a forma objetiva e mensurável para definir, descrever e comparar a atitude de planos de descontinuidade, consensual nos estudos de geologia estrutural.

dentes: se a tectónica regional determina a atitude das superfícies de diáclase, ela condiciona apenas a orientação das vertentes. Assim, na estrutura definida com uma orientação dominante NE-SW, numa vertente voltada a este, as superfícies de diáclase estarão sempre expostas para SE e não para a este.

2.3. Intervenção humana

Será pois neste contexto e no quadro da estrutura tectónica definida que a ação humana intervém através do registo em algumas destas superfícies dos grafismos do Vale do Coa. A arte do Coa preserva-se sobretudo nas superfícies de fratura verticais, ou subverticais (média de 82,3° com desvio padrão de 8,3°), por vezes em contradedive. Raríssimos são os casos onde se preservam grafismos em superfícies sub-horizontais, nomeadamente na rocha 6 do Vale do Forno e em algumas das rochas do Vale da Casa, hoje submersas (Baptista, 1983), todos eles de cronologia proto-histórica ou histórica.

A partir deste momento levanta-se verdadeiramente a questão inicial. A orientação dominante das diáclases (NNE-SSW) e a sua exposição através do encaixe dos rios, por ela condicionado, permitiria objetivamente a gravação em ambas as margens dos cursos de água. Terão as sociedades paleolíticas optado pela gravação quase exclusiva numa das margens (esquerda) e com uma orientação dominante (SE)? Ou essa realidade que hoje verificamos será o resultado de um crivo seletor e não representativa da totalidade das ações humanas?

Foi já atestado que a fase pré-magdalenense (> 20.000 cal BP), datada a partir dos resultados da escavação da rocha 1 do Fariseu (Aubry e Sampaio, 2008; Aubry, Santos e Luís, 2014; Mercier et al., 2006), e que constitui o primeiro momento de gravação reconhecido (Santos, 2012), se inscreve em painéis localizados sobretudo no limite entre as vertentes rochosas e a planície aluvial. A análise geoarqueológica, o conteúdo arqueológico e os resultados da datação OSL, TL e ¹⁴C da sequência do Fariseu, que cobria um painel gravado durante esta fase, demonstram que os afloramentos rochosos foram afetados por processos crioclásticos, sobretudo durante os dois eventos frios do Tardiglaciar (18.000-16.000 [H1] e c. 12.000 cal BP [H0]), tal como já teoricamente sugerido (Rebello e Cordeiro, 1997). Isto significa que os painéis gravados estiveram (e alguns ainda estarão) cobertos por depósitos aluviais e coluviais na zona final da bacia hidrográfica do Coa (Aubry et al., 2010).

Esta realidade distingue-se com clareza da situação da arte paleolítica posterior ao último Máximo Glaciar, estilisticamente idêntica à arte móvel recuperada na UE 4 do Fariseu (Santos, 2012), datada por termoluminescência e radiocarbono de entre 10.800 e 12.400 cal BP (Aubry e Sampaio, 2008; Aubry, 2009; Aubry et al., 2010; García Díez e Aubry, 2002). Os painéis desta fase localizam-se não apenas no limite da planície aluvial, mas particularmente ao longo das

vertentes da zona final do rio Coa e da sua confluência com o Douro, formando aglomerações ao longo de ambos os rios e seus afluentes, sobretudo na margem esquerda e voltados para sudoeste (Baptista e García Díez, 2002). Esta localização, aglomeração e orientação preferenciais têm vindo a ser interpretadas como reflexo da escolha dos artistas (Baptista e García Díez, 2002; Fernandes, 2012).

Deixando de lado as representações artísticas atribuídas à Pré-história Recente, que pela sua raridade e questões específicas de preservação, se apartam da restante arte rupestre do Coa², importa comparar a distribuição da arte paleolítica do vale com o importante conjunto proto-histórico, que recorre ao

mesmo tipo de suportes e técnica. É assim relevante notar que os grafismos pliocénicos (sobretudo os tardiglaciares) partilham em grande medida os mesmos espaços dos grafismos proto-históricos (fig. 3c), não apenas ao nível das áreas de concentração («núcleos de arte»), mas também das próprias superfícies. Em apenas dois núcleos com representações paleolíticas não se identificam motivos sidéricos (5% do total), Canada do Inferno e Quinta da Barca, que correspondem a dois dos principais núcleos da fase pré-magdalenense. Já se tivermos em conta as aglomerações de moti-



Fig. 3 – Localização dos painéis com motivos paleolíticos e sidéricos, com indicação da área do primeiro modelo preditivo (A) e da sua validação externa (B), no seu contexto geológico: 1) Formação de Desejosa; 2) Formação de Pinhão; 3) Formação de Rio Pinhão; 4) Granito da Ribeira de Massueime; 5) Outros granitoides hercínicos; 6) Xisto e quartzito ordovícicos; 7) Arenitos e conglomerados terciários e quaternários. C) Zona A com indicação da localização dos painéis com motivos paleolíticos (círculos pretos), sidéricos (quadrados brancos) e de ambos os períodos (diamantes brancos).

² Os grafismos atribuíveis aos diferentes momentos da Pré-história Recente incluem também pintura e localizam-se preferencialmente em zonas abrigadas, não exclusivamente xistosas, mas também graníticas e quartzíticas.

vos proto-históricos, verificamos que apenas 17% delas não partilham o mesmo espaço com motivos paleolíticos³ (dados calculados a partir de Reis, 2012b, quadro 1). Esta partilha de espaço chega mesmo ao nível do painel, onde 15% dos motivos paleolíticos coexiste com motivos sidéricos e 21% destes coexistem com motivos da Pré-história Antiga (dados calculados a partir de Reis, 2012b, p. 23).

Entendendo nós que toda a arte é um reflexo da sociedade no contexto da qual foi produzida, será difícil justificar que tão distintas sociedades pudessem atingir uma tal convergência de critérios culturais na escolha dos mesmos locais para gravação. Esta convergência revela-se de forma não pontual (*pace* Reis, 2012b, p. 22). Sendo assim, descartando a exclusividade de «critérios culturais», será fundamental determinar os critérios de disponibilidade de suporte e de evolução pós-gravação para explicar a atual distribuição da arte do Coa.

2.4. Evolução pós-gravação

Depois da disponibilização de superfícies e da sua gravação, ou não, inicia-se o processo natural de degradação. Estes processos são de natureza complexa e incluem componentes *biogeofísicoquímicas*.

2.4.1 Processos eminentemente geológicos

Em termos geológicos e à escala da vertente, o principal agente de destruição é a gravidade, que gradualmente produz a separação de blocos, ao expor as diáclases (*toppling*) (Rodrigues, 1999). Este processo ocorre geralmente ao nível do painel, afetando sobretudo as suas zonas superiores, mas durante os trabalhos de campo pudemos observar que se pode igualmente verificar à escala da vertente.

Ao nível da superfície da diáclase, outros processos se desenvolvem, colocando em causa a sua integridade. A xistosidade, desenvolvida durante o processo de metamorfização, é uma das áreas de maior fragilidade, facilitando a erosão por fratura e exfoliação, que afeta sobretudo as áreas exteriores e laterais dos painéis verticais. Os mesmos processos de perda de material ocorrem ao longo das camadas estratigráficas menos coesas, nomeadamente os níveis pelíticos.

A perda de placas é uma outra forma de erosão das superfícies de diáclase (fig. 4a). Este mecanismo foi interpretado como a consequência de uma debilidade mecânica não especificada, atuando por baixo da superfície do plano de fratura (Rodrigues, 1999). À escala centimétrica, observou-se, num perfil realizado numa destas superfícies, uma descontinuidade que poderá corresponder a um plano de estilolitos tectónicos, subparalelos à superfície da diáclase. Trata-se de um fenómeno bem documentado nas rochas carbonatadas, mas

³ Excluímos desta contagem as rochas isoladas.

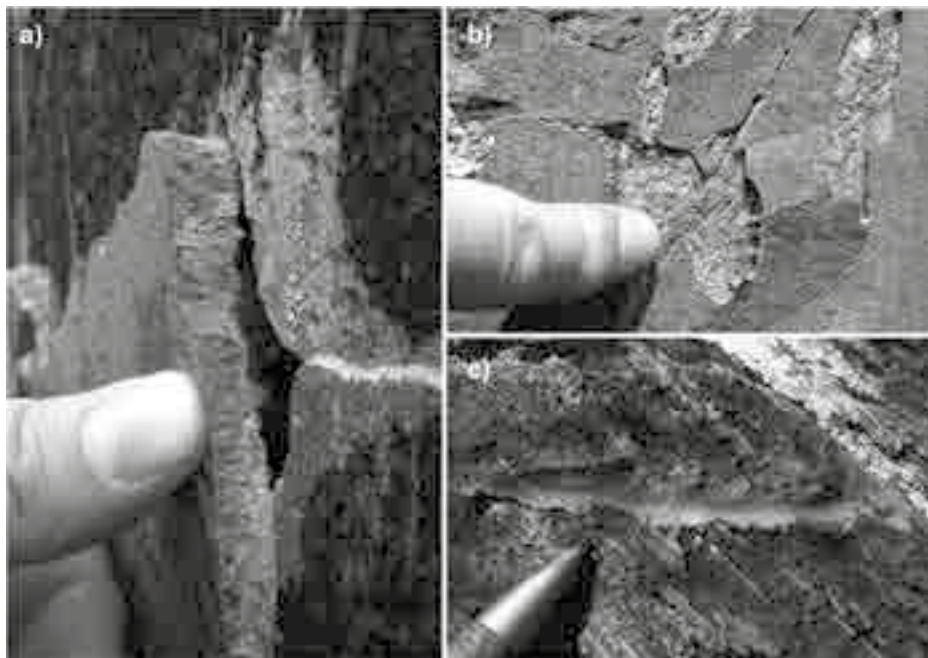


Fig. 4 – Exemplos extremos de erosão diferencial nas superfícies de diáclase: a) Perda de placas com escala centimétrica; b) Perda de placas à escala milimétrica; c) Preservação de sulco gravado por abrasão com destruição da superfície de diáclase não gravada (Quinta da Barca 29).

pouco conhecido em metassedimentos, que terá origem durante o processo de compressão, ao criar um plano que se irá fragilizar pela dissolução de minerais ao longo da sua superfície. Já a perda de placas à escala milimétrica terá uma origem distinta (fig. 4b). Tendo em conta que os processos de erosão provocam a formação de cimentos com componentes como a sílica, que endurecem por vezes superficialmente a rocha (Pope, 2000), propôs-se que este processo de formação de películas sílico-metálicas, que ocorre após a exposição das diáclases, seja responsável pela preservação destas superfícies e das representações nelas inscritas (Zilhão, 1995; Dorn, 1997; Pope, 2000; Chauvière et al., 2009). A perda destas placas com espessura milimétrica derivará assim do diferencial de consistência entre a superfície exterior do painel, que se encontra sob a influência destas películas, e a parte interior. Nenhum destes processos poderá ser confundido com a perda de volumes motivada pela proximidade de duas diáclases subparalelas.

As películas identificadas nas superfícies de diáclase do Vale do Coa em lâminas delgadas, compostas por sílica e alumínio (Dorn, 1997), mas também argila, ferro e titânio (Chauvière et al., 2009), foram interpretadas como sendo formadas através da migração destes elementos desde o interior do afloramento para a superfície do painel, atuando como um verniz que preserva a superfície e a arte

nela inscrita. Sendo assim, poderíamos ser levados a supor que a gravação, operando uma remoção desta película, aceleraria a erosão das superfícies. Este parece ser aliás um dos fundamentos do método de datação da microerosão (Bednarik, 1995). Para além da microerosão não se operar a um ritmo regular e não ser diretamente correlacionável com o tempo (Pope, 2000), o ato de gravação, ainda que removendo a película, reinicia o processo da sua formação. Esta é a base do método de datação direta das partículas de matéria orgânica capturadas no seu interior, tentado sem êxito no Vale do Coa, em virtude destas formações serem contextos abertos (Zilhão, 1995; Watchman, 1996; Dorn, 1997).

Pelo contrário, no caso da abrasão, a própria ação de gravação poderá concorrer para a preservação das superfícies gravadas. Esta abrasão poderá alterar a microestrutura da rocha, tornando-a mais compacta ou endurecendo-a com uma camada polida (Pope, 2000). O autor citado não teve oportunidade de identificar qualquer exemplo destes no Vale do Coa, no entanto, na rocha 29 da Quinta da Barca, a área da superfície da diáclase não gravada encontra-se fortemente degradada, por oposição aos traços gravados por abrasão, que ainda se preservam e se elevam já por vezes acima do nível da restante superfície degradada (fig. 4c).

O contacto com a biosfera pode provocar erosão preferencial através da dissolução da sílica ou desagregação de componentes alterados, como os feldspatos formando superfícies rugosas. Outras alterações minerais incluem a formação de microcavidades devido à dissolução de sílica e desaparecimento de minerais alterados como a biotite ou a granada, conhecida por *pitting* ou picadura (Rodrigues, 1999; Chauvière et al., 2009).

2.4.2. Colonização biológica

A ação de líquenes e organismos endolíticos, que colonizam a superfície ou o interior da superfície rochosa, interagindo com ela, é a principal causa de biodeterioração (Adamo e Violante, 2000; Syers e Iskandar, 1973). Este processo de erosão biótica, baseada na interação líquen-substrato, ocorre sob as formas física, que resulta da ação mecânica dos talos e hifas dos líquenes na rocha e causa a desagregação e fragmentação das superfícies sobre as quais atuam (Adamo e Violante, 2000), e química, resultante de processos de dissolução ou precipitação e da formação de novos minerais, tais como os ácidos oxálicos, carbónicos e outros (Doehne e Price, 2010). Foi determinada uma sucessão ecológica na colonização das superfícies rochosas, que se desenvolve em sete estádios, iniciando-se com a colonização bacteriana, seguida pelos fungos, algas, líquenes, briófitas e finalmente plantas vasculares (Caneva, Nugari e Salvadori, 1991). Após a colonização líquénica, as briófitas, nomeadamente os musgos, continuam o processo de biodeterioração, contribuindo para os mesmos mecanismos biogeofísicos e biogeoquímicos (Altieri e Ricci, 1997; Herrera et al., 2004).

As colonizações biológicas são o resultado de um vasto conjunto de fatores relacionados com o clima (temperatura, humidade, radiação solar, precipitação e pressão atmosférica), a orientação das superfícies (água das chuvas, exposição à luz, direção dos ventos), o suporte (textura, porosidade, permeabilidade, dureza e nutrientes) e a qualidade do ar. De entre estas variáveis, a climática (sobretudo a microclimática) conjugada com a orientação das superfícies são fundamentais. Daqui resulta que variações de pequena escala em termos de humidade e radiação solar tenham grande impacto no crescimento dos líquenes (Rattazzi e Romão, 1994).

Com vista a uma avaliação direta do estado das diáclases medidas, foi realizada uma classificação macroscópica da sua erosão superficial seguindo as quatro fases propostas para a evolução dos suportes gráficos da região (Chauvière et al., 2009). Descreveu-se igualmente o estado de biodeterioração de 253 painéis ao longo de três perfis topográficos, através do registo da percentagem da colonização superficial líquénica e a presença ou ausência de colonização briofítica.

Os três cortes foram realizados no Vale do Forno (afluente do Coa), Vale do José Esteves (afluente do Douro) e Fonte Frieira (margem do Coa), todos com uma direção NW-SE e atravessando os cursos de água. Em todos eles se verificou que as superfícies expostas a NW apresentam um maior grau de degradação e biodeterioração (fig. 5). Os painéis com esta orientação apresentam uma per-

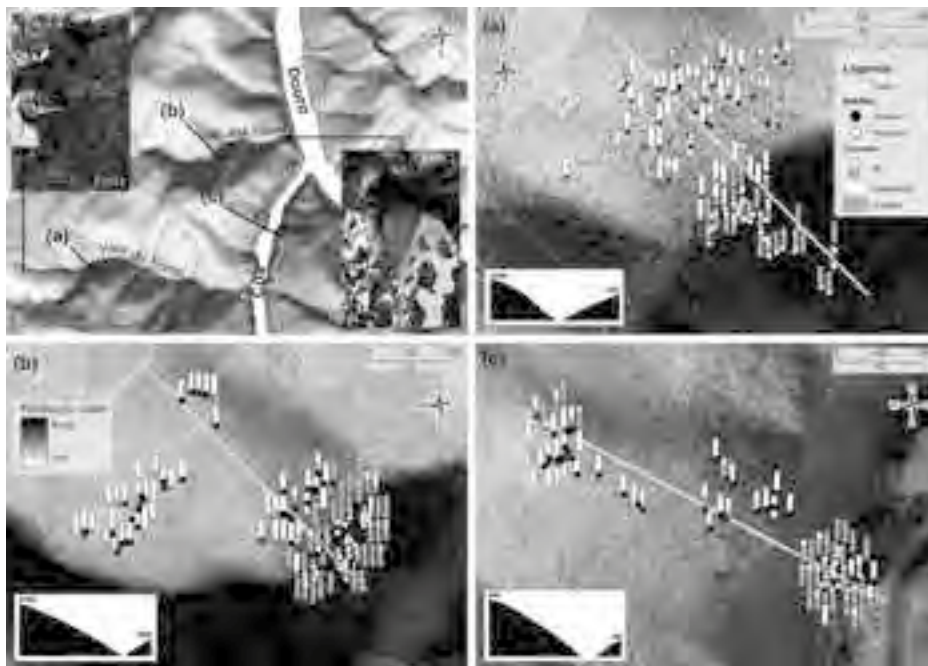


Fig. 5 – Conservação das superfícies de painéis rochosos em relação com a radiação solar e a colonização líquénica e briofítica ao longo de três cortes: Vale do Forno (a); Vale do José Esteves (b); Fonte Frieira (c); Exemplos de colonização por briófitas e líquenes numa zona umbria (foto 1) e ausência de colonização líquénica numa área totalmente sombreada em vertente umbria (foto 2) (apud Aubry, Luís e Dimuccio, 2012).

centagem de cobertura líquénica superior aos da vertente oposta, verificando-se igualmente uma maior colonização de briófitas (sobretudo musgos).

De entre os fatores que influenciam o crescimento líquénico, a qualidade do ar e o suporte (painéis de xisto subverticais) são considerados invariáveis na presente análise. No entanto, tal não é o caso do clima e da orientação das superfícies. O Baixo Coa integra a província climática de tipo continental do «Alto Douro» e «Beira Interior» (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1994), caracterizada por verões quentes e secos e uma precipitação inferior a 500 mm anuais no outono, inverno e primavera (Ribeiro, Lautensach e Daveau, 1994). Neste quadro geral, verificam-se, contudo, pequenas variações microclimáticas, nomeadamente ao nível das vertentes umbrias e soalheiras, em vales profundamente encaixados, que provocam reconhecidas variações em termos de humidade relativa e exposição solar, com necessárias implicações ao nível da flora (Ayyad e Dix, 1964; Adamson et al., 2013) (fig. 6). Contudo, mesmo ao nível das vertentes umbrias, a colonização biológica requer um mínimo de radiação solar e de precipitação. É por esta razão que em alguns painéis cobertos de líquenes surgem áreas não colonizadas em superfícies abrigadas e, em consequência disso, altamente sombreadas e protegidas do impacto direto da precipitação (fig. 5, fotos 1 e 2). Estes dados sugerem que, apesar de corresponderem à mesma direção tectónica, existem condições distintas de preservação nas superfícies expostas a SE, em relação às expostas a NW, e que a atual distribuição da arte rupestre do Coa se encontra condicionada

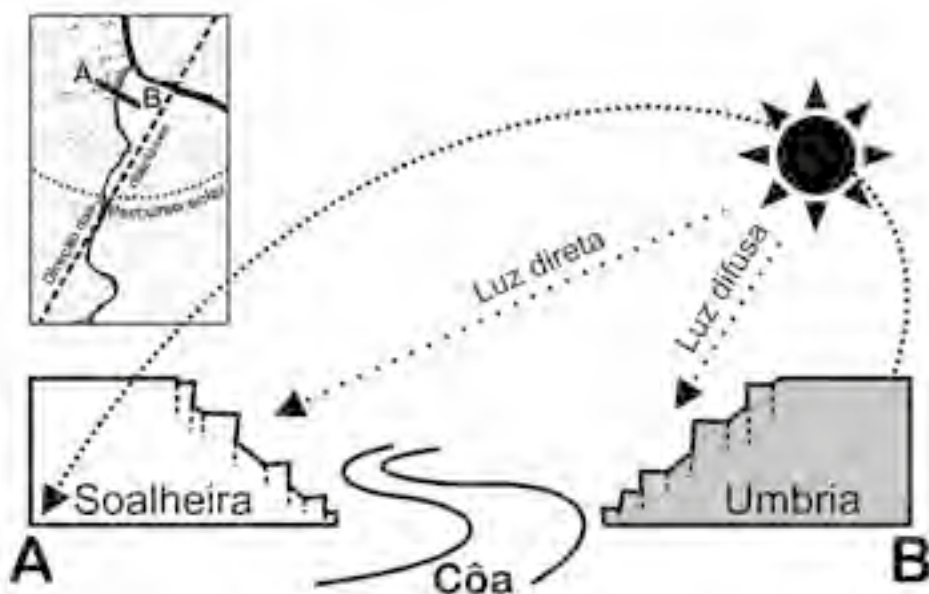


Fig. 6 – Esquema explicativo da orientação das vertentes em relação à direção dominante das diáclases, dos cursos de água e da exposição solar (adaptado de Marciente, 2010).

por esta preservação diferencial, concluindo-se que a erosão diferencial documentada⁴ «is dependent on patterns of solar radiation, humidity, and resulting lichen and bryophyte colonisation operating at the individual valley scale», salientando-se a importância das variações à microescala, relativas à microtopografia de cada painel (Aubry, Luís e Dimuccio, 2012, p. 864-865).

Entretanto, tem-se vindo a realizar um importante estudo da colonização líquénica do Baixo Coa e do seu eventual impacto na conservação das suas superfícies de diáclase, que identificou já uma nova espécie para a ciência e o primeiro registo de três outras no continente europeu (Marques, Schultz e Paz-Bermúdez, 2013).

Este estudo vem responder a três questões que já abordáramos. Em primeiro lugar, confirma-se a existência de variações microclimáticas à escala dos vales e das superfícies de diáclase, entre as orientadas para NW (mais húmidas) e as orientadas para SE (mais expostas ao sol e com temperaturas mais elevadas) (Marques et al., 2013, table 8.2.15);

Em segundo lugar, estabelece-se uma relação entre a orientação da vertente e a colonização líquénica e briofítica (Marques et al., 2014, p. 204). Todavia, resultados deste estudo, classificados como preliminares, concluem que não se encontra suficientemente provado que os líquenes sejam os responsáveis pela erosão diferencial das superfícies gravadas no Vale do Coa (Marques et al., 2013). Baseando-se no estudo de quatro espécies, reconhece-se que a deterioração física será mais acentuada nas superfícies orientadas para NW, ocupada por espécies mais agressivas e com hifas mais profundas. No entanto, propõe-se que a degradação química seja superior nas superfícies orientadas para SE (Marques et al., 2013, p. 293). A maior importância da erosão química das três espécies de líquenes da amostra estudada sobre superfícies orientadas para SE é justificada pela maior presença de cálcio di-hidratado (*weddellite*) no interface com a rocha (Marques et al., 2012, p. 280-281), o que sugere uma maior erosão nas superfícies com esta orientação, presumindo que o cálcio tenha origem na própria rocha e não em qualquer outra fonte. No entanto, o estudo também conclui que «the amount and composition of acids produced by lichens is also species-specific and is usually accounted for their species-specific rock weathering action. The narrow range of metal-organic by-products of lichen action is nevertheless somewhat below expected and limited to calcium oxalates at the lichen-rock interface of three of the four studied species.» (Marques, 2013, p. 302).

⁴ Recorrendo à escala definida por Chauvière et al., 2009 (tab. 7.3.1), entre 1 (conservada) a 4 (alteração total), avaliámos o estado de conservação das superfícies documentadas, excluindo superfícies de exposição recente, abrigadas e cobertas por quartzo. Dessa avaliação resulta que 599 diáclases expostas a SE apresentam uma média de 2,2 (com um desvio padrão de 0,99), enquanto 326 expostas a NW têm uma média de 3,25 (desvio padrão de 0,8).

Marques et al. não negam, no entanto, a existência de uma conservação diferencial nas superfícies de diáclase voltadas a NW, mas consideram que existe fraco suporte para imputar aos líquenes a responsabilidade por esse facto. Pelo contrário, constataram que as briófitas apresentam uma maior riqueza nas superfícies voltadas a NW (30 espécies contra 16) (Marques et al., 2014, p. 202 e table 3) (fig. 5), onde cobrem também uma percentagem maior das superfícies (60 contra 10%), considerando que a cobertura líquénica se equivale em ambas as orientações (60%) (Marques et al., 2014, p. 203)⁵. Ainda assim, entre os líquenes incrustantes que colonizam as superfícies orientadas a NW, foi registada a ocorrência de espécies precursoras na colonização, bem adaptadas à sombra e humidade, que funcionam como retentoras de água, criando nichos e abrindo cavidades, onde a terra se acumula, favorecendo a posterior colonização por espécies perenes, como os líquenes foliosos e fruticulosos e as briófitas, que se encontram quase totalmente ausentes das superfícies voltadas a SE (Marques et al., 2014, p. 203). Em conclusão, os autores consideram plausível a relação entre conservação diferencial e os diferentes padrões de ocorrência de briófitas e líquenes entre vertentes umbrias e soalheiras, embora não de uma forma direta.

Em terceiro lugar, para além da orientação das superfícies, afirma-se a existência de fatores diferenciadores a uma escala mais reduzida, dentro do contexto geral (Marques et al., 2014, p. 204; 2015, p. 1812). Entre estes fatores, referem-se diferenças ao nível dos sítios, defendendo que orientação das vertentes não é necessariamente coincidente com a orientação das superfícies de diáclase, o que provocará variações climáticas ao nível de cada vale (Marques et al., 2014, p. 204), como já por nós acima explicitado. Sugere-se também eventuais diferenças ao nível da própria rocha, que afetarão a sua biorecetividade (Marques et al., 2014, p. 204), embora todas as áreas estudadas se integrem na mesma formação geológica (Desejosa), restando apenas eventuais diferenças de litotipos. Finalmente constatou-se de forma experimental a importância da erosão prévia para biorecetividade das superfícies à colonização biológica, facto relacionado com um aumento da porosidade e capilaridade das superfícies (Marques et al., 2015, p. 1808 e 1812).

A colonização biológica sobre rocha depende de dois tipos de fatores: as propriedades do substrato, com implicações na sua biorecetividade, e os fatores ambientais (Adamson et al., 2013, p. 357). A arte paleolítica do Vale do Coa situa-se maioritariamente na formação de Desejosa, com a exceção de dois sítios na Formação de Pinhão, que trataremos adiante, e um outro localizado em granitos. Salvo estas diferenças, a que adiante nos referiremos, a diferença observada na

⁵ Para além da percentagem de cobertura, também a sua uniformidade varia consoante a orientação das superfícies (*apud* Adamson et al., 2013, p. 358).

conservação das superfícies rochosas em vertentes opostas não pode ser fundamentada em diferenças substanciais do substrato (salvo variações de litotipos sem relação com o relevo atual). Sendo assim, se as suas propriedades são semelhantes, restam os fatores ambientais para explicar essa diferença. Esses fatores baseiam-se num diferencial de exposição à luz solar e consequentes temperatura e humidade relativa. Ora, quantidade e disponibilidade de humidade são os principais fatores para a velocidade a que uma superfície é colonizada, facto que é particularmente verdadeiro nas superfícies verticais (como é o caso do Vale do Coa), onde a precipitação tem um menor impacto direto na rocha e se escoia rapidamente (Adamson et al., 2013, p. 358). A água e a luz são assim as duas variáveis fundamentais no estado de conservação da arte do Coa. Essa influência poderá exercer-se diretamente sobre as superfícies, ou indiretamente, sobre a colonização biológica. Se se desconhece o impacto da luz solar na conservação direta das superfícies de diáclase do Vale do Coa, foi já defendido que a água terá um impacto negligenciável (Rodrigues, 2003). Quanto ao impacto indireto, não temos razões para crer que o Vale do Coa contrarie o axioma amplamente aceite de que o crescimento biológico varia com a orientação do substrato e de que, no hemisfério norte, o crescimento biológico mais luxuriante se verifica nas superfícies voltadas a norte (Adamson et al., 2013, e referências nas p. 357-358). Os líquenes não são os únicos, nem eventualmente os principais responsáveis, mas apenas mais um passo neste processo de transformação diferencial da rocha em solo nas distintas vertentes. Por outro lado, os padrões atuais da distribuição dos líquenes e briófitas e líquenes não podem ser considerados os diretos responsáveis por toda a história de erosão das superfícies do Vale do Coa, uma vez que têm um tempo de vida máximo de algumas centenas de anos⁶ (Marques et al., 2014, p. 204). Contudo, partindo do pressuposto «atualista», os padrões da colonização biológica atual são uma aproximação do que tem vindo a acontecer durante pelo menos todo o Holocénico, pois as superfícies voltadas a SE sempre tiveram melhor exposição solar do que as superfícies orientadas para NW, que foram sempre mais húmidas.

2.4.3. Alguns momentos do processo erosivo na arte do Coa

Entendemos a erosão das superfícies rochosas como um processo contínuo de transferência de energia (Hall et al., 2012), que começou com a exposição das superfícies, antes da gravação da arte, e continua e continuará inexoravelmente. O ritmo desse processo, que radica nas características intrínsecas da rocha, poderá ser intensificado ou desacelerado por variações ambientais que importa compreender.

⁶ Esta constatação nega as pretensões de datação da arte do Coa por “liquenometria” (Abreu e Bednarik, 2000; Fernandes, 2007, p. 90)

É possível contudo identificar momentos distintos da degradação mecânica e biótica observada em alguns painéis gravados a partir da sua observação. A degradação mecânica iniciou-se ainda antes da primeira fase de gravação da arte do Coa, uma vez que o mesmo processo de *toppling* dá origem à contínua exposição e também ao desmantelamento das superfícies de diáclase. Exemplos como a rocha 3 da Penascosa documentam este fenómeno em momentos anteriores à primeira fase de gravação. Esse painel é composto por dois planos distintos da mesma diáclase, ambos gravados com gravuras estilisticamente semelhantes. O facto de nenhuma linha gravada ocupar simultaneamente os dois planos implica que já estivessem separados antes do momento da gravação (fig. 7c). Este processo continua hoje e continuará.

Torna-se mais difícil datar o início da ação da colonização líquénica a partir dos painéis atualmente disponíveis. Em primeiro lugar, tanto a rocha 1 do Fari-seu, parcialmente coberta por sedimentos desde o final do Plistocénico, como um seu fragmento deslocado da sua posição original há mais de 18 000 anos (Aubry, Santos e Luís, 2014) não apresentam quaisquer vestígios de erosão por colonização biológica. Dois outros painéis localizados no Vale de José Esteves com arte Tardiglaciária fornecem-nos algumas pistas suplementares. O painel 16 era, até à realização do nosso trabalho, o único painel conhecido na vertente exposta a NW com motivos paleolíticos⁷, por oposição à margem oposta, onde se conhecem

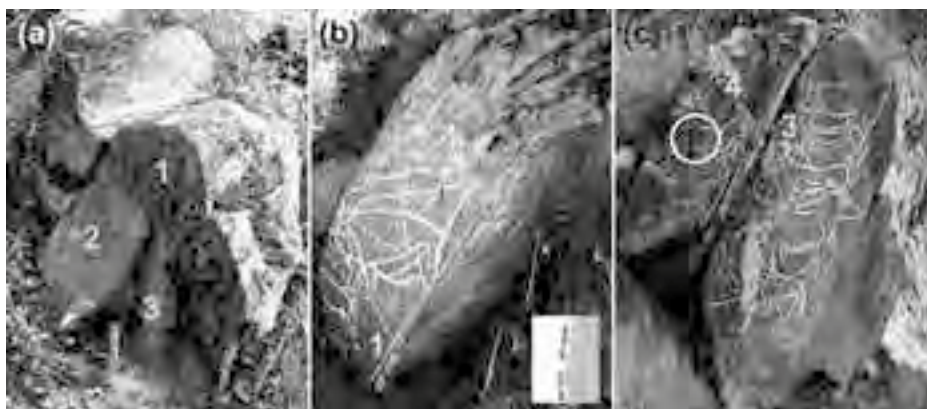


Fig. 7 – Exemplos de degradação diferencial das superfícies de diáclase na Penascosa: a) Painel não gravado formado por duas diáclases com inclinações distintas, uma próxima da verticalidade (1) e outra subvertical (2), notando-se o diferente grau de colonização líquénica entre ambas, e ausência total de colonização na área abrigada (3); b) Rocha 4 formada pela conjugação de duas diáclases com inclinações distintas, notando-se uma erosão diferencial da superfície e dos traços gravados entre a área subvertical (2) e a próxima da verticalidade (1); c) Rocha 3 formada por duas superfícies da mesma diáclase com a mesma atitude, uma delas avançada em relação à outra por *toppling* (4), registando-se uma acentuada erosão da superfície na zona superior esquerda fortemente colonizada (círculo) e uma melhor preservação da superfície e traços gravados na zona abrigada pelo bloco avançado (3).

⁷ Até então, conhecia-se apenas um segundo painel localizado nesta vertente, este com motivos sidéricos e idêntica natureza abrigada.

61 painéis gravados. Trata-se de um painel único, não só pela sua localização singular, mas por se tratar de um abrigo formado por uma grande laje de xisto que basculou da sua posição original, que cobre hoje, em grande medida, o painel inscrito, com a exceção da sua extremidade esquerda (fig. 8). Sob a superfície coberta, que se apresenta em bom estado de conservação, identifica-se o revestimento sílico-metálico que cobre todas as figuras, tanto paleolíticas como sidéricas. Pelo contrário, as gravuras localizadas na zona não abrigada, caracterizadas por signos triangulares gravados por finas incisões e um cervídeo estriado, apresentam um elevado grau de deterioração, manifestada pela destruição da película sílico-metálica e a formação de cavidades que cortam os motivos tardiglaciares (fig. 8a). À época da descoberta e levantamento deste painel, esta área encontrava-se fortemente colonizada por musgos⁸.

Este padrão foi corroborado com a identificação, durante os nossos trabalhos de campo, de um segundo painel com motivos paleolíticos na mesma margem, a montante do n.º 16, a que foi entretanto atribuído o número 65. Trata-se uma

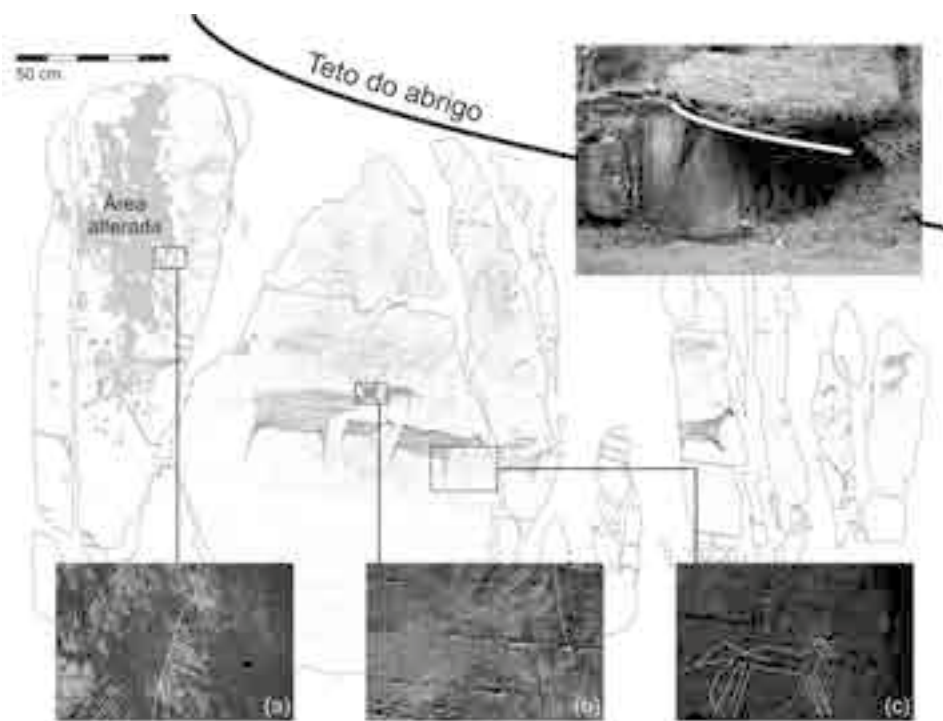


Fig. 8 – Vale de José Esteves 16 parcialmente protegido por um abrigo rochoso (levantamento de Fernando Barbosa em Baptista, 2009): a) com o exemplo de um motivo tardiglacial afetado por degradação; b) veado tardiglacial não degradado; c) cervídeo da Idade do Ferro não degradado.

⁸ Informação de André Santos que participou nos primeiros trabalhos de decalque deste painel.

vez mais de um dos únicos painéis identificados nesta zona umbria que não se apresenta colonizado por líquenes ou briófitas, pois situa-se na base de outro abrigo rochoso.

Em ambos os casos, a topografia do painel explica porque é que algumas superfícies das vertentes expostas a NW ficaram protegidas da biodeterioração, ao reduzir drasticamente a luz solar na superfície e o seu contacto direto com a precipitação, dificultando a colonização biológica.

Perante a situação observada, duas hipóteses se podem levantar ao nível da cronologia da degradação observada. Podemos supor que superfícies com bom estado de conservação estivessem disponíveis (e fossem gravadas) desde a fase artística mais antiga do Vale do Coa nas vertentes expostas a NW, tendo entretanto sido degradadas. Em alternativa, poderemos ser levados a concluir que após 12.000 BP, a maioria dos painéis destas vertentes umbrias tenha visto a sua superfície degradada, destruindo as representações que neles pudessem existir e impossibilitando a continuação da sua gravação. Tendo em conta o exemplo do painel Vale de José Esteves 16, a hipótese mais verosímil situa-se entre os dois extremos. Na área mais degradada da superfície deste painel, que se encontra desprotegida pela laje de cobertura, os motivos tardiglaciares encontram-se parcialmente destruídos, implicando que a degradação desta área do painel ocorreu necessariamente após a sua gravação, isto é, após o final do Plistocénico. Por outro lado, o facto das superfícies decoradas com motivos sidéricos, identificadas nas imediações, evitarem e se circunscreverem pelas áreas degradadas ou fortemente colonizadas por líquenes, sugere que um dos momentos da degradação superficial das diáclases por colonização biológica, tenha ocorrido durante o Holocénico inicial e médio, prosseguindo ainda hoje⁹.

A partir desta nossa conclusão, Fernandes (2014, p. 102) imputa-nos a afirmação de que não teria existido degradação das superfícies rochosas antes do final do Paleolítico Superior, não se apercebendo de que esta afirmação é relativa a motivos da arte paleolítica tardiglaciária (Aubry et al., p. 862-863). A arte paleolítica pré-magdalenense não foi tratada no primeiro texto, uma vez que na área de estudo então tratada não se conhece nenhum exemplo de arte pré-magdalenense. Contudo, o leitor era então remetido para um outro artigo (Aubry et al., 2010), onde se afirma que os dados paleoambientais e o contexto sedimentar indicam que esta primeira fase da arte paleolítica apenas se preservou durante o último Máximo Glaciar porque esteve, e alguma dela ainda estará, coberta por depósitos aluviais e coluviais. Consideramos por isso que essa primeira fase artística sofreu um processo de degradação anterior ao Tardiglaciário muito mais intenso,

⁹ Para esclarecer esta questão seria ainda importante determinar se a laje que cobre parcialmente o painel teve sempre a configuração atual ou se será fragmentado após a gravação (e em que momento).

de natureza periglacial, atestado pela cobertura da rocha 1 do Fariseu por uma camada composta por plaquetas crioclásticas, datada de c. de 18.500 BP (Mercier et al., 2006). Para além de não considerarmos que existe apenas um motivo para a degradação das superfícies, também não consideramos que exista apenas um momento. A degradação das superfícies rochosas é um processo dinâmico e contínuo, que se vai modificando em função da variação das condições ambientais. Compreender os processos naturais de degradação da arte rupestre ao ar livre será compreender essa dinâmica e esse processo.

3. VERIFICAÇÃO DE UMA HIPÓTESE

Definida a biografia das rochas do Coa, desde a formação da rocha precursora até à degradação das superfícies de diáclase contendo inscrições, conseguimos perspetivar as variáveis em causa na formação e preservação destas superfícies. No presente trabalho salientamos duas variáveis, a tectónica, que define a direção da exposição dos painéis, e a exposição solar, que terá um papel fundamental na preservação diferencial das suas superfícies.

Para testarmos estas variáveis desenvolvemos um modelo preditivo. Os modelos preditivos são uma metodologia com origem na década de 70 nos domínios da geologia e geografia, que têm vindo a ser igualmente aplicados na arqueologia e património (Verhagen, 2007). Foram desenvolvidos inicialmente por agências governamentais norte-americanas incumbidas de gerir recursos em vastas áreas e com poucos dados conhecidos, que a ela recorreram com vista à predição da localização de sítios arqueológicos, baseada na prospeção de áreas reduzidas (Judge e Sebastian, 1988). Os modelos preditivos projetam os padrões determinados pelos dados conhecidos para tempos e espaços desconhecidos (Warren e Asch, 2005) e radicam no princípio ecológico da «Nova Arqueologia», que define que os padrões de ocupação humana são em grande medida determinados por fatores ambientais (Verhagen, 2007), e no facto destas variáveis continuarem, ainda que indiretamente, a influenciar os dados ambientais atuais (Warren e Asch, 2005). Estes modelos podem basear-se em dois tipos de informação, seja em teoria acerca da distribuição dos dados arqueológicos, sendo neste caso dedutivos; ou fundamentarem-se na observação empírica, sendo indutivos (Wheatley e Gillings, 2002). Na realidade, ambas as perspetivas podem ser complementares (Verhagen, 2007; Wheatley e Gillings, 2002).

No presente estudo seguimos uma metodologia indutiva, estribando-nos na distribuição conhecida das ocorrências de arte rupestre identificadas na região ¹⁰.

¹⁰ Base de dados do Parque Arqueológico do Vale do Coa, fruto dos trabalhos de muitos prospectores e que nos últimos anos tem estado a cargo de Mário Reis (2012b, p. 28-30).

Ao contrário da versão anterior (Aubry, Luís e Dimuccio, 2012), desta feita, integramos no modelo apenas as rochas gravadas com motivos paleolíticos. De entre estas, foram uma vez mais retirados todos os painéis que se encontram submersos pela albufeira do Pocinho, uma vez que desconhecemos a topografia dessas áreas, bem como todos os registos que não se inscrevem em superfícies de diáclase *in situ* (placas de arte móvel e painéis desagregados). Em virtude da resolução do modelo ser de 10 metros e de alguns painéis se encontrarem a distâncias inferiores entre si, do total de 460 painéis que integravam inicialmente a nossa base de dados, constam no modelo apenas 417 ocorrências de arte rupestre paleolítica.

Como atrás referido, se na primeira versão do modelo (CPFP 1) nos restringimos à zona da foz do Coa, numa área de cerca de 20 km² (fig. 3a), tendo realizado a validação externa numa área adjacente para sul, de igual dimensão (fig. 3b) (Aubry, Luís e Dimuccio, 2012). Neste trabalho, pelas razões apresentadas, aplicamos o modelo a uma área mais vasta, de cerca de 400 km² (fig. 3). Este facto motivou uma alteração de resolução no modelo digital de terreno (MDT) que lhe serviu de base, que, passou de uma resolução espacial de 5 × 5 m para 10 × 10 m por *pixel*.

O MDT gerado foi utilizado para gerar as quatro variáveis escolhidas a partir do trabalho de campo, e que serviram de base ao modelo: *a*) inclinação da vertente, *b*) orientação da vertente, *c*) radiação solar e *c*) custo ponderado da distância aos cursos de água. A influência da inclinação da vertente na exposição e conservação dos painéis gravados está claramente relacionada com a influência da tectónica regional e, em alguns casos, com a ocorrência de deslizamentos de terras. A orientação da vertente concorre para estes mesmos fatores, a que acresce o controlo da temperatura e humidade, que condiciona o tipo e grau de erosão superficial das superfícies expostas. A radiação solar foi calculada ao longo de um ano (2012) da forma já anteriormente descrita (Aubry, Luís e Dimuccio, 2012). Finalmente, a quarta variável, a distância ponderada aos cursos de água foi escolhida em virtude de a distribuição da arte rupestre observada ter revelado uma clara proximidade dos cursos de água, que, por sua vez, são condicionados pela mesma tectónica que determina a exposição das superfícies de diáclase.

Estas variáveis foram posteriormente avaliadas, consoante a sua importância relativa, para explicar a distribuição e conservação dos painéis gravados através de uma metodologia também já descrita (Aubry, Luís e Dimuccio, 2012).

Na primeira versão do modelo, a área de estudo foi dividida em duas para que os seus resultados pudessem ser validados externamente. Assim, com base nestas variáveis e no seu respetivo peso foi desenhado um mapa do Modelo Preditivo para a Formação e Preservação dos Painéis do Coa (CPFP 1) (Aubry, Luís e Dimuccio, 2012, fig. 11). Este modelo não nos diz onde existe arte rupestre. Ele discrimina as áreas onde há maior ou menor probabilidade de existirem superfí-

cies de diáclase expostas e preservadas. Dependerá da ação humana a inscrição ou não de grafismos nos painéis assim identificados. Na área do primeiro modelo identificámos 11,2% da área do território analisado como tendo Muito Alta probabilidade de apresentar painéis expostos e com as respetivas superfícies preservadas, 12,1% Alta, 16,7% Moderada, 40,5% Baixa e 19,5% Muito Baixa. Os valores Alto e Muito Alto do modelo localizam-se nas margens esquerda dos rios Coa e Douro, em encostas voltadas a SE, numa consequência lógica da estrutura tectónica regional e da posterior ação diferencial da humidade e colonização biológica sobre as superfícies localizadas em zonas umbrias.

A realidade assim determinada apresentou um nível de conformidade de 80% com a realidade arqueológica conhecida. Mais relevante ainda do que este grau de conformidade na área da definição do modelo foi a definição de um mapa de validação externa, isto é, numa área cujos dados arqueológicos não serviram para a definição e classificação das quatro variáveis utilizadas, e que apresentou um nível de conformidade de 70% com o registo arqueológico conhecido (Aubry, Luís e Dimuccio, 2012, fig. 12). Este segundo mapa identificou amplas áreas na margem esquerda onde não se identificou arte rupestre até ao momento. Vários vales na margem direita, mais distantes do rio, apresentam potencial elevado, que, com raras exceções (Vale dos Namorados), não foram ainda prospetados.

Finalmente, de forma a verificar a validade do modelo de forma prática, foi realizada uma verificação no campo de algumas das zonas definidas pelos mapas do modelo e da validação externa como tendo Alta ou Muito Alta probabilidade de apresentarem painéis preservados. Foram escolhidas três áreas, duas na zona do modelo (Cascalheira e Canada da Moreira jusante) e uma na da validação (Vale de Iegas). Em todos os locais avaliados foi possível identificar novos painéis com grafismos preservados. Na Cascalheira foram identificados 20 novos painéis gravados (15 com motivos da Idade do Ferro, 3 históricos e 2 paleolíticos)¹¹, na Canada da Moreira (jusante) 5 novos painéis gravados (4 da Idade do Ferro e 1 histórico) e no Vale de Iegas 5 novos painéis gravados (4 provavelmente paleolíticos e 1 sidérico).

Na produção do modelo agora apresentado (CPFP 2) foram atribuídas classificações (*ratings*) às categorias ou classes de cada variável em análise baseado na sua relação espacial com a ocorrência de arte rupestre (isto é, a razão entre a frequência de ocorrência de pixéis com arte rupestre e a não ocorrência desses mesmos pixéis), como mostrado no quadro 2 e já anteriormente descrito em detalhe (Aubry, Luís e Dimuccio, 2012). Cada variável foi posteriormente ponderada utilizando o método qualitativo da matriz de comparação de pares (*pair-wise*

¹¹ Este sítio foi entretanto alvo de uma prospeção mais intensiva, registando-se entretanto um total de 31 painéis gravados, 6 deles com motivos paleolíticos e 21 da Idade do Ferro, entre outros (Reis, 2014).

comparison matrix) (Saaty e Vargas, 2001; Saaty, 1990, 1994), tendo sido utilizados os mesmos pesos atribuídos na primeira versão do modelo (Aubry, Luís e Dimuccio, 2012, table 2), a saber, 101 para declive e orientação das vertentes, 11 para radiação solar e 1 para distância aos cursos de água.

O atributo de cada *pixel* para o modelo CFPF 2 foi obtido recorrendo à seguinte equação: $\sum r_i w_i$, sendo r_i a classificação das categorias de cada variável (*rating*) e w_i o peso atribuído a cada variável (*weight*). Este modelo apresenta a suscetibilidade relativa de cada *pixel* da área do modelo para a formação e preservação de painéis gravados. Foi utilizada uma classificação por intervalos naturais, que identifica os pontos onde se verificam grandes saltos nos valores, maximizando as diferenças entre classes, agrupando os valores do modelo em cinco classes de suscetibilidade (Muito Baixa, Baixa, Moderada, Alta e Muito Alta). O resultado final foi um mapa em formato *raster*, com uma resolução de 10×10 m por *pixel* (fig. 9).

A maioria da área do modelo apresenta valores Baixos (33,8%) e Muito Baixos (37,7%), seguidos pelos valores Moderados (13,8%) e Altos (13,5%). Os valores Muito Altos restringem-se a 1,2% da área do modelo (fig. 10). Como previsto e já identificado no modelo anterior, os valores Altos e Muito Altos situam-se sobretudo na margem esquerda do Coa e Douro, após a confluência entre ambos, mas também na mesma margem das ribeiras de Piscos, Aguiar e Massueime, como uma consequência lógica da estrutura tectónica e da organização do encaixe quaternário subsequente. Ora, comprovando que não se trata de uma questão de margens, verificamos que a margem direita do Douro apresenta uma notável densidade de áreas com grande potencial em termos de localização de superfícies preservadas no troço entre a



Fig. 9 – Mapa do modelo de formação e preservação dos painéis do Coa (CFPF 2), com indicação das áreas de verificação da Ribeira da Volta (A) e Ribeira de Piscos montante/Casa do Muro (B). A área tracejada corresponde às formações geológicas onde até à data não foram identificados motivos paleolíticos inscritos em superfícies de diáclase.

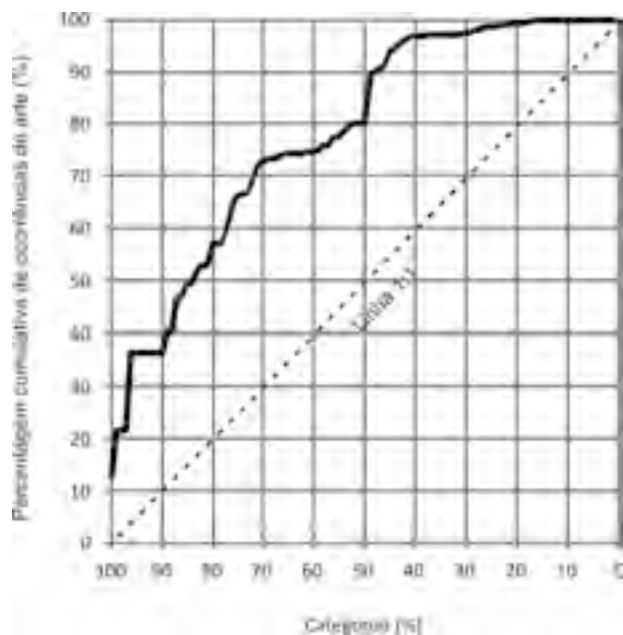


Fig. 10 – Curva da taxa de sucesso mostrando a percentagem cumulativa da ocorrência da arte rupestre paleolítica explicada pelo modelo CPPF 2.

estação de Almendra e a foz do rio Coa, assim como após o meandro do Monte Meão. Mas as áreas com elevado potencial não se restringem às margens dos principais cursos de água. Afastando-nos destas zonas, verificamos que as vertentes com grande declive que comportam uma direção NE-SW e apresentam uma boa exposição solar para SE são assinaladas como tendo elevada suscetibilidade de apresentar superfícies de diáclase expostas e com as suas superfícies preservadas, isto é, passíveis de preservarem vestígios artísticos.

Os dados arqueológicos (ocorrências de arte rupestre) foram utilizados para avaliar o modelo, tendo-se calculado o valor de todos os pixels na área do modelo, que foram comparados

com os pixels de arte rupestre, possibilitando o desenho de uma curva da taxa de sucesso (fig. 10). Este tipo de curva, que resulta da tabulação cruzada entre os mapas do modelo e da arte rupestre, é utilizado para avaliar o grau de ajustamento do modelo. Assim, as áreas por baixo da curva são utilizadas para determinar quantitativamente a concordância respetiva. Os valores de todos os pixels do modelo são ordenados por ordem decrescente e divididos em 100 com intervalos cumulativos de 1%. A taxa de sucesso do modelo corresponde a 80%.

Como atrás referido, na primeira versão do modelo não foi incluída a variável formação geológica (litologia). Esta escolha justificou-se então pelo facto de toda a arte aí incluída, bem como a esmagadora maioria da área coberta pelo modelo, se inserir nos xistos da formação de Desejosa. Esta realidade mudou radicalmente ao alargarmos a área do modelo (fig. 3). Fizemos uma primeira tentativa de incluir as formações geológicas como variável, mas o facto da área da formação de Desejosa ocupar uma larga percentagem da área de estudo, quando comparada com a formação de Pinhão, que contém um menor número de painéis e ocupa uma área muito mais reduzida, fez com que os resultados obtidos no procedimento de classificação probabilística para as diferentes categorias não fossem fiáveis, apresentando desvios padrão elevados. Desta forma não pudemos incluir as formações geológicas enquanto variáveis. Mas, pelos dados conhecidos, este facto poderá apresentar igualmente um desvio do modelo quanto à realidade, uma vez que, até ao momento, apenas foram iden-

Variável	Categorias ou classes	Modelo				
		Número de pixéis de arte rupestre	Frequência de pixéis de arte rupestre (%) (a)	Número de pixéis sem arte rupestre	Frequência de pixéis sem arte rupestre (%) (b)	
Inclinação da vertente (%)	0 - 9	7	1,68	907 797	22,67	
	9 - 18	19	4,56	722 043	18,03	
	18 - 28	31	7,43	580 877	14,51	
	28 - 36	44	10,55	508 033	12,69	
	36 - 45	68	16,31	468 789	11,71	
	45 - 53	61	14,63	372 861	9,31	
	53 - 62	65	15,59	253 395	6,33	
	62 - 73	59	14,15	131 203	3,28	
	73 - 89	54	12,95	49 717	1,24	
89 - 160	9	2,16	9 386	0,23		
Orientação da vertente	Plano e Norte	5	1,20	490 121	12,24	
	Nordeste	21	5,04	476 922	11,91	
	Este	96	23,02	457 921	11,44	
	Sudeste	206	49,40	506 922	12,66	
	Sul	43	10,31	489 959	12,24	
	Sudoeste	10	2,40	495 432	12,37	
	Oeste	27	6,47	531 751	13,28	
	Noroeste	9	2,16	555 073	13,86	
Radiação solar	1 (baixa)	5	1,20	38 857	0,97	
	2	6	1,44	106 604	2,66	
	3	13	3,12	159 330	3,98	
	4	29	6,95	214 042	5,35	
	5	36	8,63	273 519	6,83	
	6	68	16,31	369 157	9,22	
	7	104	24,94	531 597	13,28	
	8	78	18,71	717 022	17,91	
	9	44	10,55	1 081 297	27,00	
	10 (alta)	34	8,15	512 676	12,80	
Distância aos cursos de água	1 (baixa)	399	95,68	2 146 243	53,60	
	2	18	4,32	991 146	24,75	
	3	0	0,00	517 377	12,92	
	4	0	0,00	217 905	5,44	
	5	0	0,00	83 922	2,10	
	6	0	0,00	30 088	0,75	
	7	0	0,00	11 040	0,28	
	8	0	0,00	3 776	0,09	
	9	0	0,00	1 878	0,05	
	10 (alta)	0	0,00	726	0,02	

As classes das variáveis foram classificadas através do método de intervalos naturais do SIG

Quadro 2 – Procedimento de classificação probabilística para as diferentes categorias das variáveis utilizadas para a construção do modelo preditivo para a formação e conservação de painéis do Coa (CPFP 2) (r_i = classificação normalizada transformada numa escala ordinal de valores de 1 a 101). No quadro comparam-se os valores totais do modelo, com os específicos para as rochas da Penascosa.

					Penascosa	
Cálculo da classificação				Classificação	Número de pixéis de arte rupestre	Frequência de pixéis de arte rupestre (%)
Proporção	Média	Desvio	Normalizado	final		
(ab ⁻¹)	(m)	padrão (σ)	[(ab ⁻¹ - m)σ ⁻¹]	(r _i)		
0,07	3,11	3,76	-0,81	1	0	0,00
0,25			-0,76	3	3	12,00
0,51			-0,69	5	2	8,00
0,83			-0,60	8	3	12,00
1,39			-0,46	14	3	12,00
1,57			-0,41	15	4	16,00
2,46			-0,17	24	3	12,00
4,32			0,32	42	4	16,00
10,43			1,95	101	3	12,00
9,21			1,62	89	0	0,00
0,10			1,01	1,32	-0,69	1
0,42	-0,45	10			0	0,00
2,01	0,76	51			0	0,00
3,90	2,18	101			0	0,00
0,84	-0,13	21			0	0,00
0,19	-0,62	4			0	0,00
0,49	-0,40	11			24	96,00
0,16	-0,65	3			1	4,00
1,24	1,08	0,50	0,30	58	0	0,00
0,54			-1,08	11	0	0,00
0,78			-0,60	27	0	0,00
1,30			0,43	62	7	28,00
1,26			0,36	60	7	28,00
1,77			1,36	94	7	28,00
1,88			1,58	101	4	16,00
1,04			-0,08	45	0	0,00
0,39			-1,38	1	0	0,00
0,64			-0,89	18	0	0,00
1,79	0,20	0,56	2,83	101	25	100,00
0,17			-0,04	11	0	0,00
0,00			-0,35	1	0	0,00
0,00			-0,35	1	0	0,00
0,00			-0,35	1	0	0,00
0,00			-0,35	1	0	0,00
0,00			-0,35	1	0	0,00
0,00			-0,35	1	0	0,00
0,00			-0,35	1	0	0,00
0,00			-0,35	1	0	0,00
0,00			-0,35	1	0	0,00

tificados vestígios artísticos pré-holocénicos nas formações de Desejosa, Pinhão e granitos da Ribeira do Massueime, como atrás referido. Assim sendo, tendo em conta as especificidades litológicas e estruturais, descartámos todas as áreas do modelo que se situam fora deste conjunto de formações geológicas (fig. 9), onde será pouco provável vir a identificar motivos gravados, excluindo nós desta consideração as figurações da Pré-história Recente, sobretudo pintadas, que se afastam da realidade que nos ocupa, bem como as históricas. Esta restrição exclui grande parte das áreas com elevado potencial do Coa granítico e da ribeira de Massueime, bem como da margem direita do Douro após o meandro do Monte Meão. Ainda assim subsistem nestas áreas manchas com elevado potencial a merecerem prospeção¹².

De forma a revalidarmos o modelo, verificar o seu potencial, mas também para comprovar a existência da condicionante litológica que acabamos de referir, realizámos prospeções não sistemáticas em duas áreas distintas (fig. 9 e 11).

A primeira área localizou-se na margem esquerda da Ribeira da Volta (fig. 9a e 11a). Trata-se de uma das áreas do modelo que apresentava valores mais elevados, denunciando uma potencialidade em preservar superfícies de diáclases. No entanto, segundo a carta geológica (Silva e Ribeiro, 1991), a zona situa-se no contexto da Formação de Rio Pinhão, expondo localmente superfícies de diáclase de grande heterogeneidade litológica, onde surgem intercalações de camadas de metagrauvaques e metaquartzovaques e uma profusão de dobras, revelando uma tectónica dúctil de pequena escala que tem um impacto na morfologia e regularidade das superfícies e as torna inaptas para a gravação (fig. 12). A olho nu, estas superfícies não evidenciaram a formação das películas sílico-metálicas. Nesta área foi apenas identificado um grafismo de aspeto contemporâneo, numa área abrigada.

Tendo em conta de que entre esta região e a Quinta da Barca se identificou recentemente um conjunto de painéis gravados com motivos sidéricos em contexto da Formação de Rio Pinhão (Reis, 2012a, p. 36-38), desenvolvemos também prospeções no entorno dessa área, de forma a comparar a natureza das superfícies (fig. 11a). Aí pudemos verificar que os elementos constitutivos desses painéis são mais homogéneos, permitindo superfícies mais regulares. Seguindo esta zona de cumeada, que apresenta um potencial Alto, pudemos identificar mais dois painéis com motivos da Idade do Ferro e um contendo um veado estriado, estilisticamente tardiglacial (fig. 11, 1). O facto de esta área apresentar superfícies mais regulares poderá estar relacionado com a sua proximidade com o limite entre

¹² Esta afinação do modelo não apresenta grandes diferenças ao nível do peso das diferentes categorias: 31,3 % Muito Baixa, 39,4 % Baixa, 14,4 % Moderada, 13,5 % Alta e 1,4 % Muito Alta.

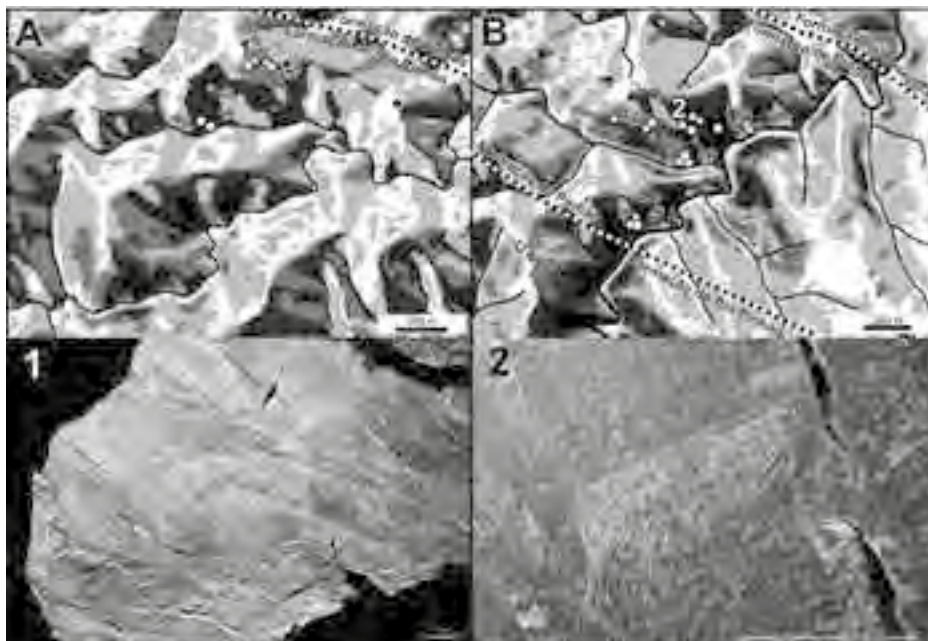


Fig. 11 – Áreas prospectadas durante a verificação do modelo com painéis gravados identificados: paleolíticos e paleolíticos prováveis (círculos brancos), sidéricos (quadrados brancos), históricos (diamantes brancos) e indeterminados (quadrados pretos com interrogação) e rochas previamente identificadas (círculos pretos). Os limites aproximados das formações litológicas definidos pela carta geológica encontram-se assinalados por linhas tracejadas. A) Ribeira da Volta, B) Ribeira de Piscos (montante)/ Casa do Muro); Exemplos de painéis com motivos tardiglaciais da Ribeira da Volta (1) e da Ribeira de Piscos (montante)/Casa do Muro (2).



Fig. 12 – Exemplo de superfície de diáclase na Formação de Rio Pinhão, na margem esquerda da Ribeira da Volta, onde são evidentes os níveis de metaquartzovaques.

as formações de Rio Pinhão e Pinhão. Distanciando-nos para sul deste limite pudemos verificar que os painéis se começam a assemelhar com os identificados inicialmente na Ribeira da Volta. Contudo, mesmo aí, pudemos identificar três painéis apresentando motivos aparentemente tardiglaciares, numa área de potencial Muito Alto.

De forma a testar a aparente inaptidão das superfícies de diáclase na Formação de Rio Pinhão para a preservação de motivos gravados, realizámos prospeções numa segunda área localizada na margem esquerda da Ribeira de Piscos (junto da Casa do Muro) (fig. 9b e 11b). Este troço da ribeira tem a particularidade de apresentar uma larga área com potencialidade Alta e Muito Alta para a preservação de superfícies, numa zona que faz a transição da Formação de Rio Pinhão, Pinhão e Desejosa. Na Formação de Rio Pinhão, onde se identificam alguns dos valores mais altos da área, apenas se identificou um pequeno abrigo com motivos recentes. As superfícies de diáclase apresentam aqui as mesmas características da Ribeira da Volta. Na área da Formação de Pinhão foram identificados dois painéis com motivos figurativos paleolíticos tardiglaciares (fig. 11, 2), um signo em zigzag, e um outro não figurativo, também provavelmente paleolíticos. Foram ainda identificados 25 painéis com motivos neocalcolíticos, sidéricos e históricos. De entre o conjunto de motivos indeterminados distingue-se um conjunto interessante de motivos composto por conjuntos de linhas verticais paralelas. Na reduzida área da Formação de Desejosa com potencialidade alta não foi possível identificar qualquer vestígio.

Pelos dados recolhidos, comprova-se uma vez mais a validade do modelo, que nos revelou vestígios artísticos preservados em áreas nunca antes prospectadas. Confirma-se também a inaptidão geral das superfícies de diáclase da formação de Rio Pinhão para a preservação de arte rupestre. Essa inaptidão poderá estar relacionada com a formação de dobras de escala métrica, posteriores às dobras da primeira fase da orogenia hercínica com um eixo concordante com a xistosidade. No entanto, os trabalhos de campo permitiram verificar que em determinadas zonas, nomeadamente junto ao limite desta formação com a Formação de Pinhão, existem excecionalmente litologias que permitem a formação de superfícies de diáclase passíveis de receber e preservar vestígios gráficos. A completa explicação destas realidades exigirá estudos litológicos pormenorizados. Os limites estabelecidos entre as formações geológicas de Pinhão e Desejosa (Silva e Ribeiro, 1991) foram recentemente colocados em causa por análises geoquímicas (Aires et al., 2011, p. 164). Será igualmente necessário realizar um mapeamento mais pormenorizado da tectónica dúctil, caracterizada por uma sucessão de sinclinais amplos, separados por anticlinais apertados (Chauvière et al., 2009; Moreira et al., 2010) e a sua relação com a localização dos núcleos da arte rupestre.

4. CONCLUSÕES E PERSPETIVAS FUTURAS

Das duas versões do modelo para a Formação e Preservação de Painéis do Coa (CPFP 1 e 2) é possível retirar algumas conclusões relevantes.

O atual padrão de distribuição da arte do Coa resulta do processo de formação dos painéis, imposto pela geologia estrutural regional e consequente evolução geomorfológica quaternária, combinado com a preservação diferencial das superfícies dos painéis nas zonas umbrias e soalheiras. A partir dos dados disponíveis, propomos que esta preservação diferencial dos painéis gravados está sobretudo dependente da radiação solar, temperatura, humidade e consequente colonização biológica, que se opera de forma distinta à escala dos vales, dos painéis e de cada painel, tendo em conta a microtopografia (direção, inclinação e formação de pequenos abrigos).

O nosso modelo ambiental identificou áreas onde os painéis têm estado disponíveis ao longo do processo de encaixamento do vale e potencialmente têm as suas superfícies melhor preservadas. Os resultados são promissores e permitem uma nova avaliação relativamente ao impacto de fatores culturais e de preservação na realidade arqueológica observável.

Temos hoje argumentos para refutar a tese de que a raridade de motivos gravados na margem direita do Coa resulte simplesmente de uma escolha dos seus autores paleolíticos. Aliás, a questão não se deveria colocar verdadeiramente em termos de margens, mas antes que são muito raros os motivos preservados orientados para NW, isto é, com uma localização umbria (o que localmente corresponde em geral à margem direita do rio Coa), devido à influência da tectónica regional, tanto na orientação das superfícies de diáclase como na orientação dos cursos de água (fig. 6). Não bastará identificar a orientação das vertentes onde se encontra a maioria dos painéis com vestígios artísticos, importará explicar porquê, para podermos passar da arqueografia à arqueologia.

Para contestar a influência de condicionantes geológicas e ambientais na distribuição atual da arte rupestre do Vale do Coa, não bastará afirmar que «another possible explanation is that, due to geological or geomorphological issues, NW exposed outcrops simply were not exposed in as many numbers as SE facing ones» (Fernandes, 2014, p. 112). Uma vez que o próprio autor não tem quaisquer indícios sobre as condições de preservação e degradação das rochas gravadas do Vale do Coa, só lhe resta invocar «uma premissa interessante, se bem que de índole especulativa» (Fernandes, 2012, p. 270), cedendo à conhecida tentação arqueológica de apelidar de «ritual» (ou neste caso «cultural»), tudo o que não entende, nem consegue explicar (Bahn, 1997, p. 58).

Se a realização da arte rupestre foi o resultado dos diferentes contextos sociais e culturais que a produziram, ela inscreveu-se num suporte com características de formação, que a permitiram, e de preservação, que a trouxeram até nós. Se a arte

nasce do traço, é a tela que a torna possível e preserva. A validade do modelo apresentado afere-se pela identificação de novos painéis e novos núcleos de arte rupestre nas áreas de Alto e Muito Alto potencial por ele exclusivamente indicadas.

A maior exceção ao panorama aqui descrito parece ser a Penascosa, onde se conservaram vestígios rupestres numa vertente orientada a oeste e painéis orientados a NW. A principal razão para isso radica na argumentação já apresentada que defende que a maioria dos motivos pré-magdalenenses localizados no limite da planície aluvial (situação da maioria das rochas gravadas com este tipo de motivo na Penascosa) (Aubry et al., 2010), e mesmo ao longo das vertentes (Rebello e Cordeiro, 1997), tenha estado coberta por depósitos aluviais e de vertente a partir de há 18 000 anos (Mercier et al., 2006), protegendo-os da destruição durante o último Máximo Glaciar, e até há pelo menos 4000-6000 anos no caso da Penascosa (Wachman *apud* Bednarik, 1995, p. 879). À semelhança da rocha 1 do Fariseu, muitas rochas poderão continuar ainda hoje cobertas por sedimentos pré-holocénicos, a jusante da Penascosa.

Esta explicação é fundamental, mas não esclarece a questão da preservação dos motivos mais recentes (tardiglaciares e sidéricos). A sua razão fundamental será o fator tempo. As gravuras tardiglaciares terão menos de metade da idade das pré-magdalenenses. Por outro lado, o facto da Penascosa se localizar na Formação de Pinhão poderá não significar necessariamente uma maior resistência desta formação à biodeterioração superficial (embora tal não seja necessariamente de excluir)¹³, mas é a base para uma diferença fundamental na geomorfologia do Baixo Coa. A área da Penascosa/Quinta da Barca localiza-se na zona da área de estudo onde o vale é mais aberto, verificando-se aqui condições inexistentes noutras áreas do vale, que possibilitam uma maior exposição solar da margem esquerda. Esta exposição é ainda potenciada pelo facto de, localmente, as diáclases medidas apresentarem uma orientação ligeiramente distinta (198 painéis gravados e não gravados apresentam uma média de 23,8° E, com desvio padrão de 13,6) em relação à média da área de estudo (média de 40,5° E, com desvio padrão de 19,2) (fig. 2b e c), o que permite uma melhor exposição solar aos painéis da margem direita nesta área, em relação a áreas mais a norte.

A comparação do comportamento das variáveis nos painéis com motivos paleolíticos da Penascosa, em relação à totalidade do conjunto dos painéis gravados com motivos paleolíticos (quadro 2), demonstra que em termos de proximidade com os cursos de água e inclinação da vertente, ambos os conjuntos têm comportamentos idênticos. Como seria de esperar, a grande diferença entre

¹³ Para esclarecer este ponto será fundamental determinar se as superfícies das formações de Desejosa e Pinhão, ambas preservando motivos rupestres, apresentam características diferenciais ao nível da colonização biológica. Esta questão poderá vir a ser elucidada no contexto da investigação levada a cabo por Joana Teixeira e colegas sobre os líquenes do Vale do Coa e a sua ação sobre as superfícies rochosas.

os dois conjuntos reside na orientação das vertentes. A exposição solar apresenta algumas diferenças, com as rochas da Penascosa a não se situarem nas categorias mais elevadas (por se encontrarem orientadas para W/NW), mas também a evitam as zonas de exposição mínima.

Assim, ao contrário do que poderíamos à primeira vista supor, a preservação dos painéis gravados da Penascosa não nega o modelo, antes confirma a importância da exposição solar. Ela demonstra ainda a importância da inclinação dos suportes na minimização do impacto direto da precipitação e persistência da humidade, que facilitam a capilaridade e influenciam a colonização biológica e consequente deterioração (Marques et al., 2015).

Não deixamos, contudo, de estar aqui numa área no limite das condições de preservação. Um exemplo significativo é a constatação do elevado estado de degradação dos motivos inscritos em superfícies que se afastam da verticalidade (por ex.: painel 1). A situação da rocha 4 é eloquente neste sentido (fig. 7b). Os motivos deste painel distribuem-se por duas superfícies de diáclase com ângulos distintos. Na sua zona inferior, com um ângulo de 89° em contradeflexão, a superfície encontra-se em bom grau de preservação, conservando a película sílico-metálica. Isto contrasta com a zona superior do mesmo painel, com um ângulo de 85° , cujas figuras, definidas por largos traços picotados, são já difíceis de distinguir e cuja superfície se encontra fortemente degradada e parcialmente recolonizada por líquenes, apesar ter sido limpa em 1995 de forma a possibilitar o levantamento do painel e a visita pública¹⁴.

O painel 3 da Penascosa apresenta uma situação distinta. Aqui, distinguem-se duas superfícies, não quanto ao seu ângulo (ambos próximos dos 90°), mas quanto à sua posição relativa. A área superior esquerda encontra-se avançada em relação à restante superfície do painel, num típico exemplo de *toppling* (fig. 7c). Se a grande maioria do painel se encontra relativamente bem conservada, a área superior esquerda do plano mais avançado tem a sua superfície quase totalmente destruída, evidenciando os diferentes planos xistosidade e fortemente colonizada por líquenes foliosos.¹⁵ O bloco avançado cria uma pequena área abrigada na área principal do painel, onde a superfície se encontra melhor preservada.

A Penascosa é pois a prova de que em determinadas condições, que minimizem a degradação *biogeofísicoquímica*, que só agora começamos a perceber, será possível identificar motivos gravados com orientações W/NW. Se o controlo tectó-

¹⁴ Esta preservação diferencial da superfície do painel nada tem a ver, como por vezes é referido, com a suposta cobertura sedimentar da zona inferior do painel à época da descoberta, pois o limite dessa cobertura, ainda hoje perceptível, não corresponde ao limite entre as duas áreas com ângulos distintos.

¹⁵ Neste setor verifica-se ainda com maior intensidade o atrás referido a respeito da rocha 4. Apesar de removidos em 1995, os líquenes recolonizaram já quase integralmente esta área.

nico determinou a exposição de superfícies orientadas, ora para NW, ora para SE, foram estas últimas que tiveram melhores condições de preservação.

A maioria dos restantes núcleos da margem esquerda do Coa integram-se no modelo que acabamos de definir e explicam quão simplista será colocarmos a questão que nos ocupa em termos de margens ou de mera orientação das vertentes, pois, com a exceção da Penascosa, a esmagadora maioria dos painéis dos núcleos da margem esquerda do rio (Meijapão, Canada do Amendoal e Broeira) encontra-se orientada para SE. A Broeira é aliás um caso paradigmático, uma vez que, embora seja um sítio justafluvial, localizado na margem esquerda do Coa, ele situa-se em torno da confluência de um ribeiro, cujo curso expôs superfícies de diáclase orientadas para NW (na sua margem direita) e SE (na sua margem esquerda). Ora, a maioria dos painéis paleolíticos preservados neste núcleo da margem esquerda do Coa localiza-se na margem esquerda do ribeiro, tendo exatamente a mesma orientação dos painéis da margem direita do rio (SE). Estilisticamente, nenhum dos motivos paleolíticos destes núcleos deverá pertencer à fase pré-magdalense. Com a exceção da Penascosa, o único motivo desta fase localizado na margem esquerda do rio localiza-se no canhão granítico da Faia num bloco granítico em contexto abrigado (Faia 7).

Para além da importância que um modelo deste tipo tem na discussão que aqui se apresenta, juntamente com a análise arqueológica da arte rupestre do Vale do Coa, este é também uma ferramenta fundamental para a gestão de um património inscrito na Lista do Património Mundial da UNESCO. Nos anos mais próximos será humanamente impossível prospetar sistematicamente toda a área de 200 km² que constitui a Zona Especial de Proteção do Vale do Coa, e que, nos últimos anos, tem vindo a sofrer uma crescente pressão da exploração vitícola intensiva, que busca exatamente as vertentes com boa exposição solar. Neste panorama, o modelo aqui apresentado poderá funcionar como um guia orientador da prospeção, distinguindo áreas com maior ou menor potencial de preservação de grafismos rupestres. Ele cumpre assim o objetivo anteriormente definido da construção de uma carta de suscetibilidade arqueológica para a arte rupestre do Coa (Luís, 2008), tendo como duplo objetivo o auxílio da gestão de um território – nomeadamente ao nível do futuro plano de ordenamento de parque arqueológico – e da investigação arqueológica.

Em suma, e respondendo de forma direta à pergunta inicial, a arte do Coa concentra-se na margem esquerda do rio Coa (*grosso modo*, em superfícies orientadas para SE) porque teve aí condições geológicas e ambientais mais propícias à sua preservação. Isto não significa que ela não tenha sido inscrita na margem oposta. Esse facto é aliás sugerido pela preservação excecional de motivos pliocénicos nessa situação, fruto de condições particulares relacionadas sobretudo com a microtopografia dos afloramentos e a sua cobertura sedimentar perigla-

cial, que minimizaram ou impediram durante milhares de anos a ação de fenómenos como a crioclastia e a colonização biológica dos painéis.

No sentido de compreendermos verdadeiramente o processo de conservação da arte do Coa, falta ainda estudar com maior detalhe os processos de formação e evolução das películas sílico-metálicas e das crostas de meteorização (*weathering rinds*), bem como o seu eventual papel na conservação da arte gravada. Trata-se de uma questão fundamental para a compreensão dos processos de conservação da arte do Coa, que foi apenas aflorada durante a polémica da datação das suas gravuras (Watchman, 1995; Zilhão, 1995; Dorn, 1997; Pope, 2000). De então para cá foi abordada apenas uma vez em relação à conservação (Chauvière et al., 2009), tendo mesmo sido ignorada no contexto num recente estudo sobre os processos naturais de degradação da arte do Coa (Fernandes, 2014)¹⁶. Encontram-se já a decorrer estudos a este respeito, com vista à compreensão destes fenómenos (formação de películas, crostas de meteorização e concreções calcíticas), fundamentais para a compreensão dos processos de evolução das superfícies das diáclases e, por consequência, da conservação da arte do Coa. Este tipo de análise beneficiará do estudo de amostras identificadas em contextos arqueológicos datados. Para além disso, ao nível da perda de placas, será fundamental determinar com exatidão eventuais processos de estilolitização, agora identificados.

O caso da localização atual da arte do Coa relembra-nos que, procurando reconstituir totalidades sociais, a Pré-história tem acesso apenas a uma ínfima parte das materialidades passadas que perdurou até ao presente. Para podermos inferir a partir destes vestígios, teremos forçosamente de perceber os processos que conduziram à formação, evolução e conservação do registo arqueológico, das modificações ambientais e do contexto sedimentar, posteriores à intervenção humana. Inconsciente desses processos, o pré-historiador será um mero construtor de ficções históricas, incapaz de compreender e contribuir para a preservação do património à sua guarda.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a André Santos a leitura e crítica do manuscrito, mantendo-nos integralmente responsáveis pelo que aqui fica expresso. Uma versão preliminar dos resultados que deram origem a este trabalho foi apresentada oralmente na II Mesa Redonda Artes Rupestres da Pré-história e da Proto-história: Estudo, Conservação e Musealização de Maciços Rochosos e Monumentos Funerários

¹⁶ Segundo este autor, incluir este processo como parâmetro para um programa de conservação da arte do Coa seria introduzir uma «excessive and arguably unnecessary complexity» (Fernandes, 2014, p. 83).

(Porto). Esta investigação surge no contexto do Projeto de Investigação Plurianual de Investigação Arqueológica, denominado «Cronologia e paleoambientes da ocupação paleolítica do Vale do Coa», submetido à Direção-Geral do Património Cultural em 2014, e do projeto «PALÆCOA: A transição do Neandertal para o Homem Anatomicamente Moderno no Vale do Coa: ambientes, simbolismo e redes sociais» (PTDC/EPH-ARQ/0326/2014), financiado pela Fundação Ciência e Tecnologia e pelo Programa COMPETE 2020.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, M. S.; BEDNARIK, R. G. (2000) – Fariseu Rock Art Not Archaeologically Dated. *Rock Art Research*. Caulfield South. 17:1, p. 65-68.
- ADAMSON, C.; MCCABE, S.; WARKE, P. A.; MCALLISTER, D.; SMITH, B. J. (2013) – The influence of aspect on the biological colonization of stone in Northern Ireland. *International Biodeterioration & Biodegradation*. Kidlington. 84, p. 357-366. doi: 10.1016/j.ibiod.2012.05.023.
- ADAMO, P.; VIOLANTE, P. (2000) – Weathering of rocks and neogenesis of minerals associated with lichen activity. *Applied Clay Science*. Amesterdão. 16, p. 229-256. doi:10.1016/S0169-1317(99)00056-3.
- AIRES, S.; CARVALHO, C.; NORONHA, F.; RAMOS, J. F.; MOURA, A. C.; SANT’OVAIA, H.; SOUSA, M. (2011) – Os Xistos do «Complexo Xisto-Grauváquico – Grupo do Douro»: Potencial como Recurso Geológico. In *Livro de Actas do VI Seminário Recursos Geológicos, Ambiente e Ordenamento do Território*. Vila Real: UTAD. p. 159-165.
- ALTIERI, A.; RICCI, S. (1997) – Calcium uptake in mosses and its role in stone biodeterioration. *International Biodeterioration & Biodegradation*. Kidlington. 40, p. 201-204. doi:10.1016/S0964-8305(97)00047-4.
- ARTHAUD, F.; MATTE, P. (1975) – Les décrochements tardi-Hercyniens du sud-ouest de L’Europe. Géométrie et essai de reconstitution des conditions de la déformation. *Tectonophysics*. Amesterdão. 25, p. 139-171. doi:10.1016/0040-1951(75)90014-1.
- AUBRY, T., ed. lit. (2009) – *200 séculos de história do Vale do Côa: Incursões na vida quotidiana dos caçadores-artistas do Paleolítico*. Lisboa: Igespar, I. 512 p. (Trabalhos de Arqueologia; 52).
- AUBRY, T.; DIMUCCIO, L.A.; BERGADÀ, M. M.; SAMPAIO, J. D.; SELLAMI, F. (2010) – Palaeolithic engravings and sedimentary environments in the Côa River Valley (Portugal): implications for the detection, interpretation and dating of open-air rock art. *Journal of Archaeological Science*. Londres. 37, p. 3306-3319. doi: 10.1016/j.jas.2010.07.033.
- AUBRY, T.; LUÍS, L.; DIMUCCIO, L.A. (2012) – Nature vs. Culture: present-day spatial distribution and preservation of open-air rock art in the Côa and Douro River Valleys (Portugal). *Journal of Archaeological Science*. Londres. 39, p. 848-866. doi: 10.1016/j.jas.2011.10.011.
- AUBRY, T.; SAMPAIO, J. D. (2008) Fariseu: New chronological evidence for open-air Palaeolithic art in the Côa valley (Portugal). *Antiquity*. Cambridge. 82: 316 [em linha]. [Consult. 7 de maio de 2013]. Disponível em WWW: <URL:http://www.antiquity.ac.uk/projgall/aubry316/>.
- AUBRY, T.; SANTOS, A. T.; LUÍS, L. (2014) – Stratigraphies du panneau 1 de Fariseu: analyse structurelle d’un système graphique paléolithique à l’air libre de la vallée du Côa (Portugal). In PAILLET, P., ed. lit. – *Les arts de la Préhistoire: micro-analyses, mise en contexte et conservation: Actes du colloque «Micro-analyses et datations de l’art préhistorique dans son contexte archéologique»*, MADAPCA, Paris, 2011. Les Eyzies-de-Tayac: Société des Amis du Musée National de Préhistoire et de la Recherche Archéologique. p. 259-270. (Paléo; numéro spécial).
- AYYAD, M. A. G.; DIX, R. L. (1964) – An analysis of a vegetation-microenvironmental complex on

- prairie slopes in Saskatchewan. *Ecological Monographs*. Washington. 34, p. 421-442.
- BAHN, P. G. (1997) – *Arqueologia: Uma breve introdução*. Lisboa: Gradiva. 126 p.
- BAPTISTA, A. M. (1983) – O complexo de gravuras rupestres do Vale da Casa (Vila Nova de Foz Côa). *Arqueologia*. Porto. 8, p. 57-69.
- BAPTISTA, A. M. (2009) – Aspectos da arte magdalenense e tardiglaciária no Vale do Côa. In SANTOS, A. T.; LUÍS, L., ed. lit. – *Do Paleolítico à Contemporaneidade: Estudos sobre a História da Ocupação Humana em Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Interior. Fórum Valorização e Promoção do Património Regional: Actas das Sessões*. Porto: ACDR de Freixo de Numão. Vol. 3, p. 14-31.
- BAPTISTA, A. M.; GARCÍA DÍEZ, M. (2002) – L'art paléolithique dans la vallée du Côa (Portugal): la symbolique dans l'organisation d'un sanctuaire de plein air. In SACCHI, D., ed. lit. – *L'art Paléolithique à L'air Libre: Le Paysage Modifié Par L'image*, Tautavel, Campôme, 1999. Saint-Estève: GAEP; GÉOPRE, p. 187-205.
- BEDNARIK, R. G. (1995) – The Côa Petroglyphs: an Obituary to the Stylistic Dating of Paleolithic Rock-art. *Antiquity*. Cambridge. 69, p. 877-883.
- CABRAL, J. (1985) – *Estudos de neotectónica em Trás-os-Montes oriental*. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. 124 p.
- CABRAL, J. (1995) – *Neotectónica em Portugal Continental*. Lisboa: Instituto Geológico e Mineiro 265 p. (Memórias; 31).
- CANEVA, G.; NUGARI, M. P.; SALVADORI, O. (1991) – *Biology in the conservation of works of art*. Rome: ICCROM. 182 p.
- CHAUVIÈRE, F.-X.; TYMULA, S.; CALAME, A.; DECHANEZ, I. (2009) – Conservation et évolution des surfaces rocheuses gravées et piquetées de la Vallée du Côa: les données du projet «Quinta da Barca Sul». In AUBRY, T., ed. lit. – *200 Séculos de História do Vale do Côa: Incursões na Vida Quotidiana dos Caçadores-artistas do Paleolítico*. Lisboa: Igespar, I. P. p. 443-477. (Trabalhos de Arqueologia; 52).
- CUNHA, P. P.; PEREIRA, D. I. (2000) – Evolução Cenozóica da área de Longroiva-Vilarica (NE Portugal). *Ciências da Terra*. Lisboa. 14, p. 91-100.
- DOEHNE, E.; PRICE, C. A. (2010) – *Stone conservation: An overview of current research*. Los Angeles: Getty Conservation Institute. 158 p.
- DORN, R. I. (1997) – Constraining the Age of the Côa Valley (Portugal) Engravings with Radiocarbon Dating. *Antiquity*. Cambridge. 71, p. 105-115.
- FERNANDES, A. P. B. (2007) – The Conservation Programme of the Côa Valley Archaeological Park: Philosophy, Objectives and Action. *Conservation and Management of Archaeological Sites*. Londres. 9:2, p. 71-96. doi: 10.1179/175355208X381822.
- FERNANDES, A. P. B. (2012) – Orientação da arte rupestre do vale do Côa: um caso de estudo na distribuição espacial da arte paleolítica ao ar livre. In SANCHES, M. J., ed. lit. – *Atas Da 1.ª Mesa-Redonda: Artes Rupestres da Pré-História e da Proto-História: Paradigmas e Metodologias de Registo*. Lisboa: DGPC. p. 261-271. (Trabalhos de Arqueologia; 54).
- FERNANDES, A. P. M. M. B. (2014) – *Natural Processes in the Degradation of Open-Air Rock-Art Sites: An urgency intervention scale to inform conservation: The case of the Côa Valley world heritage site, Portugal*. Oxford: Archaeopress. 311 p. (BAR International Series; 2609).
- FERREIRA, A. B. (1978) – *Planaltos e montanhas do norte da Beira: Estudo de geomorfologia*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos. 374 p.
- GARCÍA DÍEZ, M.; AUBRY, T. (2002) – Grafismo mueble en el Valle del Côa (Vila Nova de Foz Côa, Portugal): la estación arqueológica de Fari-seu. *Zephyrus*. Salamanca. 55, p. 157-182.
- GARCÍA DÍEZ, M.; LUÍS, L. (2003) – José Alcino Tomé e o último ciclo artístico rupestre do Vale do Côa: um caso de etnoarqueologia. *Estudos Pré-Históricos*. 10-11, p. 199-223.
- HALL, K.; THORN, C.; SUMNER, P. (2012) – On the persistence of 'weathering'. *Geomorphology*. Amsterdão. 149-150, p. 1-10. doi: 10.1016/j.geomorph.2011.12.024.
- HANCOCK, P. L. (1985) – Brittle microtectonics: principles and practice. *Journal of Structural Geology*. Kidlington. 7, p. 437-457. doi:10.1016/0191-8141(85)90048-3.
- HERRERA, L. K.; ARROYAVE, C.; GUIAMET, P.; DE SARAVIA, S. G.; VIDELA, H. (2004) – Biodegradation of peridotite and other constructional materials in a building of the Colombian cultural

- heritage. *International Biodeterioration & Biodegradation*. Kidlington. 54, p. 135-141. doi:10.1016/j.ibiod.2004.06.001.
- ISAAC, G. L. (1968) – Traces of Pleistocene Hunters: An East African Example. In LEE, R. B.; DEVORE, I., ed. lit. – *Man the Hunter*. New York: Aldine de Gruyter.
- JABALOY, A.; GALINDO-ZALDÍVAR, J.; GONZÁLEZ-LODEIRO, F. (2002) – Palaeo-stress evolution of the Iberian Peninsula (Late Carboniferous to present-day). *Tectonophysics*. Amsterdão. 347, p. 159-186. doi:10.1016/S0040-1951(02)00367-0.
- JUDGE, W. J.; SEBASTIAN, L., ed. lit. (1988) – *Quantifying Present and Predicting the Past: Theory, Method, and Application of Archaeological Predictive Modeling*. Denver: U.S. Department of the Interior, Bureau of Land Management Service Center. 669 p.
- LORBLANCHET, M. (1995) – *Les grottes ornées de la préhistoire: Nouveaux regards*. Paris: Ed. Errance. 287 p.
- LUÍS, L. (2008) – A construção da carta arqueológica do PAVC: A sua importância para a investigação e gestão do património do Vale do Côa. In LUÍS, L.; PINTO, M., ed. lit. – *Investigar e Valorizar o Património*. Fórum Valorização e Promoção do Património Regional: Actas das Sessões. Porto: ACDR de Freixo de Numão. Vol. 2, p. 52-63.
- MARCIENTE, R. (2010) – *A ocupação de troncos de sub-bosque por briófitas e líquens é determinada pela orientação geográfica de vertentes?* [em linha]. Relatório do curso em Ecologia da Floresta Amazônica, Projeto Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais. [Consul. 7 de maio de 2013]. Disponível em WWW <URL:http://pdbff.inpa.gov.br/cursos/efa/livro/2010/pdf/individuais/relat_final_rodrigo_edit.pdf>.
- MARQUES, J. M. M. (2013) – *A framework for assessing the vulnerability of exposed schist surfaces to lichen-induced weathering in the Upper Douro region (NE Portugal)*. Porto: FCUP. Tese de Doutoramento em Biologia.
- MARQUES, J.; GONÇALVES, J.; OLIVEIRA, C.; ALMEIDA, R.; PRIETO, B. (2013) – Evaluation of lichen-induced weathering of exposed schist surfaces under contrasting microclimates. In MARQUES, J. – *A framework for assessing the vulnerability of exposed schist surfaces to lichen-induced weathering in the Upper Douro region (NE Portugal)*. p. 263-300. Porto: FCUP. Tese de Doutoramento em Biologia. 306 p.
- MARQUES, J.; HESPANHOL, H.; PAZ-BERMÚDEZ, G.; ALMEIDA, R. (2014) – Choosing between sides in the battle for pioneer colonization of schist in the Côa Valley Archaeological Park: a community ecology perspective. *Journal of Archaeological Science*. Londres. 45, p. 196-206. doi: 10.1016/j.jas.2014.02.021.
- MARQUES, J.; VÁZQUEZ-NION, D.; PAZ-BERMÚDEZ, G.; PRIETO, B. (2015) – The susceptibility of weathered versus unweathered schist to biological colonization in the Côa Valley Archaeological Park (north-east Portugal). *Environmental Microbiology*. Malden. 17:5, p. 1805-1816. doi: 10.1111/1462-2920.12642.
- MARQUES, J.; SCHULTZ, M.; PAZ-BERMÚDEZ, G. (2013) – A *Peltula* Nyl. diversity hotspot in north-east Portugal, with one species new to science and three species new to mainland Europe. *The Lichenologist*. Cambridge. 45:04, p. 483-496. doi: 10.1017/S0024282913000261.
- MARQUES, F. O.; MATEUS, A.; TASSINARI, C. (2002) – The Late-Variscan fault network in central-northern Portugal (NW Iberia): a re-evaluation. *Tectonophysics*. Amsterdão. 359, p. 255-270. doi:10.1016/S0040-1951(02)00514-0.
- MERCIER, N.; VALLADAS, H.; AUBRY, T.; ZILHÃO, J.; JORONS, J.-L.; REYSS, J.-L.; SELLAMI, F. (2006) – Fariseu: First confirmed open-air Palaeolithic parietal art site in the Côa Valley (Portugal). *Antiquity*. Cambridge. 80: 310 [em linha]. [Consul. 4 de março de 2013]. Disponível em WWW: <URL: <http://www.antiquity.ac.uk/projgall/mercier/>>.
- MOREIRA, N.; BÚRCIO, M.; DIAS, R.; COKE, C. (2010) – Partição da deformação Varisca nos sectores de Peso da Régua e Vila Nova de Foz Côa (Autóctone da Zona Centro Ibérica). *Comunicações Geológicas*. Lisboa. 97, p. 147-162.
- PEREIRA, D. M. I. (1997) – *Sedimentologia e estratigrafia do Cenozóico de Trás-os-Montes Oriental (NE Portugal)*. Braga: Universidade do Minho. Tese de doutoramento. 341 f.
- PHILLIPS, F. M.; FLINSCH, M.; ELMORE, D.; SHARMA, P. (1997) – Maximum Ages of the Côa Valley (Portugal) Engravings Measured with Chlorine-36. *Antiquity*. Cambridge. 71, p. 100-104.

- POPE, G. A. (2000) – Weathering of Petroglyphs: Direct Assessment and Implications for Dating Methods. *Antiquity*. Cambridge. 74, 833-843.
- RATAZZI, A.; ROMÃO, P. S. (1994) – A biodegradação do granito nos monumentos megalíticos: a acção dos líquenes. *Estudos Pré-históricos*. Viseu. 2, 343-347.
- REBELO, F.; CORDEIRO, A. M. R. (1997) – A geomorfologia e a datação das gravuras de Foz Côa: Metodologia e desenvolvimento de um caso de investigação científica. *Finisterra*. Coimbra. 32, p. 95-105.
- REIS, M. (2012a) – Prospeção da arte rupestre do Côa: ponto da situação em Maio de 2009. In RODRIGUES, M. A.; LIMA, A. C.; SANTOS, A. T., ed. lit. – *Congresso de Arqueologia Interior Norte e Centro de Portugal, 5, Vila Nova de Foz Côa, 2009*. Casal de Cambra: Caleidoscópio; DRCN. p. 11-123.
- REIS, M. (2012b) – «Mil rochas e tal...!»: Inventário dos sítios de arte rupestre do Vale do Côa. *Portugália*. Porto. 33, p. 5-72.
- REIS, M. (2014) – «Mil rochas e tal...!»: Inventário dos sítios de arte rupestre do Vale do Côa: Conclusão. *Portugália*. Porto. 35, p. 17-59.
- RIBEIRO, A. (1974) – *Contribution à l'étude tectonique de Trás-os-Montes oriental*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. 168 p. (Memórias; 24).
- RIBEIRO, A. (1981) – A geotraverse through the Variscan fold belt in Portugal. In ZWART, H. J.; DORNSIEPEN, U. F., ed. lit. – *The Variscan Orogeny in Europe*. *Geologie en Mijnbouw*. Ede. 60, p. 41-44. Número especial.
- RIBEIRO, A.; ANTUNES, M. T.; FERREIRA, M. P.; ROCHA, M. P.; SOARES, A. F.; ZBYSZEWSKI, G.; MOTTINHO DE ALMEIDA, F.; CARVALHO, D.; MONTEIRO, J. H. (1979) – *Introduction à la géologie générale du Portugal*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. 114 p.
- RIBEIRO, A.; BAPTISTA, R.; CABRAL, J.; MATIAS, L. (1996) – Tectonic stress pattern in Portugal Mainland and the adjacent Atlantic region (West Iberia). *Tectonics*. Washington. 15, p. 641-659.
- RIBEIRO, M. L. (2001) – *Carta geológica simplificada do Parque Arqueológico do vale do Côa*. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa. 72 p.
- RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S. (1991) – *Geografia de Portugal: A Posição Geográfica e o Território*. Lisboa: Ed. João Sá da Costa. vol. 1.
- RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S. (1994) – *Geografia de Portugal: O Ritmo climático e a paisagem*. Lisboa: Ed. João Sá da Costa. vol. 2, p. 337-623.
- ROCKWELL, T.; FONSECA, J.; MADDEN, C.; DAWSON, T.; OWEN, L. A.; VILANOVA, S.; FIGUEIREDO, P. (2009) – Palaeoseismology of the Vilarica Segment of the Manteigas-Bragança Fault in northeastern Portugal. *Geological Society Special Publications*. Londres. 316, p. 237-258.
- RODRIGUES, J. D. (1999) – *Conservation of the Rock Art of the Côa Valley Archaeological Park (PAVC) (Proc. 052/1/13885)*. Lisboa: LNEC. 41 p.
- RODRIGUES, J. D. (2003) – Histórias com água e pedras: Nem sempre mole, nem sempre duras. In *A Geologia de Engenharia e os Recursos Geológicos*. Coimbra: Imprensa da Universidade. p. 419-436.
- SAATY, T. (1990) – *The analytic hierarchy process: planning, priority setting, resource allocation*. Pittsburgh: RWS Publications. 287 p.
- SAATY, T. (1994) – *Fundamentals of decision making and priority theory with analytic hierarchy process*. Pittsburgh: RWS Publications. 478 p.
- SAATY, T.; VARGAS, L. G. (2001) – *Models, methods, concepts and applications of the analytic hierarchy process*. Boston: Kluwer Academi. 345 p.
- SANCHES, M. D. J., ed. lit. (2012) – Debate. Sessão 2. In *Mesa-Redonda: Artes Rupestres da Pré-História e da Proto-História: Paradigmas e Metodologias de Registo, 1, Vila Nova de Foz Côa, 2010*. Lisboa: DGPC. p. 125-136. (Trabalhos de Arqueologia; 54).
- SANTOS, A. T. (2012) – Reflexões sobre a arte paleolítica do Côa: a propósito da superação de uma persistente dicotomia conceptual. In SANCHES, M. J., ed. lit. – *Mesa-Redonda: Artes rupestres da Pré-História e da Proto-História: paradigmas e metodologias de registo, 1, Vila Nova de Foz Côa, 2010*. Lisboa: DGPC. p. 39-68. (Trabalhos de Arqueologia; 54).
- SANTOS, J. G. (2005) – *As bacias de Mirandela, Macedo de Cavaleiros e de Vilarica-Longroiva: Estudo de geomorfologia*. Coimbra: FLUC. Tese de doutoramento. 539 p.

- SILVA, A. F. da; RIBEIRO, M. L. (1991) – *Carta Geológica de Portugal na escala de 1/50 000: Notícia explicativa da folha 15-A: Vila Nova de Foz Côa*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. 52 p.
- SILVA, A. F. da; RIBEIRO, M. L. (1991) – Eastern Prairie Peninsula. In WESTCOTT, K. L.; BRANDON, R. J., ed. lit. – *Practical Applications of GIS for Archaeologists: a Predictive Modeling Kit*. Philadelphia: Taylor & Francis e-Library. p. 6-36.
- SOUZA, M. B. de (1982) – *Litostratigrafia e Estrutura do «Complexo Xisto-Grauwáquico ante-Ordovício»: Grupo do Douro (Nordeste de Portugal)*. Coimbra: FCTUC. Tese de Doutoramento. 222 p.
- WATCHMAN, A. (1995) – Recent Petroglyphs, Foz Côa, Portugal. *Rock Art Research*. Caulfield South. 12, p. 104-108.
- SYERS, J. K.; ISKANDAR, I. K. (1973) – Pedogenetic significance of lichens. In AHMADJIAN, V.; HALE, M. E., ed. lit. – *The Lichens*. New York: Academic Press. p. 225-248.
- WATCHMAN, A. (1996) – A Review of the Theory and Assumptions in the AMS Dating the Foz Côa Petroglyphs, Portugal. *Rock Art Research*. Caulfield South. 13, p. 21-30.
- VERHAGEN, P. (2007) – *Case studies in Archaeological Predictive Modelling*. Leiden: Leiden University Press. 223 p.
- WHEATLEY, D.; GILLINGS, M. (2002) – *Spatial Technology and Archaeology: The archaeological applications of GIS*. New York: Taylor & Francis. 269 p.
- VICENTE, G. De; CLOETINGH, S.; WEES, J. D. Van; CUNHA, P. P. (2011) – Tectonic classification of Cenozoic Iberian foreland basins. *Tectonophysics*. Amsterdam. 502, p. 38-61.
- ZILHÃO, J. (1995) – The Age of the Côa Valley (Portugal) Rock-Art: Validation of Archaeological Dating to the Palaeolithic and Refutation of «Scientific» Dating to Historic or Proto-Historic Times. *Antiquity*. Cambridge. 69, p. 883-901.
- WARREN, R. E.; ASCH, D. L. (2005) – A Predictive Model of Archaeological Site Location in the

Estremoz 7 ou a Anta de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais (Estremoz, Évora)

Estremoz 7, the portal dolmen of Nossa Senhora da Conceição dos Olivais (Estremoz, Évora district, Portugal)

RUI BOAVENTURA*, RUI MATALOTO**, MARCO ANTÓNIO ANDRADE***,
DIANA NUKUSHINA****

«É costume levar as crianças e alguns adultos junto do esteio inteiro e perguntar-lhes [sic] se desejam ouvir roncar o mar, para o que devem encostar o ouvido a dita pedra. Nessa altura empurram a cabeça do bacôa contra a mesma.

Isto fazia-se depois da missa da meia-noite (do galo) pelo Natal.»

M. Heleno, *Caderno n.º 2 – Antas dos arredores de Estremoz*, 1934

RESUMO

A anta de Estremoz 7 ou Nossa Senhora da Conceição dos Olivais (NSCO) foi escavada em 1934 sob as ordens de Manuel Heleno. Implantada sobre uma pequena elevação incluída numa paisagem aberta, corresponderia a um monumento de dimensões ainda consideráveis, no qual se recolheu um conjunto relativamente significativo de espólio arqueológico. Em termos geográficos, a sua localização singular afasta-a dos grandes núcleos conhecidos nesta área regional; contudo, os dados recolhidos neste sepulcro permitem avançar algumas observações pertinentes, nomeadamente sobre a «evolução» cultural ou tecnológica entre geométricos e pontas de seta, a circulação de matérias-primas siliciosas a longa distância e o reuso de monumentos megalíticos em finais do 3.º milénio a.n.e. Este monumento assume-se assim como componente válido para a compreensão

* UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; Fundação para a Ciência e Tecnologia.

** Município do Redondo. *E-mail*: rmataloto@gmail.com.

*** UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; Fundação para a Ciência e Tecnologia. *E-mail*: marcoandrade@campus.ul.pt.

**** UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa; Fundação para a Ciência e Tecnologia. *E-mail*: diana_nukushina@hotmail.com.

das comunidades megalíticas da área centro e alto-alentejana, durante o Neolítico final e o Calcolítico.

Palavras-chave: Megalitismo – Alentejo – Neolítico final-Calcolítico – Sepulcros-reocupação – Campaniforme

ABSTRACT

The passage grave of Estremoz 7 or Nossa Senhora da Conceição dos Olivais (NSCO) was excavated in 1934 under the supervision of Manuel Heleno. Erected on a small hill included on an open landscape, it would correspond to a monument of some substantial proportions, in which a relatively significant set of archaeological finds was collected. In geographical terms, its singular location separates this monument from the large clusters known in this regional area; however, the collected data allow to disclose some relevant observations, particularly about the cultural or technological «evolution» between geometric armatures and arrow-heads, the long-distance circulation of silicious raw-materials and the reuse of megalithic monuments during the late 3rd millennium BCE. This monument is therefore assumed as a valid component for the comprehension of the megalithic communities in the region of Central and North Alentejo, during the Late Neolithic and Chalcolithic.

Key-words: Megalithism – Alentejo – Late Neolithic-Chalcolithic – Monuments-reuse – Bell Beaker

PALAVRAS PRÉVIAS

Este trabalho foi iniciado pela vontade de um de nós (RM) em dar a conhecer o quase mítico conjunto campaniforme da Anta 7 de Estremoz, que tantas confusões e comentários havia gerado, sem nunca haver sido dado à estampa. O Rui Boaventura logo transformou essa vontade num projeto que mais propriamente, e à sua maneira, deveria corresponder à publicação monográfica dos resultados obtidos. Depois de alguns avanços e recuos, apenas em meados de setembro de 2015 nos reunimos pela primeira vez para darmos andamento ao estudo. Não mais nos voltámos a reunir em torno dos materiais, mas tivemos ainda longos debates sobre o significado dos mesmos; entretanto, o Marco e a Diana foram integrando a equipa e tiveram ainda a oportunidade de debater longamente com o Rui as problemáticas inerentes. O Rui escreveu, ainda, boa parte do texto que se apresenta, mas já não acompanhou a sua redação final. Deste modo, estamos certos que este não é o mesmo texto que seria se o Rui o tivesse acompanhado até ao fim, mas procurámos manter-nos fiéis às ideias que tantas vezes debatemos. Vamos falando amigo...

1. INTRODUÇÃO

A anta de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais (CNS 2276), de ora em diante referida pela sua sigla NSCO, foi mandada escavar por Manuel Heleno (1934), no âmbito da sua demanda pelo megálito original no Alentejo Central, nomeadamente na sua zona nor-ocidental (abrangendo os concelhos de Montemor-o-Novo, Coruche, Mora, Arraiolos) e no canto nordeste (coincidindo com o concelho de Estremoz, sobretudo a parte norte deste, ainda que tenha visitado a banda sul, como veremos). Seguiu uma nomenclatura muito própria,

provavelmente para distinguir os sepulcros de Estremoz daqueles da zona nor-ocidental do Alentejo Central – aí utilizou um sistema de ordenação e identificação numérico, e além de registar os topónimos locais associados a cada sítio, listou e designou-os sequencialmente, pela ordem dos trabalhos realizados: Estremoz 1, 2, 3, etc. Dessa forma, a anta NSCO é também designada por *Estremoz 7*.

Localmente, é ainda conhecida por Pedra da Ronca (CME, 2015; Medeiros, 2001), e já no

século XIX, antes de 1882, terá sido listada por Carlos Ribeiro, como «dólmen a 1800 m ao NO da muralha de Estremoz» (Neto, 1976-77, p. 103, linha 9). A Carta Militar de Portugal (escala 1:25000), folha 425, editada em 1944, registava ainda nas imediações da ermida pelo menos três topónimos sintomáticos da presença desta anta, mas que por se apresentarem no plural, provavelmente, também de outras entretanto desaparecidas: «Horta da Ilha das Antas», «Viver das Antas» e «Antas de Baixo».

Na sequência do ressurgimento dos lendários cadernos de apontamentos, a referida demanda de Manuel Heleno foi já alvo de estudo, relativamente recente (Rocha, 2005). Assim, optámos por não desenvolver este enquadramento, visto não ser esse o objetivo do presente trabalho, limitando-nos a alguns comentários nessa vertente, sempre que pertinentes.

A intervenção na anta desenvolveu-se, segundo o diretor do então Museu Etnológico (hoje Museu Nacional de Arqueologia – MNA), a 10 de setembro de 1934 e nos dias seguintes (Heleno, 1934, p. 2). Como habitual nestas ações, alguns trabalhadores rurais foram contratados para o efeito, podendo verificar-se a sua presença em algumas fotografias obtidas por Manuel Heleno (v. fig. 3).

Em algumas das fotografias apresentadas é ainda possível observar, a poucas dezenas de metros, a Ermida da Nossa Senhora da Conceição (dos Olivais), da qual a anta ganhou o nome. Edificada no último terço do século XVI (Espanca, 1975; Medeiros, 2001, p. 93), esta proximidade entre edifício religioso e anta havia sido já assinalada por J. Oliveira e colaboradores (1994-95 e 1997), que então procediam a um inventário de antas-capelas e capelas junto de antas. Aí realçavam a carga mágico-simbólica daquelas estruturas funerárias do Neolítico



Fig. 0 – Museu Nacional de Arqueologia, 12 de setembro de 2015, em torno dos materiais de NSCO.

sobre as populações posteriores, nomeadamente as de credo cristão católico. De facto, apesar de várias disposições das autoridades religiosas proscrevendo estas estruturas e outros espaços considerados pagãos, alguns destes edifícios e as suas imediações acabaram por ser associados ou mesmo integrados em construções religiosas de culto, provavelmente como um meio de apropriação de tradições locais relacionadas com superstições e lendas pagãs. Esta conversão tácita ter-se-á intensificado em contexto de Contra-Reforma pois, pelo menos dos casos listados (Oliveira, Sarantapoulos e Balesteros, 1997), a maioria daquelas igrejas e altares parecem ter sido erigidas nos finais do século XVI e no seguinte.

Manuel Heleno, sem que discutisse o assunto, registou no seu caderno dois apontamentos etnográficos relacionados com a anta:

- Uma tradição, quase brincadeira, associada à romaria da Nossa Senhora da Conceição em 8 de novembro, mas também à noite de missa do galo, no Natal. Era costume levar crianças e alguns adultos junto do esteio inteiro e perguntar-lhes se desejavam ouvir o roncar do mar. Para isso deviam encostar o ouvido à dita pedra e, nessa altura, empurravam a cabeça do «bacôa» contra a mesma (Heleno, 1934, p. 2) – provavelmente, a designação de «Pedra da Ronca» terá surgido desta tradição;
- Uma lenda rezava que o dono da propriedade em «certos tempos» tinha um filho que tinha a sina de morrer dum raio. Para evitar isso o pai mandou construir a anta, para onde mandaria o filho quando fazia trovoadas. Afinal o filho morreu dum raio (Heleno, 1934, p. 6-7).

Entretanto, o casal Leisner incluiu esta anta no seu inventário, porém, limitando-se a referir que teria sido escavada por Manuel Heleno, que ali recolheu pontas de seta, mas cujo relatório se encontrava então inédito (Leisner e Leisner, 1959, p. 153). Assim, os resultados da escavação deste sepulcro mantiveram-se desconhecidos até ao reaparecimento dos cadernos de Manuel Heleno e a sua revisão por L. Rocha (2005), nomeadamente com o estudo dos restos osteológicos humanos atribuíveis àquele jazigo, assinalando dois momentos cronológicos de uso na anta: um de Neolítico final/Calcolítico na câmara, e outro do «período campaniforme» no corredor (Rocha e Duarte, 2009, p. 766-767). Porém, o espólio arqueológico mantinha-se por publicar devidamente.

Face ao exposto, este trabalho visa caracterizar e enquadrar os interessantes dados obtidos na intervenção de Manuel Heleno.

1. O SEPULCRO MEGALÍTICO

A anta de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais (NSCO) implanta-se sobre uma pequena elevação integrada numa paisagem aberta, principalmente para poente, sobre contextos geológicos de ortognaisses hipercalinos entre rochas

câmbrias dolomitizadas e xistos silúricos (folha n.º 36B da Carta Geológica de Portugal, esc. 1:50000). Localiza-se, na folha n.º 425 da Carta Militar de Portugal (esc. 1:25000), nas seguintes coordenadas UTM (seg. Rocha, 2005, vol. 2, p. 458):

X (m): 620330

Y (p): 4301516

Z (alt.): 360 m.



Fig. 1 – Em cima: situação de NSCO no ocidente peninsular; em baixo: localização de NSCO na folha n.º 425 da Carta Militar de Portugal (esc. 1:25000).



Fig. 2 – Em cima: aspeto de NSCO em 1934, à altura da sua escavação (MNA, Arquivo Fotográfico); ao lado: aspeto atual de NSCO. Em ambas imagens, é visível Estremoz ao fundo.



Fig. 3 – Aspeto dos trabalhos de escavação de NSCO, em 1934 (MNA, Arquivo Fotográfico).

Fig.4 – Igreja e anta de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais em dia de romaria (8 de dezembro), nos finais dos anos 80. Foto do Prof. Doutor Jorge Oliveira, a quem se agradece.

Ainda que as anotações de Manuel Heleno sejam esparsas, não constando qualquer tipo de planta da estrutura escavada, foi possível perceber genericamente que o sepulcro se encontrava já bastante afetado por investidas anteriores, uma delas em meados do século XIX, quando, pelo menos dois dos esteios da câmara terão sido partidos e utilizados na construção de uma estrada (Heleno, 1934, p. 9). Além do único esteio quase inteiro da câmara, Manuel Heleno identificou as valas de implantação de lajes sumidas, bem como três esteios ainda *in situ*, um deles o de cabeceira (esteio C), mas partidos quase ao nível do solo. No corredor, apenas detetou uma fiada de três lajes do lado Sul, também ao nível do solo, restando do lado norte a vala de implantação de outras entretanto desaparecidas.

Câmara		Corredor	
Esteio	Dimensões (em metros)	Esteio	Dimensões (em metros)
A	Inteiro; A-2,25+1,27/L-1,30/E-0,95	IE	Partido; A-0,60/L-0,93/E-0,23
B	Partido; A-0,48/L-1,10/E-0,17	IIE	Partido; A-0,80+0,65/L-0,76/E-0,39
C	Partido; A-0,15+1,15/L-2/E-0,31	IIIE	Partido; A-0,40/L-0,60/O,21
D	Partido; A-0,18+1/L-1,60; E-0,40		

Tabela 1 – Dimensões e estado de conservação dos ortóstatos preservados de NSCO.

Hoje é ainda possível observar o esteio de granito da anta, bem como outros dois esteios da câmara, mas a restante estrutura encontra-se escondida e afetada pela plantação de uma vinha, provavelmente instalada na transição de milénio. Na câmara, avistam-se ainda alguns blocos ali deixados, um deles talvez proveniente do corredor. Esta imagem, porém, não diverge muito daquela registada em meados da década de 1990 por J. Oliveira e colaboradores (1997, p. 33), que à data realizaram uma planta da anta, limitada aos três esteios da câmara então visíveis, com mais algumas lajes jazendo junto daqueles, talvez elementos do corredor. Portanto, com base nas informações disponíveis, nomeadamente as fotos de 1934, foi possível esquematizar a planta da anta que, para Manuel Heleno, teria sido de grandes dimensões.

Segundo nos descreve Manuel Heleno a câmara teria um formato arredondado, o que cremos resultar da impressão que as valas de implantação detetadas suscitavam face à ausência das lajes, pois o formato paralelepípedo destas daria certamente uma geometria mais poligonal ao espaço da estrutura. Assim, o eixo longitudinal da anta teria cerca de 7,20 m, dos quais 4 m seriam da câmara, por cerca de 4,40 m de eixo transversal (norte-sul), e a sua entrada mediria 1,43 m. A altura da anta poderá ser estimada com base no único esteio quase inteiro, que alcançava os 2,25 m. O corredor, virado a nascente, apresentaria então 3,20 m de comprimento por cerca de 1,85 m de largura, sendo impossível estimar a sua altura.

A ereção da anta, numa colina com um substrato rochoso próximo da superfície, terá sido uma tarefa árdua. Porém, a abertura das ditas valas, apesar da aparente dureza do substrato, não foi um obstáculo para a tecnologia



Fig. 5 – Planta e localização da anta em relação à Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais (adaptado de Oliveira et al., 1997, p. 33).

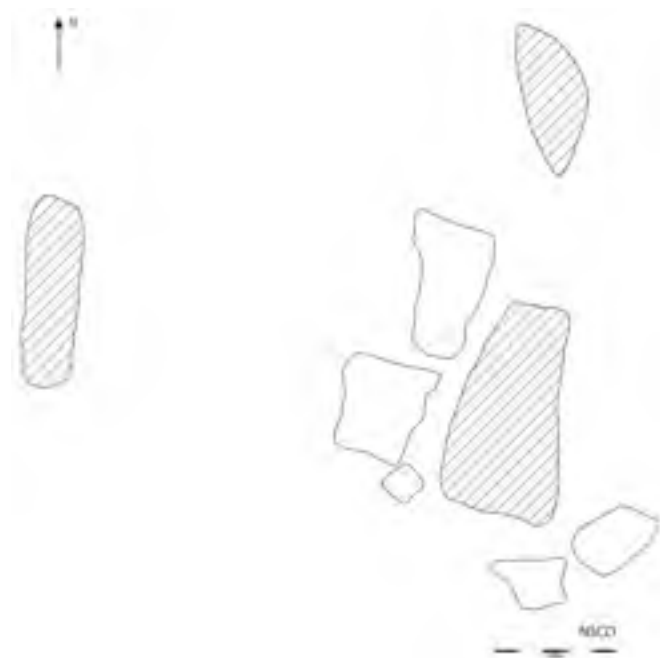


Fig. 6 – Planta de NSCO, conjugando o que é atualmente visível com a planta apresentada por Oliveira *et al.* (1997, p. 33).

pré-histórica. Por outro lado, facilitou a Manuel Heleno a deteção das valas de implantação, que atingiam cerca de 0,80 a 1 m de profundidade.

Manuel Heleno destacava ainda o esteio quase completo por ser de «granito rijo», quando as restantes lajes eram de outro tipo de rocha, que não nomeou – a observação recente dos dois topos visíveis aponta para prováveis calcários dolomíticos, que se registam nas imediações. Assim, anotava que aquela rocha não existia nas redondezas do local da anta e teria vindo pelo menos de uma distância superior a 7 km (Heleno, 1934, p. 9).

A análise da folha n.º 36B da Carta Geológica de Portugal (SGP, Gonçalves, 1972), na escala

1:50000, revela que o substrato geológico onde a anta foi implantada corresponde a uma pequena e estreita faixa lenticular de ortognaisses hiperalcalinos de grão fino, limitada a norte por outra estreita faixa de dolomitos e calcários dolomíticos cristalinos, ambos rodeados por xistos com intercalações de liditos e xistos grafitosos.

Em redor da anta, só a cerca de 14 km para sudoeste, próximo de Évora-monte, surge uma mancha de granodioritos (SGP, Gonçalves, 1972), havendo outras manchas similares para norte, a maiores distâncias. Desta forma, há pelo menos duas hipóteses, a esclarecer: a laje dita de «granito» corresponde ao ortognaisse local ou, de facto, a origem daquele bloco é alóctone, o que terá implicado um transporte de uma distância considerável.

2. O ESPÓLIO ARROLADO E O ATUAL

O espólio recolhido na anta e brevemente listado por Manuel Heleno coincide em grande parte com aquele que nos foi possível analisar em depósito no MNA, mas registaram-se algumas discrepâncias, nomeadamente: um número de contas de colar discoides de xisto presentemente superior em cerca de um terço àquelas anotadas, levando a crer que algumas terão sido recolhidas no crivo depois da visita de Manuel Heleno; apesar do destaque do vaso troncónico e da



Fig. 7 – Aspeto do enterramento identificado no espaço do Corredor de NSCO (MNA, Arquivo Fotográfico). De notar o conjunto de ossos longos, possivelmente correspondentes aos membros superiores, depositados durante a escavação na parte externa do Corredor.

çaçoila encontrados no corredor, há ainda outros fragmentos cerâmicos de recipientes não mencionados; a ausência de um «núcleo de cristal», duas das mós mencionadas e um tostão de D. Manuel II.

Infelizmente, também a localização dos achados dentro da estrutura é limitada, tanto em plano como em profundidade, limitando-se o arqueólogo a listar e atribuir a sua proveniência à área da câmara ou do corredor. A exceção foram as ossadas dos membros inferiores, ainda em conexão anatómica, de um indivíduo humano, registadas a cerca de 0,30 m de profundidade face à superfície, e devidamente fotografadas (v. fig. 7). O estudo antropológico deste conjunto foi já apresentado (Rocha e Duarte, 2009), pelo que nos absteremos de efetuar considerações a este respeito.

Helena		MNA	
Lascados (total)		Lascados (total)	
Sílices	29	Geométricos	25
Setas retas/concavas	18	Pontas seta reta/côncava (tipo 1)	27
Setas convexas	24	Pontas seta convexa (tipo 2)	19
Facas	4	Lâminas	6

Heleno		MNA	
		Lamela	1
		Lascas	4
		Micro-buril	1
Núcleo de cristal	1		?
Polidos (total)	3	Polidos (total)	3
Machado	1		
Martelo	2	Martelos	
Pedra afeiçãoada	3	Pedra afeiçãoada	1
Mó	3	Mó movente	1
Chapão	1	Ídolo-placa	1
Recipientes cerâmicos		Recipientes cerâmicos	
Vaso	1	Vaso troncocónico	1
Vaso colo côncavo	1	Caçoila	1
		Taça hemisférica	1
		Taça carenada	1
		Frag. cerâmico	1
Outras cerâmicas		Outras cerâmicas	
Peso de barro	1	Elemento de tear	1
Cilindro barro	1	Peça de jogo cilíndrica (?)	1
Contas (total)	114	Adornos (total)	148
Contas em roda	104	Contas discoides	137
Contas bicónicas	10	Contas bitroncónicas	9
		Conta ovoide	2
Tostão D. Manuel II	1		?
Dentes	+		+
Ossos humanos	+		+
		Pedras sem trabalho	1

Tabela 2 – Inventário do espólio recolhido em NSCO segundo o Caderno de Campo de Manuel Heleno e materiais atualmente em depósito MNA

2.1. Pedra lascada

O conjunto de pedra lascada depositado no MNA totaliza 90 peças, das quais 89% correspondem a utensílios retocados, destacando-se o domínio das pontas de seta (66%), surgindo, em menor número, os geométricos (30%).

Com efeito, a presença de lâminas (5 peças) e lascas (3 peças) não-retocadas é pouco significativa (9%). Ao nível dos restos de talhe, com apenas dois registos, destaca-se a presença de um micro-buril. Os núcleos encontram-se ausentes da coleção (apesar da referência a «um núcleo de cristal» por Manuel Heleno). Algumas das peças apresentam vestígios da aplicação de tratamento térmico (por

vezes, não controlado, como visível nas fraturas de tipo *potlid* registadas no fragmento de lâmina 2015.03.110)

Utensílio	N.º	%
Furadores	1	1,25
Geométricos	24	30,00
Lamelas retocadas	1	1,25
Lâminas retocadas	1	1,25
Pontas de seta	53	66,25
Lascas retocadas	2	2,50
Total	80	100,00

Tabela 3 – Utensílios retocados identificados no conjunto lítico

Ao nível das matérias-primas utilizadas, verifica-se o claro predomínio de quartzos (43 %, entre quartzo hialino e quartzo leitoso), verificado quase exclusivamente em geométricos e pontas de seta, e, por outro lado, do sílex (38 %), que aparenta ter uma utilização mais geral ao nível das categorias de indústria lítica identificadas. No que respeita especificamente ao quartzo hialino, e quando observados apenas os geométricos e pontas de seta, verifica-se uma utilização muito mais destacada na produção de pontas.

O sílex aparenta provir sobretudo da região da Estremadura Portuguesa, constituindo uma matéria-prima extrarregional. Não obstante, e numa visão geral, as matérias-primas de proveniência local e extrarregional têm uma representação idêntica no conjunto analisado (matéria debatida mais à frente).

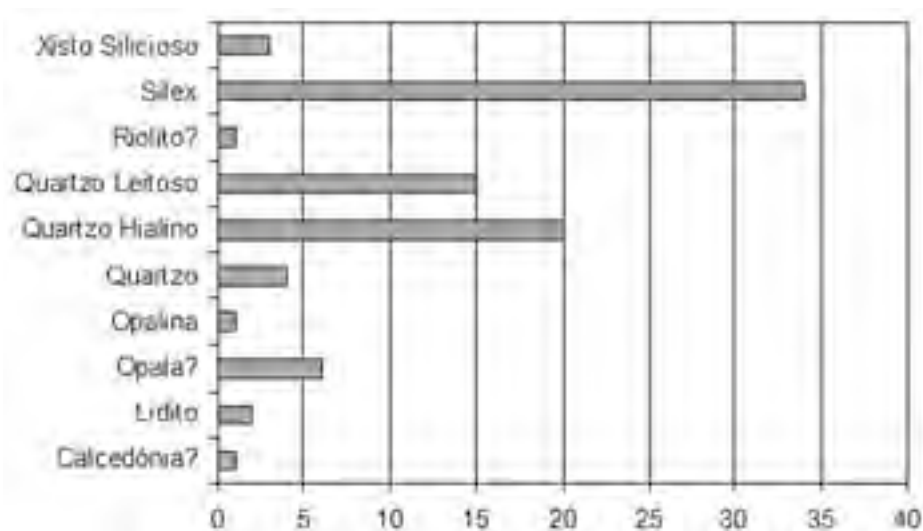


Gráfico 1 – Representação das matérias-primas no conjunto de indústria lítica de NSCO.

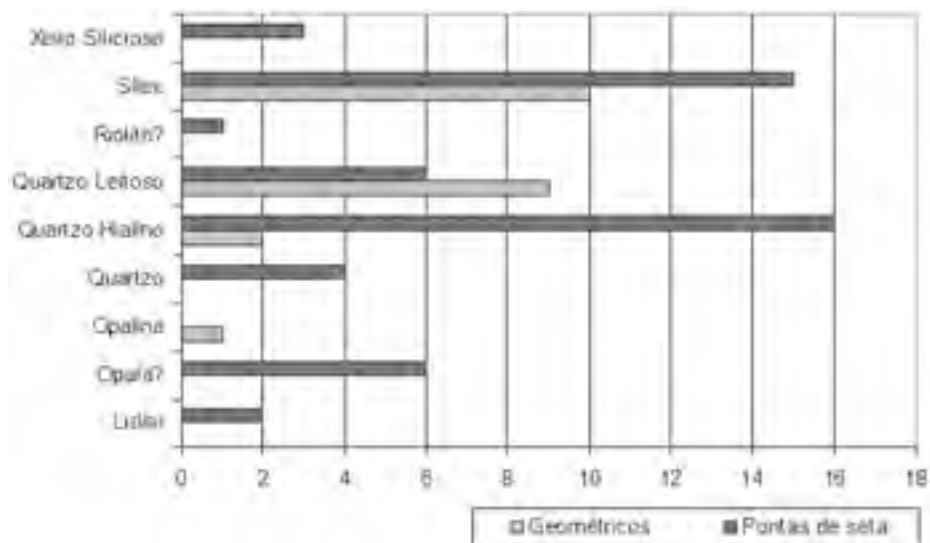


Gráfico 2 – Representação das matérias-primas no conjunto de pontas de seta e geométricos de NSCO.

2.1.1. Produtos alongados

Apesar da escassa presença de produtos alongados, as peças que fazem parte deste conjunto dizem respeito, sobretudo, a suportes não-retocados. Do conjunto total (7 registos), apenas se regista uma lamela retocada (configurando um possível esboço de ponta de seta), destacando-se a presença de lâminas, cuja largura é, ainda assim, relativamente reduzida ($15,3 \pm 4,3$ mm). A lâmina retocada (2015.03.82) (v. fig. 8 e 9) é a única que se encontra conservada integralmente nas suas dimensões, atingindo os 154 mm de comprimento e 21 mm de largura, sendo também a que apresenta o maior valor ao nível da largura.

2.1.2. Geométricos

Os 24 geométricos correspondem, na sua totalidade, a trapézios assimétricos, dos quais 9 apresentam uma pequena truncatura de delineação côncava e retoque bifacial. Em alguns exemplares, esta concavidade é acentuada (como os casos das peças 2015.03.23 ou 2015.03.25) (v. fig. 10), sugerindo uma proximidade formal às pontas de seta. A base maior apresenta frequentemente uma forma sinuosa.

Os trapézios apresentam maioritariamente uma secção trapezoidal e uma largura média de $13,5 \pm 2,0$ mm, verificando-se a utilização de lâminas estreitas como suporte para a produção destes utensílios.

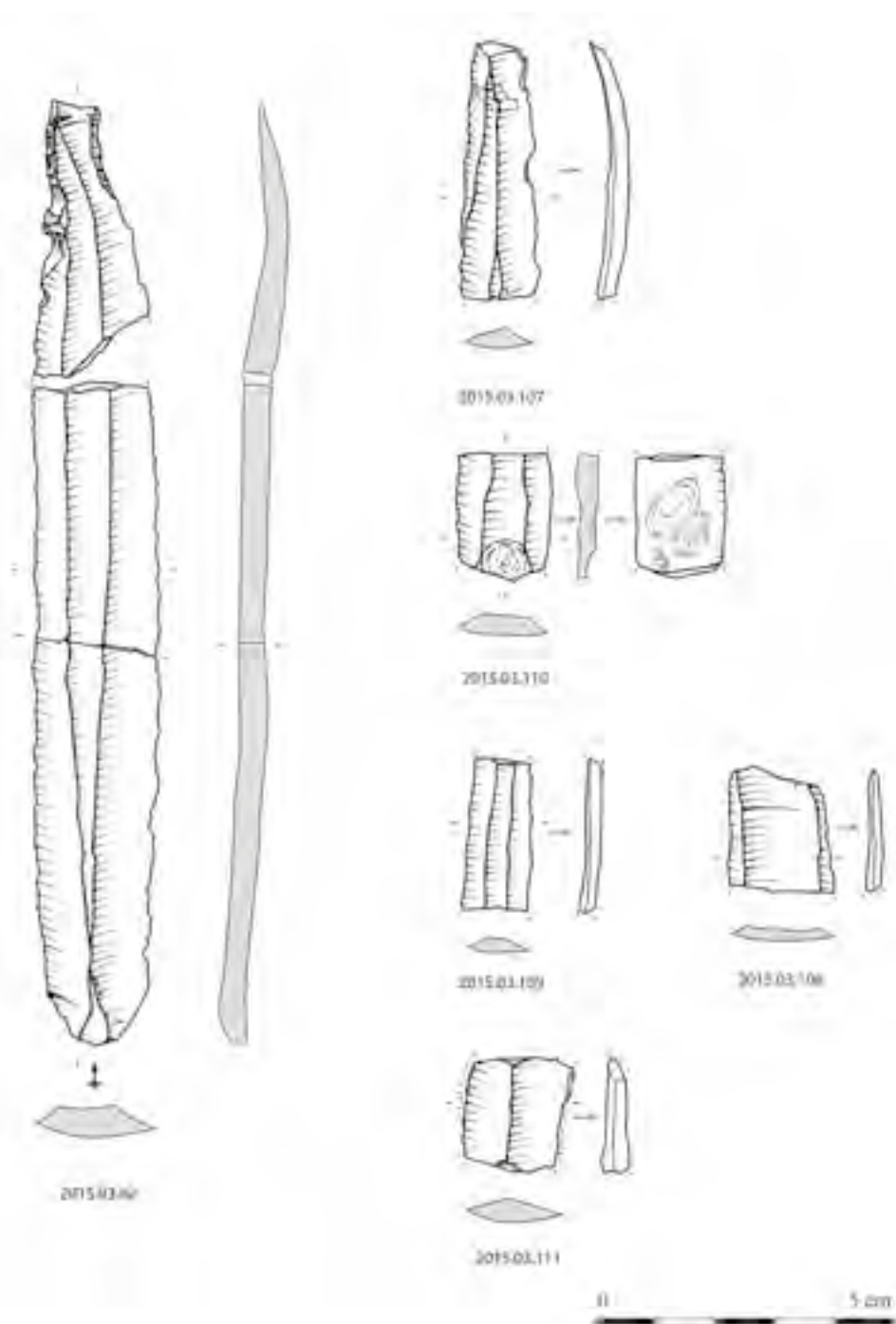


Fig. 8 – Produtos alongados recolhidos em NSCO, todos em sílex (exceto 2015.03.107, possivelmente calcadónia).



Fig. 9 – Lâmina de sílex retocada 2015.03.82 recolhida no Corredor de NSCO.

Padrões métricos	Média
Comprimento	22,0±3,7
Largura	13,5±2,0
Espessura	3,8±1,1

Tabela 4 – Padrões métricos (mm) dos trapézios inteiros de NSCO.

Ao nível da correlação comprimento-largura, os exemplares inteiros revelam uma uniformidade considerável, com comprimentos que oscilam entre os 17 e os 29 mm. As diferenças das matérias-primas não parecem ser particularmente significativas na dimensão das peças, denotando-se apenas um comprimento relativamente maior de alguns exemplares em quartzo.

Quando comparamos as dimensões dos exemplares desta anta com as de outros sepulcros já analisados, como Cabeço da Areia, Rabuje 5, Godinhos, Talha 3 (Mataloto et al., 2015), e apesar da diferença considerável ao nível do número de peças recolhidas entre alguns sítios, podemos verificar a existência de

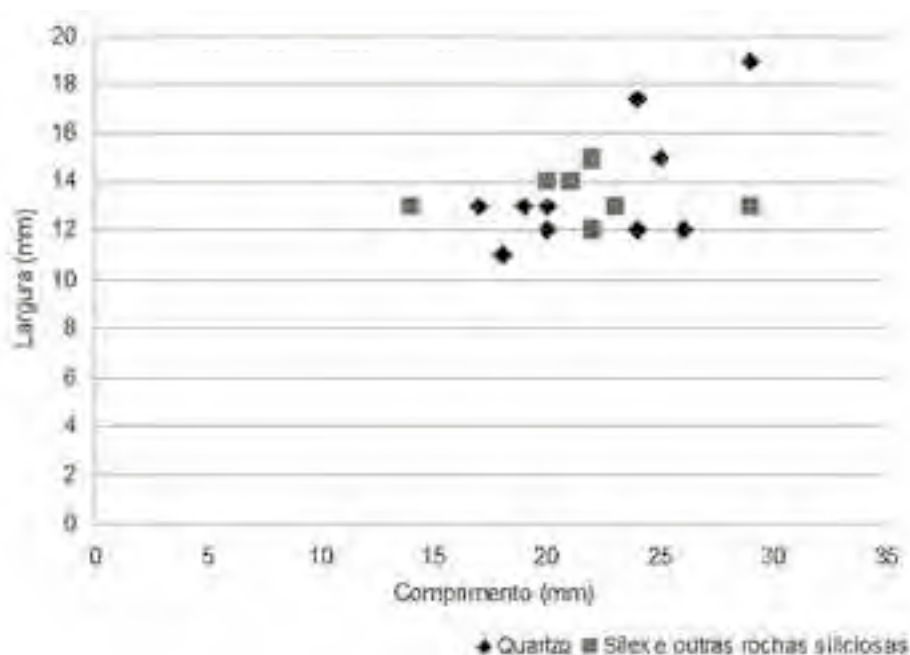


Gráfico 3 – Correlação comprimento-largura (mm) dos trapézios inteiros NSCO, por tipo de matéria-prima.

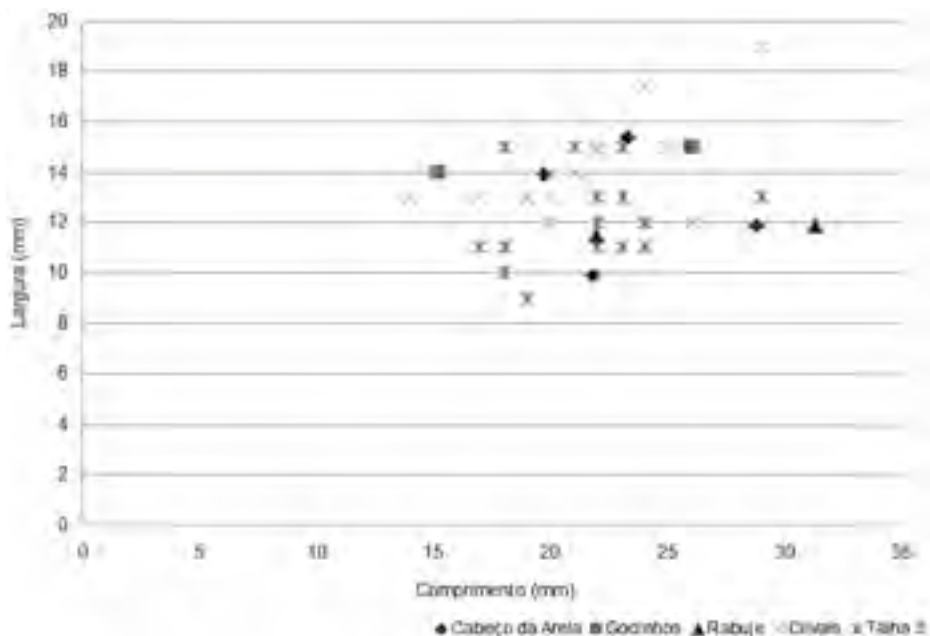


Gráfico 4 – Comprimentos e larguras comparadas dos trapézios inteiros provenientes dos sepulcros de Rabuje 5, NSCO, Godinhos, Cabeço da Areia e Talha 3.

uma uniformidade evidente ao nível das dimensões, sobretudo das larguras, o que indicia a escolha de suportes estreitos (na sua maioria de largura inferior a 16 mm) para a produção destes utensílios.

2.1.3. Pontas de seta

O conjunto de pontas de seta destaca-se pela sua relativa grande dimensão (N=53) e bom estado de conservação, encontrando-se 43 peças completas.

Ao nível tipológico, e seguindo a proposta de S. Forenbaher (1999), verifica-se uma variedade formal bastante considerável, destacando-se, contudo, a maior frequência do tipo 1.0C1, de base convexa (32%), e em muito menor grau, do tipo 1.0A0 (11%), de base reta e 2.0B0 (9%), de base côncava. Com efeito, se atendermos apenas às bases, dominam claramente as formas convexas (49%), seguidas pelas bases retas (26%). Este aspeto parece-nos de suma relevância na valorização da integração cultural das comunidades que construíram e utilizaram NSCO.

Na realidade, cremos que a Serra d'Ossa, tal como M. Calado havia já intuído (Calado, 2001), terá sido um verdadeiro território de fronteira cultural, constituindo a tipologia das pontas de seta um dos mais claros indicadores desta situação. Efetivamente, a sul da Serra d'Ossa, o domínio das bases retas e côncavas é total, sendo as pontas de seta de base convexa ou de base triangular virtualmente desconhecidas, como podemos apurar tanto em contexto habitacional no povoado de São Pedro (Redondo), com mais de 300 exemplares, como em contexto funerário,

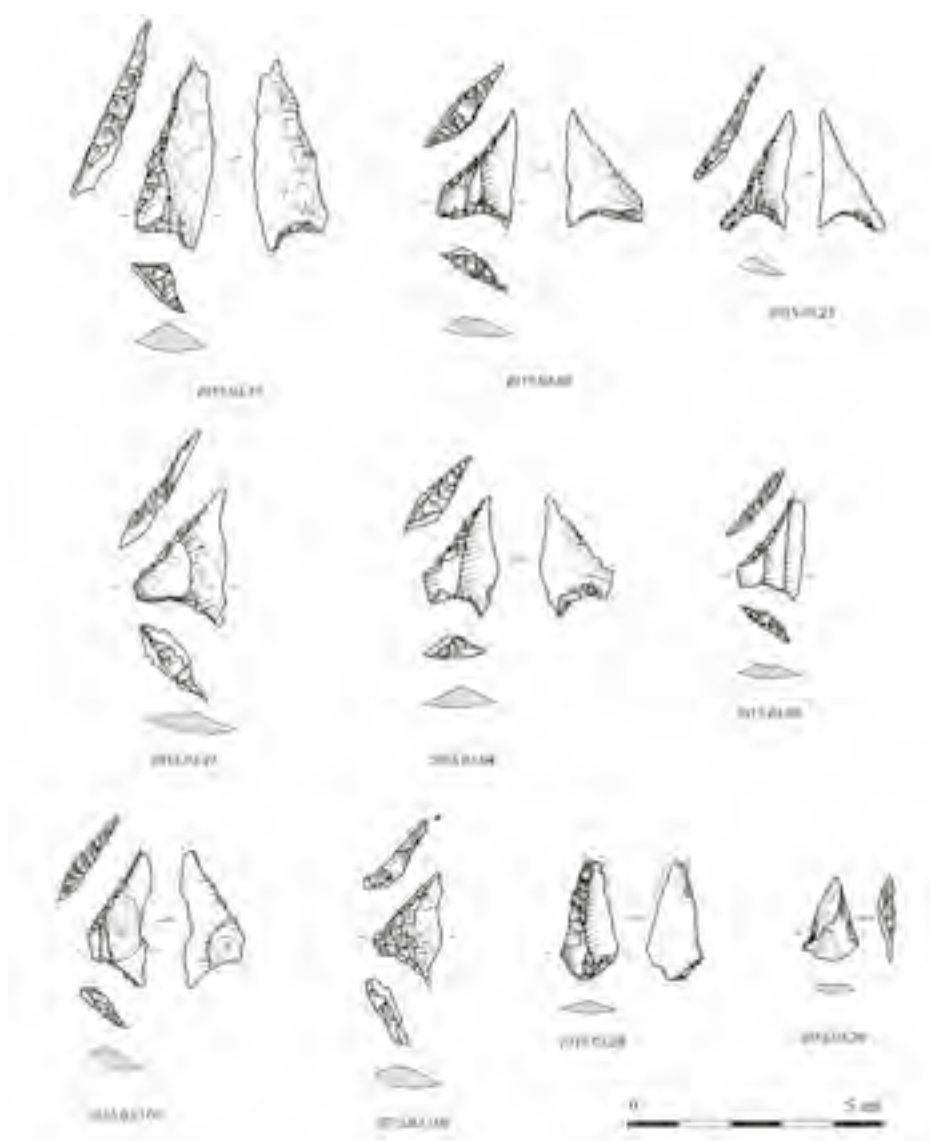


Fig. 10 – Exemplos dos geométricos recolhidos em NSCO, em sílex e quartzo. O exemplar 2015.03.28 corresponde a uma possível ponta de tipo Pedra Branca.

como se pode deduzir quer dos resultados do sepulcro do Caladinho (Redondo), com mais de 50 exemplares, ou em todo o conjunto exumado em Reguengos de Monsaraz (Leisner e Leisner, 1951), reforçado recentemente pelos resultados tanto da Anta 3 de Santa Margarida (Gonçalves, 2003), como nas antas escavadas no âmbito do plano de minimização de impactes de Alqueva, principalmente Anta 1 do Xarez (Gonçalves, 2013). Também nos sepulcros 1 e 2 dos Perdigões se constatou a mesma situação, como foi recentemente apontado (Mendonça e Carvalho, 2016, p. 39). Na Anta Grande do Zambujeiro parecem dominar as pon-



Fig.11 – Exemplos dos geométricos recolhidos em NSCO. Em cima (da esquerda para a direita): 2015.03.96, 2015.03.88 e 2015.03.89; em baixo (da esquerda para a direita): 2015.03.95 e 2015.03.97. Todos em sílex, exceto 2015.03.96, possivelmente em calcedónia.

tas de seta de base reta, ainda que os dados apresentados sejam estranhamente lacónicos (Rocha e Santos, 2015). Apesar da grande dimensão do conjunto de pontas de seta analisado (N=53), não se observam diferenças consideráveis ao nível dos seus comprimentos e larguras consoante a matéria-prima – as peças em sílex apresentam um comprimento médio de $21,6\pm 4$ mm, enquanto as de quartzo $21,5\pm 5,3$ mm. Denota-se, ainda assim, uma relativa maior variabilidade destas dimensões nas peças em quartzo, o que deverá estar relacionado com as maiores dificuldades no talhe desta matéria-prima para a obtenção de utensílios estandardizados. Por outro lado, não deixa de ser interessante realçar que o comprimento médio do conjunto de pontas de seta inteiras ($21,6\pm 5,1$ mm) apresenta um valor muito próximo daquele verificado para os geométricos ($22,0\pm 3,7$ mm), revelando mais um aspeto da proximidade morfológica destas peças.

Padrões métricos	Média
Comprimento	$21,6\pm 5,1$
Largura	$11,5\pm 2,0$
Espessura	$2,8\pm 0,8$

Tabela 5 – Padrões métricos (mm) das pontas de seta inteiras de NSCO.

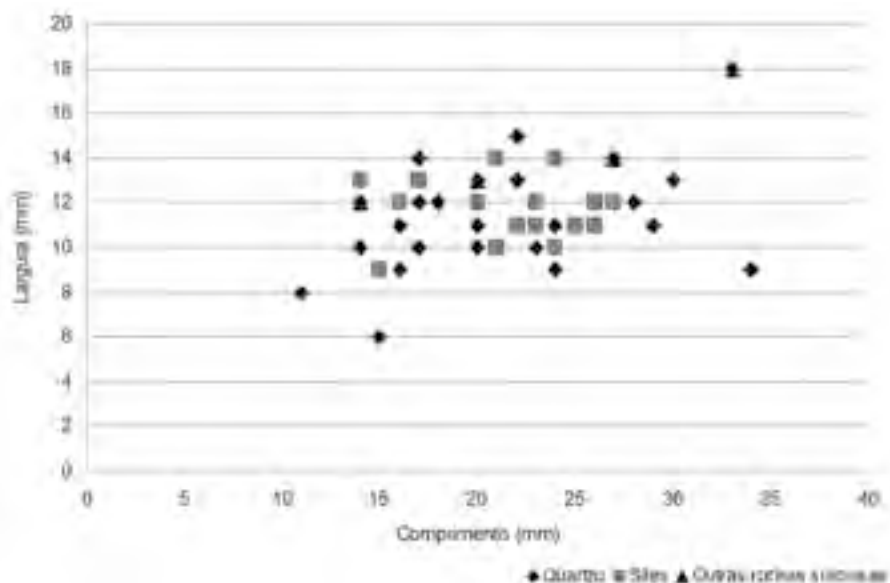


Gráfico 5 – Comprimentos e larguras (mm) comparadas das pontas de seta inteiras de NSCO, por tipo de matéria-prima.

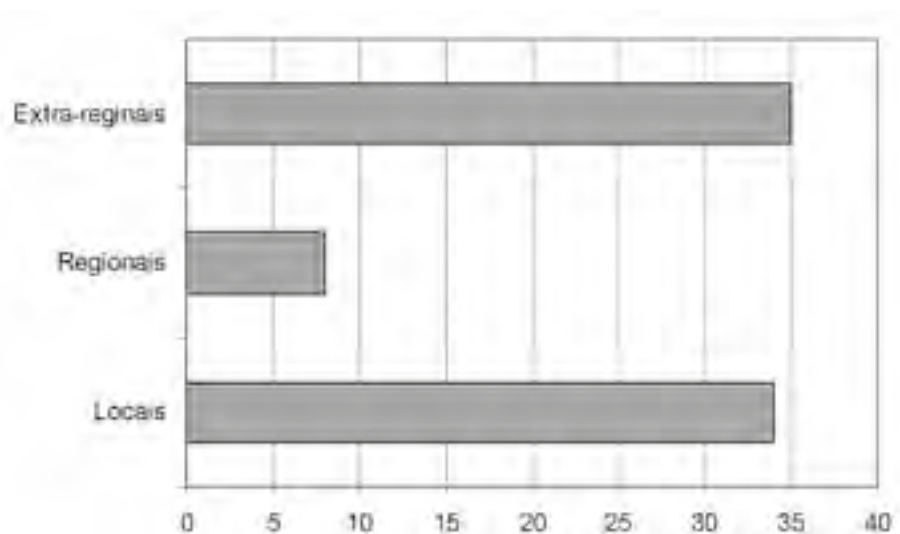


Gráfico 6 – Área provável de proveniência das matérias-primas identificadas no conjunto lítico (N=77) de NSCO.

2.1.4. Matérias-primas dos líticos talhados e seu aprovisionamento.

No que diz respeito ao aprovisionamento de matérias-primas para a produção de artefactos de pedra lascada várias observações são possíveis, com base numa avaliação macroscópica (com recurso a lupa binocular Leica MZ6) das características petrográficas das mesmas. A avaliação da origem geológica das

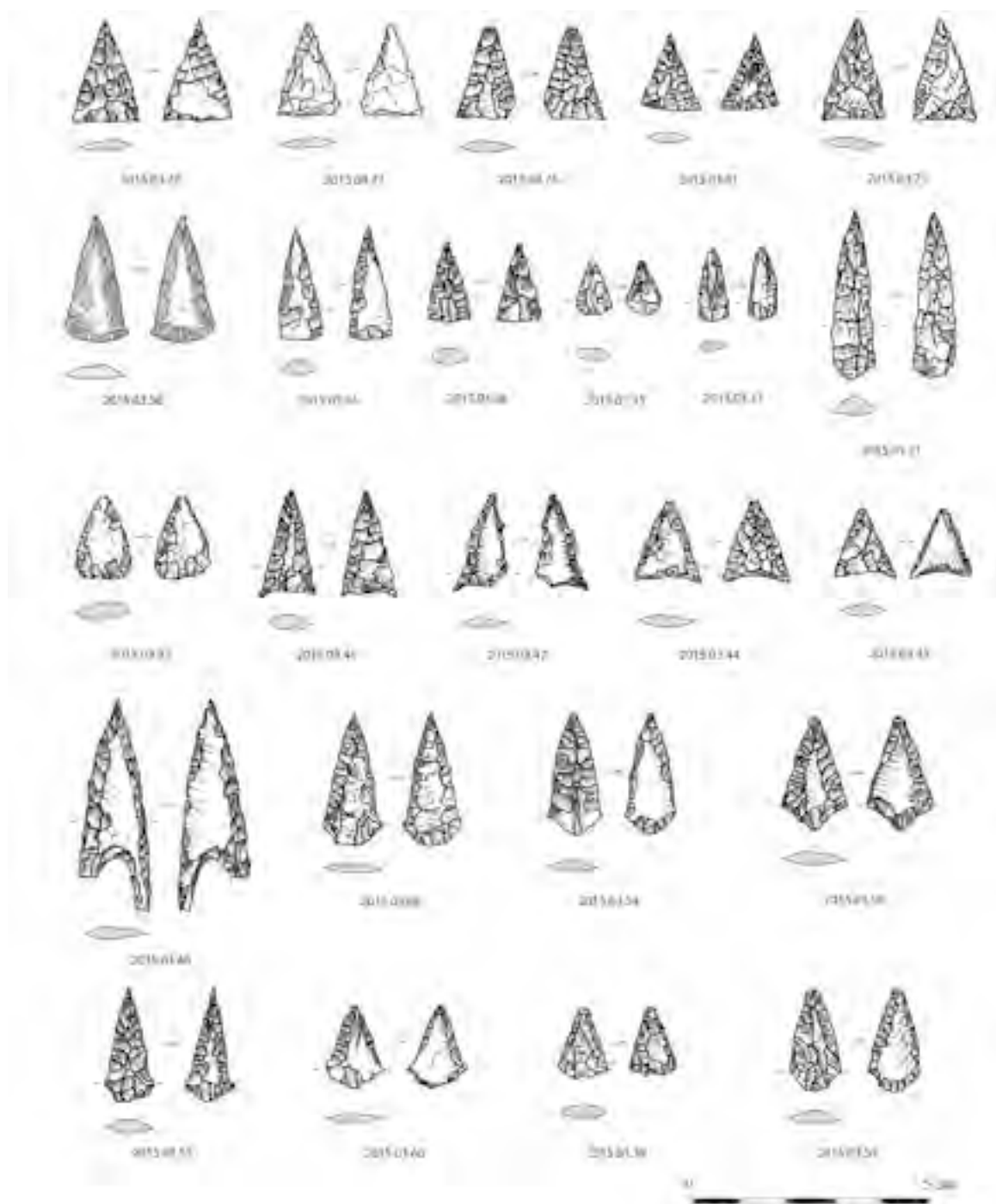


Fig. 12 – Exemplos das pontas de seta recolhidas em NSCO, em sílex e quartzo (exceto os exemplares 2015.03.77 em lidito e 2015.03.48 em xisto silicioso). O exemplar 2015.03.56 corresponde a um elemento em sílex oolítico.



Fig. 13 – Exemplos de pontas de seta de base convexa e barbelas laterais, de rocha siliciosa (opala?), sílex, quartzo hialino e quartzo leitoso, recolhidas em NSCO. Em cima (da esquerda para a direita): 2015.03.51, 2015.03.52 e 2015.03.54; em baixo (da esquerda para a direita): 2015.03.55, 2015.03.64 e 2015.03.53. À direita, o exemplar em sílex oolítico 2015.03.56.

matérias-primas para artefactos de pedra lascada de NSCO foi realizada sobre todos os artefactos disponíveis, sendo possível inferir matérias-primas de origem local, regional e extrarregional.

Alargando o esquema proposto por J.-M. Geneste (1985; 1991) para as comunidades de caçadores-recoletores, sugerimos, para o caso de NSCO (e, genericamente, para as comunidades megalíticas alentejanas), as seguintes escalas de análise, tendo em conta os padrões de mobilidade das comunidades do Neolítico final e Calcolítico:

- Aprovisionamento local – até 10 km de raio;
- Aprovisionamento regional – entre 10 e 50 km de raio;
- Aprovisionamento extrarregional – superior a 50 km de raio;

Obviamente que a definição destas escalas de análise obedece a critérios teóricos lineares, sendo assim de relativizar a sua aplicação, dependente de fatores diversos. Desde logo, há que ter em conta as fronteiras naturais existentes – destacando-se, neste caso, a Serra d’Ossa e as elevações do Anticlinal de Estremoz, óbvios condicionadores de transitabilidade. Por outro lado, há que referir que movimentações de rebanhos, expedições de caça ou outras quaisquer manobras

logísticas de pequena escala poderão atingir distâncias superiores a 10 km (e mesmo superiores a 50 km), sendo contudo sempre assumidas como atividades «locais» (em que entre a partida e a chegada à base de assentamento poderão decorrer poucos dias), podendo ter como repercussão o aprovisionamento ocasional de matérias-primas (e seu conseqüente transporte para a área residencial).

Independentemente do artefacto, é possível seriar vários tipos de matérias-primas: quartzo (distinguindo-se entre o quartzo semi-translúcido e o quartzo leitoso opaco), quartzo hialino, lidito, xisto silicioso, riólito, sílex e outras rochas siliciosas (aparentemente, calcedónia e opala).

Como matérias-primas de aprovisionamento local poderemos sugerir o quartzo e o lidito. A ocorrência destas rochas está devidamente cartografada no contexto imediato de NSCO, sob a forma de massas e filões associados a ambientes geológicos diversos. Da mesma maneira, regista-se a sua presença abundante, sob a forma de seixos rolados, nos leitos dos cursos de água desta área – sendo assim imediata a sua disponibilidade.

O mesmo se poderá dizer para o quartzo hialino, de formação em contextos magmáticos pegmatíticos ou em veios hidrotermais por precipitação química, podendo ter origem local – por vezes, presentes em volumes consideráveis, como o grande cristal da Anta do Cascalho (Estremoz 12, conjunto em estudo por MAA) ou o recolhido no Sepulcro 1 dos Perdigões (Valera, n. p.). A sua recolção em cursos de água também está atestada, segundo os exemplos dos cristais rolados recolhidos na Anta Grande da Ordem e Anta da Capela, Avis (conjuntos em estudo por MAA).

Apesar da sua ocorrência local, poder-se-á considerar igualmente o lidito como de origem regional, com diversas ocorrências cartografadas num raio superior a 10 km. Contudo, a disponibilidade local desta matéria-prima, referida acima, permite subvalorizar a sua origem mais distante. Apenas o riólito (de tonalidade verde-acinzentada, de grão fino) e o xisto silicioso (de tonalidade acinzentada e vermelho-acinzentada) poderão ser assumidos como de origem regional, com ocorrências registadas num raio entre 10 e 50 km nas áreas do Alto Alentejo (Ponte de Sor, Avis) e Alentejo Central (Montemor-o-Novo, Viana do Alentejo), em contextos silúricos e ordovícicos – sendo de referir igualmente a sua ocorrência na faixa piritosa do Baixo Alentejo, podendo ser já considerada neste âmbito como de origem extrarregional.

Será igualmente de considerar a ocorrência regional de xisto silicioso nas espaldas da Serra d'Ossa, em contextos pré-câmbrios – podendo corresponder a *banded iron formations*, sugerido pela ponta de seta 2015.03.42, apresentando veios de óxidos de ferro dispostos paralelamente à laminação da rocha. Por outro lado, a potencial presença destes xistos no Sinclinal de Terena sugere igualmente a possibilidade local da sua proveniência.

O conjunto dos artefactos em sílex, sendo esta a matéria-prima assumidamente extrarregional, apresenta-se bastante homogéneo, a nível da potencial origem da matéria-prima (dentro da mesma unidade regional, mas não necessariamente do mesmo local). A larga maioria (cerca de 94%) dos sílices utilizados é genericamente de excelente qualidade, de grão-fino, apresentando escassas falhas internas. São geralmente semitranslúcidos, com uma vasta gama de tonalidades – castanho, vermelho-acinzentado, vermelho-acastanhado, rosado, bege, bege-acastanhado, cinzento (claro e escuro), cinzento-esverdeado, esbranquiçado (possivelmente alterado). A textura *mudstone* é uma característica homogénea na globalidade do conjunto, observando-se excecionalmente algumas áreas grosseiras que poderão corresponder a zonamentos micro- e macro-quártzicos, assim como pontilhados avermelhados (óxidos de ferro), fissuras preenchidas por calcedónia e escassos vestígios bioclásticos deficientemente preservados.

Estas características são típicas das silicificações do Cenomaniano superior (Cretácico) da área da Estremadura portuguesa, sendo possível (de acordo com certas particularidades petrográficas) reconhecer sílices maioritariamente provenientes da região de Rio Maior (Azinheira e Amieira-Arruda, por exemplo) e residualmente da área de Ourém (Pederneira e Caxarias), este último principalmente evidente na lâmina 2015.03.82 (v. fig. 8 e 9). Todavia, ainda que outras potenciais áreas de aprovisionamento com características semelhantes se encontrem disponíveis, destacamos aquelas por aí se registarem oficinas de talhe do Neolítico final e Calcolítico orientadas para a produção de foliáceos e grandes lâminas (Andrade et al., 2014; Andrade e Matias, 2013; Zilhão, 1994 e 1997; Forenbaheer, 1999; cf. Matias, 2012; Aubry et al., 2009 e 2014 a respeito das características petrográficas destes sílices).

Apenas dois elementos se destacam do conjunto dos sílices, apresentando características distintas. A ponta de seta 2015.03.56, de grão fino e tonalidade bege-acinzentada, apresenta textura *packstone-grainstone*, com uma alta densidade de oóides na sua estrutura. Apresenta características semelhantes àquelas registadas nas silicificações oolíticas jurássicas da área sub-bética, entre Málaga e Granada, onde se registam numerosas minas/oficinas de talhe direccionadas para a produção de lâminas e peças bifaciais, como La Venta ou Los Gallumbares (Ramos Millán et al. 1993; Martínez Fernández et al. 2006; Morgado e Lozano, 2011; Morgado Rodríguez et al., 2011).

Embora se registem igualmente calcários oolíticos nos contextos jurássicos das áreas do Barlavento Algarvio e Maciço Calcário Estremenho, a presença de silicificações com estas características petrográficas não está devidamente identificada – pelo inverso, a presença de artefactos produzidos sobre sílex oolítico potencialmente sub-bético está convenientemente documentada na área alentejana e na área contígua da Extremadura espanhola (Nocete et al., 2005; Cerrillo

Cuenca, 2009; Morgado Rodríguez et al., 2011), principalmente sob a forma de grandes lâminas ou grandes pontas bifaciais¹.

Seja como for, a sua presença está bem atestada em diversos contextos alentejanos, aspeto recentemente reforçado com o conjunto dos Perdigões (Valera, n. p.; Mendonça e Carvalho, 2016). Todavia, o registo de uma ponta de seta em sílex oolítico em NSCO poderá indiciar uma presença e consumo totalmente distinto do proposto por F. Nocete com base na circulação de grandes lâminas, enquanto elementos reveladores de um consumo sumptuário, controlado por estruturas sociais fortemente hierarquizadas (Nocete et al., 2005, p. 77). Outros autores haviam já considerado com bastante cautela as leituras político-sociais inerentes à circulação das grandes lâminas oolíticas (Cerrillo Cuenca, 2009, p. 61). Na realidade, o exemplo de NSCO poderá indiciar que a muito escassa representação desta matéria-prima, e a sua associação apenas a grandes lâminas altamente padronizadas, poderá derivar principalmente de uma contingência arqueográfica, visto serem estas as peças preferencialmente analisadas.

No entanto, como se pode comprovar pelo caso aqui em estudo, este sílex terá sido igualmente usado noutro tipo de artefactos de menores dimensões, não sendo assim apenas os grandes artefactos, como tradicionalmente aceite, os únicos a serem produzidos e intercambiados. Obviamente que se poderá sugerir que a ponta de seta 2015.03.56 (v. fig. 12 e 13) tenha sido produzida localmente sobre um segmento de lâmina de sílex oolítico reaproveitado – sendo necessário proceder a análises sobre outros conjuntos, e sobre artefactos de menores dimensões, para confirmar ou refutar esta hipótese. Por fim, resta-nos continuar a realçar que, apesar dos comentários tecidos, esta é certamente uma matéria-prima exógena, indiciadora, desde logo, da inserção das comunidades do sopé do Anticlinal de Estremoz em amplas redes de circulação de bens em todo o sul peninsular.

Contudo, os estudos petrográficos aplicados a contextos do Neolítico final e Calcolítico são ainda uma realidade relativamente recente (principalmente para o caso português) – sendo que um maior investimento nestas análises (e sobre coleções amplas e abrangentes) poderá trazer novas luzes sobre estas questões e sobre a delimitação de possíveis redes de intercâmbio.

Um outro elemento refere-se ao trapézio 2015.03.94 (v. fig. 8), usando rocha siliciosa de origem indeterminada, apresentando-se opaca, de grão fino, de tonalidade acastanhada – não sendo possível determinar a sua origem com rigor.

Em relação à calcedónia (translúcida, de tonalidade esbranquiçada com zonas negras, principalmente evidente na lâmina 2015.03.107 (fig. 8), embora

¹ Algumas das peças consideradas nestes trabalhos foram apenas avaliadas pelas fotografias genéricas disponíveis na respetiva literatura, como para o caso dos elementos apontados para Reguengos de Monsaraz (Gonçalves, 1999), não sendo pois segura a sua avaliação e a conseqüente tão ampla dispersão deste tipo de sílex.

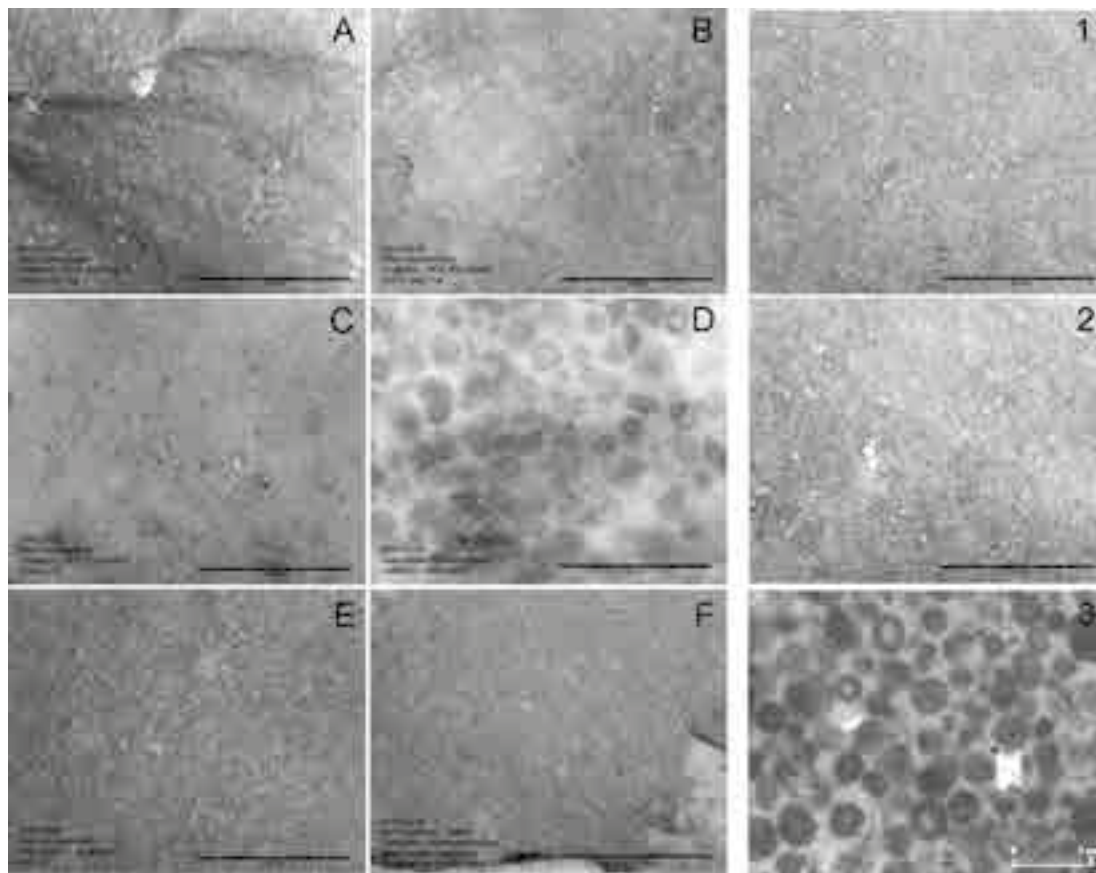


Fig. 14 – Aspecto microscópico (x200) das matérias-primas siliciosas usadas nos artefactos de pedra de NSCO. A: sílex cenomaniano (Cretácico) da área de Rio Maior, usado no furador 2015.03.87 (não representado); B: sílex cenomaniano (Cretácico) da área de Rio Maior, usado na ponta de seta 2015.03.59 (não representada); C: sílex cenomaniano (Cretácico) provavelmente da área de Ourém, usado na lâmina 2015.03.82; D: sílex oolítico com paralelos nos sílices kimmeridgianos (Jurássico) da área sub-bética, usado na ponta de seta 2015.03.56; E: rocha siliciosa indeterminada, possivelmente sílex oxfordiano (Jurássico) usado no geométrico 2015.03.94; F: rocha siliciosa (opala?), de mineralização secundária em complexo vulcano-sedimentar, usado na ponta de seta 2015.03.78. Na coluna à direita apresentam-se as amostras geológicas para comparação: 1: sílex cenomaniano (Cretácico) recolhido em posição secundária em depósitos miocénicos na área de Azinheira, Rio Maior; 2: sílex cenomaniano (Cretácico) recolhido em posição secundária em depósitos miocénicos na área de Caxarias, Ourém; 3: sílex oolítico kimmeridgiano (Jurássico) da Formação Milanos, Granada (adaptado de Morgado Rodríguez *et al.*, 2011: fig. 5.4). A escala corresponde a 1 mm.

se conheça a sua ocorrência em contextos calcários da Estremadura portuguesa e no Alentejo litoral, talvez se possa considerar a sua presença (não confirmada) em mineralizações secundárias em contextos de rochas ígneas mais próximos (complexo vulcano-sedimentar de Estremoz, por exemplo), o mesmo se podendo referir para o caso das opalas (de tonalidade salmão, com córtex esbranquiçado fino) e calcedónias (semitranslúcidas, de tonalidade branca). Poder-se-á sugerir assim tanto a sua origem regional como extrarregional.

Seja como for, dever-se-á salientar que os critérios utilizados para a análise de proveniências de matérias-primas de NSCO terão que ter em conta o carácter par-

ticular do contexto - nomeadamente, um contexto funerário, onde seriam depositados artefactos «seleccionados», podendo não refletir em rigor toda a amplitude dos diagramas de aprovisionamento da comunidade (refletidos, neste caso, no respetivo contexto habitacional).

2.2. O «chapão» ou a placa de xisto gravada

Um único elemento se enquadra na categoria dos *Artefactos Relacionados com o Sagrado*, referindo-se a uma placa gravada usando xisto ardosiano como suporte (2015.03.21) (v. fig. 15 e 17).

Apresenta contorno subtrapezoidal, oferecendo uma altura total de 12 cm para uma largura na base de 8 cm e uma largura no topo de 4,4 cm. A Cabeça apresenta 3,8 cm de altura, registando o Corpo 8,1 cm. A Cabeça encontra-se decorada com faixas oblíquas preenchidas a reticulado (três em ambos lados), convergindo dos bordos da placa para o Separador Cabeça/Corpo, sendo a «Cabeça dentro da Cabeça», de feição possivelmente triangular, formada pelas faixas mais interiores. O Corpo, separado da Cabeça por um traço simples, apresenta decoração composta por três faixas zigzagueantes preenchidas a reticulado, compartimentadas em quatro campos verticais. A espessura média desta placa é de cerca de 1 cm, apresentando perfuração bitroncocónica com 0,9 cm de diâmetro na face e 0,7 cm de diâmetro no verso. Trata-se, segundo o Índice de Alongamento (*altura total/largura da base*), de uma placa média – oferecendo um índice de 1,50.

Apresenta, no terço superior do verso, dois pares de traços oblíquos sensivelmente paralelos convergindo das áreas laterais para a área central da placa, podendo corresponder a um possível ensaio de gravação da Cabeça. Os restantes traços registados no verso (sensivelmente verticais) referem-se a traços resultantes do polimento da peça (v. fig. 15).

Encontra-se fragmentada em várias porções, resultado do impacto de ferramenta pesada durante a escavação – mostrando um extenso buraco no seu espaço central, na área do Separador Cabeça/Corpo.

Em termos analíticos, esta placa não oferece evidente destaque no cômputo geral das placas de xisto gravadas, apresentando motivos decorativos de certa forma comuns dentro da iconografia genérica destes artefactos (Andrade, 2015). Trata-se assim de uma placa clássica, com numerosos paralelos distribuídos por todo o sudoeste peninsular, em sepulcros construídos e utilizados durante os finais do 4.º e a primeira metade do 3.º milénio a.n.e. – sepulcros estes que apresentam igualmente características morfo-arquitetónicas distintas, tais como *antas*, *tholoi*, grutas artificiais e grutas naturais.

Contudo, não poderá deixar de ser referida as semelhanças entre a placa 2015.03.21 (fig. 15 e 17) e as placas de Lameira (Andrade, 2013), Camuge (Leisner e Leisner, 1959), Olival da Pega 1 (Leisner e Leisner, 1951) e Aljezur (Gonçalves,

2003). Embora se possam evocar numerosos paralelos de placas com este tipo específico de decoração da Cabeça, assim como placas com este tipo específico de decoração do Corpo, as semelhanças com os elementos acima enunciados é principalmente evidente na leitura conjunta do *design* da Cabeça e do Corpo (ou seja, na conjugação, num artefacto individual deste tipo de Cabeça e deste tipo de Corpo).

Particularmente interessante é a sua comparação com a placa da anta da Lameira, Alter do Chão: para além de algumas divergências morfológicas, obviamente dependentes das dimensões do suporte após conformação, salientam-se as analogias do contorno de ambos artefactos e do conceito estruturante dos motivos decorativos, assim como o tipo de traço das gravações e as próprias características geológicas do xisto utilizado.

No entanto, o principal interesse da placa 2015.03.21 encontra-se nos dois pares de traços oblíquos sensivelmente paralelos gravados no terço superior do verso (v. fig. 15), que poderão corresponder a um possível ensaio de gravação do motivo que viria a ser gravado na face (na área da Cabeça, esboçando a «Cabeça dentro da Cabeça» representada pelas duas faixas oblíquas interiores). Não se tratando de um caso inédito, sendo reconhecida em vários exemplares de placas de xisto gravadas, esta particularidade revela um esquema prévio de representação por parte do gravador, antecipando a gravação original da face por meio do seu ensaio no verso do suporte.

É referido por Manuel Heleno que esta placa foi recolhida na Câmara, à profundidade de 0,30 m. A sua associação contextual com outro qualquer elemento



Fig. 15 – Placa de xisto gravada 2015.03.21 (face e verso), recolhida na Câmara de NSCO.



Fig. 17 – Placa de xisto gravada 2015.03.21 (face e verso), recolhida na Câmara de NSCO.

Fig. 16 – Paginação estruturante da placa de xisto gravada 2015.03.21, recolhida na Câmara de NSCO.

não é explícita, sendo referida genericamente a recolha neste ambiente de geométricos, pontas de seta, lâminas, «martelos» e contas de colar, sem qualquer referência à posição horizontal ou vertical destes elementos e respetivas associações entre si.

2.3. Adornos ou contas de colar

De acordo com as notas de Manuel Heleno foram recolhidas cerca de 114 contas de colar, distribuídas pela Câmara (100 elementos) e pelo Corredor (14 elementos), referindo tanto contas bitroncocónicas (designadas como «bicónicas») e discoides (designadas como «em forma de roda», considerando as discoides espessas como «cilíndricas»).

No espólio atualmente arrolado a NSCO no Museu Nacional de Arqueologia encontra-se um total de 148 contas de colar, de tipologia e matérias-primas variadas (v. fig. 18 e 19). Apesar das referências de proveniência de certas contas a ambientes específicos dentro do monumento, não é possível reconhecer (por carência de registos mais precisos) que artefactos pertencem efetivamente a que contexto. Principalmente em relação aos elementos de moscovite² (as «bicónicas verdes» e «negras» de Manuel Heleno), estas são indicadas como recolhidas tanto no Corredor como na Câmara – sendo impossível definir, dado apresentarem

² Segundo informação oral de C. Odriozola, que agradecemos.

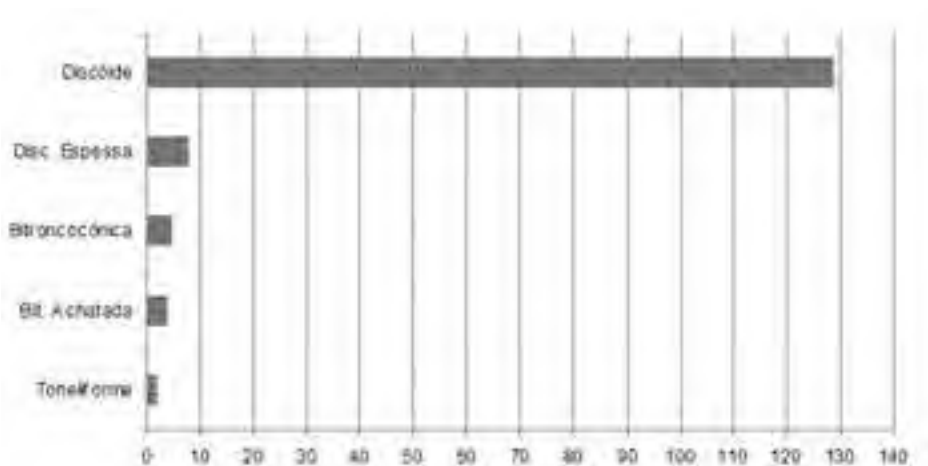


Gráfico 7 – Relação da tipologia dos elementos de colar de NSCO: discóides, discóides espessas, bitroncocónicas, bitroncocónicas achatadas e toneliformes.

características tipológicas semelhantes, a que elementos particulares se referem estas indicações. Seja como for, mesmo tendo em conta esta diferença de valores entre o registado e o presente, é possível inferir uma particular incidência destes elementos na Câmara, podendo os elementos registados no Corredor corresponder ao reuso tardio do monumento.

Assim, em termos de tipologia, os elementos de colar de NSCO repartem-se entre diversos modelos. As pequenas contas discóides, mais numerosas, encontram-se representadas por 129 elementos (87,16%), sendo que a variante das contas discóides espessas (por vezes quase aproximando-se de bitroncocónicas achatadas, pela geometria do seu perfil) se encontra representada por oito indivíduos (5,41%). Elementos com características tipológicas menos comuns (matéria debatida abaixo) encontram-se representados pelas contas bitroncocónicas (cinco elementos, correspondendo a 3,38%), bitroncocónicas achatadas (quatro elementos, correspondendo a 2,70%) e toneliformes/ovoides (dois elementos, correspondendo a 1,35%).

Em termos métricos, e de acordo com a relação diâmetro/espessura, é possível seriar estes elementos em vários grupos. No grupo das contas discóides é possível diferenciar duas categorias particulares: uma primeira, representada pelas pequenas contas com diâmetros dispostos em torno aos 0,5 cm e espessuras inferiores a 0,25 cm; uma segunda, representada pelas contas com diâmetros distribuídos entre 0,65 e 0,95 cm e espessuras entre 0,25 e 0,35 cm. O grupo das contas discóides espessas apresenta valores centrados entre 0,8 e 1 cm de diâmetro e espessuras em torno aos 0,5 cm. Estas aparentes «uniformidades» métricas poderão refletir apenas as técnicas de produção usadas nestas contas, possivelmente pela conformação prévia de cilindros alongados, posteriormente segmentados

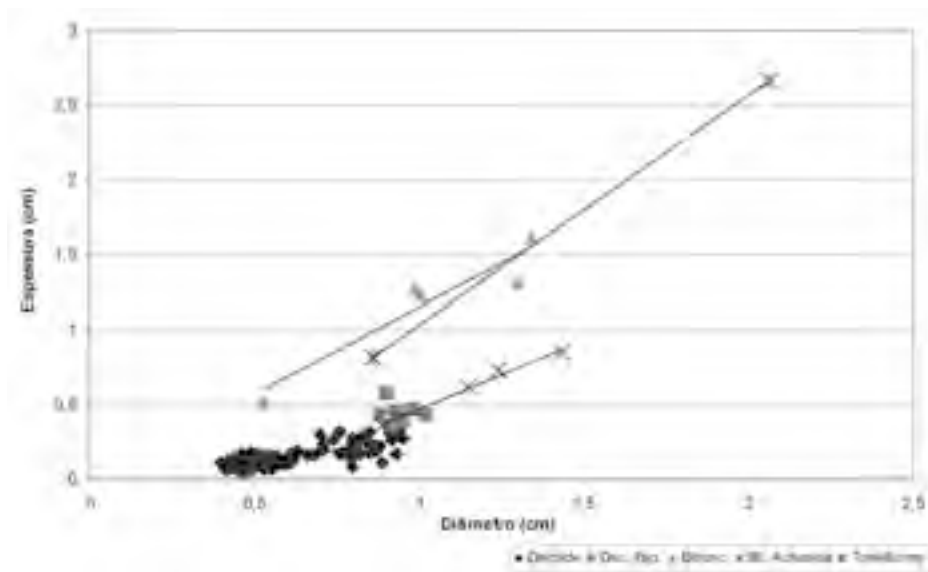


Gráfico 8 – Relação da dimensão (diâmetro x espessura) dos elementos de colar de NSCO, por tipologia: discoides, discoides espessos, bitroncocónicas, bitroncocónicas achatadas e toneliformes, com indicação linear das suas variantes métricas.

em múltiplos elementos – explicando-se assim os padrões muito homogêneos no diâmetro destas contas.

Maiores variações são notórias nos grupos das contas bitroncocónicas (entre 0,55 e 1,35 cm de diâmetro, para espessuras entre 0,5 e 1,6 cm), bitroncocónicas achatadas (entre 0,9 e 1,45 cm de diâmetro, para espessuras entre 0,35 e 0,85 cm) e toneliformes (entre 0,85 e 2,1 cm de diâmetro, para espessuras entre 0,8 e 2,65 cm), registando-se visíveis discrepâncias de dimensão dentro de um mesmo tipo, possivelmente condicionadas pela matéria-prima utilizada.

As matérias-primas utilizadas no fabrico dos elementos de colar de NSCO (e a consequente avaliação das suas áreas de proveniência) encontram-se atualmente em estudo no âmbito do projeto *Novas Tecnologias Aplicadas ao Estudo da Mobilidade e Intercâmbios: Contas Verdes e Cerâmica decorada com preenchimento branco do 5.º ao 2.º milénio a.n.e.* na Península Ibérica (codirigido por um dos signatários, RB, em colaboração com C. Odriozola, R. Villalobos Garcia e A. C. Sousa), sendo ainda preliminares os dados aqui apresentados.

A matéria-prima dominante é manifestamente o xisto, usado em 134 elementos (90,54% do conjunto) correspondendo maioritariamente a pequenas contas discoides (com uso minoritário em contas discoides espessos e bitroncocónicas achatadas). Uma variante de xisto, de tonalidade esverdeada (possivelmente xisto anfibólico) é usada num único elemento, correspondendo a uma conta bitroncocónica achatada.

As moscovites, nas variantes de tonalidade esverdeada e negra (v. fig. 19), encontram-se usadas em nove elementos (correspondendo a 6,08% do con-

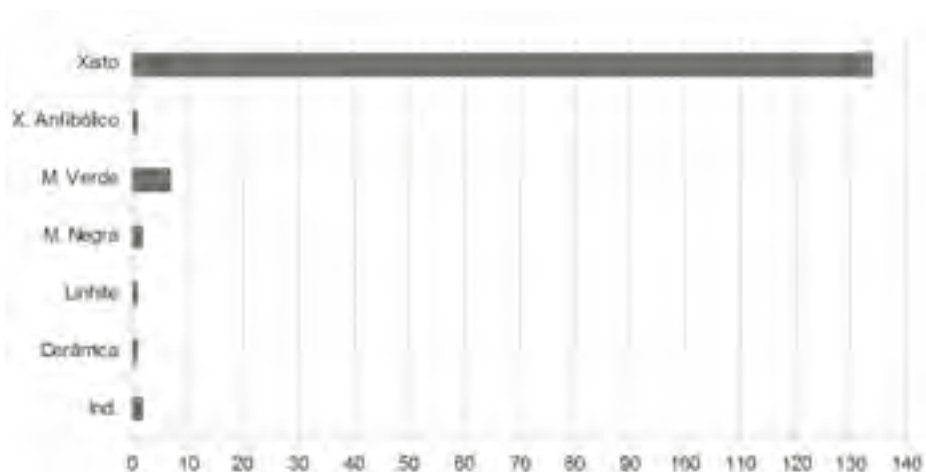


Gráfico 9 – Relação da matéria-prima dos elementos de colar de NSCO: xisto, xisto anfibólico, moscovite (distinguindo-se pela sua tonalidade, verde e negra), lignito, cerâmica e matéria indeterminada.

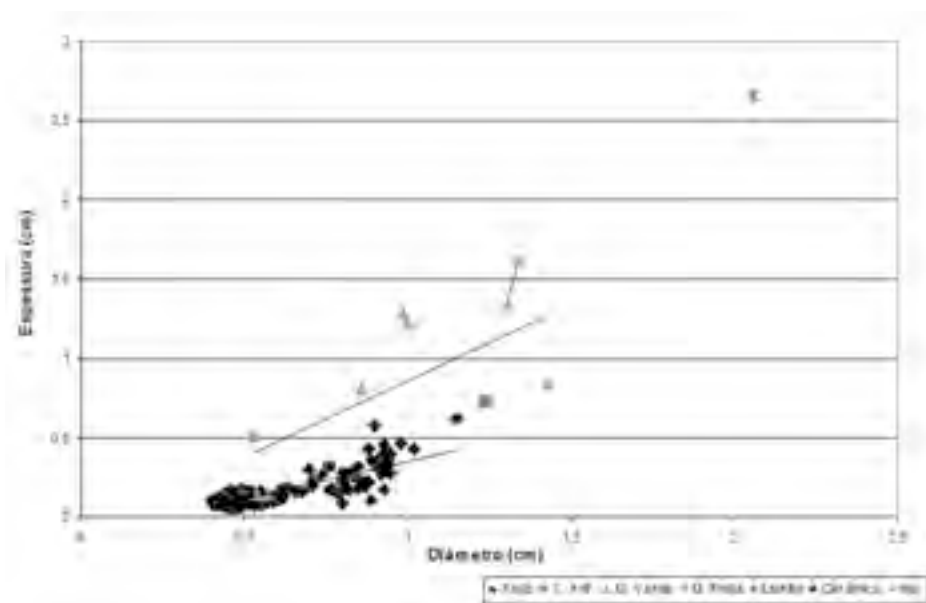


Gráfico 10 – Relação da dimensão (diâmetro x espessura) dos elementos de colar de NSCO, por matéria-prima: xisto, xisto anfibólico, moscovite (distinguindo-se pela sua tonalidade, verde e negra), lignito, cerâmica e matéria indeterminada, com indicação linear das suas variantes métricas.

junto), principalmente de tendência bitroncocónica (2015.03.07, 2015.03.08, 2015.03.09, 2015.03.10, 2015.03.11 e 2015.03.13), mas registada igualmente numa conta bicroncocónica achatada (2015.03.09), numa conta toneliforme (2015.03.14) e em duas pequenas contas discoides. Estes elementos foram recolhidos tanto na Câmara como no Corredor de NSCO.

Outras matérias-primas, como lignito e cerâmica, encontram-se representadas por elementos únicos (0,68% do conjunto para ambos casos): o lignito

está representado por uma grande conta toneliforme recolhida no Corredor (2015.03.12) (v. fig. 18 e 19); no caso da cerâmica, uma pequena conta discoide semelhante a outras recolhidas em outros monumentos da área de Estremoz, como na Anta 2 de Oiteirões (Estremoz 10), Cascalho (Estremoz 12) ou Espadanal (Estremoz 13) (conjuntos em estudo por MAA). Será de destacar o carácter de certo modo raro das contas de lignito em contextos alentejanos (presentes, por exemplo na Anta Grande da Comenda da Igreja), contrastando com a sua considerável presença na área estremenha – podendo revelar, como se viu acima para os artefactos líticos talhados, a circulação não apenas de matérias-primas, como também de artefactos. Registam-se ainda duas pequenas contas discoides usando matéria-prima indeterminada, de tonalidade esbranquiçada, pouco densa, sendo possivelmente osso.

Como referido acima, as diferenças de dimensão destes elementos dentro de um mesmo grupo poderão estar dependentes da matéria-prima usada. Sendo evidente que o xisto é utilizado quase exclusivamente nas contas com diâmetros

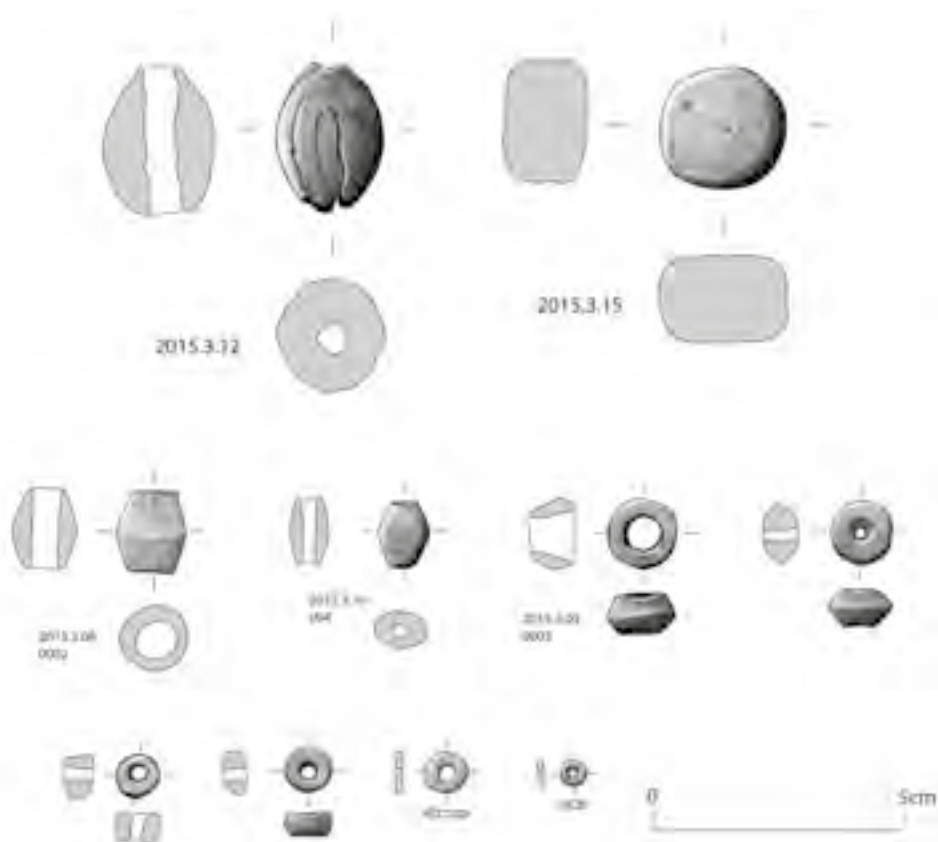


Fig. 18 – Exemplos dos elementos de adorno de NSCO. O exemplar 2015.03.12 corresponde à grande conta toneliforme de lignito recolhida no Corredor. À direita, em cima, representa-se o cilindro achatado de cerâmica 2015.03.15.

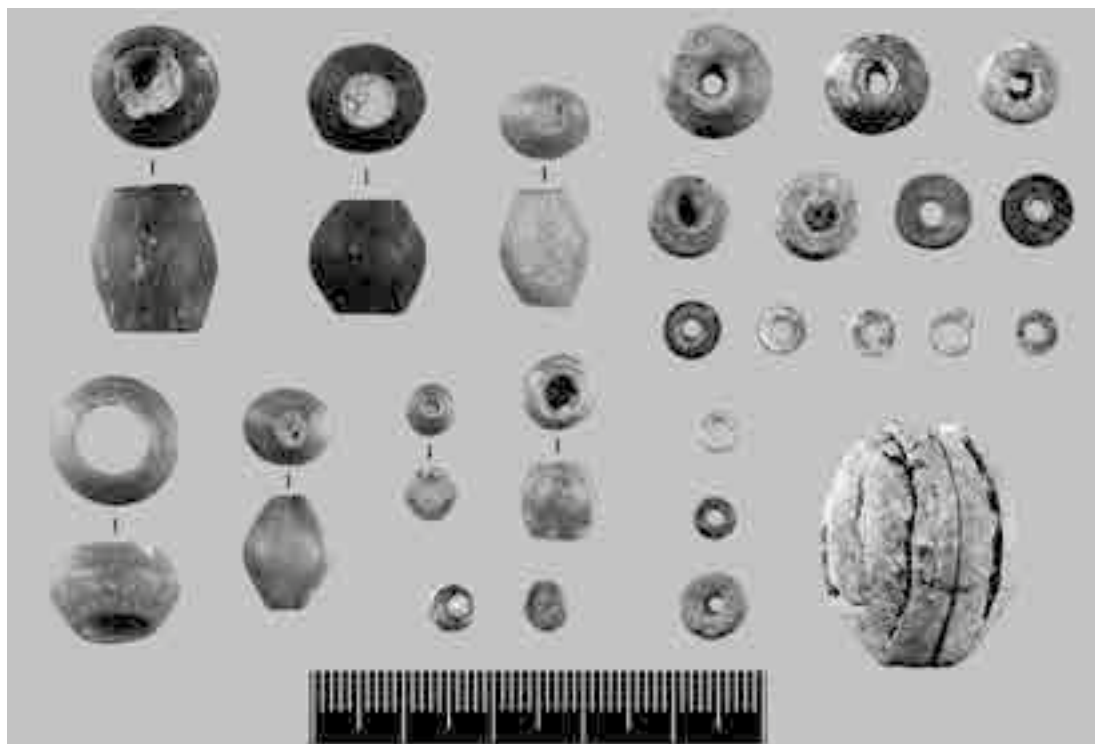


Fig. 19 – À esquerda: contas de colar (bitroncocónicas, bitroncocónica achatada, toneliforme e discoides achatadas) de moscovite (de tonalidade negra e esverdeada), recolhidas NSCO (em cima, da esquerda para a direita, 2015.03.08, 2015.03.07 e MNA 2015.03.10; em baixo, da esquerda para a direita, 2015.03.09, 2015.03.11, 2015.03.13 e 2015.03.14); à direita: contas de colar (bitroncocónicas achatadas, discoides espessas e discoides), recolhidas em NSCO, em xisto anfíbolico (primeira à esquerda na fiada superior), cerâmica (última na fiada inferior) e xisto (as restantes); em baixo à direita: conta de colar toneliforme de lignito 2015.03.12, recolhida no Corredor de NSCO.

maioritariamente situados entre 0,4 e 0,9 cm e com espessuras raramente excedendo 0,4 cm; as restantes matérias-primas apresentam padrões mais variáveis. A moscovite, por exemplo, é utilizada tanto em pequenas contas discoides como em contas bitroncocónicas de pequena e média dimensão, não se notando assim um padrão de fabrico homogéneo com dimensões dispostas entre 1,55 e 0,54 cm (2015.03.08 e 2015.03.13, respetivamente). O lignito por seu lado, foi destinado a uma grande conta toneliforme (2015.03.12) – opondo-se ao outro elemento toneliforme recolhido em NSCO, de moscovite, de dimensões consideravelmente menores (2015.03.14).

Tendo em vista outros conjuntos coevos, com potencialidade de tratamento estatístico, a situação de NSCO insere-se perfeitamente no seu respetivo contexto cronocultural. Tomando os exemplos da Anta da Capela (487 componentes de colar; coleção em estudo por MAA), Anta 1 do Xarez (209 componentes de colar; Gonçalves, 2013, p. 210-221) e Anta 3 de Santa Margarida (126 componentes de colar, Gonçalves, 2003, p. 123-131, 230-234), verifica-se um predomínio evidente das pequenas contas discoides – correspondendo a 96,09% do conjunto na Anta

da Capela, 92,34% na Anta 1 do Xarez, 76,19% na Anta 3 de Santa Margarida e 87,16% em NSCO. O grupo das contas discoides espessas encontra-se contudo representado por escassos elementos, com registos distribuídos entre 1,91 e 5,41% (Anta 1 do Xarez e NSCO, respetivamente; na Anta da Capela e na Anta 3 de Santa Margarida os valores correspondem a 2,05% e 4,76%).

Os restantes tipos distribuem-se igualmente com padrões semelhantes, destacando-se um número sensivelmente superior de contas bitroncónicas achatadas na Anta 3 de Santa Margarida (17,46%) em relação aos outros contextos (1,03% na Anta da Capela, 3,83% na Anta 1 do Xarez e 2,70% em NSCO). O número efetivamente reduzido de contas bitroncónicas e toneliformes será igualmente de destacar. O primeiro tipo encontra-se representado em 0,21% do conjunto na Anta da Capela, 0,96% na Anta 1 do Xarez, 1,59% na Anta 3 de Santa Margarida e 3,38% em NSCO; o segundo tipo encontra-se representado em 0,62% do conjunto na Anta da Capela, 0,96% na Anta 1 do Xarez e 1,35% em NSCO, não se registando na Anta 3 de Santa Margarida.

Com efeito, estas grandes contas bitroncónicas e toneliformes surgem sempre como uma minoria em relação às pequenas contas discoides. Tal facto poderá indicar que «poderiam ter sido usadas como elemento central dos colares ou braceletes, o que explicaria a enorme desproporção entre elas e as contas discoides» (Gonçalves, 2013, p. 221).

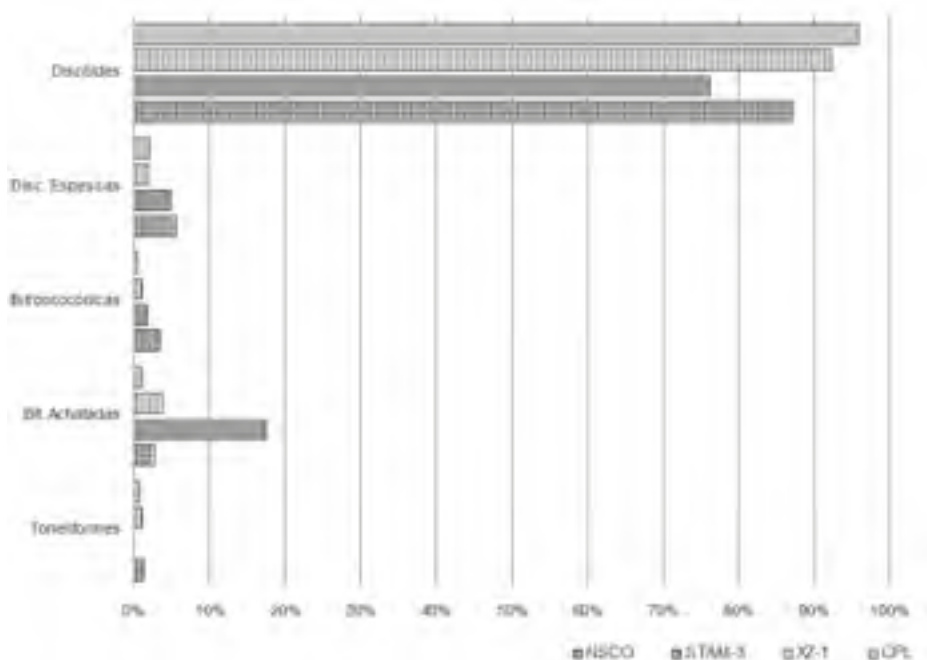


Gráfico 11 – Comparação percentual das tipologias dos elementos de colar da Anta da Capela (CPL), Anta 1 do Xadrez (XZ-1), Anta 3 de Santa Margarida (STAM-3) e Anta da Nossa Senhora da Conceição dos Olivais (NSCO).

Também em relação às matérias-primas a situação mostra-se sensivelmente idêntica nestes conjuntos, registando-se uma ampla utilização do xisto na produção de elementos de colar (principalmente destinado às pequenas contas discoides e algumas bitroncocónicas achatadas e discoides espessas). Talcos e moscovites³ encontram-se utilizados em contas bitroncocónicas, bitroncocónicas achatadas, discoides espessas e toneliformes. A cerâmica, minoritária, encontra-se utilizada em contas bitroncocónicas, na Anta da Capela e na Anta 3 de Santa Margarida. A variscite encontra-se até ao momento apenas representada por um exemplar da Anta da Capela. Outras matérias-primas exóticas, como o marfim, encontram-se representadas na grande conta toneliforme da Anta da Capela (Schuhmacher et al., 2009; Cardoso e Schuhmacher, 2012).

2.4. A pedra polida

Estes elementos encontram-se escassamente representados no conjunto, dispondo-se de três exemplares de artefactos de pedra polida e um quarto correspondendo a um artefacto de pedra afeiçãoada, um movente de rocha granitoide, a que deveríamos acrescentar o dormente de uma mó, e dois fragmentos de outras, remetidos para Lisboa sem designação, como nos informa Manuel Heleno na primeira página do seu Caderno n.º 3 de Estremoz (1934).

Os três artefactos de pedra polida não são passíveis de classificação morfológica, na justa medida em que os gumes não se conservaram, devido a uma utilização bastante agressiva de martelagem (v. fig. 20). Na realidade, o próprio Manuel Heleno os designou de «martelos».

Dois dos elementos polidos são em anfibólito, de maiores dimensões, enquanto outro, (2015.03.18), de pequenas dimensões e correspondendo possivelmente a uma pequena enxó, se apresenta numa rocha mais branda, que poderemos designar de xisto anfibólico.

A presença de artefactos de pedra polida com traços de uso intenso é complexa de explicar no imediato, dada a sua efectiva raridade em contexto funerário, ao invés do que acontece nos sítios de habitação (Boaventura, 2009, p. 247). Todavia, e se nos recordarmos da presença de um grande elemento de tear, temos assim indícios de uma presença de cariz habitacional, que se afasta do registo habitual. A natureza desta presença é, contudo, difícil de precisar, podendo mesmo resultar de outras utilizações pré-históricas. A existência de dormentes de mós, ainda que usuais nas estruturas funerárias, que não nos contextos de depo-

³ As análises dos componentes de colar das antas de NSCO e Capela foram realizadas no âmbito do projeto *Novas Tecnologias Aplicadas ao Estudo da Mobilidade e Intercâmbios: Contas Verdes e Cerâmica decorada com preenchimento branco do 5.º ao 2.º milénio a.n.e. na Península Ibérica*, tendo-se identificado elementos de talco, moscovite e um único de variscite, proveniente da anta da Capela (seg. informação oral de C. Odriozola, a quem se agradece).

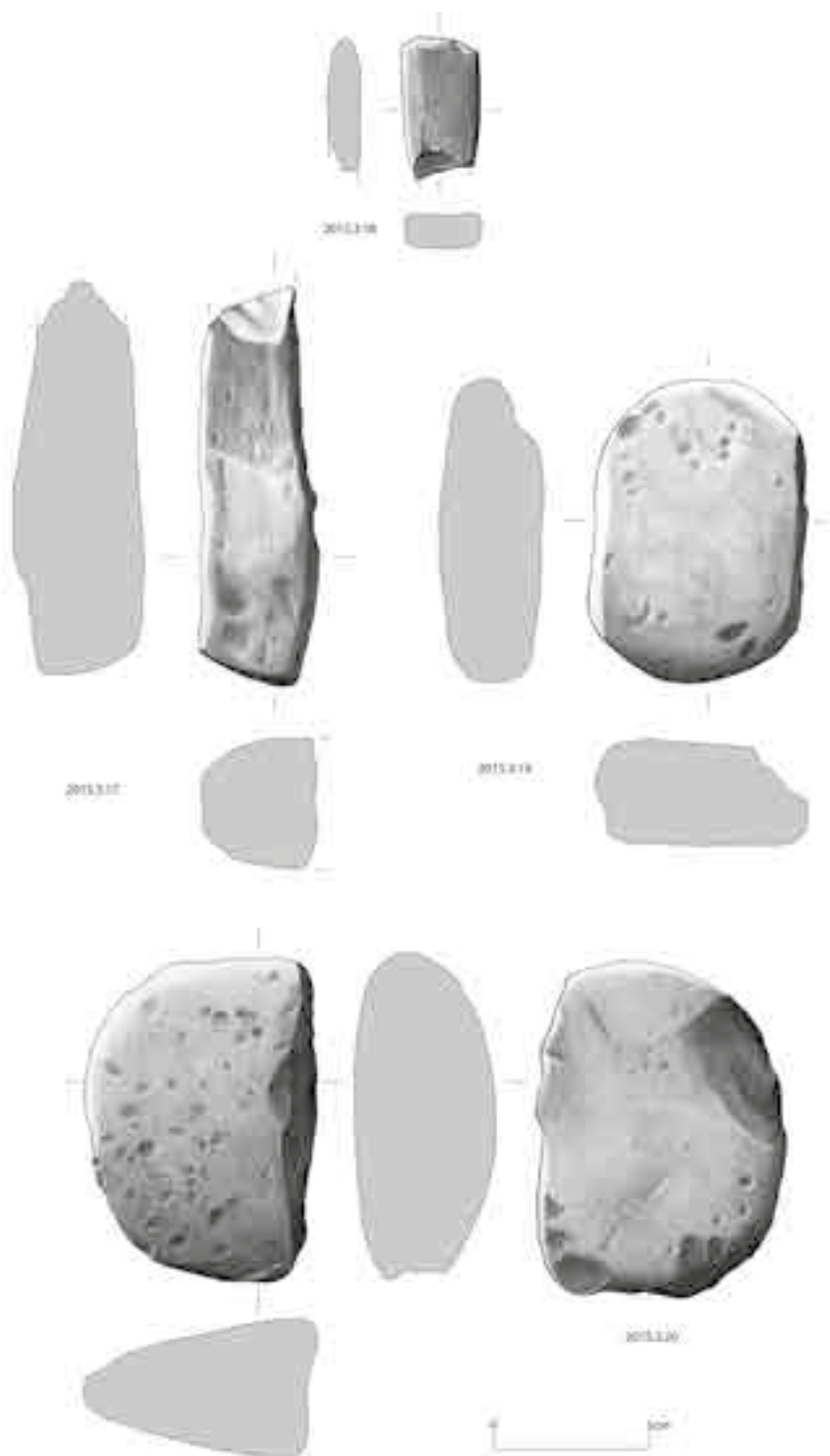


Fig. 20 – Artefactos de pedra polida e pedra afeioada de NSCO. Em cima 2015.03.18; ao centro, «martelos» 2015.03.17 e 2015.03.19; em baixo, movente 2015.03.20.

sição funerária, não deixa de remeter no mesmo sentido.

A pedra polida parece rarefazer-se entrado o 3.º milénio a.n.e. (Boaventura, 2009, p. 256), pelo que a sua escassez pode entender-se neste sentido, ainda que o conjunto artefactual tenha, igualmente, alguns indicadores de maior antiguidade. Em monumentos como o Caladinho (Mataloto e Rocha, 2007) ou o sepulcro da Alcarapinha (Leisner e Leisner, 1959), com marcadas semelhanças, os mesmos estão igualmente pouco representados.

2.5. A componente cerâmica

A presença cerâmica é relativamente escassa, sendo obviamente dominada pelos dois grandes recipientes encontrados completos junto do corpo sepultado no corredor.

Além destes dois casos, Manuel Heleno apenas menciona um «peso de barro» partido, e nada mais, ainda que tenhamos registado a presença de vários outros pequenos fragmentos de bordo e bojo no conjunto estudado. Estes correspondiam, certamente, a três recipientes distintos, sendo um deles (2015.03.03) (v. fig. 22), com clareza, um vaso campaniforme liso, baixo, de carena marcada e reduzido diâmetro, aproximando-se bastante do perfil da grande taça. Outro dos fragmentos cerâmicos com bordo correspondia a uma pequena taça hemisférica, de bordo simples e reduzida dimensão (2015.03.05) (v. fig. 23). Por fim, o fragmento de bordo restante correspondia a uma pequena taça carenada, de carena baixa (2015.03.04) (v. fig. 23). Como Manuel Heleno não os menciona, desconhecemos a sua proveniência. Neste âmbito gostaríamos ainda de fazer menção a uma outra situação que poderá ter estado na base da confusão gerada entre as Antas 7 e 10 de Estremoz (Bübner, 1979; Mataloto, 2006, p. 97). Este primeiro autor atribuiu a Estremoz 10, correspondente à Anta 2 dos Oiteirões, escavada igualmente em setembro de 1934 (Caderno 3 de Estremoz), a presença de vestígios campaniformes não especificados. No entanto, na sequência da leitura dos cadernos de campo de Manuel Heleno, aventou um de nós (RM) a possibilidade destes vestígios estarem incorretamente atribuídos a Estremoz 10, quando na realidade deveriam corresponder a Estremoz 7, justamente a que aqui estudamos (Mataloto, 2006, p. 97). Efetivamente, assim continuamos a crer. Contudo, no âmbito do estudo que um de nós (MAA) está a levar a efeito sobre os sepulcros da região de Estremoz/São Bento do Cortiço, verificou-se a existência de um grande fragmento de uma taça baixa campaniforme (v. fig. 25), atribuído à Anta 10, podendo estar na origem da informação de T. Bübner (1979). No entanto, a leitura do caderno de campo 3 de Estremoz, onde se descreve a escavação e achados de Estremoz 10 ou Anta 2 dos Oiteirões, apesar de uma pormenorizada descrição dos trabalhos e do sepulcro, nomeadamente de um nicho documentado no seu interior, não refere qualquer cerâmica.

Por outro lado, junto dos materiais cerâmicos atribuídos a Estremoz 10 na antiga arrumação do Museu Nacional de Arqueologia estava um envelope que tinha escrito “Estremoz 7”, podendo indicar, então, que os materiais cerâmicos aí reunidos seriam na realidade deste sepulcro, na justa medida em que, como se referiu, não são mencionadas quaisquer cerâmicas em Estremoz 10. Assim, a presença de outro recipiente campaniforme liso seria mais facilmente aceite no conjunto de Estremoz 7 (NSCO), que num sepulcro em que Manuel Heleno não refere qualquer recipiente. Todavia, e realçando o facto de Manuel Heleno não mencionar no seu caderno de campo todos os fragmentos cerâmicos recolhidos na NSCO, devemos manter sob reserva a atribuição deste exemplar de Estremoz 10 a NSCO.

Sabemos pela descrição de Manuel Heleno que o fragmento de um elemento de tear, de tipo crescente, surgiu na área do corredor. Este elemento de tear enquadra-se num tipo pouco documentado na região, podendo classificar-se como do tipo C.IV.2 estabelecido para o conjunto de São Pedro (Costeira e Mataloto, 2013, p. 12) (v. fig. 21) onde, apesar dos mais de três mil fragmentos estudados, apenas se registou um elemento de tear claramente nele integrável. Este tipo, ainda que raro em todo o sudoeste peninsular, parece associar-se a uma fase precoce da tecelagem com elementos de tear.

A presença de elementos de tear em contextos funerários, apesar de pouco frequente, não é inédita, sendo reconhecida em outros monumentos escavados por Manuel Heleno na área de Coruche-Montemor (cf. Rocha, 2005), como Anta Grande da Comenda da Igreja, Chapelar, Várzeas, Paço 1, Rabaçal, Batepé 2, Amendoeira 2, Gualões 4 e Freixa (correspondendo este último a uma placa espessa com quatro perfurações e decoração esboçando pinturas/tatuagens faciais). Estão também presentes na anta 3 de Antões, Mora (placa espessa e fragmento de crescente; Leisner e Leisner, 1959, Taf. 19; coleção em estudo por MAA), anta 1 do Tapadão, Crato (fragmentos de crescentes; Isidoro, 1965-1966, Est. VIII e IX) e aparentemente (não referidos na literatura respetiva mas incluídos na coleção deste monumento no MNA) na anta da Capela, Avis (fragmentos de crescentes; coleção em estudo por MAA).

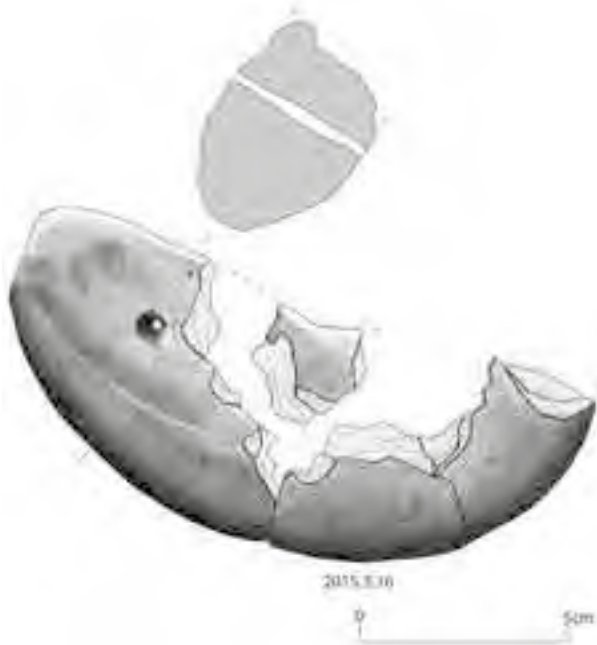


Fig. 21 – Elemento de tear 2015.03.16 recolhido no Corredor de NSCO.

Na Câmara surgiu também um pequeno cilindro cerâmico (2015.03.15) (v. fig. 18), o qual apresenta muitas semelhanças com um outro surgido na anta 3 de Antões, Mora (em estudo por MAA), não deixando de apresentar bastantes semelhanças com uma das esferas de pedra surgidas na base da mamoa da sepultura dos Godinhos (Mataloto et al., 2015, p. 67). Se atendermos a este caso, ainda que em pedra, este tipo de artefacto poderá ter estado associado a um qualquer ritual fundacional do monumento, tendo sido posteriormente remobilizado, daí o seu achamento na área da Câmara. Desde logo se deve deixar claro, porque relevante, a relativa escassez de recipientes cerâmicos em NSCO e, quando existem, podem associar-se, sem grande dificuldade, quase exclusivamente ao contexto de reúso tardio, podendo inclusivamente a pequena taça carenada 2015.03.04 corresponder a uma presença ainda mais tardia, já da Idade do Bronze, ainda que tal não seja absolutamente consensual (Andrade, 2014; Andrade, no prelo).

Os dois recipientes que acompanhavam a deposição funerária (v. fig. 22) foram documentados, segundo Manuel Heleno, junto das ossadas no lado norte do corredor, sem que seja claro a que parte anatómica estariam adjacentes, ou mesmo se estariam realmente sob o pequeno túmulo de pedras que cobria o enterramento, sendo de supor que sim, à semelhança do registado na Anta 1 das Casas do Canal, escavada por Georg e Vera Leisner (1955, p. 6-7). O autor dos trabalhos menciona igualmente como a taça mais ampla continha no seu interior o copo (v. fig. 23), seguindo aparentemente um padrão ritualizado, tal como já se verificou no emblemático, e muito próximo, caso da Anta 1 das Casas do Canal (Leisner e Leisner, 1955, p. 7) (v. fig. 27 e 28), mas também em outros locais, como a gruta 1 de São Pedro do Estoril (Leisner, Paço e Ribeiro, 1964) ou a Anta da Pedra Branca (Ferreira et al., 1975), a que poderíamos associar hoje o exemplo do Monte da Velha 1 (Soares, 2008, p. 43) ou, aparentemente, o sepulcro 5 de Valle de Higuera, Toledo (Bueno et al., 2007-2008, p. 782). Este facto permite-nos realçar, cremos, que não apenas as morfologias cerâmicas se partilhavam neste amplo espaço, mas igualmente a simbologia dos gestos, e os próprios rituais inerentes, quaisquer que tenham sido.

A morfologia dos recipientes documentados enquadra-se claramente no que se vem usualmente designando por «Horizonte Ferradeira», criado H. Schubart (1971) e que nos obviamos agora de comentar, na justa medida em que recentemente tecemos alguns comentários sobre o mesmo e os seus problemas e virtudes (Mataloto, 2006; Mataloto et al., 2013). Na realidade, as morfologias cerâmicas recuperadas em associação ao enterramento do corredor encontram maior proximidade com o conjunto da Fossa 1 da Bela Vista 5 (Valera, 2014).

Não será fácil tecer comentários mais detalhados sobre as peças em questão, na justa medida em que se encontram ainda, mais de 80 anos depois, por tratar, sem termos, sequer, a possibilidade de as lavar.

A grande taça 2015.03.01 (27 cm de diâmetro máximo e 8 cm de altura) parece ter um bom acabamento polido, de tons avermelhados, assemelhando-se bastante à taça campaniforme decorada da Anta 1 das Casas do Canal (CNS 2010) (v. fig. 27), ainda que se possa assinalar, talvez, uma carena mais marcada e maior exvasamento do bordo, acompanhando a reconstrução do exemplar de Vale Carneiro (Leisner e Leisner, 1951, Est. XII). Por outro lado, ainda que se aproxime do exemplar da Bela Vista 5, este apresenta uma carena ainda mais vincada e menor exvasamento (Valera, 2014, p. 81).

O recipiente 2015.03.02 corresponde ao que podemos designar de copo, de corpo cilíndrico, estreito e fundo (16 cm de diâmetro máximo e 18,5 cm de altura) (v. fig. 22 e 24). Ainda se encontra tal como saiu do campo, com o conteúdo de terra, não escavada, e que poderá ainda «esconder» algum outro elemento, nomeadamente metálico, como acontecia na taça de Bela Vista 5 (Valera, 2014, p. 43). Na sua base é ainda notória a inscrição com a sua proveniência, tal como se assinalou certamente aquando do seu achamento. Sem que possamos apontar semelhanças absolutas, é claro que se enquadra no mesmo tipo de recipiente troncocónico que acompanha usualmente estes enterramentos, caso dos já mencionados da Anta 1 das Casas do Canal ou da Fossa 1 da Bela Vista 5, mas também nos exemplares da Anta 1 de Vale Carneiro ou da fase mais recente do Monte do Outeiro (Schubart, 1965, p. Ab.5). Cremos que estes recipientes devem começar a ser valorizados por si mesmos enquanto indicadores desta fase, pela sua sistemática associação a estas utilizações tardias, nas quais surgem, por vezes, como elementos cerâmicos únicos, como acontece no sepulcro dos Godinhos (Mataloto et al., 2015, p. 68), na Anta 4 dos Gorgi-



Fig. 22 – Recipientes cerâmicos recolhidos no Corredor de NSCO: pequeno vaso campaniforme liso 2015.03.03; vaso troncocónico 2015.03.02; taça campaniforme lisa 2015.03.01.



Fig. 23 – Recipientes cerâmicos recolhidos no Corredor de NSCO: reconstituição da relação entre o vaso troncocónico 2015.03.02 e a caçõila campaniforme lisa 2015.03.01 à altura da sua identificação; pequena taça carenada 2015.03.04; taça em calote 2015.03.05.



Fig. 24 – Vaso troncocónico 2015.03.02 recolhido no Corredor de NSCO.

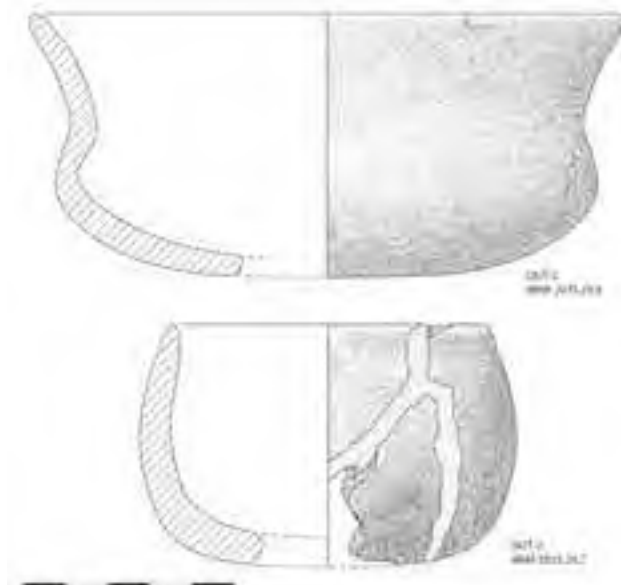


Fig. 25 – Recipientes cerâmicos arrolados à anta 2 dos Outeirões (Estremoz 10), mas possivelmente recolhidos em NSCO: vaso campaniforme liso 2015.29.8; pequeno esférico 2015.29.7.

nos (Leisner e Leisner, 1951, Est. XII) ou, mais recentemente, na sepultura individual 9240 de El Seminário, em Huelva (Martínez Fernández e Vera Rodríguez, 2014, p. 31).

O recipiente mais pequeno, 2015.03.03 (v. fig. 22), é o que melhor se aproxima, no conjunto, do usualmente designado «vaso campaniforme liso», ainda que se apresente mais baixo, de bordo exvasado e com carena mais vincada. Também as condições em que se apresenta, tal como saiu do campo há mais de 80 anos, impede maiores considerandos, ainda que aparente ser de características muito semelhantes às da grande taça. Esta forma aproximase, em boa medida, da peça documentada na necrópole de Ferradeira, e que deu origem ao tão conhecido «Horizonte» (Schubart, 1971), sendo igualmente próxima, ainda que menos funda, da peça recolhida no *tholos* da Centirã (Henriques et al., 2013, p. 342), ainda que menos funda. Este recipiente, de pequenas dimensões, afasta-se sensivelmente dos usuais vasos campaniformes

lisos, bem documentados no centro e oeste peninsular (Bueno et al., 2008, p. 147), aproximando-se já, tal como o exemplar da Fossa 1 de Bela Vista 5 (Valera, 2014, p. 81), das formas que virão a caracterizar boa parte do milénio seguinte. No entanto, cremos, e tal como já mencionámos acima, que será com bastante facilidade que poderemos enquadrar este enterramento no contexto do designado «Horizonte Ferradeira» que, tal como de há muito vimos defendendo (Mataloto, 2006; Mataloto et al., 2013), ganhou um espaço particular no contexto do «fenómeno campaniforme», muito além de ser uma mera diatribe «histórico-culturalista» de vago «sabor» antiquarista. Por outro lado, e como alguns autores defenderam ainda recentemente (Bueno et al., 2008, p. 146), o próprio vaso campaniforme liso, e obviamente o «pacote» que se lhe encontra

habitualmente associado, se integra no complexo mundo «Campaniforme», ele mesmo a corporização de uma realidade multifacetada e dinâmica que congrega em si a «globalização» transeuropeia mediada por uma fortíssima adaptação local de componentes específicos do «pacote campaniforme».

3. DISCUSSÃO GERAL SOBRE A ANTA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DOS OLIVAIS

3.1. As utilizações «originais», de finais dos 4.º/inícios do 3.º milénio a.n.e.

Uma das dificuldades com que nos deparamos ao avaliar os patamares croculturais da construção e primeiras utilizações de NSCO é precisamente a escassez de paralelos conhecidos nesta área específica. Com efeito, este monumento encontra-se de certa forma isolado de qualquer grupo megalítico reconhecido nesta unidade regional – não sendo espacialmente associável, em termos diretos, tanto ao conjunto dos monumentos das herdades da Casa de Bragança na aba Norte da Serra d’Ossa, como ao conjunto de São Bento do Cortiço já localizado acima do Anticlinal de Estremoz. No entanto, tendo em conta a proximidade relativa, seria a estes conjuntos que intuitivamente recorreríamos para integrar e contextualizar as utilizações «originais» de NSCO.

Contudo, pouco poderemos avançar a este respeito apenas à luz dos conjuntos acima mencionados. O conjunto das herdades da Casa de Bragança primam pela homogeneidade arquitetónica dos sepulcros que o constituem, referindo-se genericamente a monumentos de média dimensão com Câmara e Corredor diferenciados, vendo-se a sua integração cronológica precisa dificultada pela escassez do espólio recolhido durante os trabalhos de G. e V. Leisner (1955), destacando-se apenas a utilização campaniforme da Anta 1 de Casas do Canal (diretamente paralelizável com o contexto coevo de NSCO). O conjunto de São Bento do Cortiço, um pouco afastado deste universo «territorial» precisamente pela «fronteira natural» que constituiria o Anticlinal de Estremoz, integra-se já no Grupo Megalítico que se desenvolve na margem esquerda da Ribeira da Seda (trabalhos de investigação de RB e MAA), devendo todavia ser lido como um núcleo com uma certa identidade própria mesmo dentro daquele contexto genérico (lida principalmente a nível das características arquitetónicas peculiares dos monumentos), com utilizações que se estendem desde a segunda metade do 4.º milénio a.n.e. até sensivelmente a meados do seguinte, servindo de ponto de comparação apenas a si próprio...

No entanto, paralelos mais fiáveis serão de considerar em outras longitudes – nomeadamente aqueles representados pelos sepulcros da área de Elvas, a escassos 20 km para nascente de NSCO, destacando-se, neste caso, o curioso contexto de Alcarapinha (como se verá adiante).

Assim, antes de partirmos para o estabelecimento de paralelos diretos para o contexto de NSCO com vista à sua definição cronocultural estrita (em termos das suas primeiras utilizações), as suas características individuais serão de enunciar e comentar – destacando-se tanto as características arquitetónicas do monumento como as características dos mobiliários votivos aqui recolhidos.

Em relação à arquitetura, trata-se de um monumento de Câmara e Corredor diferenciados, tendo Câmara de grandes dimensões (cerca de 4,40 m de diâmetro transversal para uma altura mínima estimável de 2,25 m) e Corredor médio (cerca de 3,20 m de comprimento). Trata-se de parâmetros arquitetónicos facilmente integráveis no período de apogeu do Megalitismo, entre o último quartel do 4.º e primeiro quartel do 3.º milénio a.n.e., obedecendo a critérios construtivos característicos do Alentejo Central durante esta etapa cronológica.

Em relação ao mobiliário votivo, será de destacar a escassez de alguns elementos característicos deste episódio cronocultural, como o são os recipientes cerâmicos e as placas de xisto gravadas (e até mesmo os artefactos de pedra polida). Em relação aos primeiros, não é claro se o pequeno vaso carenado MNA 2015.03.04 e a pequena taça em calote MNA 2015.03.05 correspondem às primeiras utilizações deste sepulcro ou ao seu reuso campaniforme. Em relação às segundas, são conhecidos (mesmo na área de emergência destes artefactos) sepulcros com escasso número de placas de xisto; no entanto, um monumento com as dimensões de NSCO permitiria supor um número mais elevado destes elementos (na ótica de que corresponderia a um sepulcro coletivo e que cada um destes elementos estaria associado a uma inumação individual). A sua escassez, assim como dos artefactos de pedra polida, poder-se-á dever somente a ações de «pilhagem» possivelmente perpetradas desde a construção e utilização da Igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais.

Mais expressivo é o conjunto dos artefactos de pedra lascada, sendo de referir a presença relativamente abundante de geométricos. Não é desconhecida a presença de armaduras geométricas em sepulcros evoluídos (já da primeira metade do 3.º milénio a.n.e.) – referindo-se, como exemplos e entre outros, os casos da Anta Grande do Olival da Pega (Leisner e Leisner, 1951), Anta Grande do Zambujeiro (Soares e Silva, 2010) ou o *tholos* do Escoural (Santos e Ferreira, 1969). No entanto, trata-se de elementos claramente minoritários quando comparados com o número de pontas de seta, podendo referir-se apenas a artefactos *supervivenciais*, característicos de etapas cronoculturais antecedentes. Em NSCO, estes elementos surgem em número ainda considerável (cerca de 30% do total dos artefactos líticos lascados) para serem considerados meramente como uma «sobrevivência» – tendo ainda em conta o facto de que surgem aparentemente em conjugação com pontas de seta.

Outro ponto a considerar é precisamente as características tecnotipológicas destes elementos, referindo-se maioritariamente a geométricos com truncatura côncava, opondo-se de certa forma aos geométricos com truncatura retilínea, característicos de fases mais recuadas. Curiosamente, já Manuel Heleno havia notado esta particularidade nos geométricos de NSCO, referindo precisamente que poderiam indicar a transição entre os geométricos típicos e as pontas de seta de base côncava.

A este respeito, refira-se ainda a presença de uma peça (2015.03.28) que poderá corresponder àquilo que foi designado por J. Soares como ponta de tipo *Pedra Branca*, correspondendo a um exemplar com dorso lateral bem marcado e retoque em duplo bisel na base, entre abrupto/semiabrupto e invasor, considerada como «antecessor» das típicas pontas de seta do pleno Neolítico final e Calcolítico (Soares, 2010, p. 78). Este tipo de pontas poderá estar relacionado com as etapas iniciais de utilização deste monumento, datadas de entre o terceiro e o quarto quartel do 4.º milénio a.n.e (Soares, 2010, p. 75-76).

Os restantes elementos, tais como a grande lâmina retocada, algumas pontas de seta «mais evoluídas» (de base côncava ou de aletas, usando xisto silicioso como suporte) e as contas bitroncocónicas e toneliformes (embora aquelas recolhidas no Corredor se possam relacionar com o enterramento tardio) poderão indicar episódios de uso já reportáveis à primeira metade do 3.º milénio a.n.e. No entanto, no estado atual dos conhecimentos e de acordo com os dados disponíveis, não cremos ser defensável duas ocupações distintas e cronoculturalmente apartáveis, no que se reporta às utilizações associáveis às comunidades que o terão erigido – sugerimos, em alternativa, uma utilização funerária prolongada de NSCO, entre o último terço do 4º milénio a.n.e. e o primeiro terço do seguinte.

Como referido, este enquadramento cronológico poderá ser verificado nos conjuntos da área de Elvas. O caso de NSCO afasta-se claramente de contextos atribuíveis à fase inicial do Megalitismo, aqui representado pelo pequeno sepulcro cistoide do Torrão com datação relativa de meados do 4.º milénio a.n.e. (Albergaria e Dias, 2000, p. 44-45). O exemplo da anta 1 da Sobreira, por seu lado, apresenta utilizações datadas de meados do 4.º milénio a.n.e. (Boaventura et al., 2013, p. 75), embora o espólio aponte utilizações extensíveis até à transição para o 3.º milénio a.n.e., reconhecidas pelas características morfológicas dos recipientes cerâmicos e das lâminas de sílex – destacando-se também a presença de uma destas «proto-pontas de seta» semelhante à recolhida em NSCO.

A anta 2 do Texugo, um pequeno sepulcro de Corredor curto, afetado por violações na área da Câmara, apresentou contudo um interessante depósito de artefactos de pedra polida na área do Corredor. No cômputo geral, o espólio recolhido aponta utilizações de finais do 4.º e inícios do 3.º milénio a.n.e. (Deus

e Viana, 1953). Neste mesmo patamar cronológico se incluíram outros monumentos, já de grande dimensão e de arquiteturas complexas, como as antas da Quinta do Forte de Botas, São Rafael 2 ou Monte Ruivo (Albergaria e Dias, 2000), e evidentemente no conjunto de Horta Velha do Reguengo (Leisner e Leisner, 1959, Taf. 9).

Contudo, é no designado «jazigo de Alcarapinha», situado no contexto espacial das antas 1 e 2 de Alcarapinha, localizado a cerca de 60 m da primeira, que se recolhem os principais paralelos. É referido (Viana e Deus, 1951, p. 196, 197) que a sua tipologia é indeterminada, podendo corresponder a um sepulcro não estruturado (hipótese sugerida pela ausência de alvéolos de implantação de esteios). O espólio aqui recolhido (onde se destacam as 13 placas de xisto gravadas, um báculo, uma alabarda, dezenas de pontas de seta associadas precisamente a trapézios de base côncava, grandes contas bitroncocónicas e ausência de cerâmica) sugere utilizações coevas com aquelas registadas no monumento aqui estudado – ratificando de certa forma o enquadramento cronocultural proposto para as primeiras utilizações do sepulcro de NSCO.

3.2. A utilização de finais do 3.º milénio a.n.e.

O Tempo representa um elemento fundamental de análise das transformações ocorridas na sociedade e dos seus reflexos nos rituais funerários. Neste aspeto, NSCO beneficia do facto de ter disponível a datação Wk-17089: 3758±36 BP (Rocha e Duarte, 2009, p. 770), obtida sobre um fragmento de crânio humano aparentemente associável ao enterramento identificado no corredor. Esta data, devidamente calibrada, apresenta-nos um intervalo de tempo que preenche, em boa medida, o último quartel do 3.º milénio a.n.e. (2290-2030 cal BP, seg. Boaventura, 2009, anexo 2, p. 11) (v. fig. 26). Este intervalo de tempo acompanha os obtidos para o Ossário 1 do *tholos* da Centirã, mas parece mais tardia que as datas obtidas para o enterramento 1 do mesmo sepulcro (Henriques et al., 2013, p. 347). De igual modo, afasta-se, por mais tardia, da data obtida em Monte da Velha 1 (Soares, 2008, p. 47), que se enquadra principalmente no terceiro quartel do milénio. No entanto, e ainda que não tenhamos qualquer espólio associado (para além de uma pequena taça em calote lisa), as deposições múltiplas na Câmara remodelada da Anta 3 de Santa Margarida são estatisticamente idênticas (Gonçalves, 2003, p. 301).

Este pequeno conjunto de datas confirma-nos, contudo, que o fenómeno de reuso dos monumentos megalíticos se manteve ao longo de todo o período em que os recipientes campaniformes se mantiveram em uso. Deste modo, cremos ser de assinalar como o ritual fúnebre indiciado pelas formas campaniformes e afins usualmente associadas parece ter tido uma cronologia excecionalmente longa, abarcando pelo menos toda a segunda metade do 3.º milénio a.n.e., se não

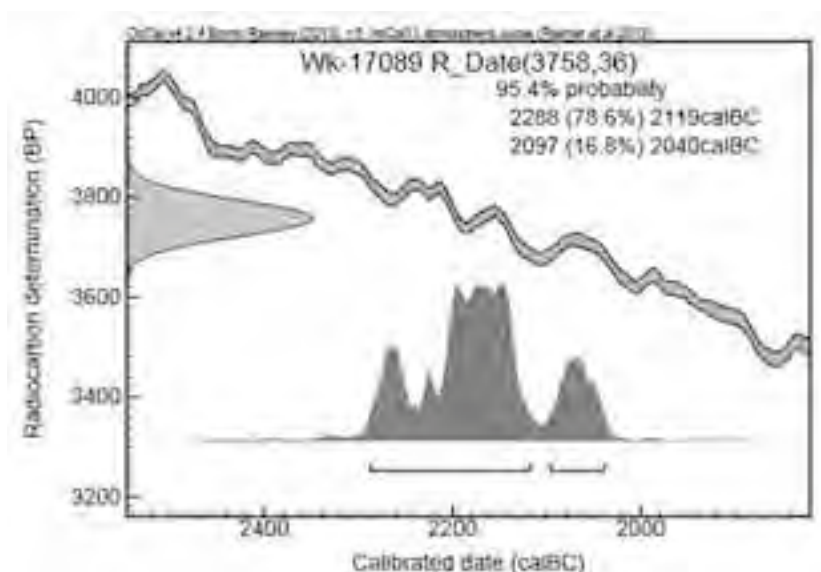


Gráfico 12 – Datação para o enterramento tardio realizado no Corredor de NSCO, Wk-17089: 3758±36 BP (seg. Rocha e Duarte, 2009, p. 770), recalibrada em 2016 com recurso ao programa OxCal v.4.2.4 (Bronk Ramsey, 2013), usando a curva de calibração IntCal13 (Reimer et al., 2013), fornecendo o intervalo calibrado a 2 σ de 2288-2040 cal BC (95,4% de probabilidade).

mesmo, como fazem suspeitar dados recentes, ter entrado no milénio seguinte (Valera et al., 2016). Esta realidade parece ser tão mais intrigante quanto o facto de o milénio anterior ter sido marcado por uma intensa dinâmica de mutação ritual e simbólica, assinalada pela muito rápida transformação dos espólios funerários (Boaventura, 2009; Boaventura e Mataloto, 2013).

Os casos assinalados impõem, também, um comentário às realidades que se lhe encontram subjacentes, e que, certamente, não terão sido todas de igual natureza. A utilização funerária de NSCO pode inserir-se dentro das dinâmicas típicas de individualização do rito funerário, que se tem vindo a atribuir aos finais do 3.º milénio a.n.e., em particular nestes contextos passíveis de serem integrados no designado «Horizonte Ferradeira».

Se, por um lado, começam a surgir enterramentos essencialmente individuais nesta fase final do milénio, e antecipando o que se irá passar no seguinte, certo é que, tal como alguns vêm defendendo (Bueno et al., 2008, p. 142), não apenas se deve ter mantido o sepultamento coletivo, mas também a construção de monumentos de índole coletiva, como o próprio *tholos* de Centirã parece indiciar (Henriques et al., 2013).

Assim, a realidade manter-se-ia múltipla e diversa, seguindo caminhos tendentes à individualização do contentor funerário, enquanto se mantinha, pelo menos durante boa parte do terceiro quartel do 3.º milénio a.n.e., a construção e utilização de sepulcros coletivos.

Não cremos que a utilização singular do sepulcro de NSCO, mas também de outros, em momentos avançados do 3.º milénio a.n.e., resulte apenas dessa vontade de individualização do gesto funerário frente à tradicional coletivização do mesmo. Julgamos antes que este ato seja justamente a resposta de uma comunidade a uma conjuntura particular, e daí o enterramento isolado de um indivíduo particular num espaço de forte carga simbólica. Todavia, os dados da Anta 3 de Santa Margarida, com escassez ou ausência de espólio significativo, impõem alguma contenção nos considerandos, justamente pela dificuldade que temos em isolar estes enterramentos tardios sem que dispúnhamos ou de espólio significativo, ou de extensas baterias de datas. Por outro lado, não concordamos que os escassos casos de materiais campaniformes em antas do Alentejo indiquem, à falta de ossos humanos preservados, outros ritos que não funerários, como se deu a entender recentemente (Valera et al., 2016, p. 17); não deixando de ser possível, como aliás se propôs para o encerramento ritual do povoado de São Pedro (Mataloto et al., 2015, p. 87), cremos ser menos provável que o seu uso funerário, cada vez melhor documentado através de datações por radiocarbono, sempre que existem restos osteológicos.

Estes atos de reuso funerário, ou de outra índole, de antigos sepulcros megalíticos têm sido, recentemente, enquadrados dentro de ações contraditórias entre si, como gestos de resistência, isto é, acção consciente de atavismo (Aranda Jiménez, 2015, p. 132), ou simples continuidade da tradição anterior (Gibson, 2016, p. 102), se não mesmo encarar este último enterramento como gesto de encerramento e rutura face a uma realidade anterior (Gibson, 2016, p. 103).

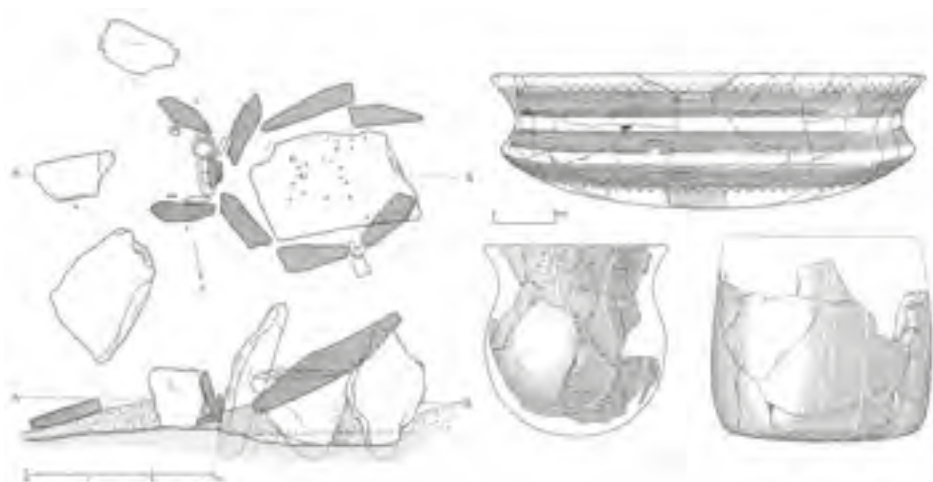


Fig. 26 – Anta 1 das Casas do Canal. À esquerda: planta com indicação da deposição campaniforme no espaço do Corredor (adaptado de Leisner e Leisner, 1955, Est. II); à direita: caçoila com decoração incisa, vaso acampanado liso e vaso cilíndrico que acompanhavam esta deposição (adaptado de Leisner e Leisner, 1955, Est. III e V); o vaso acampanado foi identificado no interior da caçoila com decoração incisa.

Creemos que a posição de J. Thomas (2005, p. 128) nos surge bem mais prudente e real, na justa medida em que aceita que talvez todas estas hipóteses tenham cabimento, variando ao longo do tempo, do espaço e das comunidades que realizam estas atividades em antigos monumentos funerários. Deste modo, cremos importante enunciar as três grandes possibilidades que este autor elenca (Thomas, 2005, p. 128) sobre o reuso de monumentos megalíticos – continuidade; legitimação; encerramento – e que poderão ser muito úteis para entender os diversos contextos em que se efetua a deposição funerária acompanhada de elementos da panóplia campaniforme, quer seja em NSCO, na Anta da Pedra Branca ou na Anta 1 das Casas do Canal. O caso de NSCO poderia, em nossa opinião, integrar-se ou na segunda, ou na terceira hipótese, como um caso de legitimação de um novo grupo, ou, como sugerem alguns, linhagem (Soares, 2003); por outro lado, ao efetuar-se o enterramento no corredor, sob um conjunto de pedras e à entrada da câmara, tal como na Anta 1 das Casas do Canal (Leisner e Leisner, 1955) (v. fig. 27 e 28), poderia ser visto como ato de clausura do monumento (Gibson, 2016, p. 90).

Não sendo possível discernirmos a mais plausível entre estas propostas, gostaríamos de acrescentar que a ideia de legitimação, tal como defendemos para outro contexto (Mataloto et al., 2015, p. 72), nos parece mais convincente, atendendo ao momento particular de «desconstrução» social e simbólica que as comunidades da região terão vivido durante o final do Calcolítico. Contudo, vemos com mais dificuldade a ideia de legitimação de linhagens ascendentes, resultantes de uma progressiva estratificação social, a qual, como nos indicia o brinco de «tipo Ermegeira» e o fragmento de diadema comprados em Estremoz (MNA, Au 417 e 418) (v. fig. 29), deveria de alguma forma estar em formação. A ideia de legitimação surge-nos mais associada ao gesto de verdadeira fundação de uma nova realidade comunitária, que se pretende legitimar através do forjar de novas identidades com a sua associação a marcas de Passado, reinscrevendo o «sentido do lugar», como nos diz J. Thomas (2005, p. 129), e criando uma nova semântica da Paisagem, elemento fulcral, como defendemos há muito, para uma nova identidade grupal (Mataloto, 2007).

Um aspeto nos parece, neste caso, mas também noutros, de grande relevância, como foi justamente realçado (Thomas, 2005, p. 128): estas deposições funerárias tardias no Corredor dos monumentos parecem não sofrer, posteriormente, ações de redução, impondo-se a ideia de «fixação» do enterramento a um local específico, ao invés da ideia de remobilização, ou mesmo mobilidade, como defende aquele autor. O «rearranjo» e reposição de partes ósseas em processo de esqueletização que se documentou em Bela Vista 5 (Cunha, 2013, p. 39) parece vir no mesmo sentido, reforçando a ideia de imobilismo e fixação corporal inerente a determinados elementos que, como ali também, parecem ter desempe-



Fig. 27 – Em cima: aspeto do Corredor da Anta 1 das Casas do Canal, onde se realizou o enterramento tardio, notando-se os blocos pétreos colocados sobre o depósito de vasos; em baixo: aspeto da taça campaniforme à altura da sua identificação (adaptado de Leisner e Leisner, 1955, Est. X).



Fig. 28 – Brinco de tipo Ermegeira e fragmento de diadema provenientes da área de Estremoz. Museu Nacional de Arqueologia, Au 417 e Au 418.

Foto: <http://www.matriznet.dgpc.pt>

nhado um papel central na construção simbólica dos sítios, e logo, na construção do novo discurso identitário de certas comunidades.

4. A ANTA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DOS OLIVAIS NO QUADRO DO MEGALITISMO CENTRO E ALTO-ALENTEJANO

A Anta de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais manteve, para aqueles que a conheciam, uma certa aura mítica que pairava desde os trabalhos de Manuel Heleno. A sua posição numa ligeira elevação, junto da igreja, onde se recortava no horizonte o único esteio completo a isso ajudava.

A sua posição é, de certo modo, singular, ao situar-se relativamente isolada de núcleos maiores, situados tanto a sul, onde realça o núcleo da Casa de Bragança, nas abas da Serra d'Ossa, como a Norte, já na vertente oposta do Anticlinal de Estremoz, nas imediações de São Bento do Cortiço.

Na pequena elevação em que se implanta, a paisagem abre-se amplamente para poente, deixando bem clara a fluidez da paisagem que desce suavemente pela bacia do Tejo, e que nos leva para os núcleos megalíticos de Pavia/Ciborro/Lavre. Para nascente, a paisagem fecha-se nas elevações de Estremoz e do restante Anticlinal, empurrando-nos ou para a serra, ou para as portelas que atravessam este último. cremos que a adjacência a um caminho natural de utilização milenar, bem marcado pela via romana, e hoje pela autoestrada A6, deverá ter cunhado a sua marca nas comunidades que erigiram o sepulcro de NSCO. Na realidade, a fluidez do passo conduziria aqui a transitabilidade entre a bacia do Guadiana e as do Tejo e Sado, unindo os grandes núcleos megalíticos de Évora/Montemor com o núcleo de Vila Fernando/Elvas, o qual se situa menos de 20 km depois de NSCO seguindo este caminho natural para nascente.

Não será por acaso que o interessantíssimo conjunto do «jazigo da Alcarapi-nha», provavelmente uma qualquer estrutura escavada na rocha justamente neste caminho, é um dos paralelos mais óbvios para o conjunto da primeira fase de NSCO, onde primam igualmente pela ausência as cerâmicas e abundam as pontas de seta de tipologias semelhantes, aparentemente associadas a geométricos.

cremos ter apontado, aquando da análise das pontas de seta, como NSCO se implanta numa posição de «fronteira» cultural, genericamente traçada pela Serra d'Ossa, sendo clara a sua mais forte ligação com a realidade cultural imanente do Megalitismo alto-alentejano (v. fig. 30). Este aspeto carece ainda de maior aprofundamento e análise, podendo ser uma via de melhor entendimento, e discernimento, das comunidades humanas que presenciaram os 4.º e 3.º milénios a. C. no território centro e alto-alentejano.

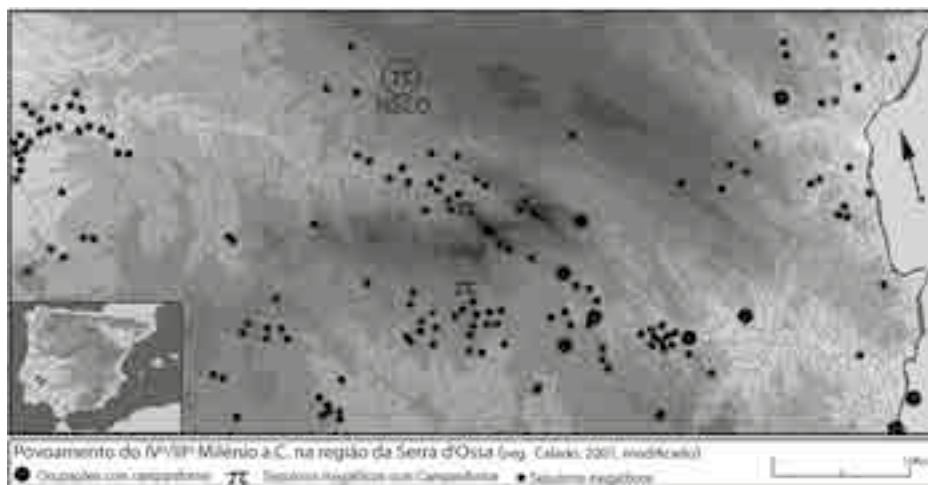


Fig. 29 – Povoamento dos 4.º e 3.º milénios a.n.e. na região da Serra d'Ossa (seg. Calado, 2001, modificado) com a situação de NSCO com relação a outros monumentos com reutilizações tardias e contextos de ocupações campaniformes.

Estamos certos que a revalorização das velhas arquiteturas megalíticas, discursos paisagísticos e sociais dos finais do 3.º milénio a.n.e. do interior alentejano, terão sido muitíssimo mais frequentes que aquilo que conseguimos hoje perceber, como aliás vimos defendendo de há muito (Mataloto, 2006; Mataloto et al., 2015). Na esteira de C. Gibson (2016)⁴, concordamos que teremos que eliminar de vez os preconceitos inerentes a expressões como «violações» ou «intrusões», sempre muito conectadas com velhas perspetivas histórico-culturalistas que entendiam o «fenómeno campaniforme» derivado da chegada de novas gentes que vinham romper o *status quo* existente. Todavia, e como se comentou acima, também estamos longe de aceitar uma perspetiva de mera continuidade, quase atávica, como outros autores têm vindo a defender para estas e outras paragens (Bueno et al., 2008). Cremos, isso sim, que o reuso dos velhos monumentos megalíticos se insere numa nova lógica identitária, forjada a partir do colapso social, ideológico, e talvez cosmológico (Valera, 2015) das sociedades da segunda metade do 3.º milénio a.n.e. Num quadro de verdadeira «refundação», os antigos sepulcros deverão ter sido reintegrados no discurso provavelmente como legitimadores dos novos grupos, conferindo a espessura do *Tempo* às novas organizações resultantes da falência da realidade anterior que determinou, por um lado, o abandono das fortificações em território alentejano a partir de meados do milénio, e das ocupações cercadas de fossos ao longo desta segunda metade do 3.º milénio a.n.e. (Valera, 2015).

A anta de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais terá sofrido, de alguma forma, nova reintegração nos discursos ideológicos e religiosos, dada a sua proximidade com a igreja de onde retira o nome, muito provavelmente na sequência das reformas tridentinas que procuraram eliminar, sobrepor e integrar todos os vestígios de culto ou admiração pagã. Não deixa de ser de realçar a relativa proximidade (20 km a sudoeste) do caso da igreja de São Bento do Mato, da Azaruja, que incorporou e sobrepôs, na zona do altar-mor, um sepulcro megalítico.

Esta ligação pagã ao velho monumento manteve-se até muito próximo dos dias de hoje, suavizada, ou talvez nem tanto, pela mediação cristã notória na realização da partida «de ouvir o mar» depois da missa do galo...

⁴ Agradecemos a C. Gibson a disponibilização deste texto, ainda em fase de revisão.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERGARIA, J.; DIAS, A. C. (2000) – *Antas de Elvas*. Lisboa: IPPAR. (Roteiros da Arqueologia Portuguesa).
- ANDRADE, M. A. (2013) – As placas de xisto gravadas da anta da Herdade da Lameira (Alto Alentejo, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 5, 3, p. 177-201.
- ANDRADE, M. A. (2014) – Contextos perdidos, obscurantismos helénicos: espólio de um monumento megalítico de Alter do Chão pertencente à coleção de Manuel Heleno. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 17, p. 35-60.
- ANDRADE, M. A. (2015) – *Cherchez la femme!* Iconografia e imagética nas placas de xisto gravadas do Megalitismo do Sudoeste da Península Ibérica. In COLLADO GIRALDO, H.; GARCÍA ARRANZ, J. J., ed. lit. – *Symbols in the Landscape: Rock Art and its Context*. IFRAO 2015: International Rock Art Conference, 19, Cáceres, 2015: Conference. Tomar: Instituto Terra e Memória, p. 1545-1571.
- ANDRADE, M. A. (no prelo) – Sobre os pequenos vasos carenados do Megalitismo alto-alentejano: questões morfológicas e cronologia. In *JIA 2015. Jornadas de Jovens em Investigação Arqueológica. Entre a ciência e a cultura: da interdisciplinaridade à transversalidade da arqueologia*, 8, Lisboa, 2015.
- ANDRADE, M. A.; LOPES, G.; VILELA, C. (2014) – O sítio calcolítico de Cabeço dos Mouros: identificação de uma nova oficina de talhe de pontas de seta na área de Arruda dos Pisões (Rio Maior, Portugal). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 17, p. 113-126.
- ANDRADE, M. A.; MATIAS, H. (2013) – Lithic raw material procurement and consumption during the Late Neolithic/Early Chalcolithic: the case of Casal dos Matos and Cabeça Gorda 1 (Vila Nova de Ourém, Estremadura, Portugal). *Complutum*. Madrid. 24: 1, p. 91-111.
- ARANDA JIMÉNEZ, G. (2015) – Resistencia e involución social en las comunidades de la Edad del Bronce del sureste de la Península Ibérica. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 72: 1, p. 126-144.
- ARAÚJO, A.; PIÇARRA, J.; BORREGO, J.; PEDRO, J.; OLIVEIRA, J. T. (2013) – As regiões central e Sul da Zona de Ossa-Morena. In DIAS, R.; ARAÚJO, P.; KULLBERG, J. C., ed. lit. – *Geologia de Portugal*. Évora: Universidade de Évora, p. 151-172.
- AUBRY, Th.; MANGADO LLACH, J.; MATIAS, H. (2014) – Matérias-primas das ferramentas de pedra lascada da Pré-História do Centro e Nordeste de Portugal. In DINIS, P. A.; GOMES, A.; MONTEIRO-RODRIGUES, S., ed. lit. – *Proveniências de Materiais Geológicos: abordagens sobre o Quaternário de Portugal*. Braga: Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário, p. 165-192.
- AUBRY, Th.; MANGADO LLACH, X.; SAMPAIO, J. D.; CALVO TRIAS, M.; IGREJA, M. A.; KLARIC, L.; GAMEIRO, C. (2009) – Os artefactos: reconstrução da funcionalidade e da dinâmica de formação dos sítios. In AUBRY, Th., ed. lit. – *200 séculos da história do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-recolectores do Paleolítico*. Lisboa: IGESPAR/IP. p. 129-270. (Trabalhos de Arqueologia; 52).
- BOAVENTURA, R. (2000) – O Campaniforme do habitat do Pombal (Monforte, Alto Alentejo, Portugal). In *Congresso de Arqueologia Peninsular, 3, Vila Real, 1999. Pré-História Recente da Península Ibérica: Actas*. Porto: ADECAP. vol. 4, p. 291-300.
- BOAVENTURA, Rui (2009) – *As antas e o megalitismo da região de Lisboa*. Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Policopiado.
- BOAVENTURA, R.; FERREIRA, M. T.; SILVA, A. M. (2013) – Perscrutando espólios antigos: a anta da Sobreira 1 (Elvas). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 63-79.
- BOAVENTURA, R.; MATALOTO, R. (2013) – Entre mortos e vivos: nótulas acerca da cronologia absoluta do Megalitismo do Sul de Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 81-101.
- BUBNER, T. (1979) – Ocupação campaniforme do Outeiro de São Bernardo (Moura). *Ethnos*. Lisboa. 8, p. 139-151.
- BUENO RAMIREZ, P., BARROSO BERMEJO, R., BALBÍN BEHRMANN, R. (2005) – Ritual campaniforme, ritual colectivo: la necrópolis de cuevas artificiales del Valle de las Higueras, Huecas, Toledo. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 62: 2, p. 67-90.

- BUENO RAMIREZ, P., BARROSO BERMEJO, R., BALBÍN BEHRMANN, R. (2007-2008) – Campaniforme en las construcciones hipogeeas del megalitismo reciente al interior de la Península Iberica. *Veleia*. Vitoria. 24-25, p. 771-790. *Homenaje a Ignacio Barandiaran Maestu*, v. II.
- BUENO RAMIREZ, P.; BARROSO BERMEJO, R.; VÁZQUEZ CUESTA, A. (2008) – The Beaker Phenomenon and the Funerary Contexts of the International Tagus. In BUENO RAMÍREZ, P.; BARROSO BERMEJO, R.; BALBÍN-BERHMANN, R., ed. lit. – *Graphical Markers and Megalith Builders in the International Tagus – Iberian Peninsula*. Oxford: Archaeopress. p. 141-155. (BAR International Series; 1765).
- CALADO, M. (2001) – *Da serra d'Ossa ao Guadiana: um estudo de pré-história regional*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia; 19).
- CARDOSO, J. L.; SCHUHMACHER, T. X. (2012) – Marfiles calcolíticos en Portugal. Estado de la cuestión. *Elfenbeinstudien. Marfil y elefantes en la Península Ibérica y el Mediterráneo occidental*. Darmstadt, Mainz: Verlag Philipp von Zabern; Alicante: DAI; Diputación de Alicante; MARQ. p. 95-110. (Iberia Archaeologica; Band 16 Faszikel 1).
- CARREIRA, J.; CARDOSO (2001/2002) – A Gruta da Casa da Moura (Cesareda, Óbidos) e a sua ocupação pós-paleolítica. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 10, p. 249-361
- CARTA GEOLÓGICA DE PORTUGAL [Material cartográfico/ Serviços Geológicos de Portugal. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal. 1968.
- CERRILLO CUENCA, E. (2009) – Laminas de sílex en el actual territorio de Extremadura (IV-III milenio cal BC): problemas de partida y posibilidades de estudio. In GIBAJA, J. F.; TERRADAS, X.; PALOMO, A.; CLOP, X., ed. lit. – *Les grands fulls de sílex. Europa al final de la Prehistòria*. Barcelona: Museu d'Arqueologia de Catalunya, p. 55-62.
- COSTA, M. A. N. (1961) – Estremoz e o seu concelho nas Memórias Paroquiais de 1758. *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*. Coimbra, 25. Separata.
- COSTEIRA, C.; MATALOTO, R. (2013) – Os componentes de tear do povoado de S. Pedro (Redondo, Alentejo Central). In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; BUSTAMANTE, M.; GARCÍA CABEZAS, M., ed. lit. – *Encuentro de Arqueologia del Suroeste Peninsular*, 6, Villafranca de los Barros, 2012. Villafranca de los Barros: Ayuntamiento. p. 625-667.
- CUNHA, C. (2014) – O enterramento do recinto 1 de Bela Vista 5 (Mombeja, Beja): análise bioantropológica. In VALERA, A. C., coord. – *Bela Vista 5. Um recinto do final do 3.º milénio a.n.e. (Mombeja, Beja)*. Lisboa: NIA, p.37-39. (Era Monográfica; 2).
- DEUS, A. D.; VIANA, A. (1953) – Mais três dólmenes da região de Elvas (Portugal). *Zephyrus*. Salamanca. 4, p. 227-240.
- DUARTE, C.; PINHEIRO, V. (2005) – *Análise dos restos humanos da coleção de Manuel Heleno do Museu Nacional de Arqueologia (o Alentejo Central)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. Col. Cadernos do CIPA: relatórios de análise laboratorial.
- ESPANCA, T. (1975) – Ermida de Nossa Senhora da Conceição. In *Inventário artístico de Portugal: Distrito de Évora: Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor-o-Novo, Mora e Vendás Novas*. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes. vol. 1, p. 98-99.
- FERREIRA, O. V.; ZBYSZEWSKI, G.; LEITÃO, M.; NORTH, C. T.; SOUSA, H. R. (1975) – Le monument mégalithique de Pedra Branca auprès Montum, Melides. *Comunicações dos Serviços Geológicos*. Lisboa. 59, p. 107-192.
- FORENBAHER, S. (1999) – *Production and Exchange of Bifacial Flaked Stone Artifacts during the Portuguese Chalcolithic*. Oxford: Archaeopress. (BAR International Series; 756).
- GENESTE, J.-M. (1985) – *Analyse lithique d'industries Moustériennes du Périgord: une approche technologique du comportement des groupes humains au Paléolithique Moyen*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia apresentada à Universidade de Bordéus 1.
- GENESTE, J.-M. (1991) – L'approvisionnement en matières premières dans les systèmes de production lithique: la dimension spatiale de la technologie. *Treballs d'Arqueologia*. Barcelona. 1, p. 1-36.
- GIBSON, C. (2016) – Closed for business or cultural change? Tracing the re-use and final blocking of megalithic tombs during the Beaker period. In *Celtic from the West 3*. Oxford: Oxbow. p. 103-110.

- GONÇALVES, F. (1972) – *Carta Geológica de Portugal: Folha 36-B: Estremoz*. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- GONÇALVES, F. (1974) – *Carta Geológica de Portugal: Nota Explicativa à Folha 36-B*. Estudos Petrográficos de A. V. Pinto Coelho. Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- GONÇALVES, V. S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz: territórios megalíticos*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia.
- GONÇALVES, V. S. (2003) – *STAM-3, a Anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 32).
- GONÇALVES, V. S. (2004) – As placas de xisto gravadas dos sepulcros colectivos de Aljezur (3.º milénio a.n.e). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 4.ª série, 22, p. 163-318.
- GONÇALVES, V. S. (2013) – *No limite oriental do Grupo Megalítico de Reguengos de Monsaraz*. Évora: EDIA/DRCALEN.
- HELENO, M. – *Caderno de campo n.º 2: Antas dos arredores de Estremoz* [Manuscrito]. 1934. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de Manuel Heleno. p. 2-16.
- HENRIQUES, F. R.; SOARES, A. M. Monge; ANTÓNIO, T. F.; CURATE, F.; VALÉRIO, P.; ROSA, S. (2013) – O Tholos Centirã 2 (Brinches, Serpa): construtores e utilizadores; práticas funerárias e cronologias. In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M.; GARCÍA CABEZAS, M., ed. lit. – *Encuentro de Arqueología del Suroeste Peninsular*, 6, Villafranca de los Barros, 2012. Villafranca de los Barros: Ayuntamiento. p. 319-355.
- ISIDORO, A. F. (1965-1966) – Escavações em dólmenes do concelho do Crato (Alto Alentejo). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 20: 1-2, p. 29-57.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1951) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura. Reeditado por Uniarq/INIC, 1985.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1955) – *Antas nas herdades da Casa de Bragança no concelho de Estremoz*. Lisboa: Fundação Casa de Bragança.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Westen*. Berlin: Walther de Gruyter & Co. 1: 2.
- LEISNER, V. (1985) – *Mikrolithen – Aufzeichnungen im Nationalmuseum fuer Archaeologie und Ethnologie in Lissabon*. Lisboa: Deutsches Archaeologisches Institut. Bilingue: Micrólitos – Apontamentos tomados no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia em Lisboa. Lisboa: Instituto Arqueológico Alemão.
- LEISNER, V.; PAÇO, A.; RIBEIRO, L. (1964) – *Grutas artificiais de São Pedro do Estoril*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- MARTÍNEZ FERNÁNDEZ, M. J.; VERA RODRÍGUEZ, J. C. (2014) – Los enterramientos de la edad del bronce del yacimiento de La Orden-Seminario (Huelva). Rituales funerarios y diferenciación sexual en la transición del tercer al segundo milenios cal a.c. en andalucía occidental. *Huelva arqueológica*. Huelva. 23: 11-46.
- MARTÍNEZ FERNANDÉZ, G.; MORGADO RODRÍGUEZ, A.; AFONSO MARRERO, J. A.; CÁMARA SERRANO, J. A.; CULTRONE, G. (2006) – Explotación de rocas silíceas y producción lítica especializada en el Subbético central granadino (IV-III milenios cal. B.C.). In MARTÍNEZ FERNANDÉZ, G.; MORGADO RODRÍGUEZ, A.; AFONSO MARRERO, J. A. (eds.) – *Sociedades prehistóricas, recursos abióticos y territorio*. Granada: Fundación Ibn Al-Jatib, p. 293-313.
- MATALOTO, R. (2006) – Entre *Ferradeira* e *Montelavar*: um conjunto artefactual da Fundação Paes Teles (Ervedal, Avis). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9: 2, p. 83-108.
- MATALOTO, R. (2007) – Paisagem, memória e identidade: tumulações megalíticas no pós-megalitismo alto-alentejano. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10: 1, p. 123-140.
- MATALOTO, R. (2010) – O 3.º/4.º milénio a. C. no povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central): fortificação e povoamento na planície centro alentejana. In GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C., ed. lit. – *Transformação e mudança no Centro e Sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e*. Cascais: Câmara Municipal. p. 263-295.
- MATALOTO, R.; BOAVENTURA, R. (2009) – Entre vivos e mortos nos IV e III milénios a.n.e. do Sul de Portugal: um balanço relativo do povoamento

- com base em datações pelo radiocarbono. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12: 2, p. 31-77.
- MATALOTO, R.; BOAVENTURA, R. (2010) – Anta da Vidigueira (Freixo, Redondo): intervenção de caracterização. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 13: 1, p. 5-24.
- MATALOTO, R.; BOAVENTURA, R.; NUKUSHINA, D.; VALÉRIO, P.; INVERNO, J.; SOARES, R.; RODRIGUES, M.; BEIJA, F. (2015) – O sepulcro megalítico dos Godinhos (Freixo, Redondo): usos e significados no âmbito do Megalitismo alentejano. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 18, p. 55-79.
- MATALOTO, R.; COSTEIRA, C.; ROQUE, C. (2015) – Torres, cabanas e memória: a Fase V e a cerâmica campaniforme do povoado de São Pedro (Redondo, Alentejo Central). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 18, p. 81-100.
- MATALOTO, R.; MARTINS, J. M. M.; SOARES, A. M. (2013) – Cronologia absoluta para o Bronze do Sudoeste: periodização, base de dados, tratamento estatístico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 303-338.
- MATALOTO, R.; ROCHA, L. (2007) – O monumento ortostático do Caladinho (Redondo, Alentejo Central). In *Encontro de Arqueologia do Sudoeste Peninsular*, 3, Aljustrel, 2006: *Actas*. Aljustrel: Câmara Municipal. p. 107-116.
- MATIAS, H. (2012) – *O aprovisionamento de matérias-primas líticas na gruta da Oliveira (Torres Novas)*. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Dissertação de Mestrado em Geo-Arqueologia. Policopiado.
- MEDEIROS, J. F. (2001) – *Património Religioso de Estremoz*. Estremoz.
- MEMÓRIAS PAROQUIAIS: *Estremoz; Évora*. 1758. Vol. 14, n.º 100, p. 697 a 750.
- MENDONÇA, M.; CARVALHO, A. F. (2016) A componente de pedra lascada dos monumentos funerários 1 e 2 do Complexo arqueológico dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz). *Apostamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 11, p. 33-45.
- MORGADO, A.; LOZANO, J. A. (2011) – The impact of geological factors on flint mining and large blade production in the Betic Cordillera (Spain) in the 4th-3rd mill. BC. In CAPOTE, M.; CONSUEGRA, S.; DÍAZ-DEL-RÍO, P.; TERRADAS, X., ed. lit. – *International Conference of the UISPP Commission on Flint Mining in Pre- and Protohistoric Times*, 2, Madrid, 2009. Oxford: Archaeopress. p. 183-191. (BAR International Series; 2260).
- MORGADO RODRÍGUEZ, A.; LOZANO RODRÍGUEZ, J. A.; PELEGRIN, J. (2011) – Las explotaciones prehistóricas del sílex de la Formación Milanos (Granada, España). *Menga. Revista de Prehistoria de Andalucía*. Antequera (Málaga). 2, p. 135-155.
- NETO, M. (1976-1977) – Notícias inéditas sobre dólmenes em Portugal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 2-3, p. 99-107.
- NOCETE, F.; SÁEZ, R.; NIETO, J. M.; CRUZ-AUÑÓN, R.; CABRERO, R.; ALEX, E.; BAYONA, M. R. (2005) – Circulation of silicified oolitic limestone blades in South-Iberia (Spain and Portugal) during the third millennium B. C.: an expression of a core/periphery framework. *Journal of Anthropological Archaeology*. 24, p. 62-81.
- OLIVEIRA, J. T.; OLIVEIRA, V.; PIÇARRA, J. M. (1991) – Traços gerais da evolução tectono-estratigráfica da Zona de Ossa-Morena, em Portugal. *Cuadernos del Laboratorio Xeolóxico de Laxe*. Corunha. 16, p. 221-250.
- OLIVEIRA, J.; SARANTAPOULOS, P.; BALESTEROS, C. (1994-1995) – Antas-Capelas e Capelas junto a antas no território português: elementos para o seu inventário. *A Cidade de Évora: Boletim de Cultura da Câmara Municipal de Évora*. Évora. 2.ª série, 1, p. 287-329.
- OLIVEIRA, J.; SARANTAPOULOS, P.; BALESTEROS, C. (1997) – *Antas-Capelas e Capelas junto a antas no território português*. Lisboa: Edições Colibri.
- RAMOS MILLÁN, A.; PEÑA GONZÁLEZ, B.; OSUNA VARGAS, M.; TAPIA ESPINOZA, A.; AZNAR PÉREZ, J. C. (1993) – La mina de sílex de la Venta. *Investigaciones arqueológicas de 1990-91. Anuario Arqueológico de Andalucía*. Málaga. 2, p. 212-224.
- ROCHA, L. (2005) – *As origens do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno*. Tese de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Policopiado.
- ROCHA, L.; DUARTE, C. (2009) – Megalitismo funerário no Alentejo Central: Os dados antropológicos das escavações de Manuel Heleno.

- In POLO CERDÁ, M.; GARCÍA-PRÓSPER, E., ed. lit. – *Investigaciones histórico-médicas sobre salud y enfermedad en el Pasado: Congreso Nacional de Paleopatología, 9, Morella (Castellón), 2007*. Valencia: Grupo Paleolab & Sociedad Española de Paleopatología, p. 763-781.
- SANTA MARIA, Frei Agostinho de (1718) – *Santuário Mariano, e Historia das Image[n]s Milagrosas de Nossa Senhora, e das milagrosamente aparecidas, em graça dos prêgadores, & dos devotos da mesma Senhora...* Lisboa: na Officina de Antonio Pedrozo Galrao. Vol. 6, p. 180-182.
- SANTOS, M. E.; FERREIRA, O. V. (1969) – O monumento eneolítico de Santiago do Escoural. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 3.ª série, 3, p. 37-62.
- SANTOS, I.; ROCHA, L. (2015) – Contributo para o conhecimento da Anta Grande do Zambujeiro (Évora, Portugal): as pontas de seta. In *Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição: o mundo funerário, 2, Évora, 2013*. Évora: Universidade, p. 34-39.
- SCHUBART, H. (1965) – Zwei Belegungsphasen im Kuppelgrab Monte do Outeiro bei Aljustrel (Portugal). *Madrider Mitteilungen*. Heidelberg, 6, p. 65-73.
- SCHUBART, H. (1971) – O Horizonte de Ferradeira: sepulturas do Eneolítico final no sudoeste da Península Ibérica. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 81: 3-4, p. 189-215.
- SCHUHMACHER, Th. X.; CARDOSO, J. L.; BANERJEE, A. (2009) – Sourcing African ivory in Chalcolithic Portugal. *Antiquity*. Cambridge. 83, p. 983-997.
- SOARES, A. M. (2008) – O monumento megalítico Monte da Velha 1 (MV1) Vila Verde de Ficalho, Serpa. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 11: 1, p. 33-51.
- SOARES, J. (2003) – *Os hipogeuos pré-históricos da Quinta do Anjo. As economias do simbólico*. Setúbal: Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.
- SOARES, J. (2010) – Dólmen da Pedra Branca. Datações radiométricas. *Musa*. Setúbal. 3, p. 70-82.
- SOARES, J.; SILVA, C. T. (2010) – Anta Grande do Zambujeiro – arquitectura e poder. Intervenção arqueológica do MAEDS, 1985-87. *Musa*. Setúbal. 3, p. 83-129.
- VALERA, A. C. (2014) – *Bela Vista 5. Um Recinto do Final do 3.º milénio a.n.e. (Mombeja, Beja)*. Lisboa: NIA. (Era Monográfica; 2).
- VALERA, A. C. (2015) – Social change in the late 3rd millennium BC in Portugal: the twilight of enclosures. *Tagungen des Landesmuseums für Vorgeschichte*. Halle. Band 13, p. 1-19.
- VALERA, A. C.; CALVO, E.; SIMÃO, P. (2016) – Enterramento campaniforme em fossa da Quinta do Castelo 1 (Salvada, Beja). *Aparentamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 11, p. 13-19.
- VIANA, A.; DEUS, A. D. (1952) – Exploración de algunos dolmenes de la región de Elvas, Portugal. In *Congreso Arqueológico Nacional, 2, Madrid, 1951*. Zaragoza: Secretaría Nacional de los Congresos, p. 185–201.
- VIANA, A.; DEUS, A. D. (1955) – Notas para o estudo dos dólmenes da região de Elvas. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. Nova Série. 15: 3-4, p. 143-189.
- VIANA, A.; DEUS, A. D. (1957) – Mais alguns dólmenes da região de Elvas (Portugal). In *Congreso Arqueológico Nacional, 4, Burgos, 1955*. Zaragoza: Secretaría General de los Congresos, p. 89-100.
- ZILHÃO, J. (1994) – A oficina de talhe neolítico de Casas de Baixo (Caxarias, Vila Nova de Ourém). *Trabalhos de Arqueologia da EAM*. Lisboa. 2, p. 35-45.
- ZILHÃO, J. (1997) – *O Paleolítico Superior na Estremadura portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri.

APÊNDICE 1

HELENO, M. – *Caderno de campo n.º 2: Antas dos arredores de Estremoz* [Manuscrito]. 1934. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de Manuel Heleno. Anta da N. S. da Conceição dos Olivais – Anta 7, p. 2-16.

[Página 2] «Anta 7 (N. Sra. da // Conceição dos Olivais de // Estremoz)

Fica a nascente de Nossa // Senhora da Conceição dos Olivais // a cerca de 10 m e a NW de Es-//tremoz a 1500 m de distancia, // na freguesia de Sta. Maria de Estremoz.


A anta tinha grande cama-//ra com quatro esteios, três de-// partidos e corredor com // três pedras do lado sul.

A anta estava já sem // mamôa, quase completa-//mente desaterrado. Apenas // abaixo do solo as valas // aonde foram metidos // [página 3] os esteios que já faltam.


No dia da Romaria da Sra. // da Conceição que na capela // se realiza no dia 8 de dezem-//bro [ilegível] gente dos arre-//dores. É costume levar as // crianças e alguns adultos // junto do esteios inteiro e // perguntar-lhes se desejam // ouvir roncar o mar, para o que devem encostar // o ouvido a dita pedra. // Nessa altura empurram // a cabeça do bacôa con-//tra a mesma. Isto fazia-se // depois da missa da meia-noite // (do galo) pelo Natal.

[Página 4] A anta que, foi explorada no // dia 10 de Set. E seguintes, deu:

No corredor:

- Uma conta grande rachada // talvez de azeviche, a 0,25 m de // profundidade na cova dum // esteio
- Um sílice com base concava [esboço da peça] 
- Um linda faca secção // trapezoidal partida em três // partes
- Ossos dos membros inferiores // dum esqueleto. Este parece orientar-se com a cabeça // para poente, isto é, voltada para // a camara e corredor paralela // as pedras do corredor. // Este estava á profundidade de // [página 5] de 0,30 m. As ossadas estavam // cobertas por pequenas lajes // que ajustavam mesmo em a-//cima delas.

Eram constituídos por femures // e por outros ossos das pernas // (femures ou tíbias?)

Do lado do norte apareceram // dois vasos justapostos. // Um de forma de copo/vaso, outro que // tinha este dentro de fundo se-//mi-esférico e colo concavo [esboço da peça] , lembrando o feitio de loiças // argáricas, mas de maiores dimensões.

Do corredor ainda um sílice mais // de base concava.

[*Página 6*] Na camara encontrou-se.

Duas setas de base recta

Uma de convexa


Duas de base em triangulo convexo

Uma de base concava com bar-//belas.

Duas contas biconicas uma verde // outra preta

Uma seta grande base concava

Apareceu também uma moeda de tostão de D- Manuel II.

Apareceu ainda um chapão // na camara partido, com // um buraco e ornamenta-//ção [esboço do ornamento]  em linhas quebradas.

Ainda sobre esta anta

O dono da propriedade // em certos tempos

[*Página 7* – introduz apontamento de materiais]

à profundidade de 0,30 m // tinha como um buraco.

Mais do corredor:

– conta bicónica verde

– Seta de cristal com base recta

– Seta de cristal com base recta

Da camara

– Dois silices de base concava

– Um nucleo de cristal

– Fragmento de faca

– Dentes

– Uma seta de base convexa

[prossegue descrição do proprietário]

tinha um filho que tinha si-//na de morrer dum raio.

Para evitar isso o pai man-//dou construir a anta, para // onde mandaria o filho quan-// fazia trovoadas. Afinal o filho sempre morreu dum raio.

[*Página 8*] – Da camara saio ainda duas mós.

– Apareceram ainda duas con-//tinhas.

Do corredor

– Um peso de barro partido

– Um martelo de pedra polido

Da camara:

Um fragmento de machado

- Quatro sílices de base concava
- Duas setas de base recta
- Uma de cristal de base concava
- Frag de faca
- 17 contas de diversos tamanhos
- Dois frag. de mó e uma in-//teira

[Página 9] Um dos esteios é de granito rijo, // rocha que não ha na região // a não ser a cerca de 7 km para // mais.

A anta estava construida em // terreno muito pedregoso, rochoso mesmo. // O chão da anta estava quasi // no chão natural, mas en-//contraram-se os sulcos abertos // para pôr os esteios os quaes sulcos // tinham entre 0,80 m a 1 m de profundidade.

Dois esteios, que são os que estão // partidos, foram-no acerca de // 70 anos para a estrada.

*Transição do sílice  com base con-//cava para a seta.

[Página 10] Camara

Tres setas de base convexa redondo // ou triangulo, todas com pequenas // barbelas e de cristal,

Uma conta[sic] de base concava

Cinco sílices de base concava. Ha-//os grosseiros, mto. mal trabalhados, // ha-os de silex mais perfeitos; // ha-os estabelecendo perfeita re-//lação dos sílices para as setas de // base concava.

Em resumo:

Nesta ha a notar [esboço] a coinci-//dencia, a [ilegível] proximi-//dade dos silex de base concava, // com as setas de base convexa, // e algumas setas de base concava.

No estado actual das minhas inves-//tigações parece que as setas de base con-//vexa são de origem estrangeira // [página 11] e teriam tido predominio na pri-//meira fase do calcolítico.

Delas resultaria o punhal e alabarda.

Contas). Apareceu na camara mais // uma biconica, dez em forma de // roda, e 26 pequeninas.

Faca) É de lá um fragmento

Martelo. Apareceu ainda aqui uma // pedra mal polida que serviu dum // lado de martelo (já é o 2º) e ainda // uma bolinha de barro, tendendo // para a forma do cilindro.

Sílices e setas e contas: mais:

Nove sílices de base concava

Dez setas de base convexa
 Uma de base concava, bastante profundo
 Dez contas grandes e mto. pequenas

[Página 12] **Corredor** – 2 contas verdes, uma bico-//nica pequena, outra mais cilíndrica

- Duas contas em forma de roda
- Uma conta grande, preta, biconica
- 7 continhas
- 4 contas[sic] de base recta
- 7 setas de base convexa, algumas com // barbelas e de cristal.
- 3 contas de base concava
- **1 seta de base convexa, quasi triangular**

Camara.

Um silice trapezoidal
 Tres de base recta
 Tres de base concava
 Oito contas regulares, cilíndricas
 22 continhas

[Página 13] **Dimensões e arquitectura da // anta da Sra. da Conceição**

Tem camara grande com es-//teio inteiro e três partidos, um // encontrado à profundidade de // um metro. O corredor tem três esteios // do lado do sul, nenhum do norte. // A construção foi feita em terre-//no rochoso. Foi preciso abrir // trincheiras fundas para colocar // os esteios. O encontro destas, a-//pezar da falta de esteios per-//mitir a reconstituição da // forma e dimensões da anta. // Assim tem de comprimento // total de 7,20 m, dos quais // [página 14] 4 m pertencem à camara. // No sentido N-S a anta me-//de largura 4,40 m.

A porta da camara mede de largura 1,43 m.

A anta orientava-se no sentido // de leste.

Camara

Forma arredondada. Os esteios me-//dem:

A) Levemente inclinado. Alt. acima // do nível do chão 2,25, abaixo // 1,27 m; 1,30 m, esp. 0,95 m

B) Estava um metro abaixo do solo, // e estava já partido. Inclinado // Alt. 0,48 m (abaixo do metro referido)//, larg. 1,10 m, esp. 0,17 m

C) Partido e inclinado. // Alt. acima do nível do solo 0,15 m // [página 15] abaixo 1,15 m; larg. 2 m, esp. 0,31 m.

D) Inclinado. Alt. acima do solo 0,18 m, // abaixo 1 m, larg. 1,60 m, esp. 0,40 m.

O esteio A é de granito. As outras não.

Corredor

Largura provavel 1,85 m. Diz-se provavel porque não ha esteios do lado norte.

Do sul três esteios:

Ie (de fora para dentro). Partido. Direito. Alt. 0,60 m, larg. 0,93 m esp. 0,23 m. A altura tirada abaixo do nivel do solo

Iie – Direito. Partido. Alt. acima do nivel do solo 0,80 m, abaixo 0,65 m, larg. 0,76 m, esp. 0,39 m

[Página 16] IIIe) Alt. abaixo do solo 0,40 m, largura 0,60 m, esp. 0,21 m Partido e direito

Conclusão

Apezar das suas grandes dimensões, que lembram as antas do fim neolítico ou mesmo do bronze, esta apresenta-se com silices de base concava, semelhantes aos da Oliveira da Cruz, a par das setas com base concava que em numero pouco excedem os silices e mto. poucas concavas ou de base recta. Será esta anta antiga?

Mas o seu chapão não era antropomorfo. Em todo caso parece que os silices se conservaram aqui mais tempo ou as antas evolucionaram mais depressa. As setas começa talvez do ene. [eneolítico].»

Muitos mortos no Deserto... Monumentos-satélite do núcleo megalítico do Deserto e Barrocal das Freiras. 1: A anta do Espragal (Foros de Vale de Figueira, Montemor-o-Novo)

So many deads in the desert...

«Satellite-monuments» of the megalithic
cluster of Deserto and Barrocal das Freiras.
1: the dolmen of Espragal (Foros de Vale
de Figueira, Montemor-o-Novo)

VICTOR S. GONÇALVES*, MARCO ANTÓNIO ANDRADE**

RESUMO

O núcleo megalítico do Deserto e Barrocal das Freiras encontra-se atualmente em estudo no âmbito do projeto OMEGA – Origens do Megalitismo do Alentejo médio, dirigido pelos signatários dentro das linhas de investigação do grupo de trabalho sobre as Antigas Sociedades Camponesas (WAPS), da UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa). Neste contexto, foram igualmente assumidos como componentes válidos para a compreensão da construção da paisagem megalítica desta área os monumentos localizados em espaços circundantes do núcleo principal. Apresenta-se agora o estudo da anta do Espragal, um monumento já destruído à altura da sua escavação, mas onde ainda se recolheram alguns elementos materiais de interesse. Pretende-se que este seja o primeiro de uma série de estudos dedicados ao conjunto dos monumentos-satélite do núcleo megalítico das herdades do Deserto e Barrocal das Freiras, onde se incluem igual-

* UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, grupo de trabalho sobre as Antigas Sociedades Camponesas (WAPS: Projeto OMEGA, Projeto PLACA-NOSTRA). vsg@campus.ul.pt

** UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa, grupo de trabalho sobre as Antigas Sociedades Camponesas (WAPS: Projeto OMEGA, Projeto PLACA-NOSTRA); Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH/BD/86232/2012). marcoandrade@campus.ul.pt

mente os monumentos de Salto do Lobo, Lobeira de Baixo, Pego da Regina, Atalaia e Amendoeira.

Palavras-chave: Megalitismo – Neolítico-Calcolítico – Alentejo médio

ABSTRACT

The megalithic cluster of Deserto and Barrocal das Freiras is currently under study within the project OMEGA – Origins of the Megalithism in the Mid Alentejo, directed by the authors and included in the research lines of the Workgroup on Ancient Peasant Societies (WAPS), from UNIARQ (Centre for Archaeology, University of Lisbon). In this context, the monuments located in peripheral areas of the main core were also assumed as valid parts for understanding the construction of the megalithic landscape in this area. This paper thus presents the study of the dolmen of Espargal, a monument already destroyed at the time of its excavation, but where some interesting material elements were still collected. This is intended to be the first of a series of studies dedicated to the group of satellite-monuments of the megalithic cluster of Deserto and Barrocal das Freiras, which includes also the monuments of Salto do Lobo, Lobeira de Baixo, Pego da Regina, Atalaia and Amendoeira.

Keywords: Megalithism – Neolithic-Chalcolithic – Central Alentejo

1. ABRINDO: JUSTIFICAÇÃO E ÂMBITOS DE ESTUDO

Na sua enérgica procura do *megalito original* (expressão já utilizada em Boaventura et al., 2014-2015), Manuel Heleno ordenou escavações em perto de três centenas de monumentos megalíticos alentejanos, nos concelhos de Coruche, Montemor-o-Novo, Mora, Arraiolos e Estremoz. Apesar destas «vigorosas» investigações, os dados recolhidos com estes trabalhos permaneceram praticamente inéditos (e inacessíveis) até à data da sua morte – e assim ainda permanecem atualmente, contando-se apenas com alguns poucos estudos realizados em âmbito académico, assim como o estudo conjunto das placas de xisto gravadas realizado no âmbito do projeto PLACA-NOSTRA.

A inacessibilidade dos seus «cadernos de campo» (e a conseqüente descodificação de proveniências indicadas unicamente por siglas) dava como perdida toda a potencialidade científica de uma área fulcral para a compreensão da origem e desenvolvimento do Megalitismo do sudoeste peninsular, fazendo jazer nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia filas de contentores com materiais sem qualquer utilidade analítica rigorosa (dado que apenas se sabia que provinham genericamente de monumentos megalíticos do Alentejo). A recuperação oportuna destes manuscritos permite agora associar espólios a monumentos concretos (e, mais importante, a arquiteturas concretas), viabilizando o estudo integrado dos dados materiais coligidos por Manuel Heleno. Assim, os trabalhos de relocalização dos monumentos já realizados, tanto por L. Rocha no âmbito da sua dissertação de doutoramento (Rocha, 2005), como por R. Boaventura no âmbito do projeto MEGA-GEO, deveriam ser complementados pela análise rigorosa dos materiais aí recolhidos – muitos deles ainda envoltos na mesma terra com que saíram do campo há 80 anos...

O projeto OMEGA – Origens do Megalitismo do Alentejo médio, dirigido pelos signatários dentro das linhas de investigação do grupo de trabalho sobre as Antigas Sociedades Camponesas da UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa), pretende definir e caracterizar os patamares evolutivos do fenómeno megalítico nesta área regional, usando os monumentos componentes do núcleo de Deserto e Barrocal das Freiras como estudo de caso. Trata-se do agrupamento de cerca de 34 monumentos megalíticos, distribuídos por dois conjuntos contíguos, disposto num espaço circunscrito de cerca de 15 km² e composto principalmente por pequenos sepulcros «protomegalíticos» de tendência cistóide ou com Corredor incipiente. A estes encontram-se associados alguns poucos monumentos evoluídos, de Câmara e Corredor diferenciado, possibilitando assumir o núcleo de Deserto e Barrocal das Freiras como um conjunto vital para a concretização dos objetivos propostos pelo projeto OMEGA.

Neste contexto, o estudo dos monumentos não incluídos no espaço central deste núcleo, mas localizados na sua periferia imediata, foi assumido como de igual importância – na expectativa de uma rigorosa caracterização dos padrões de utilização territorial, e de gestão dos espaços da Morte, das antigas comunidades camponesas na área de Montemor-o-Novo. Estes monumentos permitem assumir diagramas ativos de utilização do espaço, sendo igualmente entendidos como elementos dinâmicos da construção de espaços necropolizados, agindo como «monumentos-satélite» de áreas funerárias centrais e como componentes válidos para a compreensão da construção da paisagem megalítica.

Neste sentido, o conceito de «monumento-satélite» é aplicado a qualquer monumento que mantenha uma relação espacial de proximidade com um qualquer núcleo central, localizando-se assim na sua periferia imediata (segundo o que foi definido em Andrade, 2009 e 2013a). Tem pois um sentido diverso daquele usado a respeito dos *tholoi* anexos a antas em Reguengos de Monsaraz (Gonçalves, 1992 e 1999).

No caso concreto do núcleo megalítico de Deserto e Barrocal das Freiras, encontram-se espacialmente associados os monumentos de Salto do Lobo, Lobeira de Baixo 1 a 3, Pego da Regina, Atalaia 1 e 2, Amendoeira 1 e 2 e Espragal – perfeitamente diferenciáveis do núcleo central, mas territorialmente relacionáveis (e distinguíveis de outros núcleos contíguos, como Paço de Aragão, Comenda da Igreja, Vidigal ou Varelas-Bate Pé). Este estudo é dedicado assim ao último dos monumentos mencionados, pretendendo ser o primeiro de uma série de estudos complementares ao estudo monográfico do núcleo do Deserto e Barrocal das Freiras, pretendendo igualmente contornar (e dissolver) o desconhecimento efetivo que ainda circunda os trabalhos de Manuel Heleno no Megalitismo alentejano.

2. A ANTA DO ESPRAGAL: A RECUPERAÇÃO POSSÍVEL DE CONTEXTOS

A anta do Espragal foi escavada por ordem de Manuel Heleno, em setembro ou outubro de 1936, entre os trabalhos nas herdades do Deserto (monumentos 2 a 6) e Amendoeira (monumentos 1 e 2) – sendo neste contexto designada como *Anta EV*. Os trabalhos conduzidos neste monumento, de acordo com Manuel Heleno, são sucintamente descritos da seguinte forma (Caderno n.º 28, *Escavações em antas dos arredores do Saborro (Montemor-o-Novo)*, 6.ª campanha, *Set. e Out. de 1936*; APMH/2/1/11/28, fl. 23-24; acessível no Museu Nacional de Arqueologia):

«*Anta do Espragal (EV)*

Fica na herdade do Espragal, freg. de... concelho de Montemor-o-Novo.

A Herdade ao Sr. Pereira Rosa.

Estava completamente des/truída, mas viam-se tomba/dos três esteios, um com co/vinhas no lado da espessura.

Fica a SE do monte da her/dade ~~para o lado~~ a cerca/ de 200^m.

Deu: um vasinho esférico/ mais outro

Um outro vaso partido semi-/esférico

Tres machados espalma/dos, dois bastante gran/des; um secção circu/lar; outro sub-circular;/ outro com ela redonda

Dois chapões, um com/ decoração dentes de lobo,/ outro em espinha (bom)/ outro tocado em duas partes/ com dois buracos

Fragmento de chapão

Duas setas de base concava

Um sílice»



Fig. 1 – Folhas n.º 23 e 24 do Caderno de Campo n.º 28 de M. Heleno, referente à 6.ª campanha de escavações em antas dos arredores do Saborro (Montemor-o-Novo) e datado de setembro e outubro de 1936 (APMH/2/1/11/28, acessível no Museu Nacional de Arqueologia).

Os trabalhos de prospeção recentes (abril de 2016), realizados no âmbito do projeto OMEGA, não permitiram a identificação de quaisquer vestígios que subsistissem deste monumento na posição avançada por Manuel Heleno¹. Localizar-se-ia assim no espaço da propriedade homónima, freguesia de Foros de Vale de Figueira, concelho de Montemor-o-Novo, distrito de Évora, perto da EN 114 (próximo ao PK150 + 275) que liga Montemor-o-Novo a Lavre. Situar-se-ia aproximadamente, de acordo com a localização avançada por Manuel Heleno e segundo a folha n.º 436 da Carta Militar de Portugal (esc. 1:25000), nas seguintes coordenadas UTM (*datum* ED1950):

X (m): 0561260

Y (p): 4285365

N (alt.): 175 m

Ou, em coordenadas geográficas (*datum* WGS84):

Lat. (N): 38°42'46,63"

Long. (W): 08°17'48,52"

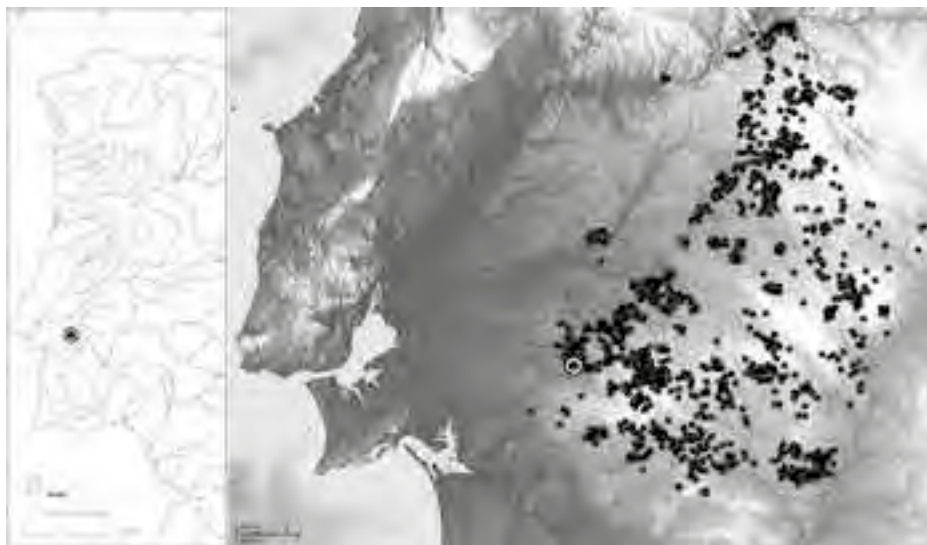


Fig. 2 – Situação da anta do Espragal no contexto geográfico do ocidente peninsular (à esquerda) e no contexto do grupo megalítico alentejano (à direita). Base cartográfica: Google Maps, 2015.

¹ A cerca de 300 m a SE da Courela do Pinheiro foi localizado um microrrelevo com algumas lajes de rocha granitoide tombadas em seu redor, notando-se uma ligeira depressão no seu centro. Situa-se contudo a cerca de 860 m a ESE da localização avançada por Manuel Heleno para a anta do Espragal.

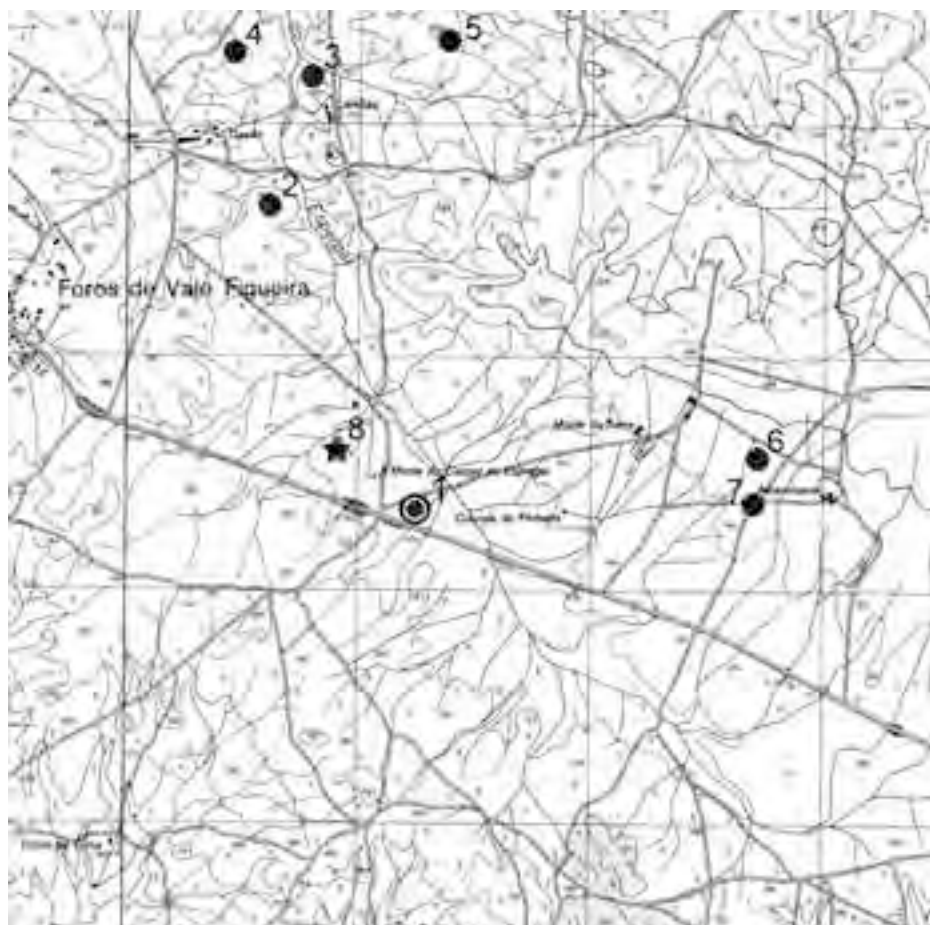


Fig. 3 – Situação aproximada da anta do Espragal (1) na folha n.º 436 da Carta Militar de Portugal (esc. 1:25000), em relação com outros monumentos e sítios localizados na sua envolvente imediata: anta 9 do Deserto (2), anta 20 do Deserto (3), anta 21 do Deserto (4), anta 22 do Deserto (5), anta 1 da Amendoeira (6), anta 2 da Amendoeira (7), povoado do Campo do Espragal (8).

Estaria implantada numa área aplanada aberta, sem qualquer constrição visual, pontuada por alguns afloramentos graníticos (destacando-se aquele localizado junto ao monte do Espragal, assumido como óbvio marcador na paisagem), sobranceira à Ribeira do Espragal (na sua margem esquerda). Geologicamente, segundo a folha n.º 35D da Carta Geológica de Portugal (esc. 1:50000), implantar-se-ia em contextos de tonalitos, na orla norte de uma extensa mancha separada de granitos biotíticos (associados ao complexo gnaisso-migmático) por uma franja de anfíbolitos subordinados a micaxistos e paragneisses.

Nada de concreto se poderá dizer sobre a arquitetura deste monumento, sendo referido como já destruído à altura da sua identificação e escavação, restando apenas três esteios tombados sobre o terreno (um deles apresentando «covichas», em número indeterminado, num dos bordos).



Fig. 4 – A anta do Espragal à altura da sua escavação (Arquivo Manuel Heleno, Museu Nacional de Arqueologia).



Fig. 5 – Aspeto atual (abril de 2016) da área onde se localizaria a anta do Espragal, de acordo com as indicações de Manuel Heleno.

3. ESPÓLIO ARQUEOLÓGICO: DESCRIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO MORFOTIPOLOGICA

Apresenta-se, de seguida, a descrição e caracterização morfológica dos materiais arqueológicos da anta do Espragal. O espólio recuperado neste monumento encontra-se representado por elementos compreendidos nas seguintes categorias: *artefactos de pedra lascada*, *artefactos de pedra polida*, *recipientes cerâmicos* e *artefactos relacionados com o Sagrado*.

Para a sua descrição, foram utilizados, adaptados à realidade em análise, os critérios descritivos atualmente em uso na UNIARQ (apresentados em Gonçalves, 1989a e 2003b; Andrade, 2009; Sousa, 2010). No caso específico das placas de xisto gravadas, foram seguidos os critérios descritivos estabelecidos no âmbito do projeto PLACA-NOSTRA (e expressos, por exemplo, em Gonçalves, 2003b, 2004a, 2004b, 2004c, 2011 e 2013a).

3.1. Artefactos de pedra lascada

Apenas três elementos de pedra lascada foram recolhidos na anta do Espragal. Correspondem a duas pontas de seta e um geométrico, usando sílex como suporte, referenciados com os números de inventário MNA 2006.245.5, 2006.245.6 e 2006.245.7. Descrevem-se da seguinte forma:

MNA 2006.245.5

Ponta de seta de sílex, de base côncava, de bordos subconvexos e secção biconvexa achatada. Apresenta retoque bifacial cobridor, de tipo rasante, na totalidade do corpo da peça, obtido por pressão após tratamento térmico. Possui 3,5 cm de comprimento, para 1,5 cm de largura máxima (medida na base) e 0,3 cm de espessura média. A profundidade da concavidade basal é de 0,3 cm.

Trata-se, segundo o Índice de Espessamento (*comprimento/espessura*), de um exemplar abatido – oferecendo um índice de 11,67; trata-se, segundo o Índice de Alongamento (*comprimento/largura da base*), de uma peça alongada – oferecendo um índice de 2,33.

O sílex usado, semitranslúcido de tonalidade castanha-alaranjada com alguns pequenos pontilhados avermelhados (óxidos de ferro), é de boa qualidade, de grão fino, apresentando textura *mudstone*. Uma análise macroscópica não permite evidenciar quaisquer outros componentes mineralógicos, para além de óxidos de ferro, não sendo igualmente perceptíveis quaisquer vestígios bioclásticos preservados. Aparentemente, apresenta características típicas das silicificações cenomanianas da área estremenha (sendo obviamente necessária outra escala de análise para confirmar esta hipótese).

MNA 2006.245.6

Ponta de seta de sílex, de base côncava, de bordos retilíneos e secção biconvexa achatada. Apresenta retoque bifacial cobridor, de tipo rasante, na totalidade do corpo da peça, obtido por pressão após tratamento térmico. Possui 2,4 cm de comprimento conservados (estando fraturada na área distal), para 1,6 cm de largura conservada (estando fraturada uma das aletas) e 0,4 cm de espessura média. A profundidade da concavidade basal é de 0,1 cm.

Trata-se, segundo o Índice de Espessamento (*comprimento/espessura*), de um exemplar médio – oferecendo um índice provável de 7,5 (calculado mediante reconstituição gráfica das áreas fraturadas); trata-se, segundo o Índice de Alongamento (*comprimento/largura da base*), de uma peça média – oferecendo um índice provável de 1,88 (calculado mediante reconstituição gráfica das áreas fraturadas).

O sílex usado, semitranslúcido de tonalidade acinzentada e vermelha-acastanhada (sílex zonado), é de boa qualidade, de grão fino, apresentando textura *mudstone*. Uma análise macroscópica não permite evidenciar quaisquer outros componentes mineralógicos, para além de escassos óxidos de ferro, não sendo igualmente perceptíveis quaisquer vestígios bioclásticos preservados. Aparentemente, apresenta características típicas das silicificações cenomanianas da área estremenha (sendo obviamente necessária outra escala de análise para confirmar esta hipótese).

Apresenta levantamentos «burinantes» na área distal, em ambas faces, no sentido longitudinal do eixo da peça. Não é claro se se referem a fraturas de impacto ou se se trata da tentativa de recuperação da extremidade apical fragmentada, embora se privilegie a primeira hipótese.

MNA 2006.245.7

Trapézio assimétrico de sílex, produzido sobre segmento de pequena lâmina, com truncaturas retilíneas em ambas as extremidades. Apresenta bordos e ner-

vuras (duas) paralelos, sendo de secção trapezoidal. Possui 2,5 cm de comprimento no bordo direito e 0,9 cm no bordo esquerdo, para uma largura máxima de 1,1 cm e uma espessura de 0,2 cm. As truncaturas apresentam 1,6 cm e 1,2 cm de extensão (truncatura distal e truncatura proximal, respetivamente).

O sílex usado, opaco de tonalidade acinzentada, é de definição complexa, em termos da determinação da sua provável origem. Por uma simples análise macroscópica, apresenta características aparentemente oxfordianas – contudo, não corresponde exatamente aos sílices com esta idade geológica reconhecidas em qualquer uma das potenciais áreas de aprovisionamento referenciadas até ao momento no Ocidente peninsular (cf. Aubry et al., 2009 e 2014; Matias, 2012), pelo que a sua proveniência exata continua por definir.

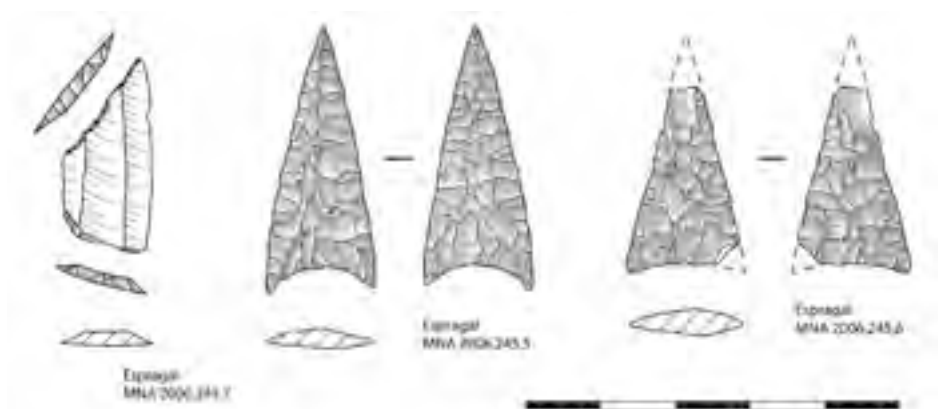


Fig. 6 – Artefactos de pedra lascada da anta do Espragal: trapézio MNA 2006.245.7; pontas de seta de base côncava MNA 2006.245.5 e 2006.245.6.

3.2. Artefactos de pedra polida

Os artefactos de pedra polida da anta do Espragal contabilizam seis elementos, de características interessantes. Estão registados com os números de inventário MNA 2006.245.11, 2006.245.12, 2006.245.13, 2006.245.14, 2006.245.15 e 2006.245.16. Descrevem-se da seguinte forma:

MNA 2006.245.11

Enxó de rocha metamorfozizada, alterada, semelhante aos designados «Xistos do Ramalhão». Tem morfologia trapezoidal, perfil plano-convexo, bordos divergentes e secção subelíptica achatada. Apresenta gume convexo, em duplo bisel assimétrico, sem quaisquer sinais de uso (registando-se apenas alguns pequenos esquirolamentos no gume, provavelmente recentes). As suas dimensões, medidas num ponto médio, são: 14,7 cm de comprimento; 4,9 cm de largura; 2,1 cm de espessura. Apresenta 232,21 g de peso.

Encontra-se integralmente polida, mantendo contudo junto aos bordos alguns negativos de lascagem de conformação.

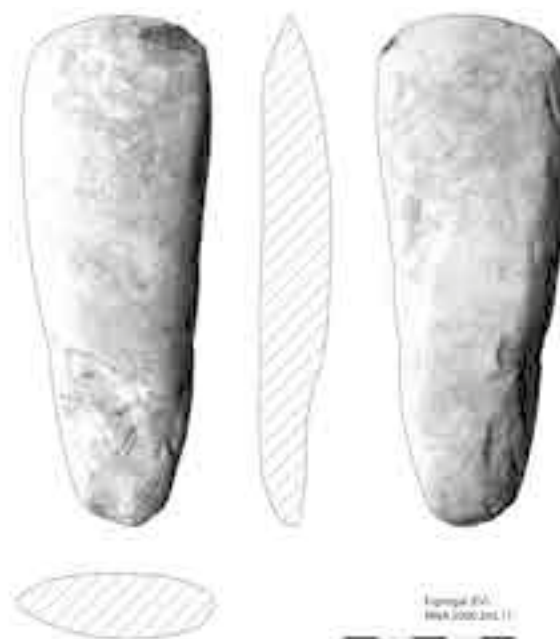


Fig. 7 – A enxó MNA 2006.245.11 da anta do Espragal.

Trata-se, segundo o Índice de Espessamento (*comprimento/espessura*), de um exemplar médio – oferecendo um índice de 7; trata-se, segundo o Índice de Alongamento (*comprimento/largura máxima*), de uma peça alongada – oferecendo um índice de 2,79.

Como referido, as características do suporte assemelham-se aos calcários metamorfizados designados como «Xistos do Ramalhão», sendo obviamente necessária outra escala de análise para confirmar esta hipótese.

MNA 2006.245.12

Enxó de anfibolito, de morfologia triangular, perfil plano-convexo, bordos divergentes e secção subretangular achatada. Apresenta gume convexo, em duplo bisel assimétrico, sem quaisquer sinais de uso. As suas dimensões, medidas num ponto médio, são: 27,9 cm de comprimento; 7,4 cm de largura; 2,5 cm de espessura. Apresenta 1013,04 g de peso.

Possui polimento total no gume e nas faces, encontrando-se os bordos sumariamente polidos.

Trata-se, segundo o Índice de Espessamento (*comprimento/espessura*), de um exemplar abatido – oferecendo um índice de 11,16; trata-se, segundo o Índice de Alongamento (*comprimento/largura máxima*), de uma peça alongada – oferecendo um índice de 4,10.

Refere-se um elemento de grandes dimensões, muito acima da média do comum das enxós conhecidas em contextos megalíticos do sudoeste peninsular.



Fig. 8 – A enxada MNA 2006.245.12 da anta do Espragal.

MNA 2006.245.13

Formão de anfíbolito, de morfologia retangular, perfil plano-convexo, bordos paralelos e secção subquadrangular. Apresenta gume retilíneo, em duplo bisel, sem quaisquer sinais de uso. As suas dimensões, medidas num ponto médio, são: 16,2 cm de comprimento; 2,5 cm de largura; 2,5 cm de espessura. Apresenta 232,56 g de peso.

Encontra-se integralmente polido.

Trata-se, segundo o Índice de Espessamento (*comprimento/espessura*), de um exemplar médio – oferecendo um índice de 6,48; trata-se, segundo o Índice de Alongamento (*comprimento/largura máxima*), de uma peça alongada – oferecendo um índice de 6.

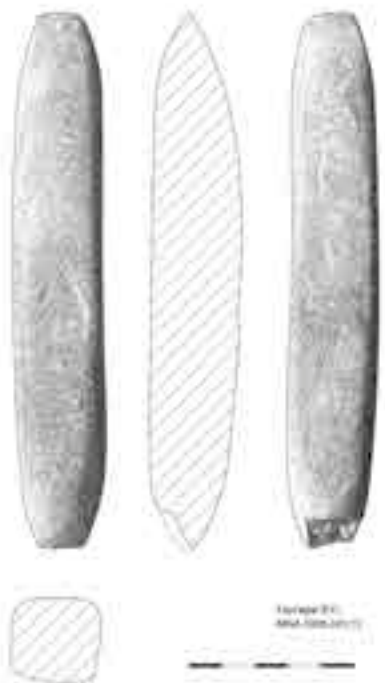


Fig. 9 – O formão MNA 2006.245.13 da anta do Espragal.

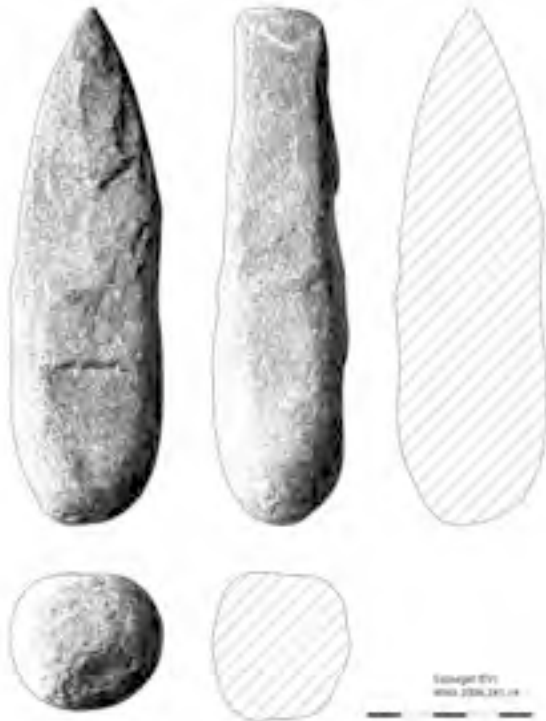


Fig. 10 – O machado-cunha MNA 2006.245.14 da anta do Espragal.

A extremidade proximal, correspondendo morfológicamente ao talão, encontra-se polida em bisel como se de um «segundo gume» se tratasse. Não é improvável que se refira a um instrumento com duas extremidades operantes, o que os vestígios de lascagem deste «gume proximal» permitem supor.

MNA 2006.245.14

Machado de anfíbolito, de morfologia retangular, perfil biconvexo, bordos retilíneos e secção subretangular. Apresenta gume retilíneo, em duplo bisel, levemente rombo (sinais de uso?). As suas dimensões, medidas num ponto médio, são: 15,6 cm de comprimento; 3,4 cm de largura; 4,4 cm de espessura. Apresenta 504,56 g de peso.

Possui polimento total no gume, encontrando-se sumariamente polido nas faces e nos bordos.

Trata-se, segundo o Índice de Espessamento (*comprimento/espessura*), de um exemplar espesso – oferecendo um índice de 3,54; trata-se, segundo o Índice de Alongamento (*comprimento/largura máxima*), de uma peça alongada – oferecendo um índice de 3,9.

A pequena dimensão do gume deste elemento, principalmente quando lida em relação à maior largura da sua área mesial, levanta algumas questões sobre a

sua classificação e à sua aferição estrita como machado. Com efeito, este gume pouco amplo torna este artefacto praticamente ineficaz numa efetiva ação de corte; da mesma maneira, apresenta algumas marcas de percussão no talão, o que não se coaduna exatamente com a funcionalidade de um machado. Poderá assim ser considerado não como um machado propriamente dito, mas mais precisamente como um «machado-cunha».

MNA 2006.245.15

Enxó de anfíbolito, de morfologia trapezoidal, perfil aplanado, bordos divergentes e secção subretangular achatada. Apresenta gume convexo, em duplo bisel, encontrando-se lascado em ambas faces. As suas dimensões, medidas num ponto médio, são: 27 cm de comprimento; 6,9 cm de largura; 1,8 cm de espessura. Apresenta 693,02 g de peso.

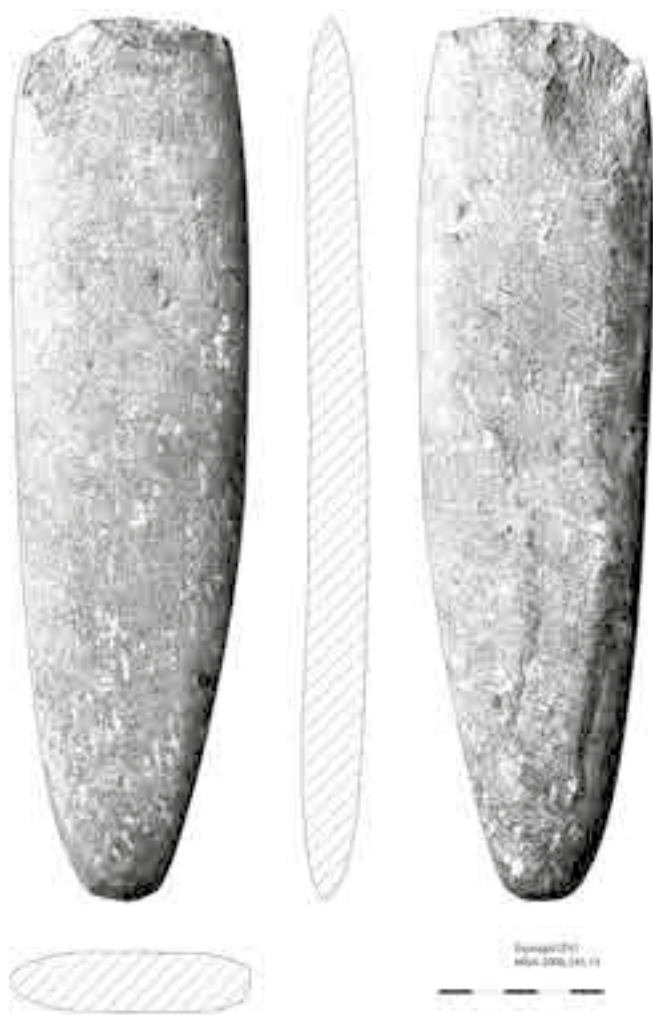


Fig. 11 – A enxó MNA 2006.245.15 da anta do Espragal.

Encontra-se integralmente polida.

Trata-se, segundo o Índice de Espessamento (*comprimento/espessura*), de um exemplar abatido – oferecendo um índice de 15; trata-se, segundo o Índice de Alongamento (*comprimento/largura máxima*), de uma peça alongada – oferecendo um índice de 4,82.

Trata-se, como o exemplar MNA 2006.245.12, de um elemento de grandes dimensões.

MNA 2006.245.16

Formão (ou goiva) de anfíbolito, de morfologia romboide, perfil plano-convexo, bordos convexos e secção subcircular. Apresenta gume retilíneo, boleado, tendo sido repolido conferindo-lhe uma estreita superfície aplanada. As suas dimensões, medidas num ponto médio, são: 9,7 cm de comprimento; 2,6 cm de largura; 2,4 cm de espessura. Apresenta 112,25 g de peso.

Possui polimento integral.

Trata-se, segundo o Índice de Espessamento (*comprimento/espessura*), de um exemplar médio (mas aproximando-se do espesso) – oferecendo um índice de 4,04; trata-se, segundo o Índice de Alongamento (*comprimento/largura máxima*), de uma peça alongada – oferecendo um índice de 3,59.

Atendendo a certas características, este elemento poderá referir-se mais propriamente ao reaproveitamento de um formão ou goiva, tendo a extremidade operante, possivelmente macerada pelo uso, sido repolida de modo a conferir-lhe uma superfície plana, apresentando igualmente o talão aplanado por percussão. Serão questões a debater mais abaixo.



Fig. 12 – O artefacto MNA 2006.245.16 da anta do Espragal.

Ref.	MP	Tipo	Morfologia	Perfil	Secção	Gume	Comp.	Larg.	Esp.
2006.245.11	RM?	Enxó	Trapezoidal	Plano-convexo	Subelíptica	Convexo	14,7	4,9	2,1
2006.245.12	Anf.	Enxó	Triangular	Plano-convexo	Subretangular	Convexo	27,9	7,4	2,5
2006.245.13	Anf.	Formão	Retangular	Plano-convexo	Subquadrangular	Retilíneo	16,2	2,5	2,5
2006.245.14	Anf.	Machado?	Retangular	Biconvexo	Subretangular	Retilíneo	15,6	3,4	4,4
2006.245.15	Anf.	Enxó	Trapezoidal	Aplanado	Subretangular	Convexo	27,0	6,9	1,8
2006.245.16	Anf.	Formão?	Romboide	Plano-convexo	Subcircular	Retilíneo	9,7	2,6	2,4

Quadro 1 – Anta do Espragal: morfologia genérica dos artefactos de pedra polida

3.3 Recipientes cerâmicos

O conjunto dos recipientes cerâmicos recolhidos na anta do Espragal totaliza três elementos, referenciados com os números de inventário MNA 2006.245.8, 2006.245.9 e 2006.245.10. Descrevem-se da seguinte forma:

MNA 2006.245.8

Pequena taça aberta, de bordo reto, apresentando 5,2 cm de diâmetro externo, 4,6 cm de diâmetro interno e 5,5 cm de diâmetro do bojo. Regista 3,1 cm de altura e 2,4 cm de profundidade, tendo 0,3 cm de largura do lábio, 0,9 cm de espessura do bojo e 1,2 cm de espessura do fundo. Apresenta pasta compacta, de cozedura redutora e arrefecimento oxidante, com escassos componentes não plásticos de calibre muito fino (quartzo, feldspatos e escassa moscovite), sendo as suas superfícies alisadas.

MNA 2006.245.9

Pequeno esférico fechado, de bordo reto, apresentando 5,6 cm de diâmetro externo, 4,6 cm de diâmetro interno e 6,6 cm de diâmetro do bojo. Regista 5,5 cm de altura e 4,4 cm de profundidade, tendo 0,4 cm de largura do lábio, 0,6 cm de espessura do bojo e 0,6 cm de espessura do fundo. Apresenta pasta compacta, de cozedura redutora e arrefecimento parcialmente oxidante, com escassos componentes não plásticos de calibre fino (quartzo, feldspatos e escassa moscovite), sendo as suas superfícies alisadas.

MNA 2006.245.10

Taça em calote fechada, de bordo reto, de boca sensivelmente elíptica, apresentando 10,5 cm de diâmetro externo máximo, 9,5 cm de diâmetro interno máximo e 11,4 e 10,8 cm de diâmetro do bojo (máximo e mínimo, respetivamente). Regista 7,7 cm de altura e 6,9 cm de profundidade, tendo 0,5 cm de largura do lábio, 0,7 cm de espessura do bojo e 0,8 cm de espessura do fundo. Apresenta pasta compacta, de cozedura redutora e arrefecimento parcialmente oxidante, com escassos componentes não plásticos de calibre fino e médio (quartzo, feldspatos e escassa moscovite), sendo as suas superfícies polidas.

Ref.	Forma	Tipo	Estado	DIA	DEA	DBJ	Alt.	IA	IP	Esp. Brd.	Esp. Bj.
2006.245.8	A	Taça	Inteiro	4,6	5,2	5,5	3,1	94,55	59,62	0,3	0,9
2006.245.9	F	Esférico	Inteiro	4,6	5,6	6,6	5,0	84,85	89,29	0,4	0,6
2006.245.10	F	Taça	FR	9,5	10,5	11,4	7,7	92,11	73,33	0,5	0,7

Quadro 2 – Anta do Espragal: principais medidas de referência dos recipientes cerâmicos

Legenda – *DIA*: Diâmetro Interno de Abertura, em cm; *DEA*: Diâmetro Externo de Abertura, em cm; *DBJ*: Diâmetro Bojo, em cm; *Alt.*: Altura Total, em cm; *IA*: Índice de Abertura ($DEA \times 100/DBJ$); *IP*: Índice de Profundidade ($Alt. \times 100/DEA$); *Esp. Brd.*: Espessura do Bordo, em cm; *Esp. Bj.*: Espessura do Bojo, em cm.

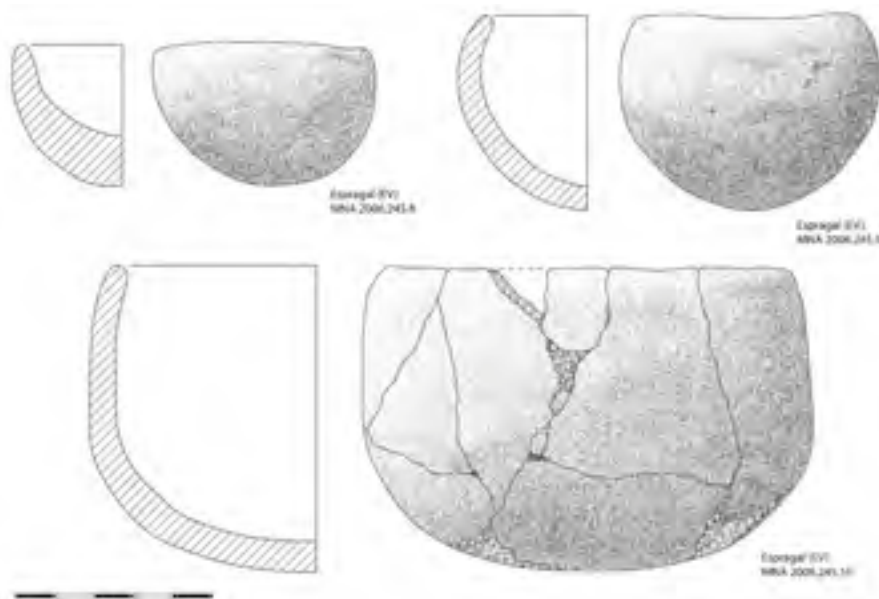


Fig. 13 – Recipientes cerâmicos da anta do Espragal: taça MNA 2006.245.8; pequeno esférico MNA 2006.245.9; taça fechada MNA 2006.245.10.

Ref.	Tipo Bordo	Perfil Bordo	Dir. Bordo	Pasta	Cozedura	Arrefec.	ENP n.º	ENP dim.	Trat. Sup.
2006.245.8	Não esp.	Arredondado	Reto	Compacta	Oxidante	Oxidante	Escassos	Finos	Alisada
2006.245.9	Não esp.	Arredondado	Reto	Compacta	Redutora	Oxidante	Escassos	Finos	Alisada
2006.245.10	Não esp.	Arredondado	Reto	Compacta	Redutor	Oxidante	Escassos	Finos/médios	Polida

Quadro 3 – Anta do Espragal: morfologia do bordo, pastas e acabamentos dos recipientes cerâmicos

3.4. Artefactos relacionados com o Sagrado

Na categoria dos artefactos relacionados com o Sagrado, contam-se apenas as placas de xisto gravadas. Na anta do Espragal foram recolhidos quatro elementos, usando exclusivamente xisto ardoso como suporte, estando referenciadas com os números de inventário MNA 2006.245.1, 2006.245.2, 2006.245.3 e 2006.245.4. Descrevem-se da seguinte forma:

Ref.	MP	Forma	Motivo dominante do Corpo	Composição da Cabeça	Perfs.
2006.245.1	Xisto	Trapezoidal	Linhas quebradas compartimentadas: motivo «em espinha»	«Cabeça dentro da Cabeça» ladeada por faixas horizontais preenchidas	1TC
2006.245.2	Xisto	Trapezoidal	Bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima	Faixas oblíquas curvilíneas preenchidas, formando as interiores a «Cabeça dentro da Cabeça»	1C
2006.245.3	Xisto	Trapezoidal	Bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima	Faixas oblíquas preenchidas, formando as interiores a «Cabeça dentro da Cabeça»	2TC
2006.245.4	Xisto	Trapezoidal	Faixas ziguezagueantes compartimentadas	Faixas oblíquas preenchidas, formando as interiores a «Cabeça dentro da Cabeça»	1TC

Quadro 4 – Anta do Espragal: características gerais e motivos dominantes das placas de xisto gravadas

MNA 2006.245.1

Placa de xisto ardoso, de contorno subtrapezoidal, com uma altura média de 14,7 cm, para uma largura de 8,4 cm na base e 5,2 cm no topo. A Cabeça apresenta uma altura de 5,1 cm, sendo a sua decoração formada por faixas horizontais preenchidas (três em ambos lados) convergindo dos bordos da placa para a «Cabeça dentro da Cabeça», esta de feição trapezoidal. O separador Cabeça/Corpo, com 2,1 cm de altura, é formado por uma banda compartimentada «em espinha» (linhas quebradas verticais), disposta no sentido esquerda-direita, encimando uma banda de triângulos preenchidos com o vértice para cima (oito triângulos, estando truncados aqueles junto aos bordos). O motivo dominante do Corpo (apresentando este cerca de 7,5 cm de altura) é as linhas ziguezagueantes (motivo «em espinha», linhas quebradas horizontais) compartimentadas em 10 campos.

A espessura média desta placa é de cerca de 0,7 cm, apresentando perfuração troncocónica com 0,6 cm de diâmetro na face e 0,4 cm no verso. Trata-se, segundo o Índice de Alongamento, de uma placa média – oferecendo um índice de 1,77.

Apresenta possíveis marcas de uso na perfuração, sendo a geometria desta não propriamente circular, mas mais em forma de esférula, com um pequeno «pedúnculo» superior.

Possui gravação cuidada, atendendo à simetria dos motivos representados, dispostos proporcionalmente no suporte e preenchidos com retícula de malha regular.

MNA 2006.245.2

Placa de xisto ardoso, de contorno subtrapezoidal, com uma altura média de 18,4 cm, para uma largura de 11,1 cm na base e 7,2 cm no topo. A Cabeça apresenta uma altura de 4,5 cm, sendo a sua decoração formada por faixas oblíquas curvilíneas preenchidas (três em ambos lados, formando as interiores a «Cabeça dentro da Cabeça», de feição triangular), convergindo dos bordos da placa para o separador Cabeça/Corpo. Este, com 0,6 cm de altura, é formado por uma faixa lisa. O motivo dominante do



Fig. 14 – A placa de xisto gravada MNA 2006.245.1 da anta do Espragal.

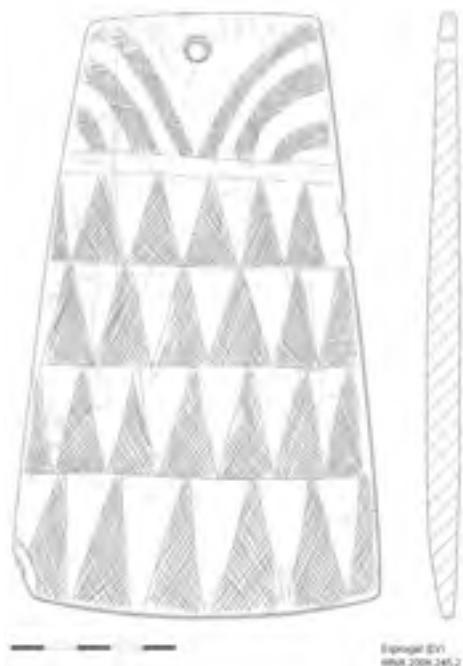


Fig. 15 – A placa de xisto gravada MNA 2006.245.2 da anta do Espragal.

Corpo (apresentando este cerca de 13,3 cm de altura) são as bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima (quatro bandas), cada uma delas com composições de seis triângulos (excetuando a terceira banda, com sete triângulos), estando truncados aqueles junto ao bordo esquerdo (primeira e terceira bandas) e ao bordo direito da placa (segunda e quarta bandas). A largura destas bandas varia entre 2,8 e 4,1 cm.

A espessura média desta placa é de cerca de 1 cm, apresentando perfuração troncocónica com 0,8 cm de diâmetro na face e 0,7 cm no verso. Trata-se, segundo o Índice de Alongamento, de uma placa média – oferecendo um índice de 1,56.

MNA 2006.245.3

Placa de xisto ardosiado, de contorno subtrapezoidal (quase aproximando-se de subretangular), com uma altura média de 18,8 cm, para uma largura de 11,3 cm na base e acima de 8 cm no topo (impossível de medir com rigor, dado a fratura longitudinal que apresenta junto ao bordo direito). A Cabeça apresenta uma altura de 6,4 cm, sendo a sua decoração formada por faixas oblíquas retilíneas preenchidas (quatro em ambos lados, formando as interiores a «Cabeça dentro da Cabeça», de feição triangular) convergindo dos bordos da placa para o separador Cabeça/Corpo, formado por uma linha simples. O motivo dominante do Corpo (apresentando este cerca de 12,4 cm de altura) é constituído por bandas de triângulos preenchidos com o vértice para cima (três bandas), cada uma delas com composições de sete triângulos, estando truncados aqueles junto aos bordos da placa. A largura destas bandas varia entre 3,5 e 4,9 cm.

A espessura média desta placa é de cerca de 1,1 cm, apresentando duas perfurações troncocónicas com 0,8 cm de diâmetro na face e 0,6 cm no verso. Trata-se, segundo o Índice de Alongamento, de uma placa média – oferecendo um índice de 1,66.

A dupla perfuração, perfeitamente enquadrada no espaço interno da «Cabeça dentro da Cabeça», age aqui como a sugestão de olhos – conferindo uma ideia subtil de antropomorfismo a esta placa.

A dupla perfuração, perfeitamente enquadrada no espaço interno da «Cabeça dentro da Cabeça», age aqui como a sugestão de olhos – conferindo uma ideia subtil de antropomorfismo a esta placa.

MNA 2005.245.4

Fragmento distal de placa de xisto ardosiado, de contorno subtrapezoidal, conservando a Cabeça e parte superior do Corpo. Apresenta 6,2 cm de largura



Fig. 16 – A placa de xisto gravada MNA 2006.245.3 da anta do Espragal.

do topo, sendo que a altura e a largura da base não são mensuráveis, por fratura da peça, com uma altura média de 18,4 cm, para uma largura de 11,1 cm na base e 7,2 cm no topo. A Cabeça apresenta uma altura de 6 cm, sendo a sua decoração formada por faixas oblíquas retilíneas preenchidas (três do lado esquerdo e duas do lado direito, formando as interiores a «Cabeça dentro da Cabeça», de feição trapezoidal) convergindo dos bordos da placa para o separador Cabeça/Corpo, formado por uma linha simples. O motivo dominante do Corpo é constituído por faixas zigzagueantes compartimentadas verticalmente em três campos, estando apenas conservadas parcialmente duas destas faixas – associadas a triângulos de colmatação de espaços vazios entre o primeiro e o segundo campo e junto ao bordo direito da placa.

A espessura média desta placa é de cerca de 0,5 cm, apresentando perfuração cilíndrica com 0,7 cm de diâmetro na face e 0,6 cm no verso. O Índice de Alongamento é impossível de definir, por fratura da peça.



Fig. 17 – A placa de xisto gravada MNA 2006.245.4 da anta do Espragal.

Ref.	Est.	N.º Perfs.	Alt	Alt.Cb	Alt.Sp	Alt.Cp	LB	LT	IA	DPF	DPV	Esp.
2006.245.1	Int.	1	14,7	5,1	2,1	7,5	8,4	5,2	1,75	0,6	0,4	0,7
2006.245.2	Int.	1	18,4	4,5	0,6	13,3	11,1	7,2	1,56	0,8	0,7	1
2006.245.3	Int.	2	18,8	6,4	/	12,4	11,3	>8	1,66	0,8/0,8	0,6/0,6	1,1
2006.245.4	Distal	1	?	6	/	?	?	6,2	?	0,7	0,6	0,5

Quadro 5 – Anta do Espragal: principais medidas de referência das placas de xisto gravadas

Legenda: *Alt.*: Altura medida num ponto central, em cm; *AltCb*: Altura da Cabeça, em cm; *AltSp*: Altura do Separador Cabeça/Corpo, em cm; *AltCp*: Altura do Corpo, em cm; *LB*: Largura da Base, em cm; *LT*: Largura do Topo; *IA*: Índice de Alongamento (Comprimento/Largura da base): alongado (>2), médio (2-1), curto (<1); *DPF*: Diâmetro da Perfuração da Face; *DPV*: Diâmetro da Perfuração no Verso; *Esp.*: Espessura média.

4. ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE A ANTA DO ESPRAGAL, NO CONTEXTO DO MEGALITISMO DE MONTEMOR-O-NOVO E DO SUDOESTE PENINSULAR

Como referido, a anta do Espragal encontrava-se já destruída à altura da sua escavação, tendo sido reconhecida apenas pela presença de três esteios tombados à superfície do terreno. As características arquitetónicas particulares deste monumento são assim impossíveis de definir atualmente, restando-nos apenas a avaliação despreziosa das características tecnotipológicas do espólio recuperado para a aferição dos patamares cronoculturais de utilização deste monumento. Contudo, a diminuta dimensão dos ortóstatos, perceptível pela fotografia de campo de Manuel Heleno, permite supor que se trataria de um monumento de pequenas



Fig. 18 – Paginação estruturante da decoração das placas de xisto gravadas da anta do Espragal: MNA 2006.245.1 (em cima); 2006.245.2 (ao centro); 2006.245.3 (em baixo).

dimensões – talvez destinado a um número restrito de inumações, o que o volume relativamente reduzido de espólio votivo permite igualmente sugerir.

Com efeito, este resume-se a um geométrico, duas pontas de seta, seis artefactos de pedra polida, três recipientes cerâmicos e quatro placas de xisto gravadas (sendo de destacar a ausência de itens que não destoariam deste «pacote votivo», como as lâminas de sílex retocadas ou as contas de colar). Julgando apenas pelo número das placas de xisto gravadas, sugerimos assim um número mínimo de quatro indivíduos aí depositados. Salvuaguarda-se contudo a hipótese de os artefactos de pedra polida poderem ser referentes a inumações sem placas de xisto gravadas, integráveis ou não no mesmo patamar cronocultural de utilização deste monumento. Queremos com isto dizer que poderíamos ter um primeiro

momento de utilização a que corresponderiam os artefactos de pedra polida (e o geométrico), e um segundo momento a que corresponderiam as placas de xisto gravadas (assim como as pontas de seta e os recipientes cerâmicos). Ou, em alternativa, um único momento de utilização em que artefactos de pedra polida e placas de xisto gravadas coexistissem, correspondendo ou não às mesmas inumações.

Com efeito, no estado atual dos conhecimentos, não podemos defender utilizações cronoculturalmente diferenciáveis para a anta do Espragal. Nenhum dado concreto invalida o facto de qualquer um dos elementos acima enunciados pertencerem ao mesmo episódio de utilização: os artefactos de pedra polida mostram algumas características «evoluídas», assim como não é estranha a presença de geométricos em monumentos enquadráveis já em finais do 4.º e primeiros séculos do 3.º milénio a.n.e. – como se comprova, entre outros, nos casos do monumento funerário do Escoural (Santos e Ferreira, 1969) ou da «Anta Grande» do Olival da Pega (Leisner e Leisner, 1951).

Todavia, este elemento não apresenta a típica truncatura proximal côncava característica das armaduras geométricas mais evoluídas (como as presentes em Barrocal das Freiras 3, por exemplo) – apresentando truncatura basal retilínea, assemelhando-se aos geométricos recolhidos nos monumentos «arcaicos» do Deserto, localizados em área contígua. Da mesma maneira, as características da matéria-prima utilizada afastam aparentemente este elemento de exemplares mais tardios (tanto de geométricos «evoluídos» como de pontas de seta). As suas características petrográficas são distintas daquelas presentes nos sílices cenomanianos preferencialmente utilizados nestes exemplares mais recentes – correspondendo potencialmente a sílex oxfordiano, mas (como referido acima) com características distintas dos sílices com esta idade geológica reconhecidos em qualquer uma das potenciais áreas de aprovisionamento referenciadas até ao momento no Ocidente peninsular (cf. Aubry et al., 2009 e 2014; Matias, 2012). Curiosamente, este mesmo tipo de sílex parece ter sido usado nos geométricos dos monumentos «arcaicos» do Deserto. Seja como for, é uma questão que continua em aberto...

As pontas de seta, por seu lado, apresentam características já evoluídas (de acordo com os critérios estabelecidos em Forenbaher, 1999). Correspondem a elementos de base côncava com retoque bifacial cobridor, usando sílex cenomaniano como suporte, com áreas de aprovisionamento prováveis na margem norte da bacia hidrográfica do Tejo, onde se encontra em posição secundária nos depósitos miocénicos (destacando-se, pela sua maior disponibilidade, a área de Rio Maior; cf. Aubry et al., 2009 e 2014; Matias, 2012). O exemplar MNA 2006.245.5 encontra-se intacto, sendo que o exemplar MNA 2006.245.6 apresenta aparentes vestígios de uso – caracterizados por «levantamentos burinantes» em ambas as faces paralelos ao eixo longitudinal da peça, representando aparentes fraturas de impacto na extremidade distal.

Os artefactos de pedra polida estão representados por seis exemplares, usando (à exceção de MNA 2006.245.11) anfíbolito, disponível localmente, como suporte. Apesar de estes serem sempre elementos minoritários em contextos de finais do 4.º e primeira metade do 3.º milénio a.n.e., especialmente quando comparados com o número de placas de xisto gravadas, a sua presença é reconhecida em monumentos evoluídos da área alentejana (tanto em grandes monumentos de Corredor longo como em *tholoi*). O conjunto da anta do Espragal inclui três enxós, um machado-cunha, um formão e um artefacto reutilizando um formão ou goiva – oferecendo cada um deles particularidades que justificam o seu comentário individual.

A enxó MNA 2006.245.11 utiliza rocha metamórfica indeterminada como suporte. Como dito acima, assemelha-se aos designados «Xistos do Ramalhão» (calcários metamorfizados presentes no aro do maciço vulcânico de Sintra). Trata-se todavia apenas de uma sugestão, sendo requeridas análises mais pormenorizadas para a sua confirmação. A sua obtenção local ou regional poderá ser igualmente sugerida, podendo corresponder a rocha carbonatada metamorfizada do entorno da Serra de Monfurado ou do complexo vulcano-sedimentar de Estremoz, por exemplo.

As enxós MNA 2006.245.12 e 2006.245.15 correspondem a exemplares de grande dimensão (27,9 cm e 27 cm de comprimento, respetivamente). A presença de artefactos de pedra polida de grande dimensão é conhecida em contextos funerários de finais do 4.º e primeira metade do 3.º milénio a.n.e., correspondendo contudo maioritariamente a machados (cf. Gonçalves e Andrade, 2014). A presença de enxós de grande dimensão, análogas àquelas recolhidas na anta do Espragal, reconhece-se nos monumentos de Brissos 1 (Leisner e Leisner, 1959, taf. 21), Brissos 2 (Leisner e Leisner, 1959, taf. 21), Talha 1 (coleção em estudo por MAA) e Aljezur (Leisner, 1965, taf. 130; Gonçalves, 2004a) – com utilizações facilmente integráveis em contextos coevos àqueles genericamente propostos para a anta do Espragal, o que poderá estar relacionado com uma maior expressividade de práticas fundamentalmente agrícolas em relação a períodos antecedentes. Refira-se ainda o facto de a enxó MNA 2006.245.12 apresentar o gume intacto, contrapondo-se à enxó MNA 2006.245.15 que apresenta evidentes sinais de uso, materializados na lascagem da extremidade operante em ambas faces.

A peça MNA 2006.245.14 refere-se a um machado que todavia não poderá ser considerado estritamente como um machado. Como dito, a reduzida amplitude do gume torna este artefacto praticamente ineficaz numa efetiva ação de corte – podendo antes ser considerado como uma cunha, possivelmente reutilizando um machado fraturado longitudinalmente. As marcas de percussão que este machado-cunha apresenta no talão poderão atestar esta funcionalidade.

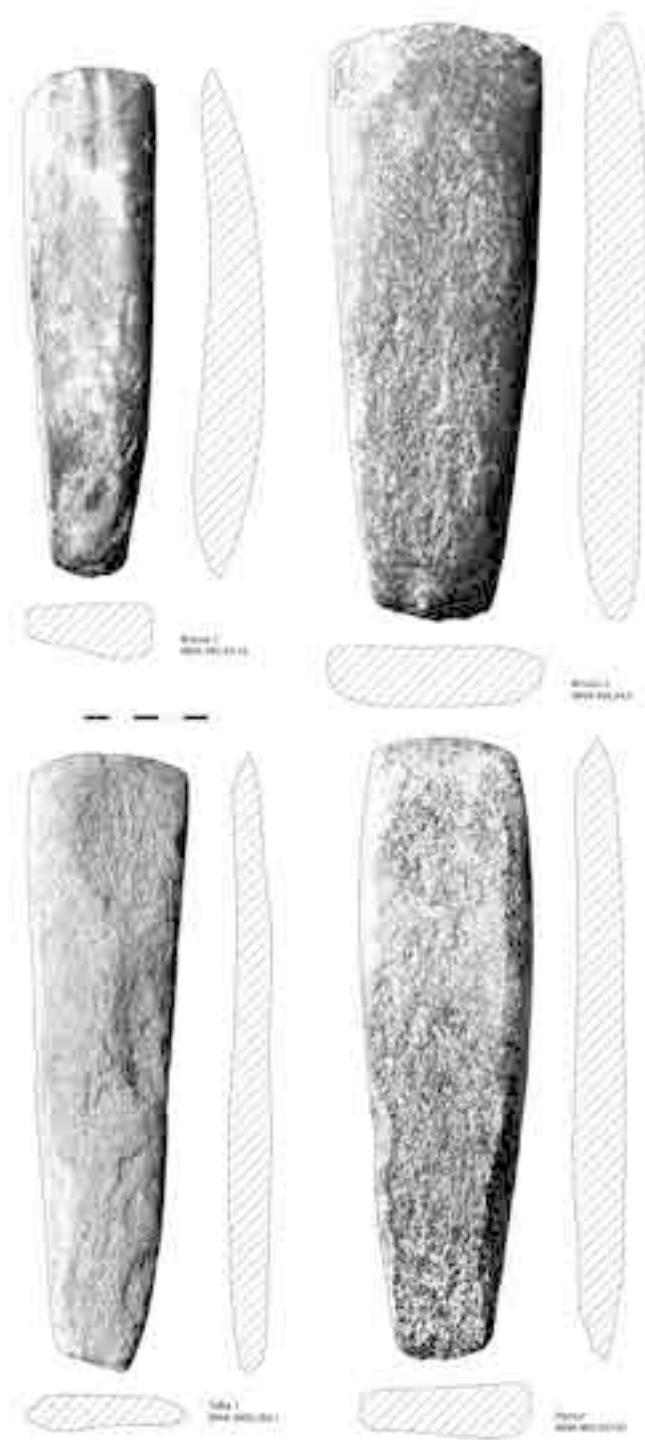


Fig. 19 – Exemplos de enxós de grande dimensão recolhidas em contextos funerários de finais do 4.º e primeira metade do 3.º milénio a.n.e. do sudoeste peninsular: Brissos 1 (MNA 995.42.14); Brissos 2 (MNA 995.44.5); Talha 1 (MNA 2005.262.1); Aljezur (MNA 985.39.197).

A presença de um formão (MNA 2006.245.13) também não destoa neste conjunto, surgindo estes elementos associados a placas de xisto gravadas nos monumentos de Torre das Arcas 4 (Leisner e Leisner, 1959, taf. 12), Lapeira 3 (Leisner e Leisner, 1959, taf. 17), Brissos 6 (Leisner e Leisner, 1959, taf. 22), Velada (Leisner e Leisner, 1959, taf. 28) ou Aljezur (Leisner, 1965, taf. 130-131; Gonçalves, 2004a). A sua integração cronológica será assim proposta a partir de finais do 4.º milénio a.n.e., no qual se poderá enquadrar sem reservas o exemplar da anta do Espragal. Este encontra-se integralmente polido (tendo assim sido objeto de um acabamento cuidado), apresentando dois potenciais gumes em ambas as extremidades – encontrando-se fraturado (por uso?) aquele localizado na extremidade proximal.

O artefacto MNA 2006.245.16, não conservando a extremidade operante original, poderá referir-se a um elemento reaproveitando um formão ou goiva – tendo a área do gume sido repolida de modo a conferir-lhe uma superfície aplanada regular. Neste caso, a parte funcional do artefacto apresenta uma estreita superfície polida, com paralelos morfológicos em variados contextos calcolíticos do sudoeste peninsular (usualmente reaproveitando machados ou enxós). Estes artefactos são assim entendidos como destinados formalmente à martelagem de precisão de manufaturas metálicas, sendo de considerar igualmente outras funcionalidades, como a maceração de couros e de fibras vegetais ou animais (entre outros títulos, cf. Andrade, 2014b).

Outra característica morfológica deste artefacto é apresentar o talão aplanado por percussão, não sendo claro se se refere somente a vestígios de uso (precisamente relacionados com a funcionalidade acima mencionada) ou se foi intencionalmente aplanado de modo a criar uma superfície plana que permitisse o seu equilíbrio vertical. Neste último caso, e mesmo que somente a nível teórico, é tentador comparar este artefacto aos betilos de calcário de contorno romboide das áreas das penínsulas de Lisboa e Setúbal (a respeito destes artefactos, cf. Gonçalves, 2003a). Com efeito, a área estremenha não está longe do contexto geográfico da anta do Espragal, e a repetição (ou imitação) de artefactos alóctones sobre matérias-primas locais (mesmo que já sob a forma de outros artefactos) não é de todo improvável...

Os recipientes cerâmicos referem-se a elementos de pequena dimensão, tendo o maior cerca de 10,5 cm de diâmetro externo. Trata-se de formas simples, derivadas da esfera, comuns neste âmbito cronológico específico – pelo que não justificam grandes comentários. Refira-se somente que, se cada um destes elementos fosse referente a uma inumação particular, tínhamos mais uma vez um número reduzido de indivíduos depositados na anta do Espragal.

Em relação às placas de xisto gravadas, e em termos genéricos, poderemos dizer que qualquer um dos exemplares da anta do Espragal não foge de forma evi-

dente aos parâmetros iconográficos e imagéticos habituais no cômputo geral destes artefactos – obedecendo rigorosamente aos critérios estruturantes canónicos das placas de xisto gravadas, estando simetricamente paginadas e regularmente gravadas (cf. Gonçalves, 2004b e 2004c; Andrade, 2015a; cf. também Gonçalves, 2003c a respeito de dissidências estruturantes). O carácter antropomórfico, presente implícita ou explicitamente em qualquer placa de xisto (Gonçalves, 2004b; Andrade, 2015a), manifesta-se igualmente nas placas da anta do Espragal – evidente na leitura conjunta do Corpo com a «Cabeça dentro da Cabeça» e reforçado pela dupla perfuração, simulando Olhos, na placa MNA 2006.245.3.

Referindo-se maioritariamente a elementos de certa forma comuns (em termos de gramáticas decorativas), o principal destaque é merecido pela placa MNA 2006.245.1, decorada com linhas zigzagueantes compartimentadas (linhas quebradas, formando «motivo em espinha»). Tendo em vista grandes conjuntos geograficamente relacionáveis com a anta do Espragal, tais como Barrocal

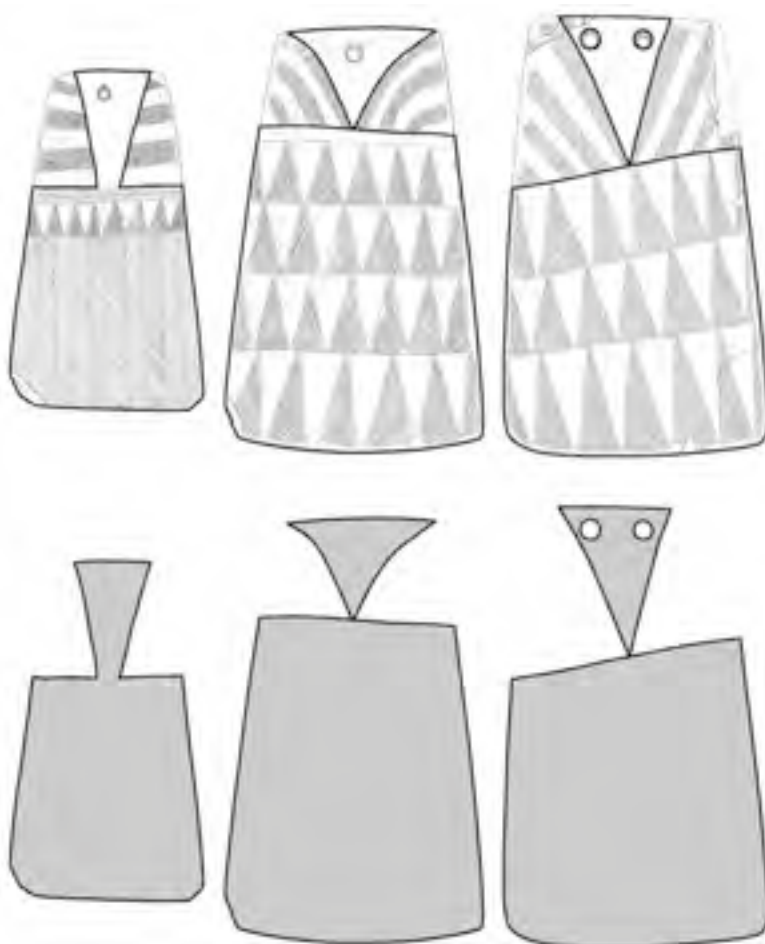


Fig. 20 – Realce do carácter antropomórfico intrínseco às placas de xisto gravadas da anta do Espragal, reforçado pela dupla perfuração da placa MNA 2006.245.3, simulando olhos.

das Freiras 3, monumento funerário do Escoural, Paço de Aragão ou Anta Grande do Zambujeiro (atualmente em estudo no âmbito dos projetos PLACA-NOSTRA e OMEGA), este motivo decorativo é claramente minoritário – contabilizando escassas unidades (um a três exemplares, contando-se igualmente com as placas decoradas integralmente com linhas quebradas) num universo de várias dezenas de peças, ultrapassando mesmo a centena nos casos de Escoural, Paço de Aragão e Anta Grande do Zambujeiro. Contudo, estão presentes igualmente em conjuntos de menores dimensões, como Loba 2 (Gonçalves et al., 2005), Santiago Maior (Leisner e Leisner, 1959, taf. 34; Gonçalves, 2013b), Galvões (Leisner e Leisner, 1959, taf. 34; Gonçalves, 2013b), Monte da Barca (Gonçalves, 2011) ou Carenque 2 (Gonçalves et al., 2004b).



Fig. 21 – Paralelos iconográficos para a placa MNA 2006.245.1 da anta do Espregal: Barrocal das Freiras 3 (MNA 985.55.57); monumento funerário do Escoural (MNA 1.TE.1.79.114 e 1.TE.1.79.56). Apresentam-se igualmente, para comparação, as placas de Loba 2 (ME 5153 e 5161, segundo Gonçalves et al., 2005, p. 17, fig. 21 e p. 22, fig. 23), Monte da Barca (MB-262, segundo Gonçalves, 2011, p. 45, fig. 2.2) e Carenque 2 (MNA 43571, segundo Gonçalves et al., 2004b, p. 141, fig. 14). Excluem-se aqui as placas gravadas integralmente com linhas quebradas, sem separação entre a Cabeça e o Corpo (estando aquela apenas indicada pelo triângulo invertido representando a «Cabeça dentro da Cabeça»).

Seja como for, e em termos generalistas, na ótica dos grandes conjuntos acima mencionados que possibilitam tratamento estatístico mais rigoroso, a singularidade deste motivo é evidente. Salienta-se contudo a uniformidade conceptual que parece regular a execução destas placas, registando-se apenas algumas divergências em relação à composição dos Separadores Cabeça-Corpo ou à delimitação da «Cabeça dentro da Cabeça». Semelhanças notórias encontram-se na placa 1.TE.1.79.114 do monumento funerário do Escoural (assim como em alguns fragmentos da Anta Grande do Zambujeiro), apresentando exatamente o mesmo tipo de Separador Cabeça-Corpo (banda compartimentada «em espinha» disposta no sentido esquerda-direita, encimando uma banda de triângulos preenchidos com o vértice para cima) que o da placa MNA 2006.245.1 da anta do Espragal, distinguindo-se apenas pela ausência de perfuração e pela delimitação da «Cabeça dentro da Cabeça» formada por faixas preenchidas.

Outra característica particular desta placa encontra-se na perfuração, apresentando aparente desgaste de uso. Com efeito, a geometria desta não é manifestamente circular, possuindo uma espécie de «pedúnculo» superior, conferindo-lhe uma feição sensivelmente oblonga, tipo esférula, provavelmente resultante do atrito causado pelo cordel usado para a sua suspensão. Conhecem-se poucos exemplares que apresentem esta particularidade, sendo de destacar a placa de Cova das Lapas (escavações de VSG) ou a placa AL.71.GII de Alapraia 2 (coleção estudada por VSG).

As restantes placas, como referido, apresentam características usuais dentro do universo genérico das placas de xisto gravadas. No entanto, dever-se-á referir as semelhanças com alguns elementos recolhidos em contextos mais próximos. Se a placa MNA 2006.245.4, conservando apenas o terço superior, não permite grandes considerações, será de destacar as semelhanças entre as placas MNA 2006.245.2 e 2006.245.3 da anta do Espragal com a placa 1.TE.1.79.68 do monumento funerário dos Escoural e a placa MNA 985.55.5 de Barrocal das Freiras 3, respetivamente – apresentando os mesmos critérios formais, apesar de algumas pequenas divergências lidas principalmente na sua estruturação.

5. FECHANDO JANELAS E ABRINDO PORTAS...

Pelo exposto acima, parece incontestável a utilização da anta do Espragal durante finais do 4.º e primeiros séculos do 3.º milénio a.n.e. – permanecendo apenas por definir se a presença de um geométrico corresponderá a uma utilização anterior ou se se referirá unicamente a um elemento supervivencial num contexto cultural mais evoluído.

A importância relativa da anta do Espragal é lida assim no âmbito do contexto megalítico particular em que se insere – nomeadamente, o conjunto do

Deserto e Barrocal das Freiras. Como dito, a área de Montemor-o-Novo assume-se como uma das áreas-chave para a compreensão da origem e desenvolvimento do fenómeno megalítico, estando aqui representadas todas as suas etapas evolutivas, desde os pequenos sepulcros «proto-megalíticos» cistóides aos monumentos de falsa cúpula, passando pelas antas de Corredor curto a Corredor longo, com parâmetros cronológicos balizados entre meados do 4.º e meados do 3.º milénio a.n.e.

Especialmente curiosa é a coincidência de localização dos principais conjuntos de sepulcros «protomegalíticos» com a área de charneira entre o Alentejo e a Charneca do Ribatejo (ou, em termos geológicos, entre o substrato hercínico e o enchimento terciário do Tejo), aqui representados pelos conjuntos «protomegalíticos» de Montemor-Coruche (onde se inclui o núcleo do Deserto e Barrocal das Freiras). Esta particularidade é igualmente reconhecida noutros contextos alentejanos, como nos conjuntos de Montargil, Mora e Avis – sugerindo, mesmo que a nível teórico (lembrando que monumentos «protomegalíticos» também se encontram em áreas mais interiores, mas sem concentrações tão evidentes), caminhos de penetração das comunidades megalíticas esboçados no sentido oeste-este (da costa para o interior), algo que curiosamente Manuel Heleno também havia notado...

Tal facto é particularmente evidente na utilização funerária da gruta do Escoural (Araújo e Lejeune, 1995), perfeitamente paralelizável (em termos cronológicos e culturais) com as utilizações coevas das grutas da área estremenha – como, entre outros exemplos, Lugar do Canto (Cardoso e Carvalho, 2008) ou Bom Santo (Carvalho, 2014), e igualmente evidente em algumas particularidades do Megalitismo ortostático da península de Lisboa (Boaventura, 2009). De acordo com as datações disponíveis para os contextos cársicos acima referidos, as suas utilizações funerárias serão contemporâneas daquelas registadas nos sepulcros «protomegalíticos» alentejanos, centradas no terceiro quartel do 4.º milénio a.n.e. (cf. Boaventura e Mataloto, 2013).

Estas relações, não necessariamente unidireccionais, encontram evidências nas características particulares de certos mobiliários votivos de ambas as áreas (Gonçalves, 2008 e 2011; Gonçalves et al., 2014; Andrade, 2013b e 2015b; Andrade et al., 2010), comprovadas por recentes análises isotópicas realizadas sobre restos humanos recolhidos em contextos funerários estremelhos (cf. Carvalho, 2014; Waterman et al., 2013) – indicando esquemas de interação e caminhos ativos desde pelo menos o Neolítico médio, motivados principalmente pelo intercâmbio de matérias-primas essenciais (Gonçalves, 2007; Sousa e Gonçalves, 2012).

Desta maneira, não nos parece de todo absurdo assumir especificamente a região de Montemor-o-Novo (com as precauções devidas, obviamente) como um dos focos de emergência do Megalitismo no sudoeste peninsular – especialmente

representado no núcleo do Deserto e Barrocal das Freiras. Com efeito, localizado na mesopotâmia constituída pelo festo das bacias hidrográficas da Ribeira de Lavre e da Ribeira de Canha, situa-se sobre um dos corredores de acesso preferenciais para a penetração das comunidades neolíticas no interior alentejano – sendo um outro, já referenciado pelos autores em vários locais, constituído pelo vale do Sorraia e pela confluência (ou divergência, consoante as leituras direccionais) das Ribeiras de Sor e Raia.

Como dito, este núcleo é formado maioritariamente por monumentos reportáveis a uma fase inicial do Megalitismo alentejano (cf. Boaventura e Mataloto, 2013), referindo-se a monumentos «protomegalíticos» de tendência cistóide ou pequenos monumentos de Corredor incipiente (Deserto 2 a 25, Barrocal das Freiras 4 a 10, Lobeira de Cima 1 a 3) concentrados numa área de cerca de 15 km²,

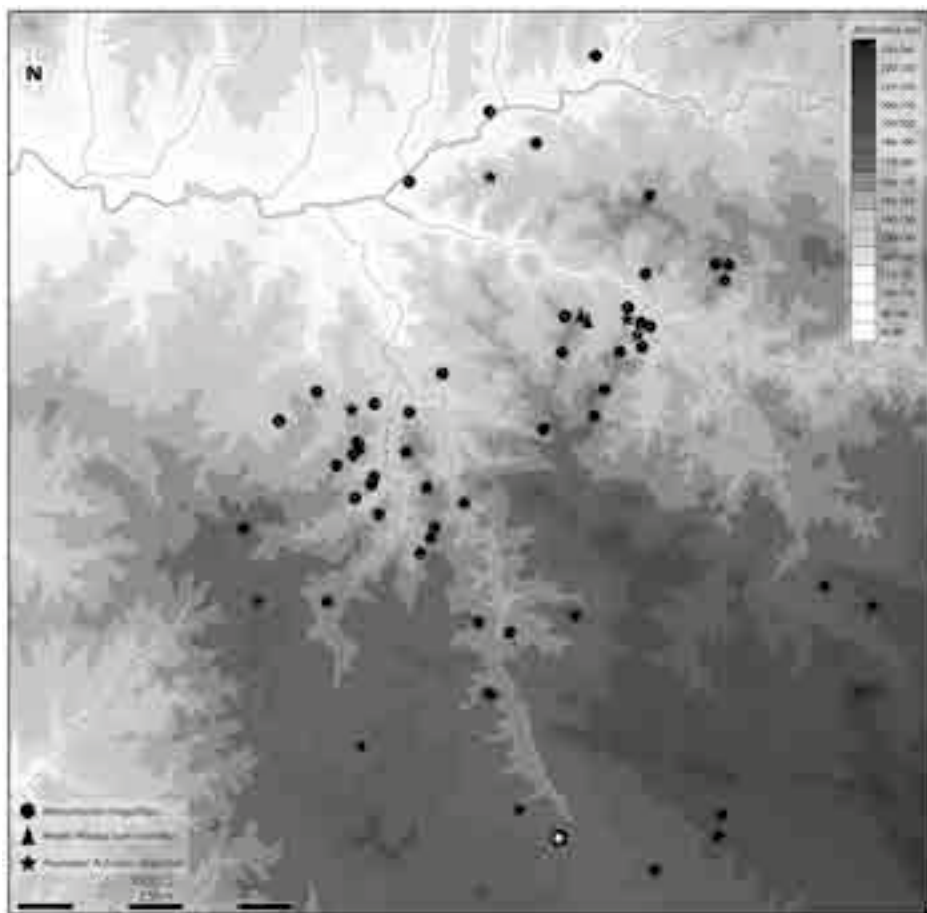


Fig. 22 – Isometria da paisagem do núcleo do Deserto e Barrocal das Freiras, com indicação dos monumentos megalíticos, menires ou rochas com «cavinhas» e povoados (ou outros elementos, como achados dispersos ou isolados). A anta do Espragal encontra-se indicada pelo círculo vazio. A norte corre a Ribeira de Lavre, no sentido transversal do território.

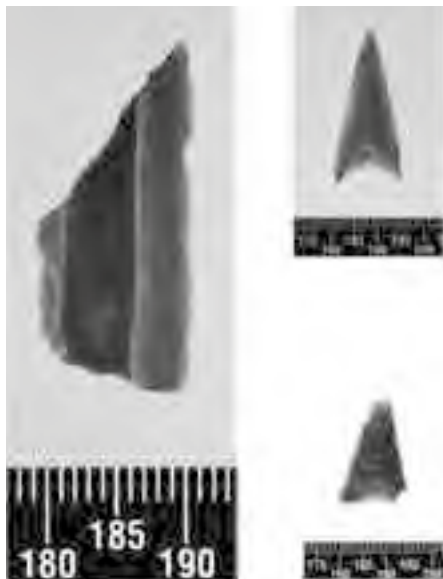


Fig. 23 – Artefactos de pedra lascada da anta do Espragal: à esquerda, geométrico trapézio de sílex MNA 2006.245.7 (esc. 3:1); à direita, pontas de seta de sílex MNA 2006.245.5 (em cima, esc. 1:1) e MNA 2006.245.6 (em baixo, esc. 1:1).



Fig. 24 – Artefactos de pedra polida da anta do Espragal: à esquerda, enxó de rocha metamorfozada MNA 2006.245.11 (esc. 2:3); à direita, enxó de anfíbolito MNA 2006.245.12 (esc. 2:3).



Fig. 25 – Artefactos de pedra polida da anta do Espragal: à esquerda, em cima, formão de anfíbolito MNA 2006.245.13 (vistas frontal e lateral, esc. 1:2); à esquerda, em baixo, «machado-cunha» de anfíbolito MNA 2006.245.14 (vistas frontal e lateral, esc. 1:2); à direita, enxó de anfíbolito MNA 2006.245.15 (esc. 1:2).



Fig. 26 – Artefactos de pedra polida e recipientes cerâmicos da anta do Espragal: à esquerda, em cima, artefacto reaproveitando formão ou goiva MNA 2006.245.16 (esc. 1:2); à direita, em cima, pequena taça MNA 2006.245.8 (diâmetro interno da abertura: 4,6 cm); à esquerda, em baixo, pequeno esférico MNA 2006.245.9 (diâmetro interno da abertura: 4,6 cm); à direita, em baixo, taça MNA 2006.245.10 (diâmetro interno da abertura: 9,5 cm).



Fig. 27 – Placas de xisto gravadas da anta do Espragal: em cima, MNA 2006.245.1 e 2006.245.2 (esquerda e direita, esc. 1:2); em baixo, MNA 2006.245.3 e 2006.245.4 (esquerda e direita, esc. 1:2).

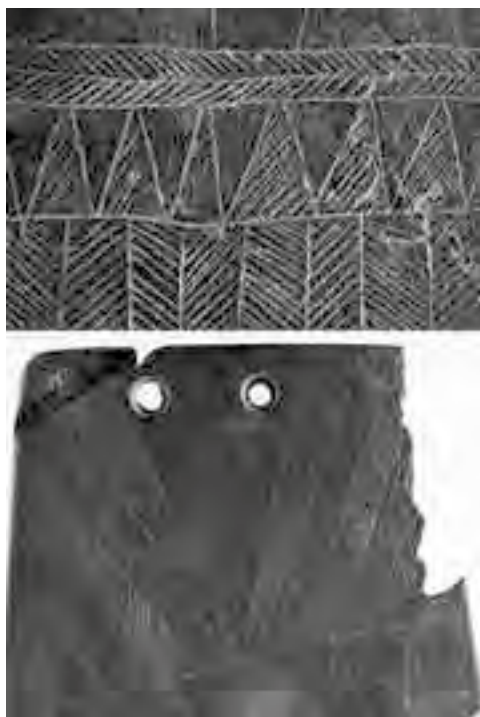


Fig. 28 – Placas de xisto gravadas da anta do Espragal: em cima, pormenor do Separador Cabeça-Corpo da placa MNA 2006.245.1, constituídos por dois motivos distintos adossados; em baixo, pormenor da Cabeça da placa MNA 2006.245.3, destacando-se a dupla perfuração e a assimetria do traço de paginação da Cabeça.



Fig. 29 – Placas de xisto gravadas da anta do Espragal: em cima, pormenor da perfuração com vestígios de uso (face e verso) da placa MNA 2006.245.1; em baixo, pormenor da Cabeça da placa MNA 2006.245.2, com Separador Cabeça-Corpo construído por faixa não preenchida.

localizando-se no seu entorno monumentos já considerados evoluídos, tanto a nível arquitetónico como de composição dos mobiliários votivos (Deserto 1, Barrocal das Freiras 2 e 3). Tal facto permite considerar uma evolução *centro-periferia* na construção deste espaço necropolizado, com os monumentos mais antigos localizados na área central do espaço megalítico e os monumentos mais recentes localizados no seu entorno imediato – algo que também se parece registar no núcleo de Montargil (Ponte de Sor) ou no núcleo de menores dimensões de São Martinho (Avis).

A estes se associam, em espaços periféricos, aquilo que poderá ser considerado como «monumentos-satélite» deste *terroir* funerário, distribuídos por toda a amplitude cronológica registada no núcleo central e representados, para além da anta do Espragal, pelos monumentos de Salto do Lobo, Lobeira de Baixo 1 a 3, Atalaia 1 e 2 e Amendoeira 1 e 2. Alguns escassos povoados estão até ao momento identificados nesta área, sendo de referir os diversos núcleos de *habitat* de Lobeira de Baixo (já aparentemente calcólíticos) ou o povoado do Campo do Espragal,

relativamente próximo ao monumento aqui estudado e que corresponderá àquilo que foi designado por M. Calado como um «povoado megalítico aberto» datável do Neolítico (Calado, 2001 e 2004). Outras evidências de povoamento poderão ser igualmente encontradas, referindo-se contudo aos achados dispersos ou isolados de Deserto 26, Barrocal das Freiras 13 e 14 ou Foros de Vale de Figueira 1 e 2. Para não referir também o interessantíssimo povoado calcolítico de Cabeça da Velada, já na área do Vidigal...

Neste contexto, a anta do Espragal corresponde, assim e aparentemente, a um pequeno monumento destinado a um número restrito de inumações (um mínimo de quatro, julgando pelo número de placas de xisto gravadas e salvaguardando a potencial ocorrência de inumações que não fossem acompanhadas por estes artefactos), utilizado principalmente durante finais do 4.º e primeiros séculos do 3.º milénio a.n.e. (não se confirmando com rigor utilizações referentes a etapas cronoculturais antecedentes). É digno de nota o facto de alguns dos artefactos aqui recolhidos apresentarem sinais de uso, tanto artefactos de pedra polida como pontas de seta (e até mesmo placas de xisto gravadas), aparentando terem sido efetivamente utilizados anteriormente à sua deposição votivo-funerária.

Este monumento permite assim assumir diagramas ativos de utilização do espaço por parte das comunidades megalíticas desta área, sendo entendido como elemento igualmente dinâmico na construção do espaço necropolizado constituído pelo núcleo do Deserto e Barrocal das Freiras e como componente válido para a compreensão da construção de esta paisagem megalítica.

Lisboa, primavera de 2016

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, M. A. (2009) – *Megalitismo e comunidades megalíticas na área da Ribeira Grande (Alto Alentejo): definição e caracterização do fenómeno de «megalitização» da paisagem na área austral do Norte alentejano*. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vols., policopiado.

ANDRADE, M. A. (2013a) – Em torno ao conceito de necrópole megalítica na área da Ribeira Grande (Alto Alentejo, Portugal): monumentos, espaços, paisagens e territórios. In ARNAUD, J. M.; MARTINS, A.; NEVES, C., coord. – *Arqueologia em Portugal: 150 anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 417-426.

ANDRADE, M. A. (2013b) – As placas de xisto gravadas da anta da Herdade da Lameira (Alto Alentejo, Portugal). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 5, 3, p. 177-201.

ANDRADE, M. A. (2014a) – Contextos perdidos, obscurantismos helénicos: espólio de um monumento megalítico de Alter do Chão pertencente à colecção de Manuel Heleno. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 17, p. 35-60.

ANDRADE, M. A. (2014b) – Sobre os conjuntos de artefactos de pedra polida das áreas de Benavila e Ervedal (Avis, Portugal). *Al-Madan – Adena Electrónica*. Almada. 19: 1, p. 92-104.

- ANDRADE, M. A. (2015a) – *Cherchez la femme!* Iconografia e imagética nas placas de xisto gravadas do Megalitismo do Sudoeste da Península Ibérica. In COLLADO GIRALDO, H.; GARCÍA ARRANZ, J. J., ed. lit. – *Symbols in the Landscape: Rock Art and its Context. IFRAO 2015: International Rock Art Conference, 19, Cáceres, 2015*. Tomar: Instituto Terra e Memória. p. 1545-1571. (*Arkeos*; 37).
- ANDRADE, M. A. (2015b) – Contributo para a definição das práticas funerárias neolítica e calcolíticas no Maciço Calcário Estremenho. 2: as placas votivas da «necrópole megalítica» das Lapas (Torres Novas) e o hipogeísmo na Alta Estremadura. *Nova Augusta*. Torres Novas. S. 2, 27, p. 293-322.
- ANDRADE, M. A.; MAURÍCIO, J.; SOUTO, P. (2010) – Estudo morfo-tipológico de duas placas de xisto gravadas provenientes da gruta da Buraca da Moura da Rexaldia (Chancelaria, Torres Novas): contributo para a definição das práticas funerárias neolíticas no Maciço Calcário Estremenho. *Nova Augusta*. Torres Novas. S. 2, 22, p. 239-259.
- ARAÚJO, A. C.; LEJEUNE, M. (1995) – *Gruta do Escoural: necrópole neolítica e arte rupestre paleolítica*. Lisboa: IPPAR. (Trabalhos de Arqueologia; 8).
- AUBRY, Th.; MANGADO LLACH, J.; MATIAS, H. (2014) – Matérias-primas das ferramentas de pedra lascada da Pré-História do Centro e Nordeste de Portugal. In DINIS, P. A.; GOMES, A.; MONTEIRO-RODRIGUES, S., ed. lit. – *Proveniências de materiais geológicos: abordagens sobre o Quaternário de Portugal*. Braga: Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário. p. 165-192.
- AUBRY, Th.; MANGADO LLACH, X.; SAMPAIO, J. D.; CALVO TRIAS, M.; IGREJA, M. A.; KLARIC, L.; GAMEIRO, C. (2009) – Os artefactos: reconstituição da funcionalidade e da dinâmica de formação dos sítios. In AUBRY, Th., ed. lit. – *200 séculos da história do Vale do Côa: incursões na vida quotidiana dos caçadores-recolectores do Paleolítico*. Lisboa: IGESPAR/IP. p. 129-270. (Trabalhos de Arqueologia; 52).
- BOAVENTURA, R. (2009) – *As antas e o Megalitismo da região de Lisboa*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- BOAVENTURA, R.; MATALOTO, R. (2013) – Entre mortos e vivos: nótulas acerca da cronologia absoluta do Megalitismo do Sul de Portugal. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 16, p. 81-101.
- BOAVENTURA, R.; MATALOTO, R.; ANDRADE, M. A.; NUKUSHINA, D. (2014-2015) – Estremoz 7 ou a anta de Nossa Senhora da Conceição dos Olivais (Estremoz). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 5, 4/5, p. 175-236.
- CALADO, M. (2001) – *Da Serra d'Ossa ao Guadiana: um estudo de Pré-História regional*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 19).
- CALADO, M. (2003) – Megalitismo, megalitismos: o conjunto neolítico do Tojal (Montemor-o-Novo). In GONÇALVES, V. S., ed. lit. – *Muita gente poucas antas? Origens, espaços e contextos do megalitismo. Colóquio Internacional sobre Megalitismo, 2, Reguengos de Monsaraz, 2000*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, p. 351-369. (Trabalhos de Arqueologia; 25).
- CALADO, M. (2004) – *Menires do Alentejo Central. Gênese e evolução da paisagem megalítica regional*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, policopiado.
- CARDOSO, J. L.; CARVALHO, A. F. (2008) – A gruta do Lugar do Canto (Alcanede) e a sua importância no faseamento do Neolítico no território português. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 16, p. 269-300.
- CARVALHO, A. F. (2014) – *Bom Santo Cave (Lisbon) and the Middle Neolithic Societies of Southern Portugal*. Faro: Universidade do Algarve. (Promontoria Monográfica; 17).
- FORENBAHER, S. (1999) – *Production and Exchange of Bifacial Flaked Stone Artifacts during the Portuguese Chalcolithic*. Oxford: Archaeopress. (BAR International Series; 756).
- GONÇALVES, V. S. (1989a) – *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve Oriental: uma aproximação integrada*. Lisboa: UNIARQ/INIC. (Estudos & Memórias; 2).
- GONÇALVES, V. S. (1989b) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente peninsular. 1: Deusa(s) Mãe, placas de xisto e cronologias: uma nota preambular. *Almansor*. Montemor-o-Novo. 7, p. 289-302.

- GONÇALVES, V. S. (1992) – *Revendo as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Uniarq/INIC. (Cadernos da Uniarq; 2).
- GONÇALVES, V. S. (1999) – *Reguengos de Monsaraz, territórios megalíticos*. Lisboa: Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.
- GONÇALVES, V. S. (2001) – A anta 2 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 4: 2, p. 115-206.
- GONÇALVES, V. S. (2003a) – *Sítios, «Horizontes» e Artefactos. Leituras críticas de realidades perdidas*. 2.ª ed. Cascais: Câmara Municipal.
- GONÇALVES, V. S. (2003b) – *STAM-3, a anta 3 da Herdade de Santa Margarida (Reguengos de Monsaraz)*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 32).
- GONÇALVES, V. S. (2003c) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 4. A «síndrome das placas loucas». *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 6: 2, p. 131-157.
- GONÇALVES, V. S. (2004a) – As placas de xisto gravadas dos sepulcros colectivos de Aljezur (3.º milénio a.n.e). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 22, p. 163-318.
- GONÇALVES, V. S. (2004b) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente peninsular. 5: O explícito e o implícito. Breve dissertação invocando os limites fluidos do figurativo, a propósito do significado das placas de xisto gravadas do terceiro milénio a.n.e. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7: 1, p. 165-183.
- GONÇALVES, V. S. (2004c) – As deusas da noite: o projecto «Placa Nostra» e as placas de xisto gravadas da região de Évora. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7: 2, p. 49-72.
- GONÇALVES, V. S. (2006a) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente peninsular. 7: As placas híbridas. Definição do conceito. Alguns poucos exemplos. De novo, os possíveis significados das placas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9: 2, p. 27-59.
- GONÇALVES, V. S. (2006b) – Manifestações do sagrado na Pré-História do Ocidente Peninsular. 8. Sete placas de xisto gravadas (e algumas outras a propósito). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 24, p. 167-231.
- GONÇALVES, V. S. (2007) – Breves reflexões sobre os caminhos das antigas sociedades camponesas no Centro e Sul de Portugal. In CARDOSO, J. L., coord. – *A Arqueologia portuguesa e o espaço europeu: balanços e perspectivas*. Actas do Colóquio. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 15, p. 79-94.
- GONÇALVES, V. S. (2008) – Na primeira metade do 3.º milénio a.n.e., dois subsistemas mágico-religiosos no Centro e Sul de Portugal. In HERNANDEZ PÉREZ, M. S.; SOLER DÍAZ, J. A.; LÓPEZ PADILLA, J. A., ed. lit. – *Congreso del Neolítico Peninsular, 4, Alicante, 2006*. Alicante: Museo de Alicante. vol. 2, p. 112-120.
- GONÇALVES, V. S. (2011) – *As placas de xisto gravadas (e os báculos) do sítio do Monte da Barca (Coruche)*. Lisboa: Uniarq. (Cadernos da Uniarq; 7).
- GONÇALVES, V. S. (2013a) – *No limite oriental do Grupo Megalítico de Reguengos de Monsaraz*. Évora: EDIA/DRCALLEN. (Memórias d'Odiana, 2.ª série; 4).
- GONÇALVES, V. S. (2013b) – Antes de Endovélico... A propósito das placas de xisto gravadas da anta de Santiago Maior e das antas da Herdade dos Galvões (Alandroal, Alentejo). *Cadernos de Endovélico*. Alandroal. 1, p. 105-123.
- GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M. A. (2014) – Pequenos sítios, objectos perdidos, artefactos sem contexto. 2: Antas inéditas do grupo megalítico Crato-Nisa (Anta das Romeiras e Anta da Ferranha). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 17, p. 61-94.
- GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M. A.; PEREIRA, A. (2004a) – As placas de xisto gravadas da gruta artificial S. Paulo 2 (Almada). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7: 2, p. 73-96.
- GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M. A.; PEREIRA, A. (2004b) – As placas de xisto gravadas das grutas artificiais do Tojal de Vila Chã, Carenque e da necrópole das Baútas (Mina, Amadora). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 22, p. 113-162.
- GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M. A.; PEREIRA, A. (2005) – As placas de xisto gravadas e o báculo recolhidas nas duas Antas da Loba (N. S.ª de Machede, Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 2, p. 5-53.
- GONÇALVES, V. S.; ANDRADE, M. A.; PEREIRA, A. (2014) – As placas votivas (e o báculo) da gruta

- da Lapa da Galinha, no 3.º milénio a.n.e. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 21, p. 109-158.
- GONÇALVES, V. S.; PEREIRA, A.; ANDRADE, M. (2003) – A propósito do reaproveitamento de algumas placas de xisto gravadas da região de Évora. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 21, p. 209-244.
- GONÇALVES, V. S.; PEREIRA, A.; ANDRADE, M. (2005) – As notáveis placas votivas da Anta dos Cabacinhitos (Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 8: 1, p. 43-109.
- HELENO, M. (1936) – *Caderno de campo n.º 28. Escavações em antas dos arredores do Siborro (Montemor-o-Novo)*. 64.ª Campanha – Setembro e Outubro de 1936. [Manuscrito]. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1951) – *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura. Reeditado por Uniarq/INIC, 1985.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Westen*. Berlin: Walther de Gruyter & Co. vol. 1: 2.
- LEISNER, V. (1965) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel: der Westen*. Berlin: Walther de Gruyter & Co. vol. 1: 3.
- MATIAS, H. (2012) – *O aprovisionamento de matérias-primas líticas na gruta da Oliveira (Torres Novas)*. Dissertação de Mestrado em Geo-Arqueologia apresentada à Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, policopiado.
- OLIVEIRA, C.; ROCHA, L.; SILVA, C. M. (2007) – Megalitismo funerário no Alentejo Central – arquitectura e orientações: o estado da questão em Montemor-o-Novo. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 10: 2, p. 35-74.
- OLIVEIRA, J. (1998) – *Monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do Rio Sever*. Lisboa: Edições Colibri. 1.
- OLIVEIRA, J. (2006) – *Património arqueológico da Coudelaria de Alter e as primeiras comunidades agropastoris*. Lisboa: Colibri/Universidade de Évora.
- OLIVEIRA, J. (2012) – *Monumentos megalíticos da bacia hidrográfica do Rio Sever*. Évora: CHAIA; Câmara Municipal de Marvão. 2-3 (edição eletrónica).
- ROCHA, L. (2005) – *Estudo do megalitismo funerário no Alentejo Central: a contribuição de Manuel Heleno*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vols., policopiado.
- SANTOS, M. F.; FERREIRA, O. V. (1969) – O monumento eneolítico de Santiago do Escoural. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 3, 3, p. 37-62.
- SOUSA, A. C. (2010) – *O Penedo do Lexim e a sequência do Neolítico final e Calcolítico da Península de Lisboa*. Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. 2 vols., policopiado.
- SOUSA, A. C.; GONÇALVES, V. S. (2012) – In and out. Tecnologias, símbolos e cultura material. Interações e identidades regionais no Centro e Sul de Portugal no 3.º milénio a.n.e. In BORRELL, M.; BORRELL, E.; BOSCH, J.; CLOP, X.; MOLIST, M., ed. lit. – *Xarxes al Neolitic. Circulació i intercanvi de matèries, productes i idees a la Mediterrània occidental (VII-III mil lenni aC)*. Gavá: Bellaterra, p. 383-392. (Rubricatum; extra 5).
- WATERMAN, A. J.; PEATE, D. W.; SILVA, A. M.; THOMAS, J. T. (2013) – In search of homelands: using strontium isotopes to identify biological markers of mobility in late prehistoric Portugal. *Journal of Archaeological Science*. London. 42, p. 119-127.

The Bell-beaker complex in Portugal: an overview

O fenómeno campaniforme em Portugal: Uma síntese

JOÃO LUÍS CARDOSO*

ABSTRACT

This article points out the diversity and heterogeneity of the available data concerning the Bell-beaker complex in the Portuguese territory. The significant amount of knowledge gathered in the last years concerning all the regions of the country, justifies an attempt of systematization, and the discussion of the main issues presented in this article: 1 – radiocarbon dating that points out to an early chronology of the Bell-beaker complex, during the 2nd quarter of the 3rd millennium BC, in some regions of the Portuguese territory, such as Estremadura; 2 – the long time span of the maritime style, usually considered the most ancient, that lasts until the first centuries of the 2nd millennium BC, according to the available radiocarbon dates and therefore points out to the coexistence with other regional beaker productions, such as geometric-stippled and incised decoration style; 3 – the coexistence between decorated beaker productions and regional decorated ceramics in the same archaeological site, suggesting the existence of two populations socially differentiated; 4 – Finally, in the lower Estremadura region the identified correlation between the beaker productions typology and the archaeological sites location: in fact, during the 2nd half of the 3rd millennium the majority of the maritime vessels are recovered in the height fortified settlements and the other productions, most of them generally coarser manufacturing, were recovered in the nearby open settlements that shows a social differentiation between those who used the maritime vessels for drinking or ritual functions in the height fortified settlements, and the majority of the population, inhabited the open settlements, living of agricultural and livestock activities, used the containers of a generally coarser

* Universidade Aberta (Lisboa, Portugal) and Centro de Estudos Arqueológicos do Concelho de Oeiras (Câmara Municipal de Oeiras, Portugal). E-mail: cardoso18@netvisao.pt.

manufacturing and with a clear functional use for the storage of cereals and other cultivated products.

Key-words – Bell-beaker – Portuguese territory – Overview

RESUMO

A diversidade e heterogeneidade dos dados relativos ao complexo campaniforme no território português está na origem deste artigo. Com efeito, a quantidade significativa da informação reunida nos últimos anos relativamente a todas as regiões do país justificou esta tentativa de sistematização, a qual será seguida pela discussão das principais questões por aquela sugeridas. Como questões de maior importância relevam-se as seguintes: 1 – a cronologia absoluta relativamente recuada do fenómeno campaniforme em algumas áreas do território português, com destaque para a Estremadura, situando o seu início inquestionavelmente no segundo quartel do 3.º milénio a. C.; 2 – a longa diacronia do estilo marítimo clássico, considerado o mais antigo, o qual atingiu os primeiros séculos do 2.º milénio a. C. considerando as datações disponíveis, que em consequência, conviveu ao longo de toda a sua existência com as produções campaniformes de carácter regional, como o estilo geométrico-pontilhado e o inciso; 3 – a coexistência entre cerâmicas decoradas campaniformes e produções decoradas regionais, por vezes segregadas em uma mesma estação, sugerindo a existência de duas populações socialmente distintas; e, finalmente, 4 – a correlação, na região da Baixa Estremadura, entre a tipologia dos recipientes campaniformes e as características de implantação dos sítios onde ocorrem, observando-se, no decurso da 2.ª metade do 3.º milénio a. C., a presença dominante de vasos marítimos nos povoados de altura fortificados e das restantes produções, em geral mais grosseiras, nos sítios abertos situados nos espaços adjacentes. Deste modo, parece observar-se segregação social, denunciada pelo uso diferenciado de recipientes campaniformes, com os elementos mais proeminentes de cada comunidade a ocuparem os pontos altos, utilizando vasos marítimos, destinados a beber e eventualmente associados a práticas rituais, enquanto que nos pequenos povoados abertos vivia a parte mais numerosa da população, entregue às atividades agropecuárias, utilizando produções mais grosseiras, por vezes de grandes dimensões, relacionadas com o armazenamento.

Palavras-chave: Campaniforme – Portugal – Síntese

1. INTRODUCTION

The characterization of the Beaker productions, covering the entire Portuguese territory, while being easily recognizable, constitutes a highly complex economic, social and cultural phenomenon, as it was demonstrated by the advances produced in recent years, thanks to the addition of fieldwork throughout the Portuguese geographical space. Thus, this paper will limit itself to make a synthesis of current knowledge, especially valuing the characterization of the most significant components of material culture: the decorated ceramics, which will be addressed by considering their formal characteristics, geographic distribution, absolute chronology and the nature of the archaeological sites where they occur.

2. ABSOLUTE CHRONOLOGY AND DIVERSITY OF BEAKER CERAMIC PRODUCTIONS

Undoubtedly, the fortified settlement of Zambujal is the most interesting one for this discussion. Having been carefully and systematically excavated by a team directed by E. Sangmeister and H. Schubart, between 1964 and 1973 (Sangmeister and Schubart, 1981), the remains recovered have since been studied alongside new excavations and new radiocarbon dates, under the direction of M. Kunst. The first absolute dates for Beaker artefacts in Portuguese territory were obtained in this remarkable archaeological site, where these productions are represented primarily by classical marine vases, and have occurred consistently since the 2nd phase.

In fact, the antiquity of Beaker productions in Lower Estremadura has become clear by its distribution across the identified five construction phases: they are present in all these five phases and are known since the oldest one (Phase 1),

although, naturally, occurring with different frequencies. Of the 336 fragments of Beaker pottery that could be associated to a given building phase, the lowest level of incidence corresponds to Phase 1 and the highest to Phase 5 (Kunst, 1987; 1996, fig. 6). Though there are only two fragments corresponding to Phase 1, there are 12 at Phase 2 (Kunst, 2010), which offers a reliable indication of their effective presence in this phase. As the chronology of the building sequence has now been complemented by the calibration of older radiocarbon dates and by new radiocarbon analyses (Kunst and Lutz, 2008; 2010/2011), Phase 2 was found to correspond to the period of approximately 2700 to 2600 cal BC for 2 sigma (personal information Miguel Kunst, 25/5/2016), thereby confirming the antiquity of the Beaker presence in the Estremadura region.

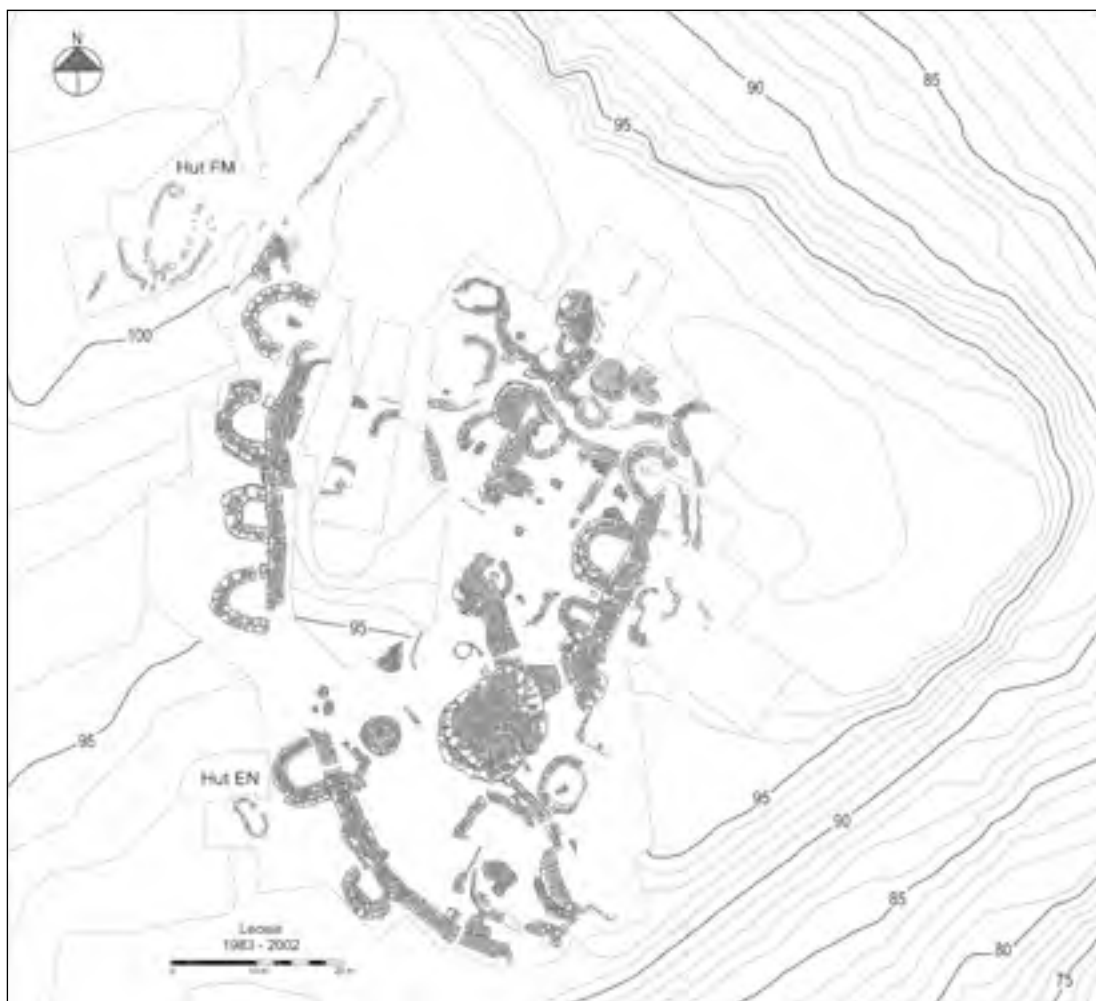


Fig. 1 – Leceia. Plant of the prehistoric settlement and its implantation in the topography with the two Beaker huts identified outside the defensive dispositive (after J. L. Cardoso).

These results were confirmed at the fortified settlement of Leceia (fig. 1), as it was in fact pointed out, over 20 years ago, based on the radiocarbon results obtained in the FM hut (Cardoso and Soares, 1990/1992).

Due to its importance, as already discussed in several publications (Cardoso, 1997/1998; Cardoso, 2000; 2001; 2004), a detailed description of this structure should be provided here. Located outside the walled area, this structure would have housed a small community, perhaps a family group. It consisted of a large hut, formed by two lines of large blocks, with an ellipsoidal ground plan (fig. 2).

As this residential unit is built on a regular platform in the highest part of the archaeological site, it is unlikely that natural agents had transported any materials to that place from other parts of the site. This conclusion is confirmed by the absolute lack of rolled or eroded Beaker fragments. It is also unlikely that they belonged to different periods because there is an absolute absence of other decorated regional materials, such as fragments bearing the well-known fluted decoration, belonging to the Early Chalcolithic, or the acacia-leaf pattern, belonging to the Full Chalcolithic. In fact, in the area outside the walls occupied by this structure, no other Chalcolithic presence has been recognized. The structure is set directly upon the Late Neolithic layer, which has been radiocarbon-dated to the second half of the 4th millennium BC (Cardoso and Soares, 1996).

Hence, there is a gap of several hundred years with regard to the bone remains used for radiocarbon analysis, which, given the results obtained, cannot belong to any context other than that of the Beaker hut in question, where they were collected. So, we can conclude that the 108 Beaker decorated fragments gathered inside this hut correspond to waste produced during its occupation, which would certainly have been for a limited period of time.

The pottery is very fragmented and comes from many different vessels. However, this is to be expected in the excavation of a large

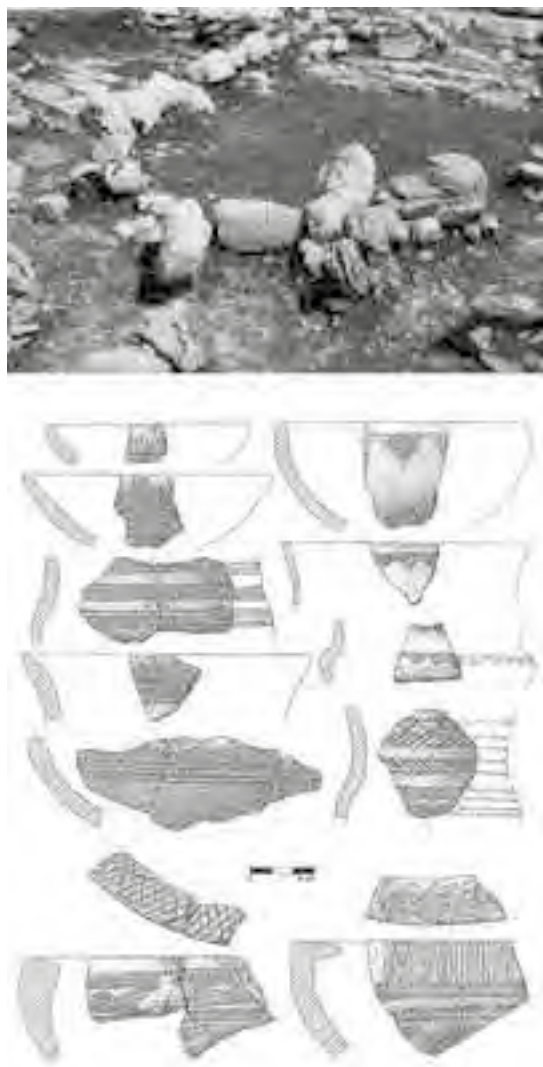


Fig. 2 – Leceia. Detail of the entrance of the hut FM, defined by the transverse threshold and selection of Beaker ceramic there collected (after J. L. Cardoso).

housing unit like this one: it measures approximately 12 m × 5 m at its largest points (Cardoso, 1997/1998), in which the waste of successive communities of occupants would have been only partially rejected from the inhabited area. This would also explain the very incomplete state of most of the vessels. Complete or almost complete vessels would only be found in such a well-defined context if the last occupants had left, leaving behind the vessels that were in use in that moment (presuming, of course, that it were possible to isolate the last occupation during excavation).

In this case, it is plausible that all the Beaker fragments correspond to a single occupation, as it is highly unlikely that two Beaker communities would have occupied the same domestic unit at different times; indeed, there is no evidence of any remodelling work associated to different periods, and, of course, such a perishable structure would have to be completely rebuilt from scratch.

The considerations presented to justify the contemporaneity of the Beaker productions found inside of the Hut FM, can also justify a direct relation between them and the dated bone fragments. These were also found in large quantities and have fresh, unrolled surfaces, an indication that they had originally been left there. As with the pottery fragments, they are cracked but not rolled or eroded, compatible to waste produced by the inhabitants of that housing structure. The first result, carried out using animal bones from the terrestrial biosphere, yielded the following result:

Sac-1317 – 4220 ± 50 BP (2920-2630 cal BC, 2σ).

The Beaker decorated ceramics collected exclusively from inside this structure have the following distribution:

- Maritime vessels with stippled decoration – 13
- Maritime vessels with incised decoration – 3
- Maritime vessels with stippled linear decoration – 3
- Smooth-profile vessels with stippled decoration – 1
- Carinated vessels with stippled decoration – 4
- Carinated vessels with incised decoration – 2
- Shoulder vessels with incised decoration – 11
- Large vessels with stippled decoration – 2
- Large vessels with incised decoration – 3
- Palmela bowls with stippled decoration – 7
- Palmela bowls with incised decoration – 7
- Spherical vessels with stippled decoration – 1
- Calotte-shaped bowls with stippled decoration – 23

- Calotte-shaped bowls with incised decoration – 3
- Unclassifiable fragments with stippled decoration – 15
- Unclassifiable fragments with incised decoration – 10

We can see the predominance of the stippled technique (69 fragments) compared to the incised (39 fragments).

After these results were first published (Cardoso, 1997/1998), some colleagues informally raised a few doubts. They can be divided into two types of questions: firstly, the diversity of the Beaker ceramic materials suggests that there was some mixing at different times; secondly, the doubts with regard to the early chronology obtained by dating persisted, because the sample submitted for dating may have included materials from the Late Neolithic.

In order to clarify this issue, two samples were selected from the Beaker context (i.e., stratigraphically associated with the construction and occupation of the hut), which were then dated by AMS. The results were as follows:

- Beta-260297 – 4140 ± 40 BP (2880-2590 cal BC, 2σ) on a humerus of *Sus* sp.
- Beta-260299 – 4100 ± 40 BP (2870-2500 cal BC, 2σ), on a metacarpal of *Bos taurus*.

These results confirmed the value obtained earlier by the conventional method, which used around 100/150 g of bones, corresponding to some 15 pieces. The results of the two dates obtained are consistent with each other and prove that the chronology of the FM hut, and, consequently, that of its contents, is from the second quarter of the 3rd millennium BC, which is prior to the chronology of the Beaker presence inside the fortification.

The early chronology of the Beaker pottery collected at the FM hut at Leceia is one of the most important aspects of this study, following the demonstration of the contemporaneity of the incised and stippled Beaker productions, already present there. This means that it is not possible, from the typological point of view, and in relation to the Estremadura, to isolate the oldest Beaker productions from the most modern ones, contradicting the former criteria, which consider the existence of three successive groups of Beaker ceramic productions: the International Group; the Palmela Group (equivalent to the geometric stippled productions) and the Incised Group (Soares and Silva, 1974/1977).

Other evidence found in several sites of the country also point in the same direction. For example, in the north of the country, the excavation of the megalithic tomb of Chã do Carvalhal 1 has revealed the contemporaneity of several ceramic Beaker productions that were typologically very distinct. This is an exceptional set, including fragments of a classical stippled maritime vessel, a stippled geometric

vessel, two vessels with incised decoration, and one Palmela bowl with stippled decoration (Cruz, 1992) (fig. 3). This set, found in a closed tomb, related to a single deposition, contrasts with the scarcity of Beaker findings in the north of Portugal. The funerary deposit also includes seven copper artefacts (two daggers and five Palmela points), reinforcing its unique character, in the context of Chalcolithic metalwork in the north of the country. It suggests the tomb of a foreigner in that large megalithic necropolis of the mountain of Aboboreira.

We should stress the diversity and the contemporaneity of the Beaker vessels found in this single tomb, a reality that reinforces the comments made about the FM Hut from Leceia.

In the south of the country, although dated Beaker contexts are rare, a remarkable diversity of ceramic productions was also documented.

Thus, in the settlement of Porto das Carretas (Mourão), where the Beaker occupation can be placed in the third quarter of the 3rd millennium cal BC according to the radiocarbon data, the collected Beaker fragments belong exclusively to classical marine vessels, decorated with the dotted technique

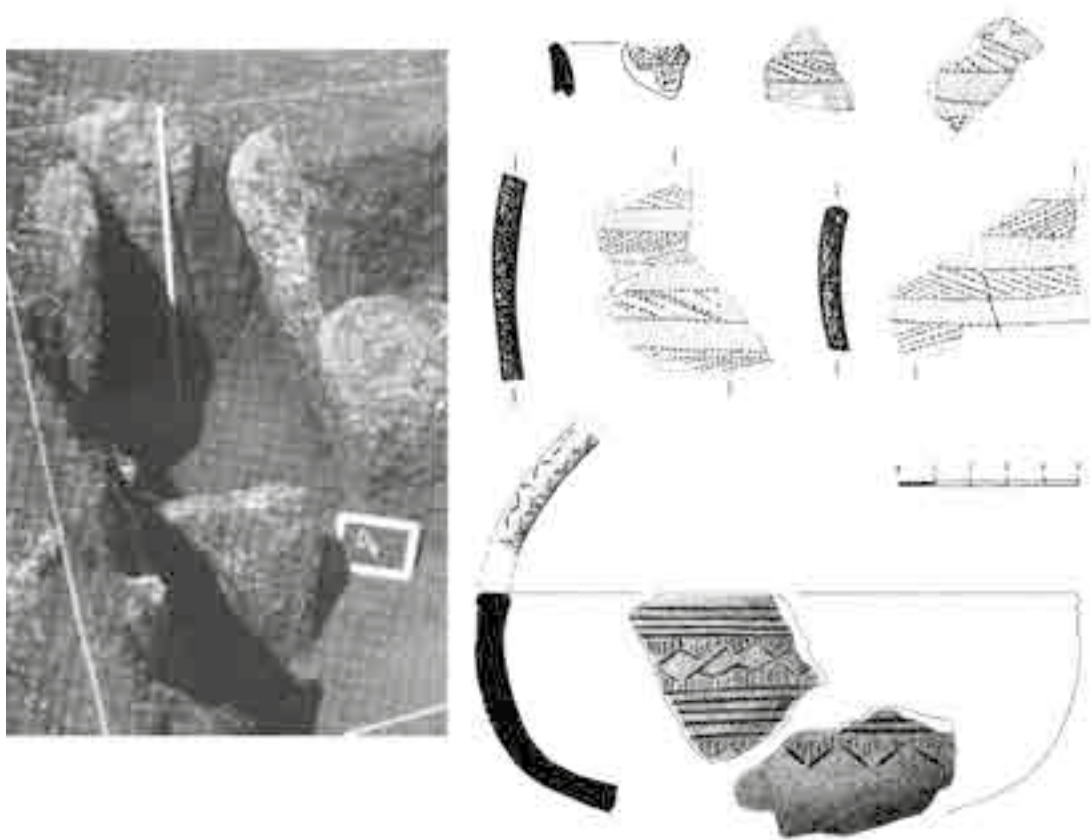


Fig. 3 – Chã do Carvalhal. View of the megalithic monument and Beaker materials collected therein (after D. J. Cruz).

(Soares, 2013). A similar situation is observed in Miguens 3 (Alandroal), where a Beaker set, represented by productions integrating maritime vases with speckled geometric decoration, falls within the same time span (Mataloto and Boaventura, 2009).

On the contrary, other sites, which, though not dated, could be included in the same chronological period, are characterized by typologically very distinct Beaker sets, as it is the case of the Monte do Tosco 1 (Mourão), situated about 10 km from Porto das Carretas, where only incised ceramics were found, denoting an evident influence from the Spanish Meseta/Ciempozuelos Group (Valera, 2000b; Valera and Rebuge, 2011).

This reality, highlights the complexity of the discussion at hand, where the productions types have more to do with cultural affiliations of each human group than to chronological differences between them. In this case, we assume that the community from Porto das Carretas had probably privileged relationships with Portuguese Estremadura, while the community from Monte do Tosco had dominant ties with the group of Ciempozuelos, in the Meseta, in the same period.

Only in the large sites, like Porto Torrão and Perdigões (personal information, António Valera 25/5/2016), the different Beaker styles coexists, as a result of mixing people from different geographical areas.

Recently published dates of Beaker occurrences in northern Portugal (Bettencourt, 2011, p. 370) confirm the conclusions above presented.

In Crasto de Palheiros, Murça, the two dates obtained by Maria de Jesus Sanches (CSIC-1280 – 4087±34 BP and Ua – 22284 – 4035±45 BP) correspond to the intervals, calibrated to 2 sigma, of 2861-2494 cal BC and 2850-2466 cal BC respectively. Both dates are related to Layer I of the Inner Unit, where 18 Beaker vessels of various types (maritime, stippled geometric and incised) were collected (fig. 4). Thus, this parallel is clearly very important for the interpretation of the situation found in the FM Hut at Leceia, where there is a similar diversity, with the exception of the presence of Palmela bowls.

Finally, still in the northeastern Portugal, dates were also obtained for the Beaker contexts of Level 1 of Buraco da Pala (Mirandela): ICEN -310 – 4120±80 BP; ICEN-311 – 4120±50 BP; and GrN-19101 – 3955±25 BP. Calibrated to 2 sigma, these yielded the following intervals: 2888-2490 cal BC; 2876-2572 cal BC; and 2569-2348 cal BC. The materials associated with these findings reveal local interpretations of the decorative motifs of classical Beaker vessels (Sanches, 1997) (fig. 5).

Given all this, we may conclude that the north of Portugal, despite the few Beaker occurrences recorded and dated (Bettencourt, 2011), has contributed decisively to demonstrate the antiquity of Beaker productions, which clearly date back to the second quarter of the 3rd millennium BC.

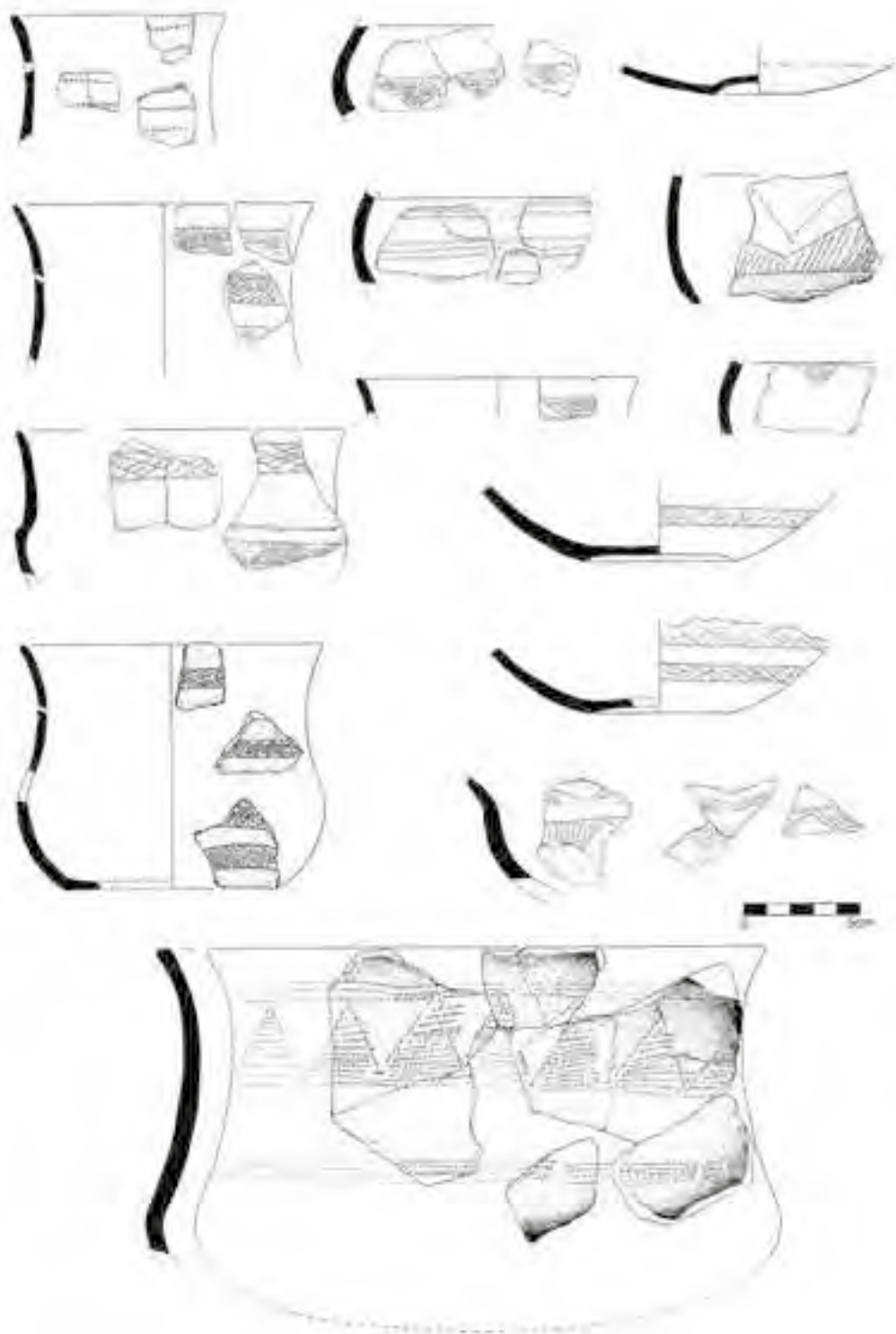


Fig. 4 – Crasto de Palheiros. Beaker ceramics (after S. Barbosa and M. J. Sanches).

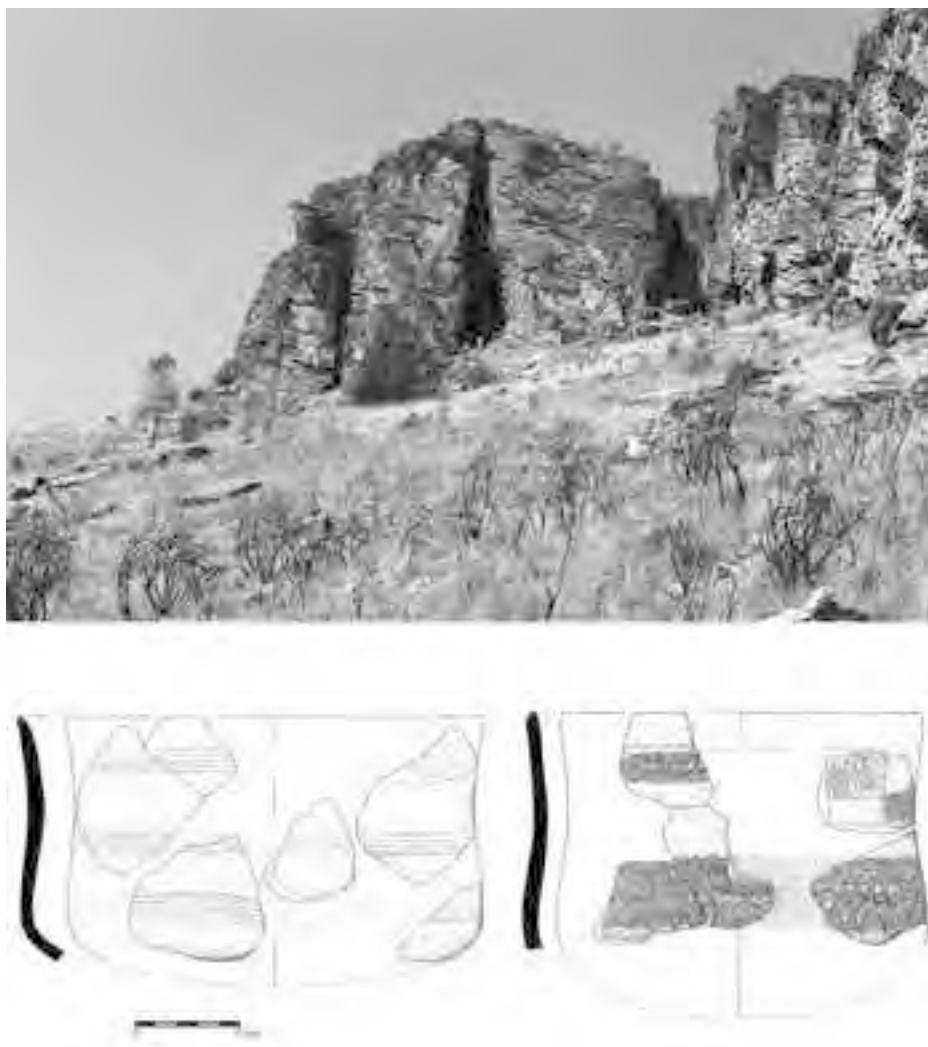


Fig. 5 – Buraco da Pala. Beaker ceramic of local imitation (after M. J. Sanches).

From the above, it can be concluded that the origins of the Beaker phenomenon in most of the Portuguese territory (Estremadura, Southern and Northern Portugal) is to be found between about 2700/2600 cal BC, according to the available radiocarbon dates, with its terminus around 2000/1800 cal BC (Mataloto, Martins and Soares, 2013, Table V) corresponding to a short transition period from the Chalcolithic to the Bronze Age (Ferradeira horizon, in the south, and Montelavar horizon, in the center and the north of the country), that some authors attribute to the Early Bronze Age (Bettencourt, 2013). This last conclusion is illustrated by an extremely important information recently published, from Quinta do Castelo 1, Beja (Valera, Calvo and Simão, 2016): the chronology of an individual grave

accompanied by a single maritime vessel, gave the result of 16B/0304 – 3550+/-30 BP corresponding to the interval of 1980-1770 cal BC (2 sigma). This result shows that the production of maritime vessels continued along the first centuries of 2nd millennium BC, at the same time that, for the first time, an individual Beaker burial in pit was documented in the Portuguese territory.

3. GEOGRAPHIC DISTRIBUTION

Until recently, the Beaker productions in Portuguese territory were essentially limited to the coastal areas, focusing especially in Estremadura (fig. 6), with sparse and occasional occurrences in the center and north of the country.

Vast areas of the interior were completely devoid of occurrences. That situation only began to change nearly two decades ago and presently significant sites are known.

In the north, thanks to the work integrated in several research projects, this situation changed, and today it is possible to have a comprehensive and updated overview of the geographical distribution of the documented occurrences (Bettencourt, 2011).

In the center of the country, the new information is due also to several research projects (Senna-Martinez, 1994; Valera, 2000a).

In Upper and Lower Alentejo, it was the mega-operation towards the minimization of the environmental impacts resulting from the construction of the multipurpose hydroelectric complex of Alqueva, on the Guadiana river, that provided almost all of the information obtained during the last 15 years (Valera and Rebuga 2011, Valera, 2013). Finally, in Algarve, where the occurrence of Beaker productions was completely unknown until 2005, it was necessary to wait for the archaeological intervention towards the recovery and valorization of one of the most remarkable collective tombs of the necropolis of *tholoi* at Alcalar, Portimão, explored in the late nineteenth century by Estácio da Veiga – Alcalar 7 – in order to find for the first Beaker fragments, at the level of the monument construction, and dating from the mid-3rd third millennium BC (Moran and Parreira, 2004) (fig. 7).

Presently, although not uniformly distributed, ceramic Beaker productions are to be found across the entire Portuguese territory. But the extraordinary concentration of the maritime vessels in the Lower Estremadura, quantified by Laure Salanova (Salanova, 2001, Figure 5; Salanova, 2004), justifies, after this author, the role of this region in the genesis of the maritime vessels.

In fact, one of the possible justifications for this reality was recently presented by Elisa Guerra Doce (Guerra Doce, 2016), having in account the evident similitude between the standard vessel (shape and stippled decoration) and the esparto baskets used eventually to the transport of salt, one of the more important



Fig. 6 – Main Beaker occurrences in the Portuguese territory (after J. L. Cardoso).

products already commercialized in that epoch. Having in consideration the existence of two salt factories in the Tagus estuary, although from the Late Neolithic/Early Chalcolithic of Monte da Quinta, Benavente (Valera, Tereso and Rebuge, 2006), and Ponta da Passadeira, Barreiro (Soares, 2014) the existence of

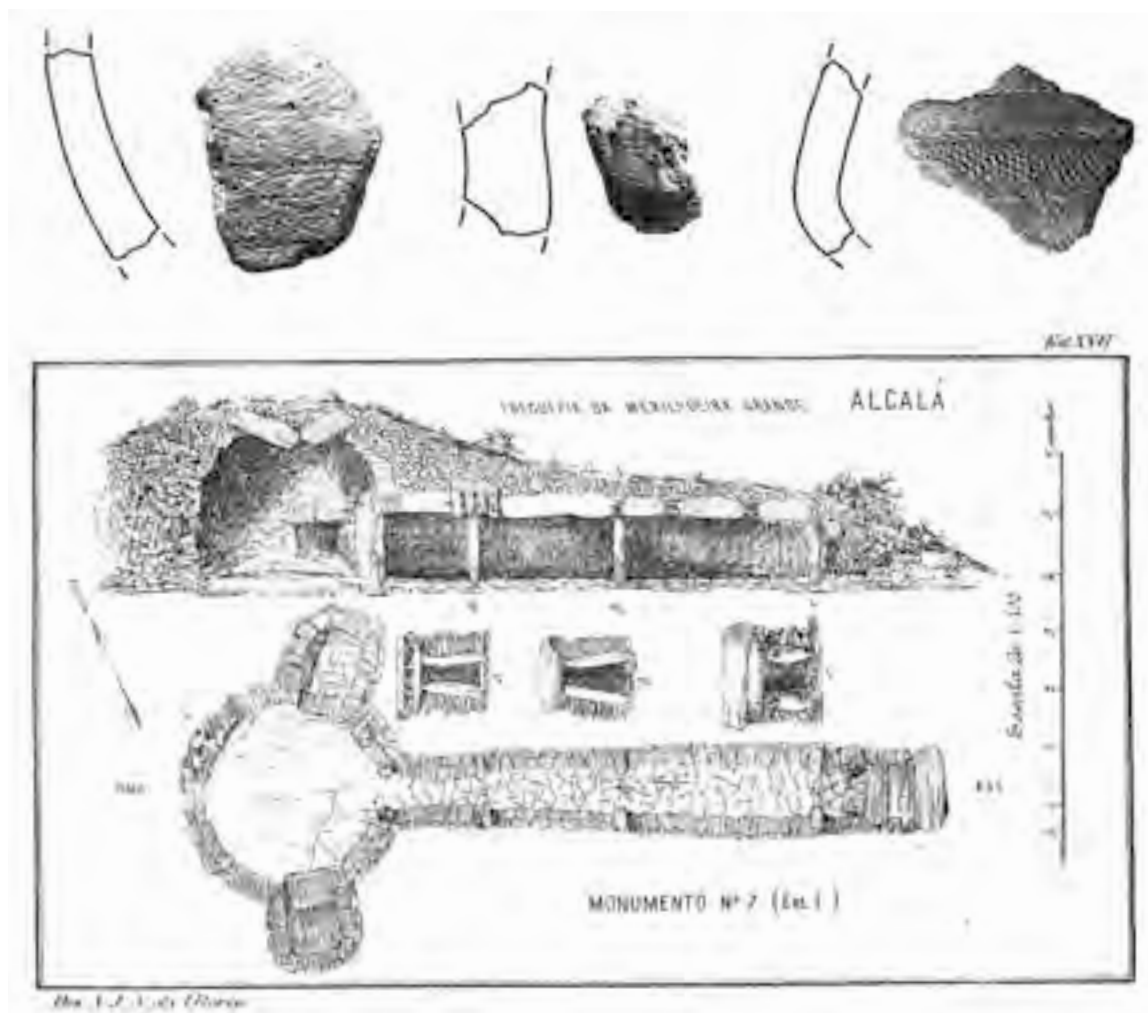


Fig. 7 – Fragments of Maritime vessels from the construction levels of *tholos* Alcalar 7 (after E. Morán & R. Parreira, and S. P. M. Estacio da Veiga).

salt factories along the Tagus estuary during the Beaker presence in the region is not only suggestive but probable.

4. TWO CULTURAL AND SOCIAL GROUPS IN CHALCOLITHIC PORTUGUESE ESTREMADURA?

The diversity of dated sites in Portuguese Estremadura has made clear two distinct realities. In higher places, formerly fortified and which continued to be occupied during the second half of the 3rd millennium BC (Zambujal, Vila Nova de S. Pedro, Leceia), alongside the then firstly occupied sites (Penha Verde and Moita da Ladra), maritime and geometric dotted vessels were dominant; on the contrary,

in small sites, corresponding to agro-pastoral small-scale production units, incised large vessels are much more abundant, although both type of sites appeared to be contemporaneous, as shown by the radiocarbon dates (Cardoso, 2014).

Such a reality allows one to admit that high and fortified sites corresponds to the residence of the emerging elites, as a result of a process towards increasing social complexity, initiated since at least the end of 4th millennium BC. This is also suggested by the use of vessels of remarkable quality, mainly for drinking (the maritime vessels). Note that the consumption of alcoholic beverages has been associated to maritime vessels (Delibes de Castro, Guerra Doce and Tresseras Juan, 2009), which further stresses the special nature of these containers, and its connotation with the dominant segment of society, even admitting their use in a mere everyday basis.

On the other hand, small farming units were occupied by an undifferentiated population, using containers of a generally coarser manufacturing and with a clear functional use for the storage of cereals and other cultivated products. This justification give to the maritime vessels a special role, directly associated to a specific segment of each community.

5. BEAKER AND INDIGENOUS?

Given the numerical representativeness of Beaker productions, it can be concluded that, in Lower Estremadura, not only did various types of Beaker settlements coexisted, but also various types of Beaker productions, which prevents any attempt at a periodization based on the typology of such recipients.

Since the 1970s, there has been evidence of the stratigraphic coexistence, in high places, of maritime vessels and geometric dotted patterns along with regional ceramic productions, typical from Lower Estremadura and decorated with the well-known patterns of «acacia leaves», «quadrifolia» and associated motifs, attributed to the Full Chalcolithic.

This fact, first observed in the settlement of Rotura, Setúbal (Ferreira and Silva, 1970; Silva, 1971; Gonçalves, 1971), but not given its due importance at the time, was later confirmed in the settlements of Zambujal (Kunst, 1987), Leceia (Cardoso, 2000), and, more recently, in those of Penha Verde (Cardoso, 2010/2011) and Moita da Ladra (Cardoso and Caninas, 2010; Cardoso, 2014). This situation points to a reality in which the Beaker productions appear to be coeval but independent from non-Beaker productions of regional origin. In this respect, the findings made in Leceia assume some importance, as the FM Hut, despite being adjacent the outer line of the defensive system, featured an exclusively Beaker decorated set, dating from a very early epoch, which can be placed around 2700/2600 cal BC, while in the inside of the fortification, no such productions were used yet.

From the above, it seems to result the possibility of coexistence between two socially and culturally distinct communities, apparently sharing the same geographical area without signs of conflict.

This situation lasted most of the second half of the third millennium BC. Indeed, based on the record of Leceia, the interaction initially established (ca. 2700-2600 cal BC) between the two communities would have been very limited, as their material culture is not found mixed together (for example, the FM Hut, with exclusive Beaker productions and the coeval levels inside of the fortification without Beaker materials).

Later, the occurrence of Beaker materials stratigraphically associated with non- Beaker productions inside of the fortification, as it was already observed in other settlements in the region mentioned above, indicates that some kind of interaction would have been established.

The Beaker communities would have mingled with the previous occupants of such sites, and may have taken control of the associated territories.

This hypothesis gains credibility if one reviews the small farm units, in adjacent areas of Leceia, where exclusively Beaker decorated ceramics occur. These units assured the effective agro-livestock exploitation of the surrounding territory. This is the case of Monte do Castelo (Cardoso, Norton and Carreira, 1996) and Freiria (Cardoso, Cardoso and Encarnação, 2013).

At the same time, we should also appreciate the absolute or almost absence of Beaker spoils in some important Chalcolithic fortified settlements in Lower Estremadura. This is the case of the settlements of Penedo do Lexim, Mafra (Sousa, 2010) and Outeiro Redondo, Sesimbra (Cardoso, 2013).

The situation of Penedo do Lexim, a fortified site located on top of a volcanic chimney, deserves further discussion. There, the first excavations (Arnaud, 1974/1977) uncovered no Beaker ceramics whatsoever, and during the ulterior extensive excavations of the site these ceramics were classified as residual, since only two fragments were found (Sousa, 2010). This is so despite the fact that the settlement had been occupied at the same time as such productions were proliferating in the surrounding region, as indicated by the date Beta-142541, 3820+/-40 BC which, calibrated at two sigma, corresponds to the interval 2310-2200 cal BC.

The same situation was found in the fortified settlement of Outeiro Redondo, Sesimbra, located some 30 km south of the Tagus estuary, and where such productions are equally exceptional. In fact, only a scarce set of fragments were found in the surface layer of the stratigraphic sequence, although that site had also been intensely occupied throughout the second half of the 3rd millennium BC (Cardoso et al., 2010/2011), and it is located within a geographical area of maximal concentration of the Beaker productions.

These two situations suggest that the inhabitants of both sites simply did not use those types of vessels or, in alternative, that the groups using Beaker pottery did not occupied the settlement.

6. BEAKER CERAMICS AND ITS TRANS-REGIONAL CIRCULATION IN PORTUGUESE TERRITORY

The possibility of maritime vessels of Estremadura origin occurring both in Galicia and even further away, on the coast of Britain, or vice versa, is a tempting hypothesis, supported by the similarities of shapes, techniques and decorative motifs (Salanova, 2000). However, the scarce ceramographic studies done so far on Maritime vessels, like those carried out in Leceia, do not make it possible to consider this hypothesis as sufficiently demonstrated, since these studies suggest local productions, even for maritime vessels (Cardoso, Querré and Salanova, 2005). However, this line of research should clearly be encouraged.

In the northern and an in the central interior of the country, there was another type of interaction, this one more easily demonstrable.

Thus, in the north of the country, Beaker productions, belonging to maritime and geometric dotted pattern vessels (Bettencourt, 2011) as, for example, those of Crasto de Palheiros, Murça (Barbosa, 1999; Sanches, 2008), shows the appropriation by local communities of Beaker decorative patterns with some particular features, as the use of a comb for the execution of incised horizontal bands equivalent to those appearing in Maritime vessels. It is also the case of the fragments collected on the housing/ritual site of Buraco da Pala, Mirandela, a space using a vast cave opened in an Ordovician quartzite ridge, in Trás-os-Montes northeastern region (Sanches, 1997) (fig. 5).

In the centre-interior of the country is located the important site of Fraga da Pena, Fornos de Algodres, whose occupation dates back to the last quarter of the 3rd/early 2nd millennium BC (Valera, 2000a). The site is implanted between large blocks of a remarkable granitic *thor*, where Beaker productions from both non-local and local origin were collected, as concluded from the study of the pastes.

The coarser local production feature patterns with unguiform decorations, differs from the maritime and the geometric dotted vessels (Dias et al., 2000) (fig. 8). Thus, it becomes evident that the presence of Maritime vessels clearly assumes an exogenous nature.

The cross-regional circulation of Beaker productions in Portuguese territory is also clearly stressed by the geographical distribution of Palmela bowls. This type of recipient is typical of the region adjacent to the Tagus and Sado rivers, and its presence quickly dissipates as the distance to this nuclear area increases. Indeed, in the Beira Litoral region only the complete bowl collected in the natural

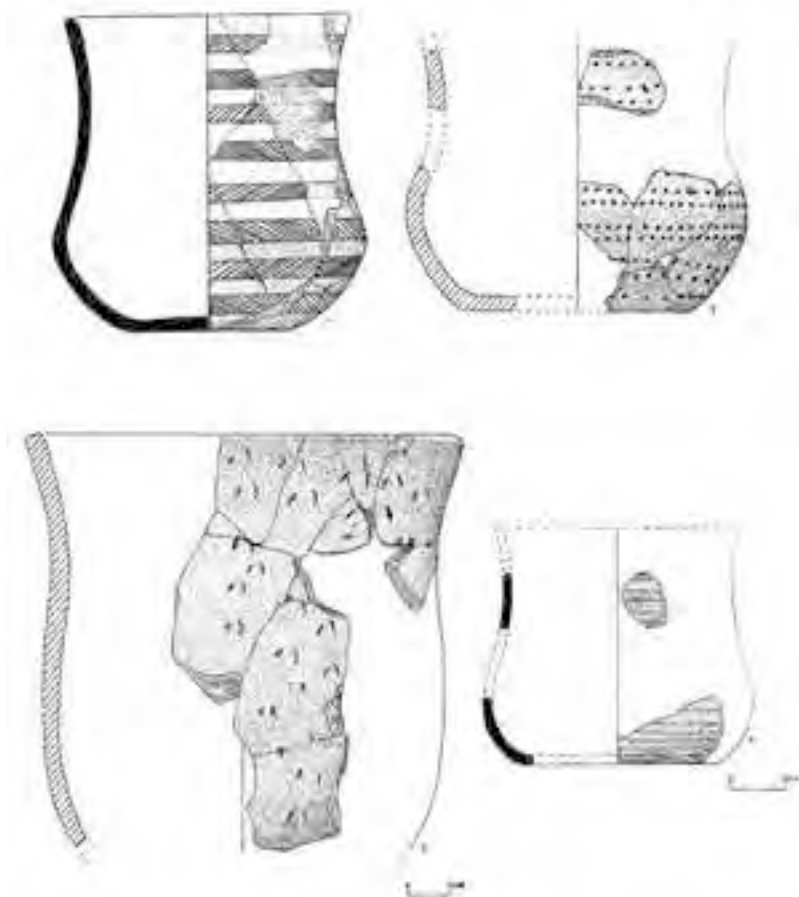


Fig. 8 – Fraga da Pena. Overall view of the granitic *thor* and Beaker items of both local and exogenous production (after A. Valera).

cave of Eira Pedrinha, Condeixa (Corrêa and Teixeira, 1949), and the fragments belonging to other two Palmela bowls, both were collected at the Cabeço dos Moinhos dolmen, Figueira da Foz (Leisner, 1998) are known. These fragments join two other Beaker fragments from Crasto, probably also related to a grave (Rocha, 1971, p. 146).

In the Douro Litoral region, the northernmost occurrence of a Palmela bowl corresponds to Chã do Carvalhal 1, a megalithic grave mentioned above (Cruz, 1992).

To the south of the Sado river, only one occurrence of a Palmela bowl has been documented, the fragment found in the settlement of Vale Vistoso, Sines (Silva and Soares, 1981, fig 106). This site probably correspond to the fixation of a community coming along the littoral from the Tagus region, like some sites situated in the lower Sado river basin, like Barrada do Grilo, Alcácer do Sal (Santos, Soares and Silva, 1972), where the incised productions are exclusive, represented at the same time by a fragment of a Palmela bowl (op. cit., Est. 8, n.º 37) and vessels with evident affinities with the Ciempozuelos Group (op. cit., Est. 7, n.º 36).

In the interior of the Alentejo region, only one fragment of a Palmela bowl with stippled geometric decoration was registered, from Aljustrel (Schubart, 1975, Abb. 12 a).

The scarce Palmela bowls registered in the interior of the Alentejo region, like the pieces from Barrada do Grilo and Aljustrel, shows the scarce penetration of the influences from the Estremadura region, substituted by the influences from the Meseta region.

In fact, there is yet another evidence of the circulation of Beaker productions in the south of the country, represented by the occurrence, on the Atlantic coast, of vessels with internal decoration, typical from the Ciempozuelos group. It is the

case of one fragment from Freiria, Cascais (Cardoso, Cardoso and Encarnação, 2013, fig. 30, n.º 3), associated with several fragments with pseudo-excised patterns, some with interior padding of white paste (Cardoso, Cardoso and Encarnação, 2013, fig. 7, n.º 8).

It is interesting to note the existence, in the intermediate region between the Atlantic and the Iberian Meseta, of a quite remarkable number of these productions which have their origin in/or have received some influence from the latter (group Ciempozuelos) (Valera, 2013). Some domestic settlements, such as Perdigões, Reguengos de Monsaraz (Lago et al., 1998) and Monte do Tosco 1, Mourão (Valera, 2000b) and Outeiro de São Bernardo (Bubner, 1979) present the



Fig. 9 – Anta de Bencafede. Fragment of Beaker vessel of the Ciempozuelos group (photo by J. L. Cardoso).



Fig. 10 – View of Monte do Trigo, the only site in the bordering region of Beira Interior where Maritime vessels were collected (courtesy of R. Vilaça).

most remarkable assemblage of Ciempozuelos ceramics; among the funerary sites the reuse of the dolmens of Bencafede, Évora (Cardoso and Norton, 2004) (fig. 9), and Herdade de Casas do Canal, Estremoz (Leisner and Leisner, 1955) also are associated to these type of productions.

However, the complexity of the circulation of those productions does not allow generalizations. This can be illustrated by the occurrence of a small set of fragments of Maritime vessels, with obvious Atlantic affinities, in the settlement of Monte do Trigo, Penamacor (Vilaça, 2008) (fig. 10), near the Spanish border. Here, it would be more expectable the occurrence of productions from the Ciempozuelos group. The same consideration is valid to the situation observed at Porto das Carretas, mentioned above, near the Guadiana river, and where the occurrence of Maritime vessels, in spite of productions of the Ciempozuelos group, considering its geographic position, is unusual.

In fact, Maritime vessels, although evidencing coastal incidence, occupy vast area of the Iberian Meseta (Bueno Ramirez, Barroso Bermejo and Vázquez Cuesta, 2008, figure 13.1).

7. MEANING AND USE OF BEAKER VESSELS

Much has been written about the meaning and use of Beaker vessels, from being a simple fashion, well delimited in time, to their being pieces of apparatus and ostentation, or their use in ceremonial practices, including those of funerary nature. No doubt they could have played these last two functions, since it has been demonstrated, from the analysis of their contents, their use as contain-



Fig. 11 – Freiria. Combustion structures located within a hut with a sub-circular plant (after J. L. Cardoso, G. Cardoso and J. d'Encarnação).

ers for drinking beer (Delibes de Castro, Guerra Doce and Tresseras Juan, 2009), a beverage that, by its nature, is not difficult to associate with ritual libations, restricted to the «elites». Indeed, throughout this work, some of these uses have already been admitted implicitly, by linking the use of Maritime vessels and associated forms, in Lower Estremadura, to the daily life of the elites, having their base on the high and fortified sites. It is, after all, a legitimate analogy with the use that found more than 1000 years later, during the Late Bronze Age, when, in the same region, the production of fine ceramics with burnished geometric patterns. This type of productions was almost exclusive of well defended sites, occupied by the elites of the time, while in the farming units of adjacent territories such productions were rarely used (Cardoso, 2004b; Cardoso, 2015).

Finally, the abundant presence of other Beaker decorated productions, to the point of becoming exclusive, in small domestic sites that is not difficult to associate to farming units or open settlements, such as the site of Freiria, Cascais (fig. 11), contradicts the hypothesis that it might be an exceptional use, of ceremonial nature. This evidence legitimates the conclusion that only the Maritime vessels could be considered as a distinctive attribute of a particular social group.

8. BEAKER FUNERARY PRACTICES

In Portuguese territory, Beaker funerary structures (positive or negative) are almost absent. The four most important exceptions are, from North to South: 1) the small megalith of Chã do Carvalho 1, mentioned above; 2) an artificial cave, probably well-shaped, without corridor, still unpublished, excavated during 2014 under the direction of A. F. Carvalho at the Convento do Carmo, in the

urban area of the town of Torres Novas. The artefacts recovered are exclusively of Beaker typology, with Maritime vessels (personal information of A. F. Carvalho); 3) and the natural cave located at Verdelha dos Ruivos, Vila Franca de Xira, the third necropolis known in the Portuguese territory exclusively characterized by Beaker implements (Leitão et al., 1976); and 4) the individual grave pit of Quinta do Castelo 1, Beja (Valera, Calvo and Simão, 2016), mentioned above.

Instead, there is the systematic reuse of earlier funerary spaces, either natural caves and shelters, artificial caves, dolmens or even false-vault tombs. In the north of the country, such occurrences were recently inventoried (Bettencourt, 2011), revealing the higher frequency of dolmens reuse, since these are the most common type of tomb in that region.

The same situation is observed in the center of the Portuguese territory and sometimes it has been possible to isolate individual burials, such as the one made in the corridor of the dolmen of Seixas, Tondela, containing maritime vessels, a Palmela point and a wristguard (fig. 12) (Senna-Martinez, 1994, fig. 8 and 9).

In the Lower Estremadura, it is rare that any Neolithic or Chalcolithic necropolis, regardless of falling under any of the categories listed above, had not known a Beaker reuse. This is the case of the famous artificial caves of Casal do Pardo/Quinta do Anjo, Palmela, which knew successive reuses throughout the Chalcolithic. Salient among other productions found here are the two of the better-known items of Beaker productions, named after this site: the Palmela bowls and the Palmela points. In one of these artificial caves (fig. 13), a Mari-

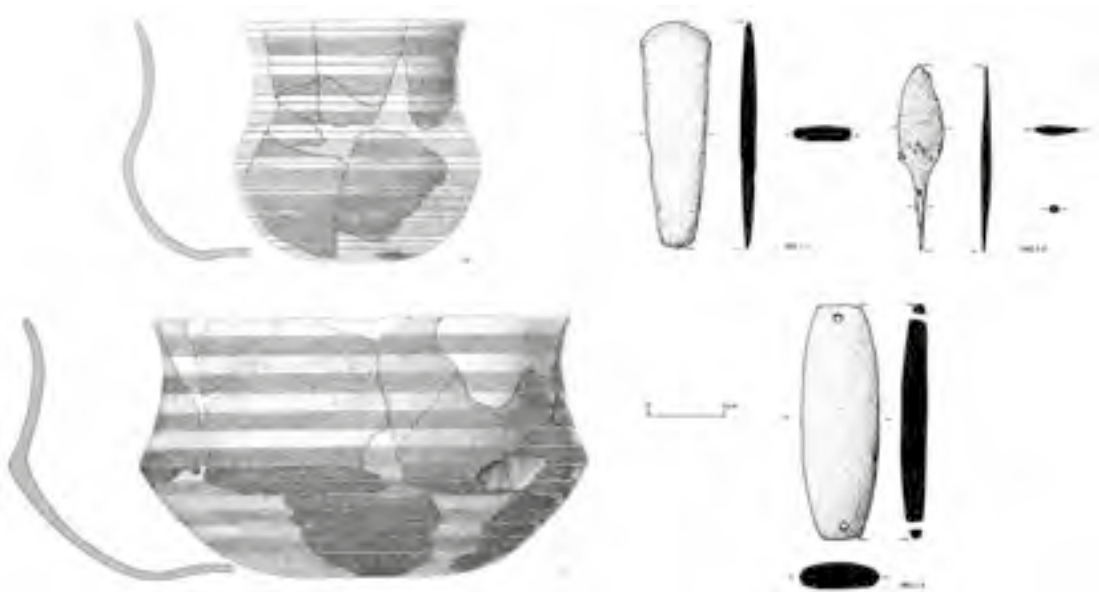


Fig. 12 – Orca de Seixas. Beaker set associated with burial held in the corridor of the megalithic monument, during its reuse (ceramics after V. Leisner; remaining spoils, after J. C. Senna-Martinez).



Fig. 13 – Artificial Cave 2 in Casal do Pardo/Quinta do Anjo, Palmela (photo by J. L. Cardoso).



Fig. 14 – Maritime vessel from one of the artificial caves of Palmela, containing a human vertebra and femur (archive of O. da Veiga Ferreira/J. L. Cardoso).

time vessel was found containing therein a lumbar vertebra and an intact human femur (fig. 14), with the latter dating, after calibrated to two sigma, from 2705-2399 cal BC (GrN-10744 – 4040+/-70 BP) (Cardoso and Soares, 1990/1992, table 1). Unfortunately, most of these necropolis were explored in early times, without noting any eventual sets represented by such depositions. Anyway, there are three situations that, with regard to the Lower Estremadura, are worth mentioning, being the exception to that reality:

- The first was observed in the artificial cave of São Pedro Estoril, Cascais, corresponding to an alignment of 11 buttons of Beaker types, made out of bone and/or ivory, and identified as representing the deposition of a body dressed in a buttoned jacket or tunic (Leisner, Paço and Ribeiro, 1964, Est. C).

- The second corresponds to the reuse of the burial chamber of the *tholos* of Tituaria, Mafra, after the collapse of the false vault that covered it. These burials, apparently individual, were delimited by reused slabs, taken from the false vault (Cardoso et al. 1996).

In this excavation, interesting Beaker materials were collected. It is the case of a fragment of Palmela bowl with a representation of red deers.

The stylized representations of red-deers, exclusive of Beaker productions, sometimes reduced to the frames alone, constitute one of the most expressive manifestations of

religious iconography of these communities. Several occurrences were inventoried, almost of them from funerary contexts (Cardoso et al., 1996), the later identified at the settlement of Freiria (Cardoso, Cardoso and Encarnação, 2013) (fig. 15). They have parallels both in the Meseta (Obermaier, 1917) and in Andalusia (Harrison, Bubner and Hibbs, 1976, n.º 248). The significance of this motif, was previously discussed, and more recently, in the study of a Ciempozuelos-type vessel, collected in Almenara de Adaja, Valladolid (Delibes de Castro and Guerra Doce, 2004).

- The third situation refers to the use of the small funerary cave of Verdelha dos Ruivos, Vila Franca de Xira, exclusively occupied by Beaker burials (Leitão et al., 1976; Cardoso, 2014), which should have been carried out during a short time span, as indicated by several radiocarbon dates, corresponding to the mid-3rd millennium BC (Cardoso and Soares, 1990/1992). Exceptionally it was possible verify that all the corpses were deposited at decubitus dorsal with arms and legs dressed suggesting foetal position.

In the south of the country, two cases of reuse of megalithic monuments are worth mentioning:

- The dolmen of Casas do Canal, Estremoz, above mentioned, whose corridor was used for the burial of an individual, accompanied by various spoils, in which stands out a Ciempozuelos-type vessel with decoration on the inner side along the edge (Leisner and Leisner, 1955);



Fig. 15 – Representations of cervids in three different Beaker vessels of Freiria (after J. L. Cardoso, G. Cardoso & J. d'Encarnação).

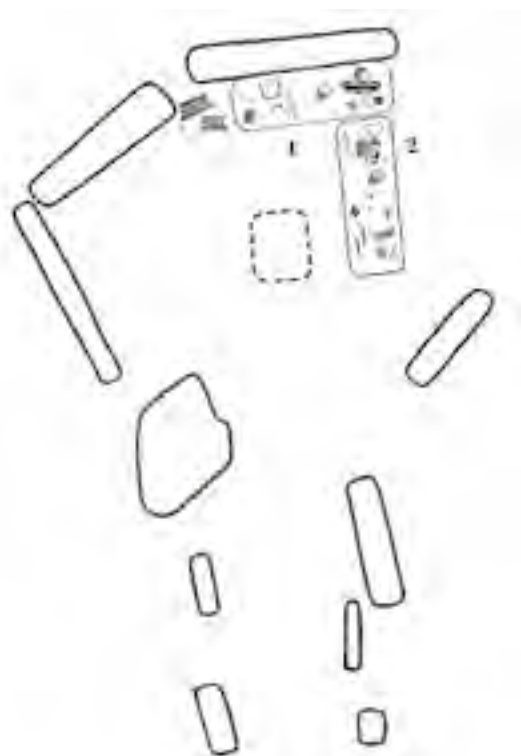


Fig. 16 – Pedra Branca dolmen. The two sets of Beaker spoils belonging to the two individual identified burials in the chamber of that monument, corresponding to its reuse (after O. da Veiga Ferreira and coll.).

- The dolmen of Pedra Branca, Melides, whose camera was used for two Beaker unstructured burials, each of them with abundant Beaker spoils (Ferreira et al., 1975) (fig. 16).

In conclusion, the systematic reuse of various types of collective necropolis by the Beaker populations has been observed throughout the Portuguese territory, being exceptional the foundation or the *ex-novo* building of burials. This fact shows that the symbolic significance associated to those places was still very much alive by then. Accordingly, the Beaker communities opted for appropriating themselves of such spaces, thus legitimizing the ownership and use of the same territories. The absence of documented conflicts between the communities bearing Beaker productions and the communities that cohabited with them in the same geographical space is corroborated by the funerary reality, as it is expressed by the continuity of funerary practices in the same places.

9. THE PRESENCE OF CORDED BEAKER CERAMICS

In Portuguese territory, the presence of corded ceramics (AOC group) is exceptional, and they are noticed in two extreme geographic areas. In the north, two pieces have been published, and in the south, only another one, separated by the vast space corresponding to the center of the country including the Estremadura.

The first known occurrence is from the settlement defended by several ditches of Porto Torrão, Ferreira do Alentejo (Arnaud, 1993), whose chronology falls probably in the second half of the 3rd millennium BC.

This was followed by the identification of another production in the walled settlement of Castelo Velho (Jorge, 2002), whose chronology is not yet clearly defined, globally spanning almost the entire 3rd millennium BC.

It is also mentioned in the literature one mixed corded fragment, from the enclosure of Forca, Maia, defined by a single ditch, whose chronology is located, with about 95 % probability, between 2625-2337 cal BC (Beta 258088-3980 +/-50 BP) (Bettencourt, 2011, p. 370; Bettencourt and Luz, 2013).

Thus, it can be concluded that there is no any chronological differentiation between the corded Beaker remains and the other Beaker productions, and that

it may that the former, being exceptional, correspond to imported vessels, a conclusion that only a detailed archaeometric study could prove.

Notice that the wide geographic distribution of the occurrences of corded Beaker – particularly its complete absence in the area with the highest concentration of Beaker productions, the Lower Estremadura – configures the existence of cultural relations with other peninsular areas, where such productions are known, but always exceptional.

Its geographical distribution (Jorge, 2002, fig. 8) is essentially coastal, especially in Catalonia and the Basque Country, as well as in Galicia and Andalusia.

10. EPILOGUE: THE FERRADEIRA AND MONTELAVAR HORIZONS

In Portuguese territory, specific names have been assigned, based on geographic origin, to the transition phase from the Chalcolithic to the Bronze Age, which could also be called as the Early Bronze Age. In the south, this transition was characterized by H. Schubart, who named it as «Ferradeira Horizon» (Schubart, 1971), based on the spoils found in cist-type, individual graves identified in Alentejo, in Algarve and in Western Andalusia, which had already been excavated many years before. This designation comes from the grave found in the local of that name, in the municipality of Faro, explored in the 1940s (Franco and Viana, 1948), which included a group of at least three individual graves.

It was based on these and other archaeological findings, but without archaeological context, that such «Horizon» was defined. However, its actual existence is well confirmed through excavations in funerary monuments of various kinds, reused during that period. Among these, there is the dolmen of Malhão, Alcoutim (Gradim and Cardoso, 2010), whose chamber was used for a single burial, accompanied by a Palmela point and a long dagger, both of arsenical copper, the latter a transition model to the Argaric-type productions, and two non-decorated vessels (fig. 17). In Southern Portugal the lack of elements concerning the absolute chronology of this horizon is almost total. The most important exceptions are the graves identified in the *tholoi* of Monte da Velha 1 and Centirã 2, respectively from the 3rd quarter and the 2nd half of the third millennium BC (Soares, 2008; Henriques et al., 2013).

The entire territory north of the Tagus would be included under a different name, the «Montelavar Horizon», a designation proposed by R. J. Harrison (Harrison, 1980), initially based on even weaker evidence than those that led to the previous designation. Indeed, the Montelavar site, located in Lower Estremadura, in the municipality of Mafra, corresponds to a disappeared grave whose characteristics are not known exactly, probably also of cystoid type such as Ferradeira, and where a tongued dagger and two Palmela points were collected (Zbyszewski and Nogueira, 1943).



Fig. 17 – Anta do Malhão. Spoils from an individual burial identified in the chamber megalithic monument belonging to the Ferradeira Horizon (after J. L. Cardoso & A. Gradim).

Despite strong limitations on the representativeness of this set, possibly incomplete, this term was extended to the entire Portuguese territory north of the Tagus, also covering the Iberian Meseta (Harrison, 1980, figure 82). Such an option took into account some scant evidence known at the time, the most important

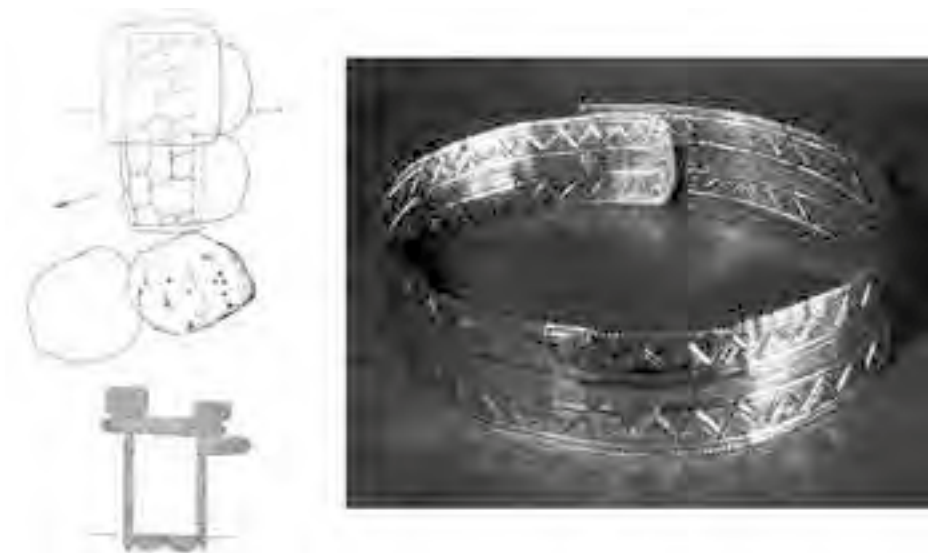


Fig. 18 – Cist of Quinta da Água Branca. Plan and section of the structure and a gold tiara found inside from the National Archaeological Museum (after J. Fortes and archive of M. Farinha dos Santos/J. L. Cardoso).

being the cist grave in the Quinta da Água Branca, Vila Nova de Cerveira, located near the Galician border. The individual buried there was accompanied by a tiara of beaten gold leaf (fig. 18), with geometric decoration, two spirals and two rings, also of gold, and a large tongued dagger, made of arsenical copper and with 35 cm in length (Fortes, 1905/1908).

Such individual graves are representative, in the entire Portuguese territory, of the transition phase to the Bronze Age. Here, the Beaker ceramic productions didn't occur and are replaced by smooth-faced containers, associated with the remaining items of that «set», such as the Palmela points, the wristguards and the tongued daggers or related items (Mataloto, 2006; Cardoso, 2007). They all fall chronologically in a period whose *terminus*, in the south (the Ferradeira Horizon) has been situated in the first quarter of the 2nd millennium BC, between 1950 and 1800 cal BC (Mataloto, Martins and Soares, 2013, table V), while in the north, the chronology obtained for the very cist of Quinta da Água Branca, between 2109-1755 cal BC (Bettencourt, 2011) can be considered as the *terminus* of that period. Considering the dates mentioned above to the graves of Monte da Velha 1 and Centirã 2, the beginning of the Ferradeira Horizon must be situated during the second half of the 3rd millennium BC. The same chronology could



Fig. 19 – Gold necklace of São Bento de Balugães (after S. P. M. Estacio da Veiga).



Fig. 20 – Sword of Pinhal dos Melos, made of arsenical copper (from the Association of Portuguese Archaeologists, courtesy of J. Arnaud; photo J. Pessoa).

be extended to the Montelavar Horizon, included by A. M. Bettencourt in the Early Bronze Age that could begin in 2330/2200 BC (Bettencourt, 2013, p. 66). This means that both horizons lasted for several centuries and were contemporary to other cultural expressions, such as the Beaker assemblages.

It is then that the gold pieces used in clothing become prominent, such as those already mentioned above, and to which one can also add the gold necklace of São Bento de Balugães (fig. 19), now disappeared but published in the XIX century (Veiga, 1891). These items are a sign of social differentiation, which then reached its maximum relevance, alongside the full expression of weapons, which evolved from short to long tongued daggers into the first swords, such as the isolated sword of the Pinhal dos Melos, Fornos de Algodres, with a length, if complete, of at least 60 cm (fig. 20) (Paço and Ferreira, 1957).

On the other hand, it is during the Beaker period that the importation of ivory from North Africa would have reached its maximum expression, as indicated by the occurrence of Beaker ivory buttons, identified in Estremadura (Schuhmacher, 2012; Cardoso and Schuhmacher, 2012), revealing in a very clear way that the Lower Estremadura region stood frankly open to trade, as proved, in the opposite sense, by the occurrence of Beaker materials in Moroccan territory (Poyato Holgado and Hernando Grande, 1988).

ACKNOWLEDGMENTS

To António Faustino Carvalho, who genteelly provided information about the Beaker necropolis, recently excavated under his direction at Convento do Carmo, Torres Novas. To Raquel Vilaça and José Arnaud (President of the Associação dos Arqueólogos Portugueses), who provided fig. 10 and fig. 21, respectively. To the anonymous referee who provided important suggestions that benefitted the manuscript.

REFERENCES

- ARNAUD, J. M. (1974/1977) – Escavações no Penedo do Lexim (Mafra)/1975. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 3, 7/9, p. 398-406.
- ARNAUD, J. M. (1993) – O povoado calcolítico de Porto Torrão (Ferreira do Alentejo): síntese das investigações realizadas. *Vipasca*. Aljustrel. 2, p. 41-60.
- BARBOSA, S. (1999) – *O Crasto de Palheiros – Murça. Contributo para o entendimento do fenómeno campaniforme em contexto doméstico no norte de Portugal*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de Mestrado em Arqueologia.
- BETTENCOURT, A. M. S. (2011) – El vaso campaniforme en el norte de Portugal. Contextos, cronologias y significados. In PRIETO-MARTINEZ, M. P.; SALANOVA, L. coord. – *Las comunidades campaniformes en Galicia. Cambios sociales en el III y II milénios BC*. Pontevedra: Diputación de Pontevedra. p. 363-374.
- BETTENCOURT, A. M. S. (2013) – A Pré-História do Noroeste português. In OOSTERBEEK, L., dir. – *Territórios da Pré-História em Portugal*. Braga; Tomar: Centro de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar. v. 2. (Arkeos; 36).
- BETTENCOURT, A. M. S.; LUZ, S. (2013) – A corded-mixed Bell Beaker vase at the monumental enclosure of Forca, Maia, North of Portugal. 15-20. In PRIETO MARTÍNEZ, P.; SALANOVA, L., ed. lit. – *Current researches on Bell Beakers*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, p. 15-20.
- BUBNER, T. (1979) – Ocupação campaniforme do Outeiro de São Bernardo (Moura). *Ethnos*. Lisboa. 8, p. 139-151.
- BUENO RAMIREZ, P.; BARROSO BERMEJO, R.; VÁZQUEZ CUESTA, A. (2008) – The Beaker phenomenon and the funerary contexts of the International Tagus. In BUENO-RAMIREZ, P.; BARROSO-BERMEJO, R.; BALBÍN-BEHRMANN, R., ed. lit. – *Graphical markers and megalithic builders in the International Tagus, Iberian Peninsula*. Oxford: BAR. p. 141-155. (International Series; 1765).
- CARDOSO, J. L. (1997/1998) – A ocupação campaniforme do povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 7, p. 89-153.
- CARDOSO, J. L. (2000) – O «fenómeno» campaniforme na Estremadura portuguesa. In *Congresso de Arqueologia Peninsular*, 3, Vila Real, 1999: Actas. Porto: Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular. 4, p. 353-380.
- CARDOSO, J. L. (2000) – The fortified site of Leceia (Oeiras) in the context of the Chalcolithic in Portuguese Estremadura. *Oxford Journal of Archaeology*. Oxford. 19: 1, p. 37-55.
- CARDOSO, J. L. (2001) – Le phénomène campaniforme dans les basses vallées du Tage et du Sado (Portugal). In NICOLIS, F., ed. lit. – *Bell Beaker today. Pottery, people, culture, symbols in pre-historic Europe (Riva del Garda, 1998)*. Trento: Provincia Autonoma di Trento. 1, p. 139-154.
- CARDOSO, J. L. (2004a) – An interpretation of the Bell Beaker cultural sequence in the Tagus estuary region: data from Leceia (Oeiras). *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 6, p. 147-156.
- CARDOSO, J. L. (2004b) – *A Baixa Estremadura, dos finais do IV milénio a. C. até à chegada dos Romanos: um ensaio de História Regional*. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras. (*Estudos Arqueológicos de Oeiras*; 12).
- CARDOSO, J. L. (2007) – *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta. CD-rom anexo.
- CARDOSO, J. L. (2010/2011) – O povoado calcolítico da Penha Verde (Sintra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 467-552.
- CARDOSO, J. L. (2013) – O povoado pré-histórico do Outeiro Redondo (Sesimbra). Resultados da primeira fase de escavações arqueológicas (2005-2008). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 641-730.
- CARDOSO, J. L. (2014) – Absolute chronology of the Beaker phenomenon North of the Tagus estuary: demographic and social implications. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 71:1, p. 56-75.
- CARDOSO, J. L. (2014a) – O povoado calcolítico fortificado da Moita da Ladra (Vila Franca de Xira, Lisboa): resultados das escavações efectua-

- das (2003-2006). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 14, p. 217-294.
- CARDOSO, J. L. (2015) – Between the Atlantic and the Mediterranean: the Late Bronze Age around the Tagus estuary (Portugal). Economic, social and cultural aspects. *Rivista di Scienze Preistoriche*. Firenze. 65, p. 149-170.
- CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C. (2010) – Moita da Ladra (Vila Franca de Xira). Resultados preliminares da escavação integral de um povoado calcolítico muralhado. In *Colóquio Internacional Transformação e Mudança no centro e sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e.*, Cascais, 2005: Actas. Cascais: Câmara Municipal de Cascais. p. 65-95.
- CARDOSO, J. L.; GRADIM, A. (2010) – A anta do Malhão (Alcoutim) e o «Horizonte de Ferradeira». In *Encontro de Arqueologia do Algarve, 7, Silves, 2009: Actas*. Silves: Câmara Municipal de Silves. p. 56-72. (Xelb; 10).
- CARDOSO, J. L.; NORTON, J. (2004) – As caçoi-las campaniformes da anta de Bencafede (Évora). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 7: 1, p. 129-136.
- CARDOSO, J. L.; SCHUHMACHER, T. X. (2012) – Marfiles calcolíticos en Portugal. Estado de la cuestión. *Elfenbeinstudien. Marfil y elefantes en la Península Ibérica y el Mediterráneo occidental*. Darmstadt; Mainz: Verlag Philipp von Zabern. p. 95-110. (*Iberia Archaeologica*; Band 16, Faszikel 1).
- CARDOSO, J. L.; SOARES, A. M. Monge (1990/1992) – Cronologia absoluta para o campaniforme da Estremadura e do Sudoeste de Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, Série IV, 8/10 (1990/1992), p. 203-228.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, A. M. Monge (1996) – Contribution d'une série de datations C14, provenant du site de Leceia (Oeiras, Portugal), à la chronologie absolue du Néolithique et du Calcolithique de l'Estemadura Portugaise. In *Actes du Colloque de Périgueux*. Rennes: [s.n.]. p. 45-50. (*Supplément à la Revue d'Archéométrie*).
- CARDOSO, J. L.; CARDOSO, G.; ENCARNÇÃO, J. d' (2013) – O campaniforme de Freiria. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 525-588.
- CARDOSO, J. L.; LEITÃO, M.; FERREIRA, O. da Veiga; NORTH, C. T.; NORTON, J.; MEDEIROS, J.; SOUSA, P. F. (1996) – O monumento pré-histórico de Tituarria, Moinhos da Casela (Maфра). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 135-193.
- CARDOSO, J. L.; NORTON, J.; CARREIRA, J. R. (1996) – Ocupação calcolítica do Monte do Castelo (Leceia, Oeiras). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 287-299.
- CARDOSO, J. L.; QUERRÉ, G.; SALANOVA, L. (2005) – Bell Beaker relationships along the Atlantic coast. In *Understanding people through their pottery*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (*Trabalhos de Arqueologia*; 42).
- CARDOSO, J. L.; SOARES, A. M. Monge; ARAÚJO, M. F. (2002) – O espólio metálico do Outeiro de São Bernardo (Moura): uma reapreciação à luz de velhos documentos e de outros dados. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 20, p. 77-114.
- CARDOSO, J. L.; SOARES, A. M. Monge; MARTINS, J. M. M. (2010/2011) – Fases de ocupação e cronologia absoluta da fortificação calcolítica do Outeiro Redondo (Sesimbra). *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 553-578.
- CORRÊA, A. Mendes; TEIXEIRA, C. (1949) – A jazida pré-histórica de Eira Pedrinha (Condeixa). Lisboa: Serviços Geológicos de Portugal.
- CRUZ, D. J. (1992) – A mamoa 1 de Chã de Carvalho (Serra da Aboboreira). Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. (Conímbriga/Anexos; 1).
- DELIBES de CASTRO, G.; GUERRA DOCE, E. (2004) – Contexto y posible significado de un cuenco Ciempozuelos com decoración simbólica de ciervos hallado en Almenara Adaja (Valladolid). In BAQUEDANO E., ed. lit. – *Miscelánea en Homenaje a Emiliano Aguirre*. Alcalá de Henares: Museo Arqueológico Regional. 4, p. 116-125.
- DELIBES de CASTRO, G.; GUERRA DOCE, E.; TRESSERAS JUAN, J. (2009) – Testimonios de consumo de cerveza durante la Edad del Cobre en la Tierra de Olmedo (Valladolid). In VALDIVIESO, M. I.; MARTÍNEZ SOPENA, P. dir. – *Castilla y el mundo feudal. Homenaje al Profesor Julio Valdeón*. Valladolid: Junta de Castilla y León; Universidad de Valladolid. 3, p. 585-599.
- DIAS, M. I.; PRUDÊNCIO, M. I.; PRATES, S.; GOUVEIA, M. A.; VALERA, A. C. (2000) – Tecnologias de produção e proveniência de matéria-prima das cerâmicas campaniformes da Fraga

- da Pena (Fornos de Algodres – Portugal). In *Congresso de Arqueologia Peninsular*, 3, Vila Real, 1999: Actas. Porto: ADECAP, 4, p. 253-268.
- FERREIRA, O. da Veiga; SILVA, C. Tavares da (1970) – A estratigrafia do povoado pré-histórico da Rotura (Setúbal). Nota preliminar. In *Jornadas Arqueológicas*, 1, Lisboa, 1969: Actas. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. 2, p. 203-225.
- FERREIRA, O. da Veiga; LEITÃO, M. [s.d.] – *Portugal Pré-Histórico. Seu enquadramento no Mediterrâneo*. Mem Martins: Publicações Europa/América.
- FERREIRA, O. da Veiga; ZBYSEWSKI, G.; LEITÃO, M.; NORTH, C. T.; SOUSA, H. R. (1975) – Le monumento mégalithique de Pedra Branca auprès Montum (Melides). *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 59, p. 107-192.
- FORTES, J. (1905/1908) – A sepultura da Quinta da Água Branca (Idade do Cobre). *Portugalia*. Porto. 2, p. 241-252.
- FRANCO, M. L.; VIANA, A. (1948) – Cemitério da Idade do Bronze nos arredores de Faro. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 11: 3-4, p. 299-305.
- GONÇALVES, V. S. (1971) – *O castro da Rotura e o vaso campaniforme*. Setúbal: Junta Distrital de Setúbal.
- GUERRA DOCE, E. (2016) – Sal y campaniformes en la Península Ibérica: el yacimiento Ciempozuelos de Molino Sanchón II (Zamora). In *Colóquio Internacional Sinos e Taças. Junto ao Oceano e mais longe. Aspectos da presença campaniforme na Península Ibérica*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Comunicação apresentada em maio de 2016.
- HARRISON, R. J. (1980) – *The Beaker folk. Copper Age archaeology in Western Europe*. London: Thames & Hudson.
- HARRISON, R. J.; BUBNER, T.; HIBBS, V. (1976) – The beaker pottery from El Acebuchal, Carmona (Prov. Sevilla). *Madridrer Mitteilungen*. Heidelberg. 17, p. 79-141.
- HENRIQUES, F. J. R.; SOARES, A. M. Monge; ANTÓNIO, T. F. A.; CURATE, E.; VALÉRIO, P.; ROSA, S. P. (2013) – O Tholos Centirã 2 (Brinches, Serpa) – construtores e utilizadores; práticas funerárias e cronologias. In JIMÉNEZ ÁVILA, J.; BUSTAMONTE, M.; CABEZAS, M. G., ed. lit. – *Encuentro de Arqueologia del Suroeste Peninsular*, 6, Villafranca de los Barros, 2012: Actas. Villafranca de los Barros: Ayuntamiento de Villafranca de los Barros. p. 319-355
- JORGE, S. O. (2002) – An all-over corded bell beaker in Northern Portugal: Castelo Velho de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa): some remarques. *Journal of Iberian Archaeology*. Porto. 4, p. 107-129.
- KUNST, M. (1987) – *Zambujal. Glockenbecher und kerblattverzierte Keramik aus den Grabungen 1964 bis 1973*. Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern (Madrider Beiträge; 5, Zambujal Teil 2).
- KUNST, M. (1996) – As cerâmicas decoradas do Zambujal e o faseamento do Calcolítico da Estremadura portuguesa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 6, p. 257-287.
- KUNST, M. (2010) – Zambujal. A dinâmica da sequência construtiva. In GONÇALVES, V. S.; SOUSA, A. C., ed. lit. – *Transformação e mudança no centro e sul de Portugal: o 4.º e o 3.º milénios a.n.e.*, Cascais, 2005. Cascais: Câmara Municipal de Cascais. p. 131-153.
- KUNST, M.; LÜTZ, N. (2008) – Zambujal (Torres Vedras, Portugal). Zur Prazision der absoluten Chronologie durch Untersuchungen na der vierten Befestigungslinie. *Madridrer Mitteilungen*. Madrid. 49, p. 29-63.
- KUNST, M.; LÜTZ, N. (2010/2011) – Zambujal (Torres Vedras), investigações até 2007. Parte 1: sobre a precisão da cronologia absoluta decorrente das investigações na quarta linha da fortificação. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 18, p. 419-466.
- KUNST, M. (1987) – *Zambujal. Glockenbecher und Kerblattverzierte keramik aus den Grabungen 1964 bis 1973*. Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern. (Madrider Beiträge; Band 5).
- LAGO, M.; DUARTE, C.; VALERA, A.; ALBERGARIA, J.; ALMEIDA, F.; CARVALHO, A. F. (1998) – Povoado dos Perdigões (Reguengos de Monsaraz): dados preliminares dos trabalhos arqueológicos realizados em 1997. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 1:1, p. 45-152.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1955) – *Antas nas herdades da Casa de Bragança no concelho de Estremoz*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança; Instituto de Alta Cultura.

- LEISNER, V. (1998) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walther de Gruyter (Madrider Forschungen; Band 1).
- LEISNER, V.; PAÇO, A.; RIBEIRO, L. (1964) – *Grutas artificiais de São Pedro do Estoril*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LEITÃO, M.; NORTH, C. T.; NORTON, J.; ZBYSZEWSKI, G.; FERREIRA, O. da Veiga (1984) – The prehistoric burial cave at Verdelha dos Ruivos (Vialonga), Portugal. In GUILAINE, J., ed. – *L'Âge du Cuivre européen. Civilisations à vases campaniformes (Nice, 1976)*. Paris: CNRS. p. 221-239.
- MATALOTO, R.; BOAVENTURA, R. (2009) – Entre vivos e mortos nos IV e III milénios a.n.e. do sul de Portugal: um balanço relativo ao povoamento com base em datações pelo radiocarbono. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 12: 2, p. 31-77.
- MATALOTO, R. (2006) – Entre Ferradeira e Montelavar: um conjunto artefactual da Fundação Paes Teles (Ervedal, Avis). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 9: 2, p. 83-108.
- MATALOTO, R.; MARTINS, J. M. M.; SOARES, A. M. M. (2013) – Cronologia absoluta para o Bronze do Sudoeste. Periodização, base de dados, tratamento estatístico. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. 20, p. 303-338.
- MORÁN, E.; PARREIRA, R., coord. (2004) – *Alcalar 7. Estudo e reabilitação de um monumento megalítico*. Lisboa: IPPAR. (Cadernos; 6).
- NOGUEIRA, A. M.; ZBYSZEWSKI, G. (1943) – Túmulo da época do Bronze. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa. 24, p. 95-97.
- OBERMAIER, H. (1917) – *Yacimiento prehistorico de Las Carolinas (Madrid)*. Madrid: Comisión de Investigaciones Paleontológicas y Prehistoricas. (Memoria; 16).
- ODRIOZOLA, C. P.; VILLALOBOS GARCIA, R.; BOAVENTURA, R.; SOUSA, A. C.; MARTÍNEZ-BLANES, J. M.; CARDOSO, J. L. (2013) – Las producciones de adorno personal en rocas verdes del SW peninsular: los casos de Leceia, Moita da Ladra y Penha Verde. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras. 20, p. 605-622.
- PAÇO, A.; FERREIRA, M. E. (1957) – Espada de cobre do Pinhal dos Melos (Fornos de Algodres). In *Congresso Luso-Espanhol para o progresso das Ciências*, 23, Coimbra, 1956. Actas da 7.ª Secção – Ciências Históricas e Filológicas. Coimbra: Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências. p. 357-364.
- POYATO HOLGADO, C.; HERNANDO GRANDE, A. (1988) – Relaciones entre la península Ibérica y el Norte de África. Marfil y campaniforme. In *Congreso Internacional El Estrecho de Gibraltar*, Ceuta, 1987: Actas. Madrid: Universidad Nacional de Educacion a Distancia; Ayuntamiento de la ciudad de Ceuta. p. 317-329.
- ROCHA, A. S. (1971) – *Memórias e explorações arqueológicas. 2. Estações pré-romanas da Idade do Ferro nas vizinhanças da Figueira*. Coimbra: Imprensa de Coimbra. p. 146 (*Acta Universitatis Conimbricensis*).
- SALANOVA, L. (2000) – Mécanismes de diffusion des vases campaniformes: les liens franco-portugais. In *Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vila Real, 1999. Porto: ADECAP. 4, p. 399-409.
- SALANOVA, L. (2001) – Technological, ideological or economic European Union? The variability of Bell Beaker decoration. In NICOLIS, F., ed. lit. – *Bell Beaker today. Pottery, people, culture, symbols in prehistoric Europe, Riva del Garda, 1998*. Trento: Provincia Autonoma di Trento. 1, p. 91-102.
- SALANOVA, L. (2004) – Le rôle de la façade atlantique dans la genèse du Campaniforme en Europe. *Bulletin de la Société Préhistorique Française*. Paris. 101, p. 223-226.
- SANCHES, M. J. (1997) – *Pré-História recente de Trás-os-Montes e Alto Douro*. Porto: Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia. 2 vols.
- SANCHES, M. J. (2008) – *O Crasto de Palheiros*. Braga: Câmara Municipal de Murça.
- SANGMEISTER, E.; SCHUBART, H. (1981) – *Zambujal. Die Grabungen 1964 bis 1973*. Mainz am Rhein: Verlag Philipp von Zabern. (Madrider Beiträge; 5, Zambujal Teil 1).
- SANTOS, M. Farinha; SOARES, J.; SILVA, C. Tavares (1972) – Campaniforme da Barrada do Grilo (Torrão-vale do Sado). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, 6, p. 163-192.
- SCHUBART, H. (1971) – O horizonte de Ferradeira. Sepulturas do Eneolítico final no Sudoeste da Península Ibérica. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 81: 3/4, p. 189-215.

- SCHUBART, H. (1975) – *Die Kultur der Bronzezeit im Südwesten der Iberischen Halbinsel. Text.* Berlin: Walter de Gruyter & Co. (Madrider Forschungen; Band 9).
- SCHUHMACHER, T. X. (2012) – El marfil en España desde el Calcolítico al Bronce antiguo. Resultados de un proyecto de investigación interdisciplinar. In *Marfil y elefantes en la Península Ibérica y el Mediterráneo occidental.* Darmstadt; Mainz: Verlag Philipp von Zabern. p. 45-68 (*Iberia Archaeologica*; Band 16, Faszikel 1).
- SENNA-MARTINEZ, J. C. (1994) – Notas para o estudo da génese da Idade do Bronze na Beira Alta: o fenómeno campaniforme. *Trabalhos de Arqueologia da EAM.* Lisboa. 2, p. 173-200.
- SILVA, C. Tavares; SOARES, J. (1981) – *Pré-História da área de Sines.* Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
- SILVA, C. Tavares (1971) – O povoado pré-histórico da Rotura. Notas sobre a cerâmica. In *Congresso Nacional de Arqueologia, 2,* Coimbra, 1970: Actas. Coimbra: Junta Nacional de Educação. 1, p. 175-192.
- SOARES, A. M. Monge (2008) – O Monumento Megalítico Monte da Velha 1 (MV1) (Vila Verde de Ficalho, Serpa). *Revista Portuguesa de Arqueologia.* Lisboa. 11:1, p. 33-51.
- SOARES, J.; SILVA, C. Tavares (1974/1977) – O Grupo de Palmela no quadro da cerâmica campaniforme em Portugal. *O Arqueólogo Português.* Lisboa. Série 3, 7/9, p. 102-112.
- SOARES, J. (2013) – Sal e conchas na Pré-História portuguesa. O povoado da Ponta da Passadeira (estuário do Tejo). *Setúbal Arqueológica.* Setúbal. 14, p. 171-196.
- SOARES, J. (2013) – *Transformações sociais durante o 3.º milénio AC no sul de Portugal. O povoado do Porto das Carretas.* Évora: EDIA. (Memórias d’Odiana; 2.ª série, 5).
- SOUSA, A. C. F. A. B. (2010) – *O Penedo do Lexim e a sequência do Neolítico Final e Calcolítico da Península de Lisboa.* Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento em História, Especialidade em Pré-História.
- VALERA, A. C. (2000a) – O fenómeno campaniforme no interior centro de Portugal: o contexto da Fraga da Pena. In *Congresso de Arqueologia Peninsular, 3,* Vila Real, 1999: Actas. Porto: ADECAP. 4, p. 269-290.
- VALERA, A. C. (2000 b) – O Monte do Tosco 1: uma análise preliminar no contexto do povoamento calcolítico e do início da Idade do Bronze na margem esquerda do Guadiana. *ERA-Arqueologia.* Lisboa. 2, p. 33-51.
- VALERA, A. C. (2013) – *As comunidades agropastoris na margem esquerda do Guadiana. 2.ª metade do 4.º aos inícios do 2.º milénio AC.* Évora: EDIA. (Memórias d’Odiana; 2.ª série, 6).
- VALERA, A. C.; REBUGE, J. (2011) – O campaniforme no Alentejo: contextos e circulação. Um breve balanço. In *Jornadas de Arqueologia do Norte Alentejano, 3, Fronteira, 2005.* Lisboa: Edições Colibri; Câmara Municipal de Fronteira. p. 111-121.
- VALERA, A. C.; TERESO, J. P.; REBUGE, J. (2006) – O Monte da Quinta 2 (Benavente) e a produção de sal no Neolítico Final/Calcolítico do estuário do Tejo. In *Congresso de Arqueologia Peninsular, Faro, 2004.* Faro: Universidade do Algarve. 4, p. 291-305.
- VALERA, A. C.; CALVO, E.; SIMÃO, P. (2013) – Enterramento campaniforme em fossa da Quinta do Castelo 1 (Salvada, Beja). *Apostamentos de Arqueologia e Património.* Lisboa. 11, p. 13-19.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1891) – *Antiguidades Monumentaes do Algarve.* Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. 4.
- VILAÇA, R. (2008) – The Chalcolithic in Beira interior (Central Portugal): data and problems. In BUENO-RAMIREZ, P.; BARROSO-BERMEJO, R.; BALBÍN-BEHRMANN, R., ed. lit. – *Graphical markers and megalithic builders in the International Tagus, Iberian Peninsula.* Oxford: Archeopress. p. 157-170. (BAR International Series; 1765).

Ladeira, 100 anos depois de José Leite de Vasconcelos

Ladeira, 100 years after José Leite Vasconcelos

ANA CRISTINA RIBEIRO*

«(...) Esta terra acaba de enriquecer a arqueologia portuguesa com uma descoberta importantíssima, devido ao erudito lente da Faculdade de Letras de Lisboa, e diretor do Museu Etnológico Português, o senhor doutor José Leite de Vasconcelos. (...). Pena é que as escavações na Ladeira não possam prosseguir, pois quer parecer-nos que com elas muito teria a lucrar a ciência arqueológica.»

José Leite de Vasconcelos, *Jornal O Século*, edição de 16.08.1912

RESUMO

O sítio arqueológico da Ladeira localiza-se na freguesia de Ervedal, concelho de Avis, distrito de Portalegre. Conhecido e referenciado na bibliografia desde o início do século XX, suscitou, desde essa altura, o interesse de eruditos e curiosos que promoveram, de forma esporádica, ações de identificação e recolha de vestígios no local. Confirmada a relevância arqueológica do sítio em 2005, iniciou-se, no ano seguinte, a primeira fase de estudo da Ladeira, através da qual se pretendia conhecer melhor aquela que foi considerada por Mário Saa «uma grande estância romana, das mais intensas desta parte da Lusitânia» (SAA, 1956, p. 129).

Concluída a primeira fase do projeto, apresenta-se agora, e na sequência do centenário da intervenção de José Leite de Vasconcelos na Ladeira (Vasconcelos, 1912, p. 284-289), uma breve súmula dos resultados obtidos, com especial enfoque para o acervo documental associado ao sítio arqueológico, o qual reúne um conjunto de documentos diversos que retratam as relações estabelecidas entre os diversos intervenientes que, motivados pelas descobertas aí efetuadas,

¹ Arqueóloga. Centro de Arqueologia de Avis. ana.ribeiro@cm-avis.pt

contribuíram, de forma significativa, para a história e o conhecimento do sítio arqueológico.

Palavras-Chave: Ladeira – Investigação – Espólio documental – José Leite de Vasconcelos

ABSTRACT

The archaeological site of Ladeira is located in Ervedal, municipality of Avis, district of Portalegre. The site known and referenced in the bibliography since the beginning of the 20th century has raised, since that time, the curiosity of intellectuals and amateurs who sporadically promoted fieldwork to identify and collect artefacts on the site.

The importance of the archaeological site was confirmed in 2005. The following year began the first phase of study of Ladeira, with the intent to know better what was considered by Mário Saa «a great roman resort, of the most important in this part of the Lusitania» (SAA, 1956, p. 129).

Completed the first phase of the project and to mark 100th anniversary of the first field season of José Leite de Vasconcelos in Ladeira (Vasconcelos, 1912, p. 284-289), is presented here a brief summary of the results obtained, with a special focus on the collection of documents associated with the archaeological site. This set of miscellaneous documents, which depict the relationship established between the various actors who motivated by the discoveries made therein, have contributed significantly to the history and the knowledge of this archaeological site.

Keywords: Ladeira – Archaeological research – Document collection – José Leite de Vasconcelos

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O sítio arqueológico da Ladeira localiza-se na freguesia de Ervedal, concelho de Avis, distrito de Portalegre. A primeira menção publicada decorre da visita de José Leite de Vasconcelos a essa região no verão de 1912 (*idem*, p. 284-289). Desde essa altura tornou-se evidente a relevância do local, contudo as informações que lhe estavam associadas eram escassas e pouco precisas quanto à sua localização, tipologia e dimensão, mencionando, exclusivamente, uma fase de ocupação atribuível ao período romano.

As prospeções realizadas em 2005 no âmbito do projeto *Carta Arqueológica de Avis* vieram confirmar a presença de vestígios de época romana, associada a um conjunto diversificado de materiais que surgem dispersos por uma vasta área, e permitiram a identificação de uma fase de ocupação pré-histórica, provavelmente relacionada com os monumentos megalíticos existentes na envolvente (Ribeiro, 2008; Ribeiro, 2014).

A relevância do sítio no contexto da arqueologia local, relatada nas fontes e confirmada no terreno, aliada à perda progressiva de informação, decorrente da atividade agrícola aí desenvolvida, contribuíram para a implementação de um plano de intervenção arqueológica. Em 2006 iniciou-se o projeto de investigação *Intervenção arqueológica no sítio da Ladeira, Ervedal*, que tinha como objetivo geral, na sua primeira fase de execução, realizar um diagnóstico do sítio, avaliando o seu potencial arqueológico e reunindo os indicadores necessários para a caracterização das fases de ocupação aí identificadas. Os trabalhos, desenvolvidos em 3 campanhas, prolongaram-se até 2010 e envolveram ações de prospeção e escavação. No decurso do projeto, e sendo notória a importância da Ladeira para a arqueologia do concelho, considerou-se que a abordagem não poderia deixar de ter presente os diferentes contextos associados às recolhas aí realizadas ao longo

de um século e que constituem a história do próprio sítio.

Nesse sentido, o projeto contemplou o estudo do acervo documental associado aos principais intervenientes na Ladeira. O conjunto analisado, constituído por mais de uma centena de documentos diversos, encontra-se associado a José Leite de Vasconcelos, António Paes da Silva Marques, Mário Saa e Grupo de Trabalho e Ação Cultural Ervedalense (GTACE).

A documentação, na sua quase totalidade inédita à data do projeto, conserva-se na Fundação Arquivo Paes Teles e no Museu Nacional de Arqueologia e integra cadernos de apontamentos e cartografia anotada de Mário Saa, diários de campo e documentação diversa associada ao GTACE – Secção de Arqueologia, correspondência de Mário Saa e António Paes da Silva Marques e anotações de José Leite de Vasconcelos. A análise deste conjunto documental revelou-se um importante contributo para o estudo do sítio da Ladeira.

2. JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS E ANTÓNIO PAES DA SILVA MARQUES: AS PRIMEIRAS REFERÊNCIAS

As primeiras referências documentais ao sítio da Ladeira remontam ao início do século XX e estão associadas aos primeiros contactos estabelecidos com José Leite de Vasconcelos. Em 1912, na sequência da sua visita ao Liceu de Évora, Leite de Vasconcelos conhece Mário Paes da Cunha e Sá, posteriormente conhecido pelo nome literário Mário Saa, aluno do 7.º ano e investigador na Biblioteca: «Era eu então douto em Évora, no 7.º ano do Liceu, quando indo àquela cidade, o Dr. Leite de Vasconcelos, o prof. *Montiz* lhe indicou a minha pessoa como sendo um estudante investigador na Biblioteca (...); e isto porque o Dr. Leite lhe perguntava se havia entre os estudantes quem se interessasse. Apresentou-me a ele, o *Montiz*, e falei-lhe na gruta da Moura, junto à Figueira e Barros. Tendo eu contado isto ao meu tio António, a quem dissera que o Leite ia escrever ao tio José, tio António se apressou a convidá-lo para ter essa honra. E aqui começaram as nossas relações com o Dr. Leite» (Fundação Arquivo Paes Teles, Espólio documental de Mário Saa, Anotação, 1912).

Na sequência deste primeiro encontro, António Paes da Silva Marques dirige, a 24 de julho de 1912, o convite a José Leite de Vasconcelos para a sua deslocação a Avis e Ervedal: «Havendo n'este concelho vasto campo para as investigações científicas a que V. Ex.^a tão proficientemente se dedica, tomo a liberdade de me dirigir a V. Ex.^a, embora não tenha a honra de o conhecer pessoalmente, para o convidar a vir aqui. Querendo e podendo V.Ex.^a vir agora, a ocasião não podia ser a melhor, porque já se [...] as colheitas dos terrenos em que porventura se fizessem quaesquer excavações; e dentro em pouco serão preparados para novas culturas. Há mais tempo que eu desejava escrever a V. Ex.^a; mas também tencionava ir

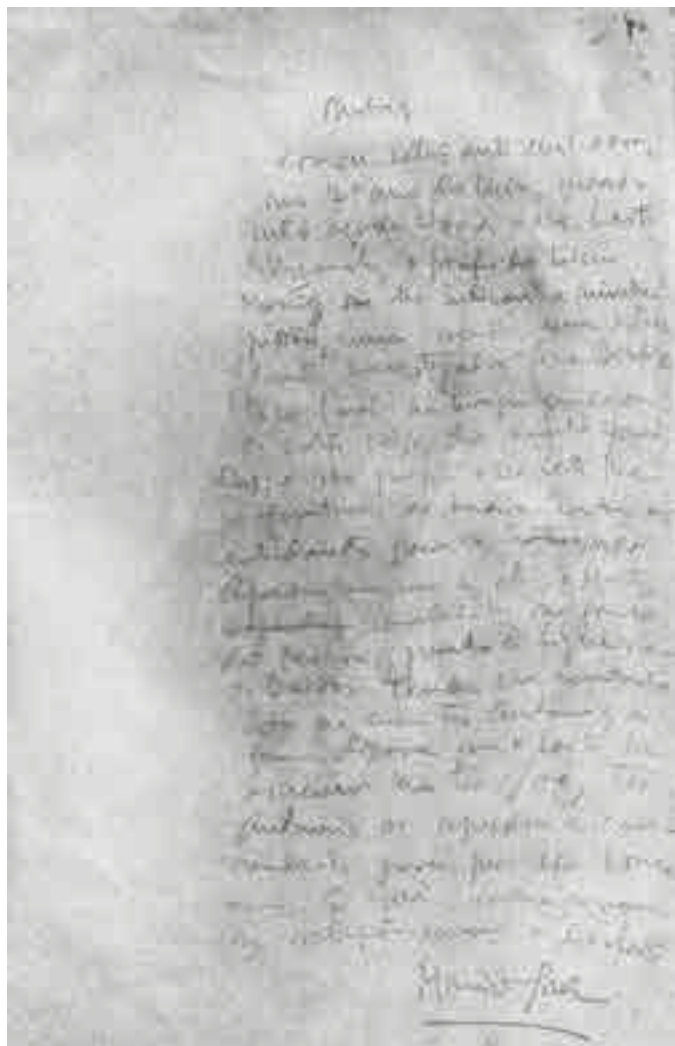


Fig. 1 – Anotação de Mário Saa, realizada na contra-capa da separata da Revista *O Arqueólogo Português*, de 1912. Fundação Arquivo Paes Teles.

ahi e por isso só agora o faço. Querendo V.Ex.^a visitar esta região, só terá o incomodo de me dizer o dia em que devo ir esperá-lo à estação do caminho de ferro d'Estremoz ou da Ponte de Sor, onde estarei com um trem que vos conduzirá aqui. E tanto a minha casa como o meu limitadissimo préstimo d'investigador e bibliophilo entusiasta, ficam desde já ao dispor incondicional de V. Ex.^a. Meu sobrinho, Mário Paes da Cunha e Sá, aluno da 7.^a Classe do Lyceu d'Évora, creio que já pôz V.Ex.^a ao facto da importancia archeologica d'uma caverna que ha n'este concelho, mas julgo que ha verdadeiras 'preciosidades' para um erudito como V.Ex.^a. É nos terrenos a que me refiro faço esta presumpção pelos objectos que lá tem apparecido e que revelam a existencia d'uma povoação antiquissima (um dos objectos que lá se encontraram foi um pequeno vaso para perfumes, em forma de amphora; infelizmente extraviou-se). Aguardando com impaciencia a honrosa resposta de V.Ex.^a subscrevo-me

com a mais elevada consideração. De V. Ex.^a Sincero admirador António Paes. 24.07.912, Aviz.» (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV 2538/n.º 17172, de 24/07/1912).

Nesta sua primeira missiva é evidente o entusiasmo de António Paes pelas potencialidades da Ladeira e a possibilidade de aí se efetuarem grandes descobertas. Motivado pela perspectiva de reunir peças para o Museu e novos elementos para estudo, José Leite de Vasconcelos acede ao convite e, em agosto desse mesmo ano, inicia a sua jornada por Avis, tendo como anfitrião António Paes da Silva Marques, o qual «ilustrado que é, consagra grande amor à história da sua terra e reúne ao trato obsequiosa cultura literária esmerada, e dispõe de boa biblio-

teca, onde não faltam obras gerais de Etnografia (sciência que ele sobretudo preza), enciclopédias, ilustrações» (Vasconcelos, 1912, p. 284).

A 7 de agosto de 1912 visita pela primeira vez o sítio da Ladeira, «propriedade em que por vezes aparecem restos antigos – telhas, colunas, capitéis, moedas, cacos» (*idem*). O local, propriedade de Francisco António Paes, irmão do seu anfitrião, suscitou, desde logo, o interesse de Leite de Vasconcelos que, no dia seguinte, inicia a escavação do sítio, colocando «a descoberto parte de uma casa» (*idem*, p. 286).

O registo publicado desses trabalhos, assim como dos achados encontrados, corresponde a uma «notícia rápida, enquanto não posso tratar de modo especial os assuntos que estudei» (*idem*, p. 284). Porém, não são conhecidos, pela mão do autor, quaisquer estudos posteriores publicados sobre o sítio

ou sobre os materiais então recolhidos,

com exceção da ara consagrada a *Fontanus*, oferecida a Leite de Vasconcelos por Teodoro Simões de Faria: «Com o concurso de todos estes senhores obtive uma ara lusitano-romana consagrada ao deus FONTANUS, pertencente ao Sr. Teodoro Simões de Faria, que de boa mente a cedeu.» (Vasconcelos, 1912, p. 286); «A ara encontrou-se em 1870 num campo chamado Tapada da Alameda, dentro do Ervedal, concelho de Avis, pertencente ao Sr. Theodoro Simões de Faria, que, a pedido do Sr. Antonio Paes e do Sr. Dr. José Paes Telles, generosamente me ofereceu a lapide para o Museu Ethnologico.» (Vasconcelos, 1913, p. 620). O monumento, recolhido nas imediações da Ladeira, corresponde a uma ara votiva em mármore branco, onde é possível ler a seguinte inscrição: FONTAN[O]/SACRVM/THREPTVS C(aii) APPVLEI(i)/SILONIS · SER(vus) V(otum) S(olvit) L(ibens) A(nimo)/⁵ OB AQVAS INVENTAS//. «Consagrado a Fontanus. Threptus, escravo de Caius Appuleius Silo, o voto cumpriu de bom grado pelas águas que descobriu.» (Ribeiro, 2002, p. 441).

O entusiasmo pelas recolhas efetuadas e pelos trabalhos que conduzia são partilhados com o seu amigo e colaborador Joaquim Fontes: «Obtive uma coisa



Fig. 2 – Carta de António Paes da Silva Marques a José Leite de Vasconcelos, de 24/07/1912 (JVL/2538/n.º 17172). Museu Nacional de Arqueologia.



Fig. 3 – Nota de imprensa publicada no jornal “O Século”, de 16/08/1912 (JVL/Avis). Museu Nacional de Arqueologia.

preciosa, uma pedra que indica um dos processos de fabricar instrumentos neolíticos. Também obtive uma ara de um deus d’uma fonte, e lindos machados neolíticos e curiosidades artístico-etnográficas. Estou mt. contente. Hoje trago excavações. – Mercê de pessoas dedicadas que por aqui ha, o Museu se engrandece agora não pouco.» (Bilhete-postal enviado por José Leite de Vasconcelos a Joaquim Fontes, datado de 8 de agosto de 1912, *apud* Cardoso, 2012, p. 151, n.º 34). Nesta sua breve notícia, Leite de Vasconcelos destaca as recolhas realizadas no dia anterior (Vasconcelos, 1912, p. 286; *idem*, 1913a, p. 57-58) e o início da escavação da Ladeira (*idem*, 1912, p. 286-287).

Os trabalhos realizados por José Leite de Vasconcelos na Ladeira, assim como as descobertas efetuadas, são notícia na edição de 16 de agosto de 1912 do jornal *O Século*: «DESCOBERTA ARQUEOLÓGICA. Ervedal do Alemtejo (Aviz), 14 – C. – Esta terra acaba de enriquecer a arqueologia portugueza com uma descoberta importantíssima, devido ao erudito lente da Faculdade de Letras de Lisboa, e diretor do Museu Etnológico Portuguez, o senhor doutor José Leite de Vasconcelos. Estava meio enterrada uma inscrição que tem uns dois mil anos, e que aquele senhor verificou ser uma *ara*, ao *Deus das fontes* – (divindade luzitana-romana). Vae ser enviada para o Museu Etnológico Portuguez. O senhor Leite de

Vasconcelos leva grande copia de materiaes para as suas obras sobre arqueologia, etnologia e filologia e grande profusão de objectos das duas primeiras especialidades, a que tão distintamente se dedica. Na Ladeira, propriedade do senhor Francisco António Paes, e onde agora se tem procedido a excavações, apareceram em tempos vestígios importantes d’uma povoação romana, taes como: colunas de belo mármore, uma pia, também de mármore, capiteis, mós, um pezo enorme d’um lagar de azeite, *tegulas*, barro *aratino*, anforas de várias dimensões, moedas romanas e uma árabe, e agora foi posta a descoberto uma casa com as paredes e pavimento em tijolo, muito bem conservadas, a calçada dum pateo, etc. Perto deste local foram postas a descoberto as paredes d’outra casa. Entre esta localidade e a Figueira também foram agora exploradas duas antas pelo sr. dr. Leite de Vasconcelos, sendo, porém, o espólio de pouca importância, porque qualquer d’elas já tinha sido revolvida (uma d’elas á procura de tesouros). Pena é que as excavações na Ladeira não possam prosseguir, pois quer parecer-nos que com elas

muito teria a lucrar a ciencia arqueológica.» (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/Avis, nota de imprensa de 16/08/1912).

Na sua breve passagem pelo Ervedal, Leite de Vasconcelos reúne um conjunto significativo de elementos relativos à ocupação da Ladeira, os quais vêm confirmar a relevância do local, já anteriormente reconhecida por António Paes (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2538/n.º 17172, de 24/07/1912).

A importância dos achados e o interesse pelo sítio terão levado Francisco António Paes, irmão de António Paes e proprietário do terreno onde foram identificados os vestígios, a disponibilizar o local para novos trabalhos: «(...) Felicito V. Ex.^a q. se enriquecesse bastante o Museu. Faço votos muito sinceros, para que V. Exc.^a mais uma vez nos honre com a sua presença. Se as sementeiras não estivessem tão próximas, na certeza que continuaria a exploração da Ladeira, o pouco que vi entusiasvou-me o bastante, para continuar, não agora, mas no próximo verão de 1913» (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2541/n.º 17258, de 28/08/1912).

A estadia de José Leite de Vasconcelos no Ervedal e a escavação na Ladeira constituem o ponto de partida de uma relação de amizade e cumplicidade com António Paes da Silva Marques, relação que se irá consolidar ao longo do tempo e que se estenderá a outros familiares¹.

Desde o convite de António Paes, em 1912, até 1940, data da última carta endereçada a José Leite de Vasconcelos, verifica-se a troca assídua de correspondência entre ambos. O epistolário integra 85 exemplares de correspondência diversa, remetida por António Paes de Avis, Ervedal e Lisboa. A maioria são mensagens de cariz pessoal, mas por diversas ocasiões António Paes manifesta o seu interesse pela arqueologia. A perspectiva de proceder a novas descobertas e a possibilidade de se retomar a escavação na Ladeira serão os temas centrais de um número significativo de cartas, enviadas entre 1912 e 1917, no período mais prolífico na troca de correspondência entre ambos.

António Paes manifesta disponibilidade para documentar os trabalhos realizados no sítio: «No dia 26 tenciono ir ao Ervedal, como disse a V. Ex.^a e logo que me seja possível, enviarei as photographias que prometi mandar, devendo obter no dia 26 a das ruínas da Ladeira» (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2538/n.º 17177, de 24/08/1912). «Da Ladeira também não me foi possível ainda tirar nada, porque no dia 26 fui ao Ervedal já quasi à noite, por causa do calor.» (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2538/n.º 17179, de 07/09/1912).

¹ No Museu Nacional de Arqueologia encontram-se documentados os seguintes correspondentes: Francisco António Paes (2541), Júlio Mário da Cunha e Sá (3002), Condorcet Paes da Cunha e Sá (2997), Fausta Paes da Cunha e Sá (2999), Margarida Paes da Cunha e Sá (3004), Maria Leonor Paes da Cunha e Sá (3005), Olga Paes da Cunha e Sá (3008) e Mário Paes da Cunha e Sá (3007) / Mário Saa (3006).

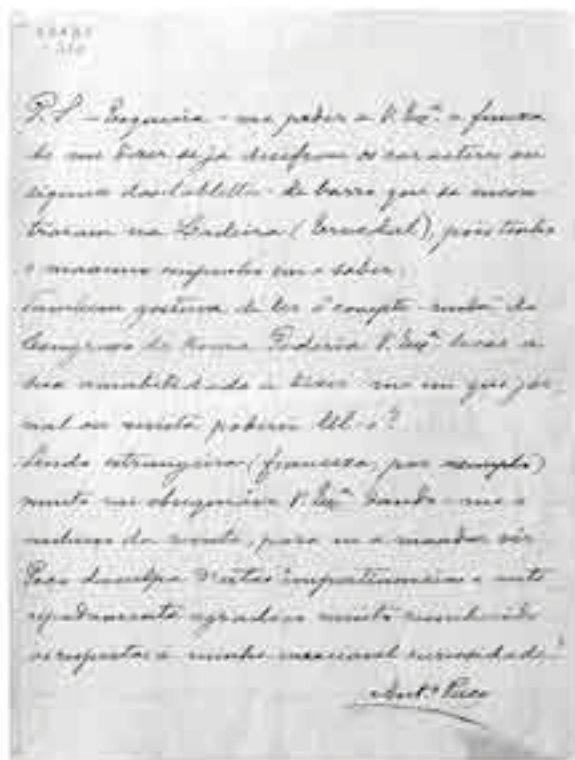


Fig. 4 – Carta de António Paes da Silva Marques a José Leite de Vasconcelos, de 28/10/1912 (JLV/2538/n.º 17181). Museu Nacional de Arqueologia.

Lamentavelmente a área de escavação foi aterrada «(...) devido a uma má interpretação d'ordens, os criados de meu irmão Francisco aterraram as escavações da Ladeira, devendo aterrar somente as que ficaram mais para o nascente; de resto que quando há dias lá fui com a machina photographica tive grande decepção!» (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2538/n.º 17180, de 13/09/1912).

Este percalço impede a recolha dos tão esperados registos fotográficos da área de intervenção, mas não desmotiva António Paes, que conserva a vontade de aprofundar o conhecimento sobre a Ladeira: «(...) Esquecia-me de pedir a V. Ex.^a a fineza de me dizer se já decifrou os caracteres ou signaes das 'tablettes' de barro que se encontraram na Ladeira (Ervedal), pois tenho o maximo empenho em o saber.» (Museu Nacional de Arqueologia JLV/2538/n.º 17181, de 28/10/1912).

Na busca incessante por desvendar os mistérios que a Ladeira encerraria, António Paes, já em 1913, procura reunir as inscrições que se encontravam na posse de seu irmão, Francisco António Paes: «Meu querido Mário, Quando passáres pelo Ervedal, pergunta ao tio Francisco se ainda tem alguma das inscrições desconhecidas que foram achadas na Ladeira e das quaes elle offereceu uma ou duas ao Leite de Vasconcelos. Se tiver, trál-a. Não me resta já menor dúvida, pelos estudos que acabo de fazer, que são caracteres rúnicos; e a ser assim, está confirmado o que sempre supuz: que a povoação que existia na Ladeira há mais de mil annos, era romana e foi destruída pelas invasões dos barbaros, visto os caracteres runicos serem d'origem germanica ou gothica. A tradução da que levou o L. de V., é que elle não me deu ainda – nem será fácil, porque é virtude reservada a poucquissimos sábios, pois teem gerealmente uma significação mysteriosa e mais ou menos cabalística!... Se o tio F.co tiver alguma dessas pedras preciosas, pede-lhe que m'empreste p. eu estudar até onde puder. Pergunta ao teu pai se se esqueceu de dar ao tio F.co a carta que levou na 6.^a feira, a meu pedido. Saudades para todos e até amanhã. Oxalá que se confirme tudo o que suppunho e terei obtido a chave do enigma que paira sobre a Ladeira. Abraça-te o teu tio m.to am.º António. Se ainda puder obter alguma das pedras,



Fig. 5 – Carta de António Paes da Silva Marques a Mário Saa, de 17/08/1913. Fundação Arquivo Paes Teles.

trál-a com mto cuidado. Aquella Ladeira deve ter nas suas entranhas verdadeiras reliquias archeologicas» (Fundação Arquivo Paes Teles – 17/08/1913).

O entusiasmo de António Paes pela Ladeira irá estender-se, a partir de 1913, a outros locais arqueológicos: «(...) renovando o convite que no principio do Verão tive a honra de dirigir a V. Ex.^a, aguardo o favor de me dizer quando deseja vir, para explorarmos algumas antas que, segundo me parece, ainda não foram profanadas» (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2538/n.º 17189, de 12/10/1913).

A nova visita de Leite de Vasconcelos a Avis é adiada por questões de saúde, facto que é lamentado por António Paes (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2538/n.º 17191, de 26/10/1913). No ano seguinte, é remetido novo convite e em abril de 1914 José Leite de Vasconcelos regressa a Avis (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2538/n.º 17195, de 14/03/1914). Na viagem passa próximo ao Ervedal, referida como a «sede do santuário do deus *Fontanus*» (Vasconcelos, 1914, p. 397), mas prossegue, permanecendo em Avis, onde visita, no decurso da sua estadia, vários locais na vila, assim como algumas das antas situadas na sua envolvente: «(...) Explorei algumas das antas na herdade de Ruivaz. Foi o sr. Pais quem m'as indicou, e êle próprio me acompanhou lá. Colhemos artefactos de pedra e louça.» (*idem*, 1914, p. 397-398).

A sua estadia e as recolhas que efetua junto de António Paes são brevemente relatadas no postal enviado para Joaquim Fontes a 14/04/1914: «Tenho feito boa colheita: lindos machados de pedra, um de Cobre escangalhado, e creio que outro (???), um colar de ouro e 3 espiraes de ouro, loiça portuguesa, etnografia moderna, loiças romanas e prehistóricas; tbem me deram uma inscr. romana, que

ainda não está em meu poder; mas que é como se o estivesse, e vi outra que espero obter. Vou rico!» (Cardoso, 2012, p. 160, n.º 50).

António Paes revela-se um importante angariador de informações e objetos, fundamentais para o enriquecimento das coleções do museu e para a obtenção de novas matérias de estudo.

Em novembro do mesmo ano António Paes refere uma vez mais a Ladeira, retomando, no seu discurso, o entusiasmo inicial pelo sítio: «Já tencionava escrever-lhe, para lhe pedir mais uma vez notícias da sua apreciável saúde, pela qual faço os mais sinceros votos. Agora tenho outro dever a cumprir: agradecer-lhe, com o mais vivo reconhecimento, o folheto que teve a amabilidade de me enviar e que vou ler com interesse que me merecem todas as obras de V. Ex.^a. Meu irmão Francisco mandou arrancar pedra na Ladeira (Ervedal) e apareceu lá um grande pote romano, mas os trabalhadores partiram tudo, restando apenas a bocca e as azaz! Também apareceram: 2 tégulas uma d'ellas optimamente conservada; 2 ou 3 ladrilhos como os que V. EX.^a levou (de feitiço de pam/pau(?) de sabão) alguns com caracteres desconhecidos; uma pedra pouco maior que meia folha de papel almasso, com uma elipse incompletamente riscada; um craneo muito bem conservado (n'outro local) um pedacinho de barro (como cinco tostões) com uma figura gravada, espécie de baixo relevo, que pertenceu a qualquer vaso, talvez a figura lembra vagamente Vasco da Gama, embora é claro, não reste duvida que é muitissimo anterior. Também apareceram uns fragmentos de barro muito fino (como vidraça) e que me parece figulino; uma moeda tão tosca, que nada se reconhece n'ella que possa guiar-nos; uma grande pedra de moinho p.^a fazer farinha; uma parede com mais de um metro de espessura; e grande quantidade de pedra solta (à profundidade em que encontramos as outras ha 2 anos) o que faz suppôr que houvesse ali qualquer desmoronamento por invasão ou sismo. É inutil dizer que todos os objectos a que me referi estão inteiramente (excepto os quebrados – que não podem ser cedidos inteiramente...) à disposição de V. Ex.^a se entender que lhe podem ser uteis para o Museu. Recommendei a meus irmãos para recorrerem a maxima vigilancia afim de não se perder ou partir alguma coisa interessante que ainda por la apparêca. Lembro-me com verdadeira saudade das excursões que por la fizemos, pela Figueira e aqui. Desejo do coração que V. Ex.^a se restabeleça completamente e mais depressa possivel e que a primeira vez que me dê o prazer das boas notícias, já veja a letra do meu Exm.^o bom amigo. A estes votos se associa a minha mulher que agradece e retribui os cumprimentos de V. Ex.^a. Com a mais elleuada consideração e sincera estima subscrevo-me. De V. admirador e amigo dedicado muito grato António Paes» (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2538/n.º 17204, de 01/11/1914).



Fig. 6 – Carta de António Paes da Silva Marques a José Leite de Vasconcelos, de 14/12/1914 (JLV/2538/n.º 17205). Museu Nacional de Arqueologia.

Um mês depois António Paes volta a escrever a José Leite relatando as dificuldades em transportar para o Museu as recentes recolhas efetuadas na Ladeira: «(...) Não tenho respondido à carta que recebi há tempo de preparação do Museu, sobre os objectos que foram encontrados na Ladeira, porque meu irmão Francisco, em cuja casa está a maior parte d'elles, tem estado e está, bastante inundada. Além disso, agora não ha facilidade em obter transporte para o caminho de ferro (...)» (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2538/n.º 17205, de 14/12/1914).

Esta foi a última referência à Ladeira. As cartas posteriores tornam-se mais espaçadas e são marcadas por mensagens de carácter pessoal. Em 1930 António Paes remete a Leite de Vasconcelos algumas indicações gerais sobre o Alto Alentejo, «Aviz, Ervedal, Figueira e Barros etc – estão nos barros. Niza, Alpalhão, Gafete, Tolosa e Alter, estão nas areias. A antiga charneira chamada de Ponte de Sor, estendia-se até Benavente.» (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2538/n.º 17247, de 12/07/1930). Já em 1933 António Paes volta a manifestar interesse em desenvolver escavações no concelho, sem, no entanto, referir quais são os locais da sua pretensa intervenção: «Muito me obsequiava V. Ex.^a dizendo-me o que tenho a fazer para poder proceder a várias escavações neste concelho, sem o receio de ver o meu trabalho prejudicado por qualquer devoto de S. Cipriano...» (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2538/n.º 17249, de 15/03/1933).

A visita de José Leite de Vasconcelos à Ladeira em 1912 e os trabalhos aí realizados foram determinantes, não para o conhecimento do sítio arqueológico, mas também para a afirmação da vocação de António Paes pela Arqueologia. O entusiasmo de António Paes é evidente desde a sua primeira carta, enviada a José Leite de Vasconcelos, onde não esconde a expectativa de conhecer o diretor do museu e com ele partilhar o que considerava serem «verdadeiras ‘preciosidades’» (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2538/n.º 17172, de 24/07/1912).

O que começou por ser um simples contacto converte-se numa relação de amizade sólida e duradoura, da qual perdura a numerosa correspondência trocada entre ambos e onde a arqueologia e a Ladeira surgem como temas recorrentes em algumas das missivas. Provavelmente motivado pelo desejo de aprofundar estas matérias, António Paes, já no final de 1915, expressa, a José Leite, a sua intenção em inscrever-se no curso científico de História, em Lisboa (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2538/n.º 17212, de 08/11/1915; n.º 17213, de 11/11/1915; n.º 17214, de 14/11/1915; n.º 17215, de 18/11/1915; n.º 17216, de 20/11/1915; n.º 17218, de 9/12/1915; n.º 17219, de 10/12/1915; n.º 17221, de 24/12/1915; n.º 17222, de 04/01/1916; n.º 17224, de 04/03/1916).

Contudo, a execução das tarefas inerentes ao seu cargo limitou a sua dedicação à história e à arqueologia, facto por ele lamentado: «Infelizmente continuo na administração do Concelho, como V. Ex.^a vê, e da qual não estou farto – mas farríssimo – pois é raro o dia em que não tenha dissabores, e a ‘plebe’ está cada vez mais insuportável! É um trabalho inglório, com sacrifícios que ninguém avalia ou aprecia, gastando-se estupidamente uma energia, que melhor aplicada, mais podia produzir!» (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2538/n.º 17214, de 29/06/1916).

Recorda-se que anteriormente António Paes, perante a impossibilidade de frequentar, com a assiduidade desejada, o curso de História, já teria indagado Leite de Vasconcelos se existia possibilidade de equivalência às cadeiras de faculdade (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2538/n.º 17214, de 14/11/1915) e se poderia estudar em casa (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2538/n.º 17215, de 18/11/1915).

A relação entre ambos torna-se menos intensa a partir 1920, mas o contacto mantém-se com alguma assiduidade e prevalece até 1940², fase final da vida de José Leite de Vasconcelos.

² A carta enviada a 31/12/1940 constitui a última entrada do conjunto de epístolas remetidas por António Paes a Leite de Vasconcelos. Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2538/n.º 17254.

3. DEPOIS DE JOSÉ LEITE DE VASCONCELOS

O convívio com José Leite de Vasconcelos, promovido por António Paes, irá estender-se, desde os primeiros momentos, aos restantes membros da sua família, incluindo o sobrinho Mário Paes da Cunha e Sá, conhecido posteriormente pelo nome literário Mário Saa.

Figura emblemática do modernismo português, Saa revelou-se uma personalidade rica e multifacetada, destacando-se como poeta e pensador. Ao longo da sua vida cultivou interesses diversos, refletindo as redes intelectuais e sociais que integrou desde a sua juventude (Pereira, 2010, p. 68-71).

Mário Saa dedicou-se à investigação em áreas distintas, como literatura, filosofia, etnologia e arqueologia, publicando, desde cedo, diversos artigos em periódicos e obras, algumas das quais polémicas. Estreia-se, em 1917, com a publicação de «O Evangelho de S. Vito» e a sua produção literária culmina com a edição de «As grandes vias da Lusitânia» (1956-1967), onde reúne, em seis volumes, o resultado de mais de 20 anos de investigação e de recolhas arqueológicas, materializando a sua visão do que teriam sido os itinerários romanos da Lusitânia. Este será o seu grande contributo para a arqueologia nacional e, apesar da controvérsia desta sua leitura, o facto é que a obra, ainda hoje, constitui uma importante referência para o estudo do período romano.

Saa manifesta, desde cedo, o seu gosto pelos testemunhos do passado. O diretor do Liceu de Évora refere-o como um aluno interessado (cf. Fundação Arquivo Paes Teles, Espólio documental de Mário Saa, Anotação, 1912). No seu caderno de *Apontamentos Arqueológicos* são diversas as referências a sítios e artefactos, identificados sobretudo em Pêro Viegas e Ervedal, locais familiares a Mário Saa. Nestas suas notas, destacam-se as referências à Ladeira, as mais completas do seu caderno: «Ervedal – apareceram na Ladeira uma moeda de ‘Maximino’ de 235 a 238, de ‘César’ 101-44 a. C. e ‘Graciano’ 375-389 (...) Ervedal – a mamã [...] uma moeda romana de prata do imp. Graciano ? de 375-389 encontrada na Ladeira» (Fundação Arquivo Paes Teles, Espólio documental de Mário Saa, Apontamentos, 1912).

O seu interesse poderá ter sido determinado pela convivência com seu tio António. A cumplicidade entre ambos na abordagem a temáticas ligadas à história e à arqueologia é notória: «O meu sobrinho Mário já deve ter informado V. Ex.^a d’uma descoberta muito curiosa: no Monte-Branco, d’este concelho. (...) Também me tenho dedicado a investigações (iniciadas pelo meu sobrinho Mário) sobre a estada de Camões na herdade do mesmo nome, n’este concelho (...)» (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2538/n.º 17191, de 26/10/1913)³.

³ Camões foi um dos temas abordados por Mário Saa ao longo do seu percurso literário.

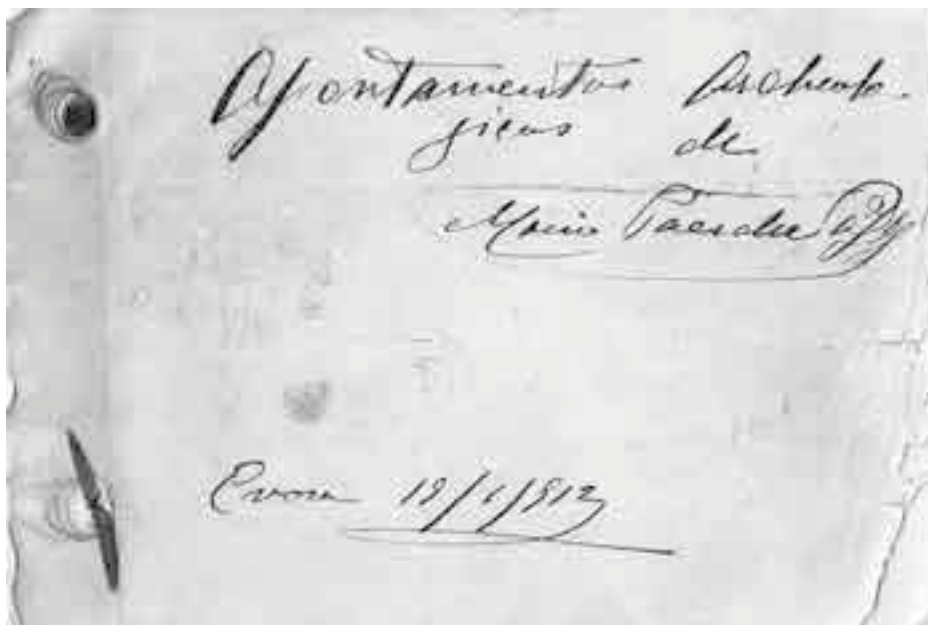


Fig. 7 – “Apontamentos archeológicos de Mário Paes da Cunha e Sá de 16/6/1912, Évora”.
Fundação Arquivo Paes Teles.

A proximidade a contextos arqueológicos, sobretudo à Ladeira, contribui certamente para a orientação de Saa. O entusiasmo de António Paes pelas descobertas aí efetuadas terá contagiado o seu sobrinho. A preferência pela época romana, em detrimento do estudo da pré-história, cujas evidências materiais e monumentais são significativas na envolvente a Ervedal, terá, então, emergido deste contacto permanente com os vestígios recolhidos na Ladeira. A visita de José Leite de Vasconcelos ao Liceu e o reencontro na Ladeira poderão ter contribuído para afirmar esta vocação de Mário Saa pela arqueologia romana. Porém, e contrariamente ao que se verificou com o tio, António Paes, o seu empenho e dedicação serão mais discretos.

A sua relação com José Leite de Vasconcelos revelou-se casual. O conjunto de missivas conservadas no Museu Nacional de Arqueologia integra apenas 6 exemplares, um subscrito por Mário Paes da Cunha e Sá, datado de 04/11/1912 (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/3007/n.º 20292), sendo os restantes assinados por Mário Saa e remetidos entre 1919 e 1928 (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/3006/n.º 20288, de 14/04/1919; n.º 20308, de 28/11/1919; n.º 20289, de 19/01/1920; n.º 20290, de 20/01/1922; n.º 20291, de 28/03/1928).

As suas cartas, de carácter pessoal, evidenciam o grau de intimidade que existia entre a sua família e José Leite de Vasconcelos, e entrecruzam-se com algumas anotações a pesquisas e trabalhos promovidos por Mário Saa: «Meu exm.

amigo. Nós, muito e muito agradecidos lhe estamos Senhor Doutor, pelo tão captivante interesse que V. Exa toma sempre por todos nós. Também há muito nos habituamos a considera-lo como pessoa de nossa propria familia, e como tal mutuamente nos estimamos. Por cá vamos indo de bôa saúde, e com formada tenção, de lá para Janeiro o mais tardar, tomarmos a ligação, todos nós, (todos menos um!) a habitarmos aquela mesma casa, onde era [...] o desaparecido vulto de meu pae! Quem poderá lá entrar livre do tormento e de saudades? Aqui trabalho a vâler: estou de volta com a minha querida obra LIVRO DOS ÚNITOS(?), prestes a publicar-se. A questão sobre Simão de Camões e seus poemas, esta mais ou menos solucionada, posta em livro e prompta a publicar-se. Também tenho prontas a publicarem-se Camões no Maranhão, e o outro, o Tempos d'El Rey, Crônicas duma aldeia medieval. Aqui em estes campos sougados(?) de P.º Viegas numa outra direcção ha a dor às occupações do nosso espírito. Mil cumprimentos de todos desta casa, para V. Ex.ª. Peço saudade para o Alfredo; e receba o Senhor Doutor um abraço do seu grande amigo e admirador Mário Saa» (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/3006/n.º 20308, de 28/11/1919).

Nestes contactos com Leite de Vasconcelos não são abordados temas relacionados com a arqueologia. Por partilhar o interesse em áreas tão distintas como poesia, filosofia, geografia, geneologia, entre outras temáticas, Mário Saa concentra o seu trabalho arqueológico numa fase já tardia da sua vida.

Durante cerca de duas décadas dedicou-se ao estudo do período romano, compilando o resultado da investigação nos seis volumes que constituem a sua obra de referência, *As Grandes Vias da Lusitânia: o Itinerário de Antonino Pio*, publicada entre 1956 e 1967.

A Ladeira figura neste seu trabalho como uma «grande estância romana, das mais intensas desta parte da Lusitânia. Apresenta casario romano, legendas, inscrições em caracteres latinos e ibéricos» (Saa, 1956, p. 129). Nesta breve descrição do local, Mário Saa eleva a sua importância para a arqueologia regional, indicando, mais do que o seu potencial arqueológico, a sua ligação afetiva ao sítio.

Durante o período em que estudou as vias romanas, Saa reuniu um conjunto de informações sobre a ocupação romana no território, assim como artefactos arqueológicos que hoje integram parte da coleção de arqueologia da Fundação Arquivo Paes Teles. Porém, não são conhecidos no atual inventário correspondências de materiais recolhidos por Saa na Ladeira, nem peças angariadas anteriormente.

Depois de Saa, a Ladeira só volta a ser referenciada em meados da década de 70, altura em é fundado, a 16 de fevereiro de 1976, o Grupo de Trabalho e Ação Cultural Ervedalense – Secção de Arqueologia (GTACE), constituído por dez jovens «que resolveram continuar a extraordinária obra de Mário Saa, dedicando-se principalmente à Arqueologia» (Fundação Arquivo Paes Teles, GTACE, 1976).

O interesse do grupo pelo património arqueológico é evidente, não só pela seleção de sítios, mas também pelo contacto estabelecido com a Secção de Arqueologia do Grupo de Trabalho e Ação Cultural de Portalegre, inserindo-se num período em que emergem os grupos locais de recolha e registo de património cultural.

O GTACE promoveu um conjunto de recolhas, por intermédio de escavações e prospeções realizadas, sobretudo, na freguesia de Ervedal, as quais, apesar de não corresponderem às metodologias e práticas mais adequadas, permitiram reunir um conjunto de materiais arqueológicos que constituem hoje parte significativa da coleção de arqueologia da Fundação Arquivo Paes Teles.

As intervenções desenvolvidas estavam orientadas, sobretudo, para os monumentos megalíticos de cariz funerário, com particular destaque para a Anta do Olival da Anta, escavada de forma intensiva pelo GTACE.

No contexto dos trabalhos realizados, a Ladeira suscitou também a atenção do grupo: «Dia 28/2/76. Visita de alguns elementos do grupo, ao lugar onde existiu antigamente a grande estância Romana, ou seja na Ladeira, tendo sido encontrados vários pedaços de tégula, um peso de tear e vários objectos em ferro» (Fundação Arquivo Paes Teles, GTACE, 1976).

Após esta primeira visita, o grupo regressa ao local e promove novas recolhas: «Dia 11/3/76. Tendo-se deslocado alguns membros do grupo a fazer novas pesquisas na grande estância Romana existente no Ervedal, foi por eles encontrada uma mó dormente e uma outra mó volante, encontrando-se esta bastante danificada. Foi também encontrado um pedaço bastante grande de tijolo em forma de círculo, fazendo-nos supor que se trata de um fragmento do chão de uma casa romana» (Fundação Arquivo Paes Teles, GTACE, 1976).

O grupo terá efetuado outras recolhas, não documentadas no diário, que incluem um pequeno conjunto de cerâmicas e faianças modernas, um busto feminino em cerâmica, de período romano, e escassos materiais pré-históricos, onde se incluem dois pendentes e alguns fragmentos de cerâmica manual (Fundação Arquivo Paes Teles, *Inventário da coleção de materiais arqueológicos da FAPT*).

Após o encerramento do GTACE, ainda em 1976, a Ladeira só voltará a ser referida em 1988 no inventário de sítios romanos: «LADEIRA, Ervedal, Avis. Colunas, capitéis, cerâmica de construção e doméstica» (Alarcão, 1988, p. 288)

Ao longo do tempo foram efetuadas recolhas diversas, ocasionais ou intencionais, promovidas por locais e curiosos, das quais pouco se conhece. A reutilização de materiais de construção, em particular de pedra, evidente na envolvente ao sítio, e a atividade agrícola sazonal desenvolvida no local, terão também contribuído para o desaparecimento de uma parte significativa de informação material, agravada, entre as décadas de 80 e 90, pela instalação de infraestruturas.

O interesse pelo sítio é recuperado em 2005 quando se confirma, no decurso dos trabalhos da *Carta Arqueológica de Avis* (Ribeiro, 2008, p. 7; *idem*, 2011, p. 568-573), a sua relevância para a arqueologia do concelho.

Do conjunto de locais então registados, a Ladeira destacou-se pela qualidade e quantidade de informação relativa ao período romano, revelando-se, simultaneamente, um elemento fundamental no estudo da pré-história recente no concelho de Avis.

Na sequência desses trabalhos, foi iniciado, em 2006, o projeto de investigação *Intervenção arqueológica no sítio da Ladeira, Ervedal*, através do qual se pretendia conhecer melhor aquela que foi considerada por Mário Saa «uma grande estância romana, das mais intensas desta parte da Lusitânia» (Saa, 1956, p. 129).

Esta primeira abordagem sistemática do sítio arqueológico assentava num plano de intervenção programado, desenvolvido no sentido de recuperar parte da informação que ainda se conservava. A avaliação da importância, extensão e grau de conservação dos vestígios assumiram, nesta fase do projeto, um papel de relevo, contribuindo para caracterizar, com maior rigor, as diferentes fases de ocupação registadas no local (Ribeiro, 2010, p. 47-50).

Após a conclusão da primeira fase do projeto os resultados parciais da intervenção, assim como da análise do acervo documental, foram parcialmente publicados em 2010 (*idem*, 2010).

Em 2012, e assinalando o centenário da intervenção de José Leite de Vasconcelos na Ladeira, o Centro de Arqueologia de Avis realizou a conferência *Ladeira, 100 anos depois*, onde se apresentaram os novos dados resultantes dos trabalhos recentes, assim como as perspetivas de continuidade da investigação, com a preparação da segunda fase do projeto.

Já em 2013, a Ladeira figura num novo artigo (Carneiro, 2013, p. 27-49). O texto, alheio à investigação realizada, procura reconstruir a relação entre Mário Saa e Leite de Vasconcelos, determinando em que medida o então diretor do Museu terá influenciado Saa na sua paixão pela arqueologia. O autor recupera uma tese originalmente apresentada em 2010 (Ribeiro, 2010), omitindo, no entanto, esse contributo anterior, assim como o projeto desenvolvido. A abordagem avulsa de uma parte da documentação referente ao sítio arqueológico e a leitura parcial dos dados e informações associados à Ladeira e aos que a ela se dedicaram conferem a este trabalho um carácter superficial.

4. A LADEIRA 100 ANOS DEPOIS

Concluída a primeira fase do projeto de investigação, apresenta-se agora uma breve súmula dos resultados obtidos, com especial enfoque para o acervo documental associado ao sítio arqueológico, o qual forneceu elementos relevantes que

retratam as relações estabelecidas entre os diversos intervenientes que, motivados pelas descobertas aí efetuadas, contribuíram, de forma significativa, para a história e o conhecimento do sítio arqueológico.

O epistolário de António Paes da Silva Marques evidencia o seu papel enquanto angariador de informações e objetos, contribuindo, não só para o enriquecimento das coleções do Museu Nacional de Arqueologia, mas também para a afirmação de Avis nos círculos de conhecimento científico do início do século XX.

Desde a visita de José Leite de Vasconcelos, em 1912, até ao último contacto, em 1940, são diversas as referências a materiais, arqueológicos e etnográficos, reunidos por António Paes e disponibilizados para incorporar as coleções do museu.

A importância de algumas das peças angariadas é notória nos estudos desenvolvidos por Leite de Vasconcelos. Salientam-se a ara dedicada a *Fontanus* (Vasconcelos, 1913, p. 620-621) ou o artefacto em pedra, referido como a «cousa precisa» (Cardoso, 2012, p. 151, n.º 34), e que foi apresentado, em 1912, no Congresso Internacional de Arqueologia realizado em Roma (Vasconcelos, 1913a, p. 57-59).

No caso concreto da Ladeira, são conhecidas, através da correspondência de António Paes, diversas referências a objetos descobertos no local.

No convite que dirige a Leite de Vasconcelos, em 1912, António Paes menciona um «pequeno vaso para perfumes, em forma de ânfora», peça que se terá extraviado (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2538/n.º 17172, de 24/07/1912). Posteriormente refere umas «*tablettes* de barro com inscrições» (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2538/n.º 17181, de 28/10/1912) também encontradas na Ladeira.

Na carta enviada ao seu sobrinho Mário Saa, António Paes alude a «inscrições desconhecidas achadas na Ladeira e das quaes elle offereceu uma ou duas ao Leite de Vasconcelos» (Fundação Arquivo Paes Teles – 17/08/1913), peças para as quais não são conhecidas outras referências.

Já em 1914, António Paes relata o aparecimento de um conjunto de estruturas e objetos, postos a descoberto na sequência de trabalhos agrícolas. Na lista de materiais encontrados constam duas tégulas, um grande pote romano, dois ou três ladrilhos com inscrições, uma pedra riscada, um crânio conservado, um fragmento de barro como uma figura gravada tipo baixo-relevo, fragmentos de barro muito fino, uma moeda e uma pedra de moinho de grande dimensão (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2538/n.º 17204, de 01/11/1914).

No que diz respeito ao acervo documental de José Leite de Vasconcelos, a Ladeira encontra-se entre o conjunto de referências a sítios arqueológicos do concelho de Avis (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/Avis). A documentação integra anotações dispersas relativas a sítios e materiais arqueológicos, com recurso a suportes diversos, e notícias descritivas de intervenções ou incursões arqueológicas.

A Ladeira figura apenas em duas referências deste conjunto. Uma, correspondente à nota de imprensa, publicada no jornal *O Século*, e já referida anteriormente, outra à anotação «Avis. Estação romana da Ladeira (Ervedal)», manuscrita no envelope da carta enviada por António Paes (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2538/n.º 17204, de 01/11/1914). Não são conhecidos outros apontamentos relativos aos trabalhos realizados ou aos materiais recolhidos na Ladeira em 1912, nem anotações que possam ter constituído a base da notícia publicada na edição desse ano do *Arqueólogo Português*.

Na sua nota sobre os trabalhos, José Leite de Vasconcelos é reservado e moderado na descrição da intervenção, pois pretendia «tratar de modo especial os assuntos que estudei» (Vasconcelos, 1912, p. 284) na visita a Avis. Porém, não são conhecidos, pela mão do autor, quaisquer estudos posteriores publicados sobre o sítio ou sobre os materiais então recolhidos, com exceção da ara de *Fontanus* (Vasconcelos, 1913, p. 620-621, figura 334).

Na descrição dos trabalhos, é referida a identificação de estruturas, não havendo menção à recolha de materiais no decurso da escavação. Tratando-se de um local onde vestígios materiais são frequentes, a probabilidade de ocorrerem achados durante a escavação era bastante elevada, pelo que esta omissão poderá ser interpretada como a orientação do interesse para o conhecimento da parte estrutural, já que a componente material estaria documentada pelos materiais reunidos anteriormente por António Paes e familiares.

A nota de imprensa publicada após a conclusão dos trabalhos apresenta, de forma sucinta, os resultados obtidos no decurso da escavação: «foi posta a descoberto uma casa com as paredes e pavimento em tijolo, muito bem conservadas, a calçada dum pateo, etc. Perto deste local foram postas a descoberto as paredes d'outra casa» (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal, JLV/Avis/nota de imprensa de 16/08/1912).

Uma vez mais, o destaque incide sobre a identificação de estruturas, remetendo a referência a materiais para o conjunto artefactual conhecido antes da escavação.

A presença de estruturas, aparentemente bem conservadas, e a referência de proximidade entre elas, sugerem que a escavação terá atingido uma área relativamente extensa, repartida pelo menos por dois locais de pesquisa, com resultados que justificariam a dedicação de quatro dias de trabalho de campo (Vasconcelos, 1912, p. 286-287).

A existência de estruturas conservadas é reafirmada, em 1914, por António Paes, quando refere o aparecimento de «(...) uma parede com mais de um metro de espessura; e grande quantidade de pedra solta (a profundidade em que encontramos as outras há 2 anos)» (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2538/n.º 17204, de 01/11/1914).

Apesar de existirem referências a construções, a imprecisão dos dados referentes à intervenção de José Leite de Vasconcelos não permitiu identificar no terreno a área intervencionada ou as estruturas postas a descoberto.

A atividade agrícola e a reutilização de pedra, evidentes nos terrenos adjacentes ao sítio da Ladeira, poderão ter contribuído para o desmantelamento de parte das estruturas que perduram no local até ao início do século XX.

Relativamente ao espólio recolhido, do conjunto de peças referidas, quer na bibliografia, quer na documentação consultada, não são conhecidas correspondências com o atual inventário do Museu Nacional de Arqueologia.

A Ladeira figura na listagem de sítios representados no museu, correspondendo ao n.º 775, mas sem indicação de espólio associado. No inventário constam apenas duas entradas associadas a Ervedal, correspondentes a um fragmento de lucerna com decoração e à ara de *Fontanus*, recolhida na Tapada da Alameda, local situado nas imediações da Ladeira. A lucerna não é mencionada em qualquer das fontes consultadas.

Da análise da correspondência são apontadas, em diferentes ocasiões, as dificuldades em transportar para Lisboa os materiais angariados por António Paes. Apesar da sua vontade em disponibilizar as recolhas para o Museu, vicissitudes diversas poderão ter impedido o envio dos artefactos para Lisboa: «O meu irmão não tem mandado a ara porque há grande dificuldade em obter carro que possa levá-la do ervedal para a estação de Ponte de Sor (...)» (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV 2538/n.º 17178).

De acordo com os dados recolhidos, o conjunto artefactual da Ladeira integrava ainda um conjunto de quatro moedas romanas, referidas por Mário Saa (Fundação Arquivo Pais Teles, Espólio documental de Mário Saa, Apontamentos, 1912) e cujo paradeiro se desconhece.

Na Fundação Arquivo Pais Teles encontra-se um pequeno conjunto de materiais recolhidos no sítio, resultado dos trabalhos desenvolvidos pelo GTACE e de recolhas ocasionais efetuadas posteriormente. Estes materiais correspondem a um número reduzido de fragmentos de cerâmica de construção, nomeadamente tégulas, cerâmica comum, cerâmica *terra sigillata*, e ocorrências isoladas. Do conjunto de materiais romanos provenientes da Ladeira destaca-se um exemplar de cerâmica figurativa em terracota, correspondente a um busto feminino.

A informação contida no acervo documental analisado reporta aspetos que, devidamente conjugados com os resultados reunidos no decurso da primeira fase do projeto, poderão auxiliar na caracterização da Ladeira.

O primeiro aspeto a ter em consideração é a total ausência de referências a vestígios relativos à ocupação pré-histórica. Os dados de superfície decorrentes das prospeções realizadas a partir de 2005 demonstraram o claro predomínio dos vestígios de época romana. No entanto, as ocorrências de cronologia mais



Fig. 8 – Busto feminino em terracota. Fundação Arquivo Paes Teles.

recuada são significativas, pelo que não terão passado despercebidas nos trabalhos realizados no início do século XX.

Provavelmente a dimensão e representatividade dos achados de período romano aliciaram José Leite de Vasconcelos, preterindo os vestígios pré-históricos aí existentes, remetendo para os contextos megalíticos as recolhas de cronologia mais recuada (Vasconcelos, 1912, p. 286).

O acervo da Fundação Arquivo Paes Teles integra escassos testemunhos pré-históricos, recolhidos em 1976 e 1986, e que são atribuídos à Ladeira. A ocupação pré-histórica do sítio foi efetivamente documentada em 2005 no âmbito da *Carta Arqueológica de Avis* (Ribeiro, 2008).

No que diz respeito ao período romano, os indicadores conhecidos fornecem elementos fundamentais para a caracterização do sítio arqueológico, mas são pouco precisos quanto à sua tipologia e dimensão.

A referência a elementos arquitetónicos, nomeadamente capitéis e colunas em mármore (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal, JLV/Avis/ nota de imprensa de 16/08/1912), constitui um indício da monumentalidade das suas construções.

As mós e o peso de lagar de azeite (*idem*) são indicadores de uma atividade agrícola devidamente alicerçada. Já a presença de epígrafes (Fundação Arquivo Paes Teles, Espólio documental de Mário Saa, 1913), assim como de outros

suportes inscritos (Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2538/n.º 17181, de 28/10/1912; Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal JLV/2538/n.º 17204, de 01/11/1914), apontam para uma estrutura social e cultural organizada.

A urna, referida por José Leite de Vasconcelos (Vasconcelos, 1912, p. 286), sugere a presença de um espaço funerário associado à Ladeira. Quanto à moeda arábica (*idem*), deverá ser tida com reservas a sua classificação, assim como a sua relação com o sítio, pois até à data não foram identificadas ocorrências que possam documentar uma eventual presença islâmica em Ervedal.

A relevância arqueológica da Ladeira foi confirmada pelos trabalhos de prospeção e escavação aí desenvolvidos a partir de 2005. Os resultados obtidos, apesar do carácter preliminar, permitiram reafirmar o potencial arqueológico do sítio (Ribeiro, 2010).

Na sequência das prospeções, foram definidas áreas de dispersão de materiais arqueológicos, localizadas em zonas diferenciadas. O perímetro delimitado, de acordo com os achados de superfície, ascende os cinco hectares e integra, neste momento, cinco sectores que se distinguem pelo número e tipologia de materiais arqueológicos, assim como pela respetiva integração cronológica. Para a avaliação da extensão do sítio foram ainda considerados os achados avulsos e as informações orais, os quais permitem ampliar a dispersão de vestígios até cerca de dez hectares.

Estes primeiros trabalhos forneceram uma visão global da possível dimensão do sítio arqueológico, ou pelo menos do que dele se conserva, identificando, simultaneamente, áreas onde se verificava uma maior concentração e diversidade de vestígios arqueológicos.

Os trabalhos prosseguiram com a escavação de dois dos sectores previamente definidos, num total de 100 m², área ainda pouco expressiva para um sítio de grande dimensão, mas suficiente para realizar um primeiro diagnóstico e recolher um importante conjunto de indícios sobre a ocupação do local.

Numa das áreas intervencionadas foi detetada uma concentração de materiais variados, sugerindo a utilização deste espaço como zona de despejo de lixos domésticos. A sua escavação permitiu a recolha de um número significativo de espólio associado à ocupação de época romana e onde se integram realidades diversas, como cerâmicas domésticas, cerâmicas de importação, materiais de construção e revestimento, metais, vidros e restos faunísticos.

O alargamento da escavação ao segundo sector intervencionado possibilitou a identificação das primeiras estruturas, cuja caracterização exige a continuação dos trabalhos.

Os materiais associados a esta área ocorrem em número claramente inferior em relação à zona anteriormente escavada, mas destaca-se a elevada concentração

de tesselas, indiciando a presença de pavimentos em mosaico, predominantemente bicromáticos.

O conjunto artefactual reunido no decurso do projeto constitui, neste momento, o principal elemento para a caracterização das fases de ocupação.

Os materiais atribuíveis à Pré-História Recente estão associados, na sua maioria, a recolhas de superfície e correspondem, sobretudo, a cerâmicas de produção manual, onde se integram peças fechadas, com destaque para os recipientes de forma esférica, e peças abertas, predominando, neste caso, os pratos de bordo espessado. A presença de recipientes decorados encontra-se documentada através de um único fragmento, que ostenta decoração incisa em espinha, padrão decorativo normalmente registado em contextos de Neolítico Antigo.

Os utensílios líticos e subprodutos de talhe estão também presentes através de percutores, em quartzo e quartzito, e de fragmentos de pontas de seta, lâminas simples e retocadas, lascas e núcleos, todos produzidos sobre sílex. A indústria sobre seixo de quartzito está presente em número reduzido, através de lascas e núcleos, e caracteriza-se pela fraca qualidade dos materiais, facto relacionado com a matéria-prima disponível na região.

Os artefactos em pedra polida estão também representados e incluem, para além de instrumentos de corte, um esboço de machado recolhido em contexto de



Fig. 9 – *Gaal* em calcário. Centro de Arqueologia de Avis.

escavação. O conjunto de materiais relativo a esta ocupação mais recuada inclui também elementos de mó manual, barro de cabana, peso de rede em xisto e um fragmento que parece corresponder a um peso de tear em crescente. Salienta-se, ainda, a recolha de um búzio com perfuração, provavelmente utilizado como pendente, e de um pequeno recipiente, em calcário, de dimensões reduzidas.

As limitações decorrentes das recolhas de superfície na atribuição de uma cronologia aos vestígios identificados tornam-se evidentes para um pequeno conjunto de fragmentos de cerâmica, o qual poderá remeter para um período intermédio, situado entre as duas fases de ocupação já confirmadas, hipótese que só poderá ser apurada com a continuação dos trabalhos arqueológicos.

O espólio de cronologia romana recolhido à superfície e confirmado no decurso da escavação integra-se no padrão artefactual habitualmente associados aos sítios romanos de maior dimensão e inclui um vasto número de cerâmicas domésticas, materiais importados, elementos arquitetónicos e indicadores produtivos.

A cerâmica comum é, sem dúvida, a categoria mais representativa do conjunto de materiais recolhidos, integrando recipientes como tachos, painéis, alguidares, frigideiras, púcaros e, em número mais reduzido, potes, bilhas e jarros. As taças, pratos e tigelas estão também presentes e são relativamente frequentes.



Fig. 10 – Taça em cerâmica paredes finas. Centro de Arqueologia de Avis.



Fig. 11 – Fragmento de lucerna com decoração. Centro de Arqueologia de Avis.

O segundo grupo mais representativo de cerâmicas corresponde à *terra sigillata*, registando-se, sobretudo, a ocorrência de produções sudgálicas e hispânicas, estas últimas com maior frequência. As decorações integram círculos, motivos vegetais, e *guilhoche*. Salienta-se a recolha de quatro exemplares com marca de oleiro.

Ao nível das cerâmicas de paredes finas, os fragmentos recolhidos apresentam, na sua maioria, engobes de cor alaranjada, com variações, verificando-se a ocorrência de alguns fragmentos com brilho metalizado. Do ponto de vista decorativo, ocorrem mamilos, círculos e *guilhoche*. Alguns dos fragmentos recolhidos apontam para produções do século I d. C.

Os exemplares de cerâmica de abastecimento e transporte, assim como de contentores cerâmicos de grande dimensão, ocorrem em número relativamente baixo.

A cerâmica de iluminação encontra-se também representada, verificando-se a presença de materiais importados e de exemplares que sugerem produções locais ou regionais. Alguns dos fragmentos evidenciam decorações figurativas.

Ao nível da arquitetura é notória a presença constante de materiais de construção e revestimento, dos quais se destacam as cerâmicas de cobertura decoradas, os fragmentos de estuque pintado, os elementos pétreos em mármore e as tesselas.

Regista-se ainda a ocorrência de elementos associados à tecelagem, como cossoiros e pesos de tear, a utensilagem doméstica, predominantemente em metal, os

indícios de metalurgia, com a ocorrência de escórias, e, em número reduzido, os vidros. A numismática encontra-se representada por um único exemplar.

O conjunto artefactual aponta, numa primeira análise, para uma ocupação que recua ao século I d. C. e que poderá prolongar-se até ao século IV d. C., fornecendo elementos fundamentais para a caracterização do sítio.

O grau de ostentação de algumas das construções da Ladeira é confirmado pela presença de tesselas, estuque pintado e elementos arquitetónicos monumentais, referidos também nas fontes documentais. A dimensão diminuta da maioria dos exemplares de tesselas recolhidos é indicador de pavimentos cuidados e de pormenor.

A vitalidade económica do local é também indicada pela ocorrência frequente de cerâmicas de importação, em particular de cerâmica *terra sigillata*. A presença de materiais importados indicia a posição privilegiada da Ladeira nos circuitos comerciais de nível regional e traduz o dinamismo económico e a clara capacidade de aquisição dos seus habitantes.

A estrutura económica do sítio e a capacidade de sustentação, já verificadas através dos materiais associados à exploração agrícola, são reforçadas por indicadores de produções especializadas, nomeadamente pela presença de escórias, que documentam atividades relacionadas com a metalurgia, e pela ocorrência de cossoiros e pesos de tear, associados a trabalhos de fiação e tecelagem.

Apesar de todos estes elementos, continua por esclarecer o tipo de ocupação durante o período romano. As evidências materiais e estruturais encontram-se implantadas ao longo da elevação, localizada na zona de confluência de uma pequena linha de água, que delimita o sítio a oeste e noroeste, com a Ribeira Grande, a norte e este.

A água terá assumido um papel determinante na implantação, tanto no período romano, como na fase de ocupação mais recuada. O local evidencia abundantes recursos, cuja importância é confirmada pela ara consagrada a *Fontanus* (Vasconcelos, 1913, p. 620-621) e reforçada pelos indicadores produtivos registados, os quais dependem de recursos hídricos.

O sítio detém um significativo domínio visual sobre a paisagem, nomeadamente para este, sobre a zona da Ribeira Grande, assim como fatores naturais de defensabilidade, garantida pelo relevo mais acentuado da vertente noroeste.

Os vestígios romanos encontram-se distribuídos, de forma contínua, por uma vasta área, sendo a sua concentração mais evidente nas zonas a nordeste, a este e no topo. A ocorrência de materiais romanos na extremidade norte é residual, por contraste com os vestígios pré-históricos, mais frequentes neste local onde a estratigrafia é claramente mais reduzida.

As evidências registadas são sugestivas quanto à presença de uma *villa* no local. No entanto, a extensão dos vestígios e a sua implantação, atípica para o

padrão normalmente associado às *villae*, poderão remeter para uma realidade mais ampla, relacionada com um aglomerado urbano de pequena escala. A insuficiência de elementos, nomeadamente estruturais, limita, nesta fase dos trabalhos, uma caracterização mais precisa da forma de ocupação e organização do espaço, fundamental para uma leitura integrada do sítio no contexto da rede de povoamento rural romano da região (Ribeiro, 2015).

Mesmo sem existir uma visão clara quanto à classificação da Ladeira, o facto é que se evidencia a sua função agregadora na estrutura de povoamento (*idem*, 2015, p. 19-24). A concentração de sítios em torno da Ladeira confere ao local um papel de convergência e deixa antever a proximidade a um eixo estruturante, fundamental para a circulação e ligação a espaços urbanos de maior dimensão que, neste caso concreto, seria *Abelterium*, associado à via XIV, que ligava *Olisipo* a *Emerita* (Saa, 1956, p. 176).

O acesso a esta via, que atravessava, a norte, o território que hoje corresponde ao concelho de Avis, seria, segundo Mário Saa, garantido através de um conjunto de traçados secundários, um dos quais passaria por Benavila e Ervedal (*idem*, 1956, p. 128). Esta proposta baseia-se, em parte, na relevância que Saa con-

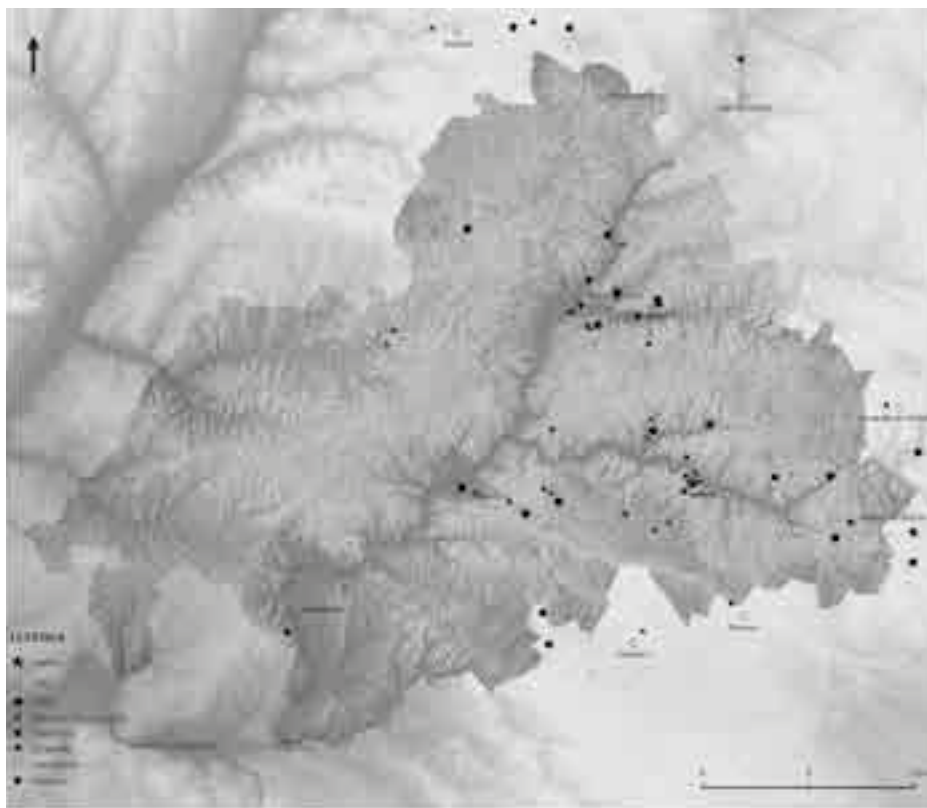


Fig. 12 – O povoamento romano na área de Avis e zona limítrofes.

ferre ao Ervedal, território que lhe era familiar, e em particular à Ladeira (Ribeiro, 2010, p. 43-44).

Apesar de uma certa sobrevalorização, o facto é que as evidências arqueológicas relacionadas com a estrutura de povoamento romano atualmente conhecidas se encontram concentradas numa faixa específica do território, desenvolvida com uma orientação norte/sul e onde a Ladeira parece ocupar um lugar nuclear (*idem*, 2015, p. 19-24).

Relativamente à ocupação pré-histórica os dados disponíveis são escassos, uma vez que não foram identificados, até ao momento, níveis conservados nas áreas escavadas. Os materiais recolhidos à superfície distribuem-se por toda a extensão do sítio, verificando-se uma maior concentração na vertente noroeste, localizada na confluência das duas linhas de água e onde o relevo é mais acentuado.

Os indícios registados, apesar das limitações decorrentes das recolhas de superfície, confirmam a presença de um povoado que seria, face aos vestígios identificados, extenso e estruturado, podendo, por isso, reunir os elementos necessários para a construção de grandes monumentos, como os que se encontram na envolvente, associados aos conjuntos de Ervedal e Figueira e Barros (Leisner e Leisner, 1959; Ribeiro, 2014).

A proximidade da Ladeira ao sítio Areias 1 (*idem*, 2008, p. 7; *idem* 2014, p. 86-87; *idem*, 2015a, p. 25-27), classificado também como um potencial povoado, levanta algumas questões relativamente à relação entre os dois locais. A possibilidade de ambos corresponderem a um mesmo sítio parece ser pouco provável, implicando um local de grande extensão e com variações significativas ao nível de implantação.

Mais do que contemporâneos, estes locais poderão representar uma sequência de ocupação do território, sendo difícil determinar qual corresponderá à ocupação mais antiga. Salienta-se que, se para a Ladeira o conjunto artefactual é expressivo, para o sítio Areias 1 o número de peças recolhido é insuficiente para uma integração cronocultural. Neste local foram registadas duas estruturas negativas cuja cronologia e funcionalidade ainda não foi possível aferir com rigor.

A articulação da informação reunida ao longo do projeto tem assumido, progressivamente e à medida que se vem aprofundando o conhecimento do território e das diferentes realidades que nela se implantam, um papel determinante no estudo da estrutura de ocupação do território para as duas fases de ocupação confirmadas no sítio da Ladeira.

Os resultados desta primeira fase do projeto decorrem sobretudo das recolhas de superfície e da escavação no Sector A, onde foram identificados níveis integráveis no período romano interpretados como zona de despejo, provavelmente localizada nas imediações de uma zona habitacional, e no Sector B, na qual foi identificada parte de uma estrutura em pedra e o respetivo derrube, cujos vestígios

associados remetem para um espaço habitacional de época romana (*idem*, 2010).

Os dados reunidos na primeira fase do projeto constituem um importante contributo para o estudo sistemático e integrado do sítio arqueológico, 100 anos após a primeira intervenção aí realizada. Espera-se que a continuidade dos trabalhos possa vir a aprofundar o conhecimento sobre o quotidiano das comunidades que habitaram, em momentos distintos, o local hoje designado por Ladeira.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de (1988) – *Roman Portugal*. Londres: Warminster, Aris & Philips. vol. II, fascículo III – Évora, Faro e Lagos.
- BATATA, C., BOAVENTURA, R., e CARNEIRO, A. (2000) – A inscrição romana de Palhinha 1 e o seu enquadramento. *Revista de Arqueologia*. Lisboa. 3:2, p. 237-246.
- CARDOSO, J. L. (2012) – José Leite de Vasconcelos (1858-1941) e Joaquim Fontes (1892-1960) vistos através da correspondência conservada nos Arquivos do Museu Nacional de Arqueologia e do Laboratório Nacional de Energia e Geologia. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V, 2, p. 77-187.
- CARNEIRO, A. (2013) – *Leite de Vasconcelos e Mário Saa. Notas para uma influência tutelar. Mário Saa: poeta e pensador da razão matemática*. Lisboa: Universidade Católica. p. 27-49.
- CARNEIRO, A. (2014) – *Lugares, tempos e pessoas. Povoamento rural romano no Alto Alentejo* [Em linha] Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Volume 2. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14195/978-989-26-0833-4>.
- ENCARNAÇÃO, J. d' (1984) – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis. Subsídios para o estudo da romanização*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras. (IRCP).
- LAMBRINO, S. (1967) – Catalogue des inscriptions latines du Musée Leite de Vasconcelos. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, vol. 1, p. 123-217.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1959) – *Die Megalithgräber der Iberischen Halbinsel der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter.
- PEREIRA, E. (2010) – As dedicatórias da biblioteca de Mário Saa: redes intelectuais e científico-filosóficas da cultura portuguesa do século XX. *Vialibus. Revista de Cultura da Fundação Arquivo Paes Teles*. Ervedal, 2, p. 65-157.
- PONTIS (1999) – *Carta Arqueológica de Ponte de Sor*. Ponte de Sor: Câmara Municipal de Ponte de Sor.
- RIBEIRO, A. (2008) – Uma primeira leitura da Carta Arqueológica de Avis. *Al-madan adenda electrónica*. 16: VII, p. 1-12. Disponível em: http://issuu.com/almadan/docs/almadan_online_16.
- RIBEIRO, A. (2010) – Novos elementos para o estudo do sítio arqueológico da Ladeira, Ervedal. Resultados preliminares da primeira fase do projecto de investigação. *Vialibus. Revista de Cultura da Fundação Arquivo Paes Teles*. Ervedal, 2, p. 35-64.
- RIBEIRO, A. (2011) – (Re)descobrir Avis. Contributo para o estudo e valorização do património arqueológico do concelho. *Actas do Encontro «Arqueologia e Autarquias»*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais. p. 567-588.
- RIBEIRO, A. (2014) – Apontamentos sobre o megalitismo funerário no concelho de Avis. *Al-madan adenda electrónica*. 18: 2, p. 75-88. Disponível em: http://issuu.com/almadan/docs/maqueta18_2_online_completa.
- RIBEIRO, A. (2015) – O povoamento rural romano no concelho de Avis: uma primeira abordagem interpretativa dos dados reunidos no decurso da Carta Arqueológica. *Abelarium. Alter do Chão*. 2, p. 8-25. Disponível em: https://www.academia.edu/12993424/ABELTE_RIVM_II_I.

RIBEIRO, A. (2015a) – Novos dados sobre o megalitismo funerário do concelho de Avis. *Congresso Internacional sobre Arqueologia de Transição: O Mundo Funerário, 2, Évora, 2013: Actas*. Évora: CHAIA, Universidade de Évora, p. 17-33.

RIBEIRO, J. C., coord. (2002) – *Religiões da Lusitânia. Loquuntur saxa*. Lisboa: IPM.

ROCHA, L., CALADO, M., e ALVIM, P. (2011) – Carta Arqueológica de Mora. In *Actas do Encontro Arqueologia e Autarquias*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais. p. 165-164.

SAA, M. (1956) – *As grandes vias da Lusitânia. O Itinerário de Antonino Pio*. Lisboa: Ed. Autor. Tomo I.

VASCONCELOS, J. L. de – *Informações e achados por proveniência – Avis* [Manuscritos]. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de JLV, Lisboa, Caixa 6-A/B (JLV/Avis).

VASCONCELOS, J. L. de (1912) – Pelo Alentejo. *Arqueologia e Etnografia. O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I, vol. 17, p. 284-289.

VASCONCELOS, J. L. de (1913) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: INCM. Vol. III.

VASCONCELOS, J. L. de (1913a) – D'une manière de fabriquer les haches néolithiques. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, Série I, vol. 18, p. 57-58.

VASCONCELOS, J. L. de (1914) – Crónica. Excursão alentejana. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I, vol. 19, p. 386-398.

VASCONCELOS, J. L. de (1916) – Notas epigráficas. Dois monumentos sepulcrais romanos do Alentejo. *O Arqueólogo Português*. Lisboa, Série I, vol. 21, p. 316-318.

FONTES

GTACE – *Diário do Grupo de Trabalho e Acção Cultural Ervedalense – Secção de Aqueologia, 1976* [Manuscrito]. Disponível na Fundação Arquivo Paes Teles, Ervedal, Avis.

MARQUES, A. P. S. M. – [Cartas] a José Leite de Vasconcelos [Manuscritos]. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de JLV, Lisboa. Correspondente JLV 2538/n.º 17170 a 17254.

PAES, F. A. – [Cartas] a José Leite de Vasconcelos [Manuscrito]. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de JLV, Lisboa. Correspondente JLV n.º 2541.

SÁ, M. P. da C. e – [Cartas] a José Leite de Vasconcelos [Manuscritos]. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de JLV, Lisboa. Correspondente JLV n.º 20292.

SAA, M. – *Anotação de Mário Saa, realizada na contra-capa da separata da Revista O Arqueólogo Português de 1912* [Manuscrito]. Disponível na Fundação Arquivo Paes Teles, Ervedal, Espólio documental de Mário Saa.

SAA, M. – *Apontamentos archeológicos de Mário Paes da Cunha e Sá de 16/6/1912, Évora*, [Manuscrito]. Disponível na Fundação Arquivo Paes Teles, Ervedal, Espólio documental de Mário Saa.

SAA, M. – *Carta de 17 de Agosto de 1913. Correspondência de António Paes da Silva Marques para Mário Saa* [Manuscrito]. 1913. Disponível na Fundação Arquivo Paes Teles, Ervedal, Espólio documental de Mário Saa.

SAA, M. – *Correspondência a José Leite de Vasconcelos* [Manuscritos]. Disponível no Museu Nacional de Arqueologia, Arquivo Pessoal de JLV, Lisboa. Correspondente JLV 3006/n.º 20288 a 20290.

Medicine, surgery, pharmacy, toilet and other health care tools from the Roman city of Balsa (Tavira, Portugal) from the 1st to the 3rd century AD¹

Instrumentos de medicina, cirurgia, farmácia, higiene e outros cuidados de saúde provenientes da cidade romana de Balsa (Tavira, Portugal) entre os séculos I e III d. C.

MARIA DO SAMEIRO BARROSO*

ABSTRACT

José Leite de Vasconcelos (1858-1941), the founder of the Lisbon National Museum of Archaeology, was a physician and a pioneer researcher in Archaeology and other scientific disciplines. His multidisciplinary works include the study of the first surgical instruments from the Roman period found in Portuguese territory. He described the medical and surgical findings from Torre d'Ares, the ancient city of Balsa, in Algarve, southern Portugal, in his books *Religiões da Lusitania* (1913) and *Medicina dos Lusitanos* (1925). In this book he collected most of the information available on the Lusitanian medicine. Later researches on surgical, medical, pharmacy and health care tools brought new insights on the instruments

¹ This article summarizes the results of my research and my presentations of the objects of this collection at the International Ancient Medicine Meeting «Approaches to Ancient Medicine», Cardiff, 23-24, August, 2010: «The Case of the Surgeon from Torre De Ares». Toilet objects have been added because they were sometimes confused with medical-surgical instruments and presented at the «Arbeitskreis Alte Medizin Einunddreißigstes Treffen», Mainz, 9-10 Juli, 2012: «Medizin, Apotheke, Patientenversorgung und hygienische Gewohnheiten in den 2./3. Jh. n. Ch., in der Stadt Balsa (Algarve)». These conferences did not include the publications of the proceedings. For this article, only the works published until 2008 were considered. Later works such as the Master Thesis by Joana Gomes, *Os materiais médico-cirúrgicos de época romana do Museu Nacional de Arqueologia*, História, Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2010 and the PhD Dissertation by Carlos Pereira, *As necrópoles romanas do Algarve. Acerca dos espaços da morte no Extremo Sul da Lusitânia*, História, Arqueologia, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2014 to which I came across later were not included.

* Medicine Doctor, History of Medicine researcher, board member of the Department of History of Medicine of the Portuguese Medical Association, member of the Centre for History, Faculty of Letters, University of Lisbon. Personal e-mail: msameirobarroso@gmail.com.

of Balsa. The medical-surgical tools and the grooming and patient care devices state elevated social patterns in medicine, surgery and health related practices.

Keywords: Ancient medicine – Surgery – Pharmacy – Toilet – Archaeology

RESUMO

José Leite de Vasconcelos (1858-1914), fundador do Museu Nacional de Arqueologia, foi médico e investigador, pioneiro no estudo da arqueologia e de outras áreas científicas. Os seus trabalhos multidisciplinares incluem o estudo dos primeiros instrumentos cirúrgicos da época romana, descobertos em Portugal, tendo descrito os objetos de uso médico e cirúrgico de Torre d'Ares, antiga cidade de Balsa, no Algarve, sul de Portugal, nos seus livros *Religiões da Lusitania* (1913) e *Medicina dos Lusitanos* (1925). Neste livro, recolheu a maior parte da informação que então existia sobre a medicina dos lusitanos. Estudos posteriores sobre instrumentos médico-cirúrgicos e de farmácia e higiene forneceram novos dados sobre os instrumentos. Tanto os objetos de uso médico-cirúrgico como os de farmácia, *toilette* e de cuidados a doentes indiciam padrões sociais elevados nas áreas relacionadas com a saúde.

Palavras-chave: Medicina antiga – Cirurgia – Farmácia – *Toilette* – Arqueologia

The Graeco-Roman physicians established the basis of Western rational medicine and created an accurate and sophisticated surgical *instrumentarium*, an important legacy, since surgery is closely interwoven with the development of surgical instruments (Kirkup, 2006, p. 1). Many Graeco-Roman surgical tools still resemble the instruments we use in our medical practice. An ancient vaginal *speculum* or a tooth *forceps* are quite familiar to us. The ancient authors often mentioned the instruments but they seldom described them. No instrument catalogue has come to us. Led by the reading of the most outstanding medical works, the medical and surgical practices appear to have been dictated by similar procedures through the whole Roman world. The similarity of the surgical tools also conveys the idea of a practice guided by the same rules. The instruments display some kind of *air de famille*, whatever their provenience in the Graeco-Roman world (Milne, 1907, p. 18). As Antje Krug's has stated: «Considering the medical instruments in the Roman Empire between Lusitania and Syria, it surprises how similar they are, how equal in appearance and in technical standards. The scalpel handles from Munigua in the Baetica demonstrate the same professional standards as those from Bingen, Pompeii or Greece. The artisans of workshops from all over the Roman Empire were familiar with the demands of the doctors who worked according to the 'rules of the art'» (Krug, 2011, p. 354).

The medicines were prepared by the doctors as Pliny the Elder (23-79 AD) stated:

«Nowadays whenever they come on books of prescriptions, wanting to make trial of the ingredients in the prescriptions at the expense of their unhappy patients, they rely on the fashionable druggists' shops which spoil everything with fraudulent adulterations, and for a long time they have

been buying plasters and eye-salves readymade; and thus is deteriorated rubbish of commodities and the fraud of the druggists' trade put on show» (Pliny, Book XXXIX, Chapter XXV, in Rackam, 1952, p. 209).

The great encyclopaedist provides us a remarkable knowledge on medicines and on the medicine of the time, practiced in very adverse conditions. The surgical tools were usually simple and effective, adapted to their functions (Milne, 1907, p. 17). But the instruments were often artistically ornamented. Since the discovery of microorganisms in the 19th century by Louis Pasteur (1822-1895), it is obvious that the fine decors were harmful, because they attracted the germs and infected the surgical wounds. The ancient physicians could not be aware of that danger. In spite of the lack of effective pain killers and knowledge on antisepsis and antibiotics, they dared to accomplish very bold and effective surgeries. Most of them have only been improved from the 16th century onwards.

Very few medical instruments came into our time since the establishment of the Hippocratic medicine in the 5th century BC until the Hellenistic period. Most surgical instruments that survived are dated from the 1st century BC until the 4th century AD and have been found throughout the whole Roman Empire. Along with the medical texts, they illustrate the practice of surgery. In his book on surgical instruments, John Stuart Milne (1871-1913) tried to define the function of the instruments according to the descriptions of surgical procedures by ancient authors (Milne, 1907). Ralph Jackson, Curator of the British Museum, also published a remarkable study on the surgical tools referred to by Celsus' *De Medicina* (Jackson, 1994, p. 161-210).

In the Iberian Peninsula, no written records have survived during the Roman period. The inscriptions of physicians and medical instruments are the only traces. José Leite de Vasconcelos (1858-1941) (fig. 1) complained that the inscriptions told us nothing about the clinical capabilities of these ancient colleagues (Vasconcelos, 2008, p. 56). In his book, he conveyed the drawing of 22 instruments and he described them briefly, according to their typology, questioning the use of some rare specimens (fig. 2, 3) (Vasconcelos, 1925, p. 21-22).

The findings had been discovered by Estácio da Veiga (1828-1891), also a pioneer archaeologist from Algarve. In 1877, he had excavated a large cemetery with tombs from the 1st and 2nd centuries AD inscrip-



Fig. 1 – José Leite de Vasconcelos. Arquivo Fotográfico do Museu Nacional de Arqueologia.

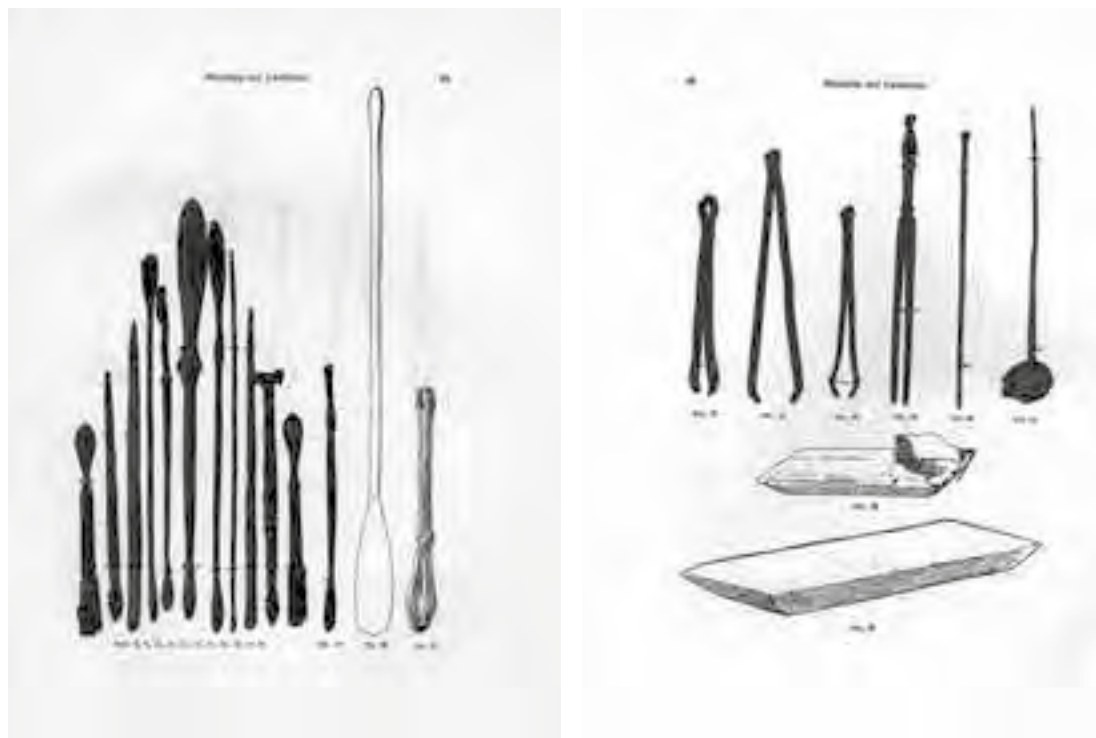


Fig. 2, 3 – Drawing from the first edition, 1925.

tions, coins and other findings allowed the identification of this place as the site of Balsa of pre-Roman origin, near the present town of Tavira (Algarve), in the farms of Torre de Ares and Antas (Veiga, 1866, p. 18-24). The instruments are therefore generally dated from the 1st and 2nd century AD.

Balsa, together with Ossonoba, are the best known Roman places in Algarve. Balsa was mentioned by the Portuguese pioneer archaeologist, André de Resende (c. 1500-1573), in 1593 (Pereira, 2014, vol. I, p. 73). The identification of Balsa with Torre d'Ares and not with the city of Tavira has been established by the Portuguese archaeologist Catarina Viegas who provided a map of the place (Viegas, 2011, p. 27) (fig. 4).

Estácio da Veiga gathered extensive materials from this archaeological site, placed in the Archaeological Museum of Algarve. In 1894, these findings were donated to the Lisbon National Museum of Archaeology by his family.

The collection was originally composed of 30 instruments found in the necropolis of Balsa. It was dated from the 1st to the 3rd century AD. No inscription of a doctor or surgeon has been found. Medical, surgical, pharmacological and minor toilet objects were also found as it often happens in other medical funerary contexts.



Fig. 4 – Limites das *civitates* do Algarve romano, adaptado por Catarina Viegas (2011, p. 27).

It is not known whether the material was collected from one or more tombs or even from the same necropolis (Pereira, 2014, p. 79). Some instruments appear to have belonged to a unique doctor's *armamentarium*. The material was well preserved as it is usual when materials are collected from tombs (Pereira, 2014, p. 170). Many Roman doctor's instruments have been preserved in tombs.

Medical and surgical instruments have also been preserved by natural catastrophes, such as Vesuvius eruption in 79 in Pompey. In April, 1771, began the study of Roman instruments with 40 pieces found in the House of the Surgeon (Künzl, 2002, p. 58).

Other instruments have been preserved and found in tombs of doctors and surgeons. In 1854, in Reims, France, a tomb of an oculist doctor, Gaius Firminus Severus, has been discovered together with his working tools. Some coins from the time of the emperors Antoninus Pius (Emperor from 138-161 AD) and Marc Aurelius (Emperor from 161-180 AD) pointed the dating to the 2nd century AD. The tomb had remained intact for seventeen centuries. According to the use of the Roman time, his relatives had buried his most valuable objects with him. The wealth and elegance of the instruments was striking. Some piercing tools displayed beautiful silver damascene decoration. The tomb had belonged to a successful wealthy doctor. Instruments from a surgical instruments workshop were also found (Deneffe, 1896, p. 11-13). This means that the doctor Gaius Firminus Severus had his own artisan working for him.

Usually the deceased were proud of their professions and were buried with their working instruments (Kenrick, 1858, p. 29). The tombs of doctors are the most frequently found (Matthäus, 1987, p. 10). This funerary rite was extremely

useful for our study of ancient Roman medical-surgical instruments.

Although the provenance of the Balsa's instruments is not known, in 1926, Virgílio Correia photographed the collection (with 23 pieces) and called it «The Case of the Surgeon from Torre d'Ares» (Correia, 1926, p. 289). In 1983, Ernst Künzl mentioned the preliminary investigation of the collection with two dozen instruments (1983, p. 100).

Maria Luísa Veiga dos Santos, a great grand-daughter of Estácio da Veiga, published some instruments in her Dissertation in 1971. In 1990, she published a study of 17 instruments with very detailed descriptions. A set of surgical instruments figures in a new picture along with the description of some objects and some cosmetic and patient care tools, in the catalogue, *Tavira, território e poder* (2003). The medical, surgical, pharmaceutical and grooming materials from Balsa were also published by the Director of the Campo Arqueológico de Tavira (Silva, 2007). The photograph for the new edition of *Medicina dos Lusitanos*, figured in the 2003 catalogue, presented 19 (Vasconcelos, 2008, p. 75, fig. 4a). 15 had been described in the first edition of Vasconcelos' book. Tables I and II display the instruments figured in both editions.

Nr.	Instrument	Material	INV. Number
Fig. 8	Scalpel handle	Copper alloy/ Silver	983.288.412
Fig. 9	Handle	Copper alloy Silver	983.288.18
Fig. 10	Perforated tool	Copper alloy	983.288.29
Fig. 11	Spatula-probe	Copper alloy	983.288.413
Fig. 12	Spoon-probe	Copper alloy	983.288.406
Fig. 13	Fish spatula-probe	Copper alloy	983.288.403
Fig. 14	Spoon-probe	Copper alloy	983.288.410
Fig. 15	Probe	Copper alloy	983.288.15
Fig. 16	Probe	Copper alloy	983.288.14
Fig. 17	Handle (bifurcated hook?)	Copper alloy/Silver	983.288.20
Fig. 20	Spatula-probe	Copper alloy	983.288.422
Fig. 21	Tweezers (1 jaw missing)	Copper alloy	983.288.32
Fig. 22	Tweezers	Copper alloy	983.288.7
Fig. 23	Tweezers	Copper alloy	983.288.411
Fig. 24	Tweezers	Copper alloy	983.288.408
Fig. 25	Tweezers	Copper alloy	983.288.407
Fig. 26	Ear probe	Copper alloy	983.288.21
Fig. 27	Spoon	Copper alloy/Silver	983.288.409
Fig. 28	Medicine box lid	Copper alloy	983.288.128
Fig. 29	Mixing palette	Slate	983.288.421

Table I – Set of instruments (Vasconcelos, 1925, p. 21-22, fig. 8-29).



Fig. 4a – Vasconcelos, 2008, p. 75.

Nr. Instrument	Material	M. L. 1925	INV. Number
1 – Tweezers	Copper alloy	Fig. 25	983.288.407
2 – Tweezers	Copper alloy	Fig. 23	983.288.411
3 – Tweezers	Copper alloy	Fig. 24	983.288.408
4 – Tweezers	Copper alloy	Fig. 22	983.288.7
5 – Scalpel handle	Copper alloy/ Silver	Fig. 8	983.288.412
6 – Fragment	Copper alloy (needle?)		983.288.4
7 – Fragment	Copper alloy (needle?)		983.288.5.
8 – Fragment	Copper alloy (needle?)		983.288.29
9 – Spoon	Copper alloy/Silver	Fig. 27	983.288.409
10 – Spoon – probe	Copper alloy	Fig. 14	983.288.410
11 – Spatula – probe	Copper alloy		983.288.405
12 – Spatula – probe	Copper alloy	Fig. 11	983.288.413
13 – Ear – probe	Copper alloy	Fig. 26	983.288.21
14 – Probe	Copper alloy	Fig. 16	983.288.15
15 – Probe	Copper alloy		983.288.29
16 – Spatula – probe	Copper alloy	Fig. 12	983.288.406
17 – Fish spatula – probe	Copper alloy	Fig. 13	983.288.403
18 – Needle	Copper		983.288.402
19 – Palette	Slate	Fig. 29	983.288.421

Table II – Set of instruments (from left to right) (Vasconcelos, 2008, p. 75).

Nr.	Material	M. L. 1925	M. L. 2008	INV. Number
1 – Scalpel handle	Copper alloy/ Silver	Fig. 8	Nr. 5	983.288.412
2 – Spatula – probe	Copper alloy	Fig. 20		983.288.422
3 – Spatula – probe	Copper alloy	Fig. 11	Nr. 12	983.288.405
4 – Fish spatula – probe	Copper alloy	Fig. 13	Nr. 17	983.288.403
5 – Spatula – probe	Copper alloy	Fig. 10	Nr. 14	983.288.410
6 – Spoon – probe	Copper alloy	Fig. 12	Nr. 10	983.288.406
8 – Needle	Copper		Nr. 18	983.288.402
9 – Spoon	Copper alloy/Silver	Fig. 27	Nr. 9	983.288.409
10 – Probe	Copper alloy		Nr. 15	983.288.29
11 – Bifurcated hook (?) ¹	Copper alloy			983.274.18
12 – Tweezers	Copper alloy	Fig. 25	Nr. 1	983. 288. 407
13 – Tweezers	Copper alloy	Fig. 23	Nr. 2	983. 288. 411
14 – Tweezers	Copper alloy	Fig. 24	Nr. 3	983. 288. 408
15 – Tweezers	Copper alloy	Fig. 22	Nr. 4	983.288.7
16 – Fragmented palette	Green marble			14891
17 – Palette	Slate	Fig. 29	Nr. 19	983.288.421

Table III – Instruments described by Maria Luísa Veiga Santos, 1990.

After a careful review of the metal objects from Torre d’Ares, 10 further instruments were identified. The ensemble is composed of 40 objects of the following materials: copper alloy and silver: 7; copper alloy: 29; copper: 1; stone: 3. Most are copper alloy instruments. Possibly, like in other archaeological places, the large amount of instruments of iron and steel did not resist to the corrosion and were lost.

The instruments, that will be briefly described, were classified according to their typology. In the sharp and piercing instruments, scalpels, probes, hooks, spatulas, spoons and needles are included. The extraction objects include the tweezers. Cylindrical boxes for storing and transportation of instruments, a rectangular box to store medicines and stone palettes to prepare medicines belong to another group of this collection. Tables III and IV convey a brief survey of the whole ensemble. Table IV contains 23 complete and clearly identified instruments. Table V contains 17 pieces of fragmented and broken or problematic pieces.

² This instrument, possibly identified with a bifurcated hook is a decorated bifid nail-cleaner with a suspension loop. It belongs to Estácio da Veiga’s excavations from Mértola and it was presented along with the surgical instruments from Balsa. These nail-cleaners were usually part of a set composed of tweezers with a folding top for wire-loop suspension, an ear-scoop and a nail-cleaner. These tools were suspended from a bar set into a D-shaped loop with expanded and perforated terminals. For parallels and further reading, see H. Eckart and N. Crummy, 2008, p. 134 and p. 167-168.

Nr.	Instrument	Material	INV. Number
1.	Scalpel handle	Copper alloy/Silver	983.288.412
2.	Scalpel/handle	Copper alloy/silver	983.288.377
3.	Needle	Copper	983.288.402
4.	Probe	Copper alloy	983.288.404
5.	Probe	Copper alloy	983.288.15
6.	Ear-probe	Copper alloy	983.288.21
7.	Spatula-probe	Copper alloy	983.288.413
8.	Spatula-probe	Copper alloy	983.288.405
9	Spatula-probe	Copper alloy	983.288.422
10	Fish spatula-probe	Copper alloy	983.288.403
11.	Spoon-probe	Copper alloy	983.288.410
12.	Spoon-probe	Copper alloy	983.288.406
13.	Spoon	Copper alloy/silver	983.288.409
14.	Spoon	Copper alloy	983.288.17
15.	Spoon	Copper alloy	983.288.370
16.	Tweezers	Copper alloy/silver	983.288.27
17.	Tweezers	Copper alloy	983.288.407
18.	Tweezers	Copper alloy	983.288.411
19.	Tweezers	Copper alloy	983.288.408
20.	Cylindrical box	Copper alloy	983.1046.1
21	Medicine box lid	Copper alloy	983.288. 128
22.	Palette	Slate	983.288.421
23.	Palette	Brownish marble	14785

Table IV – Complete instruments.

1.	Handle (bifurcated hook?)	Copper alloy/Silver	983.288.20
2.	Probe handle (?)	Copper alloy/silver	983.288.25
3.	Handle	Copper alloy/silver	983.288.18
4.	Eyed probe (?)	Copper alloy	983.288.29
5.	Broken needle (?)	Copper alloy	983.288.4
6.	Fragmented tool	Copper alloy	983.288.5
7.	Broken (needle ?)	Copper alloy	983.288.6
8.	Broken (probe?)	Copper alloy	983.288.14
9.	Spatula/spoon-probe	Copper alloy	983.288.19
10.	Tweezers (br. jaw)	Copper alloy	983.288.33
11.	Tweezers	Copper alloy	983.288.7
12.	Tweezers	Copper alloy	983.288.24
13.	Tweezers (1 jaw)	Copper alloy	983.288.32
14.	Vulsella	Copper alloy	983.288.82
15	Smashed cyl. box	Copper alloy	983.288.388
16.	Cylindrical box lid	Copper alloy	983.288.384
17.	Fragmented palette	Green marble	14891

Table V – Fragments, broken and problematic tools.

Other health care related objects and grooming tools, selected for this article, include 1 pharmacy balance, 1 bone *pyxis*, a bronze unguentary, 3 glass unguentary bottles, 3, glass stirring rods, 1 mirror, 2 metal amulets (*bullae*), 6 glass amulets and 1 *askos* (a pottery device to feed patients or children).

CATALOGUE

SCALPEL/DISSECTOR (*SCALPELLUS*)

Most scalpels, like the two handles of this collection, had an iron blade that disappeared. They were provided with a slot where a replaceable blade was inserted, the other end terminated in a leaf-shaped spatula (Milne, 1907, p. 24).

1. Handle scalpel/dissector. Rectangular handle with silver spiral damascene decoration. The blade is missing. Parallels can be found with the furnished cables from the second century BC (Künzl, 2002, p. 44, fig. 57). The rarity of the damascene decorated handles has been reported (Santos, 1990, p. 116). Milne also stated the rarity of damascene decoration amongst the instruments from Pompeii (1907, p. 17-18). Deneffe reported the silver damascene decoration of the piercing tools from the tomb of the oculist doctor, Caius Firminus Gaius (Deneffe, 1896, p. 12).

(Copper alloy/silver, L. 9, 2 cm, Inv. 983.288.412) (fig. 5)



Fig. 5 – Scalpel/dissector (Inv. 983 288 412).

Ref.: Deneffe, 1896, p. 12; Milne, 1907, p. 24; Santos, 1990, p. 116, est. 1, 1; Vasconcelos, 1905, p. 187, fig. 1; 1925, p. 21; Künzl, 2002, p. 44, fig. 57; Maia et al., coord., 2003, p. 265-268. Silva., 2007; Vasconcelos, 2008, fig. 8, n.º 5, p. 75.

2. Handle scalpel, as 421. (Copper alloy/silver, L. 9,2 cm, Inv. 983.288.377) (fig. 6)



Fig. 6 – Scalpel/dissector (Inv. 983 288 377).

NEEDLE (*ACUS*)

The surgical needles had several shapes and sizes and a sharp tip. Sometimes, they were provided with a handle. However, we have very few descriptions of the

needles that were used. Round and long needles, made of copper alloy, ivory or bone were usually used to sew bandages (Milne, 1907, p. 74). The sewing needles are usually longer than suture needles which are usually shorter, sharper, and often curved, suitable to surgical suture.

3. Long thick needle. Copper was occasionally used in the manufacture of surgical instruments, especially containers (Milne, 1907, p. 14-17).

(Copper, L. 21,3 cm, Inv. 983.288.402) (fig. 7)



Fig. 7 – Copper needle (Inv. 983 288 402).

Ref.: Milne, 1907, pp. 14-17; Santos, 1990, p. 120, fig. II, 8; Maia et al., coord., 2003, p. 265-268; Silva, 2007; Vasconcelos, 2008, p. 75, n.º 18.

PROBE (*SPECILLUM*)

Probes are very common instruments used for penetration and exploring of wounds.

4. Stylus-probe (*stilus*) with a long copper alloy decorated rod of circular section, with a decorated handle, with finial of the baluster type, moulded rings, striation on handle and shaft. It is a tool of high precision, ending in a sharp point which seems to be complete.

(Copper alloy, L. 16.4, D. 0,6 cm, Inv. 983.288.404) (fig. 8)



Fig. 8 – Stylus-probe (Inv. 983 288 404).

Ref.: Santos, 1971, p. 277, fig. 106; Santos, 1990, p. 121, fig. II, 10; Silva, 2007; Maia et al., coord., 2003, p. 265-268; Vasconcelos, 2008, p. 75, n.º 15.

5. Rod of metal, pointed at one end, the other end terminates in an olivary enlargement, spiral decoration on the shaft, probably for small cavities use. Aulus Cornelius Celsus (25 BC – 50 AD), who collected most information on medicine and surgery after the *Hippocratic Corpus*, mentioned the use of a probe wrapped round with wool, dipped in hot oil to apply to the tooth to alleviate tooth aches (Celsus, VI. 9. 2-5, in Spencer, 1977, p. 249). Milne described screw probes used to penetrate into small cavities, such as the ear or a carious tooth in which the screw end would be used to wrap some wool soaked in drugs (Milne, 1907, p. 68, XX)

(L. 16.3 cm, Inv. 983.288.15) (fig. 9)

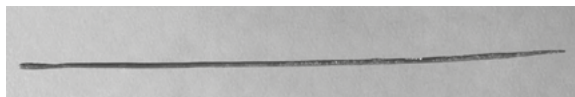


Fig. 9 – Probe (Inv. 983 288 15).

Ref: Vasconcelos, 1925, p. 21, fig. 15; Santos, 1971, p. 106; Celsus, vi. 9. 2-5, 1977, p. 249; Maia et al., coord., 2003, p. 265-268; Vasconcelos, 2008, p. 75, n.º 14.

EAR PROBE (*ORICULARIUM SPECILLUM, AURISCALPIUM*)

Ear probes were very common and multifunctional instruments. Milne summarized their use, according to the description of several ancient authors. Celsus called it *oricularium specillum* and Scribonius Largus called it *auriscalpium*. It is a small circular scoop on one end and it has a sharp probe on the other. Two of the most ancient outstanding doctors: Claudius Galen, the Prince of Medicine (130-200 AD), and Paul of Aegina (625-690 AD), the last great Byzantine compiler and physician, mentioned its use to extract foreign bodies from the external auditory canal. Celsus mentioned its use to extract *cerumen* from the external auditory canal and in urinary surgery, to extract stone from the urinary *meatus*. Aëtios of Amida (502-575 AD), also an outstanding Byzantine physician and medical writer, mentioned its use for the same purpose. Paul of Aegina mentioned it to compress the proximal end of a vein that would be punctured in phlebotomy, a very usual therapy, by that time. Aëtius of Amida also mentioned its use as a curette to drain the interior of a chalazion (a swelling caused by inflammation of the eyelid Meibomian glands). He also mentioned other uses in ocular surgery, such as the application of medical liquid and semi-solid medicines with the sharp end. He called it the *averso specillo*. Celsus also talked of using the ear probe to separate the eyelids in *ancyoblepharon* (adherence of the eyelids by inflammatory or traumatic or burning injury). Galen mentioned the use of the tip probe, dipped in liquid medicines in the treatment of anal fistulas. Paul of Aegina mentioned its use to extract fragments of arms, like arrows (Milne, 1907, p. 63-67).

6. Ear probe with decorated helical rod, ending in a sharp tip. There is a similar probe without decoration in the collection of Ephesus (Künzl, 1983, p. 50, fig. 18, 11). J. L. Vasconcelos ascribed its use to eye medicine as a cautery or as a spatula to apply topics (1925, p. 21). Paul of Aegina has actually described the use of a double-headed *specillum*, an ear-probe or other small heated instrument on the *anabrochismus* (eye operation) to cauterize the hair follicles after plucking out the hairs which pricked the eye (Adams, vi, xiv, p. 270).

(Copper alloy, L. 11,8 cm, Inv. 983.288.21) (fig. 10)



Fig. 10 – Ear-probe (Inv. 983 288 21).

Ref.: Adams, 1846, VI, XIV, p. 270; Milne, 1907, p. 63-67; Künzler, 1983, p. 50, fig. 18, 11; Vasconcelos, 1925; p. 22, fig. 26; Maia et al., coord., 2003, p. 265-268; Vasconcelos, 2008, p. 75, n.º 13.

SPATULA-PROBE (*SPATHOMELE*)

A spatula-probe is a long rod with one extremity ending in olive form and the other extremity ending in a spatula. These instruments are mostly used in pharmacy to prepare medicines. The olive-shaped tip was used to mix liquids in a container and the spatula to spread them in the affected areas (Milne, 1907, p. 58).

7. Slightly concave, triangular shaped spatula-probe.

(Copper alloy, L. 14,8 cm, Inv. 983.288.405) (fig. 11)



Fig. 11 – Spatula-probe (Inv. 983 288 405).

Ref.: Milne, 1907, p. 58; Santos, 1990, p. 118, est. II, 7; Maia et al., coord., 2003, p. 265-268; Silva, 2007; Vasconcelos, 2008, p. 75, n.º 11.

8. Spatula-probe, oval type.

(Copper alloy, L.17.2 cm, D. 0,42 cm, Inv. 983.288.422) (fig. 12)



Fig. 12 – Spatula-probe (983 288 422).

Ref: Santos, 1971, p. 277, fig. 106; Santos, 1990, p. 118, fig. 1, 2; Vasconcelos, 1925, p. 21, fig. 22.

9. «Fish» type spatula with perforated probe. It is a complete instrument and it seems to be very rare. Parallels for this type of spatula are available on Bliquez (Bliquez, 1994, p. 139, n. 126-126). However, the *spatulae* figured in Bliquez terminate in an olivary enlargement and this spatula terminates in a perforated probe. It could have been used to pass a thread of wool under a nerves, arteries, veins, tendons or muscles. Milne has shown images of eyed probes,

mentioned by Paul of Aegina in the extraction of nasal polyps, but they are thinner and smaller (Adams, 1846, p. 77-78, Pl. XVII). These are similar to a probe from the Iberian Peninsula, but it is not pierced (Melendo, 1988, p. 296, CX, n.º 8)

(Copper alloy, L. 1,3 cm, Inv. 983.288.403) (fig. 13)



Fig. 13 – Fish spatula- probe (Inv. 983 288 403).

Ref.: Adams, 1846, p. 77-78, Pl XVII; Melendo, 1988, p. 296, CX, n.º 8; Bliquez, 1994, p. 139, n.º 126-126; Santos, 1990, p. 118, fig. 1, 4; Silva, 2007; Vasconcelos, 1925, p. 21, n.º 13.

SPOON-PROBES (*CYATHISCOMELE*)

Spoon-probes are very similar to spatula-probes. The spatula is replaced by a spoon. Sometimes, the concavity of the spoon is not very deep and it is difficult to distinguish between a spatula and a spoon. These instruments are commonly used in cosmetics and surgery. Some of them may have been used as curettes in gynaecologic surgery (Krug, 1985, p. 95).

10. Oblong spoon-probe, with four moulded rings on shaft, terminating in an olivary enlargement (see parallel on Bliquez, 1994, p. 145, n.º 149).

(Copper alloy, L. 17,7 cm, Inv. 983.288.410) (Fig. 14)

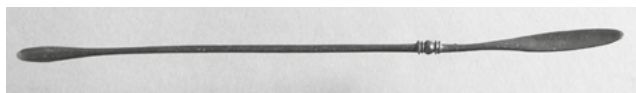


Fig. 14 – Spoon-probe (983 288 410).

Ref.: Santos, 1971, p. 277, fig. 106; 1990, p. 118, fig. 1, 5; Silva, 2007; Vasconcelos, 1913, p. 189, fig. III; Vasconcelos, 1925, p. 21, fig. 14; Krug, 1985, p. 95; Bliquez, 1994, p. 145, n.º 149; AA.VV, 2003, p. 265-268; Vasconcelos, 2008, p. 75, n.º 10.

11. Deep ovular spoon-probe, moulded rings toward midshaft and sharp edges. One edge of the spoon is broken. It could have been used as a curette (see parallel on Bliquez, 1994, p. 153, n.º 180).

(Copper alloy, L. 13,5 cm, W. 0,7 cm, Inv. 983.288.406) (fig. 15)



Fig. 15 – Spoon-probe (Inv. 983 288 406).

Ref.: Santos, 1971, p. 106, p. 277, fig. 106; Santos, 1990, p. 119, fig. 1, 6; Bliquez, 1994, p. 153, n.º 180; Silva, 2007; Vasconcelos, 1925, p. 21, fig. 12.

12. Oblong spoon-probe, flattened at the top. One edge of the spoon is broken. (Copper alloy, L. 13,5 cm, Inv. 983.288.413) (fig. 16)



Fig. 16 – Spoon-probe (Inv. 983 288 413).

Ref.: Santos, 1971, p. 277, fig. 106; Maia et al., coord., 2003, p. 265-268; Silva, 2007; Vasconcelos, 2008, p. 75, n.º 12.

SPOONS (*LIGULAE*)

The spoons were widely used for medical and cosmetic purposes.

13. Spoon formed by a round bowl lined with silver, with a spout for liquid drainage, the shaft ends in a point. It would have been used drain liquids or to instill eye drops between the eyelids (Vasconcelos, 1925, p. 21) (see parallel on Künzl, 1983, p. 77, n.º 27).

(Copper alloy/silver, L. 12,5 cm, Inv. 983.288.409) (fig. 17)



Fig. 17 – Spoon (Inv. 983 288 409).

Ref.: Vasconcelos, 1925, p. 22, fig. 27; Santos, 1971, p. 277, fig. 106; Künzl, 1983, p. 77, n.º 27; Santos, 1990, 121, fig. II, 9; Silva, Maia et al., coord., 2003, p. 265-268; Silva, 2007; Vasconcelos, 2008, p. 75, n.º 9.

14. Pharmacy instrument for measurement of drugs, also used to heat medicines, and for removal of unguents from the containers. It has a parallel in a spoon from Ephesus (Künzl, 1983, p. 50, n.º 13).

(Copper alloy, L. 14 cm, D. 2,83 cm, Inv. 983.288.17) (fig. 18)



Fig. 18 –Spoon (Inv. 983 288 17).

Ref. Künzl, 1983, p. 50, n.º 13.

15. Round spoon ending in a tip where a handle was possibly inserted. Milne included a similar spoon among spatula shaped tongue depressors (Milne, 1907, p. 79, figure xx, n.º 6). There is a similar spoon from the Iberian Peninsula (Melendo, 1988, p. 294, LXXXIX, 4).

(Copper alloy, L. 10,6 cm, D. 54 cm, Inv. 983.288.370) (fig. 19). Unpublished.



Fig. 19 – Spoon (Inv. 983 288 370).

Ref.: Milne, 1907, p. 79, figure xx, n.º 6; Melendo, 1988, p. 294, LXXXIX, 4.

TWEEZERS (*FORCEPS* OR *VULSELLA*, *VOLSELLA*)

Tweezers were used as medical and toilet instruments. The *forceps* were larger than the surgical clamps which can also be viewed for hair removal. Depilation was widely used in surgical *trichosis*, an inflammation of the eyelids which causes growth of eyelashes inside the eyelid, causing irritation of the conjunctiva. The use of *epilation forceps* for this purpose was mentioned by Paul of Aegina (Adams, 1846, vi, XIV, p. 270). The *forceps* were used, in general, to hold tumours, before excision. There were smaller clips, *vulsella* or *volsella*. They were used to hold anatomical structures during surgical interventions. Lithotomy forceps for women are mentioned by Aëtius of Amida. The same author, quoting a text of Aspasia, a woman doctor about whom nothing is known except for the texts cited by Aëtius in his XVI volume on gynaecology and obstetrics, mentioned the use of the *vulsella* to hold the hernial sac of female inguinal hernia (Ricci, 1950, p. 105-106).

16. Tweezers (*forceps*), one piece, straight legs meet in a silver baluster-like finial with two straight, incurved legs. The tip of the right leg is broken. A parallel can be found on Bliquez, (1994, p. 175, n.º 256).

(Copper alloy/silver, L. 10.9, Inv. 983.288.27) (fig. 20)



Fig. 20 – Tweezers (Inv. 983 288 27).

Ref.: Bliquez (1994, p. 175, n.º 256).

17. Tweezers (*forceps*), as 27. The tips are straight and intact. See two parallels on Künzl, (2002, p. 43, n.º 56).

(Copper alloy, L. 12,4 cm, Inv. 983.288.407) (fig. 21)



Fig. 21 – Tweezers (Inv. 983 288 407).

Ref.: Santos, 1971, p. 277, fig. 106, Santos, 1990, p. 123, fig. II, 12; Vasconcelos, 1925, p. 22, fig. 25, Maia et al., coord., 2003, p. 265-268; Silva, 2007; Vasconcelos, 2008, p. 75, n.º 1.

18. Tweezers, one piece arrangement consisting of a loop and descending straight legs, with incurved unserrated jaws (see parallel on Bliquez, 1994, p. 180, n. 278).

(Copper alloy, L. 11,2 cm, Inv. 983.288.408) (fig. 22)



Fig. 22 – Tweezers (Inv. 983 288 408).

Ref.: Santos, 1971, p. 106; Santos, 1990, p. 123, fig. III, 13; Bliquez, 1994, p. 180, n.º 278; Maia et al., coord., 2003, p. 265-268; Silva, 2007; Vasconcelos, 1925, p. 22, fig. 24; Vasconcelos, 2008, p. 75, n.º 3.

19. Tweezers, as 408, smaller size.

(Copper alloy, L. 8,3 cm, Inv. 983.288.411) (fig. 23)

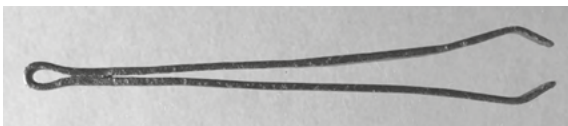


Fig. 23 – Tweezers (Inv. 983 288 411).

Ref.: Vasconcelos, 1925, p. 22, fig. 23; Santos, 1971, p. 277, fig. 106; Santos, 1990, p. 123, fig. III, 15; Maia et al., coord., 2003, p. 265-268; Silva, 2007; Vasconcelos, 2008, p. 75, n.º 21.

CYLINDRICAL PROBE CASE (*SPECILLOTHECA*)

20. Cylindrical case for transport and storage of surgical instruments. These cases are often found. Parallels can be found in Vernad, France (*Gallia Belgica*) (Künzl, 1983, p. 69, n.º 2), and in the Iberian Peninsula (Melendo, 1988, p. 249, figure LXXXIX).

(Copper alloy, L. 12,4, D. 1,8 cm, Inv. 983.1046.1) (fig. 24)



Fig. 24 – Cylindrical probe case (Inv. 983 288 411).

SURGEON PALETTE

21. A rectangular slate-plate, with four bevelled edges, was used by the surgeon to prepare his medicines. There are parallels in Vernad, France (*Gallia Belgica*) (Künzl 1983, p. 69, n.º 1) or Italy (Künzl, 1983, p. 105, fig. 84).

(L. 12,4 cm, Inv. 983.288.421) (fig. 25)

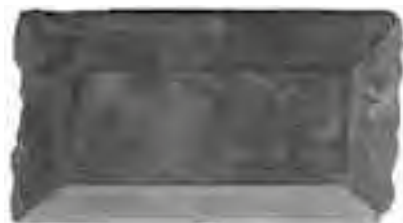


Fig. 25 – Surgeon palette (Inv. 983 288 421).

Ref.: Vasconcelos, 1925, p. 22, fig. 29; Santos, 1971, p. 277, fig. 106; Künzl, 1983, p. 69, n.º 1; Künzl, 1983, p. 105, fig. 84; Santos, 1990, p. 124, fig. IV, 17; Maia et al., coord., 2003, p. 265-268; Silva, 2007; Vasconcelos, 2008, p. 75, n.º 19.

22. A lid fits the palette, forming a box with the slate plate. The lid has a fragmented cylindrical compartment to mix medicines. The lid and the fitting stone plate form a shallow box.

(Copper alloy, L. 12,8 cm, W. 7,9 cm, H. 1,6 cm, Inv. 983.288.122) (fig. 26)



Fig. 26 – *Palette lid* (Inv. 983 288 122).

Ref.: Vasconcelos, 1925, p. 22, fig. 28.

23. *Mixing palette*.

(Brownish marble, L. 7,6 cm, W. 5,7 cm, H. 1 cm, Inv. 14 891) (fig. 27)

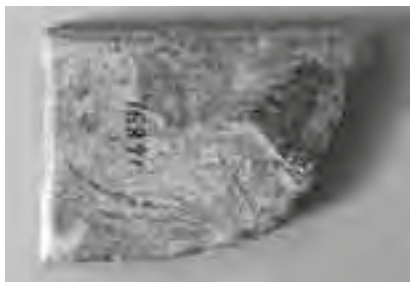


Fig. 27 – *Mixing palette* (Inv. 14 891).

The following pieces, broken, fragmented or problematic, are under investigation:

Three handles with the same scalpel handle spiral silver damascene decoration possibly belonged to a very sophisticated set of a wealthy surgeon.

1. A handle, consisting of a rod with spiral silver damascene decoration and an elongated olive upper end, possibly belonged to a bifurcated hook (See Milne, 1907, fig. XXII, n.º 5).

(Copper alloy/Silver, L. 11,3 cm, Inv. 983.288.20) (fig. 28)



Fig. 28 – *Hook handle (?)* (Inv. 983 288 20)

Ref.: Milne, 1907, fig. XXII, n.º 5; Vasconcelos, 1925, p. 21, fig. 17.

2. Handle with similar design.

(Copper alloy/Silver, L. 10,7 cm, Inv. 983.288.18) (fig. 29)



Fig. 29 – Handle (Inv. 983 288 18).

Ref.: Vasconcelos, 1925, p. 21, fig. 9.

3. As 18, handle of broken probe (?).

(Copper alloy/Silver, L. 11,3 cm, Inv. 983.288.25) (fig. 30)



Fig. 30 – Probe handle (?) (Inv. 983 288 25).

4. Piercing tool consisting of two flat faces, topped by a small hole, terminating in a piercing point [Flat probe (?). Nail-cleaners belonging to a toilet set, also composed by a small tweezers and an ear-scoop look similar but are not longer than 5 cm long (Eckart and Crummy, 2008, p. 175)].

(Copper alloy, L. 13,3 cm, Inv. 983.288.29) (fig. 31)



Fig. 31 – Perforated piercing tool (Inv. 983 288 29).

Ref.: Vasconcelos, 1925, p. 21, fig. 10; Eckart and Crummy, 2008, p. 175.

5. Broken cylindrical needle (?). A possible parallel of a complete needle can be found in a needle from Vindonissa (Krause, 2010, Tafel 23, 2).

(Copper alloy, L. 13,2 cm, Inv. 983.288.4) (fig. 32)



Fig. 32 – Cylindrical needle (?) (Inv. 983 288 4).

Ref.: Maia et al., coord., 2003, p. 265-268; Vasconcelos, 2008, p. 75, n.º 6; Krause, 2010, Tafel 23, 2.

6. Broken cylindrical needle (?).

(Copper alloy, L. 11,6 cm, Inv. 983.288.5) (fig. 33)



Fig. 33 – Cylindrical needle (?) (Inv. 983 288 5).

Ref.: Maia et al., coord., 2003, p. 265-268; Vasconcelos, 2008, p. 75, n.º 7.

7. Fragment, decorated rod, both extremities are broken.

(Copper alloy, L. 9,2 cm, Inv. 983.288.6) (fig. 34)

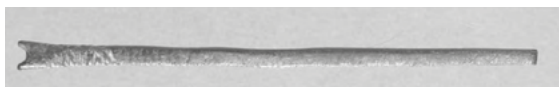


Fig. 34 – Fragment (Inv. 983 288 6).

8. Broken flat probe (?).

(Copper alloy, L. 13,9 cm, Inv. 983.288.14) (fig. 35)

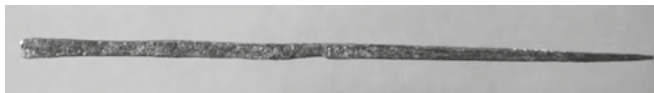


Fig. 35 – Fragmented needle/probe (?) (Inv. 983 288 14).

Ref.: Maia et al., coord., 2003, p. 265-268; Vasconcelos, 2008, p. 75, n.º 8.

9. Probe terminating in olivary enlargement. A broken spatula or spoon is missing.

(Copper alloy, L. 10,2, Inv. 983.288.19) (fig. 36)



Fig. 36 – Broken spatula/spoon-probe (Inv. 983 288 19).

Ref.: Vasconcelos, 1925, p. 22, fig. 25.

10. Tweezers, straight leg of one piece arrangement piece, broken incurved jaws.
See parallel on Bliquez, 1994, p. 180. n.º 282).

(Copper alloy, L. 8,3 cm, Inv. 983.288.7) (fig. 37)



Fig. 37 – Tweezers (Inv. 983 288 7).

Ref.: Santos, 1971, p. 277, fig. 106; Santos, 1990, p. 123, fig. III, 15; Bliquez, 1994, p. 180. n.º 282.

11. As 408, half broken right jaw.

(Copper alloy, L. 8.3 cm, Inv. 983.288.33) (fig. 38)



Fig. 38 – Tweezers (Inv. 983 288 33).

12. Fragment of tweezers, one straight thin flat rectangular leg.

(Copper alloy, L. 6,8 cm, Inv. 983.288.24) (fig. 39)



Fig. 39 – Tweezers (983 288 24).

13. Fragment of tweezers, one rectangular leg of one piece arrangement, topped by a loop.

(Copper alloy, L. 5.78 cm, Inv. 983.288.32) (fig. 40)



Fig. 40 – Tweezers (Inv. 983 288 32).

14. Smashed surgical clip of a one piece arrangement, curved metal wire, with two small incurved jaws. A sliding loop is missing (See parallel of a complete piece on Künzl, 1998b, p. 79, fig. 4b).

(Copper alloy) L. 3,52 cm, Inv. 983.288.82) (fig. 41)



Fig. 41 – Surgical clip (Inv. 983 288 82).

15. Smashed cylindrical probe-case.

(Copper alloy, L, 4,75 cm, D. 1,61 cm, Inv. 983.288.388) (fig. 42)



Fig. 42 – Smashed cylindrical probe-case (Inv. 983 288 388).

16. Cylindrical probe-case lid.

(Copper alloy, L. 2,5 cm D. 1,5 cm, Inv. 983.288.384) (fig. 43)



Fig. 43 – Cylindrical probe-case lid (Inv. 983 288 384).

17. Fragmented rectangular palette.

(Green marble, L. 7,6 cm, W. 5,7 cm, H. 1 cm, Inv. 14 891) (fig. 44)



Fig. 44 – Fragmented rectangular palette (Inv. 14 891).

Ref.: Santos, 1990, p. 124, fig. III, 16.

The following pieces are pharmacy objects and cosmetic recipient and tools:

1. Pharmacy balance (*Statera*), with two weighting scales. There were different weighting scales during the Roman period. Greek measures were still used. Galen dedicates chapters VII to XI to this matter (Galen, 19). Chapter X is quoted from Cleopatra, presumably a woman doctor who also wrote on cosmetics and skin diseases (Galen, in Kühn, 1821-1833, Book 19, VII-XI). (Copper alloy. L. 19,5 cm, H. 10, Inv. 983.288.9) (fig. 45)

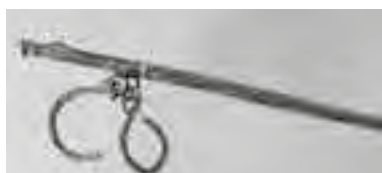


Fig. 45 – Pharmacy balance (Inv. 983 288 9).

Ref.: Galen in Kühn, 1821-1833, Book 19, VII-XI; Aragão, 1896, p. 55-56; Santos, 1971, p. 276, fig. 105; Silva, 2007.

Some glass, pottery or metal vessels include exotic flasks. They usually contained substances associated with grooming. Small lidded cosmetic containers would be in metal or bone. Unguent bottles usually had long narrow necks and tubular, conical or discoid bodies. They contained cosmetic or perfumes. Stirring rods were used to mix oil-based cosmetics and to grind and mix cosmetics or medicines (Eckart and Crummy, 2008, p. 37-38).

2. Unguent recipient in the shape of a faun or of the god Mercury. The pointed ears suggest the bust of a young faun, covered by the nebris. The ears are topped by two rings that J. L. Vasconcelos supposed to mean the wings of the god Mercury (1920, p. 285). The area surrounding the right eye is damaged (fig. 46). (Bronze, 2nd century AD, H. 148 cm, Inv. 17888)



Fig. 46 – Bronze unguentary in the shape of a faun or of the god Mercury.

Ref.: Vasconcelos, 1915, p. 115; Vasconcelos, 1920, p. 285, fig. 13; Correia, 1928, p. 243; Viana, Formosinho e Ferreira, 1952, p. 138; Maia et al., coord., 2003, p. 272, fig. 112; Silva, 2007.

3. *Pyxis*. Missing lid.

(Bone, H. 2,6 cm, D. 3,3 cm, Inv. 16854) (fig. 47)



Fig. 47 – Bone pyxide (Inv. 16854).

4. *Anforetta*. Unguentary (partially restored).

(Dark blue, light blue glass, H. 12,7 cm D. 4 cm, 1st century AD, Inv.14714) (fig. 48)



Fig. 48 – Anforetta (Inv. 14714).

Ref.: Alarcão, 1976, p. 55-68, n.º 9; Silva, e Raposo, 2009, p. 84, fig. 11.22; Silva, 2007.

5. Unguent/Parfum bottle, conical body, Isings 82/As (fig. 49).

(Yellow/brown glass, H. 17 cm, D. 6,9 cm, 1st/4th century AD, Inv. 17404).



Fig. 49 – Unguent/Perfume bottle (Inv. 17404).

Ref.: Nolen, J., 1994, vi 80; Silva e Raposo, 2009, p. 80, fig. 11.12

6. Unguent/Perfume bottle, conical body, Isings C.

(Green glass, H. 14,8 cm, D. 6,3, second half of the 1st century AD, Inv. 14054)
(fig. 50)



Fig. 50 – Unguent/Perfume bottle (Inv. 14054).

Ref.: Silva, 2007.

7. Unguent/Perfume bottle, discoid body, Isings 82 B2.

(Blue glass, H. 10,4 cm, D. 4 cm, 1st/3rd century AD, Inv. 14059) (fig. 51)



Fig. 51 – Unguent/Perfume bottle (Inv. 14059).

Ref.: Alarcão, 1970, p. 55-68, n.º 43; Silva e Raposo, 2009, p. 81, fig. 11.15.

8. Unguent/Perfume bottle, discoid body, Isings 82 B2.

(White glass, H. 18,7 cm, D. 9,6 cm, 1st/3rd century AD, Inv. 14053) (fig. 52)



Fig. 52 – Unguent/Perfume bottle (Inv. 14053).

Ref.: Nolen, J., 1994, p. 193, fig. VI-66.

9. Stirring rod, long and narrow shaft with spiral decoration. It terminates in a small scoop, Isings 79.

(White/yellow glass, L 19,5 cm, Th. 0,33 cm, 1st/2nd century AD, Inv. 14812) (fig. 53)



Fig. 53 – Stirring rod (Inv. 14812).

Ref.: Alarcão, 1970, p. 55-68, fig. 54; Santos, 1971, p. 274; Nolen, J., 1994, vi-109; Silva e Raposo, 2009, p. 88, fig. 11.29.

10. Stirring rod, long and narrow spiral shaft, ending in a disc shaped protrusion on both ends, Isings 79.

(Yellow glass, L. 18,3 cm, Th. 0,7 cm, 1st/2nd century AD, Inv. 14814) (fig. 54)



Fig. 54 – Stirring rod (Inv. 14814).

Ref. Alarcão, 1970, n.º 55; Santos, 1971, p. 274; Nolen, J., 1994, vi-111; Silva e Raposo, 2009, p. 89, fig. 11.30.

11. Stirring rod, spiral decoration, ending with a loop, the other end terminates in a disc shaped protrusion, like an ear-spoon, Isings 79, 1st century AD. (Blue-green Glass, L. 14 cm, Inv. 14139) (fig. 55)



Fig. 55 – Stirring rod (Inv. 14839).

Ref.: Santos, 1971, p. 274; Silva e Raposo, 2009, p. 88, fig. 11.32.

12. Round hand mirror with a baluster handle, decorated with a border of circular holes around the rim, it has been restored. This kind of mirrors was common in the 1st/and 2nd century AD (Eckart and Crummy, 2008, p. 32). (Copper and tin, L. 16 cm, D. 16 cm, Inv. 15451) (fig. 56)



Fig. 56 – Mirror (Inv. 15451).

Ref.: Aragão, 1896, p. 56-57; Santos, 1971, p. 304, fig. 122.

13. Ceramic vessel (*Askos*) in the shape of a bird with funnel and spout for liquid feeding of patients or children. (*Terra sigillata*, H. 86 cm, end of 1st middle second century AD, Inv. 14976) (fig. 57)



Fig. 57 – Askos (Inv. 14976)

Ref.: Santos, 1971, p. 267, fig. 88; Silva, 2007; Vasconcelos, 1925, p. 22; 2008, p. 76; Maia et al., coord., 2003, p. 291, fig. 154.

Other health related objects of apotropaic use, are a glass metal *bullae* and glass charms.

14. A *bullae* consists of two small halves, forming a small medal, carrying incantations inside. Children wore them around the neck or wrists from the ninth day after birth until puberty, when they got the *toga virilis* and could also be used by the adults.

(Bronze, H. 4,2 cm, 1st/4th century AD, Inv. 983.288.89) (fig. 58)



Fig. 58 – *Bullae* (Inv. 983 288 89).

Ref.: Vasconcelos, 1913, p. 526; Santos, 1971, p. 273, fig. 103, 106; Ribeiro, 2002, p. 487.

15. An amulet in the form of a pitcher, topped by a glass loop to carry around the neck, hanging from a necklace. They were possibly original from the Middle East and had a strong Christian connotation

(Black-blue glass, H: 2,1 cm; L. 1,6 cm, 3rd/4th century AD, Inv. 999.102. 4) (fig. 59).



Fig. 59 – Charms in form of pitcher (Inv. 999 102, 2 e 3).

Ref.: Cruz, 2007a, n.º 41; Nolen, J., 1994, p. 182, 197, n.º vi-127, fig. 41; Ribeiro, 2002, p. 488, fig. 168; Silva and Raposo, 2009, p. 96, fig. 12.11.1.

16. Amulet in form of a jar. Used as the previous.

(Black-blue glass, H: 3 cm; L: 1,3 cm, 3rd/4th century AD, Inv. 999.102.3) (fig. 60).



Fig. 60 – Charms in form of a jar (Inv. 999 102, 3-4).

Ref.: Alarcão, 1970, p. 258, n.º 53, fig. VII; Nolen, J., 1994, p. 182 e 197, n.º VI-128, fig. 53; Ribeiro, 2002, p. 488, fig. 169; Silva and Raposo, 2009, p. 96, fig. 12.11.2.

17. Amulet in a long and cylindrical form, with two triangular suspension elements. They were amulets containing a *phylacterium* (small papyrus or parchment scroll) where a magic and apotropaic spell was written, possibly originating in the Middle East.

(Black-blue glass, 1,4 cm; H: 3,7 cm; 3rd century AD, Inv. 999.102.2) (fig. 61)



Fig. 61 – Cylindric charms (Inv. 999 102 2, 5).

Ref.: Nolen, J., 1994, p. 182, 197; Ribeiro, 2002, p. 488, fig. 170; Cruz, 2007, n.º 4. 2.1; fig 53; Silva and Raposo, 2009, p. 96, fig. 12.11.3.

CONCLUSION

Most objects from the Balsa medical-surgical *instrumentarium* are ordinary tools and have parallels in collections from different provinces of the Roman world. Others are less common. I found no parallel for the fish shaped spatula ending in a perforated probe. The silver damascene decorated objects are rare pieces that state the high social pattern of his owner. The other pharmacy and health care devices of which the pottery *askos* is an exemple, also state very good patterns of life and patient assistance. Although some rare instruments, such as vaginal speculae, embriotomy or lythotomy tools, were not found, we may presume that these surgeries might have been practiced. The medicine and surgery practiced in Balsa are supposed to have followed the *lege artis* of the Roman doctors and surgeons. No trephining instrument was found, in Balsa, nor in the

Roman Lusitania, as far as I know, but a trephined skull from Troia states the practice of this surgical procedure (Figueiredo, 2002).

ACKNOWLEDGEMENTS

I wish to thank Professor Antje Krug for the fruitful exchange of ideas. I also thank Dr. Maria José Leal, Pediatric Surgeon of the Lisbon Hospital D. Estefânia, Luísa Guerreiro from the Inventory Department of the Lisbon Museum of Archaeology for the help and the support in this research and in the identification of the materials, Professor Catarina Viegas for the kind permission to reproduce the city of Balsa's map, and Dr. Luís Raposo and Dr. António Carvalho, former and present Directors of the Lisbon National Museum of Archaeology for their kind permission to study the collection.

REFERENCES

- ADAMS, E., transl. (1846) – *The Seven books of Paulus Aegineta, translated from Greek, with a commentary embracing a complete view of the knowledge possessed by the Greeks, Romans and Arabians on all subjects connected with medicine and surgery*. London: Sydenham Society. Vol. II, III.
- ALARCÃO, J. (1970) – Vidros romanos de Balsa. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série III, vol. IV, p. 237-272.
- ALARCÃO, J. (2007) – Vidros romanos procedentes da coleção do rei D. Manuel. *Conimbriga*. Coimbra 15, p. 55-68.
- ARAGÃO, A. C. T. (1896) – Antiquidades romanas de Balsa. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série I, vol. 2, p. 55-57.
- BLIQUEZ, L. J. (2003) – *Roman surgical instrumentarium and other minor objects in the National Archaeological Museum of Naples*. Mainz: Philipp von Zabern Verlag.
- CORREIA, V. (1928) – O Domínio Romano. In *Historia de Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora. vol. 1, p. 215-290.
- CRUZ, M. (no prelo) – Vidros Paleocristãos de Bracara Augusta. Decoração por gravação e abrasão. In *Actas das Jornadas sobre el Vidrio de la Alta Edad Media y Andalusí*. La Granja: Fundación Centro Nacional del Vidrio.
- DENEFFE (1896) – *Les oculists galo-romains au III^{ème} siècle*. Anvers: Caals Éditeur.
- ECKART, E; CRUMMY, N. (2008) – *Styling the body in Late Iron Age and Roman Britain, a contextual approach to toilet instruments*. Montagnac: Éditions Monique Mergoil.
- FIGUEIREDO, A. (2002) – A trepanned cranium from Tróia, Grândola, Setúbal, and the practice of trepanation in the Roman World. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série IV, 20, p. 147-160.
- GOMES, J. (2010) – *Os materiais médico-cirúrgicos de época romana do Museu Nacional de Arqueologia*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Vol. II.
- JACKSON, R. (1994) – *The surgical instruments, appliances and equipment in Celsus' De Medicine*. In SABBAGH, G. M. – *La médecine de Celsus, aspects historiques, scientifiques et littéraires*. Saint-Etienne: Publications de l'Université de Saint-Etienne. p. 167-210.
- KENRICK, J. (1858) – *Roman Sepulchral inscriptions. Their Relation to Archaeology, Language, and Religion*. London: John Russel Smith.
- KIRKUP, J.; EDMUNDSON, J. M., foreword (2006) – *The evolution of surgical instruments: an illustrated history from Ancient times to the twentieth century*. Novato, California: J. A. M. A.

- KRAUSE, O. (2010) – *Der Arzt und sein Instrumentarium in der Römischen Legion*. Remshalden: Bag-Verlag.
- KRUG, A. (1985) – *Heilkunst und HeilKult – Medizin in der Antike*. München: C. H. Beck.
- KRUG, A. (2011) – *Lege Artis- The rules of the Art. O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 5, vol. 1, p. 543-560.
- KÜHN, K. G., ed. lit. (1821-1833) – *Galenii opera omnia*. Leipzig: Car. Cnoblochii. Vol. 19.
- KÜNZL, E. (1983) – *Medizinische Instrumente aus Sepulkralfunden der römischen*: Bonn: Rheinisches Landesmuseum.
- KÜNZL, E. (1998) – Zur Typologie von Klammern und Pinzetten. *Saalburg-Jahrbuch*. Mainz am Rhein. 49, p. 74-82. Sonderdruck (Offprint).
- KÜNZL, E. (2002) – *Medizin in der Antike- Aus seiner Welt ohne Narkose und Aspirin* Stuttgart: Konrad Theiss Verlag.
- MAIA, M. [et al.], coord. (2003) – *Tavira: território e poder*. Lisboa: I. P. M.; Museu Nacional de Arqueologia; Tavira: Câmara Municipal de Tavira.
- MATTHÄUS, H. (1987), *Der Arzt römischer Zeit. Teil 1. Literarische Nachrichten – archäologische Denkmäler*. Stuttgart: Verlag Gesellschaft für Vor- und Frühgeschichte in Württemberg und Hohenzollern.
- MELENDI, E. L. B. (1998) – *Instrumental Medico y Chirurgical de la Hispania Romana*. Madrid: Numancia Editorial.
- MILNE, J. S. (1907) – *Surgical Instruments in Greek and Roman Times*. Oxford; Massachusetts; London: Clarendon.
- NOLEN, J. J. (1994) – *Cerâmicas e Vidros de Torre de Ares*. Lisboa: IPM.
- PEREIRA, C. (2014) – *As necrópoles romanas do Algarve. Acerca dos espaços da morte no Extremo Sul da Lusitânia*. Lisboa: Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. 2 vols. Tese de Doutoramento em Arqueologia.
- RACKAM, H., transl. (1952) – *Pliny Natural History*. Cambridge: Harvard University Press.
- RIBEIRO, J. C., org. (2002) – *Religiões da Lusitânia, Loquuntur Saxa*. Lisboa: IPM.
- RICCI, J. V. (1950) – *Aetios of Amida, The Gynaecology and Obstetrics of the VI Century, AD*. Translated from the Latin Edition of Cornuarius, 1542. Philadelphia; Toronto: The Blackiston Company.
- SANTOS, M. L. V. A. (1971) – *Arqueologia Romana do Algarve*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses.
- SANTOS, M. L. V. A. (1990) – Instrumentos cirúrgicos de Balsa (Quinta de Torre de Ares). *Conimbriga*. Coimbra. 29, p. 107-207.
- SILVA, I.; RAPOSO, L., org. (2009) – *Vita Vitri, O Vidro Antigo em Portugal*. Lisboa: IPM.
- SILVA, L. F. (2007) – *Balsa, cidade perdida [online]*. Tavira: Campo Arqueológico de Tavira; Câmara Municipal. [17-4-2012]. Available <www.balsa-romana.com>. Digital version of the 1st edition.
- SPENCER, W. G., transl. (1938) – *Celsus, De Medicina* Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press. II, Books V-VI.
- VASCONCELOS, J. L. (1905) – *Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. I.
- VASCONCELOS, J. L. (1913) – *As Religiões da Lusitânia*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. III.
- VASCONCELOS, J. L. (1915) – *História do Museu Etnológico Português*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VASCONCELOS, J. L. (1920) – Hierologia Lusitana. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 1, vol. XXIV, p. 270-286.
- VASCONCELOS, J. L. (1925) – *Medicina dos Lusitanos*. Lisboa: Faculdade de Medicina.
- VASCONCELOS, J. L.; BARROSO, M. S., introd. (2008) – *Medicina dos Lusitanos*. Lisboa: Celom.
- VEIGA, S. P. E. (1866) – *Povos Balsenses*. Lisboa: Livraria Catholica.
- VIEGAS, C. (2011) – Ritmos de povoamento e economia do Algarve romano: entre o Mediterrâneo e o Atlântico. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 5, vol. 1, p. 15-204.
- VIANA, A.; FORMOSINHO, J.; FERREIRA, O. V. (1952) – Alguns objectos inéditos do Museu Regional de Lagos-Monte Molião. *Revista Guimaraes*. Guimarães. Vol. LXII: 1-2, p. 133-148.

LRC (PRSW) e LRD (CRSW) provenientes da escavação de emergência efetuada na *villa* romana do Alto do Cidreira (Cascais)

LRC (PRSW) and LRD (CRSW) from the
archaeological emergency survey at the Roman
villa at Alto do Cidreira (Cascais municipality)

EURICO DE SEPÚLVEDA*, CATARINA BOLILA**, RAQUEL SANTOS***

«Economic interpretation of ceramics demands a sound
knowledge of forms, fabrics, distribution and chronology»
P. Tyers, 1996¹

RESUMO

Os autores apresentam o estudo do espólio em cerâmicas finas de mesa com origem na Fócea, atual Turquia e na ilha de Chipre, obtido durante a intervenção arqueológica levada a cabo no ano de 2007, no sítio de ocupação romana do Alto do Cidreira (Carrascal de Alvide, concelho de Cascais) pela empresa Neoépica. Do cruzamento com outros espólios cerâmicos de importação e de numismas, obtiveram cronologias relativas a períodos da Antiguidade Tardia que se estendem desde meados do século V a meados/terceiro quartel do século VI.

O desaparecimento, nos mercados de então, destas cerâmicas durante um período cronológico mais vasto do que o indicado, *supra*, ou seja de finais do século VI a inícios do século VII, levou os autores a procurar uma explicação em mais um fator exógeno ao seu sistema produtivo, o surto pandémico da peste bubónica, que irradiando de áreas situadas no Mediterrâneo oriental, com início

* Arqueólogo/Economista. Associação Cultural de Cascais.

** Arqueóloga/Instituto de Arqueologia e Paleociências – Universidade Nova de Lisboa.

*** Arqueóloga/Neoépica.

¹ *Apud* Greene, K. (2005), p. 39.

em tempos de Justiniano, atingiu elevadíssimas taxas de mortalidade, causando grandes mudanças na vida social, política e comercial de então.

Palavras-chave: Cerâmica romana LRC/LRD – Rotas comerciais – Pandemia – Antiguidade Tardia – Lusitânia

ABSTRACT

The authors studied the assets of fine wares of Late Roman C (Phocean Red Slip Wares) and Late Roman D (Cypriot Ware) unearthed, in the surroundings of the Roman archaeological site of Alto do Cidreira (Carrascal de Alvide, municipality of Cascais) by Neoépica, in 2007. Some other assets were taken in account, such as ARSW and coins, to establish chronologies which dated the site from middle of 5th century to mid/third quarter of the 6th. Brakes in the supply of these ceramics during the late 6th/early 7th century lead the authors to propose the existence of one other factor that could explain it. So, it was advanced the role of the pandemic plague in 541 (the Justinian plague), with several outbreaks in the following centuries, up to 750 that spread from the east Mediterranean brought severe changes in political life, in social status, as well as in commercial trends.

Keywords: Late roman pottery LRC/LRD – Commercial routes – Pandemic – Late Antiquity – Lusitania

1. INTRODUÇÃO

No outono de 2009, apresentámos no congresso intitulado «20 anos da Associação Cultural de Cascais: Homenagem a João Cabral», um pequeno estudo focado sobre o tema da cerâmica romana tardia fina de mesa, LRC, com origem na Fócea (costa da atual Turquia) e exumada nas várias intervenções arqueológicas levadas a cabo por aquela Associação, ao longo dos seus anos de atividade, dedicada também à Arqueologia.

Ao individualizarmos os espólios, por *villae* localizadas no atual concelho de Cascais e pertencentes ao antigo *ager olisiponensis*, ressalvámos, desde logo, o interesse que teriam as recentes escavações efetuadas em 2007, na *villa* romana do Alto do Cidreira (Carrascal de Alvide, freguesia de Alcabideche, concelho de Cascais – Mapa 1) pela empresa Neoépica, pois elas tinham possibilitado «... exumar a norte da *villa*, de forma extraordinariamente anómala, um conjunto muito numeroso de bordos e fundos de pratos da forma Hayes 3, em LRC, que irão permitir uma nova leitura da difusão/dispersão, deste tipo de cerâmica fina de mesa, quando comparado com os espólios idênticos das várias *villae* no território atualmente cascalense» (Sepúlveda, no prelo).

Passados que são seis anos, propusemos aos arqueólogos da Neoépica e à arqueóloga Catarina Bolila, dar à estampa os resultados de um trabalho de investigação que nos permitisse avaliar o espólio obtido, à luz dos atuais trabalhos de tipo arqueológico e de estudos ceramológicos sobre a *terra sigillata* foceense (LRC).

Para além do que tínhamos proposto em 2009, ou seja, apenas a apresentação das produções tardias da Fócea, nas áreas de previvências habitacionais romanas na envolvente da *villa* do Alto Cidreira durante o século IV e até meados do VII, optámos por introduzir nesta nova análise as importações de *terra sigillata* africana com origem nos centros produtores da atual Tunísia. Estas serão elenca-

das consoante a sua forma e as diacronias de produção, o que irá servir para uma definição de cronologias mais finas para a importação/consumo das cerâmicas com origem no Mediterrâneo oriental.

O conjunto anfórico pertencente ao espólio desta *villa* romana não foi ainda estudado, o que nos impede, também, de nos apoiarmos nesse suporte diacrónico, embora tenham sido ali exumados quatro numismas, aos quais nos iremos referir aquando das cronologias atribuídas para as cerâmicas.

Introduzimos, igualmente, uma análise a uma realidade bastante restrita em espólios obtidos nas escavações em *villae* e cidades romanas, atualmente localizados no território português e coevos do período em análise ou seja, o da apresentação de um pequeno número de fragmentos cerâmicos de origem cipriota, LRD, como parte integrante do comércio das cerâmicas oriundas dos fornos localizados na Fócea tendo em conta que «... las dos áreas exportadoras principales desde Oriente podrían estar ligadas entre sí por un dinámico comercio» (Fernández, 2014, p. 445).

Aprofundaremos também os fluxos comerciais que permitiram as aquisições de cerâmica fina provenientes do Mediterrâneo oriental, as quais, depois da passagem das Colunas de Hércules, utilizariam uma rota em direção a norte ao longo da costa lusitana atlântica (Kelly, 2010, p. 44), abastecendo locais de importação destes bens, na *Gallaecia*, a partir da qual atingiriam, depois de atravessarem o *Mare Cantabricum* e o *Mare Britannicum*, os centros consumidores do sudoeste da *Britannia* e da Irlanda (Id. 6, p. 43).

2. A INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

Os últimos trabalhos arqueológicos levados a cabo pela Neoépica na Zona Especial de Proteção da *Villa* Romana do Alto do Cidreira, no ano de 2007, foram exigidos pelo IGESPAR (atual DGPC) e Câmara Municipal de Cascais numa tentativa de salvaguardar os vestígios arqueológicos que pudessem existir a uma maior distância da área de implantação da *villa*. Foram, assim, motivados pela necessidade, por um lado, de alargamento da área de proteção, e por outro, de identificação e delimitação de áreas de maior potencial arqueológico e consequente definição de áreas de construção.

Partindo deste pressuposto, o diagnóstico foi, numa primeira fase, efetuado através de meios mecânicos, partindo-se para escavação manual sempre que se identificassem quaisquer vestígios arqueológicos.

Foram, assim, abertas valas de diagnóstico mecânico em cinco terrenos localizados dentro dos limites da referida zona, que permitiram a identificação de contextos posteriormente escavados manualmente, nomeadamente:

- uma estrutura de cabana do 3.º milénio a. C., à qual se encontram associados materiais líticos e cerâmicos, particularmente campaniformes;

- um aqueduto romano, do qual se escavou cerca de 46 m de comprimento;
- um recinto pétreo associado a um poço e materiais de cronologia romana, dos séculos IV/V possivelmente;
- uma necrópole associada à *villa* romana, tendo sido identificados 11 enterramentos;
- uma estrutura robusta de condução de água, cuja cronologia foi impossível determinar;
- cinco silos de cronologia medieval que forneceram algum material arqueológico do período islâmico.

Já numa segunda fase, foi efetuado o diagnóstico arqueológico de um terreno a norte da *villa*, do qual provêm os materiais aqui tratados, onde uma primeira sondagem manual revelou a presença de alguns materiais romanos dispersos, seguida de sondagens mecânicas em todo o terreno. Não sendo suficiente para a caracterização dos vestígios arqueológicos presentes, foi necessário fazer uma escavação manual dos depósitos existentes, por amostragem da área.

Os trabalhos revelaram assim um depósito que forneceu grande quantidade de material de construção, nomeadamente *imbrex*, *tegulae* e tijolo; bem como algum material osteológico, malacológico, metálico, pétreo, ósseo e cerâmico, este último constituído por *terra sigillata*, cerâmica fosca, faiança, porcelana e cerâmica vidrada. De entre este conjunto cerâmico, verificámos que a grande maioria das peças se centra claramente em época tardo-romana, muito embora tenhamos alguns exemplares de cronologias mais recentes, como é o caso da faiança e porcelana. É pois neste panorama arqueológico que se insere o conjunto em análise.

3. O ESTUDO DO ESPÓLIO

As primeiras intervenções arqueológicas na *villa* romana foram objeto de várias publicações, onde foram apresentados resultados referentes ao estudo das cerâmicas romanas exumadas, entre as quais as chamadas finas de mesa, provenientes de intercâmbios comerciais estabelecidos entre a Lusitânia e outras províncias de toda a orla mediterrânica.

Em 1982, foi publicado numa separata do Arquivo de Cascais (Encarnação, Cardoso e Nolen, 1982, n.º 4), um estudo em que se fez uma primeira amostragem relativa às cerâmicas, em que, entre estas, se privilegiavam as finas de mesa de origem no norte de África.

A partir desta pequena sùmula, seis anos mais tarde, Nolen (1988, p. 61-140) apresentou um estudo exaustivo de novos materiais resultantes de campanhas que foram levadas a cabo durante os anos que mediarão entre 1982-1988. Aí, foram apresentados, entre um conjunto já mais robusto, fragmentos de cerâmicas

do Mediterrâneo Oriental, *Late Roman C*, num total de apenas 3 fragmentos², o que veio a contrastar com um aumento substancial no total das cerâmicas finas de mesa norte-africanas.

Com base nesse estudo, não pudemos deixar de considerar esses valores ao pretender fazer a ligação entre os espólios dessas primeiras intervenções com o obtido pela empresa Neoépica em 2007 (*infra*, quadro IV).

As intervenções mais recentes nos terrenos envolventes à *villa* permitiram, então, a exumação de um espólio significativo de exemplares de LRC e um número bastante mais reduzido de LRD, facto que vem testemunhar as fortes ligações comerciais ao Império Romano do Oriente, por parte de centros habitacionais, como sejam as *villae*, localizadas no atual concelho de Cascais.

Desta maneira, passamos a apresentar os espólios que foram obtidos durante esta última campanha, onde se contabilizou um conjunto de 99 fragmentos destes dois fabricos de *sigillata* tardia³, que após colagens resultaram em 75 NMI⁴.

A este total, e tendo em conta apenas os bordos que devem, sem dúvida, pertencer a diferentes exemplares, conseguimos identificar um número mínimo de 33 indivíduos para a *sigillata* produzida nas oficinas/olarias da Fócea e 3 indivíduos para a *sigillata* cipriota.

3.1. LRC (*terra sigillata Focense Tardia*)

O espólio exumado no ano de 2007, a norte da *villa*, provém das UE 103, 105 e 109, da zona designada por ACIDV, sendo que a UE 105 continha a quase totalidade dos fragmentos, deixando o restante do espólio, 2 fragmentos, para as outras duas unidades estratigráficas.

Com este total obtivemos os dados que permitiram traçar o quadro I em que se levou em linha de conta o número de fragmentos, unidades após colagens e NMI.

Tipos	Frag.	%	Fragmentos (após colagens)	%	NMI	%
Bordos	38	39,58	33	45,84	33	100
Paredes	31	32,29	25	34,73	—	—
Fundos	27	28,13	14	19,43	—	—
Total	96	100,00	72	100,00	33	100

Quadro I – Número de fragmentos, fragmentos após colagem, NMI e respetivas percentagens.

² Com o fim de prepararmos a nossa comunicação de 2009, efetuámos uma revisão ao espólio obtido até então, tendo-se encontrado um fragmento de bordo de um prato da forma Hayes 4, possivelmente, o que iria, assim, aumentar o número de fragmentos e de NMI para 4.

³ 96 de LRC e 3 de LRD.

⁴ 72 de LRC e 3 de LRD.

As formas que se conseguiram apurar referentes ao total destes, indicadas no quadro *supra* e presentes no conjunto, compreendem na sua quase totalidade taças/pratos da forma Hayes 3, como se tem vindo a verificar também em outros grupos identificados no território atualmente português.

A atribuição de variantes a esta forma torna-se algo difícil (Reynolds, 1987, p. 109; Bougeois e Mayet, 1991, p. 374), visto a quase ausência de perfis completos e a existência de inúmeras alterações nos mesmos, especialmente na zona do bordo, pelo que a atribuição de um determinado fragmento a uma variante não impede que este não se possa inserir numa outra (Delgado, 1975, p. 285).

Para facilitar a sua distinção utilizámos a classificação tipológica de John Hayes (1972), procedendo seguidamente à comparação com análises mais recentes de Reynolds para Beirute (2011b), Butrint (2004) e Benalúa-Alicante (1987), de Mayet para Belo (Bougeois e Mayet, 1991), de Manuela Delgado para Conímbriga (1975), de Adolfo Fernández para a Ria de Vigo (2014) e de Quaresma e Morais para Braga (2012) para além de outros investigadores que se debruçaram/debruçam sobre o tema das produções destas cerâmicas.

Assim, e no respeitante à Hayes 3, temos presentes oito das suas variantes que passaremos a elencar com a apresentação das respetivas cronologias, as quais foram obtidas a partir de Hayes (op. cit.) e de Adolfo Fernández (2014, p. 221-262, e quadro II): Hayes 3B (terceiro quartel do século V), Hayes 3C (c. 450-490 d. C.), 3D (inícios/segunda metade do século V), 3E (finais do século V/inícios do século VI), 3F (meados/segunda metade do século VI), 3G (século VI), 3F/G (2.º quartel do século VI, possivelmente, 530-540)⁵ e 3H (segundo quartel/segunda metade do século VI). Para além destas oito formas, parece-nos poder incluir uma outra peça de difícil atribuição formal, que optámos por inserir na forma mista 3/10 (meados/segunda metade do século VI).

Forma/Variante	NMI	%
Hayes 3B	1	3,03
Hayes 3C	3	9,09
Hayes 3D	2	6,06
Hayes 3E	5	15,15
Hayes 3F	17	51,52
Hayes 3G	1	3,03
Hayes 3F/G	2	6,06
Hayes 3H	1	3,03
Hayes 3/10	1	3,03
Total	33	100,00

Quadro II – Total de NMI por forma/variantes e respetivas percentagens.

⁵ Com possibilidade de atingir 551, data do grande terramoto em Beirute (Reynolds, 2011b, p. 227 e 228).

As peças que formam o conjunto que obtivemos são do tipo pratos e taças e foram individualizadas de acordo com os diâmetros que possuíam, os quais podem variar entre os 15 e os 30 cm. Assim, a partir dos dados definidos por este intervalo, foi possível verificar a existência de 3 subconjuntos⁶:

- 1 – Os vasos pequenos que têm como característica possuírem como limite máximo os 20 cm são na sua maioria pertencentes à variante 3F, tal como acontece para o mesmo tipo identificado em Belo (Bourgeois e Mayet, 1991, p. 375);
- 2 – Os de tamanho médio, com diâmetros entre os 21 e os 26 cm, são os mais frequentes e presentes em todas as formas encontradas;
- 3 – Por fim, e enquadrando-se na categoria dos vasos de tamanho grande, encontram-se os diâmetros acima dos 26 cm;

Confirmámos também a existência de dois tipos principais de pastas⁷ que apresentam as seguintes características:

Pasta A – compacta, fina, com quantidade apreciável de calcites, apresentando pequenas micas vestigiais, muito porosa e predominantemente de cor vermelha clara (2YR 7/6 e 2YR 7/8);

Pasta B – compacta, fina, com raros e.n.p. (calcites muito finas e micas vestigiais), muito porosa e de cor maioritariamente vermelha clara (2YR 7/8) e alaranjada (5YR 7/6).

Quanto ao engobe, não foi possível definir o tipo, na medida em que apenas alguns traços do mesmo restavam nas paredes⁸ das taças/pratos que estudámos, atendendo ao facto desse engobe se encontrar, na maior parte, erodido. No entanto, podemos apenas afirmar que teria uma cor na mesma gama dos vermelhos identificados para as pastas, sendo mate no brilho. Constam, igualmente, do espólio, três fundos, incompletos, que apresentam decoração centrada. Esta é do tipo cruciforme com *rho* e com dois círculos colocados na parte inferior dos braços e que identificámos com o grupo decorativo III, variante 67j e 67k de Hayes (op. cit., p. 363-365, fig. 78), a que corresponde uma cronologia dos finais do século V a meados do século VI (Fernández, op. cit., p. 256, 261, 262, fig. 151).

⁶ Análise que consideramos idêntica à de Françoise Mayet para Belo (op. cit., p. 374), embora o limite máximo, por nós apurado, seja mais pequeno.

⁷ Análise macroscópica, através de lupa binocular, e cores obtidas através de Munsell Soil Color Chart.

⁸ Geralmente nas zonas onde termina o bordo e arranca a parede, e ainda nos fundos decorados com cruciformes com *rho*.

3.2. LRD (*terra sigillata* cipriota tardia)

Quanto ao espólio de LRD (*terra sigillata* cipriota tardia) obtido na *villa* romana, apenas três fragmentos deste tipo de cerâmica fina de mesa, com origem possível nas olarias de Chipre, foram identificados.

Constam do espólio obtido no mesmo local indicado para LRC, ou seja, em ACIDV, agora e apenas na UE 103, com um fragmento, e na UE 105, com dois fragmentos. Estes referem-se a um bordo pertencente a um recipiente de tipo prato/taça da forma Hayes 2 (finais do século v/meados do século vi), outro de uma pequena taça da forma Hayes 5 (meados/finais do século vi) e ainda um de recipiente de tipo terrina com duas asas, que corresponderá à forma Hayes 11 (550-650+). Por sua vez, a análise diacrónica das formas encontradas foi feita através dos tradicionais intervalos de tempo apresentados por Hayes (op. cit., p. 371-386), os quais conheceram ligeiras alterações aquando do estudo de Meyza para as produções cipriotas, de cerâmica fina tardia publicado em 2007.

Forma/ Variante	Número de fragmentos (bordos)	NMI	% NMI
Hayes 2	1	1	33,33
Hayes 5	1	1	33,33
Hayes 11	1	1	33,33
Total	3	3	100,00

Quadro III – Número de fragmentos e de NMI, e suas percentagens.

Como referimos *supra*, aquando das considerações apresentadas para o espólio de LRC, também aqui nos deparámos com dificuldades quanto à identificação e classificação das peças estudadas, na medida em que dois dos bordos apresentam dimensões bastante reduzidas.

A observação ceramológica (Id. 9) que fizemos a estas três peças deu-nos a oportunidade de elencar as seguintes particularidades – apresentam uma textura compacta, com raros e.n.p., de fratura retilínea, ostentando uma coloração que varia entre o bege (7.5YR7/6) e o castanho-escuro (7.5YR5/6) e tendo um elevado grau de porosidade. Quanto ao engobe, verificámos como aconteceu para a LRC, a sua ausência, provavelmente motivada pelas características alcalinas dos terrenos de onde foram exumadas as peças.

Estas características correspondem – e são mesmo muito semelhantes – às descritas por Meyza (2007, p. 17-20) e referenciadas também por Poblome e Firat (2011, p. 51), em relação às argilas com que foram produzidas as peças que constituem os espólios, obtidos em arqueossítios de Chipre, os quais conheceram, ao longo da última década do século xx, uma intensa atividade arqueológica.

A zona intervencionada fica localizada na costa sudoeste da ilha, numa área

situada entre os rios Dhiarizos e Xero Potamus⁹, na atual província de Paphos (Meyza, op. cit., mapas 1, 5, 9 e 16)¹⁰, limitada a norte pelo maciço de Troodos, o qual possui características geológicas idênticas às apresentadas pelas argilas das peças exumadas durante as escavações a que nos referimos (Poblome e Firat, op. cit., p. 51).

O resultado das análises de tipo arqueométrico (Meyza, op. cit., p. 20), da comparação entre grupos seriados de diversos exemplares de cerâmicas pertencentes aos espólios dos arqueossítios escavados e de amostras de argilas locais, permitiu, baseando-se nesta forte base científica (Poblome e Firat, op. cit., p. 51), uma resolução para o problema da origem desta cerâmica (Gomez et al., 1996, *apud* Meyza, op. cit., p. 20).

A localização da sua produção em Chipre termina, assim o entendemos, com a polémica da proveniência destas cerâmicas e de outras que, apresentando as mesmas características, foram produzidas em Perge e Sagalassos (cidades localizadas nas antigas províncias romanas da *Pamphylia* e *Pisidia*, ambas no atual território da Anatólia do sul), já para não falar das cerâmicas de Pednelissos e Hierapolis.

4. CONTRIBUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES DE CERÂMICAS AFRICANAS E NUMISMAS PARA A CONTEXTUALIZAÇÃO DA ANÁLISE DIACRÓNICA

4.1. Cerâmicas finas africanas

A interação entre estas cerâmicas, consideradas conjuntamente com outras categorias de tipo eco e artefactual (Poblome et al., 2010, p. 791) permitiu-nos uma melhor interpretação da ocupação de época romana tardia do sítio arqueológico da *villa* do Alto do Cidreira.

Tendo em conta os valores já publicados por Nolen (op. cit.), a par dos obtidos a partir do espólio da intervenção de 2007, elaborámos um novo quadro (quadro IV) que nos irá permitir ter uma ideia geral das importações norte-africanas e das de origem gaulesa, tipo DSP, desde meados/segunda metade do século I d. C. até ao terceiro quartel do século VI.

⁹ Rios que só têm caudal apenas durante o período correspondente ao inverno.

¹⁰ Philip Bes (2015, p. 119-122) no seu recente trabalho sobre as cerâmicas finas com origem no Mediterrâneo oriental confirma, através da análise de dados estatísticos, a importância desta localização geográfica na produção da LRD, quando se comparam o consumo delas e de outras cerâmicas, como sejam, LRC e ARSW, concluindo da sua elevada proporção «... along the west coast and in central Cyprus».

TS Af./DSP		ACID Espólio de 1982 (Nolen 1988)		ACIDV Espólio de 2007 (Neoépica)	
Tipos	Forma	Número de fragmentos	NMI	Número de fragmentos	NMI
TS Af. D	H. 58A	—	—	1	1
	H. 58B	4	3	4	3
	H. 59	—	—	4	4
	H. 59 B	1	1	—	—
	H. 61	4	4	1	1
	H. 62	—	—	1	1
	H. 67	3	3	1	1
	H. 67/71?	1	1	—	—
	H. 73A	1	1	—	—
	H. 76B	1	1	—	—
	H. 87.2	—	—	1	1
	H. 91A/B	—	—	1	1
	H. 91C	—	—	2	2
	H. 93	—	—	1	1
	H. 99	—	—	2	2
	H. 103B	1	1	—	—
	H. 104A	1	1	—	—
	El-Mahrine 18.1 11118.118.1	—	—	1	1
	Fundos decorados	2	—	3	—
	Indet.	—	—	48	—
Total		19	16	71	19
DSP cinzenta	RIGOIR 8	2	2	—	—
	Total	2	2	—	—

Quadro IV – Espólios do Alto do Cidreira, 1982, 1988 e 2007. *Terra Sigillata* Africana D e DSP. Formas, fragmentos e NMI.

Verificamos a partir da apresentação das formas destes dois tipos de cerâmicas finas de mesa exumadas quer na *villa* do Alto do Cidreira, quer na sua envolvente muito próxima, ACIDV, a existência de um intenso comércio com os centros produtores do norte de África até meados/finais do século VI e de um fluxo de importação bem mais singelo com os centros produtores da região de Marselha na Gália, os quais produziram e negociaram uma vasta baixela de DSP pelo menos desde os inícios do século V, prolongando-se este movimento comercial até finais deste século.

Tendo em conta o facto de nos encontrarmos focados em cronologias viradas para um período de tempo tardio que se situa entre inícios/segunda metade do

século v e a segunda metade do século vi apenas analisaremos a *Terra Sigillata* Africana na sua produção D, muito especialmente, recorrendo sempre que necessário ao espólio anteriormente obtido na *villa*.

Desta fase da produção africana obtivemos um total de 19 NMI em que se destacam pelo alto número de ocorrências, 4 indivíduos cada, os pratos H58 nas suas duas variantes com cronologias do século IV¹¹ e os pratos H59 com datação correspondente ao período 320-420.

Logo a seguir aparecem as formas H91 com 3 indivíduos, nas variantes A/B e C, e a forma H99, com 2 indivíduos. Para a primeira forma poderemos apresentar cronologias de finais do século v a meados da centúria seguinte, enquanto para a segunda forma esta é típica a partir de meados/finais do século vi a meados do vii.

Finalmente com apenas um exemplar cada estão presentes as formas H61 (primeira metade/ finais do século v), H62 (segunda metade do século iv – primeiro quartel do século v), H67 (360 a meados do século v⁺), H87 (segunda metade do século v) e H93 (século v), a forma El-Mahrine 18.1¹², (com uma datação de início do século vi a meados do mesmo), e finalmente as formas de origem na denominada «olaria x», localizada no norte da Tunísia, H103B e H104 A¹³.

Não podemos, por fim, deixar de analisar os dois fragmentos de DSP, de produção da Gália do sul, importantes para o enquadramento cronológico das produções da Fócea e de Chipre em estudo.

Em relação a estes fragmentos, encontrados na *villa* do Alto do Cidreira nas intervenções do século xx, Jeannette Nolen (op. cit., p. 88-89) não arrisca qualquer cronologia atendendo ao facto de não conseguir definir as pastas em que foram elaboradas dando-lhes, por isso, as diacronias que normalmente são atribuídas – compreendidas entre finais do século iv e possivelmente os inícios do século vi.

O mesmo critério parece ter sido aplicado em relação a um exemplar da forma Rigoir 3, encontrado em Lisboa no Núcleo Arqueológico da rua dos Correiros (Grilo, Fabião e Bugalhão, 2013, p. 851).

Na análise que fizemos ao revisitar este espólio pensamos que para o perfil apresentado do prato classificado como Rigoir 8, que possui uma morfologia, como Nolen afirma, muito semelhante ao prato Hayes 61 A/B em TSA D, não

¹¹ As cronologias apontadas seguem as de Hayes (1972), combinadas com as correções de Bonifay (2004), Ben Moussa (2007) e Quaresma (2012).

¹² Para as características formais da taça El-Mahrine 18.1 consulte-se Mackensen, 1993, pp. 603, 604 e Tafel 62.

¹³ Embora a classificação e estudo destas duas formas pertença a Nolen (1988, p. 86, Est IV, 31) podemos no presente associar a forma H104 à variante A1 de Bonifay (2004, p. 181-183), com cronologia dos finais do século v ao primeiro terço do século vi. Porém, num último estudo, este mesmo autor afina-a para o seguinte intervalo diacrónico [...] 490-560* sem deixar de alertar que «...une difficulté subsiste avec celle de la forme Hayes 104A» (Malfitana; Bonifay, 2016 p. 526).

parecer despiendo atribuir-lhe diacronias, mais finas, de contextos da primeira metade século V até 480, atendendo às características do bordo reclassificando-o como Hayes 61 A/B3 (Bonifay, 2004, p. 168-171).

Por sua vez, ao outro exemplar que apresenta apenas o perfil do bordo e uma porção da parede decorada (id., Est. IV Sigillata Cinzenta Paleocristã n.º 2) não lhe foi atribuído qualquer classificação na tipologia de Jacqueline Rigoir (1968). Pensamos, porém, tratar-se de um fragmento que pertencerá a uma tigela/copo carenado da forma Rigoir 15a¹⁴.

4.2. Numismas

Quanto aos numismas exumados no sítio do Alto do Cidreira o seu total não ultrapassou as 4 unidades, em que 3 pertencem ao espólio da UE 105 e o restante ao da 109. Por sua vez do total destes, dois numismas, um em cada unidade estratigráfica, não ofereceram qualquer tipo de leitura devido ao seu estado erodido, provocado pelas condições de deposição.

Os restantes permitiram leituras, uma completa, e a outra quase, na medida em que se encontrava em condições de leitura um pouco mais incompleta.

A primeira moeda que se estudou encontra-se praticamente ao cunho, tendo o número de inventário ACIDV. H4 [105] 318¹⁵ e pertence ao tipo Æ 2¹⁶ a qual tem cunhado no seu anverso o busto de Diocleciano, de perfil para a direita, radiado tendo como legenda DN·DEOCLETIANVS·PF·AVG e no seu reverso, dentro de coroa de louros e em três linhas paralelas, a inscrição VOT·XX·FK. Os dados obtidos quer do anverso, quer do reverso, permitem adiantar a data e o lugar da sua cunhagem respetivamente de 303 d. C. e em Félix Cartago¹⁷.

Quanto à segunda, esta é também do tipo Æ 2¹⁸ com o número de inventário ACIDV. H4 [105] 558 apresentando no seu anverso o busto de Constâncio II, com diadema de pérolas, voltado à direita, com legenda DN·CONSTANTIVS·PF·AVG, sendo o seu reverso, embora em estado erodido, pertencente à serie FEL·TEMP·REPARATIO. Embora não seja visível a decoração gravada no reverso certamente deveria ter representado um soldado no momento em que ataca/trepas com lança um cavaleiro. Esta imagem, durante o tempo de Constâncio II, apenas é cunhada a partir de 348 d. C.

¹⁴ Achamos ter um possível paralelo no exemplar apresentado por Rigoir referente a Grotte des Fees (op. cit., p. 225, PL. XII).

¹⁵ Atendendo à complexidade de estudo destes numismas optámos por referi-los pelo seu número de inventário.

¹⁶ Diâmetro 20 mm.

¹⁷ RIC VI- 37. Esta oficina de cunhagem situava-se perto de Túnis e operou em dois períodos de tempo, sendo o primeiro de finais do século III/inícios do século IV ao qual pertence este exemplar (Sear, 2005, p. 71).

¹⁸ Diâmetro 23 mm.

5. COMÉRCIO E DIFUSÃO – GLOBALIZAÇÃO DA OFERTA

5.1. As rotas comerciais entre o Mediterrâneo e o Atlântico

As cerâmicas finas tardias com origem na Fócea e as suas congêneres cipriotas, analisadas neste artigo, assim como as ânforas tardias encontradas ao longo destes percursos marítimos em naufrágios, ou pertencentes aos espólios obtidos em terra, são indicadores por excelência para a definição das transformações que ocorreram no comércio global de bens, tais como o vinho e o azeite, durante os inícios do século V até meados do século VI, período em que se verifica ainda um intenso comércio mediterrânico, mas com alterações na origem/destinos das cargas transportadas.

Paul Reynolds (1995, cap. 5 p. 126-136) apresenta-nos um vasto conjunto de rotas marítimas que transportariam produtos destinados aos centros de consumo espalhados por todo o mundo mediterrânico, que incluiriam também as costas atlânticas, as quais tinham como limite sul a Mauritânia e a norte a Irlanda, o que nos leva a pensar da existência do aproveitamento da rota que passaria por Marselha (op. cit., p. 134 e 135)¹⁹ e daí para Cartagenas (id., rota do Atlântico), seguindo depois as costas levantinas da *Hispania* até ao estreito de Gibraltar. A partir daí, tomariam rumo a norte atingindo assim o Atlântico onde fariam diversas paragens até chegarem ao seu destino final – a *Britannia*.

Por sua vez, já em 2004, Cunliffe (p. 479, fig. 10.31) tinha proposto a existência de um transbordo ao longo desta rota para o carregamento das mercadorias «... in the Portuguese ports for the last leg of the journey...to the havens of western Britain».

Carlos Fabião refere-se a esta hipótese aquando da elaboração do seu estudo inicial sobre a Casa do Governador da Torre de Belém, em Lisboa (2009a, p. 43, fig. 7), onde apresenta uma difusão de materiais cerâmicos, com origem no Mediterrâneo oriental, com diacronias referentes aos séculos V e VI, assim como um numisma de tipo *pentanummius* de época de Justiniano I.

Fabião interroga-se também sobre a possibilidade de ser a costa atlântica da *Lusitania* «... uma periferia ou charneira no Império Romano» (2009b, p. 53), no entanto, analisando vários fatores, como sejam as várias cartas de difusão de contentores cerâmicos, quer na *Lusitania*, quer por todo o Mediterrâneo associadas à existência de naufrágios e a estruturas de apoio à navegação na costa atlântica, conclui que existirá uma forte possibilidade de ser através dela que se verifica uma intensa circulação com destino às províncias romanas situadas

¹⁹ Atendendo à escassez de LRC nos contextos arqueológicos de Marselha será de supor a existência de diferenciação entre os barcos que fariam o comércio desta cerâmica e os «cargueiros» destinados aos grandes contentores cerâmicos com origem no Mediterrâneo oriental.

para além do Norte da *Gallaecia*, tornando-se, assim, «...na realidade, uma verdadeira charneira entre dois mundos, ... que possuía uma extensa frente atlântica» (id., p. 62).

É pois com naturalidade que em 2014 apresenta como «corolário» a esta conclusão uma súpula, aquando da exposição levada a cabo no Museu Nacional de Arqueologia, sobre vestígios de atividade comercial marítima ao longo da costa atlântica relacionada com naufrágios de época romana.

Uma outra prova da utilização da rota Atlântica é-nos dada pelos recentes trabalhos de Quaresma e Morais (2012) e de Adolfo Fernández (2014), sobre os achados de cerâmica focense tardia (LRC) e cipriota (LRD), para além das oriundas do norte de África, em *Bracara Augusta* e na ria de Vigo, respetivamente. A presença em grande quantidade destas cerâmicas é, na realidade, um forte indicador das trocas que se realizaram por via marítima durante a segunda metade do século V e, pelo menos, até ao segundo quartel do século VI, considerando estes autores não ser despendiada a possibilidade de uma *pervivencia* até meados do século VII.

Por fim, Sónia Bombico, nos seus últimos trabalhos dados à estampa em 2014 e 2015, apresenta, baseada no estudo de Pascal Arnaud, publicado em 2005²⁰, e com dados obtidos a partir dos espólios de naufrágios verificados na envolvência marítima da Córsega e da Sardenha, as rotas marítimas comerciais do *Mare Nostrum*, de sentido Este-Oeste (2014, p. 361-377).

Esta sua análise fica completada, em 2015, quando demonstra que a rota comercial de retorno, durante a Antiguidade Tardia, foi objeto de alterações, no tipo de carga transportada, considerando, no entanto e a modos de conclusão, que «The Lusitanian salted fish preparations were therefore an additional cargo..., thus allowing for the establishment of a free trade.» (op. cit., p. 18-19), sem deixar de equacionar a conjugação da análise referente à difusão dos contentores cerâmicos com a «...archaeological data from land contexts...» (*supra*).

Bonifay (2007) adianta que durante a Antiguidade Tardia se pode indicar como um dos pontos de distribuição na rota atlântica, Lisboa (?) e Vigo, que desempenham o tal papel de charneira entre o comércio de procura/aprovisionamento de mercadorias com origem em várias zonas do Mediterrâneo Oriental e as ilhas Britânicas. Sublinha também em face aos espólios cerâmicos encontrados em Bordéus que estes são testemunho de uma rota tradicional marítima que, depois de tocar este porto, seguiria pela costa levantina da *Hispania* seguindo para o Atlântico depois de ter atravessado Gibraltar, atingindo assim o seu ponto de destino.

²⁰ «Les routes de la navigation antique-Itinéraires en Méditerranée».

5.2. Comércio de LRC e LRD

A fim de compreendermos como pode ter sido a distribuição das cerâmicas em apreço ao longo deste período cronológico no *Mare Nostrum*, apresentamos uma análise de distribuição da forma, que consideramos a mais relevante do conjunto das cerâmicas focenses, a Hayes 3 (e suas variantes), em espectros económicos como sejam os da costa do Mediterrâneo Oriental e Ocidental e da costa Atlântica. Desta forma, elaborámos o quadro V, cronotipológico, em que relacionámos a H3 e variantes, com períodos selados e bem definidos para Beirut (Souks) e para Butrint (Triconch Palace), tendo como base os valores apresentados por Reynolds para estes dois sítios arqueológicos que, devido à sua situação geográfica – um no Líbano e o outro no sul da Albânia, junto à fronteira grega – demonstram mais uma vez que as variantes presentes não se afastam muito dos padrões de consumo/comercialização quando os consumos são comparados entre si. Esta tendência não é tão evidente nos mercados de exportação, em relação às formas mais tardias, embora estes dois centros sejam «the most western locations of its distribution, still in low quantities, during the late 6th and 7th centuries» (Reynolds, 2010a, p. 123).

H3 (variantes)	Cronologias						
	Beirut Souks (Bey)				Butrint (Triconch Palace)		
	3.º quartel do século v	450/500+	Finais do século v+	551	450-475	500- 550	525-550
H3A	x	x	—	—	—	—	—
H3B	x	x	—	—	—	—	—
H3C	x	x	x	—	x	x	—
H3D	—	—	—	x	—	x	—
H3E	x	x	x	—	—	x	—
H3F	—	—	—	—	—	x	—
H3F/G	—	—	—	x	—	x	x
H3G	—	—	—	x	—	—	x
H3A/C	x	—	—	—	—	—	x

Quadro V – Cronologias e variantes de H3, contextos de Beirute e Butrint (Triconch Palace) ²¹.

Por sua vez, na *Hispania*, para *Lucentum*, na *Carthaginensis*, e *Belo Claudia*, na *Bætica*, seguindo os mesmos critérios, e com o fim de verificar os consumos determinados para estas duas cidades durante o período da Antiguidade Tardia, foi também elaborado o quadro VI que demonstra uma variação do elenco das variantes presentes, pois certamente a oferta seria razoavelmente não tão variada

²¹ A partir de Reynolds, 2011b.

como a que encontramos para os dois arqueossítios localizados bem mais perto dos centros produtores²².

No entanto, o espólio estudado por Reynolds para *Lucentum* demonstrou que a «...LRC was very common in the end of the 6th century Benalua deposit.» (2010a, p. 119, 123), embora reconheça que seja difícil explicar a razão pela qual foram encontradas grandes quantidades de cerâmicas tardias de importação com origem na Fócea e no Chipre, embora esta última com padrões mais moderados (id., p. 119).

H 3 (variantes)	Cronologias				
	Lucentum (Benalua)				Belo Claudia
	460-475	Finais do século V	século V/ 526-550	1.ª metade do século VI	450-550
H3A	—	—	—	—	—
H3B	—	—	—	—	—
H3C	x	—	—	—	—
H3D	—	x	—	—	x
H3E	—	—	—	—	x
H3E?	—	x	—	—	—
H3F	—	—	x	—	x
H3G	—	—	—	—	—
H3G?	—	—	x	—	—
H3H	—	—	—	x	—

Quadro VI – Cronologias e variantes de H3, contextos de Lucentum e Belo Claudia²³.

Finalmente, mais um quadro, o quadro VII, referente a estas importações para três sítios todos localizados no atual território português, em que dois deles se encontravam inseridos na província romana da *Lusitania* – Mértola²⁴ que, pela sua localização no baixo Guadiana, teria certamente sido um local privilegiado para o abastecimento destas cerâmicas que, a partir daqui, seriam redistribuídas por zonas do interior da província, possivelmente até *Augusta Emerita*²⁵, onde foram recuperados alguns fragmentos de LRC (Bustamante Álvarez, 2013, p. 58-60)²⁶ e,

²² Reynolds (2010a, p. 103) afirma que a cidade romana de Butrint, aproveitando-se da sua proximidade geográfica relativa com Ravenna, usufruía dos intensos movimentos comerciais marítimos que abasteciam esta cidade com produtos oriundos do Mediterrâneo oriental (id., Table 23 p. 229, Fine wares).

²³ A partir de Reynolds 1987 e Bourgeois e Mayet 1991.

²⁴ São referidos apenas os exemplares exumados no bairro da Alcáçova e na Biblioteca Municipal.

²⁵ As relações não só comerciais entre Mérida e a parte centro/oriental do Mediterrâneo tem sido um tema tratado por historiadores, quer nacionais, quer estrangeiros, dos quais destacamos, a título meramente informativo, a nível nacional, Ana Maria Jorge (2002, p. 126-130).

²⁶ As UE 1063, 1001 e 1003 da intervenção efetuada na Calle Almendralejo n.º 41 apresentaram, nos seus espólios, algumas formas focenses tardias, H3B, 3F e H8, que, quando cruzadas com fragmentos de *sigillata* africana D, permitiram atribuir-lhes uma datação, do 2.º quartel/meados do século VI.

por sua vez, o outro, a cidade de *Conimbriga*, também seria abastecida a partir de portos lusitanos estabelecidos ao longo da rota atlântica e que comercializavam produtos com origem no Mediterrânico central e oriental.

Quanto a *Bracara Augusta*, a razão da nossa escolha advém de que após a sua promoção administrativa a capital da província da *Gallaecia*, num período já tardio do século III, conheceu um fluxo comercial e económico que, segundo Martins e Delgado (1989-90, p. 31), se traduz «... num bom ritmo de importações... de cerâmicas de fabrico derivado de *sigillata* paleocristã cinzenta, de cerâmica foceana tardia e de cipriota tardia», o que é confirmado pela existência de um espólio significativo deste tipo de cerâmica de mesa (Quaresma e Morais, 2012; Fernández, 2014, p. 436-438).

H 3 (variantes)	Cronologias									
	Mértola				Conimbriga			Braga		
	c. 425	450-480	Início século VI/ 520	520-550	465-476*	460-490	500-526	460-475	Finais do século V	Século VI
H3	x	—	—	—	—	—	—	—	—	—
H3A	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
H3B	—	x	—	—	x	—	—	x	—	—
H3B/5	—	—	—	—	—	—	—	x	—	—
H3C	—	x	—	—	x	x	—	x	—	—
H3D	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
H3E	—	—	—	—	x	—	—	—	x	—
H3E?	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
H3F	—	—	x	x	—	—	x	—	—	x
H3G	—	—	x	x	—	—	—	—	—	—
H3G?	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
H3H	—	—	—	—	—	—	—	—	—	x

Quadro VII – Cronologias e variantes de H3, contextos de Mértola, *Conimbriga* e Braga²⁷.

6. UM DOS FATORES EXÓGENOS DE IMPACTO NO SETOR DAS TROCAS ENTRE O SEGUNDO QUARTEL DO SÉCULO VI E MEADOS DO SÉCULO VIII

Por volta de meados do século VI, em época do imperador Justiniano I, verificou-se uma acentuada queda das importações na Península Ibérica, relativas às cerâmicas finas de mesa tardias com origem no Mediterrâneo oriental, a qual poderá estar relacionada com um fator exógeno ao sistema de trocas até então existente – o surto de peste bubónica que atingiu Constantinopla no ano de 542

²⁷ A partir de Delgado 1975 e 1992, Fernández 2012, Quaresma e Morais 2012 e Fernández 2014.

e que se propaga à *Hispania* possivelmente entre 542-543 e «... during the next century and a half there were at least three further outbreaks.» (Kulikowski, 2007, p. 150)²⁸.

McCormick (2003, p. 9) também sistematiza de forma geográfica a presença de ratazanas negras (*Rattus rattus*), um dos principais agentes de propagação desta epidemia, na Europa central e ocidental em época tardo romana «...Italy, central and northern Gaul, Britain, the Rhine and Danube frontier, and Portugal» (mapa 2).

Kulikowski aponta, de igual modo, como outro fator de disseminação deste surto epidémico, o contacto entre as tripulações dos barcos que transportavam mercadorias do Mediterrâneo central e oriental com o consumidor hispânico e que teriam como centros difusores «... particularly the Guadiana and Guadalquivir valleys and the cities of Catalonia and the Levant» (op. cit., p. 151), tendo como consequência lógica a propagação da peste, o que acarretaria uma alta taxa de mortalidade entre as populações locais, como sejam os casos indicados, de forma indireta, em relatos coevos²⁹.

Esta alta taxa de mortalidade resultou, certamente, numa diminuição no número de habitantes, quer no sul e sudeste da *Hispania*, quer no mundo mediterrânico³⁰, restringindo desta forma o consumo e o comércio de bens, em geral, nos quais certamente estariam compreendidas as cerâmicas tardias de produção oriental, durante o período cronológico que medeia entre o segundo quartel do século VI e os meados do século VIII.

A situação da escassez de mão-de-obra, motivada pela taxa de mortalidade acima referida, vai, por sua vez, determinar uma série de graves problemas no sector agrícola, indo obrigar a uma vasta série de legislação protecionista, já nos finais do século VII, que irá dar um poder quase ilimitado aos grandes senhores dos *fundi* (id., p. 158).

Esta opinião é partilhada por Morley (2007, p. 102), que entende, também, terem sido os efeitos do contágio da epidemia bubónica, com origem marítima mediterrânica, um dos fatores que levaram a uma mudança drástica nos padrões do comércio tradicional, que passam a ter um cariz continental e a substituir o tradicional marítimo mediterrânico.

²⁸ Martínez Jiménez (2013, p. 81) defende igualmente esta hipótese.

²⁹ Veja-se o caso do historiador *Procopius* de *Caesarea* (c. 500-c. 565), do Bispo Gregório de Tours (c. 538-c. 594) e de Evágrio Escolástico (c. 535-?), *apud* Michael Maas (2010). De salientar ainda as homilias compiladas no Homiliário de Toledo, aconselhando os fiéis sobre os comportamentos a ter durante o ciclo da peste, das quais apenas se tem conhecimento de quatro e que são referentes: ao primeiro dia (Gregório, *Les homélieires*, p. 214-217), ao segundo dia (Gregório, *Les homélieires*, p. 217-219), para o terceiro dia (Gregório, *Les homélieires*, p. 219-221) e, por fim, uma homilia sobre a catástrofe (Gregório, *Les homélieires*, p. 222-223), *apud* Michael Kulikowski (2007, p. 160-170).

³⁰ O mapa 3 reflete de forma explícita as áreas contaminadas pela propagação da epidemia, indicando as possíveis datas de contágio, segundo os vários autores citados no texto.

Opinião idêntica já tinha sido dada, nos inícios do século XXI por Liebeschuetz (2002, p. 239-240), que afirma ter sido o «...reversal growth in the east...», devido ao aparecimento da peste bubónica, «... in the mid sixth century...», que «...marks a turning point in many spheres of life in the the Roman East...». ³¹

Bonifay (2012, p. 256 e nota 50), ao analisar as relações comerciais do império romano do oriente com a *Britannia*, chega à mesma conclusão de ter havido um término nessas atividades, a partir de meados do século VI, citando mesmo Ewan Campbell & Bowles quando estes afirmam, em 2009, que «l'arrêt des importations méditerranéennes dans les îles britanniques est mis en relation avec les épidémies de peste des années 545, 549 et 554».

Outros investigadores em análise económica da Antiguidade Tardia, como seja o caso de Cécile Morrison e Jean Pierre Sodini (2002, p. 171-220), contribuíram, numa monografia sobre a economia de Bizâncio, para uma análise sobre o papel desempenhado pelo império Bizantino à escala global durante o século VII e até ao século XV.

Analisando vários temas da vida económica do Império do Oriente que abrangeram a demografia (id., p. 193-195), o comércio e o sistema fiduciário, entre outros, permitiu-lhes chegar a um conjunto de conclusões, as quais foram apresentadas referenciando-as a dois períodos diacrónicos do século VI – a primeira metade, de grande prosperidade e a desagregação económica da segunda metade, salientando que o resultado de «...demographic setbacks resulting from the plague ³² weakened the imperial organization's ability ...» (id., p. 220).

Por sua vez, Elisabeth Fentress (2009, p. 154,155), aquando do seu estudo sobre a demografia em época tardia, relativo a dois «case-studies» de arqueossítios localizados na ilha de Jerba, e referente também a padrões de consumo de cerâmicas finas de mesa com origem na atual Tunísia, afirma que em relação ao aglomerado habitacional de Meninx «...its demise, however, is equally abrupt, coinciding with the middle of the sixth century. Its status as a major port city would have made it especially vulnerable to the Justinianic plague, probably the first instance of the Bubonic plague, carried by black rats from port to port». Logo, sendo esta diminuição demográfica motivada pela epidemia, deverá, certamente, ter afetado os centros oleiros da Fócea e os situados na ilha de Chipre, provocando, na altura, uma diminuição da sua produção e correspondente procura, o que poderá ter tido um efeito certamente desequilibrante em termos «globais».

³¹ *Contra*: J. Durliat, 1989, que tinha apresentado uma posição baseada em dois fatores principais: a inexistência de referências epigráficas funerárias, e em alterações no sistema fiduciário de Bizâncio, *apud* Sarris, Peter (2007, 125- 132) e Biraben, que apresenta justificações do campo da saúde pública e da instabilidade no campo da política internacional, ao tempo «the same does not hold true, however, when plague occurs in conjunction with other epidemics – Biraben here mentions the evidence of smallpox beginning at the end of the sixth century – and with wars», *apud* Morrison, Cécile e Sodini, Jean Pierre (2002, 195).

³² Sublinhado nosso.

7. CONCLUSÕES

As mudanças que se verificaram na sociedade e no poder administrativo imperial romano a partir do século III, tiveram o seu auge durante o período final da Antiguidade Tardia, altura em que se verificam alterações na estrutura social interna das cidades, provocando uma crise que se refletiu no abandono destas pelas suas elites, tendo como resultado o intensificar de fenómenos de ruralidade dando oportunidade às mesmas «to evade civic duties and claims by the state» (Erdkamp, 2012 p. 262-263).

Este fenómeno de fuga para o campo, sem alteração dos rendimentos das elites será, entre outros, um dos motivos que não nos levam a questionar a existência de uma procura de consumo destas cerâmicas importadas, que poderemos, de uma maneira simplícista, chamar de «luxo», permitindo, assim, tentar concluir da existência de atividades comerciais que continuariam a animar quer os centros urbanos, quer os sítios rurais, caso da *villa* romana do Alto do Cidreira, situada numa região próxima da orla marítima atlântica da Lusitânia, localização que logo seria propícia ao abastecimento desses bens materiais, e do Casal do Clérigo (S. Domingos de Rana), possível *mansio*, já mais afastado da costa, onde também verificámos a existência de um espólio elevado de pratos/taças em LRC³³, apesar de conflitos de ordem política e militar como, por exemplo, o domínio do Mediterrâneo por parte do reino Vândalo-Asdingo, entre 439 e 534 d. C. (mapa 3). Achamos não poder considerar-se apenas como um período em que se verificou um entrave ao desenvolvimento do comércio mediterrânico mas sim que «... le siècle vandale ne peut être dans son ensemble ni comme une période de crise ni comme une période de grande prospérité» (Ben Moussa, 2007, p. 257).

O apresentar de períodos cronológicos mais finos para o estudo das cerâmicas que são alvo deste artigo prendeu-se, como já referimos, à inacessibilidade a outros dados referentes a contentores cerâmicos, como sejam as ânforas e as cerâmicas comuns. Por sua vez, os quatro numismas pertencentes ao espólio obtido em ACIDV, nas UEs 105 e 109 no ano de 2007, não nos deram também qualquer possibilidade de apontar cronologias que suportassem qualquer tipo de intervalos que se enquadrassem com a produção/comércio das cerâmicas finas da Fócea e de Chipre, na medida em que as suas diacronias correspondem a cunhagens datáveis genericamente de inícios a meados do século IV.

A confrontação das importações de *terra sigillata* africana com as de origem oriental serão o único indicador que nos deu, contudo, a possibilidade de poder apresentar também intervalos cronológicos mais fiáveis para o que se terá verificado no respeitante ao consumo de uma oferta, com efeito de substituição, por

³³ LRC, Hayes 3 (22 NMI que correspondem a 24 fragmentos).

parte destas cerâmicas durante o período que se insere entre meados do século v e meados/terceiro quartel do século vi.

Quanto à elaboração de um mapa de distribuição desta cerâmica tardia, no atual território português, remeteremos para o trabalho de Carlos Fabião, referido *supra* (2009a, p. 34), no qual este investigador completa um mapa de «...distribuição de *sigillata focense* no ocidente da Península Ibérica» tendo como base os trabalhos de Melim de Sousa e de Naveiro López publicados em 2001 e 1991, respetivamente, o qual é revisitado por Fernández (op. cit., 2014, p. 440, fig. 225), com o fim de apresentar uma versão mais atualizada da mesma. No entanto, não poderemos deixar de enumerar estudos recentes de espólios que apresentam cerâmicas finas focenses, tais como: *Villa* romana do Rabaçal, concelho de Penela (Quaresma, 2011)³⁴; Marinha Baixa, Aveiro (Quaresma et. al., 2015); Castelo de Crestuma, concelho de Vila Nova de Gaia (Silva et. al., 2015); fórum de *Aeminium*, Coimbra (Costeira et. al., 2015); e Palácio do Conde de Barão do Alvito, freguesia de Misericórdia, Lisboa (inédito).

O estudo do espólio da Casa Sommer³⁵, localizada na zona ribeirinha da cidade de Lisboa, referente a estas cerâmicas e que se encontra em preparação, certamente consolidará a função de pivô que a cidade desempenhava no circuito comercial marítimo – entre as regiões mediterrânicas orientais e todo o norte atlântico até às ilhas britânicas – das cerâmicas que temos vindo a tratar com cronologias que se estendem desde meados do século v até meados/terceiro quartel do século vi.

Por fim, não podemos deixar de chamar uma especial atenção para o espólio obtido na *villa* romana do Casal do Clérigo, no concelho de Cascais, *supra* (Sepúlveda, no prelo), que poderá, através de um estudo mais completo, esclarecer qual a localização de um possível centro difusor terrestre que, por sua vez, deverá ter sido abastecido por uma rota de cabotagem desde Lisboa-Paço de Arcos ou quiçá de Paço de Arcos-Cascais.

In memoriam

Jeannette U. Smit Nolen

1930-2016

³⁴ Na *villa* romana foram encontrados dois bordos classificados por J. C. Quaresma como imitações em cerâmica comum de protótipos de *sigillata* focense (H3C) e de *sigillata* cipriota, tardias (H3.2).

³⁵ Este espólio foi obtido durante as campanhas de intervenção arqueológica levadas a cabo pelos arqueólogos da Neopélica durante os últimos anos, no local onde se erguia o antigo Palácio de Cucolim.



Mapa 1 – Mapa da Península de Lisboa com localização de sítios com presença romana, e outros, indicados no texto.



Mapa 2 – Mapa da dispersão da peste bubónica, ao tempo de Justiniano, com a indicação das possíveis datas de contágio, a partir do ano de 542 d. C.



Mapa 3 – Mapa dos Reinos Germânicos e Império Romano do Oriente (c. 525 d. C.).

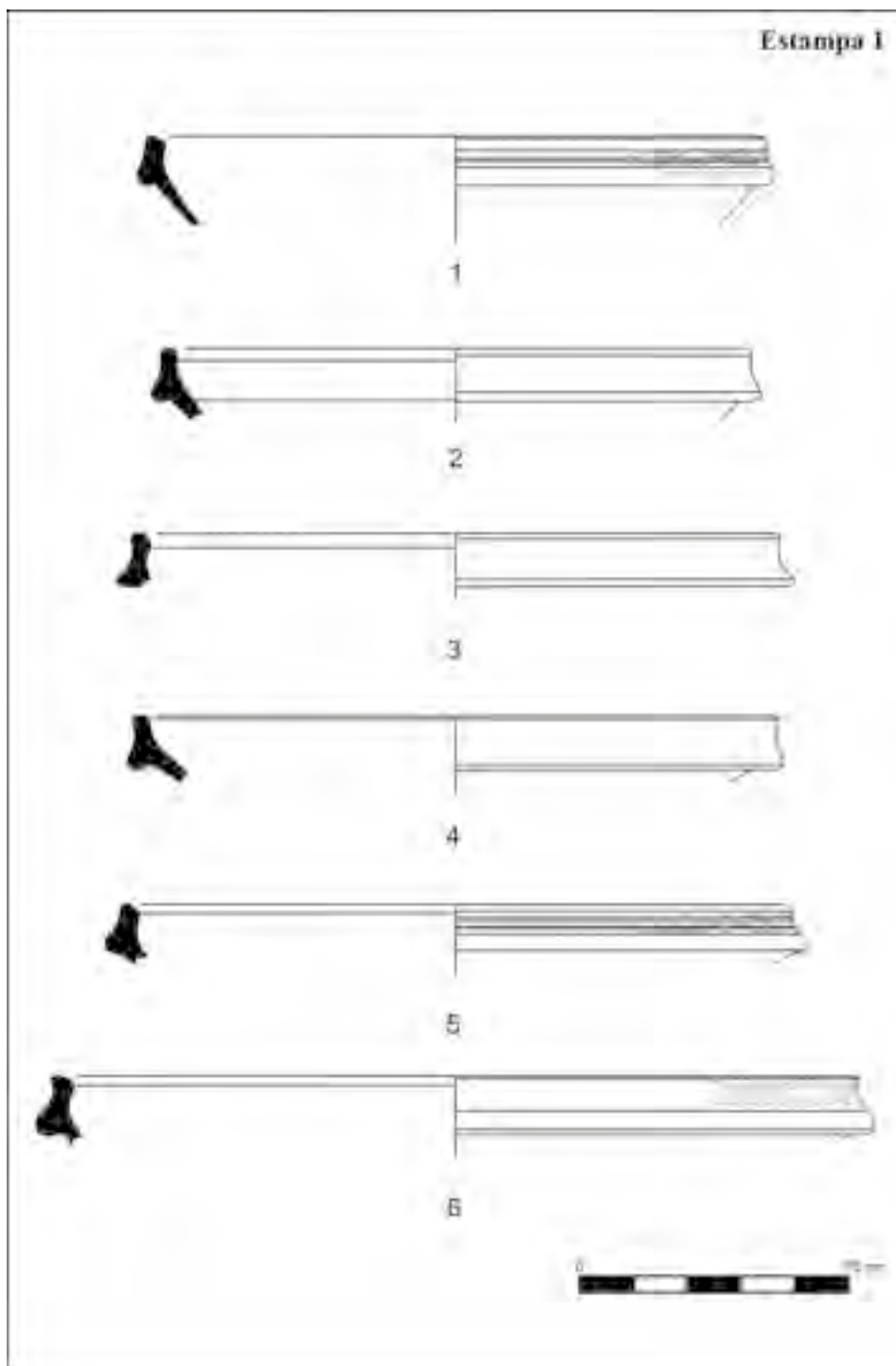


Fig. 1 – LRC: Hayes 3B (n.º 1); Hayes 3C (n.º 2-4); Hayes 3D (n.º 5 e 6).

Estampa 2

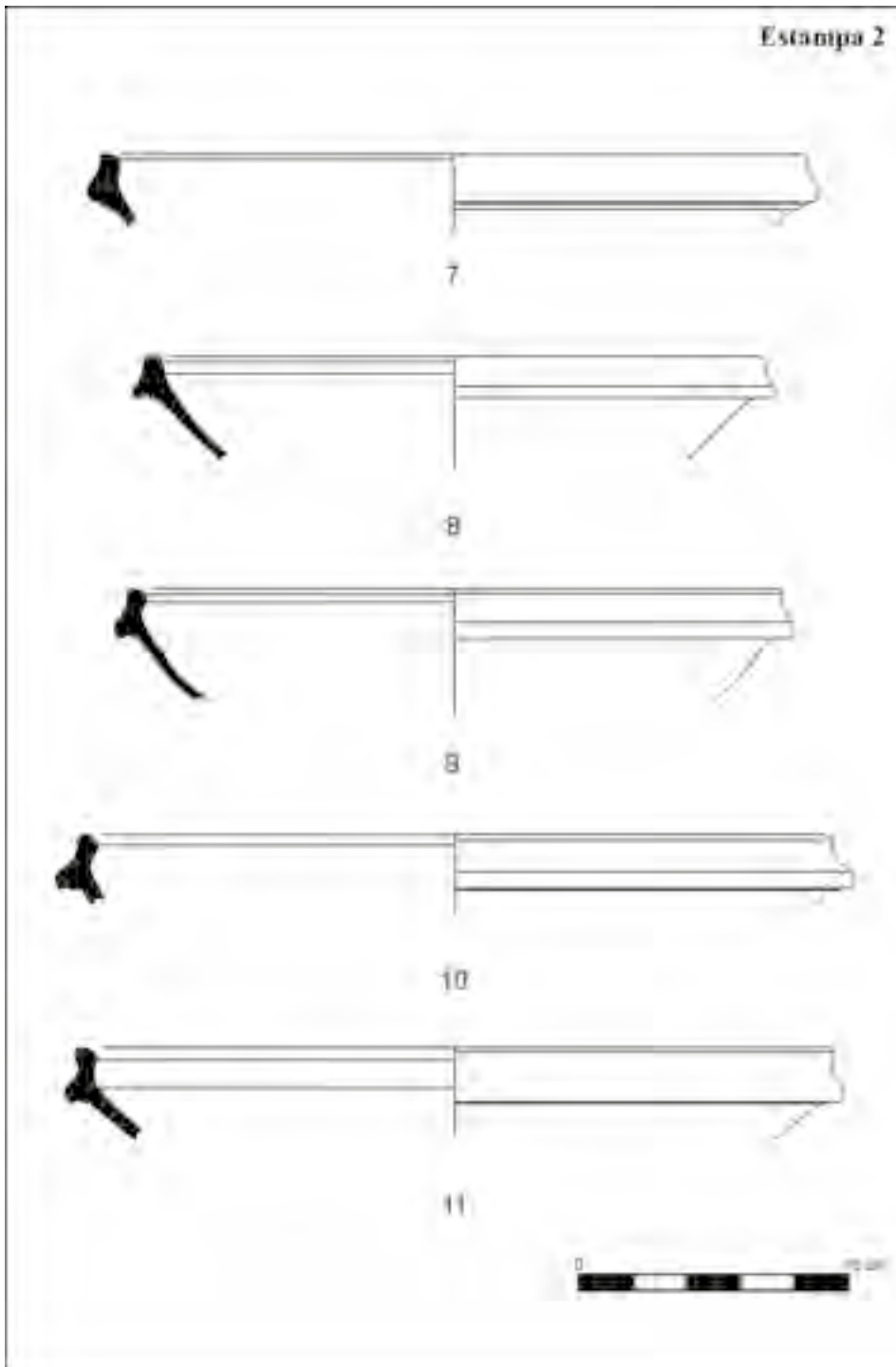


Fig. 2 – LRC: Hayes 3E (n.º 7-11).

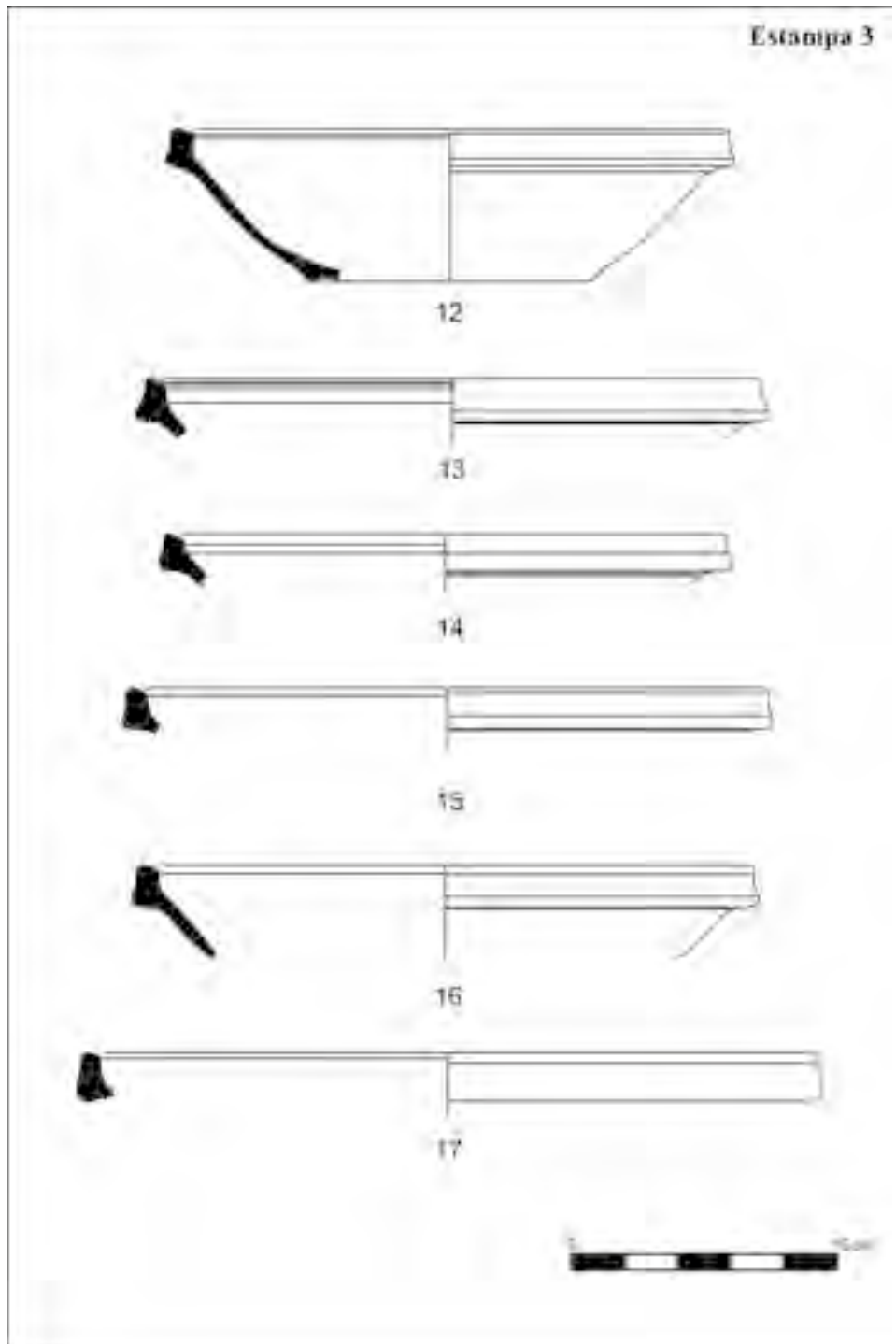


Fig. 3 – LRC: Hayes 3F (n.º 12-17).

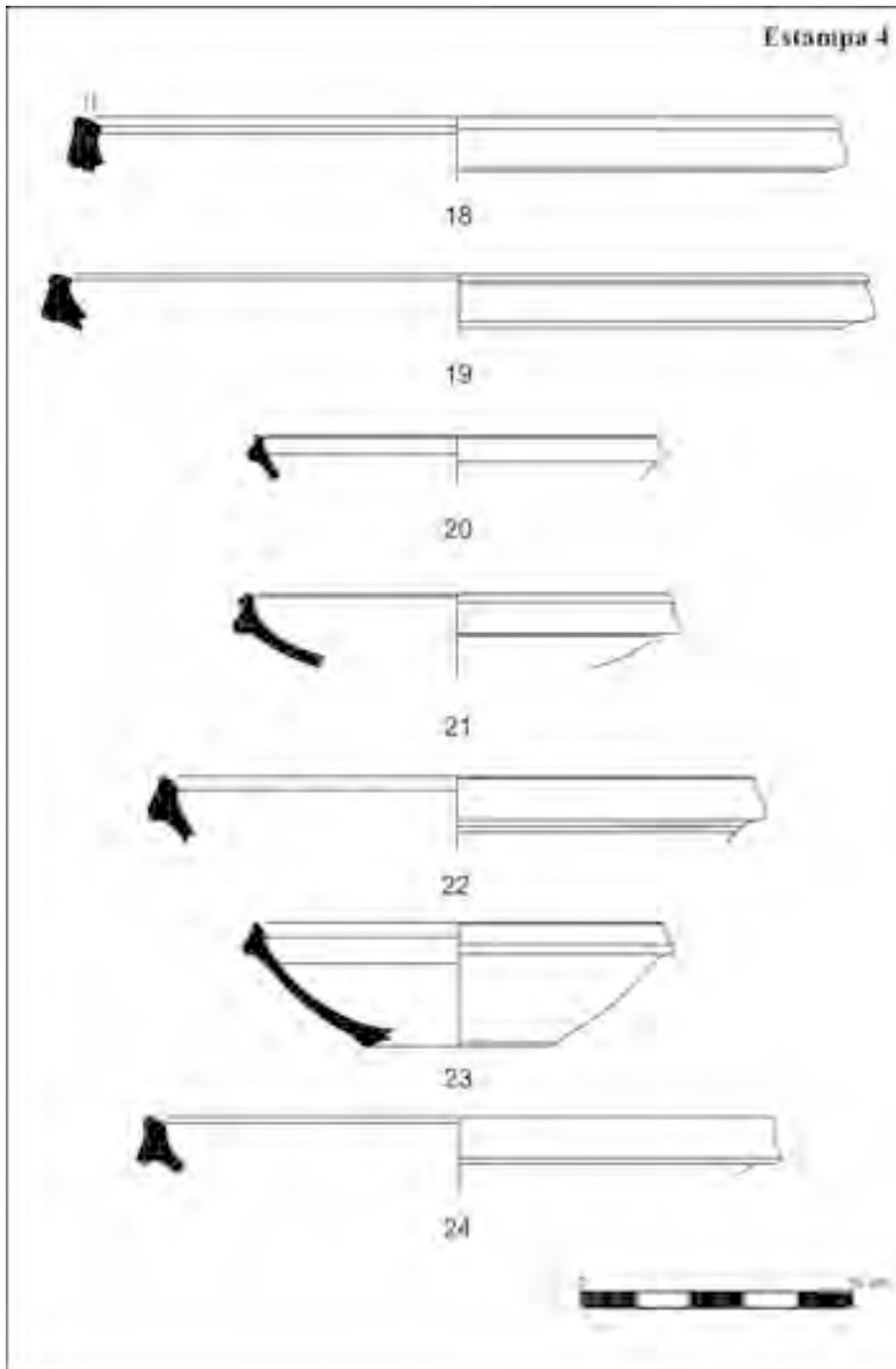


Fig. 4 – LRC: Hayes 3F (n.º 18-24).

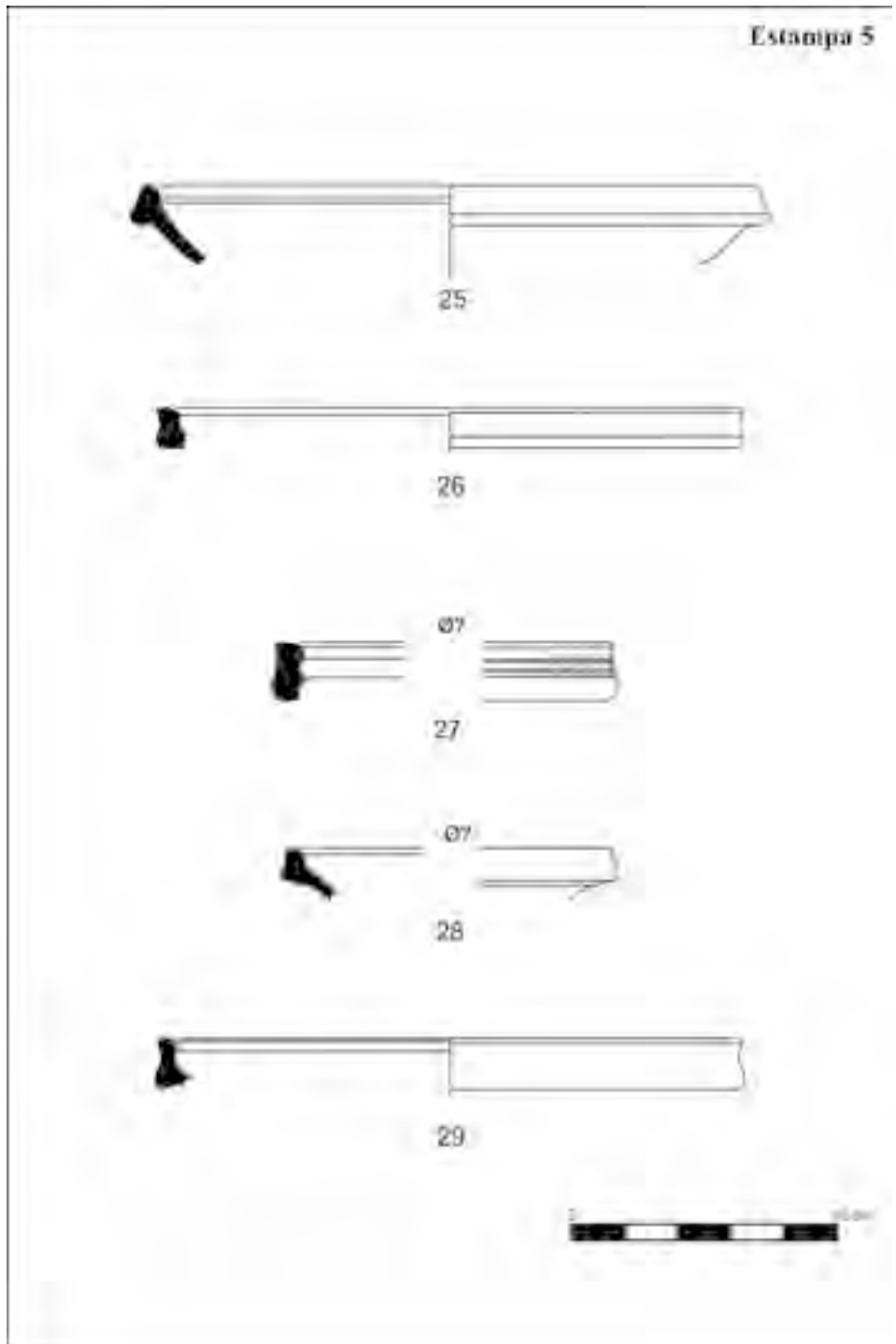


Fig. 5 – LRC: Hayes 3F (n.º 25-28); Hayes 3G (n.º 29).

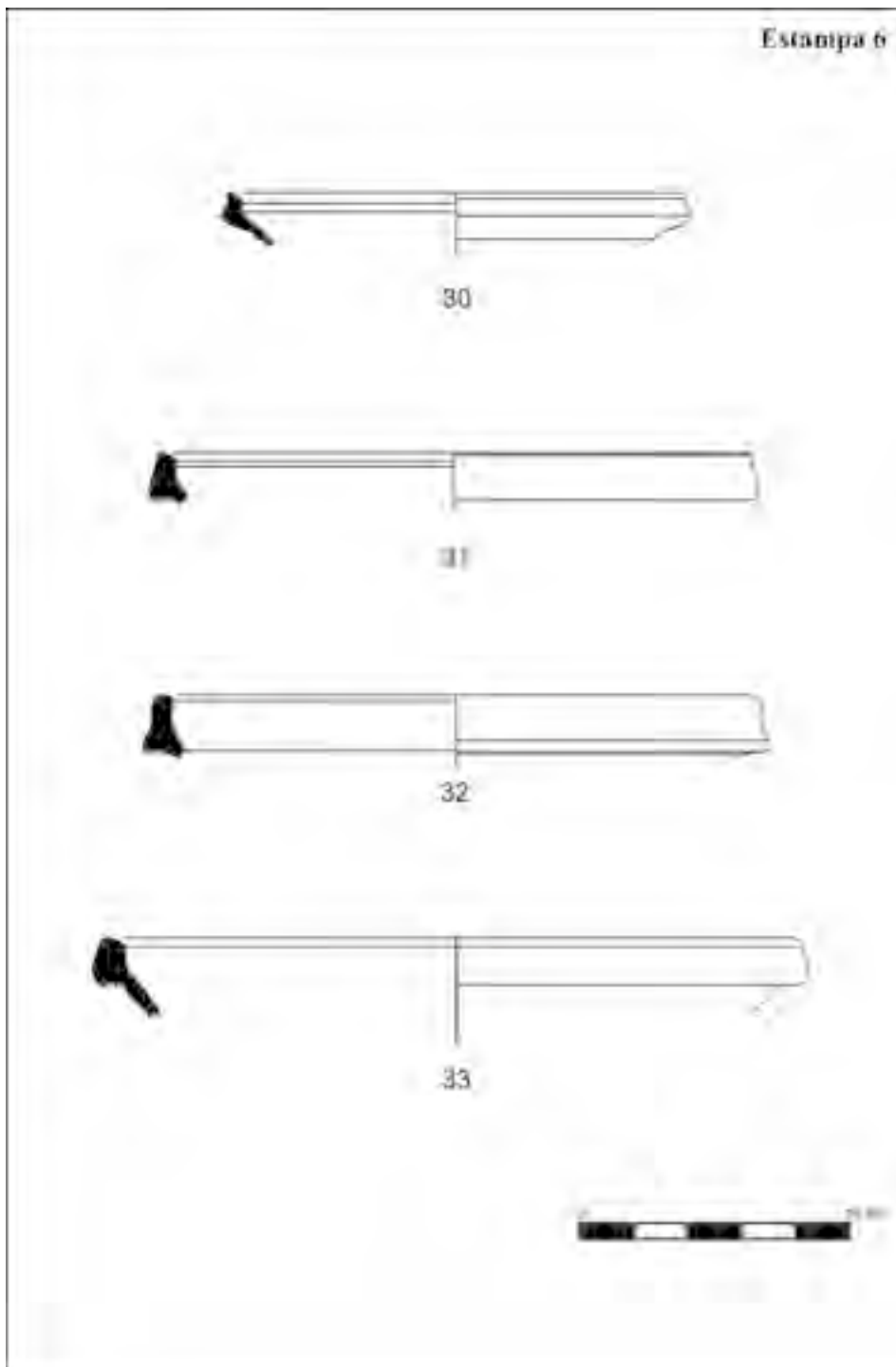


Fig. 6 – LRC: Hayes 3F/G (n.ºs 30 e 31); LRC: Hayes 3H (n.º 32); LRC: Hayes 3/10 (n.º 33).

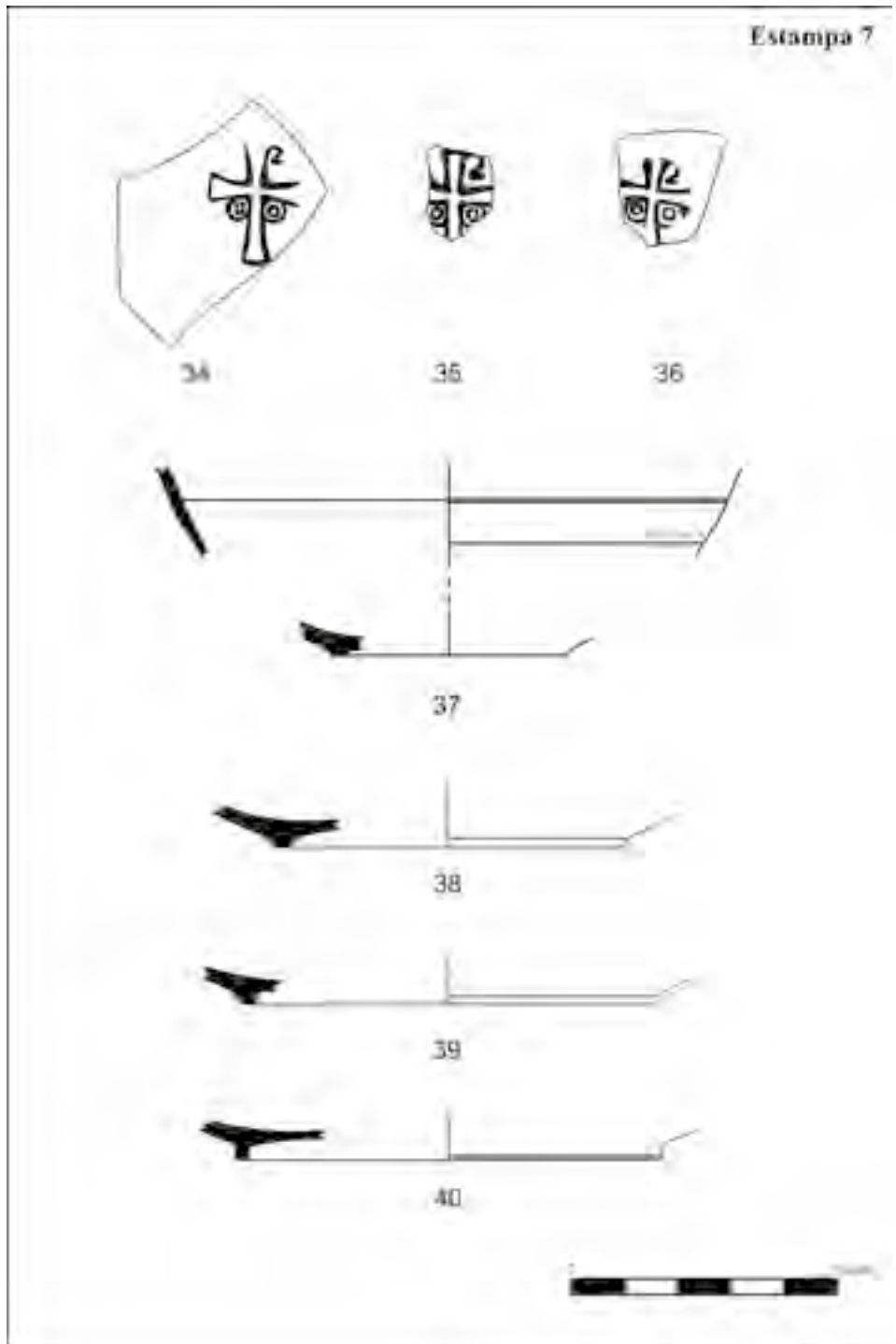


Fig. 7 – LRC: Fundos de forma indeterminada (n.º 34-40).

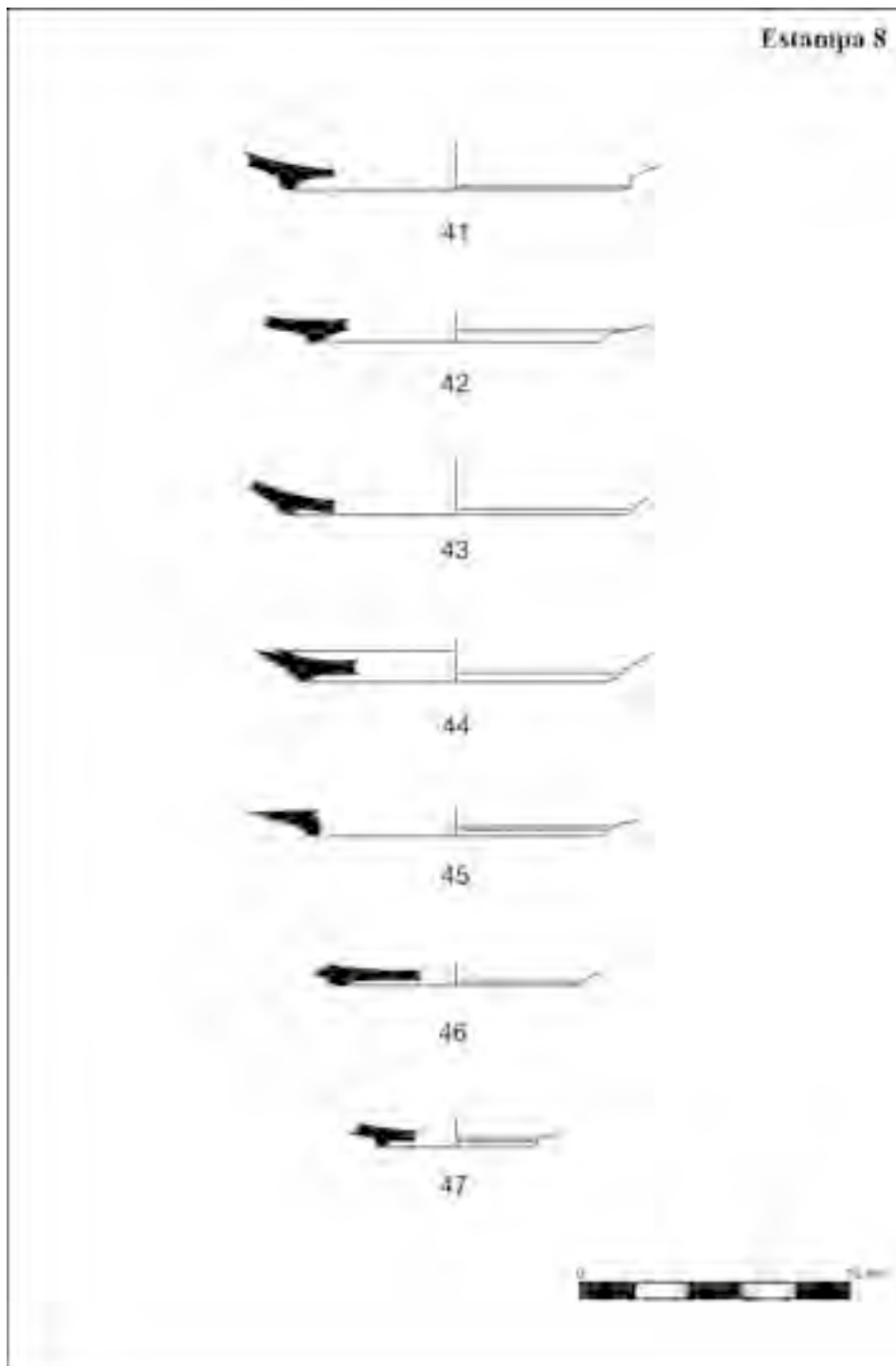


Fig. 8 – LRC: Fundos de forma indeterminada (n.º 41-47).

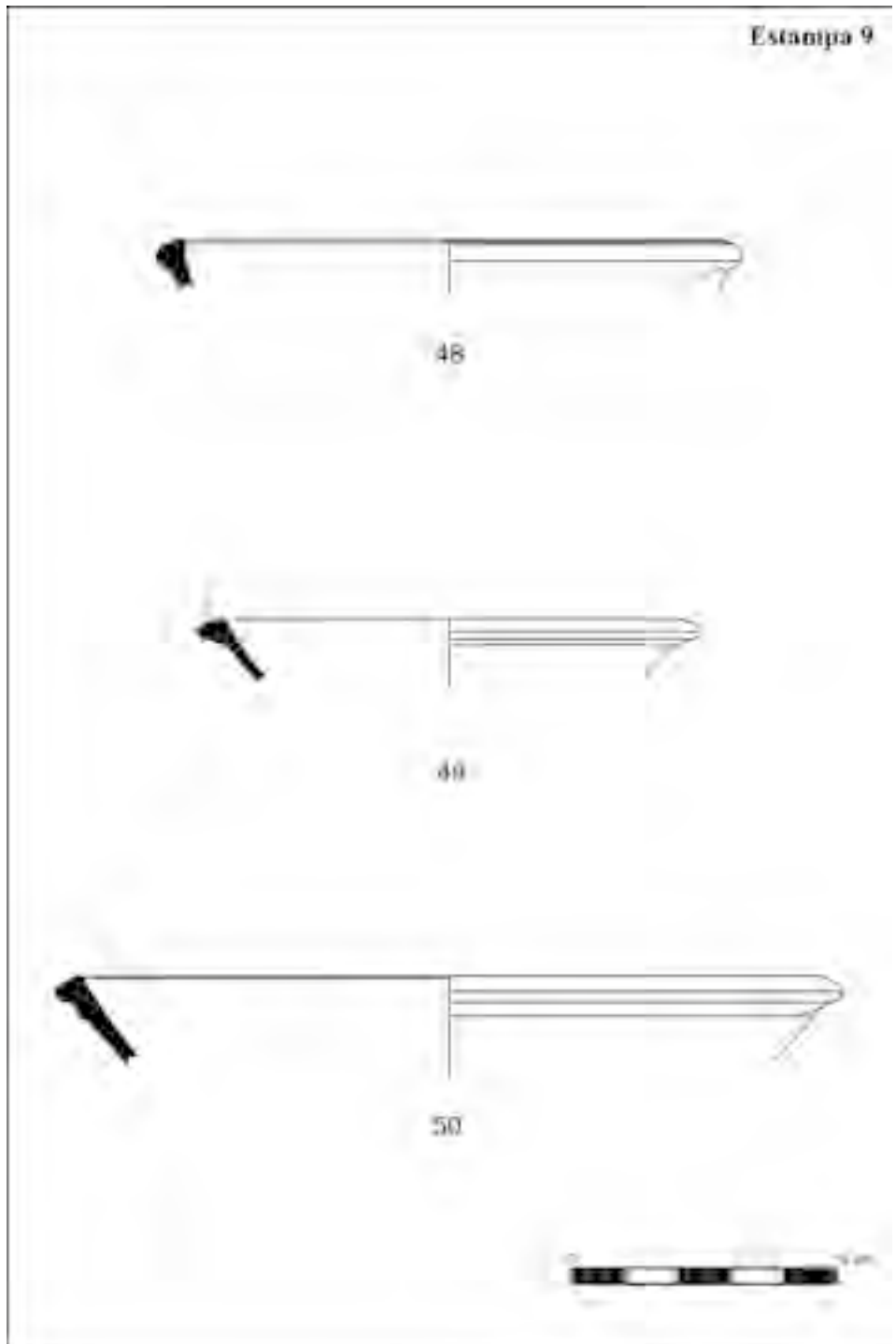


Fig. 9 – LRD: Hayes 2 (n.º 48); Hayes 5; Hayes 11 (n.º 50).

BIBLIOGRAFIA

- ATLANTE DELLE FORME CERAMICHE I: *ceramica fina romana del bacino mediterraneo (Medio e tardo Impero)*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1981.
- BEN MOUSSA, M. (2007) – *La production de sigillées africaines. Recherches d'Histoire et d'Archéologie en Tunisie septentrionale et centrale*. Barcelona: Universitat de Barcelona. (Collecció Instrumenta; 23).
- BES, P. (2015) – *Once upon time in the East The chronological and geographical distribution of Terra Sigillata and Red Slip Ware in the Roman East*. Oxford: Archaeopress. (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery; 6).
- BOMBICO, S. [et. al.] (2014) – A caminho de Roma? – A Sardenha e a Córsega nos fluxos de circulação das ânforas lusitanas no mediterrâneo ocidental. In MORAIS, R.; FERNÁNDEZ, A.; SUSA, M., ed. lit. – *As produções cerâmicas de imitação na Hispania. Monografias Ex Officina Hispania II*. Braga. Tomo I, p. 361-377.
- BOMBICO, S. (2015) – Salted fish industry in Roman Lusitania: Trade memories between *Oceanus* and *Mare Nostrum*. In BARATA, F.; ROCHA, J. R., ed. lit. – *Heritage and Memories from the Sea: Proceedings*. Évora, p. 19-39.
- BONIFAY, M. (2004) – *Étude sur la céramique romaine tardive d'Afrique*. Oxford: B. A. R. (BAR International Series; 1301).
- BONIFAY, M. [et. al.]. (2007) – Échanges et communication. *Gallia*. Paris. 64, p. 94-103.
- BONIFAY, M. (2012) – Les céramiques sigillées Africaines et Phocéennes tardives. In MAURIN, L. ed. lit. – *Un quartier de Bordeaux du I^{er} au VIII^e siècle. Les Fouilles de la Place Camille-Jullian 1989-1900. Documents Archéologiques du Grand Sud-ouest*. Bordeaux. vol. 3, p. 251-258.
- BOURGEOIS, A.; MAYET, F. (1991) – *Les Sigillées de Belo VI*. Paris: Casa de Velásquez. p. 373-382. (Publicacions de la Casa de Velásquez; XVI).
- BUSTAMANTE ÁLVAREZ, M. (2013) – *La terra sigillata Hispánica en Augusta Emerita. Estudio tipocronológico a partir de los vertederos del suburbio norte*. Mérida. (Anejos de AEspA; LXV).
- CARDOSO, G. (1991) – *Carta arqueológica do Concelho de Cascais*, Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- CARDOSO, G. (2002) – *Aspectos da Romanização no Ager Olisiponensis*. Trabajo de Tercero Ciclo. Universidad de Extremadura. Departamento de História, Área de Arqueologia. Cáceres (policopiada).
- CARDOSO, G. (2004) – Acerca das comunicações no sudoeste do *Ager Olisiponensis*. In GORGES, J-G.; CERRILLO, E; NOGALES BASARRATE, T., ed. lit. – *Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana, Cáceres, 2002: las Comunicaciones*. Mérida, p.135-147.
- CUNLIFEE, B. (2004) – *Facing the ocean – The Atlantic and its people*. Oxford: University Press. Glasgow, p. 477-481.
- DELGADO, M. (1975) – Sigillée Late Roman C. In ALARCÃO, J.; ÉTIENNE R., ed. lit. – *Fouilles de Conimbriga*. Paris. vol. iv, p. 285-291.
- DELGADO, M. (1992) – Cerâmicas romanas tardias de Mértola originárias do Médio Oriente. *Arqueologia Medieval*. Mértola. 1, p. 125-133.
- ENCARNAÇÃO, J. d'; CARDOSO, G.; NOLEN, J. (1982) – A villa romana do Alto do Cidreira em Cascais. *Arquivo de Cascais*. Cascais. 4. Separata: Associação Cultural de Cascais.
- ERDKAMP, P. (2012) – Urbanism. In SCHEIDEL, W., ed. lit. – *The Cambridge Companion to the Roman Economy*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 241-265.
- FABIÃO, C. (2009a) – O ocidente da Península Ibérica no século VI: Sobre o *pentanummius* de Justiniano I encontrado na unidade de produção de preparados de peixe da casa do Governador da Torre de Belém, Lisboa. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 4. Disponível em WWW: URL: www.nia-era.org, p. 25-50.
- FABIÃO, C. (2009b) – A dimensão atlântica da Lusitânia. Periferia ou charneira no Império Romano. In GORGES, J-G.; d'ENCARNAÇÃO, J.; NOGALES BASARRATE, T.; CARVALHO, A. ed. – *Lusitânia Romana Entre o mito e a realidade*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais. p. 53-74.

- FABIÃO, C. (2014) – Uma história resgatada ao mar. Vestígios das rotas marítimas romanas nas costas portuguesas. In SILVEIRA, A., Com. cient. – *O tempo resgatado ao mar*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 99-104.
- FENTRESS, E. (2009) – Peopling the countryside: Roman Demography in the Albenga Valley and Jerba. In BOWMAN, A.; WILSON, A., ed. lit. – *Quantifying the Roman Economy. Methods and Problems*. Oxford: Oxford University Press. p. 127-161.
- FERNÁNDEZ, A. (2014) – *El comercio tardoantigo (ss. IV-VII) en el Noroeste Peninsular a través del registro cerámico de la ría de Vigo*. Oxford: Archaeopress. (Roman and Late Antique Mediterranean Pottery; 5).
- FULFORD, M.; PEACOCK, D. (1984) – *Excavations at Carthage: the British Mission*. Sheffield: The British Academy. vol 1.2: The Avenue du Président Habib Bourguiba, Salamambo. The pottery and other ceramic. Objects from the Site.
- GREENE, K. (2005) – Roman pottery: models, proxies and economic interpretation. *Journal of Roman Archaeology*. USA. 18, p. 34-55.
- GRILLO, C.; FABIÃO, C.; BUGALHÃO, J. (2013) – Um contexto tardo-Antigo do núcleo arqueológico da rua dos Correeiros (NARC), Lisboa. In *150 Anos*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 849-857.
- HAYES, J. (1972) – *Late Roman Pottery*. London: The British School at Rome.
- HAYES, J. (1980) – *Supplement to Late Roman Pottery*. London: The British School at Rome.
- HAYES, J. (1998) – The study of Roman pottery in the Mediterranean: 23 years after Late Roman Pottery. In SAGUI, L., ed. lit. – *Ceramica in Italia VI-VII secolo. Atti dell'Convegno in onore di John W. Hayes*. Roma, 1995. Firenze: Edizione All'Insegna del Giglio, p. 9-22.
- HAYES, J. (2000) – From Rome to Beirut and beyond: Asia Minor and eastern Mediterranean trade connections. In *Rei Cretariae Romanae Favourum Acta*. Abingdon. 36, p. 285-296.
- HAYES, J. (2008) – *The Athenian Agora. Results of excavations conducted by the American School of Classical Studies in Athens. Roman Pottery Fine Ware Imports*. Princeton, New Jersey. vol. XXXII.
- JORGE, A. M. (2002) – *L'épiscopat de Lusitanie pendant l'Antiquité tardive (III^e – VII^e siècles)*. Lisboa: IPA. (Trabalhos de Arqueologia; 21).
- KELLY, A. (2010) – *The discovery of Phoecean Red Slip ware (PRSW) Form 3 and Bii ware (LR 1 amphorae) on sites in Ireland – an analysis within a broader framework*. Dublin: Royal Irish Academy, p. 35-88. (Proceedings of the Royal Irish Academy; 110C).
- KULIKOWSKI, M. (2007) – Plague in Spanish Late Antiquity. In LITTLE, L., ed. lit. – *Plague and the end of Antiquity. The Pandemic of 541-750*. Cambridge: University Press, p. 150-170.
- LEWTT, T. (2011) – Dynamics of fine ware production and trade: the puzzle of supra-regional exporters. *Journal of Roman Archaeology*. USA. 24, p. 313-332.
- LIEBESCHUETZ, W. (2002) – Unsustainable development: The origin of ruined landscapes in the Roman Empire. In BLOIS, L. de and RICH, J., ed. lit. – *Impact of Empire (Roman Empire c. 200 B. C. - A. D. 476)*. Nottingham, 2001. Leiden: Brill, p. 232-243.
- MAAS, M. (2010) – *Readings in Late Antiquity. A sourcebook*. Abingdon, p. 307-309.
- MACKENSEN, M. (1993) – *Die spätantiken Sigillata – und Lampentöpfereien von El Mahrine (Nordtunesien): Studien zur nordafrikanischen Feinkeramik des 4. Bis 7. Jahrhunderts*. München. (Münchner Beiträge zur Vor- und Frühgeschichte; 50).
- MAIA, M. (1978) – Contributos para as cartas de distribuição em Portugal da «Sigillata Luzente» e da «Late Roman C Ware». In *Jornadas Arqueológicas, 3, Lisboa, 1977*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 293-307.
- MALFITANA, D.; BONIFAY, M. (2016) – *La ceramica africana nella Sicilia romana*. Catania: IBAM. Tomo II.
- MANTAS, V. (2012) – *As vias Romanas da Lusitânia*. Mérida. (Studia Lusitania; 7).
- MARTÍNEZ JIMÉNEZ, J. (2013) – Crisis or Crises? The end of the Roman Towns in Iberia, between the Late Roman and the Early Umayyad Periods. In VAN der WILT, E., MARTÍNEZ JIMÉNEZ, J., ed. lit. – *Tough times: The archaeology of crisis and recovery: Proceedings of the graduate archaeology at Oxford conferences in 2010 and 2011*. Oxford:

- Archaeopress, p. 77-88. (BAR International Series; 2478).
- MARTINS, M.; DELGADO, M. (1989-90) – História e Arqueologia de uma cidade em devir: *Bracara Augusta. Cadernos de Arqueologia*. Braga. S. II, 6-7, p. 11-38.
- MCCORMICK, M. (2003) – Rats, Communications, and Plague: Toward an Ecological History. *Journal of Interdisciplinary History*. Massachusetts. XXXIV: I, p. 1-25.
- MEYZA, H. (2007) – *Nea Paphos V. Cypriot Red Slip Ware*. *Studies on a Late Roman Levantine Fine Ware*. Varsóvia: Polskiej Akademii Nauk.
- MORLEY, N. (2007) – *Trade in Classical Antiquity*. Cambridge: Cambridge University Press. (Key themes in Ancient History).
- MORRISSON, C.; SODINI J-P. (2002) – The Sixth-Century Economy. In LAIOU, A., ed. lit. – *The Economic History of Byzantium: From the Seventh through the Fifteenth Century*. Washington, DC: Dumbarton Oaks. p. 171-220.
- MUNSELL Soil Color Chart.
- NETO, N. [et al.] (2011) – Intervenção Arqueológica no Alto do Cidreira, Cascais: um exemplo de interacção Arqueologia/Autarquia/Promotores. In ALMEIDA, M.; CARVALHO, A., ed. lit. – *Actas do Encontro Arqueologia e Autarquias*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 111-119.
- NOLEN, J. (1988) – A *villa* romana do Alto do Cidreira (Cascais) – Os materiais. *Conimbriga*. Coimbra. vol. 27, p. 61-140.
- POBLOME, J. [et al.] (2001) – A New Early Byzantine Production Centre in Western Asia Minor. A Petrographical and Geochemical Study of Red Slip Ware from Hierapolis, Perge and Sagalassos. In *Rei Cretariae Romanae Fautorvm Acta*. Abingdon, 37, p. 119-126.
- POBLOME, J. [et al.] (2010) – *Sic Transit Gloria Mundi*. Does it really? Wasting Seventh Century AD Sagalassos (SW Turkey). In MENCHELLI, S.; SANTORO, S.; PASQUINUCCI, M.; CUIDUCCI, G., ed. lit. – *LRCW3, Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean*. Oxford: Archaeopress. p. 791-801. (BAR International Series; 2185).
- POBLOME, J.; FIRAT, N. (2011) – Late Roman D. A matter of open(ing) or closed horizons? In ÁNGEL CAU, M.; REYNOLDS, P.; BONIFAY, M. ed. lit. – *LRFW 1 Late Roman Fine Wares. Solving Problems of Typology and Chronology. A Review of the Evidence, Debate and New Contexts*. Oxford: Archaeopress, p. 49-55.
- QUARESMA, J. (2011) – Les importations de sigillée et de céramique culinaire africaine dans la villa do Rabaçal (Lusitanie): IV^e siècle – début du VI^e siècle. In DJAOUI, D., ed. lit. – *Actes du Congrès d'Arles SFECAG*. Arles, p. 381-388.
- QUARESMA, J. (2012) – *Economia antiga a partir de um centro de consumo lusitano*. Lisboa: UNIARQ. (Estudos & Memórias; 4).
- QUARESMA, J.; MORAIS, R. (2012) – Eastern Late Roman Fine Ware Imports in *Bracara Augusta* (Braga, Portugal). In BIEGERT, S., ed. lit. – *Congressus Vicesimus Septimus Rei Cretariae Romanae Fautorvm Singidvni Habitus MMX*. RCRF. Bonn. 42, p. 373-383.
- QUARESMA, J. [et al.] (2015) – Produção de vidros e importação de *terra sigillata* em finais do século V/primeira metade do século VI: O caso da Marinha Baixa/Aveiro. *Apontamentos de Arqueologia e Património*. Lisboa. 10, p. 63-76.
- REYNOLDS, P. (1987) – *El yacimiento tardorromano de Lucentum (Banalua- Alicante): Las cerámicas finas. Catalogo de fondos del Museo Arqueológico (II)*. Alicante.
- REYNOLDS, P. (1995) – *Trade in the Western Mediterranean, AD 400-700: The Ceramic Evidence*. Oxford: Archaeopress. (BAR International Series; 604).
- REYNOLDS, P. (2004) – The Roman pottery from the Triconch Palace. In HODGES, R.; BOWDEN, W.; LAKO, K., ed. lit. – *Byzantine Butrint. Excavations and Surveys 1994-99*. Oxford: Oxbow Books; Oakville (USA). p. 224-269.
- REYNOLDS, P. (2005) – Hispania in the late Roman Mediterranean. In BOWES, K.; KULIKOWSKI, M., ed. lit. – *Hispania in Late Antiquity. Current Perspectives*. Leiden; Boston: Brill, p. 369-486.
- REYNOLDS, P. (2010a) – *Hispania and the Roman Mediterranean, AD 100-700. Ceramics and Trade*. London: Gerald Duckworth.
- REYNOLDS, P. (2010b) – Trade Networks of the East, 3rd to 7th Centuries: The View from Beirut (Lebanon) and Butrint (Albania) (Fine Wares,

- Amphorae and Kitchen Wares). In MENCHELLI, S.; SANTORO, S.; PASQUINUCCI, M.; CUIDUCCI, G. ed. lit. – *LRCW3, Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean*. Oxford: Archaeopress, p. 89-111. (BAR International Series; 2185 i, ii).
- REYNOLDS, P. (2011a) – A note on the development of Cypriot late Roman D Forms 2 and 9. In ÁNGEL CAU, M.; REYNOLDS, P.; BONIFAY, M., ed. lit. – *LRFW 1 Late Roman Fine Wares. Solving Problems of Typology and Chronology. A Review of the Evidence, Debate and New Contexts*. Oxford: Archaeopress, p. 57-65.
- REYNOLDS, P. (2011b) – Fine Wares from Beirut Contexts, c. 450 to the Early 7th Century. In ÁNGEL CAU, M.; REYNOLDS, P.; BONIFAY, M., ed. lit. – *LRFW 1 Late Roman Fine Wares. Solving Problems of Typology and Chronology. A Review of the Evidence, Debate and New Contexts*. Oxford: Archaeopress. p. 207-230.
- RIGOIR, J. (1968) – Les sigillées paléochrétiennes grises et orangées. *Gallia*. Paris, vol. 26: 1, p. 177-244.
- ROSSELLÓ MESQUIDA, M.; RIBERA I LACOMBA, A.; RUIZ VAL, E. (2010) – Cerâmicas de los niveles de ocupación del circo romano de Valencia en la época tardoantigua (siglos VI y VII). In MENCHELLI, S.; SANTORO, S.; PASQUINUCCI, M.; CUIDUCCI, G., ed. lit. – *LRCW3, Late Roman Coarse Wares, Cooking Wares and Amphorae in the Mediterranean*. Oxford: Archaeopress, p. 173-182. (BAR International Series; 2185 i, ii).
- SARRIS, P. (2007) – Bubonic Plague in Byzantium. The Evidence of Non-literary Sources. In LITTLE, L., ed. lit. – *Plague and the end of Antiquity. The Pandemic of 541-750*. Cambridge: University Press. p. 119-132.
- SEAR, D. (2005) – *Roman Coins and Their Values*. London: SPINK. vol. III.
- SEPÚLVEDA, E. (no prelo) – Cerâmica Focense Tardia (LRCW) no Concelho de Cascais.
- SILVA, A. [et al.] (2015) – O Castelo de Crestuma (Vila Nova de Gaia): Um contexto estratigráfico tardo-antigo no extremo noroeste da Lusitania. In QUARESMA, J.; MARQUES, J., ed. lit. – *Contextos Estratigráficos na Lusitania (do alto império à Antiguidade Tardia)*. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses. p. 149-167. (Monografias AAP; 1).
- SILVA, R. C. da [et. al.] (2015) – Contextos e cerâmicas tardo-antigas do fórum de *Aeminium* (Coimbra). *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Lisboa. 18, p. 237-256.
- SOUSA, É. (2001) – Contributos para o estudo da cerâmica focense tardia («Late Roman C Ware») no *municipium* olisiponense. *Conimbriga*. Coimbra. XI, p. 201-226.
- TRÉGLIA, J.-C. (2007) – Les sigillées Méditerranéennes. In BONIFAY, M.; RAYNAUD, C. – Échanges et Consommation. *Gallia*. Paris. 64, p. 103-107.

Fragmento de inscrição islâmica de Silves

Fragment of a Silves islamic inscription

CARMEN BARCELÓ TORRES*, MÁRIO VARELA GOMES**

RESUMO

Dá-se a conhecer fragmento de lápide funerária, de grés vermelho, escrita em letra cúfica incisa, atribuída ao período dos primeiros reinos de taifas (século XI). Encontrada em Silves, destituída de contexto arqueológico, refere indivíduo que tinha a função de fazer a prédica das sextas-feiras em uma das mesquitas da cidade.

Palavras-chave: Lápide funerária – Período islâmico – Silves – Charb al-Andalus

ABSTRACT

This article is about a fragment of Arabic gravestone incised on red sandstone with Cufic letters. It was found at Silves (Algarve, Portugal), deprived of any archaeological context. The remaining text seems to mention an individual who was in charge of performing the Friday's sermon in one of the city mosques. A chronology of the first Taifa period (11th century) can be proposed for this epitaph.

Keywords: Gravestone – Islamic Period – Silves – Charb al-Andalus

* Docente do Departamento de Filologia Catalana da Faculdade de Filologia, da Universidade de Valência, Av. de Blasco Ibáñez 32, 46010 Valencia, España, *E-mail*: carme.barcelo@uv.es.

** Docente do Departamento de História da F. C. S. H. da Universidade Nova de Lisboa. Membro da Academia Portuguesa da História e da Academia Nacional de Belas-Artes. Avenida de Berna, 26C, 1069-061 Lisboa, Portugal. *E-mail*: mv.gomes@fcsh.unl.pt.

1. DESCOBERTA

Quando da edificação do Museu Municipal de Arqueologia de Silves, inaugurado em 1990, foi necessário proceder a pequenos restauros no Poço-Cisterna que constitui a principal peça do acervo daquele, hoje classificado como monumento nacional, como no sector da muralha da medina que ali existe (Gomes e Gomes, 1989; Gomes, 2006, p. 29-54). Para tal utilizaram-se blocos de arenito local, procedentes de demolições na área urbana da cidade, tendo surgido entre eles o fragmento de inscrição agora estudado e que se expõe no museu anteriormente referido (fig. 1).

2. SUPORTE

Trata-se de bloco, de arenito vermelho ou grés de Silves, com forma quase paralelepípedica, possuindo face plana regularizada por bojadagem e polimento, onde se descobrem restos de quatro linhas de texto em árabe (fig. 2).

Mede 0,155 m de altura, 0,140 m de largura e 0,070 m de espessura máxima.

A superfície epigrafada, de contorno trapezoidal, tem 0,125 m de altura por 0,115 m de largura.

3. DESCRIÇÃO

A inscrição que damos a conhecer pertenceu ao ângulo superior direito de lápide funerária de forma retangular, com dimensões afins de epitáfios do al-Andalus (Barceló, 1998, p. 57-63).

O alfabeto árabe das letras utilizadas para constituir a epígrafe corresponde ao estilo cúfico simples. As letras gravaram-se em vazio, com algum artefacto metálico

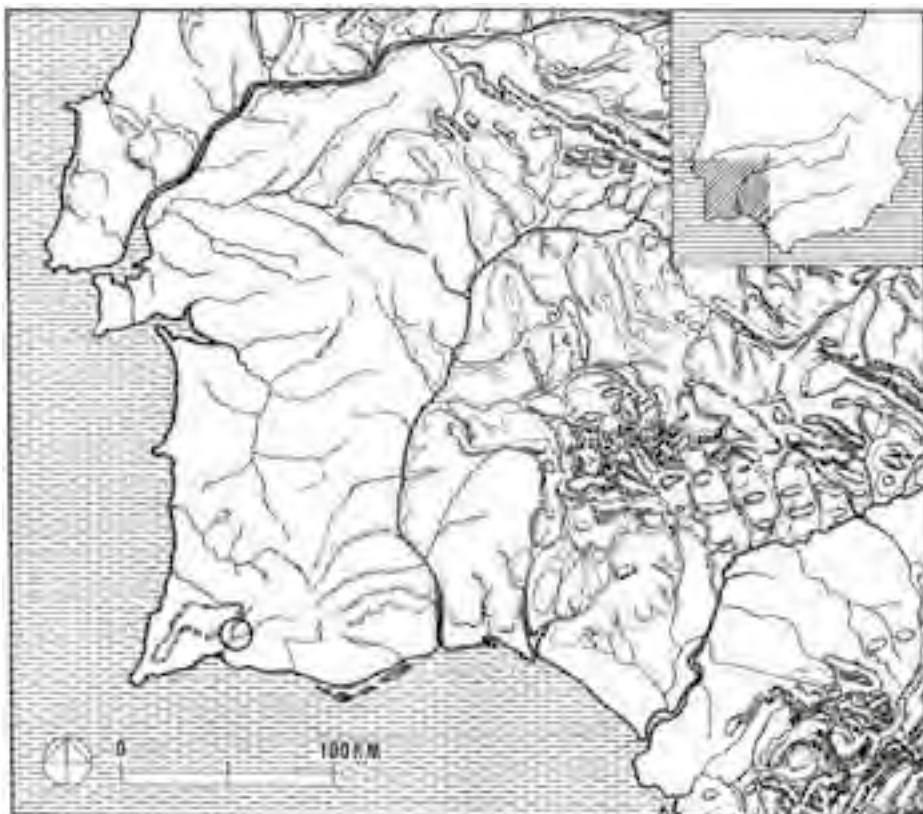


Fig. 1 – O sul de Portugal, com localização de Silves.



Fig. 2 – Fragmento de estela de Silves (foto M. V. Gomes, 2015).



Fig. 3 – Decalque da epígrafe da estela de Silves (seg. M. V. Gomes, 2015).

de ponta fina e, ao que parece, regularizou-se depois a superfície da pedra através de polimento. As linhas encontram-se bem separadas e os espaços entre elas mantêm-se constantes e iguais, à distância de 0,035 m entre si; aspeto que reflete os usos andaluzes para este tipo de lápides, pois mantém a típica entrelinha de 0,03 m adotada no califado de al-Hakam II (Barceló, 2004a, p. 177) (fig. 3).

O pouco que se conserva da primeira linha situa-se à esquerda do fragmento e junto ao bordo superior da estela. É um pequeno setor triangular em cujo espaço, de apenas 0,01 m de lado, se observa a base do traço que forma o signo 15f e restos do que poderia ser a letra *alif*.

A primeira e a quarta linhas surgem truncadas no sentido horizontal e perderam porção bastante grande do espaço que continha as suas letras. As linhas segunda, terceira e

quarta conservam restos de signos de pontuação diacrítica, além de um traço diminuto na parte inferior da segunda linha, que poderia ser signo vocálico, a menos que se trate de pequeno golpe fortuito, como outros que se observam sobre a superfície epigrafada, alterada por vários daqueles pequenos sinais.

Apesar da restituição que se propõe para a primeira linha ser hipotética, pois somente conserva restos de dois signos, resulta quase segura porque se trata de fórmula inicial comum em epitáfios do al-Andalus de todas as épocas. Tal argumento isolado não permite descartar a possibilidade de que o epitáfio contivesse texto mais extenso, conforme acontece em estelas funerárias da segunda metade do século XI e dos séculos XII e XIII, sob os governos almorávidas e almóadas (Barceló, 1990, p. 44, 45; 1998, p. 79, 84).

Também foi possível restituir o texto da terceira linha, que inclui piedosa jaculatória a favor do defunto. Esta exclamação conclui-se na quarta linha. A reconstrução deste texto permite também determinar a amplitude ou largura do campo epigráfico, o que pelo menos garante que no primeiro trecho da escrita só se pôde gravar uma *basmala* completa (fig. 4). No que respeita às dimensões desta lápide, como os hipotéticos textos restaurados na primeira e terceira linhas permitem deduzir, a largura aproximada que pôde ter a estela gravada, quando completa, calculou-se em cerca de 0,30 m. Tratar-se-ia de formato padronizado para as estelas de tamanho médio. Esta medida tem paralelos em outras áreas

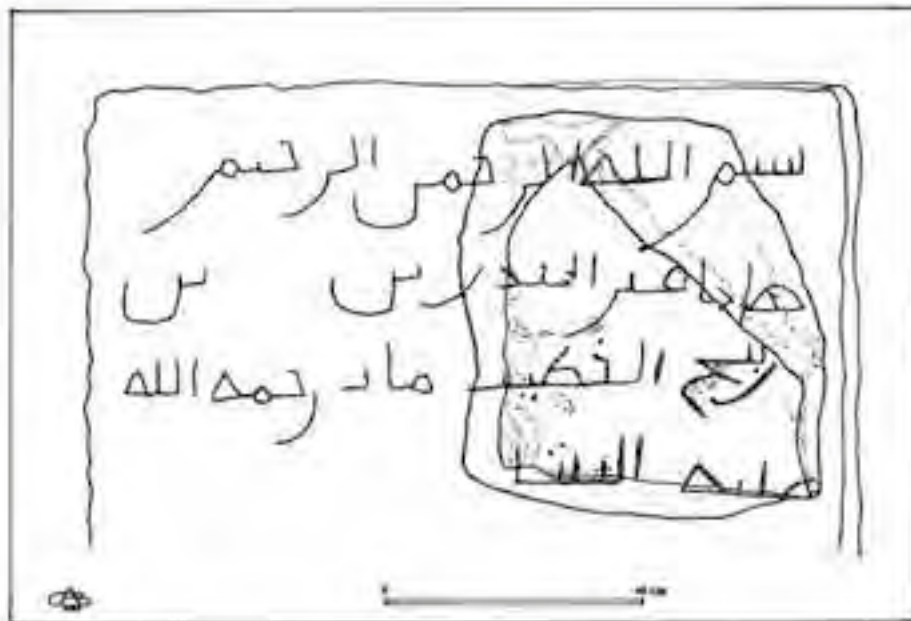


Fig. 4 – Restituição gráfica da estela de Silves (seg. C. Barceló, 2016).

peninsulares, portuguesas e espanholas, pois é o módulo métrico que se relacionou com outro habitual no mundo islâmico medieval, especificamente o *dirā'* ou cúbito, de 0,60 m (Barceló, 1998, p. 66, 67).

4. O TEXTO

Apesar de ter ocorrido perda considerável do material do suporte nos lados esquerdo e inferior, direito e esquerdo, não resulta muito arriscado tratar de recuperar quase todo o texto epigrafado das quatro linhas, a partir de restos de escrita conservados. Propomos o seguinte texto em árabe:

1. [بسم الله] ا [لرحمن الرحيم]
2. [هاذ] ا قبر المنذ [ر بن ... بن]
3. [ربيع الخطيب] مات رحمة الله
4. [ع] عليه الثلثاء

Tradução:

(1) [Em nome de Deus], o [Clemente e Misericordioso] / (2) [Est]e é o túmulo de al-Mundī[r filho de ... filho de] / (3) Rab ḥ (ou Rubayḥ) al-Ḥaṭīb [Morreu – a misericórdia de Deus] / (4) seja sobre ele! – em terça-feira [...]

A partir da edição do texto em árabe podemos afirmar que estamos perante estela funerária que assinalava o túmulo de indivíduo de que não consta o nome

completo por ter desaparecido parte da lápide. Este facto sucede com frequência com epitáfios de época islâmica da Península Ibérica. A quebra de estelas, para uso ulterior dos seus fragmentos como material de construção, conduziu a que em muitas das partes conservadas falte o nome do defunto, pelo que não é possível fazer conjecturas acerca da sua trajetória de vida.

Os signos da primeira linha, onde só se pôde gravar uma *basmala* completa, permitem a datação da lápide em data anterior ao ano 1095, quando se documenta pela primeira vez, em todo o al-Andalus, o uso, depois da *basmala*, da *taṣliya* pelo profeta Maomé que, no formato mais simples, diz: «A oração e a paz de Deus sejam sobre Maomé» (Barceló, 1990, p. 45).

É segura a presença na lápide do enunciado *hāda qabr*, «este é o túmulo de», que desde os tempos do Califado se converteu na quase obrigatória citação gravada na segunda linha (62% dos casos segundo C. Barceló, 2004a, p. 179), imediatamente depois da jaculatória de introdução ou *basmala* nas estelas gravadas em ambientes urbanos (Barceló, 1990, p. 46).

Quanto à reconstrução e leitura do onomástico al-Munḍir, baseámo-nos nos restos de grafemas que conserva a inscrição. A única anomalia digna de menção nesse *ductus* é o tamanho diminuto que o gravador deu à letra *mīm* quando a uniu ao artigo; uma das muitas pancadas que recebeu o fragmento apagou parcialmente este signo.

Apesar da jaculatória mais abundante no al-Andalus a favor de um defunto seja «Deus tenha misericórdia dele», a variante utilizada neste epitáfio de Silves, «a misericórdia de Deus seja sobre ele», é uma súplica dedicada ao falecido de uso também muito frequente e ambas documentam-se no ocidente do al-Andalus em todos os tempos (Barceló, 1990, p. 46; 1998, p. 80).

Restituímos *māta* (morreu), que pode ser o verbo que assinala o óbito (fig. 4). Esta decisão baseia-se no espaço concedido à largura da estela primitiva, porque nela não há lugar para o incluir na terceira linha, além da jaculatória dedicada ao falecido (que é segura), os quatro signos da grafia *tuwuffiya* do sinónimo «morreu», mais frequente nas estelas andaluzas (Barceló, 1998, p. 80). Apenas três lápides funerárias utilizam *māta*, das quais duas são califais e da parte oriental da Península Ibérica e só uma corresponde ao século XI (1045) e à zona pacense (Barceló, 1990, p. 48).

Quanto ao dia da semana, os diacríticos da letra (*tā*) da voz árabe *al-tulatā* (terça-feira) veem-se duas vezes – apesar de muito deteriorados – no extremo esquerdo da quarta linha. Embora não seja um caso muito frequente, há exemplos do uso isolado do dia, sem que este seja precedido da voz «noturno», «diurno» ou da hora. Apesar de ser a parte da inscrição que apresenta maior incerteza, quando se trabalha com a reconstrução hipotética do formulário de um epitáfio fragmentado (Barceló, 1998, p. 80), neste caso não há nenhuma dúvida de que o dia da semana de que se trata é terça-feira, embora a voz árabe possa ser terminada com vogal larga ou com mor-



Fig. 5 – Fragmento de lápide sepulcral, de Silves (seg. M. V. Gomes) (Gomes, 2011, p. 351, fig. 2.18).

fema do feminino, conforme se vê escrita em outras estelas do al-Andalus e mesmo de Silves (Barceló e Labarta, 1994a, p. 234) (fig. 5).

5. COMENTÁRIO EPIGRÁFICO

O nome identificado no início da terceira linha tanto pode interpretar-se Rabīḥ como a sua forma diminutiva Rubayḥ, pois tal permitem os traços conservados na lápide e ambos são onomásticos usados entre andaluzes, como registam as fontes biográficas conservadas e coloca em evidência o topónimo espanhol Calatrava (*Qal'at Rabah*). Contudo, foi impossível determinar quem foram estes indivíduos, já que as fontes árabes medievais são muito limitadas no que se refere a dados para proceder à identificação de pessoas.

Apesar do nome al-Mundīr ser leitura hipotética, na estela de Silves conservou-se um dado relevante, já que o falecido era filho ou neto de homem que tinha exercido como *ḥatīb* em algumas das mesquitas da cidade. Quer dizer, o defunto era pessoa aparentada com especialistas na lei islâmica e um dos seus antepassados, ou ele próprio, foi nomeado para encarregar-se de pronunciar o sermão de sexta-feira, que no Islão tem carácter político-religioso. Os nomes do defunto e do seu pai estão incompletos, comparada a estrutura que se observa no epitáfio de Silves com os textos funerários andaluzes conhecidos, detetam-se coincidências que permitem situar aquele em área urbana e datar a data da morte, de quem nele se refere, no período dos reinos das primeiras taifas, ou seja, na quinta centúria da

Hégira (400-499), que coincide com o século XI cristão. Para esta cronologia aponta também o tamanho proposto para a peça.

É evidente que não se poderá averiguar o contexto arqueológico em que foi encontrada a lápide em apreço que, sem qualquer dúvida, se fragmentou para usar os seus pedaços na construção ou reparação de estrutura de alguma casa da cidade de Silves, em período que também desconhecemos. Todavia, o fragmento reúne suficientes coincidências com epitáfios do al-Andalus aparecidos em contexto urbano cujas características comuns são:

- utilização de pedra local; no presente caso arenito da zona, conhecido como grés vermelho de Silves;
- campo epigráfico que ocupa a metade superior do suporte, embora só possamos suspeitar de tal, já que o protocolo textual se encontra muito fragmentado;
- estrutura do texto epigráfico igual à usada em zonas urbanas (Barceló, 1990, p. 44-50; 1998, p. 82-84);
- uso da letra cúfica simples, incisa, do tipo anguloso e com pontos diacríticos, característica que, com outras tipológicas externas, assemelham esta lápide a exemplares descobertos e conservados em Portugal, correspondentes ao período das primeiras taifas.

6. PARALELOS

O fragmento de epitáfio encontrado em Silves guarda semelhanças com outras peças com textos incisos da região ocidental andaluza, do período dos reinos das primeiras taifas, na segunda metade do século XI. Nesta época as terras do sul de Portugal repartiam-se entre os dois poderosos governos, o dos abádidas de Sevilha e o dos aftásidas de Badajoz.

No que respeita à taifa de Sevilha (Labarta, 2015, p. 214), apenas se conhecem quatro epitáfios deste período, gravados em negativo¹: uma lápide em nome de Ḥasan ibn Sa'īd (m. 407 H/1016-1017) que guarda o Museu Arqueológico de Faro (n.º inv. 500), ao que parece achada em 1968 (Velho, 1970), no sítio das Pontes, freguesia de Salir (Loulé, Faro), com inscrição gravada sobre grés vermelho de Silves (Barceló e Labarta, 1994; Borges, 1998, p. 236, n.º 286)²; uma estela fragmentada em nome de 'Abd Allāh al-Adīb (m. [4]60 H/1067), conservada igualmente no Museu Arqueológico de Faro (n.º inv. 502) e encontrada em Odeleite (Castro Marim, Faro), em 1896 (Labarta e Barceló, 1987, p. 404, n.º 11; Borges, 1998, p. 243, n.º 295); uma lápide em nome de Ibrāhīm bn 'Abd al-Malik

¹ Para cada peça citada, a partir deste momento, remetemos para a bibliografia mais recente ou significativa; nela se encontrarão as referências a outros estudos mais antigos.

² A primeira edição do nome foi Muḥammad; na segunda vez não se editou. Há que interpretar Ḥasan.

(m. 471 H/1071), encontrada *in situ* na necrópole do ribāt da Arrifana (Aljezur) (Barceló, Gomes e Gomes, 2011; 2013, p. 309-315); e um fragmento de lápide funerária, sem nome nem data, aparecido em Silves, que se guardava no Museu Arqueológico de Faro mas, ao que parece, atualmente desaparecido (Labarta e Barceló, 1987, p. 417, n.º 39).

Nas terras da taifa de Badajoz (Labarta, 2015, p. 214, 215), cujos governantes controlavam, no atual território português, desde Lisboa até Mértola, encontraram-se, pelo menos, quinze epitáfios com inscrições em letra cúfica, gravadas em negativo: duas procedem de Trujillo, uma tem o nome de Aḥmad bn Sulaymān que morreu mártir em 408 H/1017 (Díaz Esteban, 1987, p. 178), e outra de um tal ‘Alī bn Šakus, do ano 445 H/1053 (Díaz Esteban, 1987, p. 179); outro decerto Muḥammad (m. 449 H/1058) foi achado em Alcácer do Sal (Barceló e Labarta, 1987, p. 242); a estela de Muḥammad bn Ḥalīfa (m. 464 H/1071 ou 484 H/1091), com elegia funerária (Barceló, 2000, p. 128) que se guarda na Messejana (Aljustrel, Beja) em coleção privada (Borges, 1998, p. 239, n.º 289), outro, com o nome de Ḥalaf bn Qāsim (m. 473 H/1080), aparecida em Noudar (Barrancos, Beja) e na coleção do Museu de Barrancos (Borges, 1993, p. 215-217; 1998, p. 238, n.º 288); a estela de um filho de ‘Amrūn (m. 475 H/1082), conservada em Cáceres (Rosselló Bordoy, 1978, n.º 1); o epitáfio de Ibrāhīm bn Aḥmad bn Ibrāhīm (m. 481 H/1088) procedente de Albalat (Romangordo, Cáceres), de que só existe desenho (Ocaña, 1945, pp. 304-395); um fragmento de lápide, sem nome, encontrado no Castillo del Cuerno (Fuentes de León, Badajoz), com data de 484 H/1091 (Martínez Núñez, 2013, n.º 4, 7); a lápide sem nome (m. 486 H/1093) descoberta por Abel Viana nos trabalhos a que procedeu de 1955 a 1959, na antiga Marachique (Castro da Cola, Ourique, Beja), agora no Museu Arqueológico do Carmo, em Lisboa (sala 2, inv. esc. 227) (Labarta e Barceló, 1987, p. 413, n.º 30; Borges, 1998, p. 240, n.º 290); dois fragmentos encontrados em 1933 em Ourique (Beja) e hoje no Museu Municipal de Santiago de Cacém (Setúbal), sem nome do defunto, um com restos do mês e ano [4]90 H/dezembro 1096 (Labarta e Barceló, 1987a, p. 482, 483, n.º A) e o outro sem data (Labarta e Barceló, 1987, n.º 32; 1987a; Borges, 1998, n.º 294); fragmento do epitáfio de Ibn Mūsā, sem data, achado em Noudar e conservado no Museu Municipal de Barrancos (Borges, 1993, p. 215-217; 1998, p. 242, n.º 293); fragmento, de mármore, com seis linhas de cúfico inciso, sem nome, achado na Serra de São Mamede (Marvão), contendo restos da data 4[xx], quer dizer, século XI (Mendes e Borges, 1991); fragmento com o nome do alfaquí Walid bn Idrīs, com pontos diacríticos e sem data, encontrada em Logrosán (Badajoz) (Pérez, 1992, p. 167); lápide funerária romana reutilizada para gravar o epitáfio de Ḥalaf bn ‘Amr, sem data, encontrada em Trujillo (Cáceres) (Díaz Esteban, 1987, p. 181).

Entre o conjunto de peças deste período, os caracteres cúficos da estela de Silves, agora dada a conhecer, guardam maiores similitudes com os daquelas ins-

crições datadas depois do ano 450 H e antes do final do século XI (Ocaña, 1983, fig. 3, 11); já demos informação de algumas encontradas em áreas rurais (Barceló, Gomes e Gomes, 2011, p. 153, 154). Assim, é comum naquelas a rigidez na união dos nexos, que se realiza através de traços horizontais retos. Este aspeto não ocorre nas epígrafes em relevo porque, como é bem sabido, para conectar os signos introduz-se união de traço semicurvo, executada na parte inferior da linha, desde princípios do século X.

Na epígrafe estudada, o traço da letra *mīm* árabe adquiriu já um apêndice que se prolonga quase dois centímetros na direção da linha inferior, podendo ver-se o pequeno resto desta letra – presente no início da *basmla* – conservado sobre o *bā'* da palavra *qabr* da segunda linha. Este desenho coincide com outros da mesma fórmula que se observam na lápide de Noudar (Barrancos), de 473 H/1080 (Borges, 1998, p. 238, n.º 288) ou no fragmento de epitáfio reutilizado na muralha almóada do Castillo del Cuerno (Fuentes de León) de 484 H/1091 (Martínez Núñez, 2013, n.º 4, 7). Este aspeto será já constante nas epígrafes da etapa almorávida.

Com respeito às dimensões da lápide de Silves, podem citar-se, sem sairmos do sul de Portugal, dois exemplares como paralelos, cujas larguras oscilam em redor dos 0,30 m. Um é a lápide datada de 407 H/1017, que se encontra no Museu de Faro (n.º inv. 500), cujas medidas são 0,34 m de altura, 0,26 m de largura e 0,13 m de espessura máxima (Barceló e Labarta, 1994, p. 237). O outro é a estela que guarda o Museu de Beja, de um homem falecido em 531 H/1136, que mede 0,45 m de altura, 0,30 m de largura e 0,11 m de espessura (Labarta e Barceló, 1987, p. 401, n.º 4). Trata-se de tamanho de tipo padrão, cujas dimensões têm também paralelos em outros pontos da Península Ibérica. O formato retangular vertical deve medir três quartos do cúbito de altura por dois quartos do cúbito de largura, quer dizer 0,45 m por 0,30 m (Barceló, 1998, p. 68). Não obstante, quando o defunto era uma criança, o formato poderia ser menor, pois em casos comprovados, o retângulo é quase um quadrado que pode medir, por exemplo, 0,30 m por 0,26 m (Barceló, 2014, p. 132). Também não podemos pôr de parte a possibilidade de que a lápide de Silves corresponda a um epitáfio de criança.

7. CONCLUSÕES

O texto árabe funerário que se dá a conhecer encontra-se corretamente escrito e tem a particularidade de oferecer, por se ter conservado, pontos diacríticos em algumas palavras, como *al-Munḍir*, *Rabīh*, *al-Ḥaṭī[b]*, *al-tuḷaṭ[ā']*. Este aspeto atribui-se geralmente à escrita cursiva sem qualquer argumento que o sustente, pois basta recordar multitudes de exemplos de antigos corões que exibem pontuação diacrítica na letra cúfica, tendo-se assinalado que no al-Andalus os diacríticos surgem em estelas funerárias com epigrafia cúfica incisa durante o governo do

califa al-Hakam II (Barceló, 2004a, p. 187). Em inscrições do século XI do ocidente do al-Andalus, pelo menos três exemplares das já citadas conservam esta característica: Messejana (464/1071 ou 484/1091), Albalat (481/1088) e Logrosán (sem data expressa).

A peça agora estudada constitui um novo elemento que ilustra período da cidade islâmica de Silves, anexada, com outros territórios do atual sul de Portugal, à taifa sevilhana dos abádidas no ano de 455 H/1054. É evidente que não se pôde averiguar o contexto arqueológico em que esteve inserida, possivelmente encontrada em algum dos cemitérios da cidade. Estes deveriam situar-se entre os arrabaldes e próximos das portas da muralha da medina. Em Silves conhecem-se, pelo menos, três antigas entradas naquele espaço: a Porta do Sol (*bāb al-Šams*), a Porta da Azóia (*bāb al-Zāwiya*) e a Porta da Cidade (*bāb al-Balad*), hoje Porta da Medina ou de Loulé (Gomes, 2002, p. 105-107; Gomes, 2006, p. 7-29).

Até ao presente documentaram-se três zonas cemiteriais em Silves. Uma foi identificada perto do rio Arade, ao abrir-se estrada nos anos 50 do século passado e ao realizarem-se trabalhos para a implantação de laranjal nas proximidades. Encontraram-se então algumas sepulturas, uma «mão de Fátima» (Gomes, 2002, p. 115-117; 2011, p. 351) e inscrição (Barceló e Labarta, 1994). As necrópoles identificadas recentemente situam-se na Rua 25 de Abril, no exterior da medina e perto da Porta de Loulé, e na Rua da Misericórdia, intramuros, a poente da Sé, mas conhecendo-se apenas informação genérica sobre tais testemunhos (Santos, Barbosa e Ramos, 2008, p. 419, 426-429).

Embora o nome al-Munḍir seja uma leitura hipotética, na estela de Silves conservou-se dado relevante ao indicar-se que o falecido era filho ou neto de um homem que tinha exercido como *ḥaṭīb* em alguma das mesquitas da cidade. Quer dizer-se, o defunto era indivíduo aparentado com especialistas na lei islâmica e um dos seus antepassados, ou ele próprio, foi nomeado para encarregar-se de pronunciar o sermão das sextas-feiras, que no Islão tem carácter político-religioso.

BIBLIOGRAFIA

- BARCELÓ, C. (1990) – Estructura textual de los epitafios andalusíes (siglos IX-XIII). In *Homenaje a Manuel Ocaña Jiménez*. Córdoba: Diputación Provincial de Córdoba. p. 41-54.
- BARCELÓ, C. (1998) – *La Escritura Árabe en el País Valenciano. I. Inscripciones Monumentales*. Valencia: Universidad de Valencia. 254 p.
- BARCELÓ, C. (2000) – Poesía y Epigrafía. Epitafios islámicos con treno o elegía desde Dahlak a Almería. *Anaquel de Estudios Árabes*. Madrid. 11, p. 123-144.
- BARCELÓ, C. (2004) – Los escritos árabes de la Rábida de Guardamar. In AZUAR, R., coord. – *Fouilles de la Rábida de Guardamar I. El ribāṭ califal. Excavaciones e investigaciones (1984-1992)*. Madrid: Casa de Velázquez. p. 131-145
- BARCELÓ, C. (2004a) – El cúfico andalusí de provincias durante el califato (300-403/912-1013).

- Cuadernos de Madīnat al-Zahrā'*. Córdoba. 5, p. 173-197.
- BARCELÓ, C. (2014) – Epitaph of an Āmirī (Córdoba 374 H /985 CE). *Journal of Islamic Archaeology*. Bonn. 1:2, p. 121-142.
- BARCELÓ, C.; LABARTA, A. (1987) – Dos inscripciones árabes halladas en Alcácer do Sal. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 8, p. 239-243.
- BARCELÓ, C.; LABARTA, A. (1994) – Epitafio árabe del Museo de Faro (Portugal). *Al-Qanṭara*. Madrid. 15:1, p. 237-239.
- BARCELÓ, C.; LABARTA, A. (1994a) – La lápida árabe del Museo de Silves. *Al-Qanṭara*. Madrid. 15:1, p. 233-235.
- BARCELÓ, C.; GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2011) – Estela funerária epigrafada, do ribāt da Arrifana (Aljezur). In *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular. Encontros e Desencontros*. Lisboa: Instituto de Arqueologia e Paleociências. p. 147-156.
- BARCELÓ, C.; GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2013) – Lápides islâmicas da necrópole do Ribāt da Arrifana (Aljezur). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série V, 3, p. 305-323.
- BORGES, A. G. M. (1993) – Incrições árabes de Noudar. *Arqueologia Medieval*. Mértola. 2, p. 215-217.
- BORGES, A. G. M. (1998) – Epigrafia árabe no Gharb. In *Portugal Islâmico. Os Últimos Sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia. p. 227-255.
- DÍAZ ESTEBAN, F. (1987) – Dos nuevas inscripciones árabes de Trujillo y relectura de una tercera. In *Homenaje al Prof. Darío Cabanelas Rodríguez, O. F. M., con motivo de su LXX aniversario*. Granada: Universidad de Granada. Vol. II, p. 171-181.
- GOMES, M. V.; GOMES, R. V. (1989) – O poço-cisterna, almoada, de Silves (Algarve, Portugal). In *El Agua en zonas áridas: Arqueología e Historia. Coloquio de Historia y Medio Físico, 1, Almería, 1989*. Almería: Instituto de Estudios Almerienses. p. 577-595.
- GOMES, R. V. (2002) – Silves Islâmica. In *O Mediterrâneo Ocidental: Identidades e fronteira*. Lisboa: Edições Colibri. p. 93-118.
- GOMES, R. V. (2006) – *Silves (Xelb). Uma Cidade do Gharb al-Andalus: O núcleo urbano*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. (Trabalhos de Arqueologia; 44).
- GOMES, R. V. (2011) – *Silves (Xelb). Uma Cidade do Gharb al-Andalus: A Zona da Arrochela, Espaços e Quotidianos*. Lisboa: Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico. (Trabalhos de Arqueologia; 53).
- LABARTA, A. (2015) – Epigrafía árabe sobre piedra en el Garb al-Andalus. In MALPICA, A.; SARR, B., ed. lit. – *Epigrafía árabe y Arqueología medieval*. Granada: Alhulia. p. 205-238.
- LABARTA, A.; BARCELÓ, C. (1987) – Incripciones árabes portuguesas: situación actual. *Al-Qanṭara*. Madrid. 8, p. 395-420.
- LABARTA, A.; BARCELÓ, C. (1987a) – Lápidas árabes en el Museo de Santiago de Cacém (Portugal). *Al-Qanṭara*. Madrid. 8, p. 481-484.
- MARTÍNEZ NÚÑEZ, M. A. (2013) – *Epigrafía árabe del Museo Arqueológico Provincial de Badajoz*. Badajoz: Junta de Extremadura.
- MENDES, A. J. S. C.; BORGES, A. G. M. (1991) – A lápide árabe da Serra de S. Mamede. *Ibn Maruán. Revista Cultural do concelho de Marvão*. Marvão. 1, p. 59-65.
- OCAÑA, M. (1945) – Dos epitafios hispanomusulmanes de Albalat (Cáceres). *Al-Andalus*. Madrid. 10:2, p. 393-395.
- OCAÑA, M. (1983) – La epigrafía hispano-árabe durante el periodo de taifas y almorávides. In *Coloquio hispano-tunecino, 4, Palma de Mallorca, 1979*. Madrid: Instituto Hispano-Árabe de Cultura. p. 197-204.
- PÉREZ, M. A. (1992) – Incripciones hispanoárabes de Mérida y Logrosán. *Anaquel de Estudios Árabes*. Madrid. 3, p. 163-169.
- ROSSELLÓ BORDOY, G. (1978) – Lápidas árabes de Cáceres y Orihuela. *Mayurqa*. Mallorca. 17, p. 39-46.
- SANTOS, C. L. dos; BARBOSA, C. S.; RAMOS, S. (2008) – Contributo da antropologia biológica para a história de Silves: resultados das intervenções arqueológicas durante o Programa Polis (2004-2006). *Xelb*. Silves. 8, p. 417-430.

A cerâmica preta do Mosteiro de São João de Tarouca

The black pottery of São João de Tarouca Monastery, Portugal

BRUNO COSTA *

RESUMO

Este artigo engloba um estudo da cerâmica preta recolhida em trabalhos arqueológicos no Mosteiro de São João de Tarouca, tendo como objetivos aprofundar os conhecimentos acerca do quotidiano desta comunidade, caracterizar e identificar os centros produtores que abasteciam o cenóbio.

Para o estudo das cerâmicas, foi definida uma metodologia que permitiu o agrupamento das peças segundo características técnicas, morfológicas, funcionais e decorativas, originando uma tipologia que inclui diferentes grupos de pasta, divididos em grupos de fabrico, por sua vez, compostos por diversas tipologias.

A interpretação dessa tipologia permitiu perceber parte do quotidiano da comunidade, o processo de abastecimento do mosteiro, em termos de cerâmica preta, caracterizar e identificar os centros produtores, sendo colocada a hipótese de estarmos perante produções oriundas de Lamego e Queimadela.

Palavras-chave: Cerâmica comum – Cerâmica preta – Idade Moderna – Séculos XII a XIX – Mosteiro de São João de Tarouca

ABSTRACT

This article includes a study of black pottery collected in the archaeological excavation of São João de Tarouca Monastery. With this work we pretend to achieve a better knowledge about the everyday life of this community, characterize and identify the production centres that supplied the monastery.

* E-mail: brunogoncalvescosta@sapo.pt

In order to proceed the study of the pottery we defined a methodology that allowed us to divide the ceramics by their technical, morphological, functional and decorative characteristics. The result was a typology, which includes various paste groups, divided into manufacture groups, containing several typologies.

The interpretation of this typology allowed us to realize part of everyday life of this community. In terms of black pottery, it also permitted to understand the monastery supplying process, characterize and identify the production centres. The studied pottery was probably manufactured in Lamego and Queimadela.

Keywords: Common ware – Black pottery – Modern Age – 12th to 19th centuries – São João de Tarouca Monastery, Portugal

1. INTRODUÇÃO

Até ao momento, os arqueólogos têm dado pouca atenção ao estudo de cerâmica preta proveniente de contextos arqueológicos. Os mais importantes e aprofundados estudos foram os do centro produtor de Coimbrões, realizado por Manuela Ribeiro (1997, 2003 e 2008), e da Casa do Infante (Barreira et al., 1998). Até agora, só os etnólogos deram alguma importância a este tipo de cerâmica. Destaco os diversos trabalhos realizados por Isabel Maria Fernandes, que tem dedicado a sua carreira a este tema e que ainda recentemente elaborou uma tese de doutoramento sobre o mesmo (Fernandes, 2012). Existe ainda alguma bibliografia geral sobre cerâmica preta, como as obras de Temudo (1905), Tobias (1988) e Lepierre (1912). De resto, apenas estudos pontuais sobre um centro produtor específico, mas poucos de cariz arqueológico.

Este artigo¹, sobre a cerâmica preta recolhida nas escavações arqueológicas realizadas no Mosteiro de São João de Tarouca, procura ser mais um contributo para o seu estudo, esperando que mais autores se dediquem a este tema ainda pouco trabalhado.

O objetivo principal é aprofundar conhecimentos acerca da comunidade existente no Mosteiro de São João de Tarouca. Pretendemos conhecer melhor o seu quotidiano e a sua relação com o exterior, recorrendo ao estudo da cerâmica preta. Outro dos objetivos passa pela identificação e caracterização dos centros produtores.

De modo a atingir as metas delineadas, definimos uma metodologia, para o estudo das cerâmicas, que permite o agrupamento das peças segundo características técnicas, morfológicas, funcionais e decorativas.

¹ O presente trabalho é baseado na dissertação de mestrado, com o mesmo título do artigo, elaborada pelo signatário (Costa, 2014).

2. ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O Mosteiro de São João de Tarouca é, pela primeira vez, claramente associado à Ordem de Cister num documento datado de 1144, onde se pode ler: *secundum ordinem cisterciensem*. Trata-se da carta de couto, passada ao mosteiro por D. Afonso Henriques, da Granja de Santa Eulália, junto a Lordelo, próximo da cidade do Porto.

Os trabalhos de construção do Mosteiro de São João de Tarouca tiveram início em 1154, com a edificação da igreja (Barroca, 2000, p. 254), atingindo o apogeu nos séculos XII e XIII (Castro e Sebastian, 2002, p. 36). O século XIV foi igualmente um período de crescimento, porém, em meados do século XV, o mosteiro entra em regime de Comenda, o que leva ao declínio moral e económico do mosteiro e de muitas outras abadias cistercienses em Portugal, prolongando-se até à primeira metade do século XVI (Jorge, 1997, p. 432; Castro e Sebastian, 2002a, p. 165).

Na segunda metade do século XVI inicia-se um novo período de prosperidade económica e social, que dura até à sua extinção em 1834. Com o declínio dos princípios da Ordem modificam-se os usos e costumes na comunidade monástica, que procura seguir os gostos da sociedade em que se insere, refletindo-se na aquisição de bens sociais. Neste período, a cerâmica ganha um elevado protagonismo no dia a dia da vida monástica, contrastando com os séculos XII, XIII e XIV, onde havia um despojamento em relação ao mundo material, que se refletia nas formas e decoração simples da cerâmica, tratando-se, na grande maioria, de produções locais ou regionais. Podemos então afirmar que «a história do mosteiro e a sua ascendência ou descendência económica confunde-se com a história da cerâmica, o seu comércio a nível nacional e internacional e a mudança de usos e costumes.» (Castro e Sebastian, 2002a, p. 165).

Após a extinção das ordens religiosas em Portugal, pelo regime liberal, no ano de 1834, o edifício monástico é vendido em hasta pública para o aproveitamento da pedra. Foi alvo de desmantelamento descontínuo até aos anos 30 do século passado. Os alvos prioritários desta ação foram os edifícios centrais. Sobreviveram os dois dormitórios, acrescentados *a posteriori* ao núcleo original, e o templo, que se tornou igreja paroquial. O espaço deixado, pela ausência dos edifícios monásticos, foi aterrado e transformado em área agrícola. Em 1998 o IPPAR inicia o processo de compra de terrenos, onde tiveram início, em abril do mesmo ano, as escavações arqueológicas nas quais foram exumadas as peças em estudo (Castro e Sebastian, 2006, p. 122-124).

3. IMPLANTAÇÃO DO MOSTEIRO

A estratégia de implantação cisterciense obedecia a critérios topográficos, hidrográficos, biogeográficos, pedológicos e geomorfológicos (Castro e Sebas-

tian, 2002, p. 37; Castro e Sebastian, 2005, p. 205). Estes critérios estavam relacionados, sobretudo, com os princípios espirituais da Ordem.

Geralmente, instalavam-se em locais ermos, numa tentativa de isolamento do mundo. Procuravam o «deserto», o afastamento de um mundo profano, para se recolher num mundo sagrado e ficar mais próximo de deus (Valle Pérez, 1978, p. 275-276). No Capítulo Geral da Ordem de Cister, de 1134, é mesmo proibida a construção de mosteiros cistercienses junto a aglomerados populacionais (Valle Pérez, 1978, p. 275).

Embora não exista nada estipulado que os leve a optar por esta localização, os cistercienses escolhiam, normalmente, vales férteis para a implantação dos seus cenóbios, que construíam junto a uma linha de água com caudal que pudessem controlar, ao contrário dos beneditinos, que preferiam os montes (Leroux-Dhuys, 1999, p. 46-47).

Apesar de estarem afastados do mundo, as abadias cistercienses nunca estariam muito longe da rede viária da época. A proximidade das vias tinha

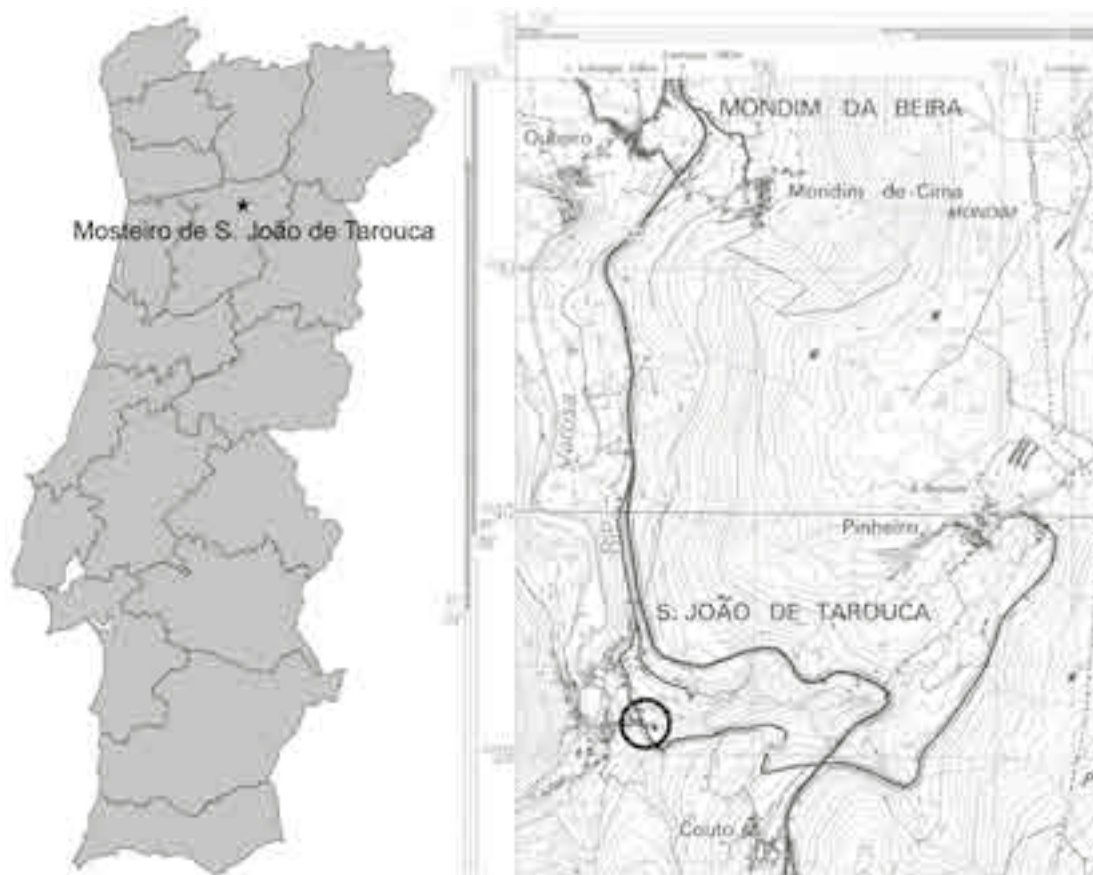


Fig. 1 – Localização do Mosteiro de São João de Tarouca. Carta Militar de Portugal: Folha 148, [Moimenta da Beira] – Escala 1:25000.

tanto interesse económico como político, já que permitia o comércio dos monges e não os deixava muito afastados dos centros de poder (Leroux-Dhuys, 1999, p. 48).

O Mosteiro de São João de Tarouca obedece à maioria dos requisitos acima referidos. É construído num vale fértil, junto a linhas de água controláveis, não estando muito afastado de Lamego, onde tinha lugar a feira de Santa Marinha (Rau, 1983, p. 102-103). Porém, não foi edificado num local totalmente isolado. Alguns autores referem que já existiria, na margem esquerda do rio Varosa, uma pequena povoação denominada São João de Tarouca (Vasconcelos, 1933, p. 176; Moreira, 1924, p. 140).

O Mosteiro de São João de Tarouca localiza-se na província da Beira Alta, na atual região do Douro Sul, outrora conhecida como Riba Douro. Administrativamente, pertence ao distrito de Viseu, concelho de Tarouca, freguesia de São João de Tarouca. Topograficamente, encontra-se a 550 m de altitude, tendo como coordenadas internacionais 40°59'44" de Latitude Norte e 7°44'40" de Longitude Oeste, como podemos observar na carta militar (fig. 1) (Castro e Sebastian, 2008/2009, p. 116).

4. ARQUITETURA

Do denominado plano bernardino² faziam parte a igreja, o claustro, a ala dos monges e a ala dos conversos (Leroux-Dhuys, 1999, p. 52).

A igreja, por ser o edifício mais importante do conjunto monástico, era construída a uma cota altimétrica superior. De planta cruciforme, habitualmente possuía três naves tipo basílica. A fachada era constituída por um frontão simples, reforçado por dois contrafortes. Normalmente, era precedida por um *nartex*, que abrigava a porta de entrada na igreja. No seu interior encontrávamos, ao meio do transepto, a capela-mor, usualmente, sobrelevada por um ou dois degraus. As capelas laterais desenvolviam-se nos braços do transepto, ladeando a capela-mor. Na continuação de um dos braços do transepto encontrávamos a sacristia. Ao lado desta existia a escada das matinas, que fazia ligação com os dormitórios. Do lado oposto ficava a porta dos mortos, que dava acesso ao cemitério. Na nave central existiam o coro dos monges e o dos conversos. (Castro, 2009, p. 12-13; Leroux-Dhuys, 1999, p. 52-55).

Na ala dos monges são englobadas a, já referida, sacristia, a sala do capítulo, o auditório, a sala de trabalho dos monges, o noviciado e as latrinas. O piso superior destinava-se ao dormitório dos monges (Castro, 2009, p. 13; Leroux-Dhuys, 1999, p. 52).

² Para um conhecimento mais aprofundado acerca do plano bernardino veja-se, por exemplo, a obra de Leroux-Dhuys (1999).



Fig. 2 – Planta medieval do Mosteiro de São João de Tarouca (adaptado de Castro e Sebastian, 2008/2009, p. 121).

Perpendicular a esta ala, encontrávamos o calefatório, o refeitório dos monges e a cozinha (Castro, 2009, p. 13; Leroux-Dhuys, 1999, p. 52).

A ala dos conversos dispunha, no piso inferior, de auditório, armazém, refeitório e latrinas. No piso superior ficava o dormitório dos conversos (Castro, 2009, p. 13).

Ao centro, permitindo o acesso a todas as dependências monásticas, situava-se o claustro com as suas quatro galerias. Junto ao corpo da igreja localizavam-se o mandato e a porta dos monges, próxima ao braço do transepto, que permitia o acesso à igreja. Do lado oposto ficava o lavatório (Castro, 2009, p. 14; Leroux-Dhuys, 1999, p. 52).

O Mosteiro de São João de Tarouca, embora com algumas *nuanças*, teria uma planta que seguia, na grande maioria, o plano bernardino (fig. 2). Porém, a ala dos conversos encontra-se ligeiramente virada a oeste, em vez de estar paralela à ala dos monges, com o refeitório dos conversos situado a sul e o lugar da tulha a norte (Castro, 2009, p. 45). Na ala dos monges não existiria noviciado e a porta dos conversos foi aberta na fachada e não na parede lateral da igreja (Castro, 2009, p. 14).

5. INTERVENÇÃO ARQUEOLÓGICA

5.1. Enquadramento da intervenção

O Mosteiro de São João de Tarouca, afeto à Direção Regional de Cultura do Norte pela Portaria n.º 1130 de 20 de dezembro de 2007, foi classificado como Monumento Nacional pelo Decreto n.º 40684, *Diário do Governo*, 146, de 13 de julho de 1956, e Decreto n.º 95/78, *Diário da República*, 210, de 12 de setembro de 1978 (Castro, 2009, p. 29).

A intervenção arqueológica, iniciada em abril de 1988, faz parte de uma intervenção multidisciplinar, que tem como objetivo principal «a compreensão das sucessivas organizações do espaço monástico, da fundação ao seu abandono, consistindo na recolha de informação da possível permanência de vestígios estruturais e seu estado de conservação, culminando no levantamento da planta inicial do mosteiro e posteriores alterações, entendidas dentro das respectivas épocas, bem como o estudo da cultura material associada à vida monástica e análise do próprio território do couto.» (Castro e Sebastian, 2002, p. 36).

«O método de caracterização estratigráfica adoptado baseou-se no sistema de Unidades Estratigráficas (u. e.), definido metodologicamente por Edward C. Harris» (*Apud* Castro, 2009, p. 32)

5.2. Contextos de recolha

Os mosteiros cistercienses medievais, em Portugal, poucas alterações estruturais sofreram até ao século XVI. Todavia, nos séculos XVI, XVII e XVIII decorrem grandes alterações arquitetónicas na maioria dos mosteiros cistercienses portugueses (Pagará, 2006, p. 51). O Mosteiro de São João de Tarouca não foi exceção (Castro, 2009, p. 28-61).

A cerâmica em estudo é recolhida, sobretudo, nos aterros efetuados aquando das obras acima referidas. No entanto, começa a surgir nos estratos arqueológicos mesmo antes do início da construção do mosteiro, em 1154 (Barroca, 2000, p. 254). Voltamos a encontrá-la em unidades estratigráficas que se formaram durante a construção do mosteiro, que decorreu entre a 2.ª metade do século XII e

a 1.^a metade do século XIII. Também recolhemos cerâmica na unidade estratigráfica correspondente ao aterro efetuado, no século XIV, para eliminação do degrau central do piso original do refeitório. Alguns fragmentos, enquadráveis entre a 2.^a metade do século XII e o século XVIII, foram encontrados em unidades estratigráficas resultantes da acumulação de material, consequência do uso do edifício monástico. Uma quantidade razoável de cerâmica preta foi exumada de unidades estratigráficas formadas, durante o século XVI, devido à deposição progressiva de lixos provenientes da cozinha. Voltámos a encontrar fragmentos nas unidades estratigráficas correspondentes ao aterro efetuado na 1.^a metade do século XVII, quando as latrinas dos monges são desativadas. Surgiram grandes quantidades de cerâmica preta em contextos enquadráveis no 1.º quartel do século XVIII, resultantes de aterros colocados aquando das obras na ala dos monges, calefatório, refeitório (dos monges), cozinha e ala dos conversos. Menor quantidade foi exumada na unidade estratigráfica formada durante a 2.^a metade de setecentos, que aparenta pertencer a um momento de deposição de aterro, provavelmente, fruto da realização de obras. Voltou-se a recolher grandes quantidades de cerâmica em unidades estratigráficas correspondentes ao período de desmantelamento dos edifícios monásticos, que ocorreu entre os anos de 1834 e 1936. Por último, registou-se a presença de cerâmica em unidades estratigráficas que se formaram ao longo do século XX, com o objetivo de cobrir uniformemente toda a área das dependências monásticas desmanteladas e permitir o desenvolvimento da prática agrícola.

6. METODOLOGIA

6.1. Critérios de análise e tipificação

Neste capítulo procurámos afastar-nos do processo de classificação, que contempla somente observações elementares e empíricas de propriedades formais, tendo por objetivo o seu agrupamento em classes, segundo diferenças e semelhanças. A nossa intenção passa por uma aproximação ao conceito teórico de tipificação, que exige a prévia definição hierarquizada de atributos a considerar, segundo parâmetros estabelecidos (Rice, 1987, p. 282-283; Sebastian, 2007, p. 20).

A definição dos critérios de análise, tendo como objetivo final a criação de uma tipologia cerâmica, trata-se apenas de um meio para alcançar um fim. O resultado, por si só, representa uma caracterização cultural dos materiais, da comunidade em estudo, como determinadores socioculturais (Rice, 1987, p. 283; Sebastian, 2007, p. 20).

Tendo em vista a caracterização cultural, efetuámos a tipificação dos materiais segundo critérios tecnológicos, como a natureza da pasta, cor, decoração, etc. É natural que grupos com características semelhantes correspondam à mesma

cronologia e área geográfica e que diferentes grupos apontem para diferenças geográficas ou descontinuidades de produção na mesma região ou ambos (Alarcão, 1974, p. 21).

A caracterização tecnológica efetuou-se através da observação elementar e empírica das características materiais, técnicas, formais e funcionais do objeto. Dividem-se em características intencionais, não intencionais e consequentes. As primeiras resultam da ação concreta e objetiva em fase de produção, tratando-se do mais fiável aspeto de caracterização de um grupo. As características não intencionais são pequenas imperfeições não desejadas. Por último, os aspetos ligados à utilização e efeitos pós-deposicionais foram englobados nas características consequentes (Sebastian, 2007, p. 20-21).

6.1.1. Grupos de pasta

De forma a dividir o conjunto geral da cerâmica preta, em grupos de pasta, escolhemos como critérios de análise os elementos não plásticos, a cor e a dureza das pastas. A cada agrupamento de pasta obtido foi atribuído uma identificação numérica, contínua e irrepitível (ex.: pasta 1, pasta 2, etc.) (Sebastian, 2007, p. 22).

Quando nos referimos a elementos não plásticos falamos das substâncias presentes na pasta que modificam as suas propriedades, enquanto húmida ou seca, assim como durante e após a cozedura (Rice, 1987, p. 407). Neste trabalho iremos medir a sua frequência, natureza, grau de arredondamento e dimensões (calibre).

Para medir a frequência dos elementos não plásticos recorreremos às tabelas sugeridas por Rice (1987, p. 349) e Orton e outros (1993, p. 238). Agrupámos as pastas em três graus: pasta com pequena frequência de e.n.p.s (até 10%), pasta com média frequência de e.n.p.s (de 10% até 20%) e pasta com grande frequência de e.n.p.s (mais de 20%).

Procurámos também identificar os e.n.p.s quanto à sua natureza (ex.: quartzo, feldspato, mica, cerâmica moída, etc.). Quanto ao grau de arredondamento, foram caracterizados apenas como angulosos ou arredondados, devido à complexidade da escala de Barraclough, descrita por Clive Orton e outros (1993, p. 239).

No que diz respeito à dimensão, classificámos os e.n.p.s como sendo de pequeno (até 0,5 mm), médio (de 0,5 a 1 mm) e grande (mais de 1 mm) calibre.

Não considerámos, como critério, a distribuição dos e.n.p.s, visto serem genericamente bem distribuídos nas cerâmicas em estudo (Sebastian, 2007, p. 22; Castro 2009, p. 68-69). Pela mesma razão não considerámos a textura como fator de caracterização, já que se mostra sempre genericamente homogénea (Sebastian, 2007, p. 22; Castro, 2009, p. 68-69).

Com o intuito de medir as cores dos fragmentos recorreremos à Munsell Soil Color Charts, edição de 1992. Pretendemos classificar os fragmentos cerâmicos

segundo a cor, de forma a constituir um critério de diferenciação, tendo em vista a associação em grupos de pasta (Alarcão, 1974, p. 27; Shepard, 1968, p. 103). Normalmente, a dureza é medida recorrendo ao teste desenvolvido, em 1882, por Friedrich Mohs. Para o efeito, criou uma escala que se divide em dez graus de dureza, fazendo corresponder um mineral diferente a cada grau. Ao menor grau de dureza corresponde o talco e ao de maior dureza o diamante (Shepard, 1968, p. 115; Rice, 1987, p. 355).

Baseados nas propostas de Mohs, Rice (1987, p. 356), Orton (1993, p. 233) e Nolen (1994, p. 119) resolvemos criar uma nova escala para este trabalho, adaptável à cerâmica preta, mas facilmente comparável com a escala de Mohs. Apenas o menor grau da nossa escala não tem representação direta na escala de Mohs.

Mohs	Orton	Definição	Bruno	
			Escala	Escala Qualitativa
<2	—	A superfície é danificada com o simples passar do dedo	0	Pasta muito friável
2 - 2,5	1	A superfície é riscada com uma unha	1	Pasta friável
3	2	A superfície é riscada com um arame de cobre	2	Pasta pouco compacta
5,5	4	A superfície é riscada com uma lâmina de aço	3	Pasta compacta
>5,5	—	A superfície não é riscada por nenhum dos materiais referidos	4	Pasta muito compacta

Quadro 1 – Escala de dureza. Adaptado de Clive Orton e outros (1993, p. 233).

6.1.2. Grupos de fabrico

Os principais critérios de análise para a criação dos grupos de fabrico são o tratamento de superfície, a decoração e a morfologia das peças, enquadrando-se nas características intencionais. Tivemos igualmente em conta as características não intencionais e as consequentes (Sebastian, 2007, p. 23). Aos grupos de fabrico criados atribuiu-se designação alfabética (ex.: fabrico A, fabrico B, etc.) (Sebastian, 2007, p. 24).

Demos especial importância à morfologia das peças, em particular à morfologia dos bordos, asas, perfis e dimensões. Baseados no tratamento de superfície e decoração, não conseguimos associar, com segurança, diferentes formas ao mesmo fabrico. Isso apenas foi possível realizar nos grupos de pasta 4 e 5, mas devido às semelhanças registadas, principalmente, ao nível da morfologia dos bordos. Por esse motivo, foi impossível associar, com confiança, uma caçoila a uma panela. Registam-se diferenças nos bordos e perfis das peças, que se podem estender às superfícies, quer em termos de alisamento, quer em termos cromáticos, mesmo numa só tipologia.

É importante perceber que a produção de cerâmica preta não se trata de uma produção em série, de fábrica. Estamos perante pequenos centros produtores, de produção manual, sem recurso a fornos elaborados, onde cada peça é única e irrepetível. As formas, por eles produzidas, não fazem parte de baixelas, para serem vendidas ou utilizadas em conjunto. São produzidas individualmente e vendidas em separado. Quem compra uma panela não compra, necessariamente, uma caçoila ou um púcaro. Somente os testos poderiam fazer conjunto com outras formas. Por esse motivo, resolvemos dividir os grupos de pasta segundo o binómio forma/funcionalidade, criando um fabrico correspondente a cada um deles (ex.: panelas, caçoilas, cântaros, etc.).

Nas peças das pastas 4 e 5, sempre que possível, auxiliados pelas semelhanças ao nível dos bordos, associámos diferentes formas ao mesmo fabrico. Quando não foi possível seguimos a metodologia que privilegia o binómio forma/funcionalidade.

A expectável funcionalidade de um recipiente cerâmico determina a técnica de tratamento de superfície a efetuar e o momento da sua realização. Pretende-se remover ou dissimular irregularidades de fabrico. Normalmente, a textura é melhorada, permitindo a obtenção de lustro. Além de funcional, o tratamento de superfícies pode ter um cariz decorativo (Shepard, 1968, p. 65; Vilaça, 1995, p. 49). No caso da cerâmica estudada verificam-se superfícies alisadas ou polidas.

As técnicas decorativas, observadas nas peças, podem agrupar-se em duas categorias. A primeira inclui as técnicas que deslocam ou penetram a superfície, na qual se inserem incisão, excisão, impressão, brunido e encrespado. A segunda categoria engloba as adições à superfície, na qual se inclui a técnica da decoração plástica (Rice, 1987, p. 144). Para além da identificação das técnicas decorativas resolvemos utilizar, como critério de tipificação, o próprio estilo decorativo (Rice, 1987, p. 248).

6.1.3. Grupos tipológicos

Com o objetivo de dividir os grupos de fabrico em grupos tipológicos, considerámos as características intencionais da morfologia e decoração, tomando como irrelevantes pequenos desvios não intencionais (Sebastian, 2007, p. 25). Procura-se agora dividir as peças em grupos com a maior uniformidade possível. Por isso mesmo, os critérios por nós definidos possuem ordem hierárquica, funcionando como um crivo, sendo a definição de tipos a última etapa do processo (Rice, 1987, p. 282-283).

Resolvemos identificar os tipos de forma numérica, composta por dois ou três dígitos, relacionando-se com a forma e a decoração. O primeiro dígito corresponde à identificação de determinada forma. Quando se regista um subtipo de forma utiliza-se o segundo dígito para a identificar. Os subtipos de decoração são, igualmente, identificados pelo segundo dígito, ficando o terceiro reservado

a subtipos decorativos (Sebastian, 2007, p. 25; Castro, 2009, p. 76). Um quarto dígito, motivado pela existência conjunta de subtipos formais e decorativos, é desnecessário, porque os critérios de diferenciação utilizados nos agrupamentos de fabrico, que consideraram forma e decoração, originam a simplificação tipológica em ambos os grupos (Sebastian, 2007, p. 25).

O exemplar em melhor estado de conservação, de entre cada grupo tipológico, foi escolhido como peça modelo, representando as características formais e decorativas de um determinado tipo. Foi alvo de registo gráfico e fotográfico individualizado, passando as restantes peças, da mesma tipologia, a assumir um valor estatístico e comparativo, sendo através da comparação com a peça modelo que se observam as características intencionais e acidentais nas restantes (Sebastian, 2007, p. 28).

Concluída a tipificação dos materiais, resulta a disposição ordenada dos mesmos, que constitui o dado de maior valor científico, mais do que os objetos em si, tendo em vista a compreensão deste fenómeno cultural. Obtém-se um nível de entendimento acessível e prático, através de uma fração de uma realidade complexa (Rice, 1987, p. 283; Sebastian, 2007, p. 28).

7. TIPOLOGIA

Segundo os critérios definidos na metodologia, para o estudo da cerâmica, criámos os grupos de pasta, grupos de fabrico e respetivas tipologias, que em seguida descrevemos resumidamente.

7.1. Grupo de pasta 1

Pasta cinzenta (10YR 5/1), pouco compacta, com média frequência de e.n.p.s, angulosos e de médio calibre, em quartzo, feldspato e mica (biotite e moscovite).

O grupo de fabrico A apresenta peças com superfícies alisadas, mas um pouco ásperas, devido aos e.n.p.s. As cores das superfícies não diferem muito das do cerne, onde as cinzentas (10YR 5/1 e 10YR 6/1) são as mais frequentes (fig. 3).

As peças incluídas no grupo de fabrico A.1 (A.1.1.1, A.1.1.2 e A.1.2) foram classificadas como painéis. Os primeiros dois fabricos apresentam peças com bordo em aba com extremidade de morfologia bifida. A distinção entre eles faz-se devido ao facto do fabrico A.1.1.2 apresentar peças decoradas com encrespado. Por sua vez, as painéis do fabrico A.1.2 apresentam bordos em aba mais espessa do que os grupos anteriores. As peças dos fabricos A.2.1 e A.2.2, classificadas como caçoilas, distinguem-se porque as pertencentes ao segundo fabrico foram decoradas com encrespado.

Os púcaros foram incluídos no fabrico A.3. As diferenças entre os seus subfabricos registam-se na morfologia dos bordos e asas, assim como na decoração. De












Grupo de Fabrico	Séc. XII	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	Séc. XIX
A.1.1.1 								
A.1.1.2 								
A.1.2 								
A.2.1 								
A.2.2 								
A.3.1 								
A.3.2 								
A.3.3 								
A.3.4 								
A.4 								
A.5 								

Fig. 3 – Evolução cronológica do grupo de pasta 1.

Grupo de Fabrico	Séc. XII	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	Séc. XIX
A.11								
A.12								
A.13								
A.14								
A.15								
A.16								
A.17								
A.18								
A.19								
A.21								
A.22								
A.23								
A.31								
A.32								
A.33								
A.34								

referir que o fabrico A.3.4 se encontra decorado com encrespado.

Por fim, identificámos ainda duas tigelas (A.4) e um assador (A.5).

7.2. Grupo de pasta 2

Pasta vermelha (2.5YR 5/6), compacta, com pequena frequência de e.n.p.s, angulosos e de pequeno calibre, em quartzo, feldspato e mica (por vezes surge cerâmica moída, de cor preta e/ou vermelha).

As peças do fabrico A mostram superfícies bem alisadas, onde predomina a cor cinzenta escura (5YR 3/1), que cobre bem a cor vermelha (2.5YR 5/6) do cerne. Também surgem algumas peças onde o cerne e as superfícies mostram cor castanha (7.5YR 4/3). Neste grupo de fabrico identificámos tigelas (A.1), pratos (A.2), alguidares (A.3), púcaros (A.4), cântaros (A.5), testos (A.6), caçoilas (A.7), panelas (A.8), talhas (A.9), assadores (A.10), assadeiras (A.11), sertãs (A.12), bilhas/garrafas (A.13) e uma base (A.14) (fig. 4, 5 e 6).

Em cada um destes grupos de fabrico foram criados subgrupos, sempre que se justificasse, segundo os critérios definidos na metodologia.

Na criação dos diferentes subgrupos de fabrico, para as tigelas (A.1), foram tidas em conta as dimensões das peças, morfologias de bordo e de perfil, tratamentos de superfície, cores destas e do cerne e, por último, decorações. Alguns fabricos, que apresentam maior semelhança em termos morfológicos, como o A.1.3 e A.1.4, foram separados devido ao melhor alisamento das peças

Fig. 4 – Evolução cronológica do grupo de pasta 2.

deste último grupo e às diferentes cores registadas no cerne e superfícies.

Nos pratos (A.2), o fabrico A.2.1 caracteriza-se por apresentar bordo com lábio de secção semicircular e cores castanhas no cerne e superfícies. O fabrico A.2.2 apresenta bordo com lábio de secção subquadrangular e superfícies lisas de cores escuras, que se distinguem do cerne de cor vermelha. Cores semelhantes surgem no fabrico A.2.3, nas superfícies e cerne, mas aqui o lábio mostra secção semicircular.

Os diferentes subfabricos dos alguidares (A.3) distinguem-se pela morfologia do perfil das peças e do bordo, mas também pelas dimensões e decorações.

Os púcaros (A.3) dividem-se em grupos coerentes em termos de dimensões, morfologias do bordo, perfil e asa, assim como pela decoração.

Os cântaros (A.5) do fabrico A.5.1 distinguem-se dos outros dois, sobretudo, por apresentarem menores dimensões. O fabrico A.5.2 mostra bordo com lábio de secção subquadrangular e asas, espessas, de secção subelipsoidal, normalmente decoradas com cordão plástico. No fabrico A.5.3 encontramos peças com o bordo ligeiramente espessado externamente e asas de secção sub-retangular, de menor espessura que o fabrico anterior. Na maioria, não se encontram decoradas.

Grupo de Fabrico	Séc. XII	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	Séc. XIX
A.3.5								
A.3.6								
A.3.7								
A.3.8								
A.3.9								
A.3.10								
A.3.11								
A.4.1								
A.4.2								
A.4.3								
A.4.4								
A.4.5								
A.5.1								
A.5.2								
A.5.3								

Fig. 5 – Evolução cronológica do grupo de pasta 2 (Continuação).

Grupo de Fabrico	Séc. XII	Séc. XIII	Séc. XIV	Séc. XV	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	Séc. XIX
A.6								
A.7.1								
A.7.2								
A.7.3								
A.7.4								
A.7.5								
A.8.1								
A.8.2								
A.8.3								
A.9								
A.10								
A.11								
A.12								
A.13								
A.14								

Os testos (A.6), devido às suas semelhanças, foram agrupados num só fabrico.

As caçoilas (A.7), onde o fabrico A.7.5 é o mais representado, distinguem-se entre si devido às diferentes morfologias do perfil, bordo e elementos de prensão, mas ainda pelas decorações.

De perfil semelhante às caçoilas (A.7), mas de maiores dimensões, temos as panelas (A.8). Os subfabricos diferem entre eles, principalmente, na morfologia do bordo, nas decorações e nas cores das superfícies e do cerne.

Com apenas um fabrico, devido à reduzida representatividade, encontramos a talha (A.9), o assador (A.10), as sertãs (A.12), as bilhas/garrafas (A.13) e a base (A.14).

7.3. Grupo de pasta 3

Pasta cinzenta clara (10YR 7/1), compacta, com pequena frequência de e.n.p.s, angulosos e de pequeno calibre, em quartzo, feldspato e mica.

O fabrico A inclui peças com superfícies bem alisadas, que se distinguem ligeiramente do cerne por questões cromáticas. A maioria mostra superfícies de cor cinzenta clara (10YR 7/1), com o cerne a mostrar cor ligeiramente mais clara. Este aspeto é mais visível nos fabricos A.2, A.3 e A.4.1. Nos restantes fabricos é menos perceptível (fig. 7).

Fig. 6 – Evolução cronológica do grupo de pasta 2 (Continuação).

Os púcaros (A.1) e panelas (A.2) deste grupo de pasta apresentam bordos em aba, de extremidade, geralmente, direita. Apenas as panelas do fabrico A.2.2 apresentam aba de extremidade bífida. As caçoilas (A.4) foram divididas em dois fabricos devido às diferentes morfologias de bordo e perfil. As primeiras (A.4.1) apresentam morfologia ovoide e bordo com lábio de secção semicircular, enquanto as segundas (A.4.2) apresentam morfologia hemisférica e bordo em aba de pequenas dimensões. Identificámos ainda cântaros (A.3) e um testo (A.5).

7.4. Grupo de pasta 4

Pasta castanha (10YR 5/3), pouco compacta, com grande frequência de e.n.p.s, angulosos e de calibre médio a grande, em quartzo, feldspato e mica.

As peças pertencentes ao fabrico A caracterizam-se por possuírem superfícies alisadas, cobertas por uma aguada, que lhes confere um aspeto mais regular. As cores mais frequentes são a cinzenta acastanhada (10YR 5/2), a cinzenta (10YR 5/1) e a castanha (10YR 5/3). Nas superfícies, devido à aguada, notam-se cores ligeiramente mais escuras do que no cerne (fig. 8).

No fabrico geral (A) optámos por criar subfabricos sem recorrer ao binómio forma/função. No fabrico A.1, apesar da presença de tipologias mostrando bordos com lábio de secção semicircular, predominam os bordos com a parte superior plana, que apresentam, usualmente, um ligeiro espessamento interno e externo. As peças do fabrico A.2 exibem bordo duplamente espessado. A parte superior do bordo é, normalmente, plana, mas de orientação oblíqua, sendo muito semelhantes aos das peças do fabrico A.1 do grupo de pasta 5.

7.5. Grupo de pasta 5

Pasta castanha (7.5YR 5/4), compacta, com pequena frequência de e.n.p.s, angulosos e de calibre pequeno a médio, em quartzo, feldspato e mica.

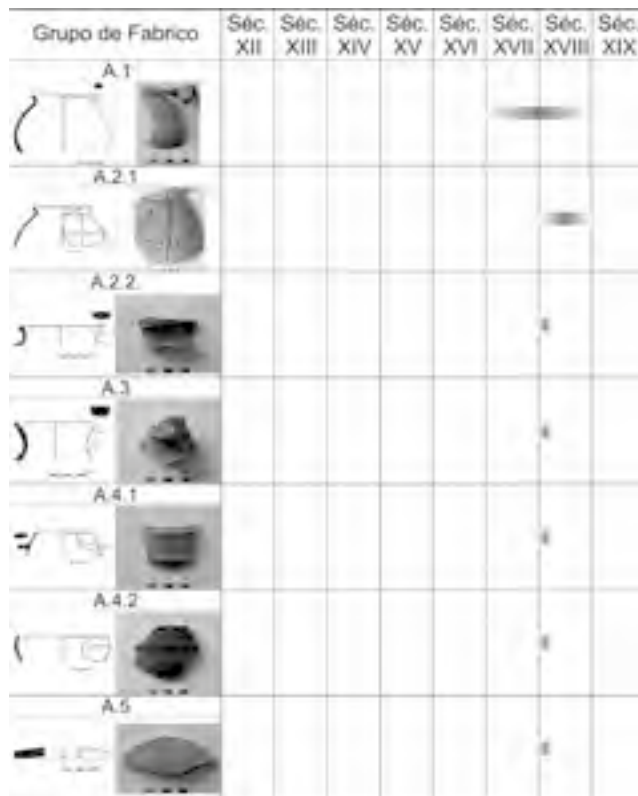


Fig. 7 – Evolução cronológica do grupo de pasta 3.

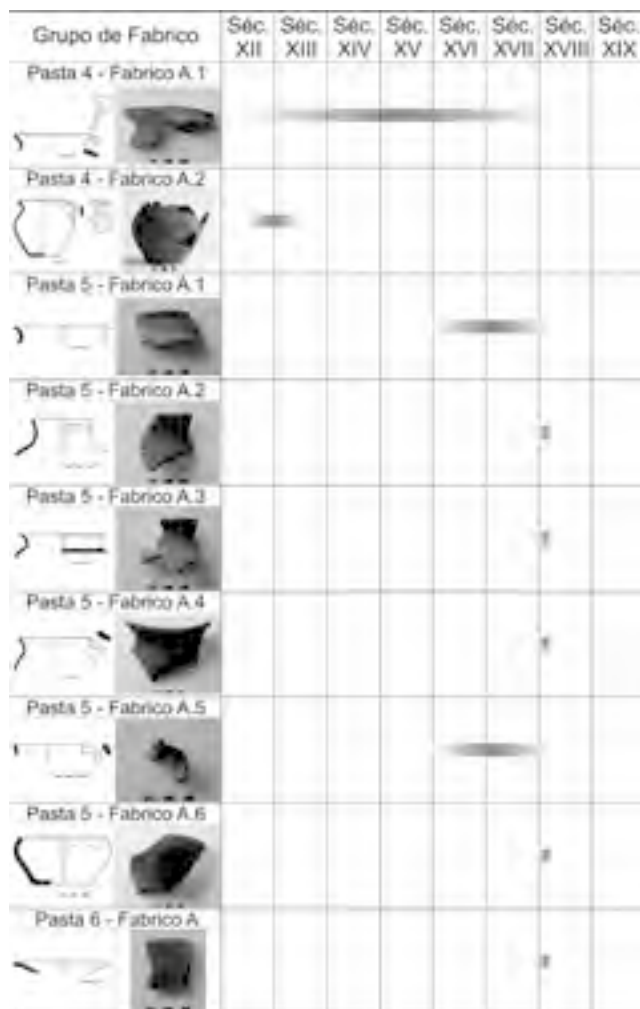


Fig. 8 – Evolução cronológica dos grupos de pasta 4, 5 e 6.

As peças correspondentes ao fabrico A mostram superfícies alisadas, mas sem aguada como na pasta 4. Não se identifica uma clara diferença cromática entre cerne e superfícies. As cores das últimas oscilam entre a castanha (7.5YR 5/4) e a cinzenta (10YR 5/1), sendo, frequentemente, iguais à do cerne (fig. 8).

Neste grupo de pasta apenas os fabricos A.5 e A.6 foram criados com base no binómio forma/funcionalidade, tendo sido classificados como púcaros e caçoilas, respetivamente.

Constituem o grupo de fabrico A.1 peças de bordo duplamente espessado, com o espessamento interno, quase sempre, menor que o externo. A parte superior do bordo é, normalmente, plana, mas de orientação oblíqua. As tipologias do fabrico A.2 apresentam, também, bordo de espessamento duplo. O espessamento externo mostra, a maioria das vezes, secção semicircular e situa-se a um nível mais elevado que o espessamento interno. Este último exhibe, usualmente, uma aresta mais pronunciada do que o primeiro. Provavelmente, serviria para assentar o testo.

O fabrico A.3 apresenta, igualmente, tipologias com bordos duplamente espessados. O espessamento interno é quase impercetível. Por outro lado, o externo pode variar de dimensões. Pode ir de pouco visível, até à dimensão de uma pequena aba. A parte superior do bordo mostra-se plana, com orientação horizontal e não oblíqua como no fabrico A.1. Constituem o fabrico A.4 peças com bordo ligeiramente espessado externamente. Uma característica deste fabrico é que a espessura das paredes diminui ligeiramente após este espessamento do bordo, para depois voltar a atingir a sua espessura normal. Este estreitamento das paredes nota-se, principalmente, na superfície exterior.

7.6. Grupo de pasta 6

Pasta cinzenta avermelhada (5YR 5/2), compacta, com pequena frequência de e.n.p.s, angulosos e de pequeno calibre, em quartzo, feldspato e mica.

No único grupo de fabrico (fabrico A) apenas identificámos pratos, com a superfície exterior alisada e a interior polida (fig. 8).

8. INTERPRETAÇÃO

8.1. Análise das pastas

As peças da pasta 1 correspondem a 38,8% da amostra estudada, tendo sido agrupadas em 11 diferentes fabricos. As panelas representam 48,8% do grupo de pasta 1, as caçoilas perfazem 13% e os púcaros 8,7%. Possuímos ainda duas tigelas (0,6%) e um braseiro (0,3%). Não conseguimos atribuir forma aos restantes 28% dos fragmentos, o que demonstra a pouca compacticidade da pasta.

Com 40,1%, o grupo de pasta 2 é o mais representado nos estratos arqueológicos. É constituído por um total de 46 grupos de fabricos, que nos ajudam a compreender a evolução e dinâmica do centro produtor. Apresenta, igualmente, o repertório mais alargado de formas, no qual se incluem tigelas (14,3%), pratos (8,8%), alguidares (20,4%), púcaros (7,6%), cântaros (13,1%), testos (4,3%), caçoilas (10,3%), panelas (12,2%), bilhas/garrafas (0,9%), sertãs (0,9%), uma assadeira (0,3%), uma talha (0,3%), um assador (0,3%) e uma base (0,3%).

O grupo de pasta 3, que agrupámos em 7 diferentes fabricos, representa 8,5% da amostra estudada. Os púcaros, com uma percentagem de 35,8%, são a forma mais frequente. As panelas representam 31,3% e as caçoilas 20,9%. Os cântaros perfazem 10,5% das peças. De resto, dispomos somente de um testo (1,5%).

Da amostra estudada, meramente 2,4% pertence à pasta 4, sendo a mais representada nos estratos arqueológicos desde o século XII até ao século XVI, inclusive. Com apenas 2 fabricos, classificámos 18 formas como panelas e 2 como tigelas.

A pasta 5 representa 7,5% do total das cerâmicas, dividindo-se em 6 diferentes fabricos. Quanto às formas, a mais frequente é a panela (81%). Incluem-se ainda caçoilas (4,7%), púcaros (4,7%) e tigelas (1,6%). Não foi possível identificar 8% dos fragmentos. Assim como nas pastas 1, 3 e 4 predominam peças destinadas a ir ao fogo.

8.2. Comparação das diferentes produções

A pasta 1 difere da pasta 3 por apresentar e.n.p.s de maior calibre e mais frequentes. Na primeira é, inclusive, notória a presença de biotite, enquanto na pasta 3 a sua existência é bastante reduzida. Ambos os grupos apresentam cores

cinzentas, com a pasta 3 a mostrar tons mais claros. O seu repertório de formas, onde predominam peças destinadas a ir ao fogo, é muito semelhante. Este facto deve-se, provavelmente, às características técnicas das pastas. Nota-se ainda uma semelhança a nível morfológico, que se pode dever à proximidade geográfica dos centros produtores.

As peças pertencentes ao grupo de pasta 2 apresentam e.n.p.s de pequeno calibre. Notam-se sobretudo os elementos de mica nas superfícies alisadas das peças. No cerne destas últimas, as cores vermelhas são as mais usuais. As cores escuras, entre a cinzenta e a preta, surgem principalmente nas superfícies. A pasta 2 apresenta também um repertório mais vasto. Compreende peças destinadas a ir ao fogo, conter líquidos e ir à mesa. É uma pasta compacta, onde abundam peças destinadas a conter líquidos e o alguidar é a forma mais representada. Os monges preferiam as peças desta pasta, quando a finalidade era conter líquidos, que complementavam as funções desempenhadas pelas peças das pastas 1, 3, 4 e 5.

Nos grupos de pastas 4 e 5, onde as panelas têm a hegemonia, os e.n.p.s registados são os mesmos. Quartzo, feldspato e mica, com predomínio do feldspato, apenas diferindo no calibre e quantidade. A pasta 4 apresenta aguada, ao contrário da pasta 5, que também é mais compacta. No entanto, as semelhanças tornam-se evidentes ao nível das decorações, perfis das peças e morfologias dos bordos e asas.

As diversas parencas levaram-nos a colocar a hipótese de serem fabricadas pelo mesmo centro produtor. Todavia, podem ter diferentes proveniências, já que uma prática habitual na Idade Moderna é a migração de oleiros, sobretudo motivada pelo casamento (Fernandes, 1997, 1997c; Temudo, 1905, p. 159).

Quando comparamos o número de fabricos, observamos que a pasta 2 apresenta um número bem superior ao das pastas 1, 3, 4 e 5. Nota-se, na pasta 2, que ocorrem alterações nos fabricos ao longo do tempo. Fabricos deixam de existir, dando lugar a outros. Nas pastas 1, 3, 4 e 5 há um menor número de fabricos e o mesmo abrange uma baliza cronológica mais alargada, permanecendo inalterável durante mais tempo. Ficamos com a impressão que o centro produtor da pasta 2 é mais dinâmico que os restantes. Parece tratar-se de um centro mais pujante, onde haveria mais olarias a laborar. Produzem um alargado número de formas, sendo capazes de competir, em termos funcionais, com qualquer centro produtor na sua área de abrangência.

Os centros produtores das pastas 1, 3, 4 e 5, com um menor repertório de peças, não conseguiam satisfazer todas as necessidades dos seus clientes. Com isto, a sua competitividade ressentia-se, ao contrário do produtor da pasta 2.

Diz-nos Isabel Fernandes (2012, p. 232) que os centros produtores com uma comunidade de oleiros alargada, capazes de fornecer loiça em quantidade, varie-

dade e qualidade podiam comercializar a sua loiça fora dos limites do concelho e até no mercado externo. É o que parece suceder com o centro produtor da pasta 2.

As peças decoradas perfazem, sensivelmente, 20% do total da amostra estudada. Os grupos de pastas 1 e 3 encontram-se decorados através de cordões plásticos e incisões. A partir do primeiro quartel de oitocentos, acresce o encrespado às técnicas decorativas da pasta 1. Incisão, brunido, cordão decorado e impressão são as técnicas decorativas que podemos observar no grupo de pasta 2. Nos grupos de pastas 4 e 5 recorreu-se às técnicas de incisão, impressão e adição de cordão plástico.

8.3. Modos de aquisição das peças

Os monges poderiam adquirir a cerâmica preta nas feiras anuais, que decorriam em localidades próximas do mosteiro. Em 1292, D. Dinis concede carta de feira a Lamego, realizada em honra de Santa Marinha, que perdura até, pelo menos, 1490 (Rau, 1983, p. 102-105; Costa, I, 1980, p. 517-519). Podiam ainda deslocar-se a outras duas feiras anuais. Em 1412, D. João I concede feira a Salzedas, que fica a 9 km do Mosteiro de São João de Tarouca, e à vila de Tarouca, em 1435 (Rau, 1983, p. 105-106).

Além da feira anual, Lamego tinha mercado semanal, autorizado por D. Dinis em 1290. No século xv ainda decorria esta feira semanal (Costa, 1980, I, p. 516).

A aquisição das peças também poderia ser feita aos cem almocreves, referidos por Rui Fernandes (2012, p. 64), que trabalhavam na zona de Lamego, durante o século xvi. No entanto, habitualmente, a venda da produção cerâmica era efetuada pelos próprios oleiros e família. Podia ser feita porta a porta, em mercados, feiras, festas e romarias, embora também se pudesse realizar na própria olaria (Fernandes, 2012, p. 238). Depois de cozida a loiça, carregavam-na às costas ou à cabeça. Era ainda habitual o recurso a asnos ou mesmo a carros de bois (Fernandes, 2012, p. 245).

8.4. Comparação com outros centros produtores

Quando comparamos a cerâmica preta estudada com a exumada nas escavações de Coimbrões (Ribeiro, 2003) observamos que, este último centro produtor, não possui um repertório de formas muito alargado. Produziu testos (35%), panelas (31%), fogareiros (15%), caçoilas (11%), sertãs (5%), vasos (2%) e assadores (1%).

Outro importante sítio arqueológico é a Casa do Infante (Barreira e outros, 1998). Neste caso temos dois grupos de pasta. Na pasta 1 registam-se panelas (64%), caçoilas (25%) e testos (7%) (Barreira e outros, 1998, p. 176). Na pasta 2, produzida no Prado, registam-se panelas (82%), bilhas (5%) e caçoilas (5%) (Barreira e outros, 1998, p. 178).

Em ambos os sítios predominam peças destinadas a ir ao fogo. Porém, sabemos que o Prado produzia mais formas do que as representadas nos estratos arqueológicos (Fernandes, 2012, p. 428 e 759). Aliás, nas escavações da Casa do Infante surgem cântaros, alguidares e tigelas, provenientes do Prado, mas de cor vermelha (Barreira e outros, 1998, p. 168). Verifica-se, aqui, uma preferência por cerâmica preta nas peças destinadas a ir ao fogo e por cerâmica vermelha para as restantes funcionalidades.

Em São João de Tarouca a cerâmica preta não se destinava exclusivamente a ir ao fogo. As peças da pasta 2 desempenhavam todas as funções necessárias na vida quotidiana da comunidade monástica, sem ser necessário recorrer a cerâmica vermelha.

8.5. Identificação dos centros produtores

Com o objetivo de obter paralelos para as peças em estudo, recorremos à bibliografia geral e específica sobre os diversos centros produtores de cerâmica preta, sem descurar a sua geografia (fig. 9) (Fernandes, 1997a, 1997b e 2012).

Complementámos a nossa pesquisa com a observação de conjuntos de cerâmica preta, oriundos de escavações nos Mosteiros de São Martinho de Tibães e Santo André de Rendufe (Amares), da responsabilidade de Luís Fontes. Analisámos também a cerâmica preta das reservas do Museu D. Diogo de Sousa, proveniente de diversas escavações realizadas em Braga. Nestes sítios arqueológicos predomina a cerâmica preta do Prado (Fontes et al., 1998; Barreira et al., 1998), que apresenta diferenças significativas, ao nível das pastas e morfologias, em relação às cerâmicas por nós estudadas. Visitámos ainda o Museu da Vila Velha, em Vila Real, para observar a cerâmica preta exumada nas escavações realizadas na Vila Velha.

Das visitas efetuadas, só encontramos paralelos na cerâmica preta recolhida na escavação da Casa do Poço, em Lamego, da responsabilidade de Ricardo Teixeira. Neste conjunto cerâmico encontramos paralelos para os grupos de pastas 1, 2, 3 e 5. Verificámos que aproximadamente 70% dos fragmentos mostra pasta semelhante ao grupo de pasta 1. Os grupos de pastas 2 e 3 estão represen-



Fig. 9 – Localização dos centros produtores mencionados no texto.

tados, cada um, em 10% da amostra. Ao grupo de pasta 5 correspondem, sensivelmente, 5% do total dos materiais.

Os paralelos para as peças do grupo de pasta 1 foram apenas registados nos materiais da escavação da Casa do Poço. A elevada presença registada (70%), em Lamego, faz-nos acreditar que a sua produção se localizava na cidade ou próximo.

Sobre a possível existência de um centro produtor em Lamego, conta Gonçalves da Costa (1980, I, p. 510) que a atual Rua da Olaria se denominou «Rua dos Oleiros» até, pelo menos, 1405. Refere ainda o nome e morada de alguns oleiros que residiram em Lamego ou nas proximidades, entre 1362 e 1480 (Costa, 1980, I, p. 510).

Sabemos que São Martinho de Mouros e Queimadela produzem cerâmica desde os séculos XIII e XV, respetivamente, e que se mantiveram ativos, pelo menos, até ao século XVIII (Costa, 1980, I, p. 510; Fernandes, 2012, p. 59 e 265; Lepierre, 1912, p. 32 e 47). É provável que a produção cerâmica de Lamego tivesse tido percurso idêntico.

Ainda o mesmo autor (Costa, 1982, III, p. 308) informa que, no século XVII, os cântaros de Queimadela, com capacidade para 1 almude, tinham o preço de 30 reis. O mesmo preço pagava-se por um cântaro de Lousa de Lordelo, em São Martinho de Mouros (Costa, 1982, III, p. 308). Porém, em Lamego o preço máximo de um cântaro de alqueire e meio era de 8 reis (Costa, 1982, III, p. 308). Esta diferença de preço leva-nos a pensar que os oleiros de Queimadela e de Lousa de Lordelo dificilmente iriam vender a Lamego. Acreditamos que estes últimos cântaros, comercializados em Lamego a 8 reis, seriam produção da própria cidade. Resumindo, é provável que as peças correspondentes ao grupo de pasta 1 sejam provenientes do centro produtor de Lamego.

Em relação à pasta 2 encontramos paralelos unicamente na Casa do Poço, onde aproximadamente 10% dos materiais recolhidos mostram pasta semelhante a esta.

Colocamos a hipótese de serem produção de Queimadela, um centro produtor algo desconhecido, mas existente, pelo menos, desde 1456, que produzia cântaros, púcaros, trinchos, tigelas, servidores, fogareiros, infusas, alguidares, salgadeiras, talhas briadas e assadores (Costa, 1980, I, p. 510). No século XIX ainda é referido, por Lepierre (1912, p. 32), como produtor de cerâmica preta.

O preço dos cântaros de Queimadela e de Lousa de Lordelo, sendo superior ao de Lamego, parece indicar que a qualidade da loiça destes dois centros seria superior à de Lamego. No entanto, somente na pasta 2 se regista a forma prato/trincho, que vem referida na documentação sobre a produção de Queimadela (Costa, 1982, III, p. 308), o que nos leva a pensar que a pasta 2 seja proveniente desse centro produtor.

No que diz respeito à pasta 3, apenas encontrámos paralelos na Casa do Poço, onde aproximadamente 10% dos materiais recolhidos corresponde a esta pasta.

Uma vez mais, através de Gonçalves da Costa (1982, III, p. 308), ficamos a saber que, no século XVII, em Lousa de Lordelo, São Martinho de Mouros, se fabricavam cântaros e púcaros brancos, que eram vendidos ao preço dos de Queimadela. Isabel Fernandes (2012, p. 591), admirada com a referência a louça branca, coloca a hipótese de se tratar de louça preta que, por vezes, fica com cor cinza clara. Nas peças estudadas, temos alguns púcaros, cântaros e panelas de cor cinzenta clara, alguns quase brancos, incluídos no grupo de pasta 3. Podem, possivelmente, corresponder à produção referida.

As peças do grupo de pasta 6 apresentam paralelos com as cerâmicas de Aveiro, recolhidas na escavação da embarcação quinhentista Rio de Aveiro A, em particular com os pratos de morfologia típica da localidade (Alves, 1997; Alves et al., 1998).

Não conseguimos identificar os centros produtores dos grupos de pastas 4 e 5.

9. CONCLUSÃO

O estudo das cerâmicas pretas, recolhidas nas escavações do Mosteiro de São João de Tarouca, permitiu perceber que os principais fornecedores do mosteiro, deste tipo de cerâmica, eram os centros produtores dos grupos de pastas 1 e 2.

Através das pesquisas bibliográficas e da observação de material proveniente de diversas escavações, atribuímos o grupo de pasta 1 a uma provável manufatura de Lamego e o grupo de pasta 2 a um possível fabrico de Queimadela.

Vimos que as características técnicas das pastas tinham influência na produção do centro produtor e no seu potencial. Nas pastas 1, 3, 4 e 5, de menor qualidade, nota-se um repertório de formas mais reduzido, onde predominam peças destinadas a ir ao fogo. Por outro lado, na pasta 2, regista-se um alargado repertório formal, com peças destinadas a ir ao fogo, a conter líquidos e a ir à mesa. Poderemos estar na presença de um centro produtor mais pujante e dinâmico que os restantes, colocando a hipótese de comercializar as suas peças a uma maior distância. Todavia, a abrangência geográfica da cerâmica preta não seria muito alargada. Mais de 90% do material estudado é oriundo de centros produtores localizados a menos de 40 km de distância do mosteiro.

Verificámos ainda que os monges de São João de Tarouca usavam cerâmica preta para todas as funcionalidades, ao contrário de Coimbrões e da Casa do Infante, onde se usava a cerâmica preta sobretudo para ir ao fogo.

Uma das dificuldades no estudo da cerâmica preta é a continuidade registada ao nível das pastas, tratamentos de superfície, formas e decorações, ao

longo do tempo. No entanto, se conseguirmos definir as pequenas alterações, podem tornar-se indicadores cronológicos mais fiáveis do que as cerâmicas de exceção, uma vez que o seu ciclo de vida é inferior. Permitem-nos, também, perceber melhor o quotidiano das comunidades, dado que são as cerâmicas mais utilizadas e para quase todas as funcionalidades.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer à Dr.^a Rosa Varela Gomes pelos conselhos e orientação na elaboração da dissertação de mestrado e deste artigo. Agradeço ainda ao Dr. Luís Sebastian por me disponibilizar a cerâmica em estudo.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de (1974) – *Cerâmica comum local e regional de Contimbriga*. Coimbra: Biblos.
- ALVES, F. J. S. (1997) – Os destroços do navio do século xv: Ria de Aveiro A. In *A louça preta em Portugal: Olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais. p. 85-86.
- ALVES, F. J. S.; RODRIGUES, P. J.; GARCIA, C.; ALELUIA, M. (1998) – A cerâmica dos destroços do navio dos meados do século xv, Ria de Aveiro A e da zona Ria de Aveiro B. Aproximação tipológica preliminar. In *Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*, 2, Tondela, 1995: Actas. Tondela: Câmara Municipal. p. 185-210.
- BARREIRA, P.; DORDIO, P.; TEIXEIRA, R. (1998) – 200 Anos de Cerâmica na Casa do Infante: do século xvi a meados do século xviii. In *Actas das 2.^a Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*. Tondela: Câmara Municipal. p. 145-184.
- BARROCA, M. J. (2000) – *Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Vol. II.
- CARTA MILITAR DE PORTUGAL: FOLHA 148, *Moimenta da Beira* [Material cartográfico]/ Serviços Cartográficos do Exército – Escala 1:25000. – Lisboa: S. C. E., 1997.
- CASTRO, A. S. (2009) – *Cerâmica Europeia de Importação no Mosteiro de S. João de Tarouca (Séculos XV-XIX)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U. N. L. Dissertação de mestrado em História e Arqueologia da Expansão Portuguesa.
- CASTRO, A. S.; SEBASTIAN, L. (2002) – A intervenção arqueológica no mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2001. *Património – Estudos*. Lisboa. 2, p. 33-42.
- CASTRO, A. S.; SEBASTIAN, L. (2002a) – Mosteiro de S. João de Tarouca: 700 anos de História da cerâmica. *Património – Estudos*. Lisboa. 3, p. 165-177.
- CASTRO, A. S.; SEBASTIAN, L. (2005) – Dados para o estudo da estratégia de implantação do Mosteiro de S. João de Tarouca. *Património – Estudos*. Lisboa. 8, p. 203-211.
- CASTRO, A. S.; SEBASTIAN, L. (2006) – A intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2006. In *Tarouca e Cister: Homenagem a Leite de Vasconcelos. Seminário Internacional Tarouca e Cister*, 2, Tarouca, 2006: Actas. Tarouca: Câmara Municipal. p. 125-166.
- CASTRO, A. S.; SEBASTIAN, L. (2009) – A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca. *Oppidum*. Lousada. 3, p. 115-136.
- COSTA, B. (2014) – *A Cerâmica Preta do Mosteiro de São João de Tarouca*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U. N. L. Dissertação de mestrado em Arqueologia.

- COSTA, M. G. da (1980) – *História do Bispado e cidade de Lamego: Idade Média, a mitra e o município*. Lamego: [s.n.]. Vol. I.
- COSTA, M. G. da (1982) – *História do Bispado e cidade de Lamego: Renascimento I*. Lamego: [s.n.]. Vol. III.
- FERNANDES, I. M. (1997) – As olarias de Lanheses: um fenómeno de migração. In *A louça preta em Portugal: Olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais. p. 45-47.
- FERNANDES, I. M. (1997a) – Os centros produtores: sua geografia. In *A Louça Preta em Portugal: Olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais. p. 28 e 33.
- FERNANDES, I. M. (1997b) – Locais de produção de louça preta. In *A Louça Preta em Portugal: Olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais. p. 29-32.
- FERNANDES, I. M. (1997c) – Selhariz: um fenómeno de migração. In *A Louça Preta em Portugal: Olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais. p. 37-38.
- FERNANDES, I. M. (2012) – *A loiça preta em Portugal: Estudo histórico, modos de fazer e de usar*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Tese de Doutoramento em História com especialidade de Idade Contemporânea.
- FERNANDES, R. (2012) – *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas, 1531-1532*. Edição literária de Amândio Morais Barros. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- FONTES, L.; FERNANDES, I.; CASTRO, F. (1998) – Peças de louça preta decoradas com moscovite encontradas nas escavações arqueológicas do Convento de S. Martinho de Tibães. In *Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval, 2*, Tondela, 1995: Actas. Tondela: Câmara Municipal. p. 355-363.
- HARRIS, E. C. (1991) – *Princípios de estratigrafia arqueológica*. Barcelona: Editorial Crítica.
- JORGE, V. F. (1997) – Arquitectura, medida e número na igreja cisterciense de São João de Tarouca (Portugal). *Cistercium*. Cantabria. 208, p. 431-456.
- LEPIERRE, C. (1912) – *Estudo químico e tecnológico sobre cerâmica portuguesa moderna*. 2.^a Edição.
- Lisboa: Tip. Associação de Classe dos Compositores Tipográficos.
- LEROUX-DHUY, J. (1999) – *Las abadias cistercienses, História e Arquitectura*. Paris: Ed. Konemann.
- MOREIRA, Ab. V. (1924) – *Monografia do Concelho de Tarouca*. Viseu: Tipografia de «Jornal da Beira».
- MUNSELL (1992) – *Soil Color Charts*. Baltimore: Macbeth, Division of Kollmorgen Instruments Corp.
- NOLEN, J. U. S. (1994) – *Cerâmicas e vidros de Torre de Ares – Balsa*. Lisboa: Instituto Português de Museus; Museu Nacional de Arqueologia.
- ORTON, C.; TYERS, P.; VINCE, A. (1993) – *Pottery in Archaeology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PAGARÁ, A. (2006) – Caracterização morfotológica da arquitectura dos Cistercienses na região das Beiras. In *Encontro Cultural de São Cristóvão de Lafões, 1*: Actas. São Cristóvão de Lafões: Sociedade do Mosteiro de São Cristóvão de Lafões. p. 53-64.
- RAU, V. (1983) – *Feiras Medievais portuguesas*. 2.^a Edição. Lisboa: Editorial Presença.
- RIBEIRO, M. C. S. (1997) – A olaria de Coimbrões: documentação, memória e arqueologia. In *A louça preta em Portugal: Olhares cruzados*. Porto: Centro Regional de Artes Tradicionais. p. 59-62.
- RIBEIRO, M. C. S. (2003) – *A olaria preta de Coimbrões, Vila Nova de Gaia: estudo arqueológico de um centro de produção cerâmica de época moderna e contemporânea*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Dissertação de mestrado em Arqueologia.
- RIBEIRO, M. C. S. (2008) – A cozedura de olaria preta em Coimbrões segundo os dados da intervenção arqueológica na Rua da Soengia: Vila Nova de Gaia. In *Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-medieval, Tondela, 4*, 2000: Actas. Tondela: Câmara Municipal. p. 367-380.
- RICE, P. M. (1987) – *Pottery Analysis. A sourcebook*. Chicago: University of Chicago Press.
- SEBASTIAN, L. (2007) – *Proposta metodológica para o estudo da faiança portuguesa no Mosteiro de S. João de Tarouca: Da Restauração à Reforma Pom-*

- balina*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da U. N. L. Trabalho do Seminário em Arqueologia Moderna I.
- SHEPARD, A. O. (1968) – *Ceramics for the archaeologist*. Washington: Carnegie Institution of Washington.
- TEMUDO, F. A. F. (1905) – *Estudo sobre o estado actual da Indústria cerâmica na 2.^a circunscção dos serviços técnicos da Indústria*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- TOBIAS, W. (1988) – *Arte tradicional em Portugal*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- VALLE PÉREZ, J. C. (1978) – La arquitectura cisterciense: sus fundamentos. *Cistercium*. Cantabria. 151, p. 275-289.
- VASCONCELOS, J. L. (1933) – *Memórias de Mondim da Beira*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- VILAÇA, R. (1995) – *Aspectos do Povoamento da Beira Interior (Centro e Sul) nos Finais da Idade do Bronze*. Lisboa: Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico. 2 volumes.

ADENDA¹

O achado de Bornacha (Cacela, Tavira). Identificação de instrumentos da Idade do Bronze para o trabalho do couro

ADDENDUM

The finding of Bornacha (Cacela, Tavira). Identification of instruments from the Bronze Age to leather work

VIRGÍLIO HIPÓLITO CORREIA*

Com este artigo já entregue para publicação e o volume da revista em fase final de produção, o Dr. Carlos Pereira Pinto de Oliveira, investigador da UNIARQ (Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa) que prepara o seu doutoramento sobre a Idade do Bronze do Algarve, localizou no Museu de Lagos uma outra peça, proveniente do Monte Molião (Lagos), que gentilmente nos comunicou. Agradecemos à coordenação editorial d'*O Arqueólogo Português* as facilidades para poder ainda introduzir esta adenda, mas queremos sobretudo agradecer a postura de generosidade intelectual do colega a cuja perspicácia esta achega exclusivamente se deve.

A peça tem um comprimento máximo de 11,4 cm, uma largura de 8,6 cm e uma espessura média de 2 cm. O círculo gravado tem um diâmetro de 1,6 cm; o material, muito provavelmente, trata-se de um grauvaque (Oliveira, com. pes.).

A informação anexa ao respetivo número de inventário (2338) apenas refere,

¹ Por lapso esta adenda não foi incluída no artigo «O achado de Bornacha (Cacela, Tavira). Identificação de instrumentos da Idade do Bronze para o trabalho do couro», publicado no vol. 3 da série 5 de *O Arqueólogo Português*, cujo lançamento teve lugar a 18 de fevereiro de 2016. Pelo facto apresentamos as nossas desculpas ao autor e apresentamo-la agora no volume 4/5 da série 5.

* Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património; Museu Monográfico de Conimbriga, 3150-220 Condeixa. E-mail: virgiliocorreia@mnconimbriga.dgpc.pt



Fig. 1 – Pedra de Monte Molião (foto de C. Oliveira).

para além da mencionada proveniência, que se trata de uma incorporação feita por José Formosinho (id.).

Ocorre apenas fazer três breves comentários: *i*) a peça pertence sem dúvida ao grupo que se estudou no artigo aqui publicado; *ii*) o círculo decorado é, pelo tamanho, próximo de um dos pequenos círculos da peça de Montemuro, enquanto o padrão quadrangular da sua decoração recorda cerâmicas decoradas de Huelva, da fase I do Cabezo de San Pedro (Blazquez et al. 1979, p. 37, n.º 82; cf. Ruiz 1995, 280-289); *iii*) a tomar-se como segura a fundação do povoado de Monte Molião no século IV a. C. (Arruda, 2011, p. 17), este achado alarga claramente à Idade do Ferro uma prática que no artigo aqui publicado se tratou como sendo preferencialmente da Idade do Bronze.

BIBLIOGRAFIA

- ARRUDA, A. M.; SOUSA, E.; PEREIRA, C.; LOURENÇO, P. (2011) – Monte Molião: um sítio púnico-gaditano no Algarve (Portugal). *Conimbriga*. Coimbra, 50, p. 5-32.
- BLAZQUEZ MARTINEZ, J. M.; RUIZ MATA, D.; REMESAL RODRIGUEZ, J.; RAMIREZ SADABA, J. L.; CLAUSS, K. (1979) – *Excavaciones en el Cabezo de Sanpedro (Huelva). Campaña de 1977* Madrid: Ministerio de Cultura. (Excavaciones Arqueológicas en España; 102).
- RUIZ MATA, D. (1995) – Las cerámicas del Bronce Final. Un soporte tipológico para delimitar el tiempo y el espacio tartésico. In *Tartessos 25 años después. Congreso Conmemorativo de V Symposium Internacional de Prehistoria Peninsular*, 1, Cádiz, 1993. Jerez de la Frontera: Ayuntamiento. p. 265-314. (*Biblioteca de Urbanismo y Cultura*; 14).

Normas de redação

A revista utiliza o sistema de *double blind peer review*.

Os originais aceites para publicação devem seguir as normas abaixo referidas.

1. Apresentação do texto

O original deverá ter em consideração o seguinte:

1.1. Texto em ficheiro Word. Os originais em língua portuguesa deverão respeitar o Acordo Ortográfico, resolução n.º 26/91, de 23 de agosto.

1.1.1. Texto com caracteres em alfabeto árabe deverão ser enviados com a extensão .rtf, para não desformatar o texto original.

1.2. Texto batido a 2 espaços.

1.3. Parágrafos recolhidos.

1.4. Resumos, bibliografia e legendas das ilustrações, em páginas à parte.

1.5. Resumo em português e em língua inglesa. Incluir no final até 5 palavras-chave, que caracterizem o conteúdo do artigo.

1.6. A revista utiliza o sistema de notas infrapaginais e bibliografia no final do artigo.

1.6.1. A nota da filiação institucional dos autores e *e-mail* é assinalada por *.

1.6.2. As notas incluirão apontamentos breves e questões relacionadas com o texto original, sendo numeradas sequencialmente com números em expoente.

1.6.3. A bibliografia no final do artigo é impressa em duas colunas e constitui a lista, organizada por ordem alfabética, de todos os autores citados. Os autores espanhóis devem ser alfabetados pelo penúltimo apelido; os portugueses, pelo último (não contam as preposições).

1.7. Cada original deverá apresentar a seguinte uniformização de critérios no que respeita a:

1.7.1. Título do artigo. Exemplo:

A propósito do reaproveitamento de algumas placas de xisto gravadas da região de Évora

1.7.2. Subtítulo (1). Exemplo:

1. ESTUDO DE COLEÇÕES

Subtítulo (1.1). Exemplo:

1.1. Antas da Mitra

Subtítulo (1.1.1). Exemplo:

1.1.1. A placa MEV 5230

1.8. Convém assinalar no texto o local ideal para entrar cada ilustração, de modo a respeitar-se, tanto quanto possível, a ideia do autor (tendo em conta o critério de que a ilustração deve aparecer depois do texto a que se refere).

2. Referências bibliográficas

São redigidas de acordo com a Norma Portuguesa de 1994 (NP 405-1). No caso de correspondência e documentos eletrónicos deve seguir-se, respetivamente, a Norma Portuguesa de 2000 (NP 405-3) e a Norma Portuguesa de 2002 (NP 405-4).

2.1. Abreviaturas

2.1.1. Solicita-se a utilização exclusiva de abreviaturas nos nomes próprios dos autores.

2.1.2. Quando a bibliografia inclui dois ou mais autores com o mesmo apelido, os respetivos nomes serão indicados por extenso.

2.1.3. Os títulos das publicações periódicas não deverão ser abreviados.

2.2. Autoria

2.2.1. Na bibliografia final, devido a requisitos da investigação atual, permite-se a indicação dos nomes de todos os autores, independentemente do seu número.

2.2.2. Os editores literários e coordenadores podem ser tratados como autores, desde que apareçam destacados na página de título. Neste caso, deve acrescentar-se ao nome as abreviaturas ed. lit. ou coord.

2.3. Dados da publicação

2.3.1. No caso de o local de edição e/ou editor não virem referenciados na publicação, utilizam-se as seguintes expressões:

Ex: [S.l.: s.n.], 1980

London: [s.n.], 1990

[S.l.]: Hachette, 1986

2.3.2. Se o ano da publicação não vier mencionado, indica-se a data de impressão, *copyright* ou depósito legal:

Ex: imp. 1987 cop. 1990 D. L. 1980

2.4. Série ou coleção

A série ou coleção em que a obra está incluída é apresentada como aparece no documento, no fim da referência:

Ex: (Documents d'Archéologie Française; 33).

2.5. Exemplos:

Monografias:

ALARCÃO, J. de (1988) – *O domínio romano em Portugal*. Lisboa: Europa-América. 139 p.

LISBOA Subterrânea (1994). Lisboa: Soc. Lisboa 94, Museu Nacional de Arqueologia; Milão: Electa. 278 p. Catálogo.

Contribuições em monografias:

HEINZ, C.; THIÉBAULT, S.; VERNET, J.-L. (1993) – Gestion et dégradation de la forêt préhistorique méditerranéenne. In *Le Néolithique au Quotidien*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme. p. 12-18. (Documents d'Archéologie Française; 39).

DAVEAU, S. (1994) - A foz do Tejo, palco da história de Lisboa. In *Lisboa Subterrânea*. Lisboa: Soc. Lisboa 94, MNA; Milão: Electa. p. 24-30. Catálogo.

GONÇALVES, V. S. (2008) – Na primeira metade do 3.º milénio a.n.e., dois subsistemas magico-religiosos no Centro e Sul de Portugal. In HERNANDEZ PÉREZ, M. S.; SOLER DÍAZ, J. A.; LÓPEZ PADILLA, J. A., ed. lit. – *Congreso del Neolítico Peninsular*, 4, Alicante, 2006. Alicante: Museo de Alicante. vol. 2, p. 112-120.

Artigos de publicações em série:

ALVES, F. J. S.; DIAS, J. M. A.; ALMEIDA, M. J. R de; FERREIRA, O.; TABORDA, R. (1988-1989) – A armadilha de pesca da Época Romana descoberta na Praia de Silvalde (Espinho). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. S. 4, 6/7, p. 187-226.

CARDOSO, J. L. (1995) - O povoado pré-histórico de Leceia (Oeiras). Resultados das escavações efectuadas (1983-1993). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*. Porto. 35:1, p. 115-129. Actas do I Congresso de Arqueologia Peninsular.

No caso de ser uma revista com volume e número, a referência será feita da seguinte maneira:

CARDOSO, M. (1965) – A perda frequente de espécimes preciosos da nossa joalheria arcaica. *Revista de Guimarães*. Guimarães. 75:1-4, p. 153-168.

Correspondência e manuscritos:

HELENO, M. – *Caderno de campo n.º 8* [Manuscrito]. 1952. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal. Arquivo Manuel Heleno.

SARMENTO, F. M. – [Carta] 1881 Maio 20, Guimarães [a] José Leite de Vasconcelos [Manuscrito]. 1881. Acessível na Biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, Portugal: CoR JLV 3124/20708.

Material cartográfico:

CARTA MILITAR DE PORTUGAL: FOLHA 339 [Material cartográfico]/ Serviços Cartográficos do Exército. – Escala 1: 25000. – Lisboa: S. C. E., 1970.

Documentos eletrónicos:

THACKER, P. T.; BROOKS, B. E.; PEREIRA, C. M. C. (2002) – Detecting Paleolithic Activity Areas Through Electrical Resistivity Survey: An Assessment from Vale de Óbidos, Portugal. *Journal of Archaeological Science* [Em linha]. London. 29:6, p. 563-570. [Consult. 30 Jun. 2003]. Disponível em WWW: <URL:http://www.sciencedirect.com>.

VIEGAS, C.; RAPOSO, J. M. C.; PINTO, I. V. (2014) — Almagro 51C (Lusitania occidental). In *Amphorae ex Hispania. Paisajes de producción y de consumo* [Base de Dados em linha]. [Consult. 26 jan. 2015]. Disponível em WWW:<URL:http://amphorae.icac.cat/tipol/view/75>.

3. Citações

A citação permite identificar a publicação onde se obteve a ideia, o excerto, etc.

3.1. A forma adotada pela revista é colocar no texto, entre parênteses, o nome do autor, o ano da publicação e, se necessário, o ou os números das páginas citadas. Se o nome do autor vier integrado no texto deverá colocar-se, entre parênteses, o ano e os números das páginas.

Exemplos: segundo Encarnação (1984, p. 132-137)
(Jones e Smith, 1986, p. 93)

3.1.2. Quando a responsabilidade da obra é partilhada por mais de três autores indica-se no corpo do texto apenas o nome do primeiro, seguido da expressão et al.

Exemplo: (Cavaco, et al., 2013, p. 349)

3.2. Se a bibliografia contiver vários documentos do mesmo autor e editados no mesmo ano, acrescenta-se ao ano de publicação uma letra (a, b, c, ...) na citação e na referência bibliográfica.

Exemplo: «Já em 1963 tinha sido achado por J. Fragoso de Lima (1963a) ...»

3.3. Quando uma obra é citada várias vezes ao longo do texto, pode optar-se pela utilização da abreviatura ob. cit. ou op. cit.

Exemplos: «apesar da opinião contrária de F. Poplin (ob. cit., p. 15)...»
(Bouchud, op. cit., p. 25)

3.4. Sempre que um documento não tenha sido consultado pelo autor e que a citação seja feita por intermédio de outro autor, devem-se anteceder as citações pela abreviatura Cit. por (citado por) ou *Apud* (segundo, conforme).

4. Apresentação de datas

4.1. A revista adota as regras constantes da proposta sobre referência de datas de radiocarbono aprovada no 1.º Congresso de Arqueologia Peninsular [(Porto: Sociedade de Antropologia e Etnologia, 1995. v. 6. (Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 35: 2)].

4.2. Na citação de datas resultantes da aplicação de outros métodos, devem indicar-se os mesmos elementos requeridos para a referência de datas de radiocarbono (laboratório, número da datação, data obtida e margens de erro), seguidos das siglas que usualmente identificam o respetivo método (TL, U/Th, etc.). Nestes casos, em que a convenção de equivalência BP = 1950 não é seguida e também não se utiliza ou não faz sentido a distinção entre «datas convencionais» e «datas reais», devem ser referidas a anos de calendário, segundo o sistema tradicional português: a. C. (antes de Cristo), d. C. (depois de Cristo).

4.3. A referência a grandezas cronológicas (ex.: III milénio, século IV, terceiro quartel do século II, etc.), não reportadas expressamente a nenhuma data específica de radiocarbono, como tal identificada, ou aquelas que realizem a síntese de datas obtidas por métodos diferentes, seguirão o sistema tradicional português: a. C. (antes de Cristo) e d. C. (depois de Cristo).

4.4. De um modo geral, aconselha-se vivamente, quando tecnicamente possível, a utilização do sistema de referência tradicional português (a. C./d. C.), *no pressuposto de que o mesmo corresponde necessariamente a datas reais de calendário* e obriga, portanto, no caso de datações de radiocarbono, à prévia calibração das datas convencionais obtidas.

5. Apresentação das ilustrações

5.1. Os originais devem permitir uma redução ao tamanho da mancha, salvo quando se considere absolutamente indispensável recorrer a desdobrável. A mancha é de 20,3 cm × 12,4 cm, devendo ser incluído nela o espaço ocupado pela legenda composta.

5.2. A revista é impressa a uma cor, pelo que a reprodução de desenhos e fotografias será igualmente feita a uma cor.

5.3. As imagens em formato digital (desenhos ou fotografias) deverão ter uma resolução mínima de 300 dpi para uma dimensão mínima igual à largura da mancha (12,4 cm) e ser entregues gravadas em CD, DVD ou enviadas por Wettransfer, nos formatos PSD, JPG, TIFF, RAW, EPS ou vectorial EPS.

5.4. Desenhos ou fotografias, quadros e gráficos deverão ser numerados sequencialmente pelo seguinte critério:

5.5.1. Desenhos ou fotografias

Fig. 1, 2 ...

Nas figuras deverá constar uma escala gráfica.



5.5.2. Quadros

Quadro 1, 2 ...

5.5.3. Gráficos

Gráfico 1, 2 ...

6. Quadros e tabelas

Os quadros e tabelas são apresentados com filetes verticais e horizontais. Os dados virão alinhados à esquerda. Exemplo:

Ref.	Tipo Bordo	Perfil Bordo	Dir. Bordo	Pasta	Cozedura	Arrefec.	ENP n.º	ENP dim.	Trat. Sup.
2006.245.8	Não esp.	Arredondado	Reto	Compacta	Oxidante	Oxidante	Escassos	Finos	Alisada
2006.245.9	Não esp.	Arredondado	Reto	Compacta	Redutora	Oxidante	Escassos	Finos	Alisada
2006.245.10	Não esp.	Arredondado	Reto	Compacta	Redutor	Oxidante	Escassos	Finos/médios	Polida

Quadro 3 – Anta do Espagal: morfologia do bordo, pastas e acabamentos dos recipientes cerâmicos

7. Entrega dos originais

Só serão aceites para publicação os originais apresentados segundo as normas de redação da revista, iniciando-se apenas a composição de originais que estejam completos:

- a) Resumo em português e em inglês, com indicação de três a cinco palavras-chave para indexação;
- b) Texto original;
- c) Bibliografia;
- d) Legendas das ilustrações;
- e) Ilustrações.

8. Correção de provas

A correção da primeira prova dos artigos a realizar pelos autores, na paginação enviada em PDF, deverá ser efetuada nos comentários do Adobe Reader.

ISSN 0870-094X




MUSEU
NACIONAL DE
ARQUEOLOGIA

INCM
INSTITUTO NACIONAL DE CULTURA

ISSN 0870-094X

